Nº 02907

ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO DA POLÍCIA CIVIL
DIVISÃO DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES

DOCUMENTOS/INFORMAÇÕES REFERENTES À:

MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO MDB

1976 - 1979

PT 1381.164

Pelas Eleições de 80

- CAMINHADA -

20-06 sexta-feira
às 18:oo horas
Praça Osório

PARTICIPAÇÃO: Parlamentares, Partidos Políticos, Associações de Bairro, Sindicatos, outras Entidades e o Povo em Geral.

Pelas Eleições de 80

CONTRA A VONTADE DO GOVERNO DE IMPEDIR AS ELEIÇÇÕES, EXISTE A VONTADE DO POVO DE GARANTIR SEUS DIREITOS.

Votar para mudar

Os trabalhadores e todo o povo querem melhores salários, melhores condições de vida e trabalho. Querem a realização das eleições de 1980, previstas na Constituição. Querem representantes que encaminhem os seus direitos por melhor transporte, moradia, escolas, creches. Querem dizer não à carestia, à corrupção, e à falta de liberdade.

Não à prorrogação ou intervenção

O regime tem medo do julgamento das urnas. Sabe que o povo insatisfeito dirá não aos candidatos do governo. A prorrogação ou a intervenção é mais um golpe para favorecer o governo e impedir o povo de se manifestar. Quem dá o mandato é o povo e não o governo. Os eleitores elegeram seus representantes por quatro anos e não seis. O povo não aceita a prorrogação. Não aceita chantagem da intervenção.

O POVO exige ELEIÇÕES

Os partidos políticos, as associações de moradores, os sindicatos, as entidades estudantis, a Igreja e todos os democratas exigem as eleições. A oposição quer que o povo eleja os seus representantes. Denuncia a lei eleitoral imposta pelo governo para dificultar a realização das eleições.

CADA BRASILEIRO DEMOCRATA DEVE LUTAR PELAS ELEIÇÕES DE 1980. O POVO QUER VOTAR. NENHUM MANDATO PRORROGADO. NÃO À AMEAÇA DE INTERVENÇÃO. EM 31 DE JANEIRO DE 81, NOVOS PREFEITOS E VEREADORES ELEITOS PELO POVO, ASSUMINDO SEUS RESPECTIVOS CARGOS.

TODOS JUNTOS NA CAMINHADA DO DIA 20 DE JUNHO

Secretaria de Segurança Pública

DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

Estado do Paraná

SECÇÃO DE INFORMAÇÕES

JORNAL: Correio de Notícias
Pasta M.D.B
Data 14/10/79 Estado PR

3

NOME: .....

FILIAÇÃO: .....

.....

Hoje a Convenção do MDB

Reunindo 478 Delegados credenciados, com previsão de presença de 80%, o MDB realiza hoje, entre 9 e 17 horas no pequeno Auditório da Assembléia Legislativa sua Convenção Regional, que pode ser a última, já que a extinção dos partidos políticos é um fato quase consumado. Mesmo diante desse quadro, os emedebistas paranaenses estão conscientes do trabalho que a convenção representará para o futuro da oposição em nosso Estado, principalmente levando-se em conta que as duas chapas que disputarão a direção do Diretório Regional do partido estão procurando a coesão para um ponto fundamental, segundo Alvaro Dias, um dos candidatos: a manutenção do MDB, resistindo ao movimento "caustico do Governo, contra a pilantragem política de extinguir os partidos". A mesma opinião é explanada por Sebastião Rodrigues: "A união de todos em torno de uma oposição que possa combater os desafinos do Governo". Na Convenção de hoje terão direito a voto 392 delegados credenciados junto aos diretórios, 24 deputados estaduais, 15 deputados federais, 2 senadores e 45 membros do diretório e liderança de bancada na Assembléia Legislativa, totalizando 478 convencionais.

Chapa "MDB DE PÉ"

01. Álvaro Dias
02. José Richa
03. Euclides Scalco
04. Nelson Maculan
05. Renato Celidonio
06. Amadeu Geara
07. Antonio M. Annibelli
08. Olivir Gabardo
09. Paulo Marques
10. Walber Guimarães
11. Antonio Facci
12. Antonio Romero Filho
13. Deny Schwartz
14. Domicio Scaramella
15. Edilson Alencar
16. Gernote Kirinus
17. José Antonio Del Ciel
18. José Domingos Scarpelini
19. Tadeu Lucio Machado
20. José Tavares
21. Lineu Turra
22. Renato Bernardi
23. Nelson Fiori Luiz
24. Mario Celso
25. Adhail Sprenger Passos
26. Carlos Alberto de Paula
27. Francisco Brito de Lacerda
28. Rosalvo Grande
29. Marcos José Carrilho
30. Valter Pietrangelo
31. Henrique Rossoni
32. Cleinton Caldeira
33. Everaldo Silva
34. Italo Tanaka
35. Paulo Muszinski
36. Moacir Veras
37. Ivan Neves de Lima
38. Sidgley Claudino
39. José Maria Bernardeli
40. Waldir D'Angelis
41. Gamaliel Galvão
42. Carlos Lazaroto de Oliveira
43. Avelino Sestito
44. Silvio Beraldo
45. Lider da bancada estadual

Chapa "Oposição"

01. Alencar Furtado
02. Léo de Almeida Neves
03. Dalton Paranaguá
04. Francisco Leite Chaves
05. Antonio C. Belinati
06. Candido Pacheco Bastos
07. Nivaldo Kruger
08. Osvaldo Macedo
09. Helio Duque
10. Mauricio Fruet
11. Heitor Alencar Furtado
12. Valdmir Belinati
13. Nilso Sguarezi
14. Valdir Pugliesi
15. Nestor Batista
16. Darci Deitos
17. Alfeu Cezarini
18. Trajano Bastos
19. Valdenicio Barbalho
20. Paulino Stédile
21. Alceu Swaroski
22. Sebastião Rodrigues Jr.
23. Tadeu Bento França
24. Telma Dornelles Dantas
25. Arno André Giesen
26. Salazar Barreiros
27. Severino Nunes de Araujo
28. Jacomo Mascheti
29. Avelino Zanon
30. Ruy Sampaio
31. Izaltino Wistuba
32. Sinval Schreiner
33. Guido F. de Souza
34. Evaldo Ferreira Ramos
35. Romero Santos Lima
36. Edson Rodrigues Bastos
37. Lenine Dias
38. Alicio dos Santos
39. Pedro Gorges
40. José Gilberto Maggi
41. Isode Schmidt
42. Eliana Maria Cury
43. Pedro Paulo Glock
44. Edu Liberti
45. Lider da bancada estadual

PT 1381.164

JORNAL: Correio do Povo
Pasta M.D.B
Data 12/09/79 Estado PR

Secretaria de Segurança Pública

DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

Estado do Paraná

SECÇÃO DE INFORMAÇÕES

NOME:

FILIAÇÃO:

•PRONUNCIAMENTO•

Doutrina da guerra fria

Uma análise do Poder Militar na América Latina foi feita pelo Deputado Nelton Friedrich, do MDB. Disse que isso é a Doutrina de Segurança Nacional.

Em pronunciamento, ontem, na Assembléia Legislativa, o deputado Nelton Miguel Friedrich, do MDB, fez uma análise e perspectiva do Poder Militar na América Latina, enfatizando que "o Poder Militar aqui instalado e o que se convencionou denominar de Revolução de 64 no Brasil, vai além das peculiaridades nacionais e do que - medianamente - se conceitua, pois compõe uma estrutura montada na ideologia estrategicamente chamada de Doutrina de Segurança Nacional". O parlamentar emedebista afirmou, ainda, que "tal Doutrina, não há dúvidas, vem dos Estados Unidos e foi transmitida quase sem modificações às escolas de segurança nacional da América Latina". Nelton Friedrich fez uma ressalva: "analisar a Doutrina da Segurança Nacional não quer dizer se posicionar contra as Forças Armadas, até porque são grupos de militares que conseguiram impor no seu seio e Nação a forma especial dos regimes aplicadores da mesma".

Sem ser contestado, o deputado do MDB acrescentou em seu discurso, fazendo uma apologia de como entrou na política, que "não ingressamos nela pelo mero prazer que possa oferecer ou em razão da estrutura do mandato e seus efeitos mais imediatos. Entendemos que quem assim age, se aproxima do inconsequente e são apóstolos do vazio, ou, no máximo, são comparáveis aos pintores que projetam naturezas mortas nas paredes de navios que estão naufragando porque para aqueles, os políticos inconsequentes, como para estes, os pintores das coisas sem efeito e vida, pouco ou quase nada resta mudar ou renovar".

Voltando a falar sobre o que convencionou chamar de doutrina da segurança nacional. Nelton Friederich disse que ela surgiu no conjunto de cursos ministrados nas escolas militares norte-americanas e é impregnado dos elementos dessa doutrina, que foi fundada à época da guerra fria "nascida do antagonismo russo-americano e oferece toda a estrutura para se instalar ou manter um Estado forte ou uma determinada ordem social".

– "A Doutrina tem como ideólogo concepções estranhas, como a de que somente elites são aptas a escolher os objetivos nacionais e escolher soluções às massas. E essa elite, entendem, só se encontram no meio militar. A idéia básica, colocava a segurança como ponto inicial e definitivo, "mas foi em 1967, que com McNamara que os norte-americanos fazem alteração na doutrina de segurança nacional ao pregar que não há segurança sem desenvolvimento".

Depois destacou os chamados professores de geopolítica, afirmando que no Brasil, o General Golbery do Couto e Silva é o maior deles no Brasil, como Augusto Pinochet foi durante muitos anos professor de geopolítica no Chile". Segundo Nelton Friedrich, os professores geopolíticos brasileiros tem três grandes objetivos: ocupação de um território imenso e de espaços vazios do país; expansão na América Latina em direção ao Pacífico e ao Atlântico Sul e a formação de uma potência mundial.

– E se fizermos uma pesquisa - afirmou - analisando as leis de segurança nacional que passaram a proliferar em todos os países latino-americanos, cujos sistemas militares institucionalizaram a prática da violência aos Direitos Humanos, vamos ver, em todas, que não possuem outra finalidade senão "salvar" a democracia". Depois aduziu: "mas o que se viu e se vê é que a democracia pretendida é vista mais como algo a ser salvado que efetivamente posta em prática. E então passa a ter um sentido tutelar, isto é, a democracia - segundo Nelton - o povo terá, mas como recompensa, se bem comportado, num futuro que não sabemos quando virá, e, pois, nem que democracia será".

Ao justificar seu pronunciamento, Nelton Friedrich afirmou que ocupou a Tribuna para colaborar com o que chamou de desmistificação do que em nome da Segurança Nacional "tudo é possível e justificável, de se protelar a Democracia através da guerra fria do anticomunismo, do anti-sindicalismo ou anti-qualquer pessoa, ação ou coisa que não se submete aqueles que estão no Poder ou querem assegurar a continuidade do mesmo".

PT 1391.164

Secretaria de Segurança Pública

DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

Estado do Paraná

SECÇÃO DE INFORMAÇÕES

NOME: .....

FILIAÇÃO: .....

.....

PROFISSÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

MDB convida oficialmente os cassados a voltarem à política

gazeta do Povo 20/12/78

Em pronunciamento realizado ontem na Assembléia Legislativa, o líder do MDB, Nilso Sguarezzi, fez um convite a todos os cassados pelo AI-5 que agora se reintegrarão à vida política, para que passem a integrar o MDB, definido por ele com "a federação das oposições brasileiras".

Disse o parlamentar: "O MDB é um partido aberto e nosso critério é ampliativo. Assim todos os que sejam democratas sinceros e nesse grupo se incluem os cassados, sem nenhuma excessão, devem se filiar ao partido, pois quanto maior o número de filiados, maior sua representatividade". Com esta afirmação o presidente Ulisses Guimarães não só põe o MDB a disposição de todos os cassados que na próxima semana renascem politicamente, mas quer o MDB como o conjunto dos homens empenhados pela democracia, aqui no Paraná e em todo o Brasil, fazer, como estamos fazendo agora o convite geral para que todos se filiem ao MDB".

"Convidamos de maneira especial - continuou Sguarezzi - aos ex-integrantes do governo, especialmente aqueles que por sentirem-se incompatibilizados com seus princípios pessoais de democratas convictos, preferiram a dissidência ou o afastamento.

Se o partido do governo não lhes pôde proporcionar clima para continuarem na atividade política, nossa agremiação sentir-se-á honrada em tê-los na luta pela reconquista do estado de direito.

O que importa não é o passado, mas a experiência dele conquistada. Muitos brasileiros ilustres que pertenceram ao sistema, hoje estão com ele descompromissados e já individualmente vem assumindo posições de resistência ao arbitrio. Urge que estas lideranças e personalidades sejam drenadas para a federação das oposições em que se constitui hoje o MDB. Aqui fica o convite a todos, cassados pelo sistema e mesmo integrantes deste sistema que cassou, que filiem-se ao MDB, no próximo mês de janeiro. Reunindo adversários de ontem nos companheiros de luta de hoje, o MDB estará demonstrando na prática os benefícios da anistia".

FILIAÇÕES NOVAS

Disse ainda o líder do MDB na Assembléia Legislativa: "Por estas razões e pela popularidade que nossa legenda alcança, tenho certeza que no Paraná, como no resto dos Estados brasileiros, eminentes figuras de ex-cassados e de integrantes da própria Revolução, aliás figuras das mais notáveis e destacadas, estarão filiando-se ao MDB. Todos os que assim agirem, estarão contribuindo não apenas para aumentar as fileiras da oposição organizada e responsável, mas estarão oficialmente se incorporando no compromisso de restaurar sem delongas a democracia brasileira". ■

Anotado Pelo Dep 11/01/79 Pasta MDB Deputados

PT 1382.164

Secretaria de Segurança Pública

Delegacia de Ordem Política e Social

NOME: ..... Pront. N.º .....

FILIAÇÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

DATA	PROCEDÊNCIA	HISTÓRICO

O Estado do Paraná - 15/03/78

Na Comitê de Imprensa da Assembléia, o deputado Deni Schwartz, do [illegible]B, lamentava a "covardia de alguns parlamentares" que estão se retirando das sessões para não dar quorum à votação do requerimento do deputado Enéas Faria, que pede uma manifestação de apoio do Legislativo paranaense ao pronunciamento do coronel Tarcísio Nunes Ferreira. Deni aproveitou para também criticar a Mesa, acusando-a de não obedecer, na votação, a ordem de apresentação de requerimentos. E explicou que a Mesa coloca em votação primeiro os requerimentos da Arena ou aqueles que não ensejam discussões (votos de pesar, por exemplo), deixando para o final os assuntos polêmicos. Aí a bancada da Arena, em minoria, se retira.

Muitos deputados não escondem seu desalento diante da evolução dos acontecimentos políticos no País. E, como sempre quando se cria essa atmosfera de pessimismo, surgem os rumores de que não haverá eleições.

Imediatamente após a renúncia de Dalton Paranaguá, começaram ontem, na Assembléia, as especulações em torno de nomes para preencher a terceira sublegenda do MDB. A principal apontava o deputado Nelson Maculan, que sempre se manteve disposto a pleitear uma sublegenda na Convenção, como o mais provável substituto de Paranaguá.

O deputado Fidelci[illegible]lentino (MDB-Cascavel) voltou [illegible] falar sobre o aumento do funcionalismo público. Criticou especialmente o índice de 38%, considerando-o insuficiente notadamente para os servidores mais humildes.

Diretório Posto M.D.B

Anotado 17.3.78 COPE.

PT 3331.164

NOME: ..... Pront. N.º .....

FILIAÇÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

DATA	PROCEDÊNCIA	HISTÓRICO

Tribuna do Paraná 22.2.78

Celso entregou a liderança

Ivan, o novo líder do MDB

Em clima de tensão, Ivan eleito líder

Tribuna do Paraná 23/02/78

Em disputada eleição realizada ontem na Câmara Municipal, o vereador Ivan Ribas foi apontado como o novo líder do MDB no Legislativo, numa disputa que só se definiu alguns minutos antes da votação, que foi em aberto. O vereador Adalberto Daros teve participação direta na eleição, chegando quase a tumultuá-la, tentando impedir o acesso da imprensa, que já havia sido liberado pelos vereadores oposicionistas.

O resultado apresentou cinco votos para Ivan Ribas (de Mário Celso Cunha, Admar Bertolli, Antonio Marchalek, Lauro Carvalho Chaves e do próprio candidato) e quatro para Everaldo Silva, que foi apoiado por Adhail Sprenger Passos, Amadeu Geara e Cleinton Caldeira.

Um ambiente de tensão foi formado antes do pleito, em função do número de votantes. Ao final, prevaleceu o grupo que já havia atuado quando da eleição para a Mesa Executiva da Câmara. Ao falar sobre suas metas, o vereador Ivan Ribas disse que tentará, em primeiro lugar, acabar com a existência de duas alas, unificando a bancada para que se possa ter uma melhor atuação.

Autor Pastor MDB

PT1331364

Secretaria de Segurança Pública

Delegacia de Ordem Política e Social

NOME: ..... Pront. N.º .....

FILIAÇÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

DATA	PROCEDÊNCIA	HISTÓRICO

MDB indica deputados

O Estado do Paraná - 09/03/78

O líder do MDB na Assembléia, Enéas Faria, encaminhou ontem à Mesa os nomes dos deputados da oposição para integrar as comissões técnicas da Casa. Para a mais importante, a de Constituição e Justiça, foram indicados os deputados Muggiati Filho, Nelson Buffara, Maurício Fruet, Osvaldo Macedo e Waldenice Barbalho.

As demais terão a seguinte participação de emedebistas: Comissão de Finanças: José Antonio Del'Ciel, Benedito Lúcio Machado e Edilson Alencar; Comissão de Orçamento: Antonio Facci, Deni Schwartz e Dom[illegible]Caramela; Comissão de Agricultura: Ernesto Dall'Oglio, Hélio Manfrinatto e Edilson Alencar; Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações: Lineu Turra, Valter Pietrângelo e Jayme Carvalho; Comissão de Instrução Pública: Renato Bernardi, José Antonio Del'Ciel e Edilson Alencar; Comissão de Terras, Imigração e Colonização: Jayme Carvalho, Trajano Bastos e Hélio Manfrinato; Comissão de Polícia: Nilso Sguarezi, Jayme Carvalho e [illegible] Machado; Comissão de Saúde Pública: [illegible]'Oglio, Nilso Sguarezzi e Trajano Bastos; Comissão de Redação: Lineu [illegible] Jose Antonio Del'Ciel e Osvaldo Macedo; Comissão de Tomada de Contas: Antonio Facci, Hélio Manfrinato e Nilso Sguarezzi; Comissão de Turismo: Nelson Buffara, Adalberto Daros e Otássio Pereira; Comissão de Recursos Humanos: Deni Schwartz, Nelson Buffara e Lúcio Machado; Comissão de Ecologia e Meio-Ambiente: Renato Bernardi, Trajano Bastos e Muggiatti Filho; Comissão de Indústria e Comércio: Maurício Fruet, Lineu Turra e Deni Schwartz.

Anotar os fichados Pasta M.D.B. anotados em 27.09.78

PT1381.164

Secretaria de Segurança Pública

Delegacia de Ordem Política e Social

5

NOME: ..... Pront. N.º .....

FILIAÇÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

DATA	PROCEDÊNCIA	HISTÓRICO

Paranaense discorda do MDB do Rio

Jornal do Brasil 11/01/79

Curitiba — O presidente do MDB paranaense, Sr Euclides Scalco, criticou onttem o MDB do Rio de Janeiro por participar dos pleitos indiretos para governador e senador, apesar da vitória certa do Partido oposicionista nas eleições fluminenses: "E' um contra-senso que se opõe ao programa partidário".//

"O MDB do Paraná condena e considera ilegítima a escolha de Presidente e do Vice-Presidente da República, dos governadores e senadores por votação de um Colégio Eleitoral previamente acertado para que o Governo não perca eleições", disse o Sr Scalco.

Anotar
Pasta Partidos
M.D.B

Anotado
em 20 J. 79

Pt 1321. 364

Secretaria de Segurança Pública

Delegacia de Ordem Política e Social

NOME: ..... Pront. N.º .....

FILIAÇÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

DATA	PROCEDÊNCIA	HISTÓRICO
		TRIBUNINHAS Tribuna do Paraná 02/04/78 **Acusação de extorsão vai acabar em processo** Acusações feitas por um vereador da bancada do MDB na Câmara Municipal ao presidente do Diretório Municipal do partido, poderão levar a Comissão Executiva do MDB a abrir inquérito contra o político. Pertencente ao grupo autêntico, este vereador afirmou que Silvio Sebastiani estaria extorquindo Cr$ 2.000,00 de cada candidato às próximas eleições e que este dinheiro seria usado em sua campanha a deputado estadual. Ontem, durante a sessão, o vereador Ivan Ribas, líder do MDB, fez a defesa de Sebastiani, ao mesmo tempo em que criticou a posição "daqueles que se escondem no anonimato". Seu pronunciamento recebeu apartes dos vereadores Mário Celso e Lauro de Carvalho Chaves, que também criticaram a denúncia feita. "Chega de brincadeiras dentro da bancada", declarou Mário Celso. Ivan, por outro lado, provou que a cobrança da taxa é legal e inclusive tem respaldo do próprio Diretório Regional do MDB. Arquivo Setor Setor M.D.B. Curitiba em 29-6-78

PT 331.164

Secretaria de Segurança Pública

Delegacia de Ordem Política e Social

NOME: ..... Pront. N.º .....

FILIAÇÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

DATA	PROCEDÊNCIA	HISTÓRICO

Solidariedade a Brossard

O Estado do Paraná

A Nação continuará a ouvi-lo. O MD sente-se orgulhoso pela atuação patriótica de V. Exa". As afirmações estão contidas em telex que deputados da bancada estadual do MDB enviaram ontem ao senador Paulo Brossard, líder da oposição no Senado, de quem a bancada "colhe o estímulo e incentivo para continuar na resistência democrática, para antepor à subserviência - nossa altivez ante a apatia, nosso ideal ante os descaminhos do arbítrio, nossa imorredoura confiança no povo brasileiro, razão e objetivo de nosso partido".

Diz ainda o telex: "Avante Brossard, que a hora é dos corajosos". Assinaram os deputados Nilso Sguarezzi, Edilson Alencar, Antonio Facci, Benedito Lucio Machado, Maurício Fruet, Valter Pietrângelo, Jayme Carvalho e Waldenício Barbalho.

14 JUN 78

Autor
Pasta
M.D.B.

Artigo ou Artigos 28/05/78

PT1381.164

Secretaria de Segurança Pública

Delegacia de Ordem Política e Social

NOME: ..... Pront. N.º .....

FILIAÇÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

DATA	PROCEDÊNCIA	HISTÓRICO

Deputado condena Canet por omissão

Jornal do Paraná 26/05/78

O deputado Renato Bernardi (MDB-Maringá), presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito da Economia Paranaense, acusou ontem o governador Jayme Canet de se fazer passar por omisso diante da "espoliação dos recursos naturais do Estado", em função da construção de usinas hidrelétricas em suas fronteiras, sem qualquer compensação pelo alagamento de suas extensas áreas produtivas. O deputado lembrou que na última sexta-feira, em São Paulo, o presidente Geisel assinou autorização para que a Cesp — Centrais Elétricas de São Paulo S/A, proceda a exploração das usinas de Primavera, Rosana e Taquaruçu, no Paranapanema, que em conjunto deverão gerar 3,2 milhões de quilowatts. Isso, no seu entender, fere a legislação que estabelece as funções específicas da Eletrobrás e de suas subsidiárias regionais, a Eletronorte, Centrais Elétricas São Francisco, Furnas e Eletrosul.

Autor
Pasta
M.D.B
Estado em 30/05/78
Roberto

PTJ381.164

Secretaria de Segurança Pública

Delegacia de Ordem Política e Social

NOME: ..... Pront. N.º .....

FILIAÇÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

DATA	PROCEDÊNCIA	HISTÓRICO

MDB de Londrina quer José Richa no Senado

O Estado do Paraná - 02/05/78

LONDRINA (Sucursal) — O Diretório do Movimento Democrático Brasileiro - MDB de Londrina realizou na última sexta-feira, à noite uma movimentada reunião que contou com a presença dos maiorés nomes do partido no Paraná, membros de diretórios de várias cidade da região e grande número de pessoas, simpatizantes do partido. Embora a reunião tenha sido promovida apenas para discutir alguns assuntos preliminares com referência ao próximo pleito, o ambiente no anfiteatro da Associação Comercial de Londrina era de uma convenção do partido. Nessa reunião, dois assuntos mereceram destaque. O primeiro foi a decisão tomada pelo diretório acatando uma proposição do deputado federal João Olivir Gabardo, no sentido de que a Câmara de Vereadores de Londrina não participe do colégio eleitoral que homologará o futuro governador do Estado. O outro assunto foi o lançamento, por aclamação, do ex-prefeito de Londrina, José Richa, como candidato ao Senado Federal.

ANISTIA

Logo no início dos trabalhos presididos por José Alencar Soares Cordeiro, presidente regional do Partido, foi feita a leitura de um convite para o lançamento do Comitê Londrinense pela Anistia e Direitos Humanos. Na ocasião o jornalista Pedro Paulo Felismino explicou porque a criação do comitê.

Em seguida José Alencar apresentou a ordem do dia daquela reunião, cujos itens eram: a) definição da posição do Diretório Municipal face às próximas eleições para o Senado Federal. b) definição da posição do Diretório Municipal quanto à indicação pela Câmara Municipal de Londrina, de representantes ao colégio eleitoral que homologará o nome do futuro governador do Estado; c) fixação de critérios para indicação dos candidatos de Londrina à Câmara Federal e Assembléia Legislativa; d) outros assuntos de interesse do partido.

O primeiro a fazer uso da palavra foi o vice-presidente do Diretório Edilson Leal, para lembrar que a presença maciça do povo na reunião servia para mostrar que mais uma vez a força do MDB no Norte do Paraná e essa demonstração vai se concretizar no dia 15 de novembro, quando mais uma vez o MDB vencerá as eleições". No final de seu discurso Edilson Leal propôs o nome de José Richa como candidato ao Senado Federal. A indicação mereceu aplausos de todos presentes e logo depois Richa foi aclamado candidato ao Senado pelo MDB.

Seu nome deverá ser encaminhado ao Diretório regional nos próximos dias.

COLÉGIO ELEITORAL

Após a decisão do primeiro item da ordem do dia, foi iniciada a discussão do item que definiria a posição do diretório quanto à indicação dos representantes da Câmara de Londrina no colégio eleitoral.

Finalmente ficou definidio que os candidatos a candidatos a deputado federal e estadual, poderão apresentar a sua candidatura ao Diretório do Partido em Londrina dentro dos próximos 20 dias, depois de um estudo os nomes serão enviados ao diretório regional do partido.

Durante a reunião usaram da palavra, os deputados, Olivir Gabardo, Álvaro Dias, Otássio Pereira, Osvaldo Macedo, José Antonio Del Ciel, o vereador Cláudio de Almeida, senador Francisco Leite Chaves, ex-prefeito José Richa, prefeito Antonio Belinati e o ex-vereador Genecy Guimarães. O último, inclusive disse que "fiquei mais de dois anos preso por um crime que não cometi. Fiquei preso somente por querer lutar pelo povo e por ser bom ao povo. Eles me acabaram com o físico mas não com o meu espírito".

Vários deputados citaram Genecy em seus discursos, o mais comovente foi o de Osvaldo Macedo afirmando: "Este homem que foi preso por um crime que não cometeu traz nas costas as torturas que são as marcas da ditadura". Neste momento Genecy Guimarães chegou a chorar de emoção.

Anotar Pasta M.D.B Contado em 1/1/1/78

PT 138.1.164

Secretaria de Segurança Pública

Delegacia de Ordem Política e Social

NOME: ..... Pront. N.º .....

FILIAÇÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

DATA	PROCEDÊNCIA	HISTÓRICO

POLÍTICO VIGARISTA FOI DENUNCIADO À JUSTIÇA

Folha da Manhã - 28/01/78

O suplente de vereador do MDB, Raimundo Vieira da Cunha, foi denunciado pelo promotor público, Francisco Soares Lamego, pela prática de estelionato e apropriação indébita com prejuízos para 13 pessoas.

A denúncia envolve também o filho do político, Raimundo Vieira da Cunha Filho, pois ambos exploravam um escritório de despachantes no qual receberam de diversos clientes importâncias em dinheiro para pagamento de impostos e regularização perante o INPS e não deram andamento nos trabalhos.

A promotoria requereu, no final da denúncia, o fechamento do escritório e a proibição dos denunciados de exercerem a atividade, tendo o juiz Luis Antônio Ribas Leal, da Segunda Vara Criminal do Foro de Pelotas, atendido a petição.

Autor - Fato - M.D.B

Custado 22.2.78

PT 1581.164

Pasta MDB
Anotado 26-12-77
CCC

Autor aos quetiveram fechar 93

Correio de Notícias 15/12/77

ELEIÇÕES-78

Primeiro "listão"

Mais de 200 nomes já estão relacionados pelos diretórios regionais da Arena e MDB como interessados em concorrer a mandatos em 78. Conheça-os

José Laurentino Gomes

A partir dos primeiros meses do próximo ano, e em ritmo crescente até 15 de novembro, quase duas centenas de candidatos aos três escalões do Legislativo — Assembléia Legislativa, Câmara e Senado Federal — de ambos os partidos, estarão palmilhando o Estado em busca das simpatias e dos votos de 2.692.609 eleitores paranaenses (de acordo com dados de 15/11/74). Esse movimento eleitoral inclui duas etapas.

A primeira já se desenrola há alguns meses e restringe-se às articulações de âmbito interno dos partidos, com os políticos procurando assegurar suas candidaturas nas convenções partidárias que se realizarão em julho. A segunda fase, e a mais difícil, será a campanha eleitoral propriamente dita, com as exaustivas andanças pelo Interior e pelos centros urbanos, nos contatos "tét-a-tét" com o eleitor. Também esta fase já está em andamento, ainda que as candidaturas estejam indefinidas.

Dessa forma, faltando menos de ano para o desfecho eleitoral na boca das urnas, já é possível formar, sem aparar as arestas, um quadro em torno de quem serão os candidatos, partindo da coleta sistemática de dados em variadas fontes, de ambas as agremiações partidárias. Após esse trabalho foi possível observar que na Arena os nomes já se encontram em estágio mais avançado de definição que no MDB. Muito embora o partido situacionista encontre dificuldades que lhe são peculiares, como a indefinição quanto à sucessão estadual, e federal, ao senador eleito pela via indireta, e até mesmo em relação à própria conduta governamental no que tange às cogitadas mudanças de caráter político-institucional.

OS CANDIDATOS DA ARENA

Se realmente for mantida a tendência exposta até o momento, o ministro da Educação e Cultura, Ney Braga, deverá mesmo suceder Jayme Canet Junior no Governo do Estado. Em hipótese contrária, seriam cogitados os nomes de Saul Raiz, prefeito de Curitiba; Karlo Rischbieter, presidente do Banco do Brasil, e Affonso Alves de Camargo Netto, presidente do Diretório Regional da Arena. Essa perspectiva, no entanto, parece afastada, de acordo com a tese defendida por alguns setores de que a Revolução precisa de elementos realmente representativos na chefia dos executivos estaduais, para garantir a transição do estado de arbítrio para o estado de direito. Aí ficaria o nome de Ney Braga em posição prioritária para substituir Canet no Palácio Iguaçu.

Para o Senado Federal, pela via indireta, o biônico, também mantendo-se a hipótese de que Ney Braga volte ao Governo Estadual, parece difícil que não se concretize a candidatura Affonso Alves de Camargo Netto, que dissimuladamente vem pleiteando-a. Cogita-se também os nomes do deputado federal Alypio Aires de Carvalho, ou do atual senador Mattos Leão (eleito pela via direta, nos tempos em que só havia essa forma para se chegar à Câmara Alta).

Pela via direta, ainda para o Senado, existe a tendência no partido situacionista em apresentar três candidatos, ocupando todas as sublegendas, obedecendo o seguinte critério: "não se buscará abrigar posições conflitantes dentro do partido", conforme acentuou uma alta fonte arenista — mas sim acolher correntes expressivas da opinião pública estadual.

Assim sendo, o primeiro dos candidatos deverá emergir da camada jovem da população, possivelmente Luiz Roberto Soares, líder do Governo na Assembléia, ou Cleverson Teixeira, deputado federal. O segundo deverá ser eminente representante da agricultura, por ser a atividade mais expressiva do Estado. Aqui se encaixariam os nomes de Mário Stadler de Souza, presidente da FAEP, Roberto Wipych, presidente da Cotriguaçu, e Cassiano Gomes dos Reis Junior, ex-secretário da Agricultura. Finalmente, o terceiro candidato representaria a área tradicional da política paranaense, cogitando-se os nomes de Túlio Vargas, ex-deputado estadual e federal, Joaquim dos Santos Filho, deputado federal, e Colombino Grassano, representante pelo Norte do Estado.

REINHOLD STEPHANES
Deputado federal pela Arena.

JOSÉ RICHA
Senador pelo MDB.

Esse princípio deverá, necessariamente, ser respeitado na convenção partidária, desde que o governador Jayme Canet Junior decidiu mesmo não aceitar candidatar-se pela via direta. Segundo um dirigente arenista, se Canet não estivesse disposto a governar até o último dia de seu mandato, e aceitasse as reivindicações do partido, no sentido de que dispute o Senado, ele seria candidato único.

Para a Câmara Federal deverão tentar a reeleição todos os 15 atuais deputados, inclusive Túlio Vargas que se licenciou para ocupar a Secretaria do Interior e Justiça, e no caso de não concorrer ao Senado. O candidato número 1, deverá ser o ex-governador Paulo Cruz Pimentel, cuja candidatura a Executiva Estadual do Partido já garantiu publicamente, e segunda se admite em círculos arenistas, deverá ser o mais votado.

Dentre os deputados estaduais apenas dois garantiram sua candidatura à Câmara Federal: Ivo Thomazoni, por Pato Branco e David Federmann, por Ponta Grossa. Os demais candidatos são os seguintes: Reinhold Stephanes, presidente do INPS, Aroldo Moleta, diretor do Incra, Mário Stan, por Ponta Grossa, Benedito Pinto Dias, por Paranavaí, Antonio Cotrin, Renato Fernandes da Silva, por Campo Mourão, Pedro Artur Sampaio, por Nova Esperança, Donato Gulin, por Curitiba, Helio Mazzora, por Umuarama, Adalberto Machado, por Apucarana, Deni Mongruel, também por Ponta Grossa, e Antonio Mazurek, por Cascavel.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

Para a Assembléia Legislativa, além dos atuais 27 deputados que pleitearão a reeleição, a Arena deverá apresentar mais 44 candidatos, no mínimo um em cada sede de microrregião. Serão candidatos os secretários de Estado, João Elísio Ferraz de Campos e Francisco Borsari Neto. Por Curitiba deverão sair os vereadores Airton Cordeiro e José Domingos, Ervin Bonkoski e Rosa Maria Chiamulera.

No Interior do Estado, as candidaturas serão as seguintes: Iversen Chiorato, por São José dos Pinhais; Darley Parolin, por Campo Largo; Ciro Martins, Plauto Guimarães e Adilson Baggio, por Ponta Grossa; Antonio Mansur, por Ponta Grossa; Edson Scharam, por São Mateus do Sul; Florisvaldo Palácios, por Jacarezinho; Francisco Goulart, por Ibaiti; Francisco Beduschi, também por Curitiba; Floriano Ribeiro, por Cornélio Procópio; Rubem Valduga, Homem Oguido, Raul Zanone, por Londrina; Luiz Antonio Biachi, Jorge Maia Filho, por Apucarana; José Munhoz Sanches, por Arapongas; Orides Angelis, Ferrari Junior, Antonio Paula Pucca, Nogoru Iamamoto, por Maringá; Lauro Machado, Dionisio Dalprá, Adalberto Massa, por Paranavaí; Túgio Setogutte, José Luciano de Andrade, Nelson Vasconcelos, por Umuarama; Aristofanes Hatum, por Cruzeiro D'Oeste; Ovidio Franzoni, Cionorte, Nanir Piassentini, por Campo Mourão; Dercio Galafasse, Luis Piccoli, por Cascavel; Tércio Albuquerque, por Foz do Iguaçu; Luiz Bonato, por Medianeira, ou Orlando Kulkamp, Luis Carlos Borges da Silveira, por Pato Branco; Tulio Zanquetti, por Francisco Beltrão; e Amandio Babinski, por Laranjeiras do Sul, sendo este último provavelmente o único prefeito a concorrer às eleições do próximo ano.

PELA OPOSIÇÃO

Pelo MDB deverão concorrer ao Senado Federal, também três candidatos, sendo um por Curitiba, outro por Londrina—Norte do Estado, e um terceiro pela região Oeste. Parecem estar praticamente definidos os nomes de Enéas Faria, atual líder da bancada na Assembléia Legislativa; José Bitha, ex-prefeito de Londrina; e Nivaldo Krieger, ex-prefeito de Guarapuava. Cogita-se, porém, já em segundo plano, os nomes de Dalton Paranaguá, ex-prefeito de Londrina; Osvaldo Macedo, deputado estadual, Nelson Maculan, deputado federal, Muggiatti Filho, deputado estadual, e ainda Euclides Scalco, presidente do Diretório Regional do partido e suplente de senador.

Para a Câmara Federal deverão tentar a reeleição todos os atuais deputados, eleitos em 1974. Tentarão eleger-se, partindo da Assembléia Legislativa, Osvaldo Macedo, por Londrina; Hélio Manfrinato, por Cianorte, Maurício Fruet, por Curitiba; e Ernesto Dall'Oglio, por Toledo. Concorrerão também os vereadores Adhail Sprenger Passos, Amadeu Geara e Ivan Ribas, da Câmara Municipal de Curitiba; o economista Helio Duque, o ex-prefeito de Maringá, Silvio Magalhães Barros, Carmino Donato, e Heitor Alencar Furtado, filho do ex-líder na Câmara, Alencar Furtado, cassado pelo Ato Institucional número 5.

São candidatos à Assembléia Legislativa os atuais deputados, que tentarão reelegerem-se. Da Câmara Municipal de Curitiba sairão Mário Celso, Everaldo Silva, Cleiton Caldeira, Lauro de Carvalho Chaves. No Interior o quadro se mostra ainda excessivamente indefinido, mas é possível se adiantar alguns nomes: Anastácio Neto, por Telêmaco Borba; Alceu Saaroski, por Rio Negro; Nilton Friederich Toledo; Darcy Deitós, Campo Mourão; Jeremias Lobato, por Guaira; Antonio Romero Filho, por Umuarama; Arquimedes Cogo, por Ponta Grossa. De Cascavel deverão sair dois candidatos, um de Foz do Iguaçu, e um número ainda incerto de Maringá e Londrina.

PT 1381-364

Secretaria de Segurança Pública

Delegacia de Ordem Política e Social

NOME: ..... Pront. N.º .....

FILIAÇÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

DATA	PROCEDÊNCIA	HISTÓRICO

MDB apóia estudantes

O Estado de S. Paulo - 19/3/78

LONDRINA (Sucursal) - O Diretório Regional do MDB do Paraná, através do seu presidente, deputado Euclides Scalco, foi o primeiro a apoiar o Diretório Central dos Estudantes da UEL em sua decisão de não permitir uma auditoria em suas contas, por auditores da Reitoria, preferindo encaminhar questão para a Justiça comum, como foi noticiado ontem.

Numa carta encaminhada ao DCE, Scalco diz que "o Movimento Democrático Brasileiro não poderia omitir-se diante dos fatos, razão pela qual solicitarei às bancadas de nosso partido na Assembléia Legislativa, Câmara Federal e Senado manifestem solidariedade para com os estudantes de Londrina".

Eis, na íntegra, a carta do presidente do MDB do Paraná, deputado Euclides Scalco:

"Tenho acompanhado a luta, sem abrigar nenhum temor, do Diretório Central dos Estudantes da Universidade de Londrina em favor do restabelecimento da democracia, o que revigora as minhas esperanças na mocidade acadêmica do Paraná".

Em face da grave crise que atinge a universidade brasileira, já voltada para a educação da massa, despojada do natural papel crítico, que uma inteligência independente e livre deve exercer, creio, é com amargura que o digo, que ela se tornou uma engrenagem de opressão.

Por isso embora lamentando a odienta e insólita agressão sofrida pelo DCE, ela não me surpreende. É uma forma de impor a mocidade a subserviência, a obediência irrestrita ao poder dos dirigentes.

Senhor presidente do DCE, o Movimento Democrático Brasileiro não poderia omitir-se diante dos fatos relatados, razão pela qual solicitarei as bancadas de nosso partido na Assembléia Legislativa, Câmara Federal e Senado leitura de sua carta manifestando nossa solidariedade para com os estudantes de Londrina.

Os estudantes, futuros dirigentes da sociedade, devem, com isenção político-partidária, discutir todos os problemas, com a clara consciência de que é necessário assegurar o primado do estado de direito, sem o qual não haverá garantias dos direitos e liberdades fundamentais".

Além do MDB paranaense, o DCE espera apoio de diversas outras entidades e pessoas representativas de Londrina e do País, para quem enviou, no começo deste mês, cartas pedindo solidariedade. Na principal destas cartas, depois de relatar a história do movimento estudantil de Londrina e as dificuldades enfrentadas pelo DCE no ano passado por pressões da Reitoria, com ênfase para a questão das verbas e da auditoria, os estudantes concluiam dizendo:

"Estamos certos de que o motivo de tanta teimosia (da Reitoria), tanta obstinência e a resistência intransigente, organizada, perseverante e democrática dos estudantes e da comunidade de Londrina, que cerram fileiras cada vez mais firmes em torno das propostas democráticas do Poeira (o jornal dos estudantes) e das entidades estudantis".

"O que intriga nossa Reitoria - acrescentam - é o fato de os estudantes continuarem votando em massa no Poeira, depois de tantas pressões, o fato do DCE continuar trabalhando, mesmo sem receber nenhuma verba, contando apenas com o apoio leal e decidido da nossa comunidade".

Pasta MDB

Anotado 17/4/78 Eliane

PT 1381.364

Secretaria de Segurança Pública
Delegacia de Ordem Política e Social

NOME: .....

FILIAÇÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

Pront. N.º .....

DATA	PROCEDÊNCIA	HISTÓRICO

Anulado
22.3.77

Anotar
Pasta
MDB

TRIBUNA DO PARANÁ CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, 7 DE MARÇO DE 1977

ou matar mais um

revólver que
sta da qual
abe ao certo
em bancos
s, comentan-
de 2 milhões
al prefeito de
i, estaria na
r 55 mil cru-
ria avalizado
era deputado

-O

m bancos e
s para seus
co de serem
va de Zanoti,
no deputado
projeto de
ilo", da qual
o, o projeto,

As brigas de galo, por sinal, já deram alguma notoriedade ao pitoresco parlamentar: ele já foi entrevistado pela Rede Globo e mereceu reportagem de duas páginas na revista "Fatos e Fotos", sempre em torno do mesmo assunto. Em outra ocasião, ganhou entrevista também na Rede Globo, mas na condição de membro da Comissão de Ciências e Tecnologia da Câmara Federal "todo o deputado é membro de alguma comissão e ele escolheu esta". Numa reportagem sobre Disco Voadores, ele foi ouvido, como membro daquela Comissão e disse que "o Disco Voador é primo-irmão do lobisomem – muita gente acredita mas ninguém prova que viu".

COMO É QUE FICA?

Em seguida ao incidente de sexta-feira, que os envolvidos tentaram manter em sigilo, os membros da Bancada paranaense do MDB se reuniram e resolveram comunicar o fato ao líder do partido, o também paranaense Alencar Furtado. Acredita-se que o partido não venha a tomar nenhuma providência, já que, se eventualmente Zanoti for cassado, não haverá possibilidade de um suplente assumir. E se ele fosse forçado a renunciar não haveria um suplente para ocupar sua vaga: o único que existia, – Samuel Rodrigues – já está ocupando a vaga que Belinati deixou quando foi eleito prefeito de Londrina.

ELEITO NA ENXURRADA

Esta mesma situação – a inexistência de suplentes – explica e a presença de Expedito Zanoti na Câmara Federal: em 1974, pouca gente se animava ao sair candidato a qualquer cargo pelo ainda incipiente MDB do Paraná. Os dirigentes do partido, então, viram-se na contigência de, em vez de selecionar seus candidatos, ter que implorar e agradecer a qualquer pessoa que se manifestasse disposta a candidatar-se a qualquer cargo. Assim, com o avalanche de votos que o partido oposicionista recebeu aquele ano, até Expedito Zanoti acabou eleito, apesar dele não ter feito mais de 2.600 votos, que lhe assegura o último lugar na lista dos novos parlamentares.

CRIMINOSO

Na época em que o deputado Francisco Pinto foi cassado e preso e anunciou que ia escrever um livro ("Do Congresso ao Carcere") Zanoti começou a anunciar que também iria escrever um com o título "d. Cárcere ao Congresso". Tratava-se, obviamente, de sua experiência pessoal. Em 1972, quando era vereador em Apucarana, uma noite saiu da sessão da Câmara, pegou o carro, foi até Arapongas e parou defronte ao hotel onde sua mulher passara a viver desde que desistira de conviver com ele. Entrou e localizou-a na cozinha pacatamente "batendo papo" com sua comadre, a proprietária do estabelecimento. Quando a sua mulher o viu entrar de arma na mão ainda tentou correr mas não houve tempo: ele a matou com dois tiros nas costas. Em seguida, tranquilamente, retornou ao carro e voltou para Apucarana.

Dois anos depois, foi julgado e absolvido, por 4 votos a 3. O promotor, não se sabe se por distração ou excesso de trabalho teria deixado transcorrer o prazo de 5 dias dentro do qual poderia recorrer em vista disso Zanoti foi definitivamente absolvido e logo depois, eleito deputado federal.

95

Deputado tentou matar ma

LONDRINA – (Sucursal) – O deputado federal Expedito Zanoti tentou matar a tiros, sexta-feira à tarde, em Brasília, em pleno gabinete do vice-presidente do MDB, ao seu colega emedebista paranaense, Osvaldo Buskey. O incidente ocorreu durante uma reunião em que vários parlamentares "davam uma prensa" em Zanoti, pelo fato dele haver deixado ir para o cartório de protestos diversos títulos de empréstimos bancários que fizera com o aval de seus colegas.

No gabinete do deputado por Goiás, Ademar Santillo, vice-presidente do MDB, estavam reunidos o próprio Santillo, Zanoti, Buskey e mais os emedebistas capixabas Edemir Furlan e Aluisio Santos, todos avalistas de Zanoti. Buskey, que teria avalisado um empréstimo de aproximadamente 200 mil cruzeiros para Zanoti, era o que estava mais irritado, cobrando com insistência do colega o pagamento dos seus débitos bancários.

"JÁ MATEI"

Quando Busquey cogitou de Zanoti entregar aos seus avalistas as terras que havia adquirido em Goiás, com o dinheiro que levantou em bancos, este abriu a pasta, puxou um revólver calibre 38 cano longo, apontou para o colega e chegou a engatilhar a arma. Enquanto Buskey saía correndo, os outros deputados dominavam Zanoti, que repetia em altos brados, "já matei minha mulher, já mandei matar um cara que atrapalhava os negócios do meu pai e não me custa nada matar mais um".

Esta mesma frase Zanoti já usou diversas vezes, sempre que teve alguma "diferença" com algum deputado, mas na sexta-feira, foi a primeira vez em que ele chegou a sacar em plena Câmara Federal, o revólver que carrega na volumosa pasta da qual nunca se separa. Não se sabe ao certo o total que Zanoti levantou em bancos com aval de seus colegas, comentando-se que seria em torno de 2 milhões de cruzeiros. O próprio atual prefeito de Londrina, Antonio Belinati, estaria na iminência de ter que pagar 55 mil cruzeiros de um título que teria avalizado para Zanoti quando ainda era deputado federal.

BRIGA DE GALO

Além de empréstimos em bancos e criar problemas financeiros para seus colegas que aceitaram o risco de serem seu avalista, a única iniciativa de Zanoti, de que se tem notícia, como deputado federal, foi apresentar, um projeto de legalização da "briga de galo", da qual ele é um grande aficionado, o projeto, naturalmente, foi rejeitado.

As brigas de galo, por sinal, já deram alguma notoriedade ao pitoresco parlamentar: ele já foi entrevistado pela Rede Globo e mereceu reportagem de duas páginas na revista "Fatos e Fotos", sempre em torno do mesmo assunto. Em outra ocasião, ganhou entrevista também na Rede Globo, mas na condição de membro da Comissão de Ciências e Tecnologia da Câmara Federal "todo o deputado é membro de alguma comissão e ele escolheu esta". Numa reportagem sobre Disco Voadores, ele foi ouvido, como membro daquela Comissão e disse que "o Disco Voador é primo-irmão do lobisomem – muita gente acredita mas ninguém prova que viu".

COMO É QUE FICA?

Em seguida ao incidente de sexta-feira, que os envolvidos tentaram manter em sigilo, os membros da Bancada paranaense do MDB se reuniram e resolveram comunicar o fato ao líder do partido, o também paranaense Alencar Furtado. Acredita-se que o partido não venha a tomar nenhuma providência, já que, se eventualmente Zanoti for cassado, não haverá possibilidade de um suplente assumir. E se ele fosse forç a renunciar não haveria um suple para ocupar sua vaga: o único que e tia, – Samuel Rodrigues – já está oc pando a vaga que Belinati dei quando foi eleito prefeito de Londri

ELEITO NA ENXURRADA

Esta mesma situação – a inexistên de suplentes – explica e a presença Expedito Zanoti na Câmara Federal: 1974, pouca gente se animava ao candidato a qualquer cargo pelo air incipiente MDB do Paraná. Os dirig tes do partido, então, viram-se na co gência de, em vez de selecionar se candidatos, ter que implorar e agrac cer a qualquer pessoa que se manif tasse disposta a candidatar-se a qu quer cargo. Assim, com o avalanche votos que o partido oposicionista rec beu aquele ano, até Expedito Zar acabou eleito, apesar dele não ter fe mais de 2.600 votos, que lhe assegur último lugar na lista dos novos par mentares.

CRIMINOSO

Na época em que o deputado Fr cisco Pinto foi cassado e preso e anu ciou que ia escrever um livro ("Do C

26

NOME: ..... Pront. N.º .....

FILIAÇÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

O Estado do Paraná - 15/03/78

Paranaguá não disputa

"Prefiro o silêncio a ser mais um proscrito. Com estas regras do jogo não participo. É preferível ser um covarde inteiro que um herói morto". Sob essas alegações e tecendo fortes críticas ao regime de governo vigente no País, o ex-prefeito de Londrina, Dalton Paranaguá, desistiu ontem de sua candidatura ao Senado Federal, pela via direta, por ele mesmo lançada há dez dias. Sua posição, revelada durante uma entrevista coletiva à imprensa, causou surpresa aos meios políticos do Estado, e até mesmo aos seus próprios companheiros de partido, que tinham como certa sua candidatura, ao lado de Enéas Faria e José Richa.

Dalton Paranaguá adiantou que, de forma alguma, irá participar da campanha eleitoral deste ano. Admitiu que o MDB tem sido no decorrer de todos esses anos um elemento legitimador da situação, embora não concorde com a tese de sua extinção, pois o partido de Oposição representa, neste momento, uma última esperança para o povo brasileiro que "já não se mantém ereto, mas sim de joelhos, e pede a Deus por outras soluções, pois as humanas já estão esgotadas". Argumentou ainda que "se um coronel fala e a casa cai, não quero ser eu mais um instrumento de fazer a casa cair".

DEMOCRACIA

O ex-prefeito iniciou a entrevista, por ele mesmo convocada no dia anterior, dizendo entender democracia como foi entendida por Lincoln: "Governo do povo para o povo e pelo povo". Democracia, no seu ponto de vista, deve contar "com os três Poderes, absolutamente constituídos, harmônicos e respeitados; com a participação dos partidos políticos, exercendo, através da atividade política, a plena e total democracia e oferecendo, através das teses, a possibilidade do povo [illegible] suas opções livremente; e com esses meios os partidos em busca do poder".

"Não entendo democracia [illegible]se — com leis de exceção, mas com uma Constituição válida; não como uma lei impeditiva de que o povo saiba das grandes verdades, hoje presentes na vida brasileira; não entendo democracia com Lei Falcão, nem com Ato Institucional número 5, nem com casuismos e com pacotes. No meu ver, o grande adversário nesta luta pela democracia, não é a Arena, mas o próprio governo. A Arena não faz nem desfaz, não pensa e não dá sequência, não é nem não é, pois, na verdade, quem faz e desfaz, quem planeja e executa, cassa, pune, bane, expatria, quem impõe e violenta a consciência nacional e é o governo e é ele o nosso grande adversário das oposições brasileiras".

ATOS TRAIÇOEIROS

Acrescentou que "é o governo que se especializou nestes 14 anos em atos traiçoeiros com o povo, sempre com o bote, sempre traindo a vítima, que é o povo". Esse governo, segundo Dalton Paranaguá, dá o bote no estudante, com o decreto 477, e "quando ele — o estudante — entende de divergir, já fica marcado". Da mesma forma dá o bote no trabalhador brasileiro, que todo ano tem um reajuste salarial de 30%, enquanto o índice de inflação cresce em 40%, gerando "um empobrecimento progressivo".

De igual maneira, "dá o bote no lavrador, dizendo "plante que o governo garante", mas não diz o que garante. Isso se faz na hora do plantio e do financiamento, mas na época da colheita e da venda do produto, o produtor se depara com o confisco e com preço mínimo muito aquém do desejado". Também o político é traído pelo governo, pois afirma-se que há liberdade de expressão e de crítica. Mas quando o político vai à televisão e tece críticas ao governo, é cassado o líder da Oposição e o presidente do Partido é posto às malhas da Justiça".

O governo, prosseguiu o ex-prefeito, "dissemina a discórdia e o conflito na opinião nacional". Assim, "cria o impasse, impõe à oposição o impeditivo de chegar ao poder. O governo sabia que o MDB faria 18 governadores pelo voto direto e, por isso, fechou o Congresso, calou a voz da Nação brasileira, e estabeleceu um pacote de leis de uma violência incomensurável. O que se estabeleceu, é um esquema que contraria o diálogo, com a existência de senadores até descartáveis. Há um governo forte e um povo fraco, que não escolhe e não decide".

EM NOME DE QUEM?

"Em razão deste contexto, sentir-me-ia chocado em sentar-me ao lado de um senador e, no primeiro aparte, eu ter que dizer-lhe: falo em nome do povo e V. Exa. em nome de quem?" Dalton Paranaguá lembrou o pronunciamento feito pelo presidente Geisel em Gramado, no Rio Grande do Sul, onde afirmava que o inimigo está no MDB. "Que razões temos para sermos seus inimigos?" — perguntou.

Ponderou que "no momento em que dos quartéis vem um grito de liberdade, surgido de irmão, diferente apenas no uso de uma farda, com os mesmos ideais, que entendeu também divergir, como toda a Nação brasileira e, por isso, foi preso, não quero ser mais um banido e aceito a regra do jogo, não quero coonestar esse estado de coisas. E o faço entendendo que estou prestando um serviço à minha terra e à minha gente. Pode parecer covardia, mas nesses dias prefiro sair covarde e inteiro, que um herói morto. Quando a Nação puder ser livre, novamente, me sentirei livre como todos os brasileiros e poderei exercer a política da forma mais ética e correta".

PIMENTEL

Dalton Paranaguá revelou que, ontem, visitou "um grande amigo", o ex-governador Paulo Pimentel, "e disse não entender sua posição na Arena onde, representando uma ponderável parcela do povo paranaense, está num contexto de irmão comendo irmão". "A Nação inteira sabe que massacrado, pisado, continua na Arena" - lembrou. "Entendo que a hora é de renúncia, para que eu não apanhe como ele - o ex-governador - está apanhando, e talvez tenha que deixar esta terra para viver em outra. Prefiro o silêncio a ser mais um proscrito. Nesta regra do jogo eu não participo".

"A hora — frisou — é de política, é da oposição, e quero deixar que outro companheiro carregue esta bandeira. Eu me retiro por estas razões". Declarou que lançou sua candidatura, há dez dias, "entendendo que o quadro merecia uma reflexão, e, após diversos contatos, cheguei à conclusão que seria essa a melhor decisão: não aceitar as regras do jogo". Dalton Paranaguá deu a entender que, no momento em que lançou sua candidatura as condições eram outras.

Os fatores determinantes dessa sua decisão, segundo disse, foram os novos desdobramentos em torno das reformas políticas que o governo diz pretender realizar e, também, o episódio do tenente-coronel Tarcísio Nunes Ferreira, exonerado do comando do 13.º Batalhão de Infantaria Blindado e preso por vinte dias.

Questionado sobre a possibilidade do MDB [illegible] maiorias nas Casas legislativas, após as eleições de 15 de novembro e, com isso, pressionar o governo a fazer reformas de maior profundidade, respondeu que "o MDB já teve condições de exercer seu poder legislativo e, quando isso aconteceu, o governo fechou o Congresso". O MDB, no seu ponto de vista, está legitimando a situação. Mas o partido não deve se dissolver, porque "ainda resta uma réstia de esperança e a madrugada vai chegar, não importa quantos seja os banidos e cassados".

Ficha Pasta M.D.B. Deputado 17-3-78

PT 1381

Secretaria de Segurança Pública

Delegacia de Ordem Política e Social

NOME: ..... Pront. N.º .....

FILIAÇÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

DATA	PROCEDÊNCIA	HISTÓRICO

Deputado diz sofrer pressões

Jornal do Brasil - 19/4/78

São Paulo — Em nota à imprensa, o Deputado federal Rui Brito (MDB-SP) denunciou que está recebendo pressões por parte da Polícia Federal, em São Paulo, em consequência de um informativo denominado *Momento Operário*, distribuído aos seus eleitores sob sua responsabilidade.

Revelou que anteontem, agentes da Polícia Federal estiveram no prédio em que mora, fazendo indagações inclusive a outros moradores e levando um dos seus assessores para depor na sede do órgão. "Ignoramos os motivos de tal investigação, apresentada como rotineira. Estranhamos que tenham sido procurados nossos assessores, quando pessoalmente poderíamos ter sido encontrados sem dificuldades. A que se deve tal empenho? O informativo divulga nossas posições a respeito da situação atual. E' uma síntese da atuação que vimos desenvolvendo, numa forma gráfica capaz de atingir e esclarecer os trabalhadores", diz a nota.

Anotador
Pasta MDB

Anotado
26.1.78

PT 331.164

JORNAL Correio de Notícias
Posta MDB
Data 01/09/79 Estado PR

Secretaria de Segurança Pública
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

Estado do Paraná

SECÇÃO DE INFORMAÇÕES

NOME:

FILIAÇÃO:

PROFISSÃO:

RESIDÊNCIA:

Oposição se reúne pela democracia

A oposição brasileira estará reunida segunda-feira em Curitiba. Pelo menos é o que se deduz ao se ler o convite feito pelo Diretório Municipal de Curitiba, já presidido por Enéas Faria, para o Ato Público de regozijo pela volta dos anistiados.

Gente importante se reunirá a partir das 20 horas na Faculdade de Direito de Curitiba: Teotonio Vilela, Fernando Henrique Cardoso, Alencar Furtado e como não poderia deixar de ser, Luiz Ignácio da Silva, o Lula, que também estará no Teatro do Paiol, naquela noite, participando das Parcerias Impossíveis. Enéas Faria disse que esta é a promoção a nível nacional, entre as muitas, que o Diretório Municipal de Curitiba vai promover.

***

Outro assunto enfocado por Enéas Faria, ontem: "Me recuso a falar em extinção do MDB". Farias disse que não raciocina em termos de extinção do partido, embora admita que "tal violência pode ocorrer". Segundo ele, a Convenção realizada domingo passado foi válida sob vários pontos de vista e demonstrou que a democracia ainda impera no seio do MDB: "não vão solapar nunca a voz da oposição. Temos idéias e o povo as compreende. O MDB vai estar sempre unido porque vamos trabalhar sempre por ele".

PT 1381.164

Secretaria de Segurança Pública

Delegacia de Ordem Política e Social

57

NOME: ..... Pront. N.º .....

FILIAÇÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

MDB EM CRUZEIRO DO OESTE

Deputados federais e estaduais do MDB estarão amanhã, as 19 horas, em Cruzeiro do Oeste, quando acontecerá uma grande concentração política para o lançamento da candidatura do advogado Denis Deusdete Alvaro Gomes à Prefeitura daquela cidade.

Denis, que é suplente de deputado, pretende reunir mais de mil pessoas para que sua candidatura tenha uma arrancada **"com condições para levar o MDB a uma grande participação nas eleições locais"**, conforme declarou à reportagem do DP.

Gazeta do Povo 26-2-76

HISTÓRICO

PASTA:
M.D.B
Anotado em 15-6-76

PT 381.164

Secretaria de Segurança Pública

Delegacia de Ordem Política e Social

60

NOME: ..... Pront. N.º .....

FILIAÇÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

HISTÓRICO

folha de Londrina - 16/3/76

Político preso em Olinda

RECIFE — Manoel Teodósio Neto, que coordenou a campanha eleitoral do MDB em 1974, acha-se preso desde sexta-feira última, no quartel da Polícia Especial do Exército, na cidade de Olinda, por determinação dos órgãos de segurança em Pernambuco.

Ele, que é filiado ao MDB e que se apresenta como um dos mais fortes candidatos à Câmara Municipal do Recife no pleito de novembro, apresentou-se aos órgãos de segurança acompanhado pelo advogado Boris Trindade, que fora contratado pela Direção Regional do MDB.

Manoel Teodósio Neto apresentou-se às 9 horas da manhã, depois de por várias vezes a Polícia Federal haver comparecido à sua residência, que chegou a ser também revistada. Os policiais, que portavam um mandado de prisão, na primeira visita, detiveram seus irmãos Joel e Ricardo Siqueira Teodósio — o primeiro professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, os quais já foram soltos.

Em Brasília, o deputado Jarbas Vasconcelos, presidente do MDB de Pernambuco, pediu providências das autoridades para localizar o industriário Manoel Teodósio, de Olinda, preso, sexta-feira última no quartel da Polícia do Exército.

PASTA:
M.D.B/PE

Anotado em

PT1381.164

MDB já tem candidatos: 63

A Convenção Municipal do Diretório Metropolitano do MDB, realizada ontem à noite, escolheu ontem à noite sua chapa de candidatos à Câmara de Vereadores de Curitiba, nas eleições de 15 de novembro próximo. Foi a primeira convenção realizada no Paraná e, ao que consta, do Brasil, com vistas ao lançamento de candidatos para o próximo pleito.

É a seguinte a chapa completa da oposição (63 nomes): Adhail Sprenger Passos, Agostinho Bonin Jr., Alípio Santos Leal Neto, Alberto Xavier Ratton, Antonio Bombilio, Antonio Marchalek, Balvino Muller, Carlos Pertel, Cleinton Caldeira, Dino Brassac, Eduardo Izar, Everaldo Silva, Hemédio Taiss de Souza, Hernani Guimarães Medeiros, Italo Tanaka, João Dario de Oliveira, João Gilberto Maggi, José Gabriel Gugielmin, Jorge Arasaki, Lauro Carvalho Chaves, Lincoln do Carmo Santos, Mário Celso Cunha, Milton Luiz Pinheiro, Moacir Tosin, Neide de Azevedo Lima, Neri Lagos, Odair Ferreira, Paulo Muszinski, Pedro Gorges, Ricardo Mac Donald, Rubens Melantonio, Waldir Rocha D'Angelis, Admar Bertolli, Airton Gusmão, Alceu Dalabona, Amadeu de Mio Geara, Antonio Zarimniak, Armando Mazari, Bruno João da Silva, Carlos Eduardo Mattar, Coaraci Barros de Noronha, Du-Vernay Carlos Magno, Emilio Mauro Barbosa, Glauco Souza Lobo, Hélio Cury, Humberto Gusso, Ivan Ribas, João Culik, José de Vittis Silva, José Almeida, José Maciel Pinto, Léo de Lima, Luiz Adamião Pereira, Manoel Lourenço de Carvalho, Moacir Nogueira, Mozarte de Quadros, Nelson de Miranda, Nerino Caruso, Odilon Santos, Paulo Sergio Ferrarini, Percy Alfredo Hemann, Rubens Eugênio Cardoso e Sidgley Claudino.

Os candidatos a candidatos foram assistir ao sorteio.

FLASH SOCIAL

Luís Antônio

"Uma Noite Diferente" no Jockey e "3 do Rio" na Rio Branco, as dicas

ROTEIRO

"Sorriso Verão", sh de hoje a doming

CINEMA

tiro no escuro". Nesta nova fita, o diamante "pantera cor-de-rosa" é roubado mais uma vez. A música é novamente de Henry Macini, agora com letras de Hal David. Com Peter Sellers, Christopher Plummer, Catherine Scheel, Herbert Lom, Peter Arne, Gregoire Aslan. O filme marca a reabertura do Cine Marabá, reformado e agora com o nome de Bristol. Censura livre. Às 14, 16, 20 e 22 horas; sábados e domingos também às 18 horas. Ingressos: Cr$ 12,00 e Cr$ 6,00.

SÃO JOÃO (Rua Desembargador Westphalen, 165 - Fone 22-5554) — "Amadas e violentadas", fita policial produzida por David Cardoso e dirigida por Jean Garret. Segue na linha de "A ilha do desejo", que andou batendo recordes de bilheteria, principalmente em São Paulo, graças a uma promoção bem feita pelo produtor. Esta nova fita parece mais bem acabada e realizada tecnicamente. Com David Cardoso, Fernanda de Jesus, Márcia Real, Zélia Diniz. Censura: 18 anos. Ingressos: Cr$ 12,00 e Cr$ 6,00.

[illegible]OLI (Rua Emiliano Perneta -

deal, é sequestrado em Portugal. O zelador do prédio tenta elucidar o ocorrido; não consegue, entra em crise e tenta o suicídio. É salvo e levado a um psicanalista, que transfere o problema para o homem que faz a limpeza do consultório. O faxineiro se vê obrigado a transformar-se em detetive e sair pelo mundo atrás do elevador. E ele acaba no Brasil. Trata-se de uma das mais caras produções do cinema brasileiro. Música de Nonato Buzar, fotografia de Dib Lutfi. Com Raul Solnado, Jorge Dória, Mara Rúbia, Grande Otelo, Nelson Dantas, Betty Saddy, Fábio Sabag, Fregolente, Moacir Deriquem. Censura: 10 anos. Às 14, 16, 20 e 22 horas; sábados e domingos, também às 18 horas. Ingressos: Cr$ 12,00 e Cr$ 6,00.

ÓPERA (Avenida Luiz Xavier, 40 - Fone 22-5554) — "Cada um dá o que tem", comédia nacional, reprise. Fita em episódios: "O despejo", "Cartão de crédito" e "Uma grande vocação", dirigidos por Adriano Stuart, John Herbert e Silvio de Abreu. Com Eva Wilma, Nídia de Paula, Suzana Gonçalves, Alcione Mazzeo, Tania Caldas, John Herbert, Luiz Carlos Miele, Ewer-

caicinhas", comédia nacional com dois episódios dirigidos por Braz Chediak e Sindoval Aguiar. Com Lady Francisco, Sandra Mara, Felipe Carone, Maurício do Valle, Marco Nanini. Censura: 18 anos. Às 14, 16, 20 e 22 horas. Ingressos: Cr$ 6,00 e Cr$ 3,00.

PLAZA (Praça General Osório, 125 - Fone 22-0308) — "O supereficiente", comédia italiana sobre um "bicão" que deseja ser mordomo nas casas mais ricas e nobres. E acaba vivendo horas de muito prazer e outras de profundas confusões com suas patroas. Com Lando Buzzanca, Martine Brochard, Silvia Monti, Eleonora Fani, Femi Benussi, Luciano Salce. Censura: 18 anos. Às 14, 16, 18, 20 e 22 horas. Ingressos: Cr$ 8,00 e Cr$ 4,00.

AVENIDA (Avenida Luiz Xavier, 37 - Fone 22-5554) — "Violentos do Kung Fu", mais uma fita explorando a violência das artes marciais. Apesar da semelhança entre uma fita e outra, o gênero ainda tem adeptos. Com Alan Tang e Helen Poon. Censura: 18 anos. Às 14, 16, 18, 20 e 22 horas. Ingressos: Cr$ 6,00 e Cr$

Secretaria de Segurança Pública

Delegacia de Ordem Política e Social

NOME: ..... Pront. N.º .....

FILIAÇÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

DATA	PROCEDÊNCIA	HISTÓRICO

PASTA
M.D.B./P.R.
Anotado em 15-06-76

PT1371.164

Secretaria de Segurança Pública

Delegacia de Ordem Política e Social

NOME: ..... Pront. N.º .....

FILIAÇÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

DATA	PROCEDÊNCIA	HISTÓRICO
PRISÕES EM SP O deputado Airton Soares (MDB-SP) denunciou, ontem, na Câmara, a prisão de várias pessoas em São Paulo, e Sorocaba, ligadas ao partido oposicionista. Segundo revelou, na capital paulista foi preso Henrique Daragona Busoni e naquela cidade interiorana o vereador João dos Santos e outros membros do MDB, cujos nomes ainda não foram apurados. Protestou ele pela forma como as prisões foram efetuadas, nas residências dos detidos, pela madrugada de ontem, sem que seus familiares ficassem sabendo quem era a autoridade coatora e para onde seriam levados os presos.		

1

b9

M.D.B/S.P.

Autoctes em 14-08-70

PT1381364

Secretaria de Segurança Pública

Delegacia de Ordem Política e Social

63

NOME: ..... Pront. N.º .....

FILIAÇÃO: PASTA: M.D.B. .....

RESIDÊNCIA: .....

DATA	PROCEDÊNCIA	HISTÓRICO

PT1382.164

Neide, candidata do MDB

Professora do ensino médio, com curso de pós-graduação na área de Psicologia Educacional e licenciada em Pedagogia, 30 anos dedicados "exclusivamente à educação paranaense", Neide de Azevedo Lima é a candidata a vereadora que o MDB de Curitiba lançou para fazer frente as duas da Arena. Com 43 anos, viuva há 14, mãe de três filhos, Neide não teme as concorrentes porque "o peso da autoridade é sempre dobrado".

Natural de Jundiaí do Sul, Paraná, a candidata do MDB diz ter sua base eleitoral no calor humano e nos diálogos com a juventude. Seus ex-alunos estão a sua disposição "para o que der e vier" conforme uma relação de 53 nomes enviados a sua residência, telefonemas e cartinhas vindas, inclusive do Interior do Estado. A disposição da Diretoria da Polícia Civil, Neide traz sua plataforma eleitoral em um pequeno livro mimeografado, onde se apresenta como "Uma senhora candidata". Simpática, culta, bem falante, foi ela a oradora no encerramento da convenção que homologou os 63 candidatos à Câmara Municipal de Curitiba. Seu discurso foi de tamanha convicção e de uma eloquência cativante, que dias posteriores passou a receber cartas solicitando cópias de seu pronunciamento. "Tive a oportunidade de assistir você falando na convenção em Curitiba e achei você espetacular. Moro em Guarapuava e posso te arranjar 9 votos aí em Curitiba de meus familiares. No entanto peço a você mandar a cópia de teu discurso. Parabéns a você, pois a mulher deve manter posição em termos de igualdade com os homens". Esta é uma das cartas recebidas do Interior e vem assinada por Carmem Isidoro.

DEVER DE CONSCIÊNCIA

Não é a primeira vez que Neide disputa cargo eletivo. Já foi candidata em Ribeirão Claro, tendo sido a quarta colocada em número de votos. Seu ingresso ao MDB é uma questão de coerência. "Pertenci sempre ao extinto Partido Trabalhista Brasileiro e depois de Ribeirão Claro, voltar a ser candidata foi um dever de consciência. Aceitei o convite dos dirigentes do MDB, como uma convocação, um chamamento. Todos nós temos que dar a nossa parcela de benefício do bem comum. Eu ofereço o meu trabalho, e o dever de servir à Comunidade". Para a pergunta por que escolheu o MDB para seu partido, Neide responde que partido político a gente não escolhe. "O que escolhe está se servindo de alguma coisa. Partido político, a gente incorpora. O MDB é luta, é trabalho, é renovação contínua e permanente. Qualquer candidatura que partisse contrariando princípios filosóficos ou objetivos pelos quais lutamos, partisse de onde partisse, não teria sentido. A linha partidária do MDB é coerente com os anseios do povo. Nós lutamos pela restauração do estado de direito e pelo respeito às liberdades fundamentais do ser humano. Daí a aproximação natural, desde os primórdios. Um dia alguém mais alto, superior, vai nos

Neide, a serviço da comunidade

chamar e perguntar: Que fez você da vida que eu lhe dei?"

Ela deixa transparecer que pela oposição é mais fácil obter votos, mesmo sendo funcionária pública. "É inegável que existe uma insatisfação geral no seio do funcionalismo público. Nós sabemos disso. Tanto pela situação municipal, como estadual ou federal. E como oposição, é importante observar que o funcionário público, não fala mas vota. É a única hora em que ele é chamado a opinar, nesse sufrágio, que ainda nos resta". Depois, Neide se apresenta ao eleitorado curitibano. "Sou uma mulher autêntica e assumo a responsabilidade de uma oposição consciente. O povo vai me entender. Nós falamos a mesma linguagem. É um problema de identificação, do meu lar com os demais. Sou a porta-voz dos lares curitibanos. Represento a classe média e os mais modestos. Temos os mesmos problemas. Sou mulher, sou mãe, sou dona de casa; tenho dívidas, sabemos o quanto custa sustentar um lar, com a inflação assustadora, com os nossos salários não preenchendo, nem acompanhando a alta do custo de vida. Meu método de campanha é simples. Nem poderia ser de outra maneira. Entrei nessa, sem dinheiro, com garra e com muita gente boa do meu lado. O povo vai me entender, já me entendeu".

SUBPREFEITURAS

Sobre sua plataforma eleitoral Neide esclarece que para que se faça um bom trabalho, a gente tem que preparar-se continuamente. "É preciso conhecer bem, para armar e entrar visceralmente nos problemas. A função de vereador hoje é muito limitada, é limitadíssima. Se nós conseguirmos ampliar o campo de ação, de atuação, o aspecto será modificado. Não se pode conceber hoje, que vereador seja eleito apenas para dar nome de ruas, ou conceder título de cidadão honorário, mas tem que trazer a problemática nacional, para ser discutida na Câmara. Porque todo e qualquer problema da Nação, tem suas raízes na problemática municipal. O vereador terá que ouvir o povo sistematicamente, para que busque, subsídios, colaborações, e que o próprio município ofereça sugestões. Vou ouvir o povo, de bairro em bairro, e vou lutar pela criação de subprefeituras para a descentralização e racionalização dos trabalhos."

Neide de Azevedo Lima cita Rui Barbosa quando perguntada o que pretende realizar como representante do povo na Câmara. "Sabe de uma coisa? Muitas vezes eu me surpreendo repetindo as palavras do grande Rui Barbosa: "Senhor, dai-me, agora mais do que nunca, o ânimo de não mentir aos meus semelhantes, de não me corromper nos meus intereses, de não temer ameaças, não me irritar de injúrias, não fugir à responsabilidade".

Não acha que o MDB já saiu perdendo porque só tem a ela como candidata, quando a Arena apresenta duas. "A participação da mulher hoje, nos problemas da comunidade, em qualquer campo de trabalho, já é uma realidade. Diversos municípios paranaenses têm em suas Câmaras mulheres como vereadoras. Curitiba também pode ter a sua. O número delas não importa, o que importa é que o povo seja bem representado. E, a oposição não saiu perdendo com uma só candidata, porque o peso da autoridade, é sempre dobrado".

A MÃE

Agora a candidata fala dos filhos, como mãe. "Tenho três filhos maravilhosos. Jayme é gerente de aplicações em uma das maiores empresas brasileiras, e é acadêmico de Direito da Faculdade Católica. Josnei é acadêmico de Medicina da Universidade Nacional de Medicina em Córdoba. No momento está estagiando no Hospital Santa Cruz. Jader, o caçula, está servindo à Pátria, no Quartel do Boqueirão. São homens de bem. Da educação deles, da participação deles, da atuação deles, onde quer que se apresentem, e melhor ainda dentro de nossa casa, como grandes amigos que somos, é que recebo a autoridade moral de me apresentar ao povo de Curitiba, para concorrer a uma das cadeiras de Vereador. Eles, pelas suas palavras, pelas suas ações, pelos seus atos, respondem por mim. "Pelos frutos se conhecem a árvore". São meus ardorosos cabos eleitorais, e tem mais, vou pedir a substituição da minha fotografia, por um dos três juntos, como propaganda na TV. Você vai ver a repercussão fantástica. São lindos de morrer. Vai ser o sucesso. Os meus filhos acham que o lugar, não só da mulher como do homem, é exatamente onde ele ou ela se achar melhor. Ela pode estar, onde tiver capacidade para atuar, desde que não perca sua feminilidade. Com o homem também é a mesma coisa. O importante, é que o ser humano seja ajustado, adaptado à sua realidade, e não a realidade dos outros."

Não acha de boa política dizer que já está eleita. "Você já pensou o que pode acontecer se todos pensarem assim?". Neide afirma que já plantou bastante para colher agora. "Foi bom que tivesse surgido isso agora. Há tempo para se trabalhar, trabalhar muito, com os pés no chão, buscando sempre terreno firme, e pedindo ao povo, que confie em mim, me dando o seu voto, porque juntos haveremos de vencer, marchando para a Cruzada da Consolidação." Mais adiante a candidata diz que colhe todos os dias os frutos do seu trabalho. É só olhar para meus filhos, meus alunos, que podem inclusive ser o seu filho ou do nosso leitor. Mas trabalhei, trabalhei e trabalho ainda com a convicção de que só o trabalho e o amor produtivo, justificam a razão de uma existência. Eu tenho 30 anos dedicados exclusivamente à educação paranaense".

Entre ser sua presença mais útil na Câmara que no Magistério, Neide ressalta que "a presença de alguém que tenha um espírito produtivo, é sempre útil em qualquer lugar, desde que sirva com dignidade e honradez. Acontece que eu venho incentivando muito a mocidade a participar ativamente dos problemas municipais, estaduais ou da Nação. Tenho que ser coerente com o que falo. Os exemplos arrastam. Se fui chamada a servir à Comunidade, Presente, MDB.

PT 1331.164

ESTADO DO PARANÁ 6-6-76 —

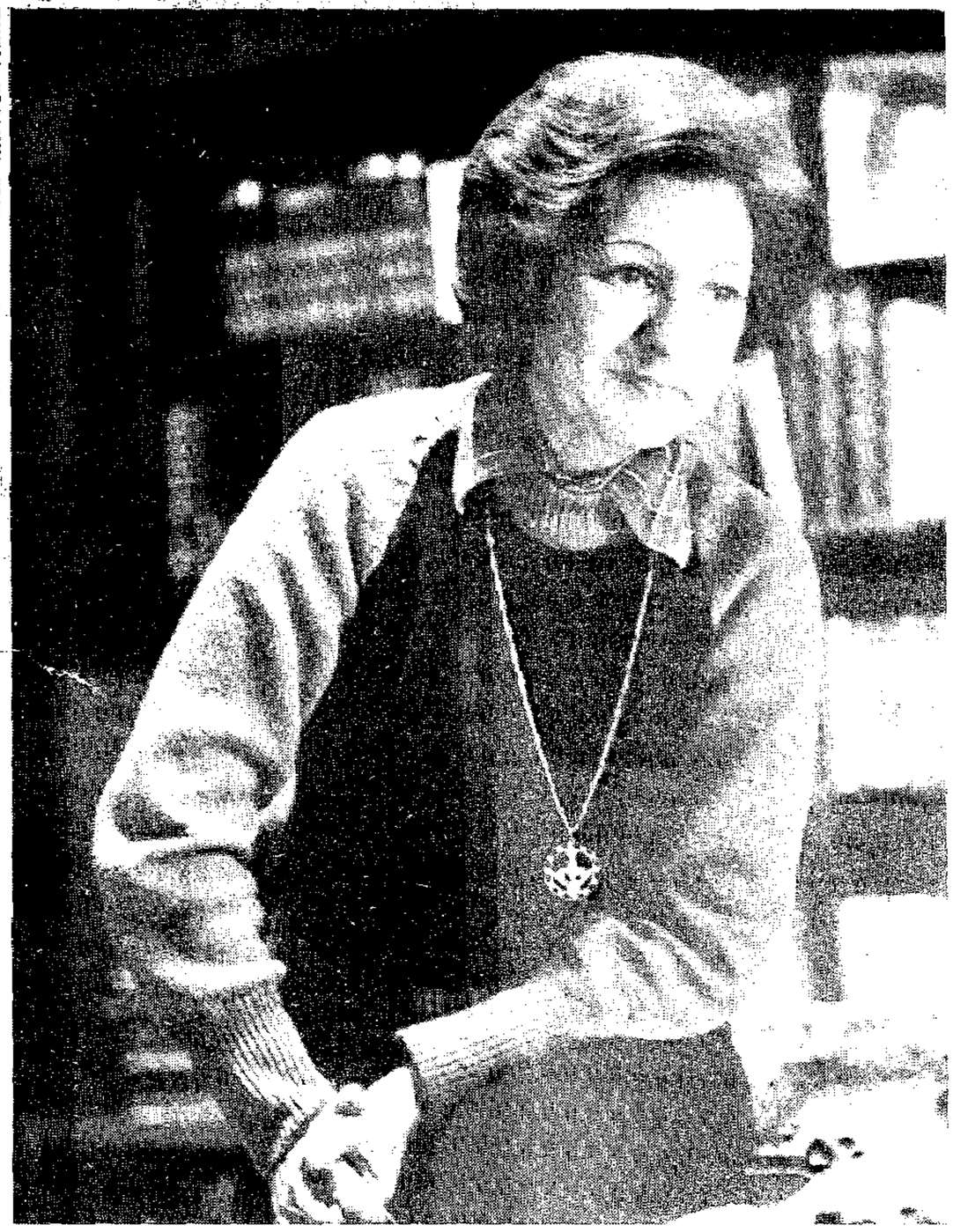
Neide vai à luta com bastante fé

A Arena conta com duas candidatas à Câmara Municipal de Curitiba. O MDB, com uma, a professora do ensino médio Neide de Azevedo Lima, 43 anos, viúva, mãe de três filhos: "Todos nós temos que dar nossa parcela em benefício do bem comum. Eu ofereço o meu trabalho e o compromisso de servir à comunidade". Porque o MDB? Questão de coerência. Neide pertencia ao PTB. Para ela "o partido é luta, trabalho, renovação contínua e permanente". Num pequeno livro, mimeografado, a professora carrega sua plataforma política. Além de cartas de apoio que recebeu de eleitores até do Interior. (Página 12)

Sra. candidata

foto alberto viana

foto lucimar do carmo



A professora Neide de Azevedo Lima é a única mulher candidata à Câmara Municipal de Curitiba pelo MDB.

ESTADO DO PARANÁ 6-6-76

PT1321.J64

Secretaria de Segurança Pública

Delegacia de Ordem Política e Social

64

NOME: ..... Pront. N.º .....

FILIAÇÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

	A	HISTÓRICO
25/06/76		

Encontro

ESTADO DO PARANÁ

O MDB paranaense promoverá um encontro regional no próximo dia 8, sábado, na cidade de Rio Negro. Já confirmaram suas presenças os senadores Leite Chaves e Evilásio Vieira, além de diversos deputados federais e estaduais do Paraná e Santa Catarina.

DAT PR PMDB

PT 1381.164

Secretaria de Segurança Pública

Delegacia de Ordem Política e Social

64

NOME: ..... Pront. N.º .....

FILIAÇÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

	A	HISTÓRICO
05/05/76		

Encontro
ESTADO DO PARANÁ

O MDB paranaense promoverá um encontro regional no próximo dia 8, sábado, na cidade de Rio Negro. Já confirmaram suas presenças os senadores Leite Chaves e Evilásio Vieira, além de diversos deputados federais e estaduais do Paraná e Santa Catarina.

PT 1381-164

Secretaria de Segurança Pública

Delegacia de Ordem Política e Social

NOME: ..... Pront. N.º .....

FILIAÇÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

HISTÓRICO

O Estado do

PARANÁ
CURITIBA, TERÇA-FEIRA, 16 DE DEZEMBRO DE 1975

Vereador preso será destituido

O primeiro suplente a vereador de Paranaguá, Alceu Alves dos Santos (MDB) entrou com ação declaratória de destituição de cargos do vereador Newton Abel de Lima (MDB), por não ter comparecido à cinco sessões da Câmara e do presidente da mesma Silvio Drumond (Arena) por não convocar o primeiro suplente. A ação foi orientada pelo advogado de Curitiba, Luis Carlos João Abujenne, que se baseou na Lei Orgânica dos Municípios, Decreto 201, que especifica o crime de responsabilidade de prefeitos e vereadores no artigo 8 de 1967: "extingue-se mandato de vereador e será declarado pelo prefeito, quando deixar de comparecer sem que seja licenciado, a cinco sessões ordinárias consecutivas ou três sessões extraordinárias para apreciação de matéria urgente".

Segundo o primeiro suplente, Alceu Alves dos Santos, o vereador Newton Abel de Lima, que se encontra preso em Curitiba, por participação e ligação com o PC, não compareceu a 20 sessões da Câmara, e deveria ser destituido do cargo pelo Presidente, logo após a quinta falta. Já o presidente Silvio Drumond alega que o vereador está sob custódia do Governo e possui condições de voltar à Câmara de Paranaguá, o que o MDB refuta afirmando que não existe lei para amparar o vereador preso em Curitiba. No Parágrafo 2º da Lei Orgânica a situação do presidente da Câmara se enquadra: "se o presidente da Câmara omitir as formas de providências do parágrafo anterior (no comprovado ato do não comparecimento do vereador em cinco sessões, o presidente da Câmara comunica ao plenário que façam encaminhar a declaração e convoca imediatamente o respectivo suplente), o suplente ou o prefeito poderão requerer a declaração de extinção do mandato por via judicial. Procedente, o juiz condenará o presidente omisso nas custas do processo, honorário do advogado, e fixará o plano, importando a decisão judicial da destituição automática do cargo da mesma e no impedimento para nova investidura durante toda a legislativa".

PASTA MDB
Anotado em 15-06-76

PT 1371.164

Secretaria de Segurança Pública

Delegacia de Ordem Política e Social

NOME: ..... Pront. N.º .....

FILIAÇÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

HISTÓRICO

rou o parlamentar que o Congresso "deveria preocupar-se mais com os destinos da política exterior do País".

● **PRISÕES — Dos três integrantes do Diretório do MDB de Sergipe que se encontravam detidos no quartel do 28.º Batalhão de Caçadores, em Aracaju, dois já foram libertados — José Elias Pinho e Carlos Alberto Menezes. O terceiro, Marcelo Bonfim, ainda não foi liberado. Bonfim é membro do Diretório Regional. Pinho e Menezes são presidente e vice do Setor Jovem oposicionista.**

● APOIO — Pedro Simon elogiou o pronunciamento do arenista Alexandre Machado, que defende a volta das eleições para a Prefeitura nos municípios área de segurança, estâncias hidrominerais e capitais estaduais. "O que acontece, diz Simon, é que o Governo acabou com as eleições por segurança nacional, mas quem indica os prefeitos são os Diretórios Municipais da Arena".

FOLHA DA MANHÃ 4-3-76

V/Pº M.D.B./SERGIPE.

Anotado Anteriormente

e

Prontuado em 02-09-76

PT 1331.164

Secretaria de Segurança Pública

Delegacia de Ordem Política e Social

NOME: ..... Pront. N.º .....

FILIAÇÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

HISTÓRICO

DIÁRIO DO PARANÁ 15-7-76

O sr. Luis Gonzaga Ferreira renunciou, ontem, a presidencia do Diretório do MDB de Londrina. Tinha sido libertado, há algumas semanas, pelos órgãos de segurança, mas alegou impossibilidade de continuar ocupando o cargo.

A renúncia foi decidida, no último fim de semana, pela cúpula do partido.

***

VP do M.D.B. (Londrina)

Anotado em 02-09-76

PT 1321.J64

Secretaria de Segurança Pública

Delegacia de Ordem Política e Social

NOME: ..... Pront. N.º .....

FILIAÇÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

TRIBUNA DO PARANÁ

30-4-76

BRASÍLIA — A partir de hoje o dólar será operado a Cr$ 10,315 para compra e Cr$ 10,365 para venda, conforme comunicado expedido ontem pela Gerência de Operações de Câmbio do Banco Central, que promoveu o sexto reajuste da moeda americana este ano, correspondendo a um total acumulado de 14,57%. O reajuste de hoje, que entrará em vigor 17 dias após a vigência do último, em 13 do corrente, foi de 0,929%. A desvalorização do cruzeiro não deverá contribuir substancialmente para melhorar os ganhos de exportação, em virtude do reduzido porcentual de reajuste do dólar, significando que o governo não tem o propósito de alterar a política de minidesvalorizações.

BRASÍLIA — Depois de observar que "já chegou a hora de institucionalizar o Brasil", o senador Dinarte Maris, da Arena do Rio Grande do Norte, afirmou ontem no Senado que "o nosso regime, alterado por uma instituição forte, não prejudica a imagem do País no Exterior". O parlamentar nordestino criticou os que sustentam tese oposta, assinalando que só agem assim os que desconhecem a situação reinante no mundo. Na sua opinião, "lá fora, para todas as outras nações, o Brasil vive sob um regime militarista, de nada adiantando dizer que somos uma democracia". O que importa — acrescentou — "é a segurança que o Brasil pode oferecer, como regime político".

RIO — A secretária-geral do MDB de Volta Redonda, suplente de deputado estadual Rosalice Fernandes, foi presa às 15 horas de hoje no centro de Niterói, por ocupantes de dois Volkswagen de cor gelo, diante de várias testemunhas. Ela foi apanhar, em gráfica situada na Rua Doutor Borman, 20 mil prospectos encomendados pelo MDB de seu município, com conteúdo de saudação aos trabalhadores pela passagem do dia a eles dedicado, o 1º de maio. Todo esse material foi apreendido pelos autores da prisão. A prisão de Rosalice Fernandes foi denunciada primeiramente na Câmara de Niterói, pelo vereador emedebista Carlos Augusto Coimbra de Mello e depois na Assembléia Legislativa do Estado, pelo deputado Edson Khair, do MDB. Este pediu sua imediata libertação, "por tratar-se de companheira honesta e leal, sem qualquer ligação a grupos exogenos ao partido."Além de secretária-geral, Rosalice Fernandes dirigia o Departamento Trabalhista do MDB em Volta Redonda. Coimbra de Mello disse ter comunicado sua prisão à cúpula partidária em Brasília, para as providências cabíveis. A Rua Doutor Borman fica nas imediações da Praça do Rink, no centro da ex-capital fluminense.

BRASÍLIA — O governo está estudando a possibilidade da eliminação do ICM sobre a exportação dos produtos agrícolas e sua substituição por um imposto de exportação, também em nível estadual, cujas alíquotas oscilariam em função das oscilações dos preços externos dos produtos exportados. A revelação foi feita ontem pelo ministro da Fazenda, Mario Simonsen, na Comissão de Economia da Câmara.

Simonsen considerou lógica a idéia de isentar do ICM todos os produtos primários de exportação, especialmente os agrícolas, mas observou que os Estados, sobretudo os do Nordeste, não estão dispostos a abrir mão de receita nem o governo federal tem condições de, no atual regime de execução equilibrada do orçamento, subsidiar os Estados. Assim, a alternativa mais viável é o imposto de exportação, com graduações de alíquotas vinculadas ao comportamento dos preços externos, o que atenderia a um só tempo aos exportadores e aos Estados.

BRASÍLIA — O presidente da Confederação Nacional da Agricultura, Flávio de Brito, revelou ontem sua preocupação com as constantes declarações de ufanismo dos secretários estaduais de Agricultura que, na ânsia de demonstrar serviço, estão anunciando safras espetaculares de alguns produtos agrícolas, fazendo, sem querer, o jogo dos grandes grupos econômicos que, assim, passam a deprimir os preços junto ao produtor. Flávio Brito disse que esse comportamento dos secretários de agricultura é generalizado, mas fez uma menção especial ao secretário de Agricultura de Mato Grosso e de Goiás com relação ao arroz, pois anunciaram safras recordes e esse produto. Agora, no momento da colheita, se descobre que a produção ficará muito aquém do que previam. Citou, também, que isso está ocorrendo com o milho e até mesmo com o trigo.

HISTÓRICO

VIP's M.D.B./RS

Arquivar:
Anotações
01-09-76

Pr1381.164

29

NOME: ..... Pront. N.º .....

FILIAÇÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

Pedro Simon quer bom senso dos padres em cargo político

GAZETA DO POVO 28-7-76

PORTO ALEGRE — (AJB — AE — GP) — O Presidente do MDB do Rio Grande do Sul, deputado Pedro Simon, revelou ontem que orientou os diretórios municipais de seu partido para recomendar aos padres dispostos a concorrer a cargo político nas próximas eleições que estes ouvissem antes os seus bispos, por respeitar a posição da hierarquia da Igreja e acreditar que um sacerdote necessita de muito "bom senso e equilíbrio" para exercer com êxito as duas atividades.

RESULTADO

Como resultado dessa orientação, admitiu, o MDB perdeu candidatos a prefeito e vice em Ijuí e Sarandi e um candidato a vereador em Caxias do Sul, todos padres que não obtiveram permissão de seus superiores para disputar a eleiçao.

EXEMPLO

"Penso que um padre tem muito sucesso e é exemplo quando na sua atuação partidária dá ênfase numa conotação mais doutrinária e filosófica do que política, sob pena de correr o risco de levar política para a Igreja e religião para a política", afirmou.

ANÁLISE MARXISTA

Por outro lado, até o final do mês, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, em reunião com sua Comissão Episcopal de Pastoral, discutirá os diversos aspectos da análises marxista, os problemas da criminalidade, com abordagem do esquadrão da morte, e a contribuição dos leigos ao trabalho pastoral, entre outros assuntos.

No boletim de ontem referente à pauta das discussões do mês de julho — a CNBB lembrou que o planejamento familiar começa à ganhar importância como ponto de discussão pela entidade, ao divulgar trechos de um documento da Federação Internacional de Ação Familiar sobre a questão, em que há a defesa da utilização de métodos naturais para o controle da fecundidade.

TEMAS

O Secretário Geral da CNBB, Dom Ivo Lorscheiter, não quis adiantar ontem qualquer item das discussões que os bispos estão desenvolvendo com seus respectivos assessores sobre a crítica da análise marxista e se limitou a esclarecer que os bispos tentarão apontar os pontos da análise sem validade para a Igreja. Quanto ao comportamento do bispo Marcel Lefevre, Dom Ivo igualmente pouco se pronunciou, exceto para dizer que a posição da CNBB é semelhante a da Santa Sé," pois o apego daquele companheiro a forma de funcionamento da antiga Igreja é uma atitude reacionária e agora esperamos que entre no caminho da Igreja de hoje".

PROIBIÇÃO

O Secretário Geral da CNBB se limitou ontem a apresentar o temário de discussões da presidência da entidade com a comissão episcopal de pastoral, em que um dos bispos apresentou uma proposta sobre a proibição da venda de armas em todo o País, para que o nivel da criminalidade" — como é o caso do esquadrão da morte", disse Dom Ivo — caia aos poucos. Debates em torno da crítica e análise marxista serão divulgados na sexta-feira.

V/Pº M.D.B/R.S.

Arquivar.

PT1381164

Secretaria de Segurança Pública

Delegacia de Ordem Política e Social

NOME: ..... Pront. N.º .....

FILIAÇÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

Oposição de Paranaguá escolheu os candidatos

PARANAGUÁ (Correspondente-Arnaldo Bagio) — O MDB vem de realizar a sua convenção que teve local o Paranaguá F. Clube. Os trabalhos marcados para as 17 horas só foram iniciados às 19 horas e que foi presidido pelo presidente do Diretório Municipal do MDB local deputado Nelson Bufara. A mesa voltou com a presença dos deputados federais Nelson Maculan Gamaliel Bueno Galvão e Fernando Gama, e os estaduais Mauricio Fruet, Eneas Farias. O presidente Nelson Bufara disse da finalidade da convenção e que outros líderes ali não poderiam estar devido a outros compromissos em vários municipios do Estado. Dada a palavra iniciou a sua fluente oração o deputado Mauricio Fruet, depois Enéas Farias, Fernando Gama, Nelson Maculan e Gamaliel Bueno Galvão, que pediu aos presentes um minuto de silêncio em homenagem ao irmão do deputado Nelson Bufara ex-deputado federal Miguel Bufara recentemente falecido e fundador do MDB de Paranaguá. A seguir o professor Nilo Abud, a professora Ivone Marques, Antonio Camilo do Nascimento Junior e Segesmundo Gonçalves todos os três candidatos apontados, fizeram discursos. Iniciada a votação os os convencionais em número de 33 foram às urnas para apontar seus candidatos.

A votação obtida foi a seguinte: Antonio Camilo obteve 14 votos, Segesmundo Gonçalves 11 e Nilo Abud 7. Assim vão concorrer na chapa 1º Antonio Camilo e Izami Morita, na 2º Segesmundo Gonçalves e Aramis Teixeira e na 3º Nilo Abud e Ivone Elias Marques respectivamente para prefeito e vice-prefeito pelo MDB. Foram a seguir escolhidos os candidatos à vereança cuja relação vamos divulgar: chapa 1º com Antonio Camilo foram registrados, Manoel Barholomeu Filho (Mané Gato), Miguel Borges, Celso Henrique, Ciro Abalem, Reinoldo Santos Juliao, Guaracy Nobre Rolim, Francisco Cabral, Izidoro Lopes dos Santos (Dorinho), Massami Takaiama, Jorge dos Santos Alves, Moacir Pereira, Valter Pereira dos Santos, Benedito Nascimento. Legenda 2 — Segesmundo Gonçalves, sendo registrados os seguintes: Chafic Farah, Ilio Greco Venet, Luiz Braz da Silva, Luiz Medeiros, Nezi Pereira Mello, Ataide Mauricio Pereira, Angelo Castanho, Luiz Neves, João Rocha dos Santos. Legenda 3 que esta com Nilo Abud, e que são os seguintes: Joaquim Siqueira Ramos, José Gonçalves Martins, Antonio Carlos Abud, Luiz Pioli Borba, Juarez P. Lagos, João Abade Gonçalves, Alfeu Alves dos Santos, Joaquim T. Magalhães e Artur Pinto Alves. Outros candidatos deverão completar a chapa de vereadores.

A seguir o deputado Nelson Bufara após um brilhante discurso agradeceu a presença de todos, inclusive a imprensa escrita e falada e também ao dr. Luiz Pinto Rebelo representante da Justiça Eleitoral que lotava as dependências do Paranaguá F. Clube.

Treflan
o mata-mato nunca falhou

DISTRIBUIDOR EXCLUSIVO:
HERBICAMPO
Av. 19 de Agosto - 571
GOIOERÊ - PARANÁ
Fones: 22-1085
22-1492
22-1179
Rua São Paulo - 628 -
CAMPO MOURÃO — PARANÁ
Fone: 23-1017

ESTADO DO PARANÁ 1-9-76

VIP: M.D.B

Assaf 16-9-76

PT 1381.164

Secretaria de Segurança Publica

Delegacia de Ordem Política e Social

NOME: ..... Pront. N.º .....

FILIAÇÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

Renúncia no MDB de Londrina

O diretório municipal do MDB, em Londrina, divulgou ontem, à tarde, a seguinte nota: Luiz Gonzaga Ferreira, presidente do Diretório Municipal do Movimento Democrático Brasileiro, em Londrina, apresentou, ontem, em caráter irrevogável sua renúncia àquele cargo. Ele havia sido detido por órgão de segurança do Paraná, sob a acusação de atividades subversivas, chegando mesmo a ter sua prisão preventiva decretada. Posteriormente o Superior Tribunal Militar revogou a medida e ele foi posto em liberdade, condição em que responde ao processo.

Ao retornar a Londrina, Luiz Gonzaga, não reassumiu a presidência do Diretório que vinha sendo exercida interinamente pelo vice-presidente Edilson Leal. Ontem ele apresentou carta de renúncia no seguinte teor: "Pela presente venho comunicar minha renúncia em caráter irrevogável ao cargo de presidente da Comissão Executiva do Diretório Municipal do MDB, em Londrina. Aos ilustres membros e companheiros do executivo, renovo sentimentos de estima e respeito".

Edilson Leal, que vinha exercendo a presidencia do Diretório, de acôrdo com o que determina a lei, assumiu de fato a presidência e vai convocar eleição para o próximo dia 23, quando então será eleito o novo presidente da agremiação. Ontem Edilson disse que não vai disputar a presidente do partido, em Londrina:

— Entendo que já dei a minha parcela de sacrifício ao MDB de Londrina, presidindo-o nos momentos mais difíceis de sua vida e, por outro lado, sempre defendi a tese de renovação de quadros. Esta é uma oportunidade de colocar em prática o que penso. Entrego o diretório como o recebi, organizado e unido. Tenho certeza de que o meu sucessor manterá este quadro, pois o clima do diretório, às vesperas de um importante pleito, é de harmonia entre os companheiros.

E acrescentou Edilson:

— O novo presidente do diretório deverá ser o advogado José Alencar Soares Cordeiro, político com longa militancia e que já foi vereador pelo MDB, estando atualmente, prestando serviços à Companhia Habitacional de Londrina - COHAB. Houve um consenso geral em torno do nome de Alencar, que sempre esteve disposto a atender aos chamamentos de seu partido. Agora, ele vai dar mais uma vez sua parcela de colaboração à agremiação política a que tem servido com desvelo.

A eleição do novo presidente deve ocorrer no dia 23, às 20 horas, na sede do diretório, no edifício América. Para tanto, o presidente Edilson Leal já está convocando a reunião na conformidade, com o que determina a lei que rege a atividade dos partidos políticos no país.

Esta foi a nota divulgada pelo diretório e que é assinada pelo atual presidente, Edilson Leal de Oliveira.

VIP: M.D.B. (Londrina)
Anotado

NOME: ..... Pront. N.º .....

FILIAÇÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

DIÁRIO DO PARANÁ 15-07-76 1º CADERNO — PÁGINA 5

Renúncia no MDB de Londrina

O diretório municipal do MDB, em Londrina, divulgou ontem, à tarde, a seguinte nota: Luiz Gonzaga Ferreira, presidente do Diretório Municipal do Movimento Democrático Brasileiro, em Londrina, apresentou, ontem, em caráter irrevogável sua renúncia àquele cargo. Ele havia sido detido por órgão de segurança do Paraná, sob a acusação de atividades subversivas, chegando mesmo a ter sua prisão preventiva decretada. Posteriormente o Superior Tribunal Militar revogou a medida e ele foi posto em liberdade, condição em que responde ao processo.

Ao retornar a Londrina, Luiz Gonzaga, não reassumiu a presidência do Diretório que vinha sendo exercida interinamente pelo vice-presidente Edilson Leal. Ontem ele apresentou carta de renúncia no seguinte teor: "Pela presente venho comunicar minha renúncia em caráter irrevogável ao cargo de presidente da Comissão Executiva do Diretório Municipal do MDB, em Londrina. Aos ilustres membros e companheiros do executivo, renovo sentimentos de estima e respeito".

Edilson Leal, que vinha exercendo a presidencia do Diretório, de acôrdo com o que determina a lei, assumiu de fato a presidência e vai convocar eleição para o próximo dia 23, quando então será eleito o novo presidente da agremiação. Ontem Edilson disse que não vai disputar a presidente do partido, em Londrina:

— Entendo que já dei a minha parcela de sacrifício ao MDB de Londrina, presidindo-o nos momentos mais difíceis de sua vida e, por outro lado, sempre defendi a tese de renovação de quadros. Esta é uma oportunidade de colocar em prática o que penso. Entrego o diretório como o recebi, organizado e unido. Tenho certeza de que o meu sucessor manterá este quadro, pois o clima do diretório, às vesperas de um importante pleito, é de harmonia entre os companheiros.

E acrescentou Edilson:

— O novo presidente do diretório deverá ser o advogado José Alencar Soares Cordeiro, político com longa militancia e que já foi vereador pelo MDB, estando atualmente, prestando serviços à Companhia Habitacional de Londrina - COHAB. Houve um consenso geral em torno do nome de Alencar, que sempre esteve disposto a atender aos chamamentos de seu partido. Agora, ele vai dar mais uma vez sua parcela de colaboração à agremiação política a que tem servido com desvelo.

A eleição do novo presidente deve ocorrer no dia 23, às 20 horas, na sede do diretório, no edifício América. Para tanto, o presidente Edilson Leal já está convocando a reunião na conformidade, com o que determina a lei que rege a atividade dos partidos políticos no país.

Esta foi a nota divulgada pelo diretório e que é assinada pelo atual presidente, Edilson Leal de Oliveira.

V/P: M.D.B. (Londrina)

Anotado

PT1381.164

Secretaria de Segurança Pública

Delegacia de Ordem Política e Social

NOME: ..... Pront. N.º .....

FILIAÇÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

DATA	PROCEDÊNCIA	HISTÓRICO
O Globo - 14-10-75.		

Anunciada prisão de ex-deputado

O vice-líder do MDB na Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, Deputado Alves de Brito, distribuiu ontem nota à imprensa anunciando que foi preso em São Paulo, no dia 2, o ex-deputado fluminense Afonso Celso Nogueira Monteiro, que é advogado.

A nota cita como fonte da informação a cópia de carta encaminhada à Ordem dos Advogados do Brasil, seção do Estado do Rio de janeiro, pela mãe do preso, Maria da Penha Nogueira Monteiro.

PRESO = MDB/SP.

Mostrado em 4-6-76

PT 1381.164

Secretaria de Segurança Pública

Delegacia de Ordem Política e Social

NOME: ..... Pront. N.º .....

FILIAÇÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

HISTÓRICO

Juventude do MDB relaciona prisões

Folha São Paulo - 21-10-75.

O Departamento Estadual de Juventude do MDB de São Paulo divulgou ontem uma relação de pessoas presas nos últimos dias, entre as quais vários membros do partido, "sem cumprimento das formalidades legais" e que chegaram a seu conhecimento através de informações de parentes e amigos dos presos.

A nota, assinada pelo presidente do Departamento, Antonio Roque Citadini, contém a seguinte relação de nomes: Rubens Severian Loureiro, membro do Diretório da Juventude; Sérgio Azevedo Fonseca, membro da Juventude; Lenita Nobuko Yassuda, membro da Juventude; Ricardo de Moraes Monteiro, jornalista e membro da Juventude; Luis Guilherme de Moraes Monteiro, membro da Juventude; Paulo Sérgio Markum, jornalista e membro da Juventude; Dilea Markum, jornalista e membro da Juventude; David Capistrano da Costa Filho, membro da Juventude; Miguel Treffault Urbano Rodrigues, estudante de Biologia — USP; Benauro Roberto de Oliveira, professor; Cristina de Castro Mello, arquiteta; Luis Paulo da Costa, jornalista e membro do Diretório do MDB de São José dos Campos; Ubiratan de Paula Santos, membro da Juventude; Anthony de Chrgsto, jornalista.

Além dessas pessoas, presas recentemente, segundo a relação da Juventude do MDB continuam presas mais as seguintes pessoas: Waldir José Quadros, presidente do Departamento de Juventude do MDB; Sérgio Gomes da Silva, jornalista e membro da Juventude; José Salvador Faro, professor e membro da Juventude; Miguel Trujillo Filho, membro da Juventude e do Diretório de Sorocaba; Francisco José Cavalcanti de Albuquerque Lacerda, médico em Taubaté e membro da Juventude; Marisa Saenz Leme, membro da Juventude; José Carlos de Souza Alves, estatístico; Lázaro de Campos, membro do Diretório do MDB de Sorocaba; Aurélio Sabadin, Sorocaba; Manoel José Constantino, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Caetano do Sul, filiado ao MDB local; José Ferreira, vice-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Caetano do Sul; Pedro Daniel de Souza, ex-líder sindical e comerciante em São Caetano do Sul, filiado ao MDB local; Henrique Buzzoni, advogado, filiado ao MDB de Vila Madalena; Antonio da Costa Gadelha Neto, corretor de seguros; Jafet Henrique de Carvalho, arquiteto; Osmar Gomes da Silva, dentista; Ernesto Correa de Mello, feirante; Eleonora Machado Freire, médica; Frederico Pessoas da Silva, jornalista; Simão Lorente, aposentado, de Santo André; Sônia Maria de Oliveira Morosetti, advogada, de Santos; Sandra Mara Nogueira Miller, advogada, de Santos; Roberto Calland Salles da Costa, de Santos; Luis Martins, presidente da Sociedade Amigos do Jardim Lavinha — São Bernardo do Campo; Álvaro Bandarra, comerciante, de Santos; Fernando Gomes da Silva, engenheiro; José Milton Ferreira de Almeida; Aldo Pedro Dettrich; Gildázio Westin Consensa; Armando Eurico Gomes; Ricardo Felício Mansur; Francisco Vitor Machado; Edwaldo Alves da Silva.

Foram comunicadas às auditorias militares mais as seguintes prisões ocorridas nos últimos dias: Elzo Ramos Júnior, 30/9; Nivaldo José Costa Miranda, 30/9; Sebastião Vitorino da Silva, 30/9; Emilio Bonafante de Maria, 1/10; Antonio Bernardino dos Santos, 1/10; Rosa Maria Colombo Faria, 1/10; Feliciano Eugenio Neto, 2/10; Fernando J. Dias, 2/10; Ana Maria Maduro Gonçalves Brandão Dias, 2/10; Geraldo da Silva Espinosa, 2/10; Sergio Martins, 2/10; Francisco Siedel, 2/10; Adegildo Justiniano de Paula, 3/10; José Hortencio, 3/10; Isaias Trajano da Silva, 3/10; Gumercindo Arias Rodrigues, 4/10; José Ferreira da Silva, 4/10.

DEPUTADO DENUNCIA

O deputado Dias Menezes, oposicionista por São Paulo, denunciou ontem na Câmara a prisão de jornalistas em diversos estados, "na mesma ocasião em que se instala na capital paulista a assembléia da Sociedade Interamericana de Imprensa". Lembrou ele a contradição entre as prisões e a luta que aquela entidade mantém em defesa da liberdade de informar.

Citou o parlamentar a prisão dos jornalistas Luiz Paulo Costa, em São José dos Campos, e Paulo Sérgio Markum e sua mulher Dilesa Markum, na capital.

PASTA: MDB/S.P. Anotado em 19-20 de 5-76

PT 138.164

Secretaria de Segurança Pública

Delegacia de Ordem Política e Social

NOME: ..... Pront. N.º .....

FILIAÇÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

DATA	PROCEDÊNCIA	HISTÓRICO

McDonald

O Instituto do MDB

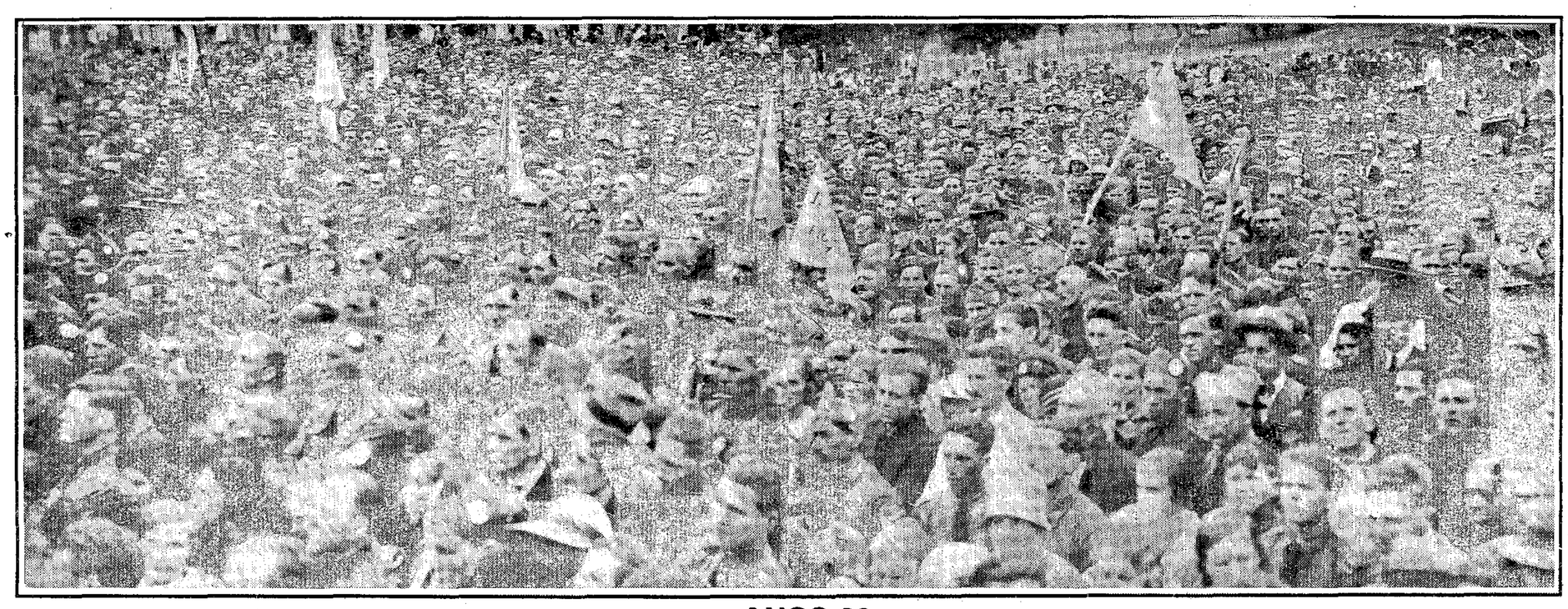
Com muitas (e boas) intenções, o diretório regional do Movimento Democrático Brasileiro está criando o Instituto de estudos Politicos, Econômicos e Sociais. A comissão organizadora já foi designada, formada pelo vereador Adail Passos, advogado Lamartine Lyra Correa de Oliveira, médico Aristides Athayde, prefeito Nivaldo Kruger (de Guarapuava) e líder universitário Ricardo MacDonald. O IEPES-MDB nasce com o propósito de formar novas lideranças, através de cursos e palestras, mas quer também aglutinar todos os setores representativos da intelectualidade tupiniquim, em suas diversas áreas (literatura, teatro, música, etc.), numa tarefa que não é das mais fáceis.

Estado do Paraná
25-10-75.

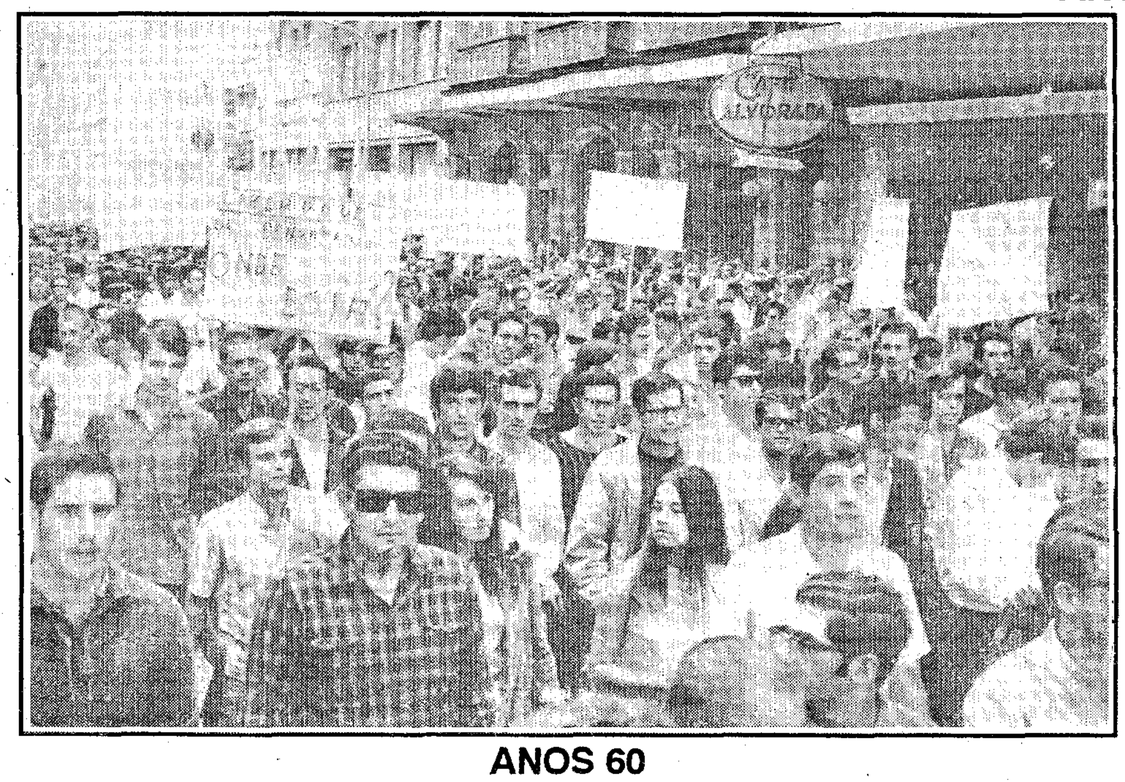
PT1371.164

JORNAL DO PMDB

Nº 004 EXECUTIVA REGIONAL AGOSTO/91



ANOS 30

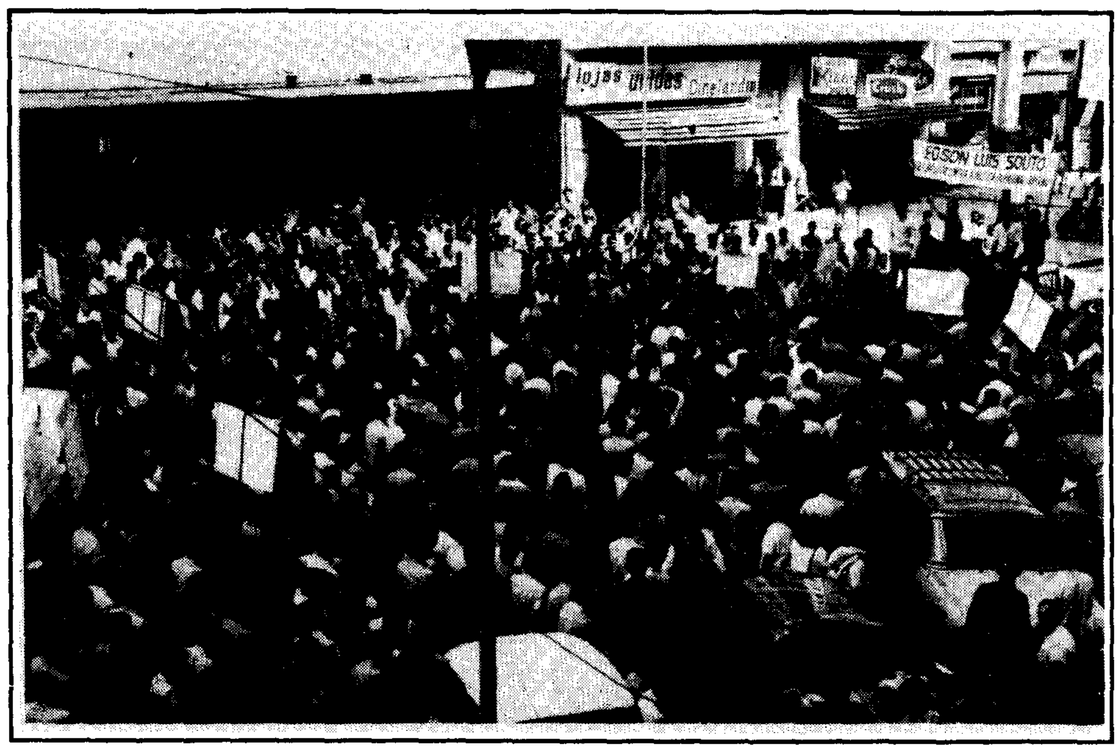


ANOS 60

ANOS 90

OS ARQUIVOS DO PERÍODO DA ESCRAVIDÃO NO BRASIL FORAM QUEIMADOS. NO PARANÁ, OS ARQUIVOS DO PERÍODO DA DITADURA SÃO PATRIMÔNIO PÚBLICO.

EDITORIAL



Com a abertura completa dos fichários da DOPS, o governador Roberto Requião deu um exemplo para todo o Brasil. Provou, sobretudo, coerência. Sim, afinal ele e vários de seus atuais colaboradores no governo tiveram participação direta na luta pela redemocratização do país após o golpe de 64, como podemos ver na nossa reportagem especial deste mês.

Ele, na verdade, com este ato, dá uma lição de dignidade e ousadia a todos os governantes do país, que deveriam, eles também, dar uma chance às novas gerações e aos próprios implicados, de ter uma visão mais ampla do que significou aquela época. Seria uma oportunidade de fazer um resgate histórico importantíssimo.

Essa edição do Jornal do PMDB é uma homenagem a todos aqueles que lutaram contra a ditadura militar no país e que provaram que o povo brasileiro, tido como pacato e conformista, quando necessário, não foge à luta.

AS FOTOS AQUI PUBLICADAS, A TÍTULO DE ILUSTRAÇÃO, SÃO DOS ARQUIVOS DA DOPS DO PARANÁ E REPRESENTAM AS VÁRIAS MANIFESTAÇÕES POLÍTICAS OCORRIDAS NO ESTADO EM DIVERSAS ÉPOCAS DA NOSSA HISTÓRIA.

EXPEDIENTE

COMISSÃO EXECUTIVA DO DIRETÓRIO REGIONAL DO PMDB/PR

Presidente:
Nivaldo Passos Kruger
Vice-Presidente:
Milton Buabssi
1º Vice-Presidente:
Dep. Dirceu Manfrinato
Secretário Geral:
Geraldo Serathiuk
1º Secretário:
Horácio Racanello
Tesoureiro:
Pedro Luiz Longo
Líder da Bancada:
Orlando Pessuti
1º Vogal:
Laurita Costa Rosa
2º Vogal:
José Maria Correa
1º Suplente:
Adolpho Mariano da Costa
3º Suplente:
José Afonso Júnior
4º Suplente:
Izaías Decker
Colaborações, enviar para:
Rua Vicente Machado, 988 - Centro
CEP 80420 - Fone: (041) 234.8030
Curitiba - Paraná
Diagramação, Composição e Arte: Montana - Fones: (041) 262.0264 e 264.4967 - Impressão: Jornal do Estado

Lembranças que não foram embora...

A ditadura militar, instaurada no Brasil, após 1964, não foi um sonho, um pesadelo, um conto de Edgar Allan Poe, um filme, nem suas vítimas e algozes meros personagens de uma trama ficcional. As pessoas são reais e os fatos, lugares e conseqüências ainda visíveis e palpáveis.

Se filme fosse, esse enredo geraria uma produção — no mínimo — de terror. Uma saga de sangue e selvageria, terror e covardia reacionária por um lado, e, de outro, o movimento de uma geração iluminada, que a despeito da desvantagem lógica e logística em que se encontravam, resistiu, lutou por seu ideal e seu sonho — um final feliz para a realidade que então se apresentava de horror.

Uma época em que houve uma divisão clara no Brasil, ainda que absurda: os que eram a favor e os contra o regime, os que tinham compreensão do teor e importância da resistência democrática e os que se uniram à direita e foram usados como informantes e bandidos por um sistema arbitrário e desumano.

Época em que brasileiro torturou brasileiro, em que cidadão perseguiu cidadão. Época em que a generosidade e o bom-humor, marcas registradas do nosso povo, deram lugar a ideologias alienígenas fascistas e a visões de cunho individualista, violento e servil.

Várias foram as formas de ação dos dois lados, um jogo de artimanhas e estratégias, dignas de um filme de guerra. Para a esquerda, uma grande união entre a militância, que lembrava os tempos de ocupação nazista na Europa durante a II Guerra; para coibir as ações dos democratas, um verdadeiro jogo de xadrez assassino, cujas jogadas incluíam: seqüestros, simulações de suicídio, torturas, prisões, cassações, perseguições, assassinatos sumários, além da manipulação e censura dos órgãos de comunicação para confundir e desinformar a opinião pública. Sim, o que se via na imprensa, e, em especial, na televisão, é que o Brasil vivia um "milagre", que era uma ilha paradisíaca de paz e sossego, livre dos nefastos "comunistas", os "comedores de criancinhas".

Época de medo. Medo de organização. Medo ideológico. Medo psicológico. Medo do Estado.

Mas a paranóia coletiva vivida no país nesta época negra da nossa história não arrefeceu os ânimos dessa geração corajosa e unida que só era calada coma truculência oficial. E, não raro, nem com ela.

O aparato que o Estado tinha à disposição para controlar as manifestações dos democratas era impressionante. E competente: a prova disso é que a maioria absoluta das pessoas que lutaram, de alguma forma, contra o regime ditatorial dos militares, foi fichada, e boa parte dela, presa.

Através dessas fichas, em poder da DOPS e dos serviços de informação, era feito o controle das atividades das pessoas. Dos considerados mais "perigosos", eram anotadas minúcias, detalhes inacreditáveis de seu dia-a-dia, de suas famílias e amigos.

Com estes papéis arquivados nos órgãos de informação, se impunham, absolutos, sobre os destinos dos fichados: quando não eram presos e torturados ou seqüestrados e mortos, eram exilados ou impedidos de receber seus diplomas nas universidades e assumir seus empregos, mesmo quando aprovados em concurso.

Não podendo trabalhar, as famílias eram diretamente atingidas, pois os fichados, mesmo não estando detidos, eram impedidos de exercer suas funções na sociedade, isto é, oficialmente não existiam como cidadãos, tratados como se tivessem doença infecto-contagiosa.

Falando em família, como se pode descrever o sentimento de todas as esposas, maridos, pais, mães, irmãos, filhos, que esperavam angustiados por seus parentes na longa noite da ditadura?

Muitos livros já foram lançados sobre este período autoritário, entre eles relatos autobiográficos, biografias, contos, romances, poemas, estudos, pesquisas e reportagens, dentro e fora do Brasil.

Porém, ainda não temos uma grande angular desta época de horrores, onde reinavam a injustiça, o desmando e a violência sem fronteiras.

Para que seja possível uma revisão deste período histórico, todos os governadores de estado do Brasil, deveriam tomar a mesma atitude honesta e corajosa de Roberto Requião. Assim, teríamos subsídios para uma análise mais profunda dos fatos. Fichas, pastas, processos, tudo que tiver relação com a repressão à militância política pode ser útil para que tenhamos uma visão mais abrangente da ação do inimigo e sua identidade.

Transferir da delegacia para o arquivo público toda essa documentação é uma atitude do governador para entrar na história. Uma mostra de que ele compreende (inclusive pela vivência) a importância do que foi essa fase do Brasil, um tempo em que acreditar na liberdade, optar pelo popular, lutar por igualdade e justiça, era meio caminho andado para a prisão, o cemitério clandestino, o hospício ou o exílio.

Acreditamos que os políticos democratas, artistas, trabalhadores conscientes, estudantes, enfim, as pessoas que acreditam na consciência política como um fator de melhoria de nível de vida, aplaudiram este ato de Requião, que é, indiscutivelmente, um dos mais importantes dos últimos anos no Brasil.

Apresentamos aqui o resumo das fichas de alguns dos homens desse tempo, que emprestaram sua voz e seu ideal humanista à causa da democracia e que desde minha adolescência foram modelo de caráter e obstinação.

GERALDO SERATHIUK
Secretário Geral do PMDB

(AS FICHAS FORAM AQUI TRANSCRITAS NA ÍNTEGRA, inclusive com erros de ortografia e datilografia)

5.009

ROBERTO REQUIÃO DE MELLO E SILVA

HISTÓRICO

1) Tendências: Nitidamente esquerdistas.

2) Contatos: Manteve contatos com ROMÃO SILVA, comunista confesso, e com vários estudantes considerados esquerdistas.

3) Atividades:

* Manifestou-se de acordo com o manifesto da UPE, datado de 1º abr 1964, contrário à Revolução.

* Ativo propagador de idéias extremistas no meio estudantil.

* Continua trabalhando contra a Revolução, com o grupo liderado por Luiz Carlos Meinert e Otto Luiz Sponholz.

4) Enquadramento: Será julgado pela justiça militar.

2ª Testemunha: FIRMINO BONATO

Dados: Estudante de Jornalismo.

Declarou-se comunista publicamente durante a sua campanha para a presidência do Centro Acadêmico Jackson de Figueiredo.

4ª Testemunha: JOSÉ CORDUM

Dados: Tentou apresentar no Congresso da Faculdade de Filosofia de Londrina uma tese de cunho nitidamente comunista, só não o fazendo por injunções dos dirigentes do Centro Acadêmico Jackson de Figueiredo.

6ª Testemunha: ALDO WOLF

Dados: Manifestou-se contrário à revolução em reunião da UPE realizada para tornar pública a posição dos estudantes paranaenses face ao movimento Revolucionário.

Compareceu armado à reunião da UPE no dia 1º de abril de 1954. (Revólver).

8ª Testemunha: NOEL SAMWAIS

Dados: Ativo propagador de idéias extremistas.

Assíduo freqüentador das reuniões extremistas do Diretório Central de Estudantes da Universidade do PR.

Compareceu armado, segundo comentários ouvidos pela Testemunha à reunião da UPE no dia 1º de abril de 1964. A arma seria um revólver de brinquedo e o objetivo de tal atitude a desmoralização das autoridades se estas intervissem na reunião.

11ª Testemunha: RUBENS EDMUNDO REQUIÃO

Dados: Foi expulso do Partido Acadêmico Progressista por frustrar os ideais democráticos do partido. O discurso que pronunciou na reunião em que foi expulso pelo acadêmico José Spaní Vidal.

17ª Testemunha: PAULO CÉSAR DUBOC

Dados: Foi expulso do PAP porque sempre fez questão de dizer que é comunista.

21ª Testemunha: ANTENOR DEMETERCO

Dados: Elemento notoriamente comunista.

Por ocasião de sua expulsão PAP em pleno período revolucionário atacou as forças democráticas que derrubaram os comunistas, chamando os colegas de "reacionários" "gorilas", etc.

Depoimento de Romão Silva.

Dados: Estava presente à sede do DCE no dia 1º de abril de 1964.

É um dos meus melhores amigos dentro da Faculdade de Direito da Universidade do PR.

18.10.65 — ESCREVEU UM ARTIGO NUM BOLETIM DA U.P. com o título DIDÁTICA DO SUPLÍCIO (V/P-PASTA CAHS). (Esta anotação está sem efeito, por não ter sido redigida pelo fichado).

18.10.65 — O fichado escreveu um artigo que saiu publicado no BOLETIM do C.A.H.S. sob o título QUEM SÃO OS DIABOS NO INFERNO DA REPÚBLICA DOMINICANA. (V/P CAHS)

Em 18.11.65 — Por ocasião do XXI CONGRESSO ESTADUAL DE ESTUDANTES promovido pela UPE nos dias 27, 28 e 29 de outubro de 1965, como componente da facção esquerdista do conclave, atacou a Revolução de 31 de março, glosando os slogans "Democracia, Deus e a Liberdade", "Ditadura Militar", "Rolha", "Escravização" como sendo a nova ordem das cousas no país. Criticou o Governo da República, defendeu os princípios esquerdistas e também um voto de repúdio à Revolução, a colocação de luto na sede a entidade em represália ao Ato Institucional nº 2, que foram rejeitados pela maioria democrática do Congresso.

Em 13.09.66 — Dados — Consta o nome do fichado na relação dos indivíduos que na época anterior a 31.03.64, estiveram ligados, integraram ou atuaram na UNE. (V/P-IMPS). Of. 97/IPM/UBES/UNE (26.03.65)

Em 26.09.66 — Nesta data foi arquivado, em pasta própria, o Auto de Declaração do fichado, prestado em 18.03.66.

Em 15.10.66 — O fichado tomou parte na passeata estudantil do dia 17.03.66, n/capital, como sinal de luto e repúdio à ação da Polícia Mineira, em recente trote de calouros em B. Horizonte. Juntamente com seu irmão EDUARDO, permaneceram sempre à frente do cortejo. (V/P "UPE" RELATÓRIO DOPS)

Em 17.10.66 — O fichado foi um dos líderes da passeata estudantil, realizada em 17.09.66, em sinal de projetos e repúdio pela ação da polícia dos outros estados da Federação, contra estudantes. (V/P UP-RELAT. FEITO POR ESTA DOPS)

Em 17.10.66 — Tomou parte na passeata estudantil, realizada em 22.09.66, pelo motivo supra, tendo sido um dos oradores, com violentas críticas ao Governo Federal e demais autoridades. (Ver recortes do Diário do Paraná de 23.9 e Relatório desta DOPS, na pasta UPE)

Em 19.07.67 — Foi extraída Certidão dos dados constantes da presente, e encaminhada ao DPF, em atendimento ao of. nº 1.027/67. Encaminhada com of. nº 299/67.

Em 15.10.68 — O fichado requereu Visto de Saída, sendo-lhe DEFERIDO

Em 06.04.73 — Foi-lhe deferido pedido de cert. para fins de obter passaporte. Em atenção ao of. nº 831/73-DOPS/SR/PR/DPF, foi informado o que consta com of. nº 574/73

Em 21.08.73 — Conf. Of. nº 1731/CO/68/SIG/DPF, transmite radiograma nº 262 de 19.07, oriundo da Divisão de Ordem Política do DPF, Brasília, informa que não existe mais proibição do fichado, envolvido em IPM/UNE/UBES de 26.03.64, a se ausentar do país. (V/P PASSAPORTES)

Em 19.05.74 — O fichado requereu certidão para fins de passaporte, sendo-lhe deferido pelo Delegado Titular desta Especializada.

Em 17.07.74 — Nesta data o Sr. Delegado Titular DEFERIU requerimento do nominado para fins de revalidação de passaporte. (V/P-P)

Em 29.01.75 — Nesta data o nominado requereu Cert. Neg. para fins de viagem sendo-lhe DEFERIDO, pelo Sr. Delegado Adjunto desta Especializada.

Em 17.09.75 — Nesta data o nominado requereu Cert. Neg. para fins de viagem, sendo-lhe DEFERIDO, pelo Sr. Delegado Titular. (V/P REQUERIMENTOS)

Em 26.09.75 — Nesta data foi-lhe DEFERIDO, CERT. NEG. para fins de visto de saída. (V/P REQUERIMENTOS)

Em 24.01.80 — Conf. Infe nº 06/SI/DSI/PR de 15.01.80, o fichado participou de uma reunião no dia 10.1.80, na sede do Diretório Regional do extinto MDB, realizada pelo COMITÊ DE SOLIDARIEDADE. (V/P-SI/INFORMES)

Em 05.02.80 — Conf. RELAT./02/79/03/12/79, o fichado participou do MOVIMENTO DOS TRABALHADORES DA CONSTRUÇÃO CIVIL, através do Comitê de Solidariedade, o qual fez uma carta à população para que fossem solidários aos mesmos. (V/P-SI/RELATÓRIOS)

Em 14.02.80 — Conf. Infe nº 51/79-SI/DSI/PR de 05.12.79, o fichado compareceu à reunião do COMITÊ DE SOLIDARIEDADE no dia 27.11.79 na Igreja de Guadalupe.

O fichado e Wilson Teixeira elaboraram o panfleto anexo para distribuir aos trabalhadores da Construção Civil no dia 28.11.79, na Praça Afonso Botelho, cujo panfleto tem por finalidade voltar a opinião dos operários contra IVAN RIBAS, pois o conteúdo do panfleto dá a entender que pertence ao referido parlamentar. (V/P COMITÊ DE SOLIDARIEDADE)

Em 21.03.80 — Conf. Infe nº 44/80-SI/DSI/PR de 17.03.80, o fichado esteve presente na Assembléia Geral Ordinária na sede do CBA, no dia 14.03.80, na qual foi eleita a única chapa apresentada para a nova Diretoria-CBA. (V/P/SI-INFORMES)

Em 15.03.80 — Conf. Infe nº 045/SI/DSI de 18.03.80, o fichado participou de reunião realizada dia 14.03.80, no Diretório Municipal do PMDB, onde compareceram vários representantes de Associações de Bairros de Ctba. A mesma tem por finalidade mobilizar uma grande massa de trabalhadores no dia 1º de maio do corrente, para comemoração do dia do trabalho. (V/P-SI/Informes) (A-1)

Em 17.04.80 — Conf. Infe. nº 52/SI/DSI de 25.03.80, o fichado participou no dia 22.03.80 de uma palestra sobre "Processo Político e Nação Brasileira", proferida por MIGUEL ARRAES, na A.L.E. a convite do Núcleo de Bases do PMDB de Ctba. (V/P-SI/Informes) (A-2)

Em 18.04.80 — Conf. Infe. (A-3) nº 51/80-SI/DSI/PC/PR de 24.03.80, o fichado participou da reunião em protesto contra a demissão de quinze professores da UFPR, realizada no dia 21.03.80, na A.P.P. (V/P-SI/Informes)

Em 18.04.80 — Conf. Infe (A-2) nº 53/80-SI/DSI/PC/PR de 28.03.80, o fichado esteve presente na reunião realizada no dia 26.03.80, na sede do Diretório Municipal do PMDB, que teve como finalidade, tratar da Reformulação Partidária e ativar o Movimento Trabalhista neste Estado. (V/P/PMDB)

Em 18.04.80 — Conf. Infe nº 57/SI/DSI de 08.04.80, o fichado participou da reunião realizada na sede do Diretório Municipal do PMDB, a qual teve o objetivo de estimular a criação de Núcleos do Partido, e o lançamento do Jornal "Voz da Unidade" que é o substituto do Jornal "Voz Operária", órgão oficial do PCB. (V/P-SI/INF) (A-2)

Em 23.04.80 — Conf Infe nº 066/SI/DSI de 09.04.80, o fichado esteve presente na reunião realizada dia 07.04.80, na sede do Diretório Municipal do PMDB, a qual foi presidida por ADHAIR S. PASSOS, oportunidade em que foi discutido assuntos inerentes ao projeto de casas populares que o Sr. Prefeito elaborou para as favelas de Curitiba. (V/P-SI/Informes((A-2)

Em 28.04.80 — Conf. Infe (A-2) nº 094/80-SI/DSI/PC/PR de 24.04.80, o fichado participou da reunião em prol dos metalúrgicos paulistas, realizada no dia 22.04.80 na sede da A.P.P. O objetivo principal desta reunião foi a preparação do Ato Público que será realizada no dai 24.04.80. (V/P-COMITÊ DE SOLIDARIEDADE DE CTBA)

Em 29.04.80 — Conf. Infe (A-2) nº 070/80-SI/DSI/PC/PR de 14.04.80, o fichado fez parte da Comissão que organizou o I Seminário das Bases do PMDB de Ctba, realizado no dia 23.03.80 no Seminário Maior dos Padres Palotinos. Após a palestra proferida por MIGUEL

ARRAES (participante especial) foram distribuídas as Comissões para os debates que foram divididas em seis grupos, sendo que o fichado fez parte do grupo 3. Os assuntos constantes do temário para discussão, foram discutidos integralmente somente a nível de comissões. (V/P/PMDB-CURITIBA)

Em 14.05.80 — Conf. Infe (A-1) nº 116/80-SI/DSI/PC/PR de 08.05.80, o fichado participou da reunião preparatória para o lançamento do PMDB em Curitiba/PR, realizada na sede do Diretório Municipal do PMDB no dia 05.05.80. A divulgação da campanha de lançamento do PMDB teve início no dia 06.05.80, para a qual foram confeccionados oitenta mil impressos e expedidas doze mil cartas à moradores de Curitiba, através da Assembléia Legislativa. (V/P/PMDB DE CURITIBA)

Em 20.05.80 — Conf. Infe nº 114-SI/DSI/PC/PR (A-2) de 06.05.80, o fichado participou de uma concentração no dia 01.05.80 na Praça 10 da Vila Nossa Senhora da Luz dos Pinhais promovida pelo CBA/CTBA, PT, PMDB, PTB, Pastoral Operária, Conselho de Representantes das Associações de Bairros de Curitiba, o Comitê de Solidariedade. (V/P OVIMENTO DE 1º DE MAIO)

Em 21.05.80 — Conf. Infe (A-2) nº 115/80-SI/DSI/PC/PR de 07.05.80, o fichado assistiu à Palestra proferida pelo senador MARCOS FREIRE, no dia 25.04.80 no Auditório da Igreja N. Sa. de Guadalupe em Curitiba, sobre o tema O REAL SIGNIFÍCADO DA ABERTURA. O palestrante abordou o problema das Multinacionais, das favelas, da greve dos metalúrgicos do ABC, da situação econômica brasileira e manifestou-se favorável à formação de uma Assembléia Constituinte. (V/P PMDB DE CURITIBA)

Em 22.05.80 — Conf. Infe nº 133-SI/DSI/PC/PR (A-2) de 16.05.80, o fichado esteve presente nas solenidades de lançamento oficial do PMDB em Curitiba, realizado em 11.05.80, no Auditório da Igreja Nossa Senhora de Guadalupe. (V/P PMDB)

Em 23.05.80 — Conf. Infe nº 134-SI/DSI/PC/PR (A-2) de 19.05.80, o fichado esteve presente na reunião de 11.05.80, na sede do Diretório Municipal do PMDB, sito à Rua Pedro Ivo, 698, nesta Capital, onde a pauta da encionada foi: Apoio aos motoristas de taxi; Avaliação do ato de lançamento do PMDB. (V/P PMDB)

Em 28.05.80 — Conf. Infe (A-2) nº 145/80-SI/DSI/PC/PR de 23.05.80, o fichado participou da reunião ocorrida dia 19.05.80 na sede do Diretório Municipal do PMDB, onde foi tratada da organização do sistema de filiação partidária, do preenchimento das fichas de filiação e do processo da burocratização das mesmas até a aceitação no Tribunal Eleitoral. (V/P PMDB)

Em 03.06.80 — Conf. Infe (A-2) nº 157/80-SI/DSI/PC/PR de 30.05.80, o fichado participou da reunião do PMDB, realizada no dia 26.05.80, na sede do Diretório Municipal do PMDB/Ctba/PR ocasião em que foi discutido o problema das eleições de 80 e infes. sobre filiações partidárias. (V/P PMDB)

Em 12.06.80 — Conf. Infe nº 112-SI/DSI/PC/PR (A-2) de 05.05.80, o fichado participou do Ato Público de apoio aos metalúrgicos de São Paulo que se encontram em greve, e de protesto às prisões dos líderes sindicais daquele Estado, realizado pelo Comitê de Solidariedade de Curitiba em 24.04.80, na Av. Luiz Xavier defronte a Praça Osório, seguido de passeata até a Praça Generoso Marques. (V/P COMITÊ DE SOLIDARIEDADE)

Em 16.06.80 — Conf. Infe (A-2) nº 167/80-SI/DSI/PC/PR de 04.06.80, o fichado participou de um Encontro entre representantes de partidos políticos e diversas entidades, realizado no dai 02.06.80 na sede do Diretório Municipal do PMDB/Ctba, ocasião em que foi debatido o tema "Eleições de 80". (V/P PMDB)

Em 20.06.80 — Conf. Infe (A-2) nº 182/80-SI/DSI/PC/PR de 12.06.80, o fichado participou da reunião do PMDB realizada no dia 09.06.80 na sede do Diretório Municipal do PMDB/CTBA/PR, tendo como pauta: Informes, Filiação Partidária, Campanha para as Eleições de 80 e vinda do Papa a Curitiba. (V.P PMDB)

Em 23.06.80 — Conf. Infe (A-2) nº 187/80-SI/DSI/PC/PR de 17.06.80, o fichado participou ativamente da reunião preparatória para a caminhada em prol das eleições de 80, realizada dia 16.06.80 na sede do D.M. do PMDB/Ctba/PR. Durante a reunião, foi colocada em votação, uma proposta a respeito de um ofício que seria enviado a SESP, comunicando a realização da passeata, tendo o plenário votado contra. O fichado afirmou que o PMDB não enviando o Ofício estará demonstrando que o MDB mudou para melhor. (V/P PMDB)

Em 30.06.80 — Conf Infe (A-2) nº 195/80-SI/DSI/PC/PR de 24.06.80, o fichado esteve presente ao Ato Público em favor da realização de Eleições em 1980, ocorrido no dia 20.06.80, na Praça Osório/Curitiba/PR seguido de uma caminhada até a Praça Gen. Marques. O referido ato foi organizado pelos partidos de oposição com o apoio de várias outras entidades. (V/P PARTIDOS POLÍTICOS)

Em 16.07.80 — Conf. Infe nº 238-SI/DSI/PC/PR (A-2) de 14.07.80, o fichado em 07.06.80 participou de uma reunião do PMDB/PR realizado em sua sede Municipal em Curitiba, cujos objetivos foram: Encaminhar às Comissões Zonais; divergências quanto ao critério apresentado pela Diretoria municipal, motivo pelo qual o partido estaria se fechando aos movimentos populares, dando aos parlamentares o direito de indicação da maioria dos representantes zonais; reunião com a executiva municipal para adotar critérios para apresentação de seus representantes zonais. (V/P PMDB)

Em 31.07.80 — Conf. Infe nº 279-SI/DSI/PC/PR (B-2) de 23.07.80, o fichado em 21.07.80 participou de uma reunião na sede do Diretório Municipal do PMDB, onde teve por objetivo a formação das Comissões Zonais, e falaram a respeito de como seriam indicados os representantes para formar as comissões zonais. (V/P PMDB)

Em 06.08.80 — Conf. Infe nº 270-SI/DSI/PC/PR (B-2) de 29.07.80 o fichado participou de uma reunião do PMDB em 25.07.80 na sede do Diretório Municipal, onde decidiu-se formar uma Comissão de 15 membros do Diretório, onde os mesmos com as fichas dos filiados do partido, fariam as indicações para os Diretórios Zonais, que será apresentado no dia 28.07.80 com a finalidade da aprovação em plenário. O Diretório do PMDB e alguns elementos tais como o fichado estão "forçando" suas posições e as várias forças do partido estão "colidindo" em suas opiniões. Por um lado a representatividade dos deputados; por outro as representações dos Movimentos. O Diretório está questionando as possibilidades dos deputados indicarem os 11 representantes zonais, sendo que os deputados não concordam com a forma em que está encaminhando o critério destas indicações. (V/P PMDB)

Em 01.09.80 — Conf. Infe nº 314-SI/DSI/PC/PR (A-2) de 28.08.80, o fichado participou do debate sobre o Estatuto dos Estrangeiros realizado em 21.08.80 na Igreja Nossa Senhora do Guadalupe nesta Capital. (V/P SI/INFORMES)

Em 03.09.80 — Conf. Infe nº 295/80-A de 11.08.80 (A-1) SI/DSI/PR, o fichado participou do XII-ECM/BRASIL no período de 19 à 26.07.80 em Curitiba, participando do Ato Público realizado na Praça Generoso Marques, onde foram feitas manifestações com severas críticas ao vigente no país. Conotação política do fichado: esquerdista — principais atividades: foi um dos líderes do Movimento Estudantil, quando estudante possuía idéias extremistas, atualmente tem participado dos movimentos do Comitê de Solidariedade, Associação de Bairros de Curitiba, CBA e PMDB. (V/P XII ECEM)

Em 05.09.80 — Conf. Infe nº 300/80 (A-2) de 21.08.80/SI/DSI/PC/PR o fichado participou de uma reunião realizada no dia 18.08.80, na sede do Diretório Municipal do PMDB, sita à Rua Pedro Ivo nº 698, que teve por objetivo dar encaminhamento às Comissões Zonais. (V/P PMDB)

Em 10.09.80 — Conf. Infe nº 318/80-SI/DSI/PC/PR de 02.09.80, o fichado participou no dia 25.08.80 na Rua Pedro Ivo 698, de uma reunião do PMDB, tendo como objetivo: Plenária das segundas-feiras, filiações partidárias, Eleições de 80. (V/P PMDB/PR)

Em 02.10.80 — Conf. Infe nº 354/80-SI/DSI/PC/PR (B-2) de 26.09.80, o fichado participou de uma reunião do Diretório Municipal do PMDB, reunião onde trataram de assuntos de interesse do Partido. Ficou decidido que na próxima segunda-feira se faria uma reunião onde se escolheria um "Chapão" para a convenção que se realizar em outubro próximo. O nominado faz parte da Comissão formada incumbida de acompanhar e dar apoio a questão do DCE e também da Chapa II nas eleições realizadas entre os trabalhadores da construção civil. (V/P PMDB)

Em 06.10.80 — Conf. Infe nº 367/80-SI/DSI/PC/PR (B-2) de 01.10.80, o fichado participou de uma reunião do PMDB/CTBA, realizado no dia 29.09.80 no Diretório Municipal situado na Rua Pedro Ivo, tendo como objetivo a apreciação da chapa única para a Diretoria do Diretório Municipal do Partido. A referida chapa foi apresentada por pessoas que se dizem militantes mais ativos do PMDB, na qual o nominado foi um dos apresentadores. O mesmo faz parte da chapa que será votada no dia 12.10.80. (V/P PMDB)

Em 13.10.80 — Conf. Relatório s/n de protocolo nº 1410-SI (B-2) o fichado participou de uma reunião do PMDB realizada em 06.10.80 na sede do Diretório Municipal, onde o assunto tratado foi os preparativos para a Convenção de 12.10.80 para o Diretório Municipal. (V/P PMDB)

Em 13.10.80 — Conf. Rec. Jornal Gazeta do Povo de 04.10.80 (B-2) o fichado é presidente da 1ª Zona Eleitoral das Comissões Executivas Zonais de Curitiba. (V/P PMDB)

Em 21.10.80 — Conf. Relatório da DSI, de 12.10.80, o fichado participou da Convenção Municipal do PMDB, oportunidade em que houve eleição da Chapa "Unidade" para o Diretório Municipal. (V/P-DSI/Relat.)

Em 18.11.80 — Conf. nº 405/80, SI/DSI/PC/PR de 07.10.80 (B-2) o fichado esteve presente no último dia 30 numa reunião realizada pelo CBA em sua sede nessa Capital, a qual teve como objetivo a discussão da proposta pelo prefeito de Curitiba, de montar uma banca para venda de jornais da Imprensa Alternativa. A proposta feita pelo fichado era que fosse aceita a proposta do prefeito e se fizesse no local um ponto de denúncia e divulgações de panfletos. Sobre a aceitação da banca, foi dito que a mesma se tornaria um fato político onde o prefeito ganharia muitos pontos. (V/P CBA/CTBA)

Em 19.11.80 — Conf. Infe nº 406/SI de 07.11.80, o fichado participou da reunião realizada dia 03.11.80, no Diretório Municipal do PMDB a qual teve por objetivo discutir a realização de um Ato Público em favor da Constituinte. (V/P PMDB) (B-2)

Em 01.12.80 — Conf. Infe nº 431/80-SI/DSI/PC/PR de 20.11.80 (B-2) o fichado participou do Ato Público no dia 15.11.80, na Praça 15 de Novembro na Vila Nossa Senhora da Luz. O principal orador foi o presidente do PT do PR, José Petrúcio, abordou o tema: Piso salarial e Eleições Diretas. Na ocasião o nominado fez uso da palavra. (V/P PT)

Em 17.03.81 — Conf. Infe nº 053/80-SI/DSI/PC/PR de 24.02.80 (A-1) o fichado participou do Ato Público, realizado dia 16.02.80, pela Absolvição dos estudantes catarinenses que seriam julgados dia 17.02.81, na Auditoria da 5ª CJM e pelo fim da Lei Segurança Nacional, o Ato foi realizado na Praça Osório e na Rua das Flores. O nominado cedeu uma kombi picaço, cor branca, placa CS-7838, de sua propriedade para servir de palanque para os oradores. (V/P LSN)

Em 22.04.81 — Conf. Infe nº 72/SI de 16.03.81, o fichado participou nos dias 07, 08.03.81 do 1º Congresso da Mulher de Curitiba, realizado no Colégio Estadual do Paraná. Os temas debatidos no referido evento foram: MULHER E SOCIEDADE, MULHER E SAÚDE, MULHER TRABALHADORA e MULHER E ORGANIZAÇÃO. (V/P 1º Congresso da Mulher de Curitiba (A-1)

Em 02.06.81 — Conf. Infe nº 188-SI/DSI/PC/PR (A-2) de 29.05.81, o fichado participou do Ato Público contra os atentados a bomba ocorridos no Brasil, realizado em 26.05.81 na Av. Luiz Xavier "Boca Maldita" por partidos políticos de oposição, entidades estudantis e contestatórias. (V/P ATENTADOS À BOMBA)

Em 11.05.83 — Conforme Infe nº 18/SI/DSI de 06.05.83, por ocasião da comemoração do Dia do Trabalho, realizou-se na Praça Rui Barbosa uma concentração popular, onde se fizeram representar várias entidades de classe, tendo o fichado participado do evento. (S/I/Informes)

Em 07.07.83 — Conforme Relatório da D.O.S. datado de 16.06.83, realizou-se no Auditório da Igreja do Guadalupe uma reunião de funcionários federais, ocasião em que reivindicaram: Direito a Sindicalização, Reposição salarial de 70% e a concessão do 13º salário. O fichado juntamente com outros políticos, participou da referida manifestação. (D.O.S. Relatórios)

Em 03.08,83 — Através de documento encaminhado à Assembléia Legislativa do Paraná, o fichado faz proposta de Emenda Constitucional afim de se acrescentar ao Art. 123, da Constituição Estadual, um Artigo Único e um Parágrafo Único, que visam assegurar o direito de lhes ser fornecido, junto aos órgãos públicos, todas as informações de caráter pessoal existentes a seu respeito em seus arquivos. (P/P.M.D.B)

Em 20.12.83 — Conforme Relatórios da D.O.S. datados de 20.09.82, o fichado por ocasião do Comício do PMDB realizado na Praça Cel. Osório, fez uso da palavra, abordando os seguintes assuntos: DESAMPARO AO MENOR CARENTE, AMPLIAÇÃO DO SISTEMA COLETIVO e outros. (D.O.S.)

24.900

ÁLVARO DIAS (ÁLVARO FERNANDES DIAS)

Em 16.10.75 — Conf. Informe nº 497/PM/2-30.09.75, em reunião na Câmara Federal dos Deputados, o nominado fez um pronunciamento a respeito do Sr. Luiz Gonzaga Ferreira, presidente do MDB de Londrina/PR. Em seu pronunciamento o nominado defende Luiz Gonzaga Ferreira, e fez críticas à maneira de atuar, do governo atual exaltado a arbitrariedade, alegando desrespeito à lei por parte da justiça, e, acusando o regime de "antidemocrático". (V/P-Nominados)

Em 10.06.76 — Conf. Infão nº 10/76-SI/DOPS/PR, o fichado fez parte da mesa na reunião no Diretório Municipal do MDB, qual criticou o pouco aumento do Governo Federal ao salário mínimo vigente no País, falou também do atual governo do Paraná, no que se refere aos gastos elevados do governo em suas viagens de campanhas políticas, no Norte do Estado. (V/P DOPS/INFORMAÇÕES)

Em 29.06.76 — O fichado foi citado como tendo aceitado apoio político do PCB, nas declarações de ANTONIO LIMA SOBRINHO e ILDEU MANSO VIEIRA os quais foram indiciados em inquérito policial nº 06/75 instaurado por esta DOPS, que apurou as atividades do Partido Comunista BR no Paraná. (V/P-PCB/PR)

Em 22.03.77 — Conf. Infe nº 676/PM-2/75, 09.12.75, o fichado está colaborando na divulgação do jornal estudantil do DCE/FUEL "Levanta Sacode a Poeira e dá volta por cima". (V/P-FUEL)

Em 23.03.77 — Conf. Recorte de Jornal Diário do PR, o fichado fez críticas à Segurança — "o arbítrio dos agentes da força continua a reinar poderosamente às escancaras sobre todos nós..." (V/P NOMINADO)

Em 03.03.77 — Conf. Infão nº 597/E2-76, 06.05.76, o fichado e outros líderes políticos regionais participaram de um encontro do MDB na cidade de Bela Vista do Paraíso/PR, para estabelecimento de normas às próximas eleições. (V/P-MDB)

Em 01.04.77 - Conf. Infe nº 005/PM-2/77, 05.01.77, o fichado estaria dando apoio a campanha que o DCE/FUEL vem fazendo em prol do congelamento das anuidades e mensalidades na FUEL/LD/PR. (V/P-PMEP)

Em 18.04.77 — Conf. Inf. nº 614/PMPR de 27.09.76, o fichado teria amplo relacionamento com a atual diretoria do DCE, teria auxiliado financeiramente na compra de uma impressora off-set e na propaganda eleitoral, que teria demonstrado um custo elevado, não condizente com a situação financeira do Diretório. (V/P - FUEL)

Em 03.05.77 — Conf. Inf. nº 664/PMPR de 08.11.76, o fichado participou indiretamente nas eleições estudantis para o DCE/FUEl ocorrida em 15.09.76, através de doações em dinheiro. (V/P-PMPR)

Em 04.05.77 — Conf. Inf. nº 636-PMPR de 15.10.76, o fichado remeteu aos membros do Diretório Central dos Estudantes Fundação Universitária de Londrina, correspondência se referindo contra a censura e a cultura brasileira, escrito pelo deputado do MDB, ALENCAR FURTADO, que após o recebimento as mesmas seriam xeroscopiadas e distribuídas aos alunos da Universidade. (V/P-PMEP)

Em 23.05.77 — Conf. Info nº 258/SR/DPF/PR de 05.05.77, o fichado participou no dia 29.04.77 da 1ª Reunião da Campanha para a formação de uma Assembléia Constituinte, promovida pelo MDB, que visa dar ao Brasil uma nova Carta Magna, que segundo o MDB não seria apenas do Partido, mas do povo brasileiro. (V/P-MDB/PR)

Em 05.10.77 — Conf. Inf. nº 85/ASI/FUEL de 15.09.77, o fichado foi um dos elementos que teve maior participação na III Semana de Atualidades promovida pelo DCE/FUEL no período de 07 à 11 de setembro/77. (V/P-FUEL)

Em 06.10.77 — Conf. Inf. nº 192/PMEP de 06.06.77, o fichado participou do Seminário de Estudos Políticos e Administração Municipal dos Campos Gerais, realizado em Ponta Grossa-PR, no dia 29.05.77, patrocinado pelo MDB. (V/P/MDB)

Em 06.10.77 — Conf. Inf. nº 420-SR/DPF/PR de 18.08.77, o fichado participou do Encontro dos líderes do MDB, realizado em MARINGÁ-PR, no dia 13.08.77, tendo em vista a Convenção Nacional, onde falaram da situação do povo brasileiro, e que não se pode falar, não se pode reivindicar porque se tem o AI-5, a Lei de Imprensa, o 477, Código Penal, Código Civil, Código Comercial e Lei de Segurança Nacional. (V/P-DPF)

Em 1010.77 — conf. Info 370/PMEP de 29.07.77, o fichado participou da concentração realizada pelo MDB de Maringá-PR, no dia 27.07.77, onde teceu pesadas críticas ao Governo Federal, destacando principalmente aos problemas que afligem a agricultura brasileira. (V/P-MDB)

Em 13.10.77 — conf. Enct nº 64/PMEP de 03.06.77, o fichado tece críticas ao Parlamento brasileiro, bem como procura dar apoio ao Movimento Estudantil, em reportagens publicadas na "Folha de Londrina" nas edições de 10, 15 e 19.05.77. (V/P-NOMINADO)

Em 17.10.77 — Conf. Infe 213/PMEP de 17.06.77, o nominado enviou para uma Reunião Geral dos estudantes, promovida pelo DCE/FUEL, no dia 14.06.77, no Saguão do Centro de Letras e Ciências Humanas da UFEL, lida durante a reunião. (V/P-MOVIMENTO ESTUDANTIL/77)

Em 09.11.77 — Conf. recorte de Jornal Folha de S. Paulo de 7.6.77, o fichado protestou contra a prisão da jornalista Rosângela Bittar, afirmou que: estão transformando a nação numa grande prisão e todos somos prisioneiros da exceção. (V/P-RECORTES DE JORNAIS)

Em 09.11.77 — Conf. recorte de Jornal Folha de Londrina de 15.04.77, o fichado ao tomar conhecimento de reformas feitas pelo governo declarou: "Essas atitudes ilegítimas, antidemocratas, antidistinção, vieram provar acima de tudo que este é um país subdesenvolvido no pensamento político". (V/P NOMINADO)

Em 15.12.77 — Conf. REI/FUEL nº 11 de 01.12.77 o fichado enviou congratulações pela vitória alcançada pelo Grupo Poeira nas eleições estudantis do DCE. (V/P-FUEL)

Em 21.12.77 — Foi anotada a qualificação do fichado conf. of. nº 258 DOI de 14-12/77. (V/P-DOI)

Em 27.12.77 — Conf. Corr. de Notícias de 21.12.77, o fichado esteve na Assembléia Leg. como vereador Mário Celso com quem comporá uma dobradinha na próx. campanha eleitoral, quando debaterão sobre as eleições de 78. (V/P-NOMINADO)

em 27.12.77 — Conf. Fl. de Londrina de 22.12.77, o fichado manterá um programa de visitas às bases do partido (MDB) em todo o interior paranaense, a convite dos estudantes esteve no dia 21.12.77, na Universidade de Brasília fazendo palestra sobre "Liberdades Democráticas". Foi homenageado na solenidade de formatura de um colégio de Ubiratã/PR (em 22.12.77). (V/P NOMINADO)

Em 27.12.77 — Conf. Diário do PR de 16.12.77 o fichado criticou a manifestação do governador Paulo Egídio, de SP, que foi contra ao Senador de MG que defende a tese de eleição presidencial pelo voto popular. (V/P NOMINADO)

Em 05.01.78 — Conf. Infão 139/ASI/FUEL de 30.12.77, foi comple. a qualificação do fichado. (V/P FUEL)

Em 09.01.78 — Conf. Gazeta do Povo de 24.12.77, o fichado proferiu palestra sobre o tema "a Constituinte" no Diretório Municipal, a campanha pela Constituinte vinha sendo desenvolvida até há poucos dias, e voltará com toda a força". (V/P-MDB)

em 23.02.78 — Conf. Fl de Londrina de 03.02.78, o fichado busca a reeleição como deputado federal, declarou quanto as candidaturas emedebistas ao Senado que: "o partido deverá lançar três candidatos, pelo menos dois, com o objetivo de proporcionar a cobertura de todo o Paraná". (V/P NOMINADO)

Em 08.05.78 — Conf. Folha de Londrina de 16.04.78, ao participar da Semana pela anistia promovida pelo Setor Jovem do MDB em Londrina, o fichado disse que em conseqüência da originalidade do regime brasileiro a anistia ganha características diferentes. Historicamente a anistia abrange a própria culpa em sua existência primitiva, significa a abolição do próprio crime. (V/P NOMINADO)

Em 24.05.78 — Conf. Info 48/ASI/FUEL de 13.05.78, o fichado esteve presente à missa por intenção da alma do estudante Antonio dos Três Reis de Oliveira, falecido em choque com elementos dos órgãos de Segurança de São Paulo. (V/P-FUEL)

Em 15.06.78 — Conf. O Estado do Paraná o fichado ao defender a "FRENTE" citou que "a conquista da democracia exige táticas e estratégias. Isso porque os detentores do poder vem sustentando o sistema arbitrário à custa de estratégias, para substituir o atual regime é preciso promover seu desequilíbrio e a forma de se conseguir isso é ampliar a faixa de oposição em setores até mesmo considerados impenetráveis, como é o caso dos setores militares. E a FRENTE será o grande instrumento para tal". (V/P-NOMINADO)

Em 15.06.78 — Conf. Folha de Londrina de 19.05.78 o fichado fez críticas ao INCRA, afirmando que a incompetência e omissão tem sido a característica marcante em sua trajetória de descumprimento dos objetivos traçados por seus criadores. (V/P-NOMINADO)

Em 16.06.78 — Conf. Infe nº 358/PMPR de 22.05.78 o fichado participou do lançamento do Comitê Londrinense pela Anistia e Direitos Humanos, realizado no dia 13.05.78 no Auditório da Associação Odontológica do Norte do Paraná em Londrina. (V/P COMITÊ LONDRINENSE PELA ANISTIA E DIREITOS HUMANOS)

Em 18.07.78 — Conf. A Gazeta do Povo de 09.06.78 o fichado participou da greve estudantil da FUEL, que discursou em apoio aos alunos. (V/P FUEL)

Em ou Conf. Folha de Londrina de 08.07.78 o fichado apoiando ao Movimento da Frente Nacional de Redemocratização, disse que esta ganhará maior consistência quando for oficializada a candidatura à Presidência da República pelo partido da oposição. (V/P FRENTE)

Em 21.07.78 — Conf. REI nº 43/ASI/FUEL de 16.06.78 o fichado participou da Concentração Pública na concha acústica, realizada pelo Movimento Estudantil contra o Regimento da FUEL, onde pronunciou violentos discursos contra o Governo e Autoridades Constituídas. (V/P-FUEL)

Em 20.09.78 — Conf. Infe nº 642/PMPR de 22.08.78 o fichado em uma palestra nos debates sobre a Conjuntura Nacional promovida pelo Comitê Londrinense pela Anistia e Direitos Humanos, demonstrou total repúdio ao regime militar, atacando-o violentamente. "Vivemos num Estado Absolutista, onde não existe constituição, e o Sistema de Segurança desempenha um papel com total tirania, o que faz parecer um governo de Ritler". Finalizando o fichado conclamou a Constituinte e o Estado de Direito. (V/P-ÁLVARO DIAS)

Em 29.11.78 — O fichado foi eleito deputado federal pelo MDB nas eleições realizadas em 15.11.78.

Em 1º.12.78 — Conf. Infe nº 889/PMPR de 21.11.78 o fichado contribuiu com Cr$ 2.500,00 para o Comitê Londrinense pela Anistia e Direitos Humanos. (V/P 2ª Sec. PMPR)

Em 12.12.78 — Conf. Infão nº 167/ASI/FUEL de 01.12.78 o fichado contribuiu com Cr$ 300,00 para o DCE/FUEL, a referida doação não obedece ao Dec-Lei nº 228 de 28.02.67, pois não foram entregues diretamente à Universidade para posterior repasse ao DCE, mediante plano de aplicação previamente aprovado pelo Conselho Universitário. (V/P FUEL)

Em 24.01.79 — Conf. Infe nº 02/PMR de 02.../9 o fichado tomou parte no largamento do livro "Liberdade para os Brasileiros" de Roberto Ribeiro Martins, elogiou o escritor, criticou o governo e os órgãos de Segurança e dos estudantes que tiveram seu DCE extinto. (V/P 2ª SEÇ. PMPR)

Em 23.03.79 — Conf. Infe nº 197/PMPR de 12.03.79 o fichado contribuiu com Cr$ 8.000,00 para a Campanha Calourada, desenvolvida pelos membros do DCE/FUEL, destinados aos flagelados das enchentes em Minas Gerais. Segundo informações o dinheiro obtido pretendem imprimir o "Jornal Poeira" e complementar a meta do Grupo que é o lançamento do DCE/LIVRE. (V/P-PMPR)

Em 19.04.79 — Conf. Infão nº 23/ASI/FUEL de 08.02.79, o fichado colaborou com a publicação do Jornal Poeira, editada pela Comissão Pro-DCE-LIVRE da FUEL no mês de janeiro/79, que obedece o disposto nos parágrafos 1º e 2º do Art. 7º da Lei de Imprensa. (V/P-JORNAL POEIRA)

Em 18.06.79 — Conf. REI da Fl 03/DOI/FU/FUEL de 30.04.79, o fichado participou da reunião realizada no dia 26.04, na greve Hospital Universitário de Londrina. (V/P Hospital Universitário)

Em 21.06.79 — Conf. Infe nº 453/PM/ASI/FUEL, o fichado é um dos políticos que está providenciando para o Diretório Central dos Estudantes de Londrina, uma máquina impressora Off-Set, modelo 1850, e uma Prensa de Contacto, modelo Get-Con que cujo valor está sendo calculado em Cr$ 753.375,00, e sabe-se que as máquinas pretendidas são modernas e sofisticadas. (V/P DCE/LIVRE/FUEL)

Em 29.06.79 — Conf. Infe nº 365/PMPR de 14.05.79, o fichado participou do Comício realizado na Praça 1º de Maio (concha acústica) no Centro da cidade, onde compareceram aproximadamente 800 (oitocentas) pessoas, promovido pelo Diretório do MDB de Londrina, em conjunto com o COMITÊ LONDRINENSE PELA ANISTIA E DIREITOS HUMANOS (CLADH). (V/P-PMPR)

Em 09.07.79 — Conf. Infe nº 459/PM-2 de 13.06.79 o fichado participou da mesa de abertura oficial do XXXI Congresso da UNE realizada em Salvador/BA nos dias 29 a 30.05.79. (V/P XXXI CONGRESSO DA UNE)

Em 11.07.79 — Conf. Infe nº 370/PMPR de 14.03.79 o fichado participou de Ato Público realizado em

01.05.79, pelo MDB e CLADH em Londrina, dando ajuda monetária à comissão Pro-DCE/LIVRE da FUEL que fora participar da reunião nacional em Salvador/BA nos dias 29 à 30.05.79 representando a Universidade Estadual de Londrina. (V/P PMPR)

Em 13.07.79 — Conf. Infão nº 075/ASI/FUEL de 11.05.79, o fichado participou do Comício promovido pelo CLADH, juntamente com o Diretório Municipal do MDB, realizada no dia 01.05.79, em Londrina comemorando o dia do TRABALHADOR. (V/P FUEL)

Em 27.07.79 — Conf. Infe nº 126/PM-2 de 13.02.79, o fichado participou da reunião realizada em 27.01.79 na sede do extinto DCE/FUEL com a finalidade de comemorar dois meses de vigília que os estudantes mantém desde a extinção do Diretório Central e Setoriais pela Reitoria da FUEL, sendo constatado que o fichado doou verba para a criação do DCE/LIVRE da FUEL. (V/P PMEP)

Em 06.08.79 — Conf. Infão nº 112/ASI/FUEL de 30.07.79, o Diretório Municipal do MDB de Londrina, através do fichado e outros políticos e parlamentares produziu um jornal, edição de julho/79 o qual foi distribuído gratuitamente ao povo, nos dias 28 e 29 do corrente em Londrina, sendo projetado e executado pela Cop-Jornal, sendo impressas nas oficinas do "Diário do Norte do Paraná" em Maringá em edição única de 30.000 exemplares, contendo pronunciamentos políticos de vários deputados e também entrevistas com populares. (V/P FUEL)

Em 10.09.79 — Conf. Infão nº 13/DOI/79 de 15.05.79, o fichado participou da greve em favor dos cinco docentes demitidos do HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE LONDRINA/PR, onde foi realizada uma reunião na Câmara Municipal de Londrina com a presença do deputado federal ou seja o nominado, representantes dos docentes, cerca de 25 estudantes de outros cursos, além de residentes e médicos grevistas. (V/P-SI/INFORMAÇÕES)

Em 14.09.79 — Conf. Infão nº 117-ASI/FUEL de 13.08.79, o fichado é constituinte da Chapa Única Consenso para Suplentes à Delegados à Convenção Regional na renovação do Diretório Municipal do MDB de Londrina. (V/P ASI/FUEL)

Em 19.10.79 — Conf. Infe nº 839/PM-2 de 09.10.79, o fichado a pedido da Comissão Pro-DCE/LIVRE de Londrina/PR, esteve visitando a atual sede do extinto DCE, ocasião em que discorreu aos presentes sobre a nova política salarial do Governo. Disse que a nova política salarial é prejudicial ao trabalhador, pois irá causar a rotatividade da mão-de-obra, trazendo o desemprego e novos problemas sociais. Falou que o MDB elaborou um novo projeto salarial e que será enviado ao Congresso, mas segundo o fichado este projeto não será votado pois o Governo tem medo de fazer frente às multinacionais e às associações patronais as quais impõem suas condições ao regime. Aproveitando a ocasião elogiou a Comissão Pro-DCE/LIVRE de Londrina/PR, pelo trabalho de divulgação da chapa "MUTIRÃO". (V/P PMEP)

Em 08.12.79 — Conf. Infão nº 156-ASI/FUEL de 03.10.79, o fichado continua mantendo cerrados contatos com o DCE/LIVRE de Londrina, inclusive apoiando-o financeiramente, bem como as edições do Jornal a Poeira, sendo que no dia 29.10 passado compareceu à sede do DCE/LIVRE, onde participou de uma reunião estudantil, onde falou sobe a "Política Salarial do Governo" e que o trabalhador brasileiro está sendo sufocado pela inflação e pelos baixos salários. Disse do projeto Governamental sobre a Nova Política Salarial, disse que o MDB é contra, porque não vai resolver nenhum problema, pois não atinge o capital e o lucro do patrão mas apenas tira de quem ganha mais, para dar a quem nada ganha. Ao final da reunião os estudantes solicitaram ao fichado para que o mesmo juntamente com outros parlamentares do MDB, doassem uma máquina Off-Set para o DCE, pois eles estão encontrando dificuldades para editar Jornal Poeira, inclusive não conseguem adquirir uma impressora devido a ação dos órgãos de repressão. (V/P ASI/FUEL)

Em 12.11.79 — Conf. Infe nº 158/ASI/FUEL de 08.10.79, o fichado participou das eleições para a Diretoria da UNE, realizada em Londrina, o nominado é deputado federal MDB/PR. (V/P-FUEL)

Em 07.12.79 — Conf. Infe nº 645/PM-2 de 20.08.79, o fichado participou de uma reunião realizada dia 11.07.79, em Londrina, tendo início às 20:30 hs e término às 00:13 hs do dia 12.07.79, reunião esta do MDB, PELA ORGANIZAÇÃO PARTIDÁRIA. (V/P-PMPR)

Em 17.12.79 — Conf. Encaminhamento nº 151-ASI/FUEL de 27.11.79, o fichado é autor de um artigo referente à atuação do MOBRAL, que foi publicado no Jornal Folha de Londrina, na edição de 14.10.79. (V/P FUEL)

Em 14.01.80 — Conf. Infe nº 1.026/PM-2 de 26.12.79, o fichado foi um dos que deram ajuda financeira ao Jornal POEIRA, órgão do extinto DCE/FUEL, que foi distribuído no Campus Universitário em data de 06.12.79, por membros da Comissão Pro-DCE/LIVRE de Londrina, sendo que o referido Jornal foi impresso na Gráfica IPE de Londrina. (V/P PMEP)

Em 27.02.80 — Conf. Encaminhamento nº 05, de 04.02.80-ASI/FUEL, o fichado é um dos colaboradores financeiros na confecção do Jornal Paraná Repórter, sendo o mesmo editado pela Cooperativa dos Jornalistas do PR, com sede em Londrina, tendo como editor responsável JOSÉ ANTONIO TADEU FELISMINO. (V/P-ASI/FUEL)

Em 22.05.80 — Conf. Infe nº 113-SI/DSI/PC/PR (A-2) de 16.05.80, o fichado tomou parte da mesa de honra na solenidade de lançamento oficial do PMDB, em Curitiba, realizado em 11.05.80, no Auditório da Igreja Nossa Senhora de Guadalupe. (V/P-PMDB)

Em 04.06.80 — Conf. Infe nº 075-ASI/FUEL de 02.05.80 (B-2) o fichado participou da comemoração do Dia do Trabalhador em Londrina com Comício-Festa denominado "1º de Maio Unificado", promovida pelas lideranças políticas e estudantis, bem como entidades de oposição, realizado no salão nobre da Biblioteca Pública Municipal de Londrina. (V/P MOVIMENTO 1º DE MAIO)

Em 29.08.80 — Conf. Enctº nº 073/ASI/FUEL de 13.08.80, o fichado fez um Boletim Informativo, alguns tópicos deste boletim: da folha de Goáz de 12.12.79, o nominado assegurou que "se a oposição no Paraná se mantiver unida, como vem ocorrendo até agora, ela será imbatível nas eleições de 1982". "Defende ação comum de atuação no Congresso. Falta visão histórica ao Governo, afirma o nominado em Brasília. O fichado diz que Delfim mente e esconde a inflação". (V/P NOMINADO)

Em 22.09.80 — Conf. Infe nº 174-ASI/FUEL (A-1) de 08.09.80, o fichado enviou telegrama de apoio ao Ato Público em repúdio aos atos de terrorismo praticados no país e a favor da imprensa alternativa, realizado no Teatro Universitário do CESULON em 03.09.80. (V/P ASI/FUEL)

Em 16.03.81 — Conf. Infe nº 052/81-SI/DSI/PC/PR de 24.03.81, o fichado participou do ATO PÚBLICO, realizado dia 16.02.81, pela absolvição dos estudantes catarinenses que seriam julgados no dia seguinte ou seja, no dia 17.02.81, na Auditoria da 5ª CJM e pelo fim da Lei de Segurança Nacional, Ato este realizado na Praça Osório, nesta Capital e também na Rua das Flores, onde o fichado fez uso da palavra e convocou o povo a participar do Ato. Durante o Ato foram distribuídos panfletos e faixas e bandeiras da UNE e UPE e cantando palavras de ordem tais como: "Um, dois, três, Figueiredo no xadrez". O ato teve apoio da UNE, e de vários partidos de oposição. (V/P LSN)

Em 14.04.81 — Conf. Infe nº 19/ASI/FUEL, de 18.03.81, foi realizado no dia 04.03.81, Ato Público de Protesto contra a Ação de reintegração de posse de imóvel ocupado pelo DCE/LIVRE. Durante a programação houve show musical, teatro e pronunciamentos por parte de estudantes e políticos, contra o governo e autoridades constituídas. O fichado constituiu a Comissão da Comunidade que manteve negociações com o Reitor, a fim de demovê-lo da ação de reintegração de posse. (V/P/DCE/LIVRE/FUEL) (A-1)

Em 11.06.81 — Conforme Infe. nº 42/ASI/FUEL, de 16.04.81, o Jornal Alternativo, "Fala Paraná" editado em Londrina pela Edições Paraná S/C, Editora de Livros, Jornais e Revistas, em sua edição de abril apresenta algumas modificações em relação aos seus membros, passando o fichado a figurar como colaborador. (VP/FUEL)

Em 31.08.81 — Conf. Relatório SI/DSI/PR de 25.08.81 o fichado foi um dos componentes da mesa na Convenção do Setor Jovem do PMDB realizada no dia 23.08.81 na Assembléia Legislativa do Estado, contando com representantes da entidade de várias cidades do interior. (V/P PMDB)

Em 28.12.81 — Conf Relatório DSI/DOP de 14.12.81, o fichado participou do Encontro Estadual de Mulheres realizado no dia 13.12.81 na Casa do Estudante Universitário, onde fez um discurso agressivo ao regime: "O pior regime é aquele em que o povo é dirigido por um incompetente". (V/P DOP)

Em 04.10.81 — Conforme Infe s/n de 14.09.82, da Delegacia de Polícia de Palmas, realizou-se dia 12.09.82, no centro daquela cidade um comício do PMDB, tendo o fichado na ocasião se referido ao presidente da República como cabo eleitoral do PDS e ao ministro Delfim Neto como lagartão da soja o qual está engordando sua conta bancária na Suíça. Que este governo desapareceu com o dinheiro dos cofres públicos, isto porque está sendo gastado com as propagandas do PDS. (Del. Pol. Palmas).

MANIFESTO DOS ESTUDANTES

Em todo o Brasil as manifestações estão proibidas, os estudantes estão sendo presos, espancados e baleados, as escolas são invadidas. Também os operários, jornalistas etc são tratados dessa maneira, quando querem se manifestar.

Os estudantes sofrem essa repressão porque lutam contra a política educacional do governo. O governo quer transformar as Universidades em **fundações,** para fazer com que elas atendam melhor aos interesses dos que mandam em nossa sociedade. Com a fundação, as empresas particulares vão dominar as escolas e fazer do ensino o que quiserem, para aumentar os seus lucros. E o ensino será pago, de maneira que será mais difícil ainda entrar na Universidade.

Nós não queremos esse tipo de ensino. Nós queremos estudar para servir à sociedade, não à minoria que exerce o poder. Queremos liberdade de criticar abertamente as instituições atuais e queremos trabalhar pela criação de uma melhor sociedade. Mas esse nosso desejo vai contra os interesses dos que lucram com o atual estado de coisas. Por isso eles nos reprimem com sua polícia, seus fuzis, revólveres, cães, bombas e outros.

Mas nós sabemos o que queremos. E quem sabe o que quer não pode ser calado à força.

POR UMA UNIVERSIDADE LIVRE E GRATUITA!

30º CONGRESSO DA UNE — 30 ANOS DE LUTA

Texto de Stênio Sales Jacob constante de sua pasta na DOPS referente ao congresso da UNE de Ibiúna.

1.720

LUIZ CARLOS DELAZARI

Em 29.07.66 — Publicou o jornal Diário da Tarde de Belo Horizonte, o nome do fichado e outros como preso por ocasião da realização do 28º Cong. da ex-UNE. (V. Pasta da UNE).

Em 28.01.70 — O fichado requereu certidão negativa de antecedentes políticos sociais para fins de concurso, após informado o que consta acima foi indeferido. (V. Requerimento Pasta Própria).

Em 18.02.70 — Em atendimento a req. do mesmo ao secretário de Seg. Pública, foi feita certidão do que consta e encaminhada ao secretário, em caráter confidencial.

Em 23.02.70 — Foi fornecida Certidão ao fichado nos seguintes termos: ...em atenção ao despacho exarado no requerimento do mesmo, que, consultada a Seção de Informações desta Especializada, dela não figura o requerente como indiciado em Inquérito Criminal por infração à Segurança Nacional, inexistindo, ainda, decreto judicial de prisão preventiva, mandado de autoridade administrativa civil ou militar ou por efeito de sentença condenatória transitada em julgado. Feito ofício 137/70 ao Exmo. Sr. Secretário enviando o que consta para a devida ciência ao Ministério Público aonde o requerente fará concurso para provimento de cargo. (V. p.p.)

Em 25.03.70 — Em atenção ao despacho do secretário de Seg. Pública exarado no of. nº 47/70-PGE, foi extraído cópia da presente e enviado com of. 240/70

Em 27.03.73 — Foi-lhe INDEFERIDO pedido de cert. neg. p/fins de Magistério. vpp

VER PASTA DO NOMINADO... 1987

5.284

RIAD SALAMUNI

Em 28.06.52 — Nesta data o fichado foi interpelado pelo repórter do jornal comunista Tribuna do Povo sobre a guerra bacteriológica, sendo que o fichado respondeu a pergunta da seguinte maneira: "Sou visceralmente contra a guerra bacteriológica. É um atentado contra a dignidade humana. Deve-se condenar como criminoso todo o apologista da guerra bacteriológica. (Vide Tribuna do Povo de 28.06.52)

Em 4 out 66 — Em reunião realizada em 20.2.62 foi indicado para fazer parte do Instituto Cultural Brasil-Cuba, como membro de Direção Cultural. (V. pasta Instituto Cultural Brasil-Cuba)

Em 30.11.66 — Conforme consta dos arquivos desta DOPS, o fichado fazia parte do Diretório Municipal de Curitiba, do PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO, atualmente extinto. (Ver pasta PSB)

36.913

NIVALDO PASSOS KRUGER

Em 18.06.80 — Conf. Infe (A-2) nº 160/80-SI/DSI/PC/PR de 02.06.80, fichado proferiu uma palestra no V COERES realizado no período de 15 à 18.05.80 em Guarapuava/PR, promovido pela UPES e organizado pelo CAEG. O fichado falou sobre Reforma Agrária, apontando vários pontos sobre a errada política agrícola no Brasil; incentivou os participantes com a seguinte expressão: "que deveríamos meter o cacete no indivíduo pro-governo, que ainda existissem", culpando o governo pela fome existente em nosso País. (V/P/UPES/V COERES)

6067

CARLOS FREDERICO MARÉS DE SOUZA FILHO

Em 11.11.70 — O fichado foi condenado pelo Conselho Permanente de Justiça do Exército a dois anos de detenção como incurso no art. 33, inciso III, do Decreto-Lei nº 314/67. (V/P Estudantes — rec. jornal D.P. 20.3.70)

Em 26.11.70 — Conforme declaração prestada pela Maria J. M. Dias, na 2ª Seção da 5ª RM, o mesmo pertence ao PCBR. V/P — DECLARANTE — MARIA — 208

Em 01.09.71 — (Of. 905/71 — Aud. 5ª RM). O fichado foi condenado a 15 (quinze m. de detenção) como incurso no Art. 36 do Dec. Lei 314/67) P/Ad. 5ª RM

Em 05.10.71 — Conf. rec. do Diário do PR de 16.4.71, consta que o fichado foi incurso nos arts. 25 e 43 da L.S.N. pela Auditoria da 5ª Região Militar. V/P recorte de jornais.

Em 25.10.71 — Consta em Declaração prestada por Elionor M. Brito, no II Exército que o fichado pertence o PCBR. V/P PCBR

Em 22.11.71 — Nesta data deram entrada dois requerimentos para fins de REVALIDAÇÃO DO PASSAPORTE dos pais do fichado.

Em 16.06.72 — Nesta data deram entrada dois requerimentos dois pais do fichado, solicitando Certidão de Ant. Políticos e Sociais, para fins de Viagem ao Exterior.

Em 30.10.72 — Em Bol. Inf. do III Exército consta que o fichado está sendo procurado pela Justiça Militar, foi condenado a dois anos de prisão. V/P procurados.

Em 27.04.73 — Conf. consta Bol. Inf. nº 3/72, III Ex. o fichado é condenado pelo CPJE da Aud. 5º CJM, em sessão de 5 de Ago 71, à pena de 15 meses de reclusão, como incurso na LSN, por estar implicado no PCB do Paraná. (V/P PROCURADOS)

Em 06.10.76 — Conf. Inf. nº 118/E/2 de 06.02.74 5ª RM, o nominado é exilado brasileiro no Uruguai. (V/P 2ª Seção 5ª RM)

Em 09.08.79 — Conf. Correio de Notícias de 07.08.79, o fichado ficou exilado 9 anos e meio no Uruguai, Chile e Dinamarca, retornando ao Brasil no dia 23.07.79 prestando juramento na Ordem dos Advogados do Brasil, seção Paraná. (V/P Retornos Exilados)

Em 30.10.79 — Conf. Infe nº 429-06/CI/SESP/PR de 28.09.79, com fundamento na lei nº 6683/69 c/c o art. nº 123/II do CPM, foi extinta a púnibilidade do nominado. (V/P 5ª CJM)

Em 27.12.79 — Conf. Infe nºs/nº SI/DSI de 11.12.79, o fichado participou do DIA DA ANISTIA, promovido pelo CBA/CTBA, onde foram realizadas manifestações em prol da Anistia Ampla Geral e Irrestrita nos dias 14 e 22.08.79, o auditório do DASCISA foi o local usado pelo CBA para as reuniões preparatórias dos eventos, assim como impressões de panfletos e confecções de faixas e cartazes. Foram distribuídos panfletos e feitos pichamentos de muros, coleta de assinaturas de populares em uma banca instalada na Rua das Flores. (V/P CBA RELATÓRIOS)

Em 15.01.80 — Conf. Infe nº 1096-79-SI/SR/DPF/PR de 17.08.79, o fichado participou da comemoração pelo DIA NACIONAL DA LUTA PELA ANISTIA, sendo uma comemoração cívico-religiosa realizada no auditório da Igreja N. S. de Guadalupe, contando com a presença de líderes religiosos, foi organizado um Ato Público no mesmo recinto. (V/P DPF)

Em 04.02.80 — Conf. Infe nº 22/SI/DSI/PR de 10.10.79, o fichado participou de uma Assembléia no pátio da Reitoria da Universidade Federal/PR no dia 05.10.79. (V/P SI/INFORMES)

Em 10.04.80 — Conf. Jornal Correio de Notícias de 12.03.80, o fichado juntamente com Esacheu Cipriano Nascimento, assumiu o encargo de tratar de todos os detalhes dos encontros, como temas, convidados e datas, para receber o ex-governador de Pernambuco MIGUEL ARRAES que vem a Curitiba participar de um foro de debates promovido pelo PMDB municipal. (V/P PMDB)

Em 29.04.80 — Conf. Infe (A-2) nº 070/80-SI/DSI/PC/PR de 14.04.80, o fichado fez parte da Comissão que organizou o I Seminário das Bases do PMDB de Ctba, realizado no dia 23.03.80, no Seminário Maior dos Padres Palotinos. Após a palestra proferida por MIGUEL ARRAES (participante especial) foram distribuídas as Comissões para os debates que foram divididas em grupo. Os assuntos constantes do temário para discussão, foram discutidos integralmente somente a nível de comissões, sendo que foi debatido em Plenário somente a Carta de Participação. (V/P/PMDB DE CTBA)

Em 21.05.80 — Conf. Infe (A-2) nº 115/80-SI/DSI/PC/PR de 07.05.80, o fichado assistiu à palestra proferida pelo senador MARCOS FREIRE, no dia 25.04.80 no Auditório da Igreja N. Sa. de Guadalupe em Curitiba, sobre o tema O REAL SIGNIFICADO DA ABERTURA. O palestrante abordou o problema das multinacionais, das favelas, da greve dos metalúrgicos do ABC, da situação econômica brasileira e manifestou-se favorável à formação de uma Assembléia Constituinte. (V/P/PMDB DE CURITIBA)

Em 16.06.80 — Conf. Infe (A-2) nº 156/80-SI/DSI/PC/PR de 04.06.80 o fichado participou de um encontro entre representantes de partidos políticos e de diversas entidades, realizado no dia 02.06.80 na sede do Diretório Municipal do PMDB/Ctba, ocasião em que foi debatido o tema "Eleições de 80". (V/P/PMDB).

Em 20.06.80 — Conf. Infe (A-2) nº 182/80-SI/DSI/PC/PR de 12.06.80, o fichado participou da reunião do PMDB realizada no dia 09.06.90 na sede do Diretório Municipal do PMDB/CTBA/PR, tendo como pauta: Informes, Filiação Partidária, Campanha para as Eleições de 80 e vinda do Papa a Curitiba. (V/P/PMDB)

Em 23.06.80 — Conf. Infe (A-2) nº 187/80-SI/DSI/PC/PR de 17.06.80, o fichado participou ativamente de uma reunião preparatória para a caminhada em prol das eleições de 80, realizada dia 16.06.80, na sede do D.M. do PMDB/Ctba/PR, ocasião em que ficou decidido que será feita panfletagem dias antes da caminhada, no centro da cidade, comícios relâmpagos durante a panfletagem do dia 19.06.80 e colagem de hum mil cartazes também no centro da cidade. (V/P/PMDB)

Em 30.06.80 — Conf. Infe (A-2) nº 195/80-SI/DSI/PC/PR de 24.06.80, o fichado esteve presente ao Ato Público em favor da realização de Eleições em 1980, ocorrido no dia 20.06.80 na Praça Osório/Curitiba/PR, seguido de uma caminhada até a Praça Gen. Marques. O referido Ato foi organizado pelos partidos de oposição com o apoio de várias outras autoridades. (V/P/PARTIDOS POLÍTICOS)

Em 31.07.80 — Conf. Infe nº 269-SI/DSI/PC/PR (B-2) de 23.07.80, o fichado em 21.07.80, participou de uma reunião na sede do Diretório Municipal do PMDB, onde teve por objetivo a formação das Comissões Zonais, e falaram a respeito de como seriam indicados os representantes para formar as Comissões Zonais. (V/P/PMDB)

Em 06.08.80 — Conf. Infe nº 270-SI/DSI/PC/PR (B-2) de 29.07.80, o Diretório do PMDB e alguns elementos tais como fichado estão "forçando" suas posições e as várias forças do partido estão "colidindo" em suas opiniões. Por um lado a representatividade dos deputados; por outra as representações dos Movimentos. O Diretório está questionando as possibilidades dos deputados indicarem os 11 representantes Zonais, sendo que os deputados não concordam com a forma em que está encaminhando o critério de tais indicações. (V/P/PMDB)

Em 12.08.80 — Conf. Relatório da D.S.I. o fichado participou da reunião realizada no Diretório Municipal do PMDB, dia 28.07.80, a qual tinha por objetivo aprovar as indicações para a composição das Comissões Zonais. (V/P/DSI/Relatórios)

Em 10.09.80 — Conf. Infe nº 300/80-SI/DSI/PC/PR (A-2) de 21.08.80, o fichado participou de uma reunião realizada dia 18.08.80, na sede do Diretório Municipal do PMDB, sita à Rua Pedro Ivo nº 689, que teve por objetivo dar encaminhamento às comissões zonais. (V/P PMDB)

Em 06.10.80 — Conf. Infe nº 467/80-SI/DSI/PR (B-2) de 01.10.80, o fichado participou de uma reunião do PMDB/CTBA, realizado no dia 29.09.80, no Diretório Municipal situado na Rua Pedro Ivo, tendo como objetivo a apreciação da chapa única para a Diretoria do Diretório Municipal do Partido. A referida chaça foi apresentada por pessoas que se dizem militantes mais ativos do PMDB, onde o nominado foi um dos apresentadores. O mesmo faz parte da chaça que será votada no dia 12.10.80. (V/P PMDB)

Em 09.12.80 — Conf. JORNAL GAZETA DO POVO de 20.11.80, o fichado foi aprovado na prévia do concurso para o cargo de Procurador do Estado nas disciplinas de Direito Civil, Comercial, Processual e do Trabalho, realizado em Curitiba. (V/P RECORTES DE JORNAIS)

"Eu achei formidável". Foi esta a reação do médico Régenis Prochmann em relação ao decreto do governador Roberto Requião que abriu o fichário da extinta DOPS. Professor da Faculdade Evangélica de Medicina e conhecido por sua postura em defesa da medicina social e também na luta contra a "mercantilização" da profissão. Prochmann tem razões de sobra para vibrar com a medida, que tornou livre o acesso dos documentos. Ele mesmo foi perseguido e fichado por se ter pronunciado contra o movimento militar de 1964, apesar de nunca ter pertencido a um partido político.

Régenis Prochmann é presidente da Sociedade Paranaense de Medicina interna e atua como colaborador de vários jornais de Curitiba com suas crônicas indolentes.

Ele congratulou o governador citando o profeta Baruk, que diz: "Não cedas a outrem a tua glória, nem a um povo estrangeiro os teus privilégios".

1023

LUIZ FÁBIO CAMPANA

Em 2.2.1966 — O fichado compareceu e participou do Congresso da UPES realizado em Paranaguá, tendo distribuído aos congressistas exemplares da Lei nº 4.464 (Lei Suplicy), onde também foi um dos orientadores dos "conchavos", ocasião em que foi aprovada a moção de "Repúdio à famigerada Lei Suplicy, lei arbitrária que cerceava a liberdade do estudante". O fichado, bem assim João Szabô Driesel e Telmo de Tal eram tidos como comunistas orientadores do Congresso.

Em 5.5.1966 — O fichado, convidado por Wilson Ney Pascoal, compareceu à audiência que se realizava na Auditoria Militar, nesta Capital, em companhia de outros comunistas, para pressionar os Membros do Conselho de Sentença no julgamento de comunista AGLIBERTO VIEIRA DE AZEVEDO, tendo tumultuado a sessão. Em conseqüência, foi retirado do recinto, bem assim os demais manifestantes. Mais tarde, foi detido por esta DOPS para prestar esclarecimento e em seguida posto em liberdade.

O fichado conheceu Wilson Ney Paschoal há 4 ou 5 anos e possui material doutrinário extremista em seu apartamento.

Em 21.6.1966 — Apurou-se que o fichado transferiu sua residência para a Rua Augusto Severo, nº 555, Juvevê, nesta Capital.

Em 23.6.1966 — Prestou declarações nesta DOPS, em virtude de terem sido apreendidos, em sua residência, livros e jornais de caráter subversivo, dizendo que, no dia 21 do corrente, viu sobre uma mesa, no restaurante do CAHS onde faz refeições, um exemplar do manifesto subversivo sob o título "O QUE LHE TROUXE O GOLPE DE ABRIL", desconhecendo seu autor e onde foi elaborado.

Em 27.06.66 — Soube-se que o fichado é atualmente membro do Comitê Estudantil do PC, junto à UNE.

Em 17.10.66 — Foi um dos líderes da passeata estudantil realizada em 17.09.66, como sinal de protesto e repúdio às autoridades de outros Estados do Brasil, nas ações contra manifestações estudantis. (VER pasta UPE, Relatório desta DOPS).

Em 17.10.66 — Tomou parte na passeata estudantil, realizada em 22.09.66, pelo motivo anterior. (V/P UPE, Relatório desta DOPS).

Em 20.12.66 — O fichado prestou declarações nesta DOPS, em 17.12.66, por terra sido detido por agentes federais, quando juntamente com ANTONIO DE ARAÚJO CHAVES, distribuíam manifestos subversivos na esquina das XV de Novembro com Monsenhor Celso, de cujo Auto de Declarações foi encaminhado cópias ao DFSP e SNI. (PASTA PRÓPRIA).

Em 09.02.67 — Em relatório datado de 8 de fev. de 67, desta DOPS, consta que o fichado é membro diretor do Teatro do Estudante Universitário, tendo dado uma orientação esquerdista a esse grupo teatral, com programações em todo o interior do Estado. (V. Relatório mencionado na pasta DOPS-Relatórios).

Em 25.01.87 — Publicou o jornal O ESTADO DO PARANÁ de 15.0.167, a foto de Luiz Fábio Campana e o seguinte relato: O Teatro do Estudante Universitário, agora sob a direção colegiada-acadêmicos Luiz Fábio Campana — Felipe Mussi e Ari de Oliveira — pretende levar peças teatrais à várias cidades do Interior. O grupo quer dar uma visão panorâmica da arte, desde seus primórdios até a atualidade, para todos os estudantes paranaenses. A peça "O AUTO DA COMPADECIDA" de Ariano Suassuma, será montada em março e no próximo dia 28 o TEU irá a Canoinhas, apresentar uma noite de poesia".

Publicou a Tribuna do Paraná o seguinte: "TEATRO UNIVERSITÁRIO DO PARANÁ", vai apresentar, brevemente, em Canoinhas-SC um espetáculo sobre Poesia Moderna. Trata-se do mesmo espetáculo que, programado para Curitiba, não se realizou por ter a DOPS negado permissão.

Em 25.01.67 — Publicou o Estado do Paraná desse dia, o seguinte: UPE vai promover teatro no Interior. A União Paranaense dos Estudantes, por intermédio de seu Departamento de Arte e Cultura, iniciou seus trabalhos visando levar um espetáculo artístico a inúmeras cidades do Interior do Estado, a partir de março, culminando com uma temporada em Curitiba, provavelmente em julho. A responsabilidade da montagem deste espetáculo teatral está com o GRUPO DECISÃO, recém-fundado e que consta de elementos do mundo artístico-colocal. Os entendimentos entre a UPE e o Grupo Decisão culminaram com a resolução de levar pelo Interior 2 peças teatrais, da autoria do escritor russo Anton Tchecov: "O CANTO DO CISNE" e "O URSO", respectivamente uma tragédia e uma comédia e mais um espetáculo intermediário com poesias e textos escolhidos versando sobre temas atuais. Os ensaios já estão em fase adiantada. Esta promoção visa principalmente a levar um espetáculo teatral aos estudantes e demais interessados em arte e cultura, no interior e na capital, a preços populares. Em princípio, foi aprovado o seguinte roteiro: Ponta Grossa, Castro, Piraí do Sul, Apucarana, Londrina, Maringá, Paranavaí, Jandaia do Sul, Jacarezinho, Cornélio Procópio, Londrina, Paranaguá e Rio Negro, esperando-se que o elenco venha a aceitar propostas de inúmeras outras localidades que venham a se interessar pelo espetáculo".

Em 09.02.67 — A 2ª Seção do EMR/5 solicitou o que constava a respeito do Grupo Decisão, sendo informado o que constava a respeito de Luiz Fábio Campana e João Reinaldo Siqueira. Enviada cópias através de ofício 31/67.

Em 15.02.67 — Na informação nº 1/SI/67, datada de 14.02.67, desta DOPS, consta que o fichado é responsável pela distribuição de panfletos subversivos pelo MCD. (V/P Informação mencionada na pasta DOPS-INFORMAÇÃO).

Em 24.08.67 — Foi extraída Certidão de que consta, em atendimento no Of. 1083 do Depto. de Pol. Federal, sendo encaminhada com of. 378/67.

Em 01.2.67 — O fichado foi apontado pelo IPM que apurou as atividades do PCB no Paraná como elemento suspeito sobre o qual deveriam ser realizadas melhores investigações. (V/P PCB-Organização no Paraná).

Em 18.03.69 — O fichado, juntamente com Palmira Amâncio da Silva e outros, é membro diretor — DIRETOR DE PUBLICIDADE DO "TEU" (Teatro do Estudante Universitário) entidade esquerdista, conforme publicou o Jornal "2" Tribuna Universitária. (V. INF. 5/67-Pasta DOPS)

Em 03.10.69 — O fichado prestou declarações nesta DOPS. v.p.p.

Em 08.04.70 — O fichado foi preso por agentes desta especializada, no dia 03.04.70, em virtude de ser decretada sua prisão preventiva, pelo juiz auditor em exercício da 1 Auditoria da Marinha, e por determinação da CENIMAR, encaminhado à Prisão Provisória de Ctba, ficando à disposição desta DOPS para ser encaminhado ao CENIMAR. (Vide Pasta Luiz Fábio Campana).

Em 29.09.70 — Foi feito o Of. nº 595/70-SI/DOPS/PR, solicitando o comparecimento do fichado na Auditoria da Marinha no dia 26 do mês retrasado. Conf. Telegrama. (V/P do Nominado).

Em 13.10.70 — O fichado foi preso por agente da DPF, no dia 16.12.66, estava junto de Antº de Araújo Chaves distribuindo Manifestos e considerados subversivos, em pleno centro da cidade — Curitiba. (V/P DPF. Of. nº 290/66).

Em 04.01.77 — Conf. Of. nº 068/G-76/CI/SESP, para o Sr. Diretor da Polícia Civil, o fichado publicou reportagem de sua autoria na Revista Panorama nº 241 de novembro de 1976, na qual critica violentamente o Instituto de Assistência ao Menor, o qual provocou o Ofício nº 1098/76 daquele instituto subscrito pelo Sr. Diretor, contradizendo as afirmativas do fichado, pois se tratava de um caso isolado que não corresponde a realidade da assistência do menor no Paraná, fato que fez com que o Exmo. Sr. Secretário de Saúde e Bem-Estar Social, enviasse Of. nº 598/76 ao Exmo. Sr. Secretário de Segurança pedindo providência. (V/P NOMINADO)

Em 20.04.77 — Conf. Infe nº 55 — 5ª RM 2ª Seção de 09.06.76, o fichado esteve presente no XVI Congresso Nacional de Jornalistas Profissionais, realizado em Curitiba no período de 02 a 05.06.76 sob os auspícios do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado do Paraná. (V/P — XVI Congresso Nacional de Jornalistas Profissional).

Em 18.05.77 — Em atenção ao PB nº 0703/77-SNI, foi informado o que consta com of. 556/77.

Em 13.10.77 — Conf. Infe 347/DOI de 29.06.77, o fichado é o editor chefe do Jornal Indústria e Comércio. É detentor de passado subversivo. É integrante da Sucursal de Curitiba do Semanário esquerdista Movimentos. (V/P Jornal Indústria e Comércio)

Em 26.10.77 — Conf. Info nº 55/DOI/5ª RM/DE de 09.06.76, o fichado participou da assistência quando da abertura do XVI Congresso de Jornalistas Profissionais de Curitiba realizado em 02 a 05.06.76. (V/P XVI Congresso de Jornalistas Profissionais).

Em 12.12.77 — O fichado participou de uma reunião na sede do Jornal Movimento para tratar da escolha de um representante à reunião nacional do Jornal em São Paulo no Sindicato dos Jornalistas Profissionais daquele estado. (V/P — DOI).

Em 28.12.77 — Conf. Correio de Notícias de 21.12.77, o fichado vai lançar juntamente com Walmor Marcelino o livro: Restos Mortais e Todo o Sangue. Publicação será da Editora Livre. (V/P Fábio Campana)

Em 29.03.78 — Conf. Info nº 246-DOI/76 o fichado fez parte do QUADRO Social da AED/OFICINA, foco de subversão em Curitiba, promovendo atividades subversivas atentatórias à Segurança Nacional. (V/P AED/OFICINA)

Em 03.05.78 — Conf. Infe 53 RFFSA de 26.04.78, o fichado esteve presente à I SEMANA DE DEBATES SOBRE PSICOLOGIA promovido pelo DARP em 12.04.78 que numa tentativa de auxiliar o orador nos debates finais sobre o CEP ED, procurou dar melhores explicações nada conseguindo, pis a platéia composta na maioria por estudantes de psicologia e esquerdistas ficou sem entender nada. (V/P RFFSA)

Em 14.06.78 — Conf. O Estado do Paraná de 26.04.78, o fichado participou do lançamento do livro "Assim Escrevem os Paranaenses", no dia 05.05.78, na Galeria Acaiaca. (V/P Papeleta de Serviço)

Em 02.06.80 — Conf. Documento (A-1) anexado ao Infe nº 151/80/SI/DSI/PC/PR de 28.05.80, o fichado jornalista do Correio de Notícias, está fazendo a cobertura jornalística dos movimentos contra o aumento das mensalidades da UCP. (V/P/UCP)

Em 24.06.80 — Conf. Infe nº 190-SI/DSI/PC/PR (A-1) de 18.06.80, o fichado fazia parte do quadro de jornalistas do extinto CORREIO DE NOTÍCIAS e fez cobertura jornalística dos movimentos reivindicatórios e contestatórios na Universidade Católica do Paraná. (V/P SI/RELATÓRIOS).

Em 14.07.80 — Conf. Infe nº 237-SI/DSI/PC/PR (A-2) de 14.07.80, o fichado dirigirá uma reunião em que será discutido o Estatuto do Estrangeiro, marcada para 15.07.80 na sede do DASCISA. (V/P CBA/CURITIBA)

Em 30.07.80 — Conf. Infe. nº 265/SI/DSI de 22.07.80, o fichado esteve presente na reunião realizada na sede do CBA/Curitiba dia 17.07.1980, com o objetivo de discutir assuntos inerentes a ameaças às bancas de jornais, por venderem jornais de cunho ideológico de esquerda: Hora do Povo, Movimento, Pasquim e outros. (V/P/SI/Informes) (A-3)

Em 06.08.80 — Conf. Infe nº 271-SI/DSI/PC/PR (B-2) de 28.07.80, o fichado participou em 22.07.80 de uma reunião do CBA de Curitiba realizada em sua sede na Praça Tiradentes, onde decidiram fazer dos atentados às bancas de Jornais um Ato Político para que as autoridades respondam sobre o que vem acontecendo. (V/P CBA/CURITIBA).

Em 06.08.80 — Conf. Infe nº 270-SI/DSI/PC/PR (B-2) de 29.07.80, o fichado participou de uma reunião do PMDB de Curitiba em 25.07.80 na sede do Diretório Municipal do Partido, onde decidiu-se formar uma Comissão de 15 membros do Diretório, onde os mesmos com as fichas dos filiados do partido, fariam as indicações para os Diretórios Zonais, que será apresentado no dia 28.07.80, com a finalidade da aprovação em plenário, sendo o fichado um dos componentes da Comissão. (V/P PMDB)

Em 08.08.80 — Conf. Infe nº 268-SI/DSI de 22.07.80, o fichado encontrava-se presente no XII — ECEM, realizado no Centro Politécnico de Curitiba, nos dias 19 à 26.07.80, o qual teve a finalidade de discutir assuntos relacionados à Educação e Medicina, salários médicos, residências médicas, péssimo tratamento médico aos segurados do INAMPS, além de problemas de cunho político. (V/P SI/Informes) (A-1)

Em 11.08.80 — Conf. Infe nº 283-SI/DSI/PC/PR (B-2) de 06.08.80, o fichado participou das reuniões de 1.07.80 e 04.08.80, sendo a primeira realizada na sede do CBA/Curitiba e que teve por objetivo encaminhar campanhas em protesto à prisão do professor DAVID MAXIMIANO DE SOUZA em Minas Gerais e discussão da nova Lei de Estrangeiros, sendo a segunda realizada na sede da APP e que teve por objetivo principal encaminhar campanhas contra a nova Lei de Estrangeiros, sendo que na ocasião o fichado comentou o que é a Lei dos Estrangeiros. (V/P SI/INFORMES)

Em 12.08.80 — Conf. Infe nº 290-SI/DSI/PC/PR (B-2) de 08.08.80, o fichado em 05.08.80, participou de uma reunião do CBA/Curitiba em conjunto com outras entidades, em sua sede, e que teve por objetivo desenvolver campanhas para que a indicação do prêmio Nobal da Paz seja para as mães da Praça de Maio (campanha desenvolvida pelo movimento das mães da Praça de Maio-Argentina), e pela libertação do professor DAVID MAXIMIANO DE SOUZA através de abaixo-assinados e telegramas e abaixo-assinado contra a nova Lei de Estrangeiros. (V/P CBA/CURITIBA)

Em 26.08.80 — Conf. Infe nº 26/08/80-SI/DSI/PR,

de 18.08.80, (B-2), o fichado participou de uma reunião realizada dia 14.08.80 na Associação dos Professores do PR, no 14º andar do edifício Asa. Tendo como principal objetivo dar prosseguimento às campanhas de repúdio à visita do presidente da Argentina ao Brasil. (V/P-INFORMES)

Em 29.08.80 — Conf. RELATÓRIO DSI/PR de 09.08.80 (B-2), o fichado participou do Encontro do Comitê de Solidariedade aos Povos Latino-Americanos foram debatidos temas relativos a Lei de Estrangeiros, onde foi proposto a criação de um escritório de advogados na fronteira para proteger os que necessitam de auxílio jurídico. Foi discutido também temas sobre a soberania nacional, onde pedem a volta dos seqüestradores e seqüestrados pelo Uruguai. (V/P COMITÊ DE SOLIDARIEDADE).

Em 02.9\09.80 — Conf. Infe nº 295/80-A de 11.08.80 (A-1) SI/DSI/PR, o fichado participou do XII ECEM/BRASIL no período de 19 à 26.07.80, em Curitiba, participando do ATO PÚBLICO realizado na Praça Generoso Marques, onde foram feitas manifestações com severas críticas ao vigente no País. O nominado juntamente com Cacilda Calixto, Antonio Narciso Pires de Oliveira, e Armênio distribuíram e venderam material de cunho subversivo, durante a reunião em Assembléia no Ginásio de Esportes do Centro Politécnico, no dia 25.07.80. Conotação política do nominado: Comunista — principais atividades: quando estudante, desenvolveu grande atividade no meio estudantil, tendo sido em 1966 membro do Comitê Estudantil do Partido Comunista, junto à UNE. Fez parte do quadro de jornalistas do extinto Jornal Correio de Notícias, tendo trabalhado na cobertura Jornalística dos movimentos contestatórios na Universidade Católica do PR. Durante a realização do ECEM, efetuou a venda do Jornal "Tribuna da Luta Operária", e vários livros contendo textos marxistas, tais como "20 Anos de Política do PC no Brasil", "Juventude Revolucionária" e outros. (V/P-XII ECEM).

Em 27.10.80 — Conf. Of. nº 181-DRT (A-1) de 21.10.80 encaminhando jornal Boca no Trombone de 15.10.80, o fichado figura como Conselho Editorial e também como colaborador no referido jornal. (V/P JORNAL BOCA NO TROMBONE).

Em 20.11.80 — Conf. Infe nº 406/SI de 07.11.80, o fichado participou da reunião realizada dia 03.11.80, no Diretório Municipal do PMDB a qual teve a finalidade de discutir a realização de um Ato Público em favor da Constituinte. (V/P PMDB) (B-@)

Em 18.03.81 — Conf. Infe. nº 37/CI/SESP, de 12.02.81, seria ministrado no período de 16 à 20 de fevereiro do corrente, na Casa do Estudante Universitário, um curso sobre ensinamentos marxistas-leninistas. Estariam programados os seguintes temas: CONJUNTURA ATUAL, FORMAÇÃO ECONÔMICA E SOCIAL e FORÇAS POLÍTICAS EM AÇÃO, sendo que o fichado falaria sobre um dos assuntos: (V/P C[illegible]P) (B-2)

Em 07.06.81 — Conf. Infe nº 015/81-ASI/FUEL de 24.02.81 (B-2), o nominado fez parte da composição da mesa diretora nos trabalhos em pauta do VII CONEG, realizado em CTBA, no auditório do Colégio Estadual do PR, nos dias 12 à 15 de fevereiro/81. Onde os assunto foram: No dia 12.02 — LUTAS EDUCACIONAIS, dia 14.02 — CAMPANHAS POLÍTICAS-FINANÇAS, no dia 15.02 — SUBSECRETARIAS DA UNE, POLÍTICAS INTERNACIONAIS. O nominado é militante do PCB, ligado ao Jornal "BOCA NO TROMBONE", o mesmo é diretor responsável do referido jornal. (V/P-UNE)

Em 02.12.81 — Conf. Doc. s/referência, o fichado participou do XX CONGRESSO DA UNIÃO BRASILEIRA DE ESTUDANTES SECUNDÁRIOS UBES, também chamado de CONGRESSO PELA RECONSTRUÇÃO DA UBES realizado em Curitiba-PR no período de 31 de outubro a 02.11.81, com a finalidade expressa de reorganizar a UBES. (V/PUNIÃO BRASILEIRA DE ESTUDANTES SECUNDARISTAS).

Em 19.05.82 — Nesta data foi comunicado os dados de qualificação e endereço do fichado, atendendo solicitação formulada através do PB nº 0049/116/ACT/82. Comunicado com o Informe nº 157/82-S.I.

Em 12.05.83 — Conforme Infe nº 18/SI/DSI de 06.05.83, por ocasião da comemoração do Dia do Trabalho, realizou-se na Praça Ruy Barbosa uma concentração popular, onde se fizeram representar várias entidades de classe, tendo o fichado participado do evento. (SI/Informes)

Em 03.08.83 — Conforme Relatório da Subdivisão de Informações, datado de 25.07.83, o fichado participou de um Ato Público realizado na Praça Rui Barbosa, dia 21.07.83, no qual protestavam contra o atual regime político vigente no país, que está conduzindo o povo à miséria. (S.I. Relatórios).

Em 30.08.85 — Nesta data foi extraída cópia xerográfica da ficha do nominado, para o Dr. VALDECI CHALEGRE DOS SANTOS, conforme determinação do Delegado Titular da S.I.

As Fichas com os Fichados

Por ironia do destino, os responsáveis pelas fichas da DOPS, são dois fichados na mesma. O Delegado Geral, José Maria Correia no mês de julho deste ano passou as fichas guardadas no DSI para Adolpho Mariano da Costa, o diretor do Arquivo Público do Paraná.

Os dois consideram que esta ação do governador Roberto Requião marca um tempo de resgate da cidadania e das liberdades individuais. Os dois, que na época da ditadura foram defensores intransigentes da causa democrática, hoje se dizem satisfeitos com os avanços obtidos.

José Maria Correia diz que a imagem da polícia foi muito desgastada pela sua atuação no Brasil pós 64, quando auxiliou na repressão política e era tida como inimiga. Hoje, já passados alguns anos de abertura democrática, ele acha que a polícia evoluiu muito, com ações de peso na sua estrutura, como realização de concursos públicos, criação da corregedoria disciplinar, criação da ouvidoria, elaboração do decreto que estabelece o respeito à privacidade de vítimas e autuados nos órgãos policiais, extinção da DSI da Delegacia de Costumes, etc.

Já para o diretor do Arquivo Público, Adolpho Mariano da Costa, que teve seu mandato de vereador cassado em 1979, acha que esse ato de Requião é importantíssimo para o resgate histórico de uma época que não pode ser esquecida

6282

WILSON TEIXEIRA

3º SGT. WILSON TEIXEIRA - 5G-20.958, DO ERS/5

A — SUMÁRIO

a) Tendências Socialistas:

* Defendia abertamente as pregações subversivas de LEONEL BRIZOLA.

* Defendia as reformas nos moldes propostos pelo governo deposto, bem como, a estatização geral em consonância com a linha comuno-sindicalista.

b) Contatos:

* Ligado ideologicamente ao Sgt. VALMOR WEISS, através desse, tinha conhecimento dos contatos travados com elementos altamente comprometidos com o governo deposto.

* No dia 1º de abril p. passado, procurou por todos os meios e forma ligação e contato, inclusive pessoal, com o cel. ALCIDES DO AMARAL BARCELLOS.

c) Atividades:

* Procurava na sua Unidade, através de conversas e discussões propagar as reformas preconizadas pelo governo deposto, principalmente as defendidas por LEONEL BRIZOLA.

* No desenrolar deste Inquérito, procurou justificar seus ideais BRIZOLISTAS, na falta de Instrução Anti-Comunista em sua Unidade. defendia a tese da estatização geral como meio de salvação do País.

* De aparência humilde e doentia, no desenrolar deste inquérito fazia questão de frisar que, "NÃO TINHA MEDO DE NADA". Talvez por sua aparência doentia e humilde, gozava de especial atenção e simpatia de seu Chefe e Ten. Cel. IEx HUMBERTO DE BARROS.

* No dia 1º de abril p. passado teve destacada ação na sua Unidade no movimento intentado contra o movimento Democrático de 31 de março do corrente ano. Optando sempre pela violência procurou desde o início do expediente do dia 1º de abril a induzir seus companheiros a prenderem seu chefe, Ten. Cel. IEx HUMBERTO DE BARROS e os demais Oficiais que fossem contrários a JANGO GOULART. Em reunião efetuada pelo Chefe do ERS/5 e os Sargentos da Unidade procurou mais uma vez induzir seus companheiros à rebelião, falando em nome dos mesmos sem que estivesse autorizado, motivando tal atitude sua prisão, realizada imediatamente e transformada em baixa ao Hospital.

* Apesar da deferência de seu Chefe em baixá-lo ao Hospital, em vez de prendê-lo, procurou o Sgt. TEIXEIRA entrar em ligação pessoal com o Cel. ALCIDES DO AMARAL BARCELLOS, só não o fazendo por não ter encontrado o referido oficial, numa tentativa de, como tudo indica, de receber ordem ou mensagem, sobre o movimento que se projetava realizar nesta Guarnição, estando pois incurso nas Leis Penais Militar e Lei de Segurança Nacional.

b) ENQUADRAMENTO

* Por suas tendências socialistas e identidade ideológica com LEONEL BRIZOLA, conforme provas documentais de fls. 161, 162, 163, 164, 239, 240, 241, por sua tentativa a atos de violência contra seu Chefe e incitamento de seus companheiros à prática desses atos, conforme provas de fls. 231, 232, 239, 241, 321, 322, 323, tornou-se incurso nos arts. 130, 132, 133, 134, 135 e 143, c/c Art. 33, tudo do CPM e Arts. 2 inciso III e IV inciso I, 6, letra "b", 11, letra "a", da Lei nº 1802/53 (LSN), pelo que propõe este encarregado de Inquérito a aplicação do 1º Art. 7º do Ato Institucional, sem prejuízo da ação penal da Justiça Militar.

Em 3 Set. 66 — Nesta data foi arquivada uma fotocópia de seu Registro de Identidade.

Em 25.08.67 — Em data de 17 maio 67, o STM concedeu Habeas Corpus, por falta de justa causa, ao fichado, trancando dessa maneira o processo que respondia na Auditoria da 5ª RM. (V. recorte do jornal O Estado dô Paraná de 19 maio 67, na pasta da Auditoria).

Em 16.08.71 — O fichado foi punido pelo ATO PUNITIVO DA REVOLUÇÃO DE 1964 — Cap. 2º (V/PASTA CASSAÇÕES) pg. 56 — Tomo I.

Em 19.01.73 — Foi-lhe INDEFERIDO requerimento solic. cert. neg. para fins de matrícula na Fac. Direito UFP. (V.P.P.)

Em 19.01.73 — Conf. of. nº 48/73 foi informado a A.E.S.T./UFP que foi indeferida Certidão solicitando An. Pol. Soc. para fins de matrícula naquela Faculdade.

Em 21.08.79 — Conf. P.B. nº 0123/SNI de 04.07.79 está surgindo em Curitiba/PR diversas Associações de Bairro as quais têm sido organizadas, incentivadas e doutrinadas pelo escritório do advogado Edésio Franco Passos, onde além dele militam Cláudio Antonio Ribeiro, Geraldo Roberto Correa Vaz da Silva e Wilson Teixeira (o fichado), sendo essas associações mais uma técnica utilizada pelas esquerdas e pela subversão no sentido de aglutinar em torno de si todos os tipos e níveis de camadas sociais. (V/P Associação de Bairros).

Em 30.08.80 — Conf. Infão nº 11/79-DSI/PR, de 09.05.79, o fichado participou de uma reunião pública no dia 1º maio dia do trabalho, organizado pelo COMITÊ BRASILEIRO PELA ANISTIA DE CURITIBA, onde o mesmo presidente, também as ASSOCIAÇÕES DE BAIRROS DE VILA FORMOSA, DE SÃO CARLOS, VILA POMPÉIA, NOSSA SRA. DAS GRAÇAS, VILA OFICINAS e VILA SIBISA, realizado na Vila Nossa Sra. da Luz, Praça 10. (V/P-SI/INFORMAÇÕES)>

Em 04.10.79 — Conf. Infe nº 769/PM-2 de 20.09.79, o fichado participou da reunião dos guardas-bancários, realizado dia 05.09.79, realizada no escritório do advogado Luiz Salvador. (V/P-PMPR)

Em 24.01.80 — Conf. Infe nº 06/SI/DSI/PR, de 15.01.80 o fichado participou de uma reunião no dia 10.01.80, na sede do Diretório Regional do extinto MDB, realizada pelo COMITÊ DE SOLIDARIEDADE (V/P-SI/INFORMES)

Em 25.01.80 — Conf. Infe nº 49/SI/DSI/PR, de 04.12.79, o fichado participou do COMITÊ DE SOLIDARIEDADE aos Trabalhadores na Construção Civil, em reunião realizada dia 21.11.79, na sede da Associação dos Psicólogos do PR. (V/P-SI/INFORMES)

Em 30.01.80 — Conf. RELATÓRIO/SI/DSI de 17.01.80, o fichado participou da reunião do COMITÊ DE SOLIDARIEDADE no dia 16.01.80, realizada no escritório de Moacir Reis Ferraz, reunião esta para a solidariedade dos enfermeiros Ctba. (V/P-DSI/RELATÓRIOS).

Em 05.02.80 — Conf. RELAT./02/03/12/79, o fichado participou do MOVIMENTO DOS TRABALHADORES DA CONSTRUÇÃO CIVIL, através do Comitê de Solidariedade, o qual fez uma carta à população para que fossem solidários aos mesmos. (V/P-SI/RELATÓRIOS).

Em 13.02.80 — Conf. Infe nº 19/80-SI/DSI/PR de 01.02.80, o fichado participou ativamente de um Ato Público em protesto ao recente aumento das passagens dos transportes coletivos de Curitiba, realizado pela ASSOCIAÇÃO DE BAIRROS DE CURITIBA e o CBA/CURITIBA em 28.01.80 na Praça Rui Barbosa. (V/P SI-INFORMES).

Em 14.02.80 — Conf. Infe nº 51/79-SI/DSI/PR de 05.12.79, o fichado compareceu à uma reunião do COMITÊ DE SOLIDARIEDADE no dia 27.11.79 na Igreja de Guadalupe.

O fichado juntamente com ROBERTO REQUIÃO DE MELLO E SILVA elaboraram o panfleto para distribuir aos trabalhadores da Construção Civil no dia 28.11.79, na Praça Afonso Botelho, cujo panfleto tem por finalidade voltar a opinião dos operários contra IVAN RIBAS, pois o conteúdo do panfleto dá a entender que pertence ao referido parlamentar.

Em 15.02.80 — Conf. Infe nº 56/79-SI/DSI/PR de 13.12.79, o fichado participou de uma passeata coordenada pelo CBA/CTBA em 07.12.79, tendo início na sede do DASCISA e término no Museu da Praça Generoso Marques, onde o objetivo principal foi protestar contra as detenções de estudantes no Rio de Janeiro, São Paulo e Florianópolis/SC. (V/P COMITÊ BRASILEIRO PELA ANISTIA/CURITIBA/PR).

Em 22.02.80 — Conf. Infe. nº 46/79-SI/DSI/PR de 21.11.79, o fichado participou da reunião do COMITÊ DE SOLIDARIEDADE AOS METALÚRGICOS, no dia 16.11.79, às 20:30 hs. na Igreja Nossa Sra. do Guadalupe nesta Capital, onde estiveram em pauta os seguintes assuntos: Auto-Crítica e Atuação Permanente do Comitê de Solidariedade. (V/P-SI/INFORMES)

Em 28.02.80 — Conf. Infe nº 56, da SI/DSI de 13.12.79, o fichado participou da passeata promovida pelo Comitê Brasileiro pela Anistia de Curitiba, realizada no dia 07.12.79, com início às 18:00 horas. (V/P/S.I. INFORMES)

Em 13.03.80 — Conf. Infe. nº 45/79-SI/DSI/PR, de 21.11.79, o fichado é advogado e tesoureiro do C.S. e participou no dia 14.11.79 da passeata realizada pelos Metalúrgicos, por diversas ruas de Curitiba. (V/P/SI/INFORMES)

Em 24.03.80 — Conf. Infe. nº 37/80-SI/DSI/PC/PR de 27.02.80, o fichado juntamente com mais cinco (5) advogados, escolheram um grupo de enfermeiros com conhecimento razoável de política, com a finalidade de doutriná-los para os objetivos de esquerda. (V/P/SI/INFORMES)

Em 27.03.80 — Conf. Relatório da DSI, de 09.01.80, o fichado participou da reunião do Comitê de Solidariedade realizado no dia 08.01.80, na Sede do MDB Regional e nesta oportunidade ficou esclarecido que o Sindicato dos Enfermeiros assumiu a luta pela classe. (V/P-DSI-Relatórios)

Em 31.03.80 — Conf. Infe. nº 86-E2/80 5ª RM, de 11.03.80, foi instalado na Sede do extinto MDB de Curitiba, dia 10.01.80, o Comitê de Solidariedade às Greves, o qual tem o objetivo de assegurar: apoio jurídico, parlamentar e de imprensa aos movimentos reivindicatórios; Contribuições em dinheiro, roupas e gêneros alimentícios p/grevistas; Distribuição de panfletagem, organização de comícios e passeatas etc. O referido Comitê tem recebido extensivo apoio da Conf. das Assoc. de Amigos e Moradores de Bairros, através do fichado. (V/P-Comitê de Solidariedade).

Em 07.04.80 — Conf. P.B. nº 026/116/ACT/SNI de 20.02.80, o fichado é da comissão que está respondendo pelo comitê de Solidariedade em Curitiba, o qual tem dado apoio aos movimentos reivindicatórios desenvolvidos nesta capital, pelas diversas classes assalariadas. Isto aconteceu por exemplo, com o movimento dos metalúrgicos e está ocorrendo com o dos enfermeiros. (V/P SNI)

Em 28.04.80 — Conf. Infe (A-@) nº 094/80-SI/DSI/PC/PR de 24.04.80, o fichado participou da reunião em prol dos Metalúrgicos Paulistas, realizada no dia 22.04.80 na sede da A.P.P. O objetivo principal desta reunião foi a preparação do Ato Público que será realizado no dia 24.04.80. (V/P/COMITÊ DE SOLIDARIEDADE DE CTBA).

Em 19.05.80 — Conf. Infe nº 126-SI/DSI/PC/PR de 12.05.80 (A-2) o fichado participou do programa comemorativo ao Dia do Trabalho, foram proferidas nos dias 28 e 29.04.80 no salão paroquial da Igreja Nossa Senhora da Anunciação no Largo Capão Raso, palestras sobre os temas "SINDICALISMO EM DEBATE" e "A QUESTÃO DA TERRA E AS LUTAS NO CAMPO". (V/P Movimento 1º de Maio)

Em 20.05.80 — Conf. Infe nº 114-SI/DSI/PC/PR (A-2) de 06.05.80, o fichado participou de uma concentração no dia 01.05.80 na Praça 10 da Vila Nossa Senhora da Luz dos Pinhais promovida pelo CBA/CTBA, PT, PMDB, PTB, Pastoral Operária, Conselho de representantes das Associações de Bairros de Curitiba. O Comitê de Solidariedade. (V/P MOVIMENTO DE 1º DE MAIO).

Em 12.06.80 — Conf. Infe nº 112-SI/DSI/PC/PR (A-2) de 05.05.80, o fichado participou do Ato Público de apoio aos metalúrgicos de São Paulo que se encontram em greve, e de protesto às prisões dos líderes sindicais daquele Estado, realizado pelo Comitê de Solidariedade de Curitiba em 24.04.80, na Av. Luiz Xavier defronte a Praça Osório, seguido de passeata até a Praça Generoso Marques. (V/P COMITÊ DE SOLIDARIEDADE)

Em 30.07.80 — Conf. Infe nº 265/SI/DSI, de 22.07.80, o fichado esteve presente na reunião realizada pelo CBA/Curitiba dia 17.07.80, em sua sede, com o objetivo de discutir assuntos inerentes a ameaças às bancas de jornais, por venderem jornais de cunho ideológico de esquerda: Hora do Povo, Movimento, Pasquim e outros. (V/P-SI/Informes) (A-3)

Em 06.08.80 — Conf. Infe nº 271-SI/DSI/PC/PR (B-2) de 28.07.80, o fichado participou em 22.07.80 de uma reunião do CBA de Curitiba realizada em sua sede na Praça Tiradentes, onde decidiram fazer dos atentados às bancas de jornais um Ato Político para que as autoridades respondam sobre o que vem acontecendo. (V/P CBA/CURITIBA)

Em 08.10.80 — Conf. Infe nº 345/80-SI/DSI/PC/PR (A-2) de 18.09.80, o fichado participou do MOVIMENTO REIVINDICATÓRIO DE ESTUDANTES E PROFESSORES, os quais paralisaram suas atividades no dia 12.09.80 (DIA NACIONAL DO PROTESTO), sendo realizado um Ato Público na Praça Osório "Boca Maldita", neste mesmo dia. (V/P UNE)

Em 23.02.81 — Segundo Informante o fichado é filiado ao PT. (V/P-PARTIDOS POLÍTICOS) (A-2)

4799

VALDIR PUGLIESI

Em 14 nov 66 — O fichado é simpatizante comunista. (V. Relatório de 31 out 66 do Delegado de Polícia de Arapongas na Pasta Londrina)

Em 24.6.75 — Nesta data foi informado no CISESP o constante acima com of. nº 745/75 em atenção ao PB nº 125/GR/DI/75.

Em 18.04.77 — Conf. Relatório da D.O.P.S./PR de 05.11.76, o fichado é prefeito municipal de Arapongas, está envolvido no caso da Carta mimiografada, emitida aos correligionários do Dr. Colombino Grassano, que procurava em seu contexto satirizar o seu nome ridicularizando o eleitorado local. (V/P-Arapongas).

Em 05.10.77 — Conf. Inf. nº 85 ASI/FUEL de 15.09.77, o fichado foi um dos elementos que teve maior participação na III Semana de Atualidades promovida pelo DCE/FUEL no período de 07 a 11 de setembro/77. (V/P-FUEL).

Em 06.10.77 — Conf. inf. nº 0420 SR/DPF/PR de 18.08.77, o fichado participou do Encontro dos líderes do MDB, realizado em MARINGÁ/PR, no dia 13.08.77, tendo em vista a Convenção Nacional, onde falaram da situação do povo brasileiro, e que não se pode falar, não se pode reivindicar porque se tem o AI-5, a Lei de Imprensa o 477, Código Penal, Código Civil, Código Comercial e Lei de Segurança Nacional. (V/P-DPF).

> "A medida é coerente com as posições políticas que o governador Roberto Requião assume".
>
> **Newton Rodrigues, do Jornal O Estado de São Paulo**

Em 07.10.77 — Conf. Inf. nº 270/PMEP de 11.07.77 o fichado manteve hospedado em sua residência ALENCAR FURTADO. (V/P-PMEP).

Em 14.10.77 — Conf. Info. 325/PMEP de 05.08.77, o fichado participou da reabertura do Auditório Oduvaldo Viana Filho em Arapongas no dia 16.07.77. (V/P-ARAPONGAS).

Em 21.06.78 — Conf. Infe nº 358/PMPR de 22.05.78, o fichado participou do lançamento do Comitê Londrinense pela Anistia e Direitos Humanos, realizado dia 13.05.78 no Auditório da Associação Odontológica do Norte do Paraná em Londrina. (V/P-Comitê Londrinense pela Anistia e Direitos Humanos).

Em 24.11.78 — Conf. Infe nº 882/PMPR de 20.11.78, o fichado em sua campanha para eleição à Assembléia Legislativa dirigiu violentas críticas ao atual Governo e distribui os panfletos de sua propaganda política dos comícios e em estabelecimentos de ensino. (V/P-2ª SEÇÃO-PMPR) Panfletos anexo.

Em 30.11.78 — O fichado foi eleito Deputado Estadual pelo MDB nas eleições realizadas em 15.11.78.

Em 18.01.79 — Conf. Infe nº 23/PMPR de 05.01.79 o fichado participou no dia 23.12.78 em Londrina, do Ato Ecumênico promovido pelo Diretório do MDB local e Comitê Londrinense pela Anistia e Direitos Humanos, com o objetivo de angariar adeptos para o movimento e arrecadar fundos para o Comitê. (V/P-2ª SEÇÃO-PMPR).

Em 19.04.79 — Conf. Infão nº 23/ASI/FUEL de 08.02.79 o fichado é colaborador financeiro do Jornal Poeira, editado pela Comissão Pró-DCE/LIVRE DA FUEL. (V/P-Jornal Poeira).

Em 11.06.79 — Conf. Infão nº 037/ASI/FUEL de 06.03.79, o fichado participou do Dia Nacional do Preso Político, realizado no dia 18.02.79 em Londrina, onde foi feito o lançamento do Livro "Os Exilados" pela autora Cristina Machado Pinheiro. (V/P-FUEL).

Em 11.06.79 — Conf. Correio de Notícias de 23.05.79 o fichado em apoio à UNE, fez um pronunciamento na Assembléia Legislativa no dia 22.05.79 sobre "Os Estudantes como Fator de Politização". (V/P-UNE).

Em 15.06.79 — Conf. REI/DOP/HU/FUEL de 30.04.79, o fichado participou da greve de solidariedade, em apoio aos 5 docentes demitidos pela FUEL, onde participaram 300 estudantes que portavam cartazes e durante o trajeto grativam: "QUEREMOS NOSSOS PROFESSORES", "ABAIXO O REITOR", "MÉDICOS RESIDENTES APÓIAM OS DOCENTES DEMITIDOS", chegando na chanca acústica explicaram aos presentes os motivos da manifestação. (V/P-HOSPITAL UNIVERSITÁRIO-FUEL).

Em 13.07.79 — Conf. Infão nº 075/ASI/FUEL de 11.05.79, o fichado participou do Comício promovido pelo CLADH, juntamente com o Diretório Municipal do MDB, realizado no dia 01.05.79 em Londrina comemorando o Dia do Trabalhador. (V/P FUEL).

Em 22.08.79 — Conf. Infão nº 063-ASI/FUEL de 25.04.79, o fichado participou da passeata e concentração de protesto no dia 24.04.79 realizadas por estudantes que se encontram em greve no HU da FUEL, constituídos por alunos do Regime de Internato, médicos residentes e alunos do Curso Básico de Medicina. Na ocasião o fichado criticou a revolução, o Governo Estadual e a Reitoria e declarou que ali se encontra a favor dos docentes e discentes, e contra os indecentes. (V/P HU/FUEL).

Em 31.08.79 — Conf. RELATÓRIO/DSI/DOP, de 21.03.79, o fichado participou de uma manifestação estudantil na cidade de Londrina-PR, quando da posse do presidente da República, realizada dia 10.03.79, na Rua Hugo Cabral no C.C.S., tendo início uma reunião de âmbito nacional da UNE, designando comissões que iriam levar relatórios geral do DCE, para Brasília em reunião preparatória que será realizado na Bahia. (V/P-DOP).

Em 06.09.79 — Conf. Infão nº 13/DOI/79, de 15.05.79, o fichado participou de uma greve em protestos a demissão dos decentes do Hospital Universitário da Fundação Universidade Estadual de Londrina/PR, durante o decorrer da manifestação o fichado criticou a Revolução, o Governo Estadual e a Reitoria e declarou que ali se encontrava "a favor dos docentes e discentes, contra os indecentes". (V/P-SI/INFORMAÇÕES).

Em 14.09.79 — Conf. RELATÓRIO nº S/Nº SI/DSI de 12.09.79, o fichado participou da recepção feita ao ex-exilado Leonel Brizola, quando de sua chegada no Aeroporto de Foz do Iguaçu. (V/P-SI-RELATÓRIOS).

Em 25.09.79 — Conf. Encaminhamento nº 130-ASI/FUEL de 18.09.79, foi encaminhada cópia xerox da correspondência do fichado enviada para o DCE/LIVRE de Londrina, sendo que mantem intenso intercâmbio com o DCE, inclusive visita freqüentemente sua sede. (V/P ASI/FUEL).

Em 03.10.79 — Conf. Encaminhamento nº 131-ASI/FUEL de 19.09.79, o fichado participou de uma mesa redonda sobre a criação de novos partidos, o qual foi coordenada pelo jornalista Marcelo Holanda que elaborou uma matéria inserida no jornal Folha de Londrina edição caderno 3 editada por Linda Bulik em janeiro de 79. (V/P ASI/FUEL).

Em 07.12.79 — Conf. Infe nº 18/79-SI/DSI de 26.09.79, o fichado participou de uma reunião preparatória que será realizada no dia 27.09.79, com início às 20:00 horas na sede da APP (ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES DO PR), sita à Rua Voluntários da Pátria, nº 475, 14º andar, ocasião em que será constituída a COMISSÃO ORGANIZADORA DO ENCONTRO PELA REITERAÇÃO DOS PUNIDOS E PERSEGUIDOS POLÍTICOS, a realizar-se nos dias 19, 20 e 21.10.79, nesta Capital, contando com a presença de várias entidades. (V/P-SI/INFORMES).

Em 27.12.79 — Conf Infe nº 982/PM-2 de 03.12.79, o fichado juntamente com REINALDO SOARES DE SOUZA, vereador pelo MDB na cidade de Arapongas, estaria desenvolvendo um trabalho de base junto ao meio rural de seu município, trabalho este que consistiria em insuflar os trabalhadores do campo a se revoltar contra o Governo pelas condições de vida e salários, ao

mesmo tempo em que estaria convencendo os lavradores a se dirigirem a sede do município afim de protestarem pelos mesmos motivos. (V/P PMEP).

Em 27.12.79 — Conf. Infe nº S/Nº SI/DSI de 11.12.79, o fichado participou do dia Anistia, promovido pelo CBA/CTBA, onde foram realizadas manifestações em prol da Anistia Ampla Geral e Irrestrita nos dias 14 e 22.08.79, o auditório do DASCISA foi o local usado pelo CBA para as reuniões preparatórias dos eventos, assim como impressões de panfletos e confecções de faixas e cartazes. Foram distribuídos panfletos e pichamentos de muros, coleta de assinaturas de populares em uma banca instalada na Rua das Flores. (V/P-CBA/RELATÓRIOS).

Em 03.10.80 — Nesta data foi informado os dados constantes da ficha do nominado, atendendo o PB nº 0204/115/ACT/79 (SNI), informamos através do OF. nº 07/80-S.I.

Em 03.03.80 — Conf. Relat. do 1º BTL. FROM — Foz do Iguaçu, o fichado fazia parte da comitiva que aguardava no aeroporto a chegada de Leonel Brizola, dia 06.09.79. Os presentes entoaram o seguinte refrão: "Povo unido jamais será vencido" e "Viva Brizola". (V/P-Retorno exilados).

Em 13.03.80 — Conf. Relatório da D.S.I., de 15.08.79, o nominado participou do culto ecumênico Pró-Anistia Geral Ampla e Irrestrita, realizado na Igreja Guadalupe dia 14.08.79. (V/P-DSI/Relatórios).

Em 14.04.80 — Conf. Relat. (B-2) DOP/DSI/PR de 14.08.79, o fichado abriu o encontro presidindo a mesa diretiva dos trabalhos na reunião preparatória para o 1º Encontro das Oposições da América Latina, tendo por local o pequeno auditório da Assembléia Legislativa. (V/P D.O.P.).

Em 17.04.80 — Conf. Infe. nº 52/SI/DSI, de 25.03.80, o fichado participou no dia 22.03.80, de uma palestra sobre "Processo Político e Nação Brasileira", proferida por MIGUEL ARRAES, na A.L.E. a convite do Núcleo de Bases do PMDB de Ctba. (V/P-S.I.-Informes) A-2.

Em 18.04.80 — Conf. Infe (A-3) nº 51/80-SI/DSI/PC/PR de 24.03.80, o fichado participou da reunião em protesto contra a demissão de quinze professores da UFPR, realizada no dia 21.03.80, na A.P.P. (V/P-SI-INFORMES)>

Em 14.05.80 — Conf. Infe (A-1) nº 116/80-SI/DSI/PC/PR de 08.05.80, o fichado participou da reunião preparatória para o lançamento do PMDB em Ctba-PR, realizada em 05.05.80 na sede do Diretório Municipal do PMDB. A divulgação da campanha de lançamento do PMDB teve início dia 06.05, para a qual foram confeccionados oitenta mil impressos e expedidos doze mil cartas à moradores de Curitiba, através da Assembl. Legisl. (V/P/PMDB DE CURITIBA).

Em 21.05.80 — Conf. Infe nº 114-SI/DSI/PC/PR (A-2) de 06.05.80, o fichado participou de uma concentração no dia 01.05.80 na Praça [illegible] da Vila Nossa Senhora da Luz dos Pinhais promovida pelo CBA/CTBA, PT, PMDB, PTB, Pastoral Operária, Conselho de representantes das Associações de Bairros de Curitiba, o Comitê de Solidariedade. (V/P MOVIMENTO DE 1º DE MAIO).

Em 22.05.80 — Confl Infe nº 133-SI/DSI/PC/PR (A-2) de 16.05.80, o fichado foi um dos que presidiu as solenidades de lançamento oficial do PMDB em Curitiba, realizado em 11.05.80, no Auditório da Igreja Nossa Senhora do Guadalupe, onde fez um pronunciamento violento, atacando os homens do governo, que através da DOPS perseguem o povo, citando inclusive que naquele momento estava sendo fotografado por elementos da DOPS, e que são os responsáveis pelo desaparecimento de milhares de pessoas, citando como uma das vítimas, o caso de ANTONIO DOS TRÊS REIS, de Apucarana. (V/P PMDB)>

Em 12.06.80 — Conf. Infe nº 112-SI/DSI/PC/PR (A-2) de 24.04.80, o fichado participou do Ato Público de apoio aos metalúrgicos de São Paulo que se encontram em greve, e de protesto às prisões dos líderes sindicais daquele Estado, realizado pelo Comitê de Solidariedade de Curitiba em 24.04.80, na Av. Luiz Xavier defronte a Praça Generoso Marques, sendo que na ocasião o fichado fez o uso da palavra. (V/P COMITÊ DE SOLIDARIEDADE).

Em 16.06.80 — Conf. Infe (A-2) nº 167/80-SI/DSI/PC/PR de 04.06.80, o fichado, representante do PMDB, participou no dia 02.06.80 na sede do Diretório Municipal do PMDB/Ctba-PR, do Encontro entre representantes de partidos políticos e de diversas entidades, ocasião em que foi debatido o tema "ELEIÇÕES DE 80". O fichado disse em seu pronunciamento que "Fala-se tanto em desburocratização, mas, é preciso desburocratizar, porque o que tem de imbecil e burro mandando nesse País não está escrito". (V/P/PMDB).

Em 24.06.80 — O fichado é presidente do PMDB/PR, no dia 02 convidou os demais deputados para participar na LUTA PELAS ELEIÇÕES DE 1980. (V/P — PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO).

Em 30.06.80 — Conf. Infe. (A-2) nº 195/80-SI/DSI/PC/PR de 24.06.80, o fichado esteve presente ao Ato Público em favor da realização de Eleições em 1980, ocorrido no dia 20.06.80 na Praça Osório/Curitiba-PR, seguido de uma caminhada até a Praça Gen. Marques. O referido ato foi organizado pelos partidos de oposição com o apoio de várias outras entidades. (V/P/PARTIDOS POLÍTICOS).

Em 01.07.80 — Conf. Infe. (A-2) nº 199/80-SI/DSI/PC/PR de 26.06.80, o fichado esteve presente na reunião do dia 22.06.80 na Sede do Diretório Municipal do PMDB, cujo principal objetivo foi o lançamento do Movimento Trabalhista do PMDB/CTBA/PR. (V/P/PMDB).

Em 02.9.80 — Conf. Infe. nº 317/80 de 01.09.80, o fichado participou de um ATO PÚBLICO realizado dia 23.08.80, na Praça Generoso Marques, às 09:00 horas. O ato se caracterizou pela distribuição de um manifesto aos transeuntes e improvisação de bancas para venda de jornais "alternativos" como "COMPANHEIRO, CORREIO SINDICAL, HORA DO POVO, MOVIMENTO, POVÃO, VOZ DA UNIDADE e outros". (Anexo: cópia-xerox de manifesto). (V/P-SI/INFORMES).

Em 10.09.80 — Conf. Infe nº 317/80 de 01.09.80 SI/DSI o fichado participou de um ATO PÚBLICO, realizado dia 23.08.80, na Praça Generoso Marques, onde se caracterizou pela distribuição de um manifesto aos transeuntes e improvisação de bancas para vendas de jornais "alternativos" como: "COMPANHEIRO, CORREIO SINDICAL, HORA DO POVO, MOVIMENTO, POVÃO, VOZ DA UNIDADE, e outros". (V/P-ATO PÚBLICO).

Em 10.10.80 — Conf. Infe. nº 361/SI de 30.09.80, o fichado participou da reunião realizada dia 29.09.80, na Associação dos Professores do Paraná, das Oposições Sindicais, Metalúrgica e da Construção Civil, a qual foi convocada pelo Partido dos Trabalhadores. (V/P-SI/Informes) (B-2)

Em 13.10.80 — Conf. Rec. Jornal Gazeta do Povo de 04.10.80 (B-2), o fichado é presidente da Comissão Executiva Provisória Regional das Comissões Executivas Zonais de Curitiba. (V/P PMDB).

Em 13.10.80 — Conf. Ofício datado de 21.08.80 (C-3) enviado ao secretário da Segurança Pública, o fichado solicita que se procedam as diligências necessárias à respeito das ameaças feitas por telefones e também cartas que têm recebido, e também os integrantes do respectivo partido, localizando os responsáveis ou sua origem e conseqüente punição. (V/P PMDB).

Em 15.04.81 — Conf. Infe. nº 103/81-SI/DSI/PC/PR (A-1), o nominado representou o "PMDB" na reunião realizada no dia 31.03.81, no auditório Acadêmico do Setor de Ciências da Saúde da UFPR "DASCISA", reunião esta de estudantes de Geologia do PR. O objetivo da mesma foi debater sobre o tema "QUEBRA DO MONOPÓLIO ESTATAL DO PETRÓLEO E OS CONTRATOS DE RISCOS". O nominado no ato fez uso da palavra, dizendo que a PETROBRÁS está totalmente desviada do seu objetivo fundamental e que nós precisamos de amis brasilidade; que se teme o comunismo sem se saber o que ele realmente nos representa; disse que os comunistas são pessoas cultas e importantes tanto nós, e por isso, devemos perder o medo destas pessoas. Falou também que a Petrobrás está entregue às Multinacionais e a cada empréstimo que o Sr. Delfim consegue, entregamos mais uma parte do nosso território, e para acabarmos com isso, é necessário lutarmos para conseguir tirar o que é nosso das mãos de uma cúpula de estrangeiros dominantes. Salientou ainda que existem nas Forças Armadas, pessoas que dignificam a farda que vestem, e que essas pessoas estão preocupadas com o bem-estar do povo brasileiro e com o desenvolvimento do País, e que as forças no meio militar estão divididas, basta que os civis se conscientizem disso e dêem o apoio necessário para juntos conseguirem atingir o objetivo. Afirmou ainda que estamos vivendo em um lamaçal como uma verdadeira fossa. Jamais existiu uma quadrilha de corruptos no poder como o atual. Que defende o socialismo e não vê nada mal nisso. (V/P-DASCISA).

Em 22.04.81 — Conf. Infe. nº 72/SI de 16.03.81, o fichado participou nos dias 07 e 08.03.81, do 1º Congresso da Mulher de Curitiba, realizado no Colégio Estadual do Paraná. Os temas debatidos no referido evento foram: MULHER E SOCIEDADE, MULHER E SAÚDE, MULHER TRABALHADORA e MULHER E ORGANIZAÇÃO. (VP/1º Congresso da Mulher de Curitiba).

Em 02.06.81 — Conf. Infe nº 188/SI/DSI/PC/PR (A-2) de 29.05.81, o fichado participou do Ato Público contra os atentados à Bomba ocorridos no Brasil, realizado em 26.05.81, na Av. Luiz Xavier, "Boca Maldita" por partidos políticos de oposição, entidades estudantis e contestarórias, sendo que ao fazer uso da palavra afirmou o seguinte: "O Paraná está de saco cheio deste governo". (V/P ATENTADOS À BOMBAS).

Em 11.06.81 — Conforme Infe nº 42/ASI/FUEl, de 16.04.81, o Jornal Alternativa "Fala Paraná" editado em Londrina, pela Edições Paraná S/C — Editora de Livros, Jornais e Revistas, em sua edição de abril apresenta algumas modificações em elação aos seus membros, tendo sido o fichado introduzido no Conselho Editoral. (V/P/FUEL) (B-2).

Em 23.07.81 — Conf. Revista da cidade de Arapongas, o nominado é da cidade referida, o mesmo em uma das páginas da revista "Falando Francamente" critica a ida do ex-presidente Geisel à cidade dizendo, "o que vai dar de puxa-saco num tá no gibi, virão de todos os lados. O que vão comer daria prá matar a fome de meio mundo. Mas 'çe o jogo da classe dominante". "Será que alguém terá coragem de dizer à Geisel que ele foi um péssimo presidente?" (V/P ARAPONGAS).

Em 29.07.81 — Conf. RECORTE DO JORNAL "O EST. DO PR. de 16.06.81, o nominado participou da 1ª CONVENÇÃO ESTADUAL DO PDT, em 14.06.81, representando o PMDB, do qual é presidente Regional. (V/P-PDT).

Em 31.08.81 — Conf. relatório SI/DSI/PR de 25.08.81 o fichado foi um dos componentes da mesa na Convenção do Setor Jovem do PMDB realizou no dia 23.08.81 na Assembléia Legislativa do Estado, contando com representantes de entidades de várias entidades de cidades do interior, sendo que limitou-se apenas sobre a situação do partido. (V/P-PMDB).

Em 19.10.81 — Conf. Infão 011-SI/DSI/PC/PR de 14.10.81, o fichado é autor de uma matéria intitulada "FALANDO FRANCAMENTE" publicada na segunda página da "REVISTA DA CIDADE", de Arapongas-PR, em seu nº 183/AGOSTO/81, na qual se dirige ao General Adalberto Massa, Delegado Regional do Trabalho, de maneira depreciativa e ofensiva. (V/P ARAPONGAS).

Em 04.11.81 — Conf. Relatório Sem Referência, o fichado participou do ATO CÍVICO de 07.10.81 na Praça Tiradentes, que além de manifestar o seu apoio aos professores, acusou aos parlamentares do PDS como subservientes ao governo onde descreveu, segundo ele, as artimanhas usadas pelo partido para bloquear a oposição. (V/P MEJ/II).

Em 29.12.81 — Conforme o jornal Gazeta do Povo de 24 out 81, o epigrafado participou de uma reunião do Setor Jovem do PMDB, realizada na Assembléia Legislativa, juntamente com vários líderes políticos, Pasta-PMDB.

8.259

JOÃO BONIFÁCIO CABRAL JÚNIOR

Em 03.07.75 — Nesta data foi informado o constante acima com of. nº 841/75, em atenção ao PB nº 0848/SNI/75.

Em 30.09.80 — Feito Infe nº 363/80 ao SNI/ACT, em resposta ao PB nº 0098/740-ACT/80, informando que o fichado trabalha como advogado no ITC e que os dados existentes sobre o mesmo neste C.I. são os constantes do Of. nº 841/75, da então DOPS, nada mais constando sobre o mesmo até esta data.

Em 09.08.68 — Conforme o ofício nº 1542-CO/68 do DPF o fichado registra intensa atividade estudantil nesta Capital. (V. Ofício aludido na pasta DPF).

Em 26.08.68 — O fichado participou do Congresso Regional da UNE, realizado em Curitiba de 16 à 20.09.68 no DCE. Informação 31/68-IDN.

Em 12.10.68 — O fichado esteve presente dia 02.10.68, no DCE, onde hipotecou solidariedade aos bancários por ocasião da greve que seria iniciada naquele dia, inclusive, juntamente com outros elementos prontificou-se a dar, além do apoio moral, apoio material.

Em 17.10.68 — Foi extraída cópia e enviada à 2ª Sec. da 5ª RM/DI.

Em 15.10.68 — O fichado foi detido na cidade de Ibiúna, Est. de São Paulo ocasião em que participava do XXX Congresso da UNE.

Em 21.12.68 — O fichado foi detido quando encontrava-se numa chácara (conhecida por chácara do Alemão), juntamente com outros elementos, quando tentavam realizar o XXX Minicongresso da UNE, em prosseguimento ao XXX Congresso Nacional da UNE iniciada em Ibiúna/SP, também surpreendido pelas autoridades. Foi encontrado no local, muitos manifes-

tos, subversivos tentando a derrubada do atual governo brasileiro. (V. recortes de jornais, pasta XXX Congresso Regional — UNE).

Em 26.12.68 — Foi apreendido no XXX Minicongresso da UNE, o ante-projeto de carta política para a UNE, referente ao ano de 1969 (V. doc. pasta XXX Minicongresso da UNE).

Em atendimento ao Ministério da Marinha — CIM foi extraído cópia Thermo-fax do presente e enviada com of. nº 12/69, em 09.01.69.

Em 27.01.69 — Foi extraído cópia da presente e enviado ao Juiz Auditor da 1ª Auditoria da 2ª RM/SP com of. nº 70/69.

Em 12.02.69 — Foi extraído cópia Thermo-Fax da presente e enviada ao Maj. Amaury Norberto Silva — Quartel General, P. Militar — Fpolis/SC com of. nº 115/69.

Em 27.03.69 — Em atendimento ao despacho do DPC mencionado na telegrama 173-DSI/MEC, foi extraído cópia da presente e enviado com of. 243/69.

Em 24.03.69 — O fichado foi sentenciado a pena de 4 anos de reclusão do art. 23, e perda de DIREITOS POLÍTICOS por cinco anos. (V. of. nº 429/69 Auditoria da 5ª ...).

Em 15.07.69 — Em complemento ao RT 609/69-DSI/MEC, reit. com RT s/nº prot. 007935/DPC, foi enviado cópia da presente à DPC c/of. 441/69.

Em 28.01.70 — O fichado segundo o of. nº 19/70 da DPC encontra-se preso na Prisão Prov. de Ctba, à disposição da Justiça Militar. (V. of. Pasta Auditoria). (Vide Inf. nº 27/70-IDN-Setor de Sec. RVPSC-Pasta nominado). (Vide encaminhamento nº 31/70 da 2ª Seção da Polícia Militar com mais esclarecimentos com referência ao fichado — Pasta própria).

Em 09.10.70 — Conforme ofício nº 612/70-DEPE, datado de 26.06.70, o fichado foi posto em liberdade, em cumprimento ao alvará de soltura expedido pelo MM. Juiz Auditor da 5ª Circunscrição Militar. (V/P D.E.P.E.)

Em 14.09.72 — Conf. Infão nº 57/72-IDN/RFFSA, o fichado se encontra presentemente, advogando na cidade de Cascavel/PR, na qualidade de solicitador Acadêmico. (V/P NOMINADO).

Em 20.04.70 — Info nº 27/70 — IDN/SS/RVPSC 1 - Em complementação a Informação da referência, encaminhamos fotocópias de documentos que servirão para maiores esclarecimentos ao caso.

1. Para o ano letivo de 1969, a Universidade Católica do Paraná exigiu para a matrícula de alunos em suas Faculdades a apresentação de um Atestado de Antecedentes Políticos, fornecida pela DOPS. Outras Escolas Superiores imitaram tal medida.

2. Contudo, nem mesmo naquele ano, houve um cumprimento rigoroso desta norma e, agora para 1970, nada mais se tem exigido neste sentido.

3. Um dos exemplos mais flagrantes da não observância, não só dessa diretriz mas também do Decreto-Lei nº 477/69, (que prevê o desligamento de suas escolas aos estudantes envolvidos no processo subversivo) é o caso de JOÃO BONIFÁCIO CABRAL JÚNIOR, aluno da Faculdade Católica de Direito e presidente do "Diretório Acadêmico 2 de Julho", foi preso, julgado e condenado a 18 meses de reclusão por haver participado no Congresso Regional da UNE, em novembro de 1968 no Boqueirão, em Curitiba.

4. Preso por força de prisão preventiva, depois cumprindo pena na Penitenciária Estadual, CABRAL não poderia prestar exames finais em 1968 nem comparecer às aulas (cuja freqüência é obrigatória) em 1969.

5. Contudo, contando com o auxílio do Diretor daquela Escola, Prof. JOAQUIM BRITO DE LACERDA, e do Prof. JOSÉ LAMARTINE CORREIA DE OLIVEIRA LYRA, CABRAL compareceu às provas de 2ª época relativas a 3ª série do ano letivo de 1968 (fevereiro de 1969) apareceu matriculado no 4º ano e, sem assistir às aulas, é aprovado para o 5º ano, tendo o Inspetor Federal do Ensino, GUILHERME GUIMBALA, indeferido um requerimento de matrícula seu, para o ano letivo de 1970, no 5º ano daquela faculdade.

6. Consta que os professores acima citados, vão até a Penitenciária para lhe aplicarem as provas, e que outros estudantes presos, nas mesmas condições, gozam de tais privilégios.

Em 14.09.72 — Info. 57/72-IDN

1. JOÃO BONIFÁCIO CABRAL JÚNIOR, em 1969 ocupava a presidência do Diretório Estudantil 2 de Julho da Faculdade de Direito da Universidade Católica do Paraná, onde estava matriculado no 3º ano.

2. Ativista do Movimento Estudantil, CABRAL foi preso em setembro de 1968 no 30º Congresso Nacional da UNE, em Ibiúna-SP, e em dezembro, daquele mesmo ano, no prosseguimento do 30º Congresso Nacional da UNE, na "Chácara do Alemão", em Curitiba. Em conseqüência disto, foi ele indiciado em dois IPMs, um na 2ª outro na 5ª Auditoria Militar, sendo condenado a penas que, posteriormente, foram unificadas e reduzidas para 2 anos de reclusão.

3. Como resultado de sua prisão, CABRAL foi reprovado na 3ª série do ano letivo de 1968 do Curso de Direito, mas já em 1929, não obstante se encontrar cumprindo pena no Presídio Provisório do Ahú, seu nome constava da lista de chamada do 3º ano. Obviamente não tinha ele condições para freqüentar as aulas, mas compareceu às primeiras provas escoltado por dois praças da PM. Depois disto, as provas passaram a ser-lhe aplicadas no próprio Presídio, conforme autorização dada pela 5ª Auditoria Militar (Ofício 514/5ª RM), contrariando o regulamento da escola que previa a obrigatoriedade da freqüência às aulas.

4 — JOAQUIM BRITO DE LACERDA, Diretor da Faculdade, JOSÉ LAMARTINE CORREIA DE OLIVEIRA LYRA e o Padre GUSTAVO HENRIQUE PEREIRA FILHO, estes últimos professores daquela Escola, prestaram todo o apoio ao movimento estudantil (Lamartine participou de algumas passeatas, numa das quais proferiu violento discurso contra o atual regime, dependurado na estátua de Tiradentes, na praça do mesmo nome, e o Padre GUSTAVO chegou a tomar parte de diversos congressos da UNE, antes de 1964). Foram eles que, com o beneplácito dos demais professores, tomarem a iniciativa de permitir com que CABRAL prosseguisse seu curso, mesmo estando na prisão.

5. GUILHERME GUIMBALA, Inspetor Federal do Ensino, em 1970, não reconheceu a validade das provas feitas pelo epigrafado na prisão, contudo, a direção da Faculdade permitiu sua matrícula no 4º ano, em 1970, e no 5º ano, em 1971, concluindo assim o curso.

6. Nas vésperas da cerimônia de formatura da turma de 1971, o Ministro da Educação, através de telegrama, mandou sustar a diplomação de JOÃO BONIFÁCIO CABRAL JÚNIOR. Numa reunião da turma de formandos, NIKOLAUS HEC FILHO, um de seus integrantes e porta-voz da direção da Faculdade, tentou com insistência fazer com que a turma recusasse receber seus diplomas, em sinal de protesto pela medida tomada pelo MEC porém, a maioria dos formandos, liderados por MILTON RODBARD, não acatou a sugestão, alegando que nada tinham a ver com os problemas de CABRAL. A direção da Faculdade de Direito já se encontrava antagonizada com o Reitor da Universidade Católica do Paraná, em razão de divergências relativas a Reforma Universitária. Motivado por esses fatos, Dom JERÔNIMO MAZZAROTTO, não compareceu e nem mandou representante à cerimônia de entrega de diplomas, que ele deveria presidir, e à missa em Ação de Graças dos formandos que deveria oficiar, no dia seguinte, na Igreja de N.S. do Perpétuo Socorro. Na cerimônia de entrega dos diplomas, no lugar onde teria assento JOÃO BONIFÁCIO CABRAL JÚNIOR entre os formandos, foi estirada uma beca, em sinal de protesto. JOAQUIM BRITO DE LACERDA e LAMARTINE, os homenageados pela turma de formandos, retribuíram a seus alunos com um jantar no restaurante Pinheirão, em Santa Felicidade. Terminada a refeição, alguns dos presentes já estavam embriagados, quando NIKOLAUS HEC FILHO, principiou em ofender seus colegas, e, em especial, MILTON RODBARD, por não haverem se mostrado solidários com CABRAL. Gerou-se violenta discussão que terminou em luta corporal entre NIKOLAUS e MILTON (isto na presença de JOAQUIM BRITTO DE LACERDA, LAMARTINE e ANTONIO ACYR BREDA). Retornando ao centro da cidade, NIKOLAUS e NILTON RODBARD se encontraram novamente, tendo, mais uma vez, entrado em luta corporal, resultando em ferimento em NIKOLAUS HEC FILHO, que teve de ser hospitalizado.

7. Estes fatos abalaram profundamente o professor JOAQUIM BRITO DE LACERDA que foi acometido de enfarte.

8. JOÃO BONIFÁCIO CABRAL JÚNIOR se encontra, presentemente, advogando na cidade de Cascavel, na qualidade de solicitador Acadêmico.

36.544
GERALDO SERATHIUK

Em 18.01.80 — Conf. Infe nº 887/PM-2 de 18.10.79, o fichado participou no dia 10.10.79, na sede do Diretório Acadêmico do Setor de Ciências da Saúde da Universidade Federal do PR. onde foi realizada uma reunião no Comitê de Defesa da Amazônia e Meio Ambiente (CDAMA), na qual foi proferida uma palestra sobre o tema "O ÍNDIO E O MEIO AMBIENTE", pelo presidente da Associação Nacional de Ajuda ao Índio. (V/P-PMPR).

Em 24.06.80 — Conf. Infe nº 190-SI/DSI/PC/PR (A-1) de 18.06.80, o fichado participou dos movimentos reivindicatórios e contestatórios na Universidade Católica do Paraná. (V/P-SI/INFORMES).

Em 25.09.80 - Conf. Infe nº 334/80-SI/DSI/PC/PR, (B-2) de 11.09.80, o fichado tomou posse como 1º Vice-Presidente da nova Diretoria da CASA DO ESTUDANTE UNIVERSITÁRIO DO PARANÁ, em 29.08.80. (V/P-CEU/CTBA).

Em 07.04.81 — Conf. Infe nº 015/81-ASI/FUEL de 24.02.81 (B-2), o nominado fez parte da composição da mesa diretora nos trabalhos em pauta do VII CONEG, realizado em CTBA, no auditório do Colégio Estadual do PR. nos dias 12 à 15 de fevereiro/81. Onde os assuntos foram: No dia 12.02.81 — LUTAS EDUCACIONAIS, dia 14 — CAMPANHAS POLÍTICAS — FINANÇAS, no dia 15.02 — SUBSECRETARIAS DA UNE, POLÍTICA INTERNACIONAL. O nominado é vice-presidente da casa de Estudantes de Curitiba. (V/P-UNE).

Em 21.07.81 — Conf. Jornal GAZETA DO POVO de 30.06.81, (B-2), o nominado presidente do DCE/UCP, informou do Ato Público marcado para o dia 1º.07.81, no Campus da Universidade, contra o aumento de 44% nas mensalidades e contra o pagamento semestral à vista. O nominado adiantou que deveriam estar presentes representantes da Comissão de Justiça e Paz, Ordem dos Advogados do Brasil, Arcebispado de Curitiba e outros segmentos da sociedade. (V/P-UCPR).

Em 04.11.81 — Conf. Relatório Sem Referência, o fichado participou do ATO CÍVICO de 07.10.81 na Praça Tiradentes. (V/P MOVIMENTO EDUCAÇÃO E JUSTIÇA/II).

Em 06.11.81 — Conf. Relação DSI/SI/PR outubro/81, o fichado participou dos diversos movimentos realizados durante a greve dos professores Estaduais em setembro e outubro/81. (V/P MOVIMENTO EDUCAÇÃO E JUSTIÇA/II).

Em 01.12.81 — Conf. Infe nº 683-PM/2 (A-1) de 03.10.81, o fichado foi um dos convidados que participou da abertura do Congresso da União Brasileira de Estudantes Secundaristas "também chamado" Congresso p/Reconstrução da UBES, realizada no dia 31.10.81 no Salão Nobre da Igreja Nossa Senhora do Guadalupe. (V/P UNIÃO BRASILEIRA DE ESTUDANTES SECUNDARISTAS).

Em 19.01.82 — Conf. Jornal O Estado do Paraná, de 05.11.82, o nominado é componente da Chapa "Pés no Chão", da UPE, ocupando o cargo de Vice-Presidente. (Pasta da UPE).

Em 22.06.82 — Conf. Infe nº 207-ASI/FUEL (8-2) de 04.11.81, o fichado compos a Chapa "Pés no Chão" como Vice-Presidente para concorrer a diretoria da União Paranaense de Estudantes, em eleições realizadas no dia 05 e 06 de novembro de 1981. (V/P UPE).

Em 01.07.82 — Conforme Relatório da S.I., datado de 26.05.82, realizou-se nos dias 21, 22 e 23.05.82, no Plenário da Assembléia Legislativa o XXVI Congresso da União Paranaense dos Estudantes, tendo o fichado na ocasião abordado o tema "CONJUNTURA NACIONAL", criticou o governo pelo "atual estado de coisas". (S.I. Relatórios).

38.986

JOSÉ MARIA DE PAULA CORREIA

Em 14.09.82 — Conforme Relatório da S.I., datado de 23.08.82, realizou-se no Colégio Estadual do Paraná, dia 20.08.82, a Assembléia Estadual dos Professores, ocasião em que o fichado manifestou total apoio às reivindicações dos professores. (Greve Professores/82).

Em 15.02.84 — Conforme Inf. nº 40, de 02.12.83, da Subdivisão de Informações o fichado participou do lançamento do Movimento Nacionalista Democrático, realizado no C.E.P., dia 25.11.83. Temas abordados: eleições diretas; revogação da L.S.N.; defesa do monopólio estatal, reforma agrária; acordo monetário com o F.M.I., entre outros. (S.I. Informes).

Em 13.06.85 — Conf. Inf. nº 384-2-85/CI/SESP/PR, o fichado como presidente da FESPAR (FEDERAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO PR) promoveu uma passeata de protesto contra a ausência de negociações para o aumento salarial dos servidores, deslocando aproximadamente 1.200 pessoas acompanhadas de um "trem elétrico" da "boca maldita" até a frente do Palácio Iguaçu (V/P — CI/SESP/PR-INFORMES).

27.004

JOÃO OLIVIR GABARDO

Em 29.06.76 — O fichado foi citado como tendo aceitado o apoio político do P.C.B. nas declarações de Fernando Pereira Christino, Ubirajara Moreira, Moacir Reis Ferraz, Antonio Lima Sobrinho, Ildeu Manso Vieira, Flávio Ribeiro e Genecy Souza Guimarães, os quais foram indiciados em inquérito policial nº 06/75, instaurado por esta DOPS, que apurou as atividades do Partido Comunista Brasileiro no Paraná. (V/P-PCB/PR)

Em 22.08.77 — Conf. Encaminhamento nº 084/PM2 de 08.07.77, o fichado apresentou projeto na Câmara Federal propondo anistia ampla aos estudantes que sofreram punições decorrente de manifestações estudantis, que tenham praticado, coletivas ou individuais. (V/P/Nominado)

VER PASTA DO NOMINADO... 1988

Em 05.10.77 — Conf. Inf. nº 85 ASI/FUEL de 15.09.77, o fichado foi um dos elementos que teve maior participações na III Semana de Atualidades, promovida pela DCE/FUEL no período de 07 a 11 de setembro/77. (V/P FUEL)

Em 06.10.77 — Conf. Inf. nº 0420/SR/DPF/PR de 18.08.77, o fichado participou do encontro dos líderes do MDB, realizado em MARINGÁ/PR no dia 13.08.77, tendo em vista a Convenção Nacional, e que não se pode falar, não se pode reivindicar porque se tem o AI-5, a Lei de Imprensa, o 477, Código Penal, Código Civil, Código Comercial e Lei de Segurança Nacional. (V/P DPF)

Em 11.10.77 — Conf. Encaminhamento CI/SESP S/Nº de 5.9.77, o fichado disse que levará à Brasília "A atitude adotada pela Secretaria de Segurança do Estado, determinando a DOPS que vigiasse seus passos quando em contato com professores paranaenses. (V/P N O M I N A D O)

Em 09.12.77 — Conf. Folha de Londrina de 26.6.77, o fichado apresentou projeto na Câmara Federal propondo anistia aos estudantes que sofreram punição, decorrente de manifestações praticadas coletivas ou individuais. (V/P Nominado)

Em 09.10.78 — Conf. Gazeta do Povo de 3.1.78, o fichado declarou a Ga. do Povo que o Senado tem dois candidatos fortes na área do MDB: José Richa e Dalton Paranaguá. E está em campanha para tentar alcançar sua reeleição à Câmara Federal, para ele o partido pode alcançar dois ou três nomes ao Senado. (V/P Nominado)

Em 22.01.78 — Conf. Fl. de Londrina de 9.2.78, o fichado disse que "as eleições presidenciais no esquema atual é uma farsa e a única atitude coerente que o MDB pode adotar é denunciá-lo em vez de pensar em apoiar este ou aquele candidato". (V/P Nominado)

Em 05.05.78 — Cond. Jornal Gazeta do Povo de 29.04.78 o fichado referindo ao vice-governador Hosken de Novaes, afirmou que a escolha passou por cima de nomes igualmente ilustres de prefeitos, deputados e vereadores da atividade que talvez pudessem prestar uma contribuição política maior aos arenistas. E lamenta que ele aceite o processo de escolha e no final de sua carreira acabar negando o seu passado político de homem provado nas urnas aceite a indicação através de um Processo anti-democrático e anti-poco. (V/P Nominado)

Em 08.06.78 — Conf. O Estado do Paraná de 29.04.78, o fichado distribuiu nota à imprensa criticando a escolha do vice-governador do Estado do Paraná, citando que "apesar da indicação ter recaído num homem culto e preparado, é lamentável que tenha incidido sobre um político já aposentado há mais de dez anos, quando em 1968, perdeu a prefeitura de Londrina com esmagadora maioria para o MDB. (V/P Nominado)

Em 20.07.78 — Conf. Infe nº 505-PMPR de 10.07.78 estiveram em Londrina um grupo de Estudantes de Marília/SP pertencentes à Mocidade Unida de Marília, que mantiveram contatos com o fichado. (V/P 2ª Seção-PMPR)

Em 24.07.78 — Conf. REI nº 03AI/FUEL de 16.06.78 o fichado apoiou o movimento estudantil do DCE contra a aprovação do Regimento da FUEL (V/P FUEL)

Em 20.09.78 — Conf. Infe nº 616-PMPR de 16.08.78 o fichado esteve visitando o Diretório Central dos Estudantes, onde fez várias promessas de apoio ao Movimento Estudantil, em retribuição os estudantes vão reunir-se com intuito de discutirem a forma de apoiarem o fichado nas próximas eleições. (V/P-NOMINADO)

Em 19.11.78 — O fichado foi eleito deputado federal pelo MDB nas eleições realizadas em 15.11.78.

Em 18.01.79 — Conf. Infe nº 23-PMPR de 05.01.79 o fichado participou no dia 23.12.78 em Londrina do Ato Ecumênico promovido pelo Diretório do MDB local e Comitê Londrinense pela Anistia e Direitos Humanos, com o objetivo de angariar adeptos para o movimento e arrecadar fundos para o Comitê. (V/P 2ª Seção PMPR)

Em 19.04.79 — Conf. Infão nº 23-ASI/FUEL de 08.02.79, o fichado é colaborador financeiro do Jornal Poeira, editado pela Comissão Pro-DCE/LIVRE da FUEL. (V/P Jornal Poeira)

Em 29.06.79 — Conf. Infe nº 365/PMPR de 14.05.79, o fichado participou do Comício realizado no dia 1º de Maio na Praça 1º de Maio de Londrina promovido pelo DIRETÓRIO DO MDB DE LONDRINA, e COMITÊ LONDRINENSE PELA ANISTIA E DIREITOS HUMANOS. (V/P PMPR)

Em 11.07.79 — Conf. Infe nº 370/PMPR de 14.05.79 o fichado participou do Ato Público realizado em 01.05.79 pelo MDB e CLADH em Londrina, dando ajuda monetária à comissão Pro-DCE/LIVRE da FUEL que foram participar da reunião realizada em Salvador/BA nos dias 29 a 30.05.79 representando a Universidade Estadual de Londrina. (V/P PMPR)

Em 13.07.79 — Conf. Infão nº 075/ASI/FUEL de 11.05.79, o fichado participou do comício promovido pelo CLADH, juntamente com o Diretório Municipal do MDB, realizada no dia 01.05.79 em Londrina comemorando o Dia do TRABALHADOR. (V/P FUEL)

Em 06.08.79 — Conf. Infão nº 112/ASI/FUEL de 30.07.79, o Diretório Municipal do MDB de Londrina, através do fichado mais políticos e parlamentares produziram um jornal, edição de julho/79, o qual foi distribuído gratuitamente ao povo, nos dias 28 e 29 do corrente em Londrina, projetado e executado pela cooperativa de jornalistas do Paraná composta e impressa nas oficinas do "Diário do Norte do Paraná" em Maringá numa edição única de 30.000 exemplares contendo pronunciamentos políticos de vários deputados e também entrevistas com populares. (V/P FUEL)

Em 12.09.79 — Conf. Infão nº 117-ASI/FUEL de 13.08.79, o fichado é constituinte da Chapa Consenso para Suplentes à Delegados a Convenção Regional na renovação do Diretório Municipal do MDB de Londrina. (V/P ASI/FUEL)

Em 17.09.79 — Conf. Infe nº 657/PM-2 de 21.08.79, o fichado esteve presente no ato público realizado no dia 28.07.79 em prol da Anistia, transcorrente na Rua Castanheira esquina com Amendoinzeiro Jardim Leonor em Londrina/PR, sendo os trabalhos dirigidos por Domingos Pelegrine Jr. (V/P/PMEP)

Em 01.11.79 — Conf. Infe nº 149/ASI/FUEL de 27.09.79, o fichado é deputado federal pelo MDB/PR, participou de um comício no dia 28.07.79, no Jardim Leonor na cidade de Londrina, em prol da Anistia Ampla Geral e Irrestrita, promovido pelo COMITÊ LONDRINENSE PELA ANISTIA E DIREITOS HUMANOS e Diretoria Municipal do MDB, com apoio do DCE/LIVRE de Londrina, COP-JORNAL DO PR, APPEMMA e Associação de Bairros de Londrina. (V/P FUEL)

Em 10.12.79 — Conf. Infe nº 645/PM-2 de 20.08.79, o fichado participou da reunião realizada dia 11.07.79, em Londrina, teve início às 20:30 horas e o término às 00:15 hs. do dia 12.07.89, reunião esta do MDB PELA ORGANIZAÇÃO PARTIDÁRIA. (V/P PMPR)

Em 13.12.79 — Conf. Infe nº 358/CI/SESP/PR de 21.08.79, o fichado deputado federal do MDB, participou em data de 28.07.79, de um comício (ato público) em prol da Anistia, tendo ocorrido o evento na Rua Castanheira Jardim Leonor em Londrina. (V/P-CI/SESP)

Em 07.04.80 — Conf. Infe nº 033-ASI/FUEL de 29.02.80, o fichado participou em 28.02.80 de uma reunião na sede da Associação Médica de Londrina, onde os correligionários do PMDB elegeram a Comissão Executiva Provisória do PMDB de Londrina. (V/P FUEL)

Em 25.06.80 — Nesta data foi informado os dados constantes da ficha, atendendo solicitação formulada através do PB nº 082-03/80-CI/SESP/PR comunicamos através do Informe nº 197/80.

Em 01.12.80 — Conf. Infe nº 229/80-ASI/FUEL de 19.11.80 (B-2), o fichado participou no dia 15.11.80, de um Ato Público pela Convocação de uma Assembléia Constituinte e de repúdio pela não realização das eleições municipais previstas para este período, o evento foi promovido pelo COMITÊ DE LUTA PEL. ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE, recentemente criado na cidade de Cambé, onde foi realizado o Ato na Praça Getúlio Vargas. Foi coordenador o médico esquerdista Milton Laprega. Os pronunciamentos foram de críticas e contestações ao regime, principalmente pelo adiamento das eleições municipais e também pela intransigência do Governo em não convocar uma Assembléia Constituinte. Houve críticas sobre a situação econômica do país, críticas contra os projetos do governo (ITAIPU e TRANSAMAZÔNICA), sobre o empréstimo de 100 milhões contraídos do Japão pelo ministro De. Neto. (V/P-FUEL)

Em 04.06.81 — Conf. Infe nº 57-ASI/FUEL (B-2) de 04.05.81, o fichado participou do IV ENCONTRO DE JORNALISMO DE LONDRINA realizado nos dias 24, 25 e 26.04.81, numa promoção do Centro Acadêmico Livre Caneca do Curso de Comunicação Social da FUEL, com apoio do DCE/LIVRE DA FUEL e do Sindicato dos Jornalistas do Paraná sendo que no dia 25 o fichado foi um dos palestristas cujo tema foi: JORNALISMO DO PARANÁ, RETROSPECTIVA E SITUAÇÃO ATUAL, e disse que a nossa universidade é conhecida a nível nacional, não só pela qualidade de seus cursos, mas sim pelos atos arbitrários de vandalismo que seus dirigentes promovem, mas que isto é apenas fruto do atual regime de força imposto pelo golpe militar de 64, que ainda domina este país, que através de meia dúzia de generais fascistas que usam o poder em benefício próprio. (V/P ASI/FUEL)

"A medida é juridicamente irretocável".
Ives Gandra Martins, professor titular das cadeiras de Direito Constitucional e Direito Econômico da Universidade Mackenzie, em São Paulo

34.015

EDSON GRADIA

Em 4.1.78 — Conf. Infão 127/77 ASI/FUEL 09.12.77, o fichado é 3º vice-presidente da chapa eleita no mês de nov/77 na Associação Odontológica do Norte do PR, chaça esta constituída por elementos em sua maior parte esquerdista. (V/P/FUEL)

Em 13.09.78 — Conf. Enctº nº 045-ASI/FUEL de 30.08.78 o fichado está sendo cogitado para o cargo de Diretor Superintendente do SERCONTEL. Quando estudante se destacou em várias greves como líder, de tendências esquerdistas. Outras informações no mesmo Encaminhamento arquivado na pasta da FUEL.

Em 11.09.77 — Conf. Infão nº 117-ASI/FUEL de 12.08.79, o fichado é constituinte da Chapa Única (Consenso) para renovação do Diretório Municipal do MDB de Londrina. O fichado é de tendência Esquerdista, ex-líder Estudantil em Londrina, ligado ao Grupo Poeira. Apóia o Comitê Londrinense pela Anistia e Direitos Humanos. Faz parte de um Grupo de Dentistas Esquerdistas liderados por Sébastião Simões Gomes. (V/P-ASI/FUEL)

Em 24.03.81 — Conf. Infe nº 115/PMEP, de 25.02.81, representantes de jornais da Imprensa Alternativa, solicitaram ao fichado a normalização da venda destes jornais, em face a relutância por parte dos proprietários de bancas. O sr. prefeito garantiu todo o apoio necessário, inclusive quanto ao aspecto de segurança física das bancas. (V/P/PMEP) (B-2)

38.986

JOSÉ MARIA DE PAULA CORREIA

Em 14.09.82 — Conforme Relatório da S.I., datado de 23.08.82, realizou-se no Colégio Estadual do Paraná, dia 20.08.82, a Assembléia Estadual dos Professores, ocasião em que o fichado manifestou total apoio às reivindicações dos professores. (Greve Professores/82).

Em 15.02.84 — Conforme Inf. nº 40, de 02.12.83, da Subdivisão de Informações o fichado participou do lançamento do Movimento Nacionalista Democrático, realizado no C.E.P., dia 25.11.83. Temas abordados: eleições diretas; revogação da L.S.N.; defesa do monopólio estatal, reforma agrária; acordo monetário com o F.M.I., entre outros. (S.I. Informes).

Em 13.06.85 — Conf. Inf. nº 384-2-85/CI/SESP/PR, o fichado como presidente da FESPAR (FEDERAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO PR) promoveu uma passeata de protesto contra a ausência de negociações para o aumento salarial dos servidores, deslocando aproximadamente 1.200 pessoas acompanhadas de um "trem elétrico" da "boca maldita" até a frente do Palácio Iguaçu (V/P — CI/SESP/PR-INFORMES).

27.004

JOÃO OLIVIR GABARDO

Em 29.06.76 — O fichado foi citado como tendo aceitado o apoio político do P.C.B. nas declarações de Fernando Pereira Christino, Ubirajara Moreira, Moacir Reis Ferraz, Antonio Lima Sobrinho, Ildeu Manso Vieira, Flávio Ribeiro e Genecy Souza Guimarães, os quais foram indiciados em inquérito policial nº 06/75, instaurado por esta DOPS, que apurou as atividades do Partido Comunista Brasileiro no Paraná. (V/P-PCB/PR)

Em 22.08.77 — Conf. Encaminhamento nº 084/PM2 de 08.07.77, o fichado apresentou projeto na Câmara Federal propondo anistia ampla aos estudantes que sofreram punições decorrente de manifestações estudantis, que tenham praticado, coletivas ou individuais. (V/P/Nominado)

VER PASTA DO NOMINADO... 1988

Em 05.10.77 — Conf. Inf. nº 85 ASI/FUEL de 15.09.77, o fichado foi um dos elementos que teve maior participações na III Semana de Atualidades, promovida pela DCE/FUEL no período de 07 a 11 de setembro/77. (V/P FUEL)

Em 06.10.77 — Conf. Inf. nº 0420/SR/DPF/PR de 18.08.77, o fichado participou do encontro dos líderes do MDB, realizado em MARINGÁ/PR no dia 13.08.77, tendo em vista a Convenção Nacional, e que não se pode falar, não se pode reivindicar porque se tem o AI-5, a Lei de Imprensa, o 477, Código Penal, Código Civil, Código Comercial e Lei de Segurança Nacional. (V/P DPF)

Em 11.10.77 — Conf. Encaminhamento CI/SESP S/Nº de 5.9.77, o fichado disse que levará à Brasília "A atitude adotada pela Secretaria de Segurança do Estado, determinando a DOPS que vigiasse seus passos quando em contato com professores paranaenses. (V/P NOMINADO)

Em 09.12.77 — Conf. Folha de Londrina de 26.6.77, o fichado apresentou projeto na Câmara Federal propondo anistia aos estudantes que sofreram punição, decorrente de manifestações praticadas coletivas ou individuais. (V/P Nominado)

Em 09.10.78 — Conf. Gazeta do Povo de 3.1.78, o fichado declarou a Ga. do Povo que o Senado tem dois candidatos fortes na área do MDB: José Richa e Dalton Paranaguá. E está em campanha para tentar alcançar sua reeleição à Câmara Federal, para ele o partido pode alcançar dois ou três nomes ao Senado. (V/P Nominado)

Em 22.01.78 — Conf. Fl. de Londrina de 9.2.78, o fichado disse que "as eleições presidenciais no esquema atual é uma farsa e a única atitude coerente que o MDB pode adotar é denunciá-lo em vez de pensar em apoiar este ou aquele candidato". (V/P Nominado)

Em 05.05.78 — Cond. Jornal Gazeta do Povo de 29.04.78 o fichado referindo ao vice-governador Hosken de Novaes, afirmou que a escolha passou por cima de nomes igualmente ilustres de prefeitos, deputados e vereadores da atividade que talvez pudessem prestar uma contribuição política maior aos arenistas. E lamenta que ele aceite o processo de escolha e no final de sua carreira acabar negando o seu passado político de homem provado nas urnas aceite a indicação através de um Processo anti-democrático e anti-poco. (V/P Nominado)

Em 08.06.78 — Conf. O Estado do Paraná de 29.04.78, o fichado distribuiu nota à imprensa criticando a escolha do vice-governador do Estado do Paraná, citando que "apesar da indicação ter recaído num homem culto e preparado, é lamentável que tenha incidido sobre um político já aposentado há mais de dez anos, quando em 1968, perdeu a prefeitura de Londrina com esmagadora maioria para o MDB. (V/P Nominado)

Em 20.07.78 — Conf. Infe nº 505-PMPR de 10.07.78 estiveram em Londrina um grupo de Estudantes de Marília/SP pertencentes à Mocidade Unida de Marília, que mantiveram contatos com o fichado. (V/P 2ª Seção-PMPR)

Em 24.07.78 — Conf. REI nº 03AI/FUEL de 16.06.78 o fichado apoiou o movimento estudantil do DCE contra a aprovação do Regimento da FUEL (V/P FUEL)

Em 20.09.78 — Conf. Infe nº 616-PMPR de 16.08.78 o fichado esteve visitando o Diretório Central dos Estudantes, onde fez várias promessas de apoio ao Movimento Estudantil, em retribuição os estudantes vão reunir-se com intuito de discutirem a forma de apoiarem o fichado nas próximas eleições. (V/P-NOMINADO)

Em 19.11.78 — O fichado foi eleito deputado federal pelo MDB nas eleições realizadas em 15.11.78.

Em 18.01.79 — Conf. Infe nº 23-PMPR de 05.01.79 o fichado participou no dia 23.12.78 em Londrina do Ato Ecumênico promovido pelo Diretório do MDB local e Comitê Londrinense pela Anistia e Direitos Humanos, com o objetivo de angariar adeptos para o movimento e arrecadar fundos para o Comitê. (V/P 2ª Seção PMPR)

Em 19.04.79 — Conf. Infão nº 23-ASI/FUEL de 08.02.79, o fichado é colaborador financeiro do Jornal Poeira, editado pela Comissão Pro-DCE/LIVRE da FUEL. (V/P Jornal Poeira)

Em 29.06.79 — Conf. Infe nº 365/PMPR de 14.05.79, o fichado participou do Comício realizado no dia 1º de Maio na Praça 1º de Maio de Londrina promovido pelo DIRETÓRIO DO MDB DE LONDRINA, e COMITÊ LONDRINENSE PELA ANISTIA E DIREITOS HUMANOS. (V/P PMPR)

Em 11.07.79 — Conf. Infe nº 370/PMPR de 14.05.79 o fichado participou do Ato Público realizado em 01.05.79 pelo MDB e CLADH em Londrina, dando ajuda monetária à comissão Pro-DCE/LIVRE da FUEL que foram participar da reunião realizada em Salvador/BA nos dias 29 a 30.05.79 representando a Universidade Estadual de Londrina. (V/P PMPR)

Em 13.07.79 — Conf. Infão nº 075/ASI/FUEL de 11.05.79, o fichado participou do comício promovido pelo CLADH, juntamente com o Diretório Municipal do MDB, realizada no dia 01.05.79 em Londrina comemorando o Dia do TRABALHADOR. (V/P FUEL)

Em 06.08.79 — Conf. Infão nº 112/ASI/FUEL de 30.07.79, o Diretório Municipal do MDB de Londrina, através do fichado mais políticos e parlamentares produziram um jornal, edição de julho/79, o qual foi distribuído gratuitamente ao povo, nos dias 28 e 29 do corrente em Londrina, projetado e executado pela cooperativa de jornalistas do Paraná composta e impressa nas oficinas do "Diário do Norte do Paraná" em Maringá numa edição única de 30.000 exemplares contendo pronunciamentos políticos de vários deputados e também entrevistas com populares. (V/P FUEL)

Em 12.09.79 — Conf. Infão nº 117-ASI/FUEL de 13.08.79, o fichado é constituinte da Chapa Consenso para Suplentes à Delegados a Convenção Regional na renovação do Diretório Municipal do MDB de Londrina. (V/P ASI/FUEL)

Em 17.09.79 — Conf. Infe nº 657/PM-2 de 21.08.79, o fichado esteve presente no ato público realizado no dia 28.07.79 em prol da Anistia, transcorrente na Rua Castanheira esquina com Amendoinzeiro Jardim Leonor em Londrina/PR, sendo os trabalhos dirigidos por Domingos Pelegrine Jr. (V/P/PMEP)

Em 01.11.79 — Conf. Infe nº 149/ASI/FUEL de 27.09.79, o fichado é deputado federal pelo MDB/PR, participou de um comício no dia 28.07.79, no Jardim Leonor na cidade de Londrina, em prol da Anistia Ampla Geral e Irrestrita, promovido pelo COMITÊ LONDRINENSE PELA ANISTIA E DIREITOS HUMANOS e Diretoria Municipal do MDB, com apoio do DCE/LIVRE de Londrina, COP-JORNAL DO PR, APPEMMA e Associação de Bairros de Londrina. (V/P FUEL)

Em 10.12.79 — Conf. Infe nº 645/PM-2 de 20.08.79, o fichado participou da reunião realizada dia 11.07.79, em Londrina, teve início às 20:30 horas e o término às 00:15 hs. do dia 12.07.89, reunião esta do MDB PELA ORGANIZAÇÃO PARTIDÁRIA. (V/P PMPR)

Em 13.12.79 — Conf. Infe nº 358/CI/SESP/PR de 21.08.79, o fichado deputado federal do MDB, participou em data de 28.07.79, de um comício (ato público) em prol da Anistia, tendo ocorrido o evento na Rua Castanheira Jardim Leonor em Londrina. (V/P-CI/SESP)

Em 07.04.80 — Conf. Infe nº 033-ASI/FUEL de 29.02.80, o fichado participou em 28.02.80 de uma reunião na sede da Associação Médica de Londrina, onde os correligionários do PMDB elegeram a Comissão Executiva Provisória do PMDB de Londrina. (V/P FUEL)

Em 25.06.80 — Nesta data foi informado os dados constantes da ficha, atendendo solicitação formulada através do PB nº 082-03/80-CI/SESP/PR comunicamos através do Informe nº 197/80.

Em 01.12.80 — Conf. Infe nº 229/80-ASI/FUEL de 19.11.80 (B-2), o fichado participou no dia 15.11.80, de um Ato Público pela Convocação de uma Assembléia Constituinte e de repúdio pela não realização das eleições municipais previstas para este período, o evento foi promovido pelo COMITÊ DE LUTA PEL. ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE, recentemente criado na cidade de Cambé, onde foi realizado o Ato na Praça Getúlio Vargas. Foi coordenador o médico esquerdista Milton Laprega. Os pronunciamentos foram de críticas e contestações ao regime, principalmente pelo adiamento das eleições municipais e também pela intransigência do Governo em não convocar uma Assembléia Constituinte. Houve críticas sobre a situação econômica do país, críticas contra os projetos do governo (ITAIPU e TRANSAMAZÔNICA), sobre o empréstimo de 100 milhões contraídos do Japão pelo ministro De. Neto. (V/P-FUEL)

Em 04.06.81 — Conf. Infe nº 57-ASI/FUEL (B-2) de 04.05.81, o fichado participou do IV ENCONTRO DE JORNALISMO DE LONDRINA realizado nos dias 24, 25 e 26.04.81, numa promoção do Centro Acadêmico Livre Caneca do Curso de Comunicação Social da FUEL, com apoio do DCE/LIVRE DA FUEL e do Sindicato dos Jornalistas do Paraná sendo que no dia 25 o fichado foi um dos palestristas cujo tema foi: JORNALISMO DO PARANÁ, RETROSPECTIVA E SITUAÇÃO ATUAL, e disse que a nossa universidade é conhecida a nível nacional, não só pela qualidade de seus cursos, mas sim pelos atos arbitrários de vandalismo que seus dirigentes promovem, mas que isto é apenas fruto do atual regime de força imposto pelo golpe militar de 64, que ainda domina este país, que através de meia dúzia de generais fascistas que usam o poder em benefício próprio. (V/P ASI/FUEL)

"A medida é juridicamente irretocável".
Ives Gandra Martins, professor titular das cadeiras de Direito Constitucional e Direito Econômico da Universidade Mackenzie, em São Paulo

34.015

EDSON GRADIA

Em 4.1.78 — Conf. Infão 127/77 ASI/FUEL 09.12.77, o fichado é 3º vice-presidente da chapa eleita no mês de nov/77 na Associação Odontológica do Norte do PR, chaça esta constituída por elementos em sua maior parte esquerdista. (V/P/FUEL)

Em 13.09.78 — Conf. Enctº nº 045-ASI/FUEL de 30.08.78 o fichado está sendo cogitado para o cargo de Diretor Superintendente do SERCONTEL. Quando estudante se destacou em várias greves como líder, de tendências esquerdistas. Outras informações no mesmo Encaminhamento arquivado na pasta da FUEL.

Em 11.09.77 — Conf. Infão nº 117-ASI/FUEL de 12.08.79, o fichado é constituinte da Chapa Única (Consenso) para renovação do Diretório Municipal do MDB de Londrina. O fichado é de tendência Esquerdista, ex-líder Estudantil em Londrina, ligado ao Grupo Poeira. Apóia o Comitê Londrinense pela Anistia e Direitos Humanos. Faz parte de um Grupo de Dentistas Esquerdistas liderados por Sebastião Simões Gomes. (V/P-ASI/FUEL)

Em 24.03.81 — Conf. Infe nº 115/PMEP, de 25.02.81, representantes de jornais da Imprensa Alternativa, solicitaram ao fichado a normalização da venda destes jornais, em face a relutância por parte dos proprietários de bancas. O sr. prefeito garantiu todo o apoio necessário, inclusive quanto ao aspecto de segurança física das bancas. (V/P/PMEP) (B-2)

26.289

CARLOS MOLINA

Em 03.06.76 — Conf. Radiogramas nº 051/SR/DPS/PRA-27/11/75. O nominado é castrista, pertencente ao "Ola" Adestrado em Cuba, encontra-se em Rio Branco-RO, acompanhado mais dois indivíduos não identificados, pretendendo entrar no Brasil como cantor. Os referidos elementos chegaram em Rio Branco-RO na madrugada de hoje. Caso penetrem no Brasil, e solicitado a detenção, os quais deverão ser integrados, e comunicar àquela divisão. (V/P PROCURADOS).

Em 28.02.80 — Conf. Relatório da DSI/DOP, de 20.12.79, o fichado esteve presente na Rodoferroviária às 13:00 horas do dia 19.12.79, afim de recepcionar EXPEDITO DE OLIVEIRA ROCHA. (V/P DOP-Relat.)

Em 12.03.80 — Conf. Relatório da S.I. de 22.10.79, o nominado esteve presente na missa Ecológica realizada no Passeio Público, dia 21.10.1979. Oportunidade em que distribuíram panfletos, orientando o povo no sentido de participar da luta pela preservação da Floresta Amazônica e do Meio Ambiente. (V/P-S.T. Relatório).

Em 06.10.80 — Conf. Infe nº 367/8-SI/DSI/PC/PR (B-1) de 01.10.80, o fichado participou de uma reunião do PMDB/CTBA, realizado no dia 29.09.80, no Diretório Municipal situado à Rua Pedro Ivo, tendo como objetivo a apreciação da Chapa Única para a Diretoria como objetivo a apreciação da Chapa única para a Diretoria do Diretório Municipal do Partido. A referida chapa foi apresentado por um grupo de pessoas que se dizem militantes mais ativos do PMDB. (V/P PMDB).

Em 19.11.80 — Conf. Infe. nº 406/SI, de 07.11.80, o fichado participou da reunião realizada dia 03.11.80, no Diretório Municipal do PMDB a qual teve por objetivo discutir a realização de um Ato Público em favor da Constituinte. (V/P PMDB) (B-2).

Em 02.12.81 — Conf. Doc. s/referência, o fichado participou do XX CONGRESSO DA UNIÃO BRASILEIRA DE ESTUDANTES SECUNDÁRIOS UBES, também chamado de CONGRESSO PELA RECONSTRUÇÃO DA UBES realizado em Curitiba/PR no período de 31 de outubro à 02.11.81, com a finalidade expressa de reorganizar a UBES. (V/F UNIÃO BRASILEIRA DE ESTUDANTES SECUNDÁRIOS).

Em 25.10.79 — Conf. SI/DSI/PR de 17.10.79, o fichado participou de uma manifestação pública no Passeio Público de Ctba, no dia 21.10.79, debate sobre o COMITÊ DE DEFESA DA AMAZÔNIA E MEIO AMBIENTE — CDAMA. (V/P-SI/INFORMES).

Em 26.10.79 — Conf. RELATÓRIO S/Nº SI/DSI/PR de 04.09.79, o fichado esteve presente na reunião do CDAMA, realizada em 03.10.79, a partir das 20:30 horas, na APP, assunto debatido foi sobre o projeto Jarí. (V/P SI/RELATÓRIOS).

Em 30.11.79 — Conf. Delegacia de Ordem Política, dia 25.10.79, o fichado participou de uma reunião no dia 24.10.79, no CDAMA, sede da APP, onde o professor Warwick E. Kerr, da Universidade de Ribeirão Preto fez uma palestra, abordando como tema o Projeto Jarí e outros projetos. (V/P — DOP).

Em 25.01.80 — Conf. Infe nº 49/SI/DSI/PR, de 04.12.79, o fichado participou do COMITÊ DE SOLIDARIEDADE aos Trabalhadores na Construção Civil, em reunião realizada dia 21.11.79, na sede da Associação dos Psicólogos do Paraná. (V/P-SI/INFORMES).

Em 25.01.80 — Conf. Infe nº 05/80/80/SI/DSI, de 11.01.80, o fichado participou de um ato público promovido pelo UNIÃO PARANAENSE DOS ESTUDANTES SECUNDÁRIOS e o DCE/LIVRE da UFPR, no dia 09.01.80. (V/P-SI/INFORMES).

Em 31.01.80 — Conf. Infe nº 57/SI/DSI/PR, de 14.12.79, o fichado participou de uma reunião realizada pelo CBA/CTBA no dia 13.12.79, na Gráfica do DASCISA. (V/P-SI/INFORMES)

Em 01.02.80 — Conf. Infe nº 58/SI/DSI/PR, de 17.2.79, o fichado participou de uma comissão formada por estudantes da UEM, UEPG, e de Palmas, onde estiveram no Palácio Iguaçu, recebidos pelo governador do Estado no dia 13.12.79, afim de solicitarem o congelamento das mensalidades e anuidades para o ano de 1980. (V/P-SI/INFORMES)

Em 04.02.80 — Conf. Infe nº 23/79/SI/DSI de 12.10.79, o fichado participou de uma panfletagem realizada pela CDAMA nos dias 8, 9 e 10/10/79, na Rua das Flores, nesta capital. (V/P-SI/INFORMES)

Em 05.02.80 — Conf. Infe nº 27/SI/DSI/PR, de 22.10.79, o fichado participou a missa ecológica celebrada no Passeio Público no dia 21.10.79 promovida por diversos órgãos ligados ao MOVEC. (V/P-SI/INFORMES)

Em 21.02.80 — Conf. Infe nº 02/80-SI/DSI/PR de 04.01.80, o fichado participou da reunião do COMITÊ DE SOLIDARIEDADE em 02.01.80 na sede do Diretório Regional do MDB, onde o objetivo foi de Solidariedade aos enfermeiros despedidos, de ajuda ao movimento dos enfermeiros despedidos e de movimentar a campanha de divulgação e arrecadação de fundos para o referido movimento. (V/P SI-INFORMES)

Em 25.02.80 — Conf. Relatório s/nº SI/DSI do dia 04.01.80, o fichado participou da reunião do COMITÊ DE SOLIDARIEDADE, na sede do MDB Regional na Rua Dr. Muricy, no dia 03.01.80, onde o objetivo foi de solidariedade aos enfermeiros despedidos, de ajuda ao movimento dos enfermeiros e movimentar a campanha de divulgação e arrecadação de fundos para o movimento. (V/P/SI/Relatórios)

Em 18.03.80 — Conf. Infe. nº 03/80-SI/DSI/PR de 08.01.80, o fichado participou da Assembléia Geral na Igreja de Guadalupe, no dia 04.01.80, relacionada com o movimento dos trabalhadores da área hospitalar. Após o término da mesma, foi realizada uma passeata por algumas ruas de Curitiba, durante a qual foram distribuídos 10 mil panfletos. (V/P/SI-INFORMES)

Em 07.04.80 — Conf. Relatório s/nº da DSI/SI de 20.12.79, o fichado compareceu ao Show Musical do dia 19.12.79, realizado na Igreja de Guadalupe por ocasião da chegada à Curitiba de EXPEDITO OLIVEIRA DA ROCHA. (V/P/SI-RELATÓRIOS)

Em 15.08.80 — Conf. Infe nº 295/80-S.I/DSI/PC/PR de 12.08.80 (B-2), o fichado participou de reunião realizada dia 08.08.80, na Rua Ébano Pereira nº 114, 14º andar, onde foram debatidos os seguintes assuntos: Informes do Encontro dos Comitês de Defesa da Amazônia, Congresso dos CDAs que será realizada dias 09, 10, 11, 12.10.80. O CDAMA/CTBA, apoiará todas as entidades e movimentos que estejam combatendo os atentados às bancas de jornais, pois o Jornal do CDA também foi proibido de ser vendido. (V/P-CDAMA)

Em 26.08.80 — Conf. Infe nº 298/80-SI/DSI/PR, de 18.08.80, (B-2) o fichado participou de uma reunião realizada no dia 14.08.80, na Associação dos Professores do PR, no 14º andar do Edifício Asa. Tendo como principal objetivo dar prosseguimento às campanhas de repúdio à visita do presidente da Argentina ao Brasil. (V/P Informes)

Em 20.01.81 — Conf. Infe nº 18-SI/DSI/PC/PR (A-2) de 15.01.81 o fichado participou da reunião do Comitê de apoio ao povo de El Salvador realizado em 13.01.81 na sede do CBA, onde foram tratados assuntos referentes a manifestações de solidariedade ao povo de El Salvador. (V/P SI/INFORMES)

Em 06.03.81 — Conf. Infe nº 056/81-SI/DSI/PC/PR de 25.02.81 (A-2), o nominado participou da reunião realizada no dia 20.02.81, na sala da Diretoria do DASCISA, reunião do Comitê de Defesa da Amazônia e Meio Ambiente, presidenciada por Jussara Regina Branco. (O nominado e "RICARDO", ficaram incumbidos de verificar da possibilidade da Associação Cultural de CTBA, autorizar a montagem de uma barraca para o CDAMA na Feira Artesanal, em cuja barraca serão vendidos entre outras coisas, cerâmicas indígena do Mato Grosso e camisetas do CDAMA. (V/P-CDAMA)

Em 26.08.80 — Conf. Infe nº 298/80-SI/DSI/PR de 18.08.80 (B-2) o fichado participou de uma reunião realizada no dia 14.08.80, na Associação dos Professores do PR, no 14º andar do Edifício Asa. Tendo como principal objetivo dar prosseguimento às campanhas de repúdio à visita do presidente da Argentina ao Brasil. (V/P-Informes)

Em 20.01.81 — Conf. Infe nº 18-SI/DSI/PC/PR (A-2) de 15.01.81, o fichado participou da reunião do Comitê de apoio ao povo de El Salvador, realizado em 13.01.81, na sede do CBA, onde foram tratados assuntos referentes a manifestações de solidariedade ao povo de El Salvador. (V/P SI/INFORMES)

Em 06.03.81 — Conf. Infe nº 056/81-SI/DSI/PC/PR de 25.02.81 (A-2), o nominado participou da reunião realizada no dia 20.02.81, na sala da Diretoria do DASCISA, reunião do Comitê de Defesa da Amazônia e Meio Ambiente, presidenciada por Jussara Regina Branco. O nominado e "RICARDO", ficaram incumbidos de verificar da possibilidade da Associação Cultural de CTBA, autorizar a montagem de uma barraca para o CDAMA na Feira Artesanal, em cuja barraca serão vendidos entre outras coisas, cerâmicas, indígena do Mato Grosso e camisetas do CDAMA. (V/P CDAMA)

Em 16.03.81 — Conf. Infe nº 053/81-SI/DSI/PC/PR, de 24.02.81 (A-2), o fichado participou do Ato Público, realizado dia 16.02.81, pela absolvição dos estudantes catarinenses que seriam julgados dia 17.02.81, na Auditoria da 5ª CJM e pelo fim da Lei de Segurança Nacional, o Ato foi realizado na Praça Osório e na Rua das Flores. (V/P-LSN)

Em 06.04.81 — Conf. Infe nº 015/81-ASI/FUEL de 24.02.81 (B-2), o nominado fez parte da composição da mesa diretora nos trabalhos em pauta do VII CONEG, realizado em CTBA, no auditório do Colégio Estadual do PR nos dias 12 à 15 de fevereiro de 1981. Onde foram os assuntos em pauta: no dia 12.02.81 — LUTAS EDUCACIONAIS, dia 14 — CAMPANHAS POLÍTICAS-FINANÇAS, no dia 15.02.81 — SUBSECRETARIAS DA UNE — POLÍTICA INTERNACIONAL. O nominado é presidente da Secretaria de Saúde da UNE. Na oportunidade o mesmo fez uso da palavra, defendeu a mobilização estudantil, criticou a política educacional do Governo e o desequilíbrio ecológico provocado pela ação das Multinacionais da Amazônia. (V/P-UNE).

Em 10.04.81 — Conf. Infe. nº 74/SI, de 18.03.81, o Comitê de Defesa da Amazônia e Meio Ambiente, no dia 14.03.81, realizou reunião onde discutiriam sobre os temas: FINANÇAS — SECRETARIA — CONGRESSO DA REGIÃO SUL, realizados nos dias 7 e 08.03.81, CONGRESSO NACIONAL A SER REALIZADO NOS DIAS 21 e 22.03.81, no RIO DE JANEIRO — Participação do CDAMA na SEMANA DO CALOURO, em data a ser determinada p/DCE/UFPR. (V/P-CDAMA) A-1

Em 23.04.81 — Conf. Infe n/s/nº DSI de 12.04.81, o nominado participou da reunião realizada no dia 11.04.81, em sua sede à Praça Tiradentes na qual os assuntos debatidos foram: O Congresso Nacional dos CDA; Análise dos debates realizados no dia 31.03.81, no DASCISA análise da estrutura interna do CDAMA. O nominado representou o CDAMA no Congresso realizado no Rio de Janeiro nos dias 21 e 22.03.81, nesse Congresso foi dito que o refluxo que está ocorrendo nas entidades causado por um trabalho de mobilização mal feito pelas mesmas, acreditam ser o atual custo de vida causado por esse mal trabalho. Ficou decidido que o DIA NACIONAL DE LUTA DOS CDA, será no dia 13 de agosto. O CDAMA, pretende organizar um fichário com muitos associados e mensalidades de aproximadamente 100 cruzeiros mensais. (V/P COMITÊ DE DEFESA DA AMAZÔNIA).

Em 24.04.81 — Conf. Infe nº 130-SI/DSI/PC/PR (A-1) de 23.04.81 o fichado participou de uma reunião na sede do DASCISA em 31.03.81, onde foi debatido o tema: Quebra do Monopólio Estatal do Petróleo e os Contratos de Riscos. (V/P SI/INFORMES)

Em 02.06.81 — Conf. Infe nº 188-SI/DSI/PC/PR (A-2) de 29.05.81, o fichado participou do Ato Público contra os atentados à bomba ocorridos no Brasil, realizado em 26.05.81 na Av. Luiz Xavier, "Boca Maldita" por partidos políticos de oposição, entidades estudantis e contestatórias. (V/P ATENTADOS À BOMBAS).

Em 23.06.81 — Conf. Infe nº 184/SI, de 28.05.81, o fichado participou das reuniões realizadas dias 16/05 e 24.05.81, na sede do CDAMA, ocasião em que foi discutido a forma de distribuição de panfletos sobre o filme "PROJETO JARI". (V/P-CDAMA) (A-2)

36.870

GENÉSIO FELIPE DE NATIVIDADE

Em 02.06.80 — Conf. Documento (A-1) anexado ao Infe nº 151/80-SI/DSI/PC/PR de 28.05.80, o nominado é um dos elementos que participam dos Movimentos contra o aumento das mensalidades da UCP. (V/P/UCP).

Em 13.10.81 — Conforme Termo de Declaração datado de 03.10.81, o fichado foi detido nesta D.S.I. dada a sua participação quando do acampamento dos professores no Centro Cívico. (MEJ-II)>

Em 04.11.81 — Conf. Relatório Sem Referência o fichado participou do ATO CÍVICO de 07.10.81 na Praça Tiradentes. (V/P MOVIMENTO EDUCAÇÃO E JUSTIÇA/II).

Em 06.11.81 — Conf. Relação DSI/SI/PR 10/81, o fichado participou de diversos movimentos realizados durante a greve dos professores Estaduais em setembro e outubro/81. (V/P MEJ/II).

Em 08.08.83 — Nesta data foi informado negativo a respeito do fichado ao Of. 152/83 — da PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA, conforme determinação do Secretário de Segurança Pública, a respeito de informações de conotação política.

24.873

HORÁCIO RACANELLO Fº

Em 17.07.75 — Conf. Certidão da 9ª SDP o fichado juntamente com Francisco Timbó de Souza, promoveram tumultos na Câmara Municipal de Maringá onde eram realizadas eleições para a Comissão Executiva do MDB, chegando ao ponto de agredirem a vários presentes. V/P MDB.

Em 11.10.77 — Conf. Inf. 010 ASI/FUEL de 18.8.77, o fichado participou do encontro dos líderes do MDB, realizado em Maringá-PR, em 13.8.77, tendo em vista a Convenção Nacional, onde falaram da situação atual do povo brasileiro, e que não se pode falar, não se pode reivindicar, porque se tem o AI-5, a Lei de Imprensa, o 477, Código Penal, Cód. Civil, Cód. Comercial e a Lei de Segurança Nacional. V/P MDB.

Em 08.11.77 — Nesta data foi expedido Of. 1326/77, para a ASI/FUEL solicitando a qualificação do fichado.

Em 20.12.77 — Nesta data completada a qualificação do fichado conf. Infão 117/ASI/FUEL de 14.12.77. V/P FUEL

Em 21.06.78 — Conf. Infe nº 358-PMPR de 22.05.78 o fichado enviou manifestações de apoio ao Comitê Londrinense pela Anistia e Direitos Humanos. (V/P — Comitê Londrinense pela Anistia e Direitos Humanos).

Em 18.01.80 — Conf. Infe nº 906/PM-2 de 26.10.79, foram tomadas medidas administrativas aplicadas ao fichado, que é professor de Direito da Universidade Estadual de Maringá (UEM), o mesmo a partir do 2º semestre letivo não forneceu nem cumpriu seu horário de permanência na UEM, ocasionando-lhe advertências verbais e escritas, e finalmente sua suspensão por três dias. (V/P PMPR).

Em 04.03.80 — Conf. Infe nº 105-ASI/FUEL de 04.12.79, o fichado fez uso da palavra, durante o ato público ocorrido em Maringá no dia 27.11.79, onde teceu crítica contra o ensino pago do país, o regime político, a reforma partidária, inflação e outros assuntos pertinentes à economia. No final do seu discurso, gritou com os estudantes: abaixo o ensino pago — abaixo a ditadura. (V/P ASI/FUEL).

39.382

LUIZ HENRIQUE BONA TURRA

Em 22.06.82 — Conf. Infe nº 207-ASI/FUEL (B-2) de 04.11.81, o fichado compos a chapa "Pés no Chão" como VICE-SUL para concorrer a diretoria da União Paranaense de Estudantes, em eleições realizadas no dia 05 e 06 de novembro de 1981. (V/P UPE).

Em 01.07.82 — Conforme Relatório da S.I. datado de 26.05.82, realizou-se nos dias 21, 22 e 23.05.82, no Plenário da Assembléia Legislativa o XXVI Congresso da União Paranaense dos Estudantes, tendo o fichado na ocasião abordado o tema "CONJUNTURA NACIONAL", criticou o governo pelo "atual estado de coisas". (S.I. Relatórios).

Em 24.08.82 — Conforme relação da Delegação do Paraná, o fichado viajou com destino à cidade de Belo Horizonte, para participar do Congresso que realizou-se dia 15.07.82 CONEB (P/CONEB).

29.148

VICENTE DE PAULA PALHARES FILHO

Em 11.03.80 — Conf. Infe. nº 001, de 03.01.80, ASI-UFPR, o nominado participou da reunião promovida pelo Comitê Mutirão que reuniu-se dia 30.11.79, na Sede do Dir. Acad. Visc. de Mauá. Assunto abordado e que não teve definição "organização ideal para o movimento estudantil no Brasil". (VP-ASI-UFPR).

Em 15.08.80 — Conf. Infe nº 295/80-SI/DSI/PC/PR de 12.08.80 (B-2), o fichado participou da reunião realizada dia 8.08.80, na Rua Ébano Pereira, nº 114/14º andar, onde foram debatidos os seguintes assuntos: Informes do Encontro dos Comitês de Defesa da Amazônia, Congresso dos CDAs que será realizada dias 09, 10, 11, 12/010/80. O CDAMA/CTBA, apoiará todas as entidades e movimentos que estejam combatendo os atentados às bancas de jornais, pois o Jornal do CDA também foi proibido de ser vendido. (V/P-CDAMA).

Em 19.08.80 — Conf. Infe nº 296/80-SI/DSI/PC/PR de 12.08.80 (B-2), o fichado participou de um encontro convocado pelo COMITÊ BRASILEIRO PELA ANISTIA DE CURITIBA — CBA, na Associação dos Professores do PR. no dia 09 do corrente mês no 14º andar do Edifício Asa. Ficou decidido nesse encontro que na próxima reunião iriam tratar de assuntos referentes a Nova Lei de Estrangeiros e em protesto a visita do presidente da Argentina ao Brasil. (V/P-INFORMES).

Em 19.08.80 — Conf. Of. Circular (A-1) nº 09/AER/UFPR de 09.06.80, foram realizadas nos dias 14 e 15.05.80, as eleições para composição da diretoria do DCE/Livre da UFPR, da qual o fichado faz parte como representante da área CIÊNCIAS EXATAS — CHAPA "PÉS NO CHÃO". A mesma tomou posse dia 30.05.80. A diretoria eleita, de oposição a anterior, partilha com os ideais do Grupo MUTIRÃO, dirigente da UNE; ela promete ser "forte e combativa". Seus componentes são adeptos das facções NOVAÇÃO E LIBELU. (V/P/DCE/LIVRE DA UFPR).

Em 09.10.80 — Conf. Infe nº 345/80-SI/SI/DSI/PC/PR (A-2) de 18.09.80, o fichado participou do MOVIMENTO REIVINDICATÓRIO DE ESTUDANTES E PROFESSORES os quais paralisaram suas atividades no dia 12.09.80 (DIA NACIONAL DO PROTESTO), sendo realizado um ATO PÚBLICO na Praça Osório "BOCA MALDITA", neste mesmo dia, onde o nominado fez uso da palavra. (V/P-UNE).

Em 10.10.80 — Conf. Infe. nº 361/SI, de 30.09.80, o fichado participou da reunião realizada dia 29.09.80, na Associação dos Professores do Paraná, das Oposições Sindicais, Metalúrgica e da Construção Civil, a qual foi convocada pelos Partidos dos Trabalhadores. (VP-SI/Informes) B-2.

Em 20.01.81 — Conf. Infe nº 18-SI/DSI/PC/PR (A-2), de 15.01.81, o fichado esteve representando o DCE UFPR na reunião do Comitê de apoio ao povo de El Salvador, realizado em 13.01.81, na sede do CBA, onde foram tratados assuntos reverentes a manifestações de solidariedade ao povo de El Salvador; na ocasião disse que no dia 15 ou 16 próximo os estudantes irão aproveitar o trote e fazer uma concentração no Largo da Ordem, em apoio ao povo de El Salvador, sendo que durante o trote serão arrecadados alimentos e remédios para El Salvador. (V/P SI/INFORMES).

Em 23.01.81 — Conf. Infão nº 001-SI/DSI/PC/PR de 14.01.81, o fichado esteve compondo a mesa de trabalho na abertura do I SEMINÁRIO DA SEDUNE realizado em Curitiba nos dias 08, 09, 10 e 11.01.80, promovido pela Subsecretaria de Direito da UNE, onde abordaram os problemas da educação no Brasil, dizendo que está a serviço da minoria dominante, referindo-se às vezes ao governo como o "regime da repressão". (V/P I SEMINÁRIO DA SUDENE).

Em 12.03.81 — Conf. Infe nº 053/81-SI/DSI/PC/PR de 24.02.81 (A-1), o fichado participou do Ato Público, realizado dia 16.02.81, pela absolvição dos estudantes catarinenses que seriam julgados no dia 17.02.81, na Auditoria da 5ª CJM e pelo fim da Lei de Segurança Nacional, ato este realizado na Praça Osório, nesta Capital e também na Rua das Flores, onde o fichado fez uso da palavra e convocou o povo a participar do Ato. Durante o Ato foram distribuídos panfletos e faixas e bandeiras da UNE e UPE e cantando palavras de ordem tais como: "Um, dois, três, Figueiredo no xadrez. O ato teve apoio de vários partidos de oposição. (V/P-LSN).

Em 06.04.81 — Conf. Infe nº 015/81-ASI/FUEL de 24.02.81 (B-2), o nominado fez parte da composição da mesa diretora nos trabalhos em pauta do VII CONEG, realizado em CTBA, no auditório do Colégio Estadual do PR. nos dias 12 a 15 de fevereiro de 1981. Onde os assuntos foram, no dia 12/02.81 — LUTAS EDUCACIONAIS, dia 14 campanhas políticas — Finanças, no dia 15.02.81 — Subsecretarias da UNE, Política Internacional. O nominado é presidente da UPE. (V/P-UNE).

Em 14.0.481 — Conf. Infe nº 19/ASI/FUEL, de 18.03.81, foi realizado no dia 04.03.81, Ato Público de Protesto contra a Ação de reintegração de posse de imóvel, ocupado pelo DCE/LIVRE. Durante a programação houve show, teatro e pronunciamento por parte de estudantes e políticos, contra o governo e autoridades constituídas. O fichado constituiu a Comissão da Comunidade, que manteve negociações com o reitor, a fim de demovê-lo da ação de reintegração de posse. (VP/DCE/LIVRE/FUEL) A-1.

Em 15.04.81 — Conf. Infe nº 86/81-SI/DSI/PC/PR, de 30.03.81, o nominado participou de um ATO PÚBLICO convocado pela UNE no dia 20.03.81, na Av. LUÍS XAVIER/CTBA, liderado por Gilberto Nardi Fonseca. O nominado é presidente da UPE, fez uso da palavra durante o ATO onde atacou o governo, e incentivou o povo à acompanhá-lo. O ato teve por intuito atacar o MEC, através de seu ministro, se caso o mesmo não atendesse as reivindicações propostas convocariam uma greve geral em abril. (V/P-UNE).

Em 22.04.81 — Conf. Infe. nº 72/SI, de 16.03.81, o fichado participou nos dias 07 e 08.03.81, do 1º Congresso da Mulher de Curitiba, realizado no Colégio Estadual do Paraná. Os temas debatidos no referido evento foram: MULHER E SOCIEDADE, MULHER E SAÚDE, MULHER TRABALHADORA e MULHER E ORGANIZAÇÃO. (VP/1º Congresso da Mulher de Curitiba). A-1.

Em 27.04.81 — Conf. Infe nº 119-SI/DSI/PC/PR (A-1) de 13.04.81, o fichado participou de um Ato Público pelos estudantes em prol da educação, realizado na Praça Osório no dia 09.04.81, onde ao fazer uso da palavra disse que a política do governo é uma política suja e como é o caso de Alagoas. Disse ainda que á 17 anos que o governo vem diminuindo as verbas da educação, empregando-as em compras de armas para reprimir o próprio povo. (V/P MOVIMENTO ESTUDANTIL).

Em 29.04.81 — Conf. Infão nº 003/81-ASI/FUEL de 18.03.81, o nominado juntamente com Aldo Rebelo, Carlos Rogério da Rocha, Alberto de Paula Machado, solicitaram uma audiência no dia 04.03.81 ao Reitor José Carlos Pinotti, afim de solicitarem à Universidade, para que a mesma suspendesse a ação de despejo contra o DCE, o reitor concedeu-lhes a audiência solicitada e concordou em levar ao Conselho de Administração a solicitação dos estudantes e dos políticos ali presentes. O DCE/LIVRE teve ação de despejo pela FUEL, por estar ocupando um imóvel indevidamente, desde a ação de 27.11.78 movida pela FUEL, que culminou o fechamento do DCE da FUEL e todos os diretórios Estudantis Setoriais. (V/P-FUEL).

Em 19.05.81 — Conf. Infe nº 167-SI/DSI/PC/PR (A-1) de 13.05.81, o fichado presidiu o Cons. Estadual de Entidades Estudantis realizado nos dias 14 e 15.03.81 no auditório da Faculdade de Cascavel sob coordenação da UPE, sendo que ao fazer uso da palavra expos aos presentes as principais reivindicações da classe que são: aumento do percentual do orçamento da União para a Educação, a Democratização das Universidades; um único aumento de 39,4% nas anuidades escolares. Falou também sobre a posição da mulher na Faculdade e alguns aspectos no ensino de nível secundário. (V/P UPE).

Em 02.06.81 — Conf. Infe nº 188-SI/DSI/PC/PR (A-2) de 29.05.81, o fichado participou do ato público contra os atentados à bomba ocorridos no Brasil, realizado em 26.05.81 na Av. Luiz Xavier "Boca Maldita" por partidos políticos de oposição, entidades estudantis e contestatórias, sendo que foi um dos oradores durante o ato. (V/P ATENTADOS À BOMBA).

Em 12.06.81 — Conf. Relatório DSI/DOP de 05.06.81, o fichado estava coordenando o Ato Público em defesa dos estudantes, mais especificamente os estudantes universitários, sendo que em seu discurso, atacou de um modo específico, o ministro da Educação, general Ludwig, dizendo que o mesmo tem interesse em acabar com o ensino gratuito no país, e que a Revolução de 1964, que foi implantada para acabar com os corruptos, não atingiu os seus objetivos, pois o país continua na mão dos mesmos. (V/P MOVIMENTO ESTUDANTIL).

Em 25.08.81 — Conforme Infe nº 508/PME, de 17.08.81, o fichado (Presidente da UPE), no dia 07.08.81, proferiu palestras aos alunos da Faculdade de Ciências e Letras de Paranaguá-PR. Em diálogo com alunos daquela Faculdade, teceu críticas ao ministro da Educação e outras autoridades do Governo Federal, tendo boa receptividade por parte dos alunos presentes, conseguindo criar um clima polêmico sobre a situação política do Brasil. Durante as palestras solicitou aos estudantes que realizassem reuniões periódicas, com a finalidade de marcar uma greve geral, após o dia 28.08.81, a qual seria de caráter estadual. (PMEP) A-2.

Em 13.10.81 — Conforme Termo de Declaração datado de 03.10.81, o fichado foi detido nesta D.S.I., dada a sua participação quando do acampamento dos professores no Centro Cívico. (MEJ-II).

Em 04.11.81 — Conf. Relatório sem Referência, o fichado participou do ATO CÍVICO de 07.10.81 na Praça Tiradentes. (V/P MOVIMENTO EDUCAÇÃO E

"O governador do Paraná dá um exemplo a todas as autoridades do País".

Austragésilo de Athayde, presidente da Academia Brasileira de Letras

JUSTIÇA/II).

Em 06.11.81 — Conf. Relação DSI/SI/PR de 10/81, o fichado participou dos diversos movimentos realizados durante a greve dos professores Estaduais em setembro e outubro/81. (V/P MEJ/II).

Em 01.12.81 — Conf. Infe nº 683/PM-2 (A-1) de 03.10.81, o fichado foi um dos convidados que participou da abertura do Congresso da União Brasileira de Estudantes Secundaristas "também denominado" Congresso p/Reconstrução da UBES, realizada no dia 31.10.81, no Salão Nobre da Igreja Nossa Senhora de Guadalupe. (V/P UNIÃO BRASILEIRA DE ESTUDANTES SECUNDARISTAS).

Em 19.05.82 — Nesta data foi fornecido os danos de qualificação e endereço do fichado, atendendo solicitação formulado com o PB. nº 0049/116/ACT/82. Comunicado através do Informe nº 157/82 desta S.I.

Em 28.05.81 — Conforme Relatório datado de 10.05.82, da Subdivisão de Informações, o fichado participou do Comício de lançamento oficial dos candidatos do PT, ao governo estadual e senado p/ Estado do Paraná, realizado dia 07.05.82, na Praça Rui Barbosa. (P.T.)

Em 01.07.82 — Conforme Relatório da S.I. datado de 26.05.82, realizou-se nos dias 21, 22 e 23.05.82, no Plenário da Assembléia Legislativa o XXVI Congresso da União Paranaense dos Estudantes, tendo o fichado participado do evento. (S.I. Relatórios).

Em 30.08.82 — Conforme Relatório datado de 12.07.82, desta S.I., realizou-se dia 09.07.82, na "Boca Maldita", com a participação de várias entidades estudantis um Ato Público de protesto contra o aumento das tarifas de transporte coletivo, tendo o fichado na ocasião criticado o atual regime político, taxando-o de falido, devido ao elevado índice de desemprego e fome existente no Brasil. (S.I. Relatórios).

27.739

MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA

Em 26.01.77 — Conf. Infão. nº 001-SI/DOPS/PR de 05.01.77, o fichado juntamente com outros estudantes liderava um grupo em sinal de protesto contra o aumento de preços nas refeições do restaurante Universitário da UFPR. (V/P-DOPS/INFORMAÇÕES).

Em 02.09.77 — Info 235/DOI/5ª RM/DE de 10.05.77, o fichado pertence ao grupo Opinião, responsável por todos os movimentos de indisciplina e de política estudantil contestatória desde 1976 na UFPR. É do DARPP.

Info 668-E/2 5ª RM/DE de 24.05.77, a Assembléia estudantil do dia 13.05.77, mais agressiva que a do dia 11.05.77, foi dominada por um pequeno grupo de estudantes, entre os quais encontrava em situação de liderança o fichado. (V/P-Movimento Estudantil/77).

Em 04.10.77 — Conf. Inf. nº 654-PMEP de 18.05.77, o fichado pertence ao Grupo Opinião, que é o responsável por todos os movimentos de indisciplina e de política estudantil contestatória desde 1976, e dos distúrbios do restaurante Universitário ocorrido em dezembro/76, e no movimento de solidariedade aos estudantes subversivos presos em S. Paulo. (V/P-MOVIMENTO ESTUDANTIL/77).

Em 04.09.78 — Conf. Infe nº 92/RFFSA de 30.08.78 o fichado representou o DARP da UFPR, no DCE/FUEL de 02 à 03.09.78 onde foi realizado o II Encontro Estadual de Entidades Estudantis que debateu a Fundação da União dos Estudantes do Paraná, que será um dos pontos de Apoio da União Nacional dos Estudantes, cujo ressurgimento também foi abordado no encontro. (V/P-RFFSA).

Em 27.09.78 — Conf. Infão nº 116/ASI/FUEL de 18.09.78, o fichado participou do II Encontro Estadual de Entidades Estudantis do Paraná, realizado nos dias 02 e 03 de setembro na sede do DCE/FUEL, onde foram debatidos os assuntos: Reorganização da Une Criação da UEE do PR, maior intercâmbio do DCE/FUEL com entidades estudantis do Estado, Apoio ao Movimento Estudantil o qual se encontra voltado para a derrubada do Regime, Comportamento dos Estudantes em relação ao pleito eleitoral de 15.11.78. (V/P-FUEL).

Em 22.05.79 — Em resposta ao PB nº 013/79, foi informado à EOEIG o que consta sobre o fichado, através do Of. nº 431/79.

Em 01.06.79 — O fichado é Vice-Pres. Assuntos Financeiros do DARPP. (V/P — Universidade Federal do Paraná).

Em 07.08.79 — Conf. Info nº 284/PM-2, de 10.04.79, o fichado participou da Assembléia Geral de Estudantes Universitários, realizada dia 06.04.79, no Pátio da Reitoria da UFPR, em Curitiba, contando co a presença de aproximadamente 120 pessoas, o nominado é Estudante pertencente ao DARPP. (V/P-MOVIMENTO ESTUDANTIL/79).

Em 29.08.79 — Conf. Infe Ref. A-1 da D.O.P., o fichado foi eleito pela chapa "VIRA VOLTA" para compor a diretoria do DCE/LIVRE, tomando posse em 18.05.79 na sede do DASCISA. Sendo o colegiado composto por 11 estudantes, que deverão, num prazo máximo de três meses elaborar o estatuto da entidade devendo o mesmo entrar em vigor após devidamente aprovado em assembléia. (V/P D.O.P.).

Em 04.02.80 — Conf. Infe nº 22/SI/DSI/PR, de 10.10.79, o fichado participou de uma Assembléia no pátio da Reitoria da Universidade Federal do PR, n dia 05.10.79, onde o nominado convocou vários Diretórios para se reunirem na sede do DASCISA, para discutirem sobre a devolução do patrimônio do DCE e sobre o projeto do Governo que transformará a Universidade em autarquia. (V/P-SI/INFORMES).

Em 07.04.80 — Conf. Relatório s/nº da DSI/SI de 20.12.79, o fichado compareceu ao Show musical no dia 19.12.79, realizado na Igreja de Guadalupe por ocasião da chegada à Curitiba de EXPEDITO OLIVEIRA DA ROCHA. (V/P/SI-RELATÓRIOS).

Em 17.04.80 — Conf. Infe. nº 52/SI/DSI, de 25.03.80, o fichado participou no dia 22.03.80, de uma palestra sobre "Processo Político e Nação Brasileira", proferida por MIGUEL ARRAES, na A.L.E., a convite do Núcleo de Bases do PMDB de Ctba. (VP-S/I-Informes). A-2.

Em 18.04.90 — Conf. Infe. (A-3) nº 51/8-SI/DSI/PC/PR de 24.03.80, o fichado participou da reunião em protesto contra a demissão de quinze professores da UFPR, realizada no dia 21.03.80 na A.P.P. (V/P/SI-INFORMES).

Em 22.05.80 — Conf. Infe nº 133/SI/DSI/PC/PR (A-2) de 16.05.80, o fichado esteve presente nas solenidades de lançamento oficial do PMDB em Curitiba, realizado em 11.05.80, no Auditório da Igreja Nossa Senhora do Guadalupe. (V/P PMDB).

Em 19.06.80 — Conf. Encatª nº 013/80 — ASI/FUEL (B-2), de 24.03.80, o fichado foi dispensado do cargo de professor da Universidade Federal do PR, pelo Reitor da mesma. (V/P-FUEL).

Em 20.02.81 — Segundo Informante, o fichado é filiado ao PMDB. (V/P-PARTIDOS POLÍTICOS). (A-2).

Em 22.04.81 — Conf. Infe. nº 72/SI, de 16.03.81, o fichado participou nos dias 07 e 08.03.81, do 1º Congresso da Mulher de Curitiba, realizado no Colégio Estadual do Paraná. Os temas debatidos no referido evento foram: MULHER E SOCIEDADE, MULHER E SAÚDE, MULHER TRABALHADORA e MULHER E ORGANIZAÇÃO. (VP-1º Congresso da Mulher de Curitiba). A-1.

37.797

JAIME PENTEADO

Em 15.04.81 — Conf. Infe nº 015/81-ASI/FUEL de 24.02.81 (B-2), o nominado participou do VII CONEG, realizado em CTBA, nos dias 12 à 15.02.81, no auditório do COLÉGIO ESTADUAL DO PR. Os assuntos debatidos foram: LUTAS EDUCACIONAIS, CAMPANHAS POLÍTICAS, FINANÇAS, SUBSECRETARIAS DA UNE, POLÍTICA INTERNACIONAL. O nominado é presidente do Centro Acadêmico da Escola de Comunicação e Artes da USP/SP; militante do PC do B; DIRETORIA DA UNE. (V/P-UNE).

38.693

DOÁTICO SANTOS

Em 05.10.81 — Conforme Relatório desta D.S.I., datado de 10.09.81, realizou-se no plenário da Assembléia Legislativa dia 06.09.81, a Convenção Regional do Partido dos Trabalhadores do Estado do Paraná, ocasião em que foi eleita a executiva regional, tendo o fichado assumido o cargo de 1º Secretário. (Partido dos Trabalhadores).

Em 13.10.81 — Conf. Relatório SI/DSI/PR (8/2) de 02.10.81, o fichado participou do Ato Público realizado em 01.10.81 na Praça Rui Barbosa, em comemoração ao dia Nacional da Luta dos Trabalhadores. (V/P SI/RELATÓRIOS).

Em 28.10.81 — Conforme Relatório encaminhado a esta S.I., o fichado participou dos diversos movimentos realizados durante a greve dos professores do estado em setembro e outubro de 1981. O mesmo por ocasião do Ato Cívico ocorrido dia 07.10.81, na Praça Tiradentes (representante do comitê de solidariedade, organizador do movimento solidário, distribuidor dos panfletos impressos pelo DACISA, integrante do grupo da vigília. Na apresentação leu o panfleto que se intitulava "TODO O POVO FOI ESPANCADO NESTE SÁBADO", posteriormente teceu comentários sobre a negligência do governador. (MEJ/II).

Em 13.06.85 — Conf. Inf. nº 384-2/85-CI/SESP/PR, o fichado é secretário da FESPAR — FEDERAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO PR, e participou da passeata, realizada no dia 04.06.85, em protesto ao governo, pela ausência de negociações ao aumento salarial dos funcionários públicos. (V/P — CI/SESP/PR-INFORMES).

Em 02.07.87 — Conf. Inf. nº 196-02/87 — CI/SESP/PR, o fichado participou no dia 01.07.87 de um Ato Público seguido de passeata até a Praça Rui Barbosa. A referida passeata deve-se a preparação que as entidades classistas estão fazendo com relação à Greve Geral a ser realizada no dia 12.08.87. (V/P — CI/SESP/PR-INFORMES).

Congressistas da ex-UNE cercados e presos em Ibiúna: o começo de uma longa viagem que os levaria à Penitenciária. (Foto publicada na Revista Veja - nº 6 à Página 14 de 16 de outubro de 1968).

"Um grande ato, alicerçado em uma postura corajosa".
Carlos Castello Branco, jornalista do Jornal do Brasil

27.364

ADAHIL SPRENGER PASSOS

Em 25.08.76 — Conforme Informe nº 362/PM-2/76/2/6/76, o fichado foi arrolado como testemunha, de defesa de Berto Luiz Curvo, no processo que este respondia na Auditoria da 5ª RM em 1969. Em 14 de janeiro de 1975, em reunião do MDB, pronunciou-se enfatizando o termo "VAMOS CRIAR UMA ESCOLA POLÍTICA". (V/P PMEP)

Em 11.11.76 — Em atenção ao PB nº 194/76-CISESP, foi informado o que consta com of. 1710/76.

Em 25.03.77 — *Conf. PB nº 338-E2/75,14.10.75, o fichado é membro da Comissão designada para criar o Instituto de Estudos Políticos e Econômicos e Sociais — IEPES. VP/MDB

Em 23.05.77 — Conf. Info. nº 258-SR/DPF/PR de 05.05.77, o fichado participou no dia 29.04.77 da 1ª Reunião da Campanha para formação de uma Assembléia Constituinte, promovida pelo MDB, que visa dar ao Brasil uma nova Carta Magna, que segundo o MDB não seria apenas do partido mas do povo brasileiro. (V/P-MDB/PR)

Em 06.06.77 — Conf. Inf. nº 192/PEMP de 06.06.77, o fichado participou do Seminário dos Estudos Políticos e Administração Municipal dos Campos Gerais, realizado em Ponta Grossa-PR, no dia 29.05.77, patrocinado pelo MDB. (V/P-MDB)

Em 26.12.77 — Conf. recorte do Jornal Correio de Notícias de 15.12.77, o fichado está relacionado pelos diretórios regionais da Arena e MDB como interessado em concorrer a mandatos em 78. (V/P-MDB)

Em 14.02.78 — Conf. Infão nº 054/SR/DPF/PR de 25.01.78, o fichado participou como representante do Diretório Regional do DB no Encontro do MDB JOVEM realizado em 21.01.78, na sede do Diretório Regional do MDB. (V/P-DPF/PR)

Em 23.02.78 — Conf. Est. do Paraná de 28.01.78, o fichado concorrerá as próximas eleições como candidato a deputado estadual. Disse: "Sou homem de equipe. Analisando a conjuntura político-eleitoral na região de Curitiba achamos que seria bom para o partido e bom para as idéias que defendemos". (V/P-MDB)

Em 95.05.78 — Conf. Jornal Correio de Notícias de 02.05.78 o fichado pretende candidatar-se para deputado nas próximas eleições. (V/P-RECORTES DE JORNAIS)

Em 28.06.78 — Conf. O Estado de S. Paulo o fichado recebeu o chamado "Manifesto ao Povo Paulista", subscrito pelos integrantes do comando da Caça aos comunistas. (V/P-NOMINADO)

Em 06.04.79 — Conf. Infão nº 03/SI/DSI/PR de 19.03.79, o fichado participou da mesa da Sessão Solene de Abertura do Congresso de Fundação do Comitê Brasileiro pela Anistia de Curitiba. (V/P DO COMITÊ)

Em 11.04.79 — Conf. Infão nº 05-SI/DSI/PR de 30.03.79 o fichado tomou parte na Mesa Diretiva dos trabalhos do Ato Público em apoio à Greve dos Metalúrgicos do ABC Paulista, promovido pelo Comitê Brasileiro pela anistia de Curitiba no dia 28.03.79. (V/P SI/INFORMAÇÕES)

Em 30.09.79 — Conf. Infão nº 11/79-DSI/PR de 09.05.79, o fichado participou de uma manifestação pública no dia 1º de maio do trabalho, organizado pelo COMITÊ BRASILEIRO PELA ANISTIA DE CURITIBA e também as associações de Bairros da Vila Formosa, de S. Carlos, Vila Pompéia, Nossa Sra. das Graças, Vilas Oficinas e Vila Sibisa, realizado na Vila Nossa Sra. da Luz, Praça 10. (V/P-SI/INFORMAÇÕES)

Em 09.11.79 — Conf. Infe nº 16/SI/DSI de 25.09.79 o fichado participou da inauguração das Associações de Bairros no dia 23.09.79, participou da inauguração das Associações de Bairros no dia 23.09.79, nesta capital, das Vilas Maria, Nossa Senhora da Luz (CIC), Vila Ipiranga (favela) e Vila Formosa (favela), o nominado se pronunciou pedindo a união das Associações de Bairros para que levem até ele as reivindicações que ele fará o possível para atender, assim como atendeu as favelas das Vilas Ipiranga e Formosa, fazendo doações para a construção de suas sedes. Disse ainda que a democracia se faz à periferia da cidade e não dentro de palácios e salas atapetadas, tudo feito com o dinheiro dos trabalhadores. (V/P-SI/INFORMAÇÃO)

Em 27.12.79 — Conf. Infe nº s/nº SI/DSI de 11.12.79, o fichado participou do DIA DA ANISTIA, promovido pelo CBA/CTBA, onde foram realizadas manifestações em prol da Anistia Ampla Geral e Irrestrita nos dias 14 e 22.08.79, o auditório do DASCISA foi o local usado pelo CBA para as reuniões e confecções de faixas e cartazes. Foram distribuídos panfletos e pichamentos de muros coleta de assinaturas de populares em uma banca instalada na Rua das Flores. (V/P-CBA/RELATÓRIOS)

Em 15.01.80 — Conf. Infe nº 1096/79-SI/SR/DPF/PR de 17.08.79, o fichado participou da comemoração pelo DIA NACIONAL DA LUTA PELA ANISTIA, sendo uma comemoração cívico-religiosa realizada no Auditório da Igreja N. S. de Guadalupe, contando com a presença de líderes religiosos, foi organizado um Ato Público no mesmo recinto. (V/P-DPF)

Em 08.04.80 — Conf. Relatório do dia 25.02.80, (sem referência), o fichado esteve presente dia 24.02.80, em Assembléia do PMDB Municipal para a eleição de Diretoria Provisória. (VP-SI/RELATÓRIOS)

Em 18.04.80 — Conf. Infe (A-3) nº 51/80-SI/DSI/PC/PR de 24.03.80, o fichado participou da reunião em protesto contra demissão de quinze professores da UFPR, realizada no dia 21.03.80 na A.P.P. (V/P/SI-INFORMES)

Em 18.04.80 — Conf. Infe nº 57/SI/DSI, de 08.04180, o fichado participou da reunião realizada na sede do Diretório Municipal do PMDB, a qual teve o objetivo de estimular a criação de Núcleos do Partido e o lançamento do jornal "Voz da Unidade" que é o substituto do jornal "Voz Operária", órgão oficial do PCB. (V/P-SI/Informes) (A-2)

Em 23.04.80 — Conf. Infe nº 066/SI/DSI de 09.04.80, o fichado presidiu a reunião realizada dia 07.04.80, na sede do Diretório Municipal do PMDB, oportunidade em que foi discutido assuntos sobre o projeto de casas populares que o sr. prefeito montou para as favelas de Curitiba. (P/V-SI/Informes) (A-2)

Em 29.04.80 — Conf. Infe (A-2) nº 070/80-SI/DSI/PC/PR de 14.04.80, o fichado participou do I Seminário das Bases do PMDB de Curitiba, realizado no dia 23.03.80 no Seminário Maior dos Padres Palotinos e que contou com a participação especial de MIGUEL ARRAES, tendo este proferido uma palestra na ocasião. Após esta, foram distribuídas as Comissões para os debates, que foram divididas em seis grupos. À tarde, o fichado, juntamente com mais alguns vereadores e deputados, reuniu-se na sala separada com ARRAES. (V/P/PMDB DE CURITIBA)

Em 08.05.80 — Conf. Infe nº 113/SI/DSI de 05.05.80, fichado participou do I ENCONTRO ESTADUAL DE ESTUDANTES DO PMDB, realizado dia 27.04.1980, na sede do Diretório Municipal do PMDB. Na ocasião todos os oradores ressaltaram a importância da união dos estudantes junto ao PMDB, para o fortalecimento do partido. (V/P-SI/DSI/Inf.)

Em 14.05.80 — Conf. Infe (A-1) nº 116/80-SI/DSI/PC/PR de 08.05.90, o fichado participou da reunião preparatória para o lançamento do PMDB em Ctba/PR, realizada dia 05.05.80, na sede do Diretório Municipal do PMDB. A divulgação da campanha de lançamento do PMDB teve início dia 06/05, para a qual foram confeccionados oitenta (80) mil impressos e expedidos doze mil cartas à moradores de Ctba através da Assembl. Legisl. (V/P/PMDB DE CURITIBA)

Em 20.05.80 — Conf. Infe nº 114-SI/DSI/PC/PR (A-2) de 06.05.80, o fichado participou da concentração no dia 1º/05/80, na Praça 10 da Vila Nossa Senhora da Luz dos Pinhais, pelo CBA/CTBA, PT, PMDB, PTB Pastoral Operária, Conselho de representantes das Associações de Bairros de Curitiba, o Comitê de Solidariedade, sendo que o fichado fez uso da palavra representando o PMDB. (V/P Movimento de 1º de Maio)

Em 21.05.80 — Conf. Infe (A-2) nº 115/80-SI/DSI/PC/PR de 07.05.80 o fichado apresentou à platéia, o senador MARCOS FREIRE que proferiu uma palestra sobre o tema O REAL SIGNIFICADO DA ABERTURA, no dia 25.04.80 no Auditório da Igreja de N. Sa. de Guadalupe. O palestrante abordou o problema das multinacionais, das favelas, da greve dos metalúrgicos do ABC, da situação econômica brasileira e manifestou-se favorável à formação de uma Assembléia Constituinte. (V/P/PMDB DE CURITIBA)

Em 22.05.80 — Conf. Infe nº 133-SI/DSI/PC/PR (A-2) de 16.05.80, o fichado foi um dos que presidiram as solenidades de lançamento oficial do PMDB em Curitiba, realizado em 11.05.80 no Auditório da Igreja Nossa Senhora do Guadalupe nesta Capital, fazendo uso da palavra atacou os problemas das favelas, as multinacionais e a corrupção no governo. Falou ainda da importância na união do povo para derrubar a ditadura. (V/P PMDB)

Em 23.05.80 — Conf. Infe nº 134-SI/DSI/PC/PR (A-2) de 19.05.80, o fichado esteve presente na reunião de 11.05.80, na sede do Diretório Municipal do PMDB, sito à Rua Pedro Ivo, 698, nesta Capital, onde a pauta da mencionada foi: Apoio aos motoristas de táxi; Avaliação do Ato de Lançamento do PMDB. (V/P PMDB)

Em 28.05.80 — Conf. Infe (A-2) nº 145/80-SI/DSI/PC/PR de 23.05.80, o fichado participou da reunião ocorrida dia 19.05.80 na sede do Diretório Municipal do PMDB, onde foi tratada da organização do sistema de filiação partidária, do preenchimento das fichas de filiação e do processo da burocratização das mesmas até a aceitação no Tribunal Eleitoral. (V/P/PMDB)

Em 03.06.80 — Conf. Infe. (A-2) nº 157/80-SI/DSI/PC/PR de 30.05.80, o fichado participou da reunião do PMDB, realizada no dai 26.05.80 na sede do Diretório Municipal do PMDB, ocasião em que foi discutido o problema das eleições de 80 e infes. sobre as filiações partidárias. (V/P/PMDB)

Em 04.06.80 — Conf. Infe (A-2) nº 394/80-SI/SR/DPF/PR de 08.05.80, o fichado participou ativamente do I Encontro Estadual de Estudantes do PMDB/Ctba/PR, realizado no dia 27.04.80, na sede do Diretório Municipal do Partido, oportunidade em que, fazendo uso da palavra, salientou que o Movimento Estudantil do PMDB poderá ser levado para dentro das Universidades onde discutir-se-á o porque de ser PMDB. (V/P/PMDB)

Em 16.06.80 — Conf. Infe (A-2) nº 167/80-SI/DSI/PC/PR de 04.06.80, o fichado participou de um Encontro entre representantes de partidos políticos e de diversas entidades, realizado no dia 02.06.80, na sede do Diretório Municipal do PMDB/Ctba, ocasião em que foi debatido o tema "Eleições de 80". (V/P/PMDB)

Em 23.06.80 — Conf. Infe (A-2) nº 187/80-SI/DSI/PC/PR de 17.06.80, o fichado participou ativamente da reunião preparatória para a caminhada em prol das Eleições de 80, realizada dia 16.06.80 na sede do D.M. do PMDB/Ctba/PR. Durante a reunião, o fichado pediu a opinião do plenário, colocando em votação a proposta a respeito de um Ofício a ser enviado à SESP, comunicando a realização da passeata, tendo o plenário votado contra o envio do referido ofício. (V/P/PMDB)

Em 26.06.80 — Conf. Infe nº 194, de 24.06.80-SI/DSI, o fichado participou de Ato Público nas escadarias da UFPR, dia 18.06.80, no qual trataram sobre uma solução imediata para a crise financeira do Hospital das Clínicas. (V/P-SI/DSI) (A-2)

Em 27.06.80 — Conf. Infe (A-2) nº 195/80-SI/DSI/PC/PR de 24.06.80, o fichado representando o PMDB, foi um dos oradores no ATO PÚBLICO em favor da realização de Eleições em 1980, ocorrido dia 20.06.80 em Ctba/PR, com uma caminhada que teve início na Praça Osório e término na Praça Gen. Marques. O referido Ato foi organizado pelos partidos de oposição e apoio de várias outras entidades. (V/P/PARTIDOS POLÍTICOS)

Em 08.07.80 — Conf. Infe (A-2) nº 222/80-SI/DSI/PC/PR de 03.07.80, o fichado esteve presente na palestra-debate proferida pelos professores Pedro Benjamin Garcia e Jorge Vicente Munhoz, sobre tema: "Metodologia da Educação Popular", realizada no dia 27.06.80 no Colégio São José/Ctba/PR. (V/P/SI-INFORMES)

Em 16.07.80 — Conf. Infe nº 238-SI/DSI/PC/PR (A-2) de 14.07.80, o fichado em 07.06.80 participou de uma reunião do PMDB/PR realizado em sua sede Municipal em Curitiba, cujos objetivos foram: Encaminhar as Comissões Zonais; divergências quanto ao critério apresentado pela Diretoria municipal, motivo pelo qual o partido estaria se fechando aos movimentos populares, dando as parlamentares o direito de indicação da maioria dos representantes zonais; reunião com a executiva municipal para adotar critérios para apresentação de seus representantes zonais. (V/P/PMDB)

Em 29.07.80 — Conf. Infe nº 265/SI/DSI de 22.07.80, o fichado esteve presente na reunião realizada pelo CBA/Curitiba dia 17.07.80, em sua sede, com o objetivo de discutir assuntos inerentes a ameaças às bancas de jornais, por venderem vários jornais de cunho ideológico de esquerda: Hora do Povo, Movimento, Pasquim e outros. (V/P-SI/Informes) (A-3)

Em 31.07.80 — Conf. Infe nº 269-SI/DSI/PC/PR (B-2) de 23.07.80, o fichado em 21.07.80 participou de uma reunião na sede do Diretório Municipal do PMDB, onde teve por objetivos a formação das Comissões Zonais, e falaram a respeito de como seriam indicados os representantes para formar as Comissões Zonais. (V/P PMDB)

Em 06.08.80 — Conf. Infe nº 270-SI/DSI/PC/PR (B-2) de 29.07.80, o fichado em 24.07.80 participou de uma reunião extraordinária do PMDB de Curitiba na sede do Diretório Municipal do Partido onde trataram do encaminhamento a plenário para a escolha do representante de Zonas Políticas, o fichado afastando-se da presidência do Diretório Municipal, cancelou as reuniões dos Movimentos Trabalhistas, Jovem e Feminino, que estavam marcados para os dias 24, 25 e 26.07.80. (V/P PMDB)

Em 01.09.80 — Conf. Infe nº 314-SI/DSI/PC/PR (A-2) de 28.08.80 o fichado participou do debate sobre o Estatuto dos Estrangeiros realizado em 21.08.80 na Igreja Nossa Senhora do Guadalupe nesta Capital. (V/P SI-INFORMES)

Em 02.09.80 — Conf. Infe nº 317/80 de 01.09.80, o fichado participou de um Ato Público realizado dia 23.08.80, na Praça Generoso marques, às 09:00 horas. O ato se caracterizou pela distribuição de um manifesto aos transeuntes e improvisação de bancas para venda de Jornais "alternativos" como; "COMPANHEIRO, CORREIO SINDICAL, HORA DO POVO, MOVIMENTO, POVÃO, VOZ DA UNIDADE" e outros. (Anexo xerox de manifesto). (V/P-SI/INFORMES)

Em 04.09.80 — Conf. Infe nº 308/80-SI/DSI, PC/PR (A-2) de 26.08.80 o fichado participou de uma reunião realizada dia 19.08.80 no auditório da Universidade Federal/PR ala do curso de Direito, na qual foram tratados problemas referentes a remuneração da classe dos professores, horas semanais de serviço, classificação de cargos e concursos públicos. Esta reunião foi realizada pelos professores pertencentes a oposição da atual diretoria da Associação dos Professores da Universidade Federal/PR que concorreram pela chapa Universidade Necessária, e que exercem uma liderança paralela à atual Diretoria. (V/P-SI/INFORMES)

Em 10.09.80 — Conf. Infe nº 317/80, 01.09.80-SI/

DSI/DC o fichado participou de um ATO PÚBLICO, realizado dia 23.08.80, na Praça Generoso Marques, onde se caracterizou pela distribuição de um manifesto aos transeuntes e improvisação de bancas para vendas de jornais "alternativos" como "COMPANHEIRO", CORREIO SINDICAL, HORA DO POVO, MOVIMENTO, POVÃO, VOZ DA UNIDADE e outros. (V/P ATO PÚBLICO)

Em 07.10.80 — Conf. Infe nº 367/80-SI/DSI/PC/PR (B-2) de 01.10.80, o fichado participou de uma reunião do PMDB/CTBA, realizado no dia 29.09.80, no Diretório Municipal situado à Rua Pedro Ivo, tendo como objetivo a apreciação da chapa única para a Diretoria do Diretório Municipal do Partido. A referida chapa foi apresentada por um grupo de pessoas que se dizem militantes mais ativos do PMDB. (V/P PMDB)

Em 13.10.80 — Conf. Rec. de Jornal Gazeta do Povo de 04.10.80 (B-2), o fichado é presidente da 3ª Zona Eleitoral das Comissões Executivas Zonais de Curitiba, (V/P PMDB)

Em 21.10.80 — Conf. Relatório da DSI, de 12.10.80, o fichado participou da Convenção Municipal do PMDB, oportunidade em que houve eleição da Chapa "Unidade" do Diretório Municipal. (VP/DSI/Relat.)

Em 19.11.80 — Conf. Infe nº 406/SI de 07.11.80, o fichado participou da reunião realizada dia 03.11.80, no Diretório Municipal do PMDB a qual teve por objetivo discutir a realização de um Ato Público em favor da Constituinte. (V/P/PMDB) (B-2)

Em 16.01.81 — Conf. Infe nº 11-SI/DSI/PC/PR (A-1) de 15.01.81, o fichado reuniu-se junto com os estudantes no dia 07.01.81, na Pça. Stos. Andrade, afim de efetuarem a entrega de um abaixo assinado ao Delegado Regional do MEC desta Capital reivindicando 12% do orçamento da União para a Educação, não sendo possível a tal entrega por o Delegado estar de férias dirigiram-se até a APP que é próxima ao MEC para uma avaliação do trabalho realizado. (V/P MOVIMENTO ESTUDANTIL)

Em 22.04.81 — Conf. Infe nº 72/SI de 16.03.81, o fichado participou nos dias 07, 08.03.81, do 1º Congresso da Mulher de Curitiba, realizado no Colégio Estadual do Paraná. Os temas debatidos no referido evento foram: MULHER E SOCIEDADE, MULHER E SAÚDE, MULHER TRABALHADORA e MULHER E ORGANIZAÇÃO. (V/P/1º Congresso da Mulher de Curitiba) (A-1)

Em 18.05.81 — Conf. Panfleto, o fichado foi eleito em 05.05.81 para o cargo de vice-presidências da Chapa MOVIMENTO DOS PROFESSORES pela Associação dos Professores da Universidade Federal do Paraná, biênio 1981/1983. (V/P ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES DA UFPR).

Em 08.06.81 — Conf. Infe nº 186-SI/DSI/PC/PR (A-2) de 28.05.81, o fichado participou do VII ENCONTRO ESTADUAL DA COMISSÃO PONTIFÍCIA JUSTIÇA E PAZ DO PARANÁ realizado em 16.05.81 na Cúria Metropolitana de Curitiba, no qual foi abordado o tema: "SAÚDE-DOENÇA — A REALIDADE NACIONAL". (V/P CPJP/PR)

Em 03.08.81 — Conf. Recorte de jornal "EST. DO PARANÁ", de 27.06.81, o nominado representando o PMDB no Ato Nacional de Solidariedade aos jornalistas condenados pela LSN e ao Jornal Hora do Povo, realizado no Sindicato dos Metalúrgicos em S. Paulo, disse: que "os jornalistas, independente do que escreveram, deveriam ser julgados pela justiça comum, de acordo com a Lei de Imprensa e jamais pela Justiça Militar". Disse ainda que "a LSN, foi feita para proteger o Estado e não o povo" e que voltamos aos tempos sombrios do AI-5, já que existem agora, três políticos no Brasil". (V/P-JORNAL HORA DO POVO)

Em 12.01.82 — Conf. Relatório DSI/DOP de 21.12.81, o fichado participou em 19.12.81 na Praça Osório de um Ato Público Unitário das Oposições. Por eleições limpas em 1982 e contra o Pacote Eleitoral, sendo que teceram comentários contra o Regime Atual e ao Pacote Eleitoral em tons pejorativos. (V/P DOP)

Em 30.05.82 — Conforme Relatório da S.I. datado de 26.05.82, realizou-se dias 21, 22 e 23.05.82, no Plenário da Assembléia Legislativa o XXVI Congresso da União Paranaense dos Estudantes, tendo o fichado participado do evento e manifestou na ocasião sua solidariedade à classe estudantil. (S.I. Relatórios)

"O gesto de Requião é de extrema relevância para o resgate da história recente do nosso País".
Luiza Erundina, prefeita de São Paulo

8.243

ANTONIO JOÃO MÂNFIO

Em 25 jun 68 — O fichado participou da Assembléia da UPE que decidiu fazer manifestações de rua. (V. Informe SI nº 13/68)

Em 30.07.68 — O fichado foi detido pela Polícia, quando criou um conflito na Praça Generoso Marques, em razão de ter encontrado um Movimento da Tradição de Família e Propriedade (TFP), o qual colhia assinaturas do público, afim de solicitarem a expulsão dos padres: Josef Comblein e Dom Helder Câmara, por serem comunistas; o fichado juntamente com Inácio da Silva Mafra, começaram dizer ao contrário, quando explicavam ao público que não assinassem na lista, ocasião em que a Polícia interveio, prendendo-os e encaminhando-os a esta DOPS. (Pasta Autos de Declarações).

Em 19 ago 68 — Nesta data foi arquivada, na pasta do fichado, uma cópia de declarações do fichado.

Em 26.09.68 — O fichado participou do Congresso Regional da UNE realizado em Curitiba de 16 à 20.09.68 no DCE. (INFORMAÇÃO 31/68 IDN)

Em 12.10.68 — O fichado esteve presente dia 02.10.68 no DCE, onde hipotecou solidariedade aos bancários, por ocasião da greve que seria iniciada naquele dia, inclusive, juntamente com outros elementos prontificou-se a dar, além do apoio moral, apoio material.

Em 15.10.68 — O fichado foi detido na cidade de Ibiúna, Est. de São Paulo, ocasião em que participava do XXX Congresso da UNE.

Em 21.10.68 — O fichado redigiu um Manifesto aos estudantes da Faculdade Católica (como pres. do DAJF), onde convida-os a comparecerem na Manifestação popular do dia 19 às 10 horas, na Praça Santos Andrade. Vpp.

Em 22.10.68 — O jornal Tribuna do Paraná publicou que o fichado (seminarista Antonio João Mânfio), do Instituto Teológico N. S. de Salete, será processado por crime de lesões corporais contra o capitão Sérgio Masteck Ramos da PMEP, praticado durante os conflitos estudantis do dia 19.10 do qual foi o "cabeça" (V. recorte na pasta do fichado).

Em 23.10.68 — O juiz Arylton da Cunha Henrique, da 2ª Auditoria de Guerra de S. Paulo, atendendo solicitação do diretor do DOPS/SP, decretou a prisão preventiva por 90 dias, de 71 estudantes bras. que encabeçavam o XXX Congresso da Ex-UNE, que estava sendo realizado em Ibiúna-SP, como incursos na lei de segurança nacional. (V. radiograma nº 192/GD DOPS S/P de 23.10.68, Pasta XXX Cong. UNE)

Em 27.10.68 — O Diário do Paraná publicou notícia sobre o fichado, dizendo que o mesmo dirige o Diretório Acadêmico Jackson de Figueiredo, e é um dos mais ativos no Movimento Estudantil.

Em 21.12.68 — O fichado foi detido quando encontrava-se numa chácara (conhecida como chácara do Alemão), juntamente com outros elementos, quando tentavam realizar o XXX Minicongresso da UNE, em prosseguimento ao XXX Congresso Nacional da UNE, iniciada em Ibiúna/SP. Também surpreendido pelas autoridades foi encontrado no local muitos manifestos subversivos, tentando a derrubada do atual governo brasileiro. (V. recortes de jornais, pasta XXX Congresso Regional UNE)

Em 26.12.68 — Foi apreendido no XXX Minicongresso da UNE, o ante-projeto de carta política para a UNE, referente ao ano de 1969. (V. doc. pasta XXX Minicongresso da UNE)

Em 26.12.68 — Com Rdg. 195 do DOPS/SP, é comunicado a esta DOPS, que continua em vigor a prisão preventiva decretada contra o fichado, em virtude do art. 10 do ato institucional nº 5. (V. pasta XXX Congresso UNE)

Em 09.01.69 — Em atendimento ao Ministério da Marinha C.I.M. foi extraída cópia thermo-fax da presente e enviada com of. nº 12/69.

Em 17.01.69 — O fichado compareceu à reunião do conselho de representantes da União paran. dos estud. no dia 21.08.68, afim de deliberarem a posição a ser tomada, face a prisão de líder estudantil paranaense (Isamu Ito) ocorrida em Brasília. (V. inf. 37/68 IDN/RFFSA)

Em 29.01.69 — Foi extraído cópia da presente e enviado a SNI com of. 78/69

Em 30.01.69 — Foi extraída cópia thermo-fax da presente e enviada à Delegacia de Pol. do Primeiro Distrito com of. nº 85/69.

Em 10.12.68 — O fichado distribuiu um Manifesto em praça pública, sendo este de caráter subversivo. (V. infª 3/68 e 5/69).

Em 27.03.69 — Em atendimento ao despacho do DPC mencionado no Telegrama 173/DSI/M/G, foi extraído cópia da presente do sentenciado com of. 243/69

Em 24.03.69 — O fichado foi sentenciado à pena de detenção e reclusão de 4 anos, sendo dois anos de detenção do art. 36 e dois anos de reclusão do art. 23 e SUSP de DIREITOS POLÍTICOS por cinco anos. (V. of. nº 429/69, da Auditoria da 5ª Região Militar)

Em 15.07.69 — Em complemento ao RDT 609/69/DSI/MEC, reit. c/RT s/nº Prot. 007935/DPC, foi enviado cópia da presente a DPC, c/Of. 441/69

Em 12.08.69 — Consta que por ter participado do Congresso da ex-UNE, em Ibiúna, foi condenado a detenção de 6 meses. (V.P DOPS/SP, rado. 127/69)

Em 28.01.70 — Em 28.01.70 o fichado segundo o Of. nº 19/70 da P.P.C. encontra-se preso na Prisão Prov. de Ctba, à disposição da Justiça Militar. (V. Pasta Auditoria)

Em 04.02.71 — O mesmo encontra-se preso na Prisão P. de Ctba. V/P - P. POLÍTICO. Digo, encontrava-se preso. Foi posto em liberdade em 12.12.70.

Em 22.04.71 — O fichado requereu Certidão neg. para fins de Magistério no Código no Ginásio Estadual Tiradentes, sendo que foi comunicado à SESP, para ciência à Secretaria de Educação e Cultura do PR, e fornecido Certidão nos moldes elaborados pela SESP, para tais casos. (Comunicado à SESP, com of. nº 215/71)

Em 12.11.71 — Foi-lhe INDEFERIDA cert. neg. fins magistério — Colégio Rui Barbosa.

Em 03.01.72 — Foi informado ao Exmo. Sr. Secretário de Segurança Pública, sobre um requerimento solicitando Certidão Negativa de Antecedentes Políticos, para fins de obter registro de Professor Licenciado junto à Secretaria de Educação e Cultura, o que consta anotado a seu respeito nesta DOPS. (Veja cópia pasta do mesmo)

Em 18.08.75 — Em atenção ao PB nº 212/75 — 2ª Seção foi informado o constante acima com of. nº 1.068/75

2.271

MAURÍCIO ROSLINDO FRUET

Em 29.07.63 — O fichado, em companhia de outros elementos comunistas, vai concorrer à eleição no Sindicato dos Jornalistas, no dia 27.8.63, para Suplente no Conselho Administrativo. (Vide recorte na pasta).

Em 25.07.69 — Em atendimento a pedido verbal do DPF, foi extraído cópia do quadro que consta. (V. cópia pasta DPF)

Em 10.09.69 — Foi extraído cópia da presente e enviado ao DPF, em atendimento ao pedido contido na Relação arq. na pasta. DPF.

Em 11.08.70 — Em atendimento a Pedido Verbal foi extraído cópia thermo-fax da presente e entregue ao Mj. Paulo Opuska ao SNI.

Em 19.10.70 — Em atenção ao despacho do secretário exarado no of. 448/70 do M. J. foi extraído cópia da presente e enviado com of. nº 808/70.

Em 15.01.64 — O fichado fazia parte da equipe do Jornal ÚLTIMA HORA, considerado a melhor equipe do Jornal do Paraná, jornal esse de cunho esquerdista, sendo por isso fechado pelas autoridades constituídas. (V.P. Jornal ÚLTIMA HORA).

Em 26.11.73 — O nominado ao ser procurado por Silvério José Bonisson Fava, aconselhou-o a viajar sem atender a solicitação de que comparecesse nesta especializada no dia 23, às 15 horas afim de prestar esclarecimentos. O intimado, Silvério J. Bonisson Fava, telefonou a esta especializada dizendo que deixaria de atender a intimação e preferia responder a processo em juízo ao invés de ficar preso, o que não aconteceria.

Em 18.12.73 — Conf. PB 33/73-CISESP, o fichado leu na Assembléia Leg. em 10.08.73 um manifesto do MDB, sobre a tomada de posição do partido face à eleição indireta para o Gov. do Estado. V/P do Nominado.

VER PASTA DO NOMINADO... 1988

Em 22.08.74 — Em atenção ao PB nº 234/74/CISESP, foi extraído cópia de presente e enviado com Of. nº 875/74.

Em 01.09.75 — Nesta data foi DEFERIDO Certidão Negativa ao nominado para fins de viagem ao Exterior.

Em 250.06.76 — O fichado foi citado como tendo aceitado apoio político do PCB nas declarações de Ubirajara Moreira, Moacir Reis Ferraz, Antonio de Brito Lopes, Nilton Abel de Lima, Humberto Soares de Oliveira, Ildeu Manso Vieira, os quais foram indiciados em inquérito policial nº 06/75, instaurado por esta DOPS, que apurou as atividades do Partido Comunista Brasileiro no Paraná. (V/P-PCB/PR)

Em 07.10.77 — Conf. Enctª n. 11/SI/DOPS de 06.10.77, o fichado subscritou um folheto com o título "Constituinte Futebol Clube", que foi distribuído no Estado Couto Pereira, no dia 02.10.77, por ocasião do Jogo entre Coritiba e Grêmio de Maringá. (V/P-NOMINADO)

Em 26.12.78 — Conf. rec. do Jornal Correio de Notícias de 15.12.77, o fichado está relacionado como interessado em concorrer à Câmara Federal em 78. (V/P-MDB)

Em 16.01.78 — Conf. Correio de Notícias de 25/10.77, o fichado em uma análise dos instrumentos excepcionais existentes na vida brasileira, ressaltou que o AI-5 procurou dividir a opinião pública Nacional, e o que os nove anos do AI-5 neste ano marcaram um retrocesso no desenvolvimento cultural, político e social de nossa terra. (V/P NOMINADO)

Em 26.04.78 — Conf. "O Estado do Paraná" de 20.04.78, frase do nominado a respeito das indicações de novos governadores: Mudam-se os atores mas, infelizmente, o enredo continua o mesmo". (V/P NOMINADO)

Em 08.05.78 — Conf. Jornal O Estado do Paraná de 14.04.78, o fichado e outros deputados do MDB assinaram TELEX de solidariedade que foi enviado ao líder da Oposição no Senado Paulo Brossard, de quem colhe o estímulo e incentivo para continuar na residência democrática, para antepor à subserviência. (V/P-MDB)

Em 27.09.78 — Conf. Jornal Estado do Paraná de 09.03.78, o fichado foi indicado para integrar a Comissão de Constituição e Justiça e Comissão de Indústria e Comércio, pelo MDB. (V/P MDB)

Em 29.11.78 — O fichado foi eleito deputado federal pelo MDB nas eleições realizadas em 15.11.78.

Em 18.09.79 — Conf. Relatório n. s/n. SI/DSI de 04.09.79, o fichado participou da homenagem feita ao deputado Alencar Furtado, quando da volta a Curitiba, onde foram debatidos assuntos como a opressão do governo, anistia discriminada, favorecimento às multinacionais, etc... (V/P/SI/RELATÓRIOS)

Em 31.03.80 — Conf. Relatório s/n. da DSI/ECP de 27.08.79, o fichado é componente da chapa "Emedebe" eleita na Convenção Municipal do MDB do dia 26.08.79 (para o Diretório Municipal e Delegados à convenção Regional) realizada na Assembléia Legislativa. (V/P MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO — MDB)

Em 21.05.80 — Conf. Infe (A-2) n. 115/80-SI/DSI/PC/PR

de 07.05.80, o fichado assistiu a palestra proferida pelo senador Marcos Freire, no dia 25.04.80 no Auditório da Igreja N. Sa. de Guadalupe em Curitiba, sobre o tema O REAL SIGNIFICADO DA ABERTURA. O palestrante abordou o problema das Multinacionais, das favelas, da greve dos metalúrgicos do ABC, da situação econômica brasileira e manifestou-se favorável à formação de uma Assembléia Constituinte. (V/P PMDB DE CURITIBA)

Em 22.05.80 — Conf. Infe n. 133-SI/DSI/PC/PR (A-) de 16.05.80 o fichado tomou parte da mesa de honra na solenidade de lançamento do PMDB em Curitiba, realizado em 11.05.80 no Auditório da Igreja Nossa Senhora do Guadalupe. (V/P PMDB)

Em 23.05.80 — Conf. Infe n. 134-SI/DSI/PC/PR (A-2) de 19.05.80, o fichado esteve presente na reunião de 11.05.80 na sede do Diretório Municipal do PMDB, sito à "Rua Pedro Io, 698 nesta Capital, onde a pauta da mencionada foi: Apoio aos motoristas de taxi; Avaliação do Ato de Lançamento do PMDB. (V/P PMDB)

Em 20.06.80 — conf. Infe (A-2) n. 182/80-SI/DSI/PC/PR de 12.06.80, o fichado participou da reunião do PMDB realizada no dia 09.06.80 na sede do Diretório Municipal do PMDB/ Ctba/PR, tendo como pauta: Informes, Filiação Partidária, campanha para as Eleições de 80 e vinda do Papa a Curitiba. (V/P PMDB)

Em 31.07.80 — Conf. Infe n. 279-SI/DSI/PC/PR (B-2) de 23.07.80, o fichado em 21.07.80 participou de uma reunião na sede do Diretório Municipal do PMDB, onde teve por objetivo a formação das Comissões Zonais, e falaram a respeito de como seriam indicados os Representantes para formar as comissões zonais. (V/P PMDB)

Em 07.10.80 — Conf. Infe n. 367/80-SI/DSI/PC/PR (B-2) em 01.10.80 o fichado participou de uma reunião do PMDB/ CTBA, realizado no dia 29.09.80, no Diretório Municipal situado na Rua Pedro Ivo, tendo como objetivo a apreciação da chapa única para a Diretoria do Diretório Municipal do Partido. A referida chaça foi apresentado por um grupo de pessoas que se dizem militantes mais ativos do PMDB. (V/P PMDB)

Em 21.10.80 — Conf. Relatório da DSI, de 12.10.80, o fichado participou da Convenção Municipal do PMDB, oportunidade em que houve eleição da Chapa "Unidade", para o Diretório Municipal. (V/P/DSI/Relat.)

Em 28.11.83 — Conforme Relatório da Subdivisão de Informações de 23.11.83, o fichado participou do Ato Público realizado na Praça Rui Barbosa dia 22.11.83 (LUTA PELAS ELEIÇÕES DIRETAS P/PRESIDENTE DA REPÚBICA (S.I. Relatórios)

38.585

ADOLPHO M. DA COSTA

Em 11.06.81 — Conf. Infe n. 42/ ASI/FUEL de 15.04.81 o Jornal Alternativo "Fala Paraná" editado em Londrina, pela Edições Paraná S/C. Editora de Livros, Revista e Jornais, em sua edição de abril apresenta algumas modificações em relação aos seus membros, passando o fichado a figurar como colaborador. (V/P-FUEL) (B-2)

5.738

EDUARDO REQUIÃO DE MELLO E SILVA

Em 26 set 66 — Nesta data foi arquivado, em pasta própria, o Auto de Declaração prestado pelo fichado em 18 mar 66, sobre a passeata estudantil, realizada em 17.03.66.

Em 18.07.67 — Em atendimento ao of. 1027 do Dept. de Polícia Federal, foi expedido ofício 299/67, que encaminhou Certidão do que consta.

Em 21 ago 67 — O fichado esteve presente ao Congresso Extraordinário da UPE, realizado nos dias 6, 7 e 8 do corrente mês, quando ficou organizado um "Calendário de agitação". (V. Relatório de 9 ago 67)

Em 20.10.67 — Em atendimento a pedido verbal, foi extraída Certidão e encaminhada ao Dept. de Pol. Federal, com of. 482/ 67.

Em 17.05.68 — Consta o nome do fichado de uma relação dos elementos mais visados pela 5ª RM, que deverão ser presos a cargo da PMEP, quando solicitados.

Em 02.04.69 — O fichado requereu Certidão Negat. p/fins de obtenção de passaporte, e após informado que o mesmo é fichado, o Delegado DEFERIU seu pedido, apenas p/fins de viagem ao exterior. (V. Req. p.p.)

> "A decisão do governo do Paraná é muito importante, pois obriga os demais Estados a tomarem medidas semelhantes para que se consolide o processo democrático".
> **José Genoíno, líder do PT na Câmara dos Deputados**

HOMENAGENS

O Jornal do PMDB homenageia esses grandes defensores da democracia, que mesmo não sendo filiados ao partido, foram companheiros de luta durante uma época negra.

JOSÉ RODRIGUES VIEIRA NETO

23.08.1944 — Por ocasião do Comício do dia 22 bem como da passeata organizada pelos "Ginagios' Liceu Rio Branco e Novo Atheneu, no palanque armado na Avenida João Pessoa, usando da palavra discursou com violência, atacando os homens do governo brasileiro, criticando o tabelamento e o racionamento, bem como sobre a falta de liberdade. dizendo textualmente que o único regime de liberdade é o regime da Rússia. Que o povo brasileiro está sujeito à restrições absurdas e que nas filas de assucar só se vê o pobre, pois os abastados têm tudo o que precisam, sem se incomodar. (Vide ofício nº 1.164 arq. no prontuário nº 1896).

16.10.1944 — Tomou parte na conferência realizada pelo Colégio Licei Rio Branco, a respeito de Wendel Wilkie. (Vide parte nº 260 arq. no proc. nº 1.164).

07.07.1945 — Foi nomeado para uma comissão pelo Cmte. Estadual do P.C.B. para dar maior divulgação no discurso de LUIZ CARLOS PRESTES.

11.07.1945 — Segui de ônibus à São Paulo afim de assistir no Pacaembu o discurso de PRESTES. Na mesma data, em artigo publicado na Gazeta do Povo, enalteci PRESTES e o comício de Pacaembu que taxa de um dia de glória. (Vide recorte fls. 8 da pasta P.C.B.)

19.09.1945 — Por ocasião da instalação do Comitê Estadual do P.C.B. no Cine Vitória, foi um dos oradores, iniciando o discurso com a frase" Em nome do nosso glorioso Partido Comunista".

22.09.1945 — Devido ao temporal que desabou à tarde, não realizou-se o comício anunciado, porém organizaram um comício relâmpago que o fichado falou por duas vezes.

25.09.1045 — Falou no comício promovido pelo P.C.B. à Praça Osório.

15.10.1945 — Falou em outro comício organizado na Praça Osório. Consta seu nome de uma relação dos candidatos à deputado estadual, com a seguinte anotação, advogado, membro do Conselho da Ordem dos Advogados, Seção do Paraná, Membro efetivo do C.M. de Curitiba do P.C.B. (doc. nº 1453 do C.E.)

13.10.1945 — Na seção da posse dos membros do Comitê Municipal de Curitiba do F.C.B. foi apresentado como candidato à deputado federal pelo Partido Comunista do Brasil, tendo em seguida feito uso da palavra (doc. nº 126 do CE). Fez parte da Comissão de propaganda, recepção e hospedagem (doc. nº 127 do C.E.). Em telegrama assinado por PRESTES, foi aprovado seu nome como candidato preferencial à deputado estadual (doc. nº 82 do C.E.).

08.12.1945 — Em reunião conjunta das Células "Leocádia Prestes e Castro Alves", e solicitado informações ao fichado, da razão que levou ao conhecimento, digo, os componentes da Célula do Bigorrilho pedirem matrizes para propaganda somente do Pichado e não dos outros candidatos, informando ainda qual a razão de diversas pessoas terem recebido envelopes contendo cédulas do fichado sendo candidato à Presidência da República. (doc. nº 19 da Cel. L. Prestes). Consta, seu nome numa relação de cobrança do Comitê onde o mesmo consta ser contribuinte com a mensalidade de Cr$ 120,00, como membro estruturado na Célula Marcílio Dias (doc. 25 do C.M. de Curitiba).

09.10.1945 — Em carta assinada pelo secretário geral do Comitê Estadual do Paraná, e dirigida a LUIZ CARLOS PRESTES, solicita seja trocado nome de UBIRATAN PEIXOTO DE MATOS pelo fichado, referindo-se aquele como vacilante e oportunista e a este (fichado), como tendo se desincumbido das funções que lhes foram confiadas. E como sendo a maior expressão eleitoral de Curitiba. (doc. nº 152 do Municipal de Curitiba).

19.06.1946 — Foi credenciado pelo C.M. de Curitiba, para tomar parte no ampliado do Comitê Estadual do Paraná (doc. nº 51 do C.M. Curitiba). Ainda na mesma data, consta seu nome de uma relação de convocados de Curitiba. (doc. nº 117, do C.M. de Curitiba)

20.06.1946 — Em reunião do Comitê M. de Curitiba, uso da palavra, estando de acordo com um informe político de DARIO PRINZ, dizendo que "A SUPRESSÃO DA TRIBUNA POPULAR" é um início de reação achando necessário levar as massas as palavras de ordem para a luta contra a carestia. (doc. n. 112 do Comitê M. de Curitiba)

ANTONIO TREIS REIS DE OLIVEIRA

Em 15/10/68 - O fichado foi detido na cidade de Ibuna Est. de São Paulo, ocasião em que participava do XXXº Congresso da UNE.

Em 21/12/70 - Conf. Inf. nº 047/ CO/70-DPF, consta que o fichado participou de assaltos a bancos da av. Brig. Luiz Antônio na 2ª quinzena de dezembro de 1969, em São Paulo e pertencia ao GTA da ALN. Foi convidado para participar da criação de uma base guerrilheira no Norte do Paraná. (vp A.L.N.) e Album CENINAR/70

Em 17/02/75 - Em atenção ao Pedido Verbal do Cel. Martins do SNI, foi extraído cópia do presente e entregue em mãos ao Cel. Martins.

Em 08/05/78 - Conf. Jornal do Brasil de 29/0? fichado morreu fuzilado em 10/05/70. (V/P-Dia Nacional do Protesto).

BENEDITO PIRES

Em 29.10.80 — Conf. Of. nº 181-DRT (A-1) de 21.10.80, referente ao Jornal Boca do Trombone de 15.10.80, o fichado figura no Conselho Editorial e também como colaborador do referido jornal. (V/P JORNAL BOCA NO TROMBONE)

Em 18.03.81 — Conf. Infe nº 37/CI/SESP de 12.02.81, seria ministrado no período de 16 à 20 de fevereiro do corrente na Casa do Estudante Universitário, um curso sobre ensinamentos marxistas-leninistas. Estariam programados os seguintes temas: "CONJUNTURA ATUAL, FORMAÇÃO ECONÔMICA E SOCIAL e FORÇAS POLÍTICAS EM AÇÃO" sendo que o fichado falaria sobre um dos assuntos. (CI/SESP)

JOSÉ LAMARTINE CORRÊA DE OLIVEIRA LYRA

HISTÓRICO

Em 09.08.66 — Dados: Publicou o jornal "CORREIO DA MANHÃ" do Rio, em 2 de dezembro de 1965, um manifesto

assinado pelo fichado e outros, de protesto contra a prisão dos "intelectuais" (todos comunistas) por ocasião da abertura da Conferência da O.E.A. no Rio de Janeiro

Em 28/set/66 — Em 17 set 66 o fichado falou na concentração estudantil da Praça Tiradentes, após a passeata, declarando-se católico praticante e que a hora não é de divergências ideológicas e políticas, mas de uma união de todos contra a ditadura e, lembrando exemplos históricos de protestos semelhantes, asseverou aos universitários que "vocês passarão a história. (V. pasta Passeatas Estudantis)

Em 21.09.66 — Com ofício 806, o SNI solicitou o que contava a respeito do fichado, sendo feito of. 223/86, informando o que constava em 04.10.66

Em 14/out/66 — Em data de 16 mai 65, o fichado fez explanação aos estudantes sobre MARXISMO, CRISTIANISMO e os nomes de STALIN e LENIN, no Diretório Acadêmico Hugo Simas. (V. Pasta CAHS — Relatório Ag. Nelson Cunha)

Em 12 jun 67 — Nesta data o fichado obteve VISTO DE SAÍDA para URUGUAI e ARGENTINA

Em 18.03.68 — O DPF através do of. 1.202/CO/68, solicitou o que constava sobre o fichado, tendo sido atendido com of. 84/68 que encaminhou cópia Thermo-Fax da presente ficha.

Em 21 mai 68 — O fichado fez parte da mesa que recepcionou o deputado Márcio Moreira Alves, no dia 21 abr ocasião em que criticou violentamente o Governo Federal. (V. Inf. 12/68, na pasta SNI)

Em 05.05.70 — Consta que o fichado, auxiliou a JOÃO BONIFÁCIO CABRAL JR., para este mesmo estando cumprindo pena na Penitenciária Estadual, assistir a aulas e participar de provas de 2ª época aplicadas pelo fichado, no próprio presídio onde se encontrava Cabral. (Vide Inf. n. 27/70-IDN/Dep. Seg. da RVPSC-P/ de João Bonifácio Cabral Jr)

Em 21.02.72 — Em atenção ao of. n. 3010/73/DPF, foi extraído cópia da presente e enviado com of. n. 110/72

Em 27.03.72 — Em atenção ao PB n. 754/71/DSI/MJ, foi informado o que consta a respeito do fichado com of. n. 193/72

Em 26.07.72 — Em atenção ao PB, n. 26/AESI/UFPR, foi informado o que consta a respeito do fichado com of. n. 595/72

Em 03.08.72 — Em atenção ao of. n. 3065/SOPS/PS/SR/PR-SC/DPF, foi informado que já enviamos cópia a respeito d fichado com of. acima (of. n. 612/72)

Em 23.03.73 — Conf. Inf. n. 26/73-Set-Seg. RFFSA, no dia 29.05.73, realizou-se sob os auspícios da OAB uma cerimônia "In memoriam" a José Rodrigues Vieira Netto, ex-secretário geral do PCB no PR. Após a abertura dos trabalhos, o fichado segundo orador. Iniciou prestando a sua homenagem perpetua ao falecido professor. Prosseguiu tecendo comentários... "da heróica luta que se embrenhou Vieira, para a entrada do Brasil na guerra contra o nazi-fascismo. Falou na admirável, agiu em que eram empregadas as aulas do saudoso mestre. "Enalteceu a virtude honesta de que era possuidor como advogado". Humanista incomum, seu amor pelas pessoas, seu estudo vários autores de todas as correntes de pensamentos e filosofias. Disse que "Vieira era um dos mais ilustres representantes da minoria profética liderada por D. Heldes Câmara". "Herói, não super-homem. Herói porque perseguido, expulso, processado, ameaçado, preso, sua alegria servia de exemplo a todos". "Herói, porque conhecia as suas próprias licitações". Lembrou que "a cegueira e a tirania que dominaram nossa Pátria fizeram dele uma vítima". "Foi até o fim com amor a Justiça". "Servidor de igualdade e da liberdade". Inimigo dos tiranos. Finalizou enfatizando que o inesquecível colega foi um grande batalhador contra a preponderância de grupos, contra a escravidão dos povos e a negação da Justiça. (V/P-SET SEG. RFFSA)

Em 20.08.73 — Conf. Infão n. 63/73 — Desta, o fichado assistiu conferência na Faculdade de Direito da UFP do dia 11.08.73, conferência esta proferida por Heráclito Sobral Pinto, o qual discorreu sobre o tema "SOBRE O REGIME DE FORÇA, DITADURA MILITAR QUE ESTAMOS VIVENDO". (V/P Infão n. 63/73 — DESTA PASTA — HERÁCLITO SOBRAL PINTO)

Em 07.08.73 — Conf. Infe da Assessoria Esp. de Seg. e Informações da UFPR, consta que o fichado está atuando indiretamente do CURSO DE ATUALIZAÇÃO DA MULHER, e que está sendo requisitado por estudantes, para palestras, juntamente com outros contratos à Revolução de março de 64. (V/P NOMINADO)

Em 02.04.74 — Nesta data o fichado requereu Certidão negativa para fins de viagem ao Exterior, sendo DEFERIDO pelo Sr. Delegado Titular somente para este fim.

Em 13.03.73 — Conf. Infão n. 4/73 — IDN/RFFSA, em 1º março, na aula inaugural da UFPR, após palestras proferidas pelo professor João Régis Fassbender Teixeira, o diretor ofereceu a palavra do fichado, para que este prestasse uma homenagem a Ruy Barbosa. O nominado teceu um breve preâmbulo sobre as qualidades intelectuais de Ruy Barbosa contra "os regimes fortes" e também que este fora um "baluarte na defesa do sistema jurídico num regime ameaçado pela ditadura militar de Floriano". Encerrando enfatizou que "como todas as ditaduras passadas e presentes uma voz como a de Ruy Barbosa era de uma necessidade imperiosa. (V/P NOMINADO)

Em 17.03.75 — Em atenção ao Of. n. 171/75 — do presidente do Tribunal de Justiça foi informado que o nominado registra antecedentes com of. 331/75 em virtude do nominado ser candidato inscrito para o preenchimento de cargo de Desembargador naquele Tribunal.

Em 09.09.75 — Nesta data o fichado requereu Certidão Negativa para fins de viagem ao Exterior, sendo DEFERIDO pelo Delegado Titular desta, somente para este fim.

Em 12.01.76 — Em atencão ao Of. n. 001/76 do DOI/5ª RM foi informado o que consta a respeito do fichado com of. n. 47/76

Em 14.05.76 — Nesta data foi-lhe DEFERIDO, Cert. Neg. para fins de Visto de Saída. (V/P NOMINADO)

Em 02.02.77 — Em atenção ao PB n. 0091/77 - SNI, foi informado o que consta com of. n. 139/77

Em 25.03.77 — Conf. PB n. 338-E2/75, o fichado é membro da Comissão designada para criar o Instituto de Estudos Políticos Econômicos e Sociais. (V/P MDB)

Em 11.11.77 — Conf. recorte de Jornal Gazeta do Povo de 22.03.77, durante a reunião para a eleição da presidência do Conselho Federal da OAB, o fichado, demonstrou maior crédito ao representante do Rio de Janeiro, por ser ele amplamente politizado, partidário do MDB. (V/P RECORTES DE JORNAIS)

Em 12.12.77 — O fichado participou de uma reunião na Sede do Jornal Movimento, para tratar de escolha de um representante à reunião nacional do Jornal em S. Paulo no Sindicato dos Jornalistas profissionais daquele estado. (V/P D O I)

Em 28.06.78 — Conf. Relatório, o fichado e Francisco José Ferreira Muniz participaram da VII Conferência Nacional dos Advogados do Brasil, realizado em Curitiba/PR de 07 a 12.05.78, como defensores do tema: "O ESTADO DE DIREITO E OS DIREITOS DA PERSONALIDADE". (V/P CONFERÊNCIA)

Em 27.12.79 — Conf. Infe n. s/n. SI/DSI de 11.12.79, o fichado participou do DIA DA ANISTIA, promovido pelo CBA/CTBA, onde foram realizadas manifestações em prol da Anistia Ampla Geral e Irrestrita nos dias 14 e 22.08.79, o auditório do DASCISA foi o local usado pelo CBA para as reuniões preparatórias dos eventos, assim como impressões de panfletos e confecções de faixas e cartazes. Foram distribuídos panfletos e pichamentos de muros, coleta de assinaturas de populares em uma banca instalada na Rua das Flores. (V/P CBA)

Em 11.03.80 — Conf. Infe n. 023/80-SI/DSI/PR de 12.02.80, o fichado participou da reunião do C.S. no dia 08.02.80 na sede do CBA, na Praça Tiradentes, na qual representante do Sindicato dos Enfermeiros pediu através do C.S. para que o CBA ajude os enfermeiros caso estes venham a entrar em greve. Uma comissão de pessoas ligadas ao CBA, juntamente com o fichado que é advogado, estão tentando obter para o C.S. os serviços de um advogado criminalista da OAB, que tenha muitas amizades no meio policial para localizar e soltar rapidamente as pessoas que venham a ser detidas nos movimentos grevistas. (V/P SI INFORMES)

Em 24.06.80 — Conf. Infe n. 193-SI/DSI/PC/PR (A-2) de 20.06.80, o fichado foi componente de uma mesa redonda sobre a Democratização da Universidade, realizado no dia 11.06.80 no Auditório da Faculdade de Direito da UFPR, sendo que ao fazer o uso da palavra, disse que espera estar errado, mas não acredita na democratização da Universidade. Referiu-se à descentralização dos órgãos de repressão, que antes eram Polícia Federal, DOPS e SNI, agora em vários setores há grupos que tomam a responsabilidade da repressão em defesa da Segurança Nacional, como ocorre dentro das Universidades. Afirmou também que o contrário, que se fazia antes, agora se dirigentes das Universidades se reúnem para estudarem os meios de cumprirem as ordens que vêm de cima. Falou sobre a Universidade antes e durante as duas reformas ocorridas. (V/P SI/ INFORMES)

Em 05.09.80 — Conf. Infe n. 325/80 (A-2) SI/DSI/PC/PR de 04.09.80, o fichado participou no dia 29.08.80, de um Ato Público de repúdio aos atos de terrorismo que vêm ocorrendo em nossa Capital, realizado nas escadarias da Faculdade de Direito da UFPR, na Praça Santos Andrade. O nominado usou da palavra. (V/P SI/INFORMES)

Em 05.11.80 — Conf. n. 211/80-ASI/FUEL de 29.10.80, (A-1) o nominado participou do Painel "O ESTADO BRASILEIRO, análise e perspectiva" realizado em Londrina no dia 24.10.80, o evento foi promovido pela Associação dos Advogados de Londrina e subseção da OAB local, tendo sido realizado no anfiteatro da Associação Comercial de Londrina. O mesmo fez parte da composição da mesa. O fichado foi palestrista onde abordou o tema: "Malefícios dos Atos de Exceção na Propriedade Particular", campo de direito privado que é sua especialidade, na ocasião criticou duramente as distorções existentes na área, principalmente no campo da interferência do Estado, pelo não pagamento pelo governo de indenizações e outras aberrações praticadas, citando o código de Minas que permite a exploração de jazidas minerais por empresas estrangeiras e também o caso da interferência do Governo nas Universidades. Disse ainda que os governos da Revolução fizeram algumas coisas certas, mais que os erros cometidos por ela, foram superiores aos acertos e seus efeitos são profundamente maléficos ao povo brasileiro, ao término foi aplaudido demoradamente pela assistência. (V/P FUEL)

Em 18.05.81 — O fichado foi eleito em 05.05.81 para professor titular do Conselho Deliberativo da Chapa MOVIMENTO DOS PROFESSORES para a Associação dos Professores da Universidade Federal do Paraná, biênio 1981/1983. (V/P ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES DA UFPR)

VITÓRIO SOROTIUK

COMUNISTA: Diretor do Departamento de Imprensa e Publicidade do Centro Acadêmico Hugo Simas.

Em 22-3-1966 - Prestou declarações nesta DOPS sobre a passeata estudantil do dia 17-3-1966, nesta capital, passeata essa de luto e repúdio pela ação da Polícia Mineira em recente trote de calouros em Belo Horizonte. Não tomou parte na passeata porque na ocasião foi levado à presença do Diretor da Polícia Civil até o seu término.

Em 27-6-1966 - Soube-se que o fichado é atualmente membro do Comitê Estudantil do P.C., ligado à U.N.E.

Em 11/8/1966 - O fichado esteve nesta DOPS, prestando declarações, (vide passeata do mesmo). sobre o Congresso da UNE - (28°).

Em 5/9/66 - Por solicitação do Sr. Cel. Levy R. Bittencourt, com of. 764/SNI foi extraída Certidão do que consta, nesta Ficha, e feito cópias dos Auto de declarações do fichado.

EM 14 Out 66 - O fichado esteve presente ao 28° Congresso da UNE. V. pasta - UNE).

Em 15-10-66 - Conforme Relatório deste DOPS, o fichado como Diretor do Departamento de Imprensa e Publicidade do C.A.H.S., foi o autor dos cartases conduzidos na passeata estudantil de 17-3-66. (Ver pasra "UPE"). Em tempo: Na mesma passeata o fichado chegou a resgar um exemplar da Constituição Brasileira, dizendo: "NÓS ESTUDANTES, NÃO ADMITIMOS OS ATOS INSTITUCIONAIS, N°s 1 e 2.-

Em 14/1/67- Soube-se que o fichado, faz parte do MCD, (movimento contra a ditadura), órgãos ilegal, que atualmente está escrevendo frases de caráter subversivas, como "ABAIXO A DITADURA" - UNE" "MCD" etc.

Em 9 fev 67 — Em Relatório datado de 8 fev 67, consta que o fichado faz parte da Diretoria do MCD. (V. Relatório mencionado na pasta DOPS-Relatórios).

Em 9 fev 67 — Em Relatório datado de 8 fev 67, desta DOPS, consta que os números 1 e 2 do jornal "Revolução" foram datilografados na máquina particular do fichado. (V. Relatório mencionado na pasta DOPS Relatórios).

Em 15 fev 67 — Na Informação nº 1/SI/67, datada de 14.02.67, desta DOPS, consta que o fichado é responsável pela distribuição de panfletos subversivos pelo MCD (V. Informação mencionada na pasta DOPS-INFORMAÇÃO).

Em 5 abr 67 — O fichado faz parte do corpo de Redação do Jornal "FOLHA ACADÊMICA", apreendido por esta DOPS por conter matéria subversiva. (V. Relatório de 19 abr 67 em pasta da DOPS).

Em 30 jun 67 — O fichado tem promovido reuniões comunistas, na Rua Vicente Machado, nº 580. (V. Informe nº 12/67, desta DOPS).

Em 21 ago 67 — O fichado foi presidente da Comissão de Condução e Tática do Movimento Estudantil no Paraná, comissão essa organizada no Congresso Extraordinário da UPE, realizado nos dias 6, 7 e 8 do corrente mês, quando ficou estabelecido um "Calendário de Agitação", a ser seguido pela UPE. (V. Relatório de 9 ago 67).

Em 22 ago 67 — O fichado liderou a passeata e comício promovidos pela UPE, no dia 16 do corrente mês, sendo também um dos oradores. (V. Relatório de 17 ago 67).

Em 30 nov 67 — O fichado foi preso para averiguações e está indiciado no IPM que apurou as atividades do PCB no Paraná como comunista atuante pertencente à Ala Estudantil e membro do Comitê Municipal de Curitiba do Partido. (V. pasta PCB — Organização no Paraná).

Em 22.12.67 — Publicou a Tribuna do Paraná que o Juiz Darcy Risseti da 5ª RM aceitou a denúncia apresentada pelo Procurador Militar Jacy G. Pinheiro para apurar atividades subversivas no PR/SC, onde consta o nome do fichado como incurso nos arts. 23, 36, combinado com o art. 43 inciso III do Dec. Lei 314 de 13.3.67.

Em 13.3.68 — A advogada Odília Ferreira da Luz, requereu uma Certidão na qual constasse que o fichado nunca foi preso ou mantido em prisão por esta especializada, sendo atendida, em virtude de nada constar que comprovasse que o mesmo tivesse sido preso, conf. requerimento.

Em 02 mai 68 — O fichado participou do grupo que organizou todas as reuniões, manifestações e passeatas, do movimento estudantil, que se realizaram em Curitiba, em fins de março e começo de abril do corrente ano. (V. Relatório de 8 abr 68, desta DOPS, e Informação nº 12/68-IDN na pasta Movimentos Estudantis).

Em 25 jun 68 — O fichado encontra-se no Uruguai, onde deve ter entrado clandestinamente, pois não solicitou visto de saída nesta DOPS. (V. Informe SI nº 11/68).

Em 9.8.68 — Pelo ofício nº 1180 da Auditoria da 5ª RM, o fichado foi absolvido no IPM do PCB no Paraná, tendo a sentença passado em julgado. (V. Ofício aludido na pasta da Auditoria da 5ª RM).

Em 14.8.68 — O fichado está indiciado no Inquérito Policial nº 10/68 do DPF (V. Ofício Relação Nominal de 24.6.68 — Pasta DPF).

Em 20.8.68 — O fichado participou da Reunião realizada no dia 12.8.68, no Diretório Acadêmico Nilo Cairo, na qual esteve presente o estudante GILDO LACERDA, assessor de LUIZ TRAVASSOS, que veio tentar unir as duas ALAS DA UNE e fortalecer o movimento estudantil. (V. Informe SI nº 22/68 de 16-868 — DOPS).

Em 21.8.68 — O fichado conclamou os estudantes e o povo a participarem de uma passeata, através de um microfone instalado no caminhão da UPE, no dia 12 do corrente às 20 horas. Fez rápido discurso atacando as instituições. Fez novo discurso encerrando a passeata, dizendo não ser esta a última manifestação. (V. Relatório de 17.8.68 DOPS).

Em 5.9.68 — O fichado faz parte da Comissão de Segurança dos Estudantes, sita à Rua Mal. Floriano Peixoto, 114, 8º and. onde funciona o diretório Acadêmico de Eng. Química. Esta comissão tem por finalidade comandar a agitação estudantil e ultimar os preparativos para o XXX Congresso da UNE.

Em 26.9.68 — O fichado participou do Congresso Regional da UNE realizado em Curitiba de 16 a 20.9.68 no DCE. (V. Informação 31/68 — IDN)

Em 11.10.68 — O fichado esteve na Reitoria da UFPR, no dia 3.10.68, por ocasião da realização da reunião dos futuros participantes do Projeto Rondon onde juntamente com outros elementos tumultuou a reunião (que era presidida pelo Cel. Costa Rodrigues. (V. Relatório de 7.10.68).

Em 15.10.68 — O fichado foi detido na cidade de Ibiúna, Est. de São Paulo, ocasião em que participava do XXX Congresso da UNE.

Em 24.10.68 — O juiz Arylton da Cunha Henrique, da 2ª auditoria de guerra de São Paulo, atendendo solicitação do diretor do DOPS/SP, decretou a prisão preventiva por 90 dias, de 71 estudantes brasileiros que encabeçavam o XXX Congresso da Ex-UNE, que estava sendo realizado em Ibiúna-SP, como incursos na lei de segurança nacional. (V. RADIOGRAMA nº 192/GD DOPS, S/P de 23.10.68, pasta XXX Cong. UNE).

Em 20.12.68 — O fichado foi detido quando encontrava-se numa chácara, (conhecida por chácara do Alemão), juntamente com outros elementos, quando tentavam realizar o III minicongresso da UNE, em prosseguimento ao XXX congresso nacional da UNE em Ibiúna/SP. Também surpreendido pelas autoridades. Foi encontrado no local muitos manifestos subversivos, tentando a derrubada do atual governo bras. (V. recortes de jornais, pasta XXX congresso regional — UNE).

Em 26.12.68 — Foi apreendido no XXX minicongresso da UNE, o ante-projeto de carta política para a UNE, referente ao ano de 1969. (V. doc. pasta XXX minicongresso da UNE).

Em 26.12.68 — Com Rdg. 195 do DOPS/SP, é comunicado a esta DOPS, que continua em vigor a prisão preventiva decretada contra o fichado, em virtude do art. 10 do ato institucional nº 5 (V. pasta XXX congresso UNE).

Em 9.1.69 — Em atendimento ao Ministério da Marinha foi extraído cópia termo-fax da presente e enviada com of. nº 12/69.

Em 17.1.69 — O fichado compareceu à reunião do conselho de representantes da União Paran. dos Est. no dia 21.8.68 afim de deliberarem a posição a ser tomada, face a prisão do líder estudantil paranaense (Isamu Ito), ocorrido em Brasília. (V, inf. 37/68 IDN-RFFSA).

Em 27.1.69 — Foi extraído cópia da presente e enviado ao Juiz Auditor da 1ª Auditoria da 2ª RM-SP, com of. nº 70/69.

Em 24.3.69 — O fichado foi sentenciado a pena de 4 anos, sendo dois anos de detenção do art. 36 e dois anos de reclusão do art. 23, e perda de DIREITOS POLÍTICOS por cinco anos (V. of. nº 429/69 da Auditoria da 5ª Região Militar).

Em 12.8.69 — Consta que por ter participado do Congresso da ex-UNE em Ibiúna, a 2ª Auditoria condenou o fichado a dezoito meses de detenção. (V. DOPS/SP, rad. 127/.69).

Em 3.9.69 — Nesta data compareceu a Auditoria da 5ª RM, para ser "qualificado" no processo de que é acusado de nº 497

Em 28.01.70 — O fichado segundo of. 19/70 da P.P.C. encontra-se preso na Prisão Prov. de Ctba. à disposição da Justiça Militar. (V. Pasta Auditoria).

Em 17.02.71 — O fichado recebeu visita da sua noiva de nome DIVA RIBEIRO LIMA na Prisão Provisória do Au.

Em 03.08.71 — O fichado estava recebendo contribuição em dinheiro do CAHS no ano de 1971, conforme carta de NELSON OLIVAS e GERALDO ROBERTO CORRÊA VAZ DA SILVA. (V.P> CAHS).

Em 12.10.71 — Conforme ofício nº 3.019/71 expedido pelo DEPE, é informado que em data de 11 de outubro de 1971, em cumprimento ao Alvará de Soltura expedido pelo MM. Juiz Auditor da 5ª R.M. foi posto em liberdade o fichado em virtude de ter sido absolvido pelo Egrégio STM, em sessão realizada em 08.10.71, e expedido o competente alvará de soltura. V/P — Auditoria da 5ª R/M.

Em 17.09.79 — Conf. Infe nº 10/79 — DSI/SI de 31.08.79, o fichado ex-líder estudantil nos anos 1966 e 1969 processado e condenado a 4 anos de reclusão, encontrava-se exilado permanente na França, Anistiado retorna a Curitiba em 31.08.79, chegando no aeroporto Afonso Pena às 16:15 horas, estando programado muitas manifestações para recepção no aeroporto, organizada por elementos do CBA/CTBA, DASCISA e estudantes da UFP e UCP. Após a recepção haverá "roda de samba e chopada" que deverá acontecer no próprio DASCISA.

Em 29.10.79 — Conf. Infe nº 13/79-SI/DSI/PR de 20.09.79 o fichado participou de um simpósio realizado em 15.09.79 na Casa do Estudante Universitário, no qual participaram quatro das cinco chapas que o concorrem à eleição da UNE. Inicialmente o fichado usou da palavra como convidado especial, falou sobre suas atividades junto ao meio estudantil antes de ser preso. Disse que não lamenta os anos que passou na prisão e nem no exílio e nem tão pouco ter perdido anos de estudo, pois tudo o que fez foi apenas cumprir o seu dever, e espera que os estudantes de hoje prossigam a luta. (V/P SI/INFORME).

Em 01.11.79 — Conf. Info nº 31/79-SI/DSI de 29.10.79, participou da reunião às 19:30 horas do dia 27.10.79, na Vila Felix, num Colégio localizado na Via Rápida, Novo Mundo, a 5 quadras do Supermercado Parati, para tratar de assuntos referentes a campanha salarial, o nominado ficou encarregado de mandar um documento sobre a greve dos metalúrgicos para a Suíça. (V/P-SI/INFORMES).

Em 09.11.79 — Conf. Infe nº 36/SI/DSI de 06.11.79, o fichado participou da reunião realizada dia 30.10.79, ocorrida no corredor do 14º andar do Edifício Asa, nesta Capital, durante a reunião foi anunciado de que o CBA/CTBA, está programando a realização de uma Mesa Redonda, na qual será debatido o seguinte assunto: ANISTIA E AS LUTAS POPULARES.

Em 09.11.79 — Conf. Infe nº 16/SI/DSI de 25.09.79, o fichado participou da inauguração das Associações de Bairros no dia 23.09.79, nesta Capital, das Vilas Maria, Vila Nossa Senhora da Luz (CIC), Vila Ipiranga (Favela) e Vila Formosa (Favela), o nominado falou que está ao lado dos trabalhadores em suas lutas e pediu a eles que continuem lutando pelos seus direitos, principalmente o da alimentação pois alimento existe, disse ele, só que é privilégio de uma minoria.

Em 23.11.79 — Con. PB. nº 226/07/79-CI/SESP/PR, de 07.10.79, foram pedidos os dados recentes do nominado, reiteração política e o acompanhamento de seus atos. O nominado, participou de vários movimentos populares no Exterior e ainda mantém contatos com os mesmos. Manteve contatos com o movimento de Anistia do Brasil quando se encontra exilado no exterior, estando sempre a par da política brasileira. Faz parte atualmente da executiva do CBA/CTBA, é membro de honra da diretoria do DCE. Apóia as lutas populares, está ligado aos movimentos estudantis. Reside atualmente na Rua Saldanha da Gama, nº 59, apto. 8, Centro. (V/P-CI/SESP).

Em 28.12.79 — Conf. Infe nº 38 de 04.12.79, SI/DSI o fichado participou da reunião do COMITÊ BRASILEIRO PELA ANISTIA DE CURITIBA realizada dia 29.11.79, na sede do DASCISA, nesta reunião foi abordada a situação do CBA-CTBA, e feito um relato sobre o encontro dos CBAs realizado em SALVADOR-BA. (V/P-SI/INFORMES).

Em 28.12.79 — Conf. Infe nº 24/79-SI/DSI de 12.10.79, o fichado participou de uma reunião no dia 11.10.79, o ENCONTRO DOS PERSEGUIDOS POLÍTICOS que será representado o CBA por uma comissão no Congresso pela Anistia que se realizará em Salvador/BA nos dias 15 e 18.11.79, esta comissão fará contatos com pessoas interessadas em vir ao ENCONTRO em Curitiba. (V/P-SI/INFORMES).

Em 22.01.80 — Conf. Infe nº 42/79-SI/DSI/PR, de 13.11.79, o fichado participou da reunião realizada pelo Comitê de Solidariedade aos Metalúrgicos no dia 12.11.79, às 20:00 horas na sede do Diretório Regional do MDB, onde foi criada uma comissão Volante, a qual utilizará cinco carros, para circular o dia inteiro se for necessário, afim de fazer contatos entre os Comandos da Greve. (V/P-SI/INFORMES).

Em 22.01.80 — Conf. Infe nº 39/SI/DSI/PR, de 06.11.79, o fichado participou no dia 05.11.79, na sede do DASCISA, de uma reunião do COMITÊ DE SOLIDARIEDADE AOS METALÚRGICOS DE CURITIBA, durante a qual foi tratada a execução de tarefas das comissões do referido Comitê.

Em 28.01.80 — Conf. Infe nº 35/SI/DSI de 1º.11.79, o fichado participou da reunião realizada ontem no refeitório do DASCISA, onde foi criado o COMITÊ DE SOLIDARIEDADE AOS METALÚRGICOS. (V/P-SI/INFORMES).

Em 31.01.80 — Conf. Infe nº 57/SI/DSI/PR, de 14.12.79, o fichado participou de uma reunião realizada pelo CBA/CTBA no dia 13.12.79, na Gráfica do DASCISA. (V/P-SI/INFORMES).

Em 01.02.80 — Conf. RELATÓRIO/SI/DSI de 28.09.79, o fichado participou da reunião do CBA, realizada em 2.09.79, na APP, onde compareceram as entidades do MOIP e SAPAED.

Em 01.02.80 — Conf. Infe nº 22/SI/DSI/PR, de 10.10.79, o fichado compareceu à Assembléia realizada no dia 05.10.79, no pátio da Reitoria da Universidade Federal do PR, tendo como assunto a Luta pela Devolução do Patrimônio do DCE/UFP, Construção de um restaurante no Centro Politécnico, Luta contra a aprovação do projeto de transformação da UFP, em autarquia especial. O nominado fez uso da palavra.

Em 04.02.80 — Conf. Infe nº 30-SI/DSI/PR de 25.10.79, o fichado teve participação ativa na reunião realizada pelo CBA/CTBA, às 21:00 horas do dia 18:10.79 na sede do DASCISA.

Em 05.02.80 — Conf. RELAT. 02/79/03/12/79, o fichado participou do MOVIMENTO DOS TRABALHADORES DA CONSTRUÇÃO CIVIL, através do Comitê de Solidariedade, o qual fez uma carta à população para que fossem solidários aos mesmos. (V/P-SI/RELATÓRIOS).

Em 06.02.80 — Conf. Infe nº 018/PM-2 de 09.01.80, o fichado participou no dia 04.01.80, no auditório da Igreja Nossa Senhora de Guadalupe, nesta cidade, uma assembléia provocada pelo Grupo de Oposição ao Sindicato dos Enfermeiros e Empregados em Hospitais e Casas de Saúde de Curitiba, na qual foi decidido dár um prazo para que o Sindicato convoque uma assembléia geral da classe até o dia 20.01;80, caso contrário o grupo de oposição a convocará e tentará destituir a atual diretoria do mesmo. (V/P PMEP).

Em 12.02.80 — Conf. Infe nº 12/79-SI/DSI/PR de 17.09.79, o fichado juntamente com os ex-exilados José Carlos Oliveira Mendes e uma mulher chamada "GRAÇA", filiaram-se ao CBA/CURITIBA em uma solenidade especial realizada no Restaurante do DASCISA. (V/P CBA/CTBA).

Em 14.02.80 — Conf. Infe nº 51/79-SI/DSI/PR de 05.12.79, o fichado compareceu à uma reunião do COMITÊ DE SOLIDARIEDADE no dia 27.11.79, na Igreja de Guadalupe.

Em 15.02.80 — Conf. Infe nº 56/79-SI/DSI/PR de 13.12.79, o fichado participou de uma passeata coordenada pelo CBA/CURITIBA no dia 07.12.79, tendo início na sede do DASCISA e término no Museu da Praça Generoso Marques, onde o objetivo foi protestar contra as detenções de estudantes no Rio de Janeiro, São Paulo e Florianópolis/SC. O fichado representando o CBA/CURITIBA ressaltou em seu pronunciamento que: "O trabalhador é sacrificado juntamente co a média e pequena empresa, dentro de um modelo econômico que extermina as riquezas no Brasil, em benefício das multinacionais".

Em 28.02.80 — Conf. Relatório da DSI/DOP, de 20.12.79, o fichado esteve presente na Rodoferroviária, às 13:00 horas do dia 19.12.79, afim de recepcionar EXPEDITO DE OLIVEIRA

Em 28.02.80 — Conf. Infe nº 56/S.I./DSI, de 13.12.79, o fichado participou da passeata promovida pelo Comitê Brasileiro pela Anistia de Curitiba, realizada no dia 07.12.79, com início às 18:00 horas. (V/P-S.I./Informes).

Em 26.03.80 — Conf. Infe nº 125/80-PM.2 de 03.03.80, o fichado apóia clandestinamente o Grupo Revolucionário "ENFRENTANDO", que está em fase de estruturação, e tem como meta básica a mobilização e educação de massas, intervindo e comandando quaisquer movimentos de classes, principalmente o estudantil. (V/P/GRUPO REVOLUCIONÁRIO "ENFRENTANDO").

Em 27.03.80 — Conf. Infe nº 01/80-SI/DSI, de 03.01.80, o CBA de Curitiba realizou reunião no dia 02.01.80, na gráfica da DASCISA, na qual ficou estabelecido que o fichado redigirá um manifesto processando a Revista Cruzeiro pelo artigo publicado, taxando-o de comunista e por ter participado do incidente ocorrido com o Pres. da República em S. Catarina.

Em 02.04.80 — Conf. Relatório s/nº da DCI/SI de 20.12.79, o fichado esteve recepcionando EXPEDIDO DE OLIVEIRA ROCA, dia 19.12.79, na Rodoferroviária, onde foram abertas duas faixas com as seguintes frases: "Seja bem-vindo Expedido, a luta continua! Anistia Ampla, Geral e Irrestrita". Mais à tarde, o fichado juntamente com mais alguns elementos (fichados) dirigiram-se, em carros particulares, até o aeroporto afim de esperar por ALCINDINO BITTENCOURT PEREIRA, que não chegou devido ao mau tempo em Campinas/SP. À noite, o fichado compareceu ao Show musical realizado na Igreja de Guadalupe. (V/P/SI-RELATÓRIOS).

Em 17.04.80 — Conf. Infe nº 52/SI/DSI, de 25.03.80, o fichado participou no dia 22.03.80 de uma palestra sobre "Processo Político e Nação Brasileira", proferida por MIGUEL ARRAES, na A.L.E., a convite do Núcleo de bases do PMDB de Ctba. (VP/S.I.-Informes) A-2.

Em 08.05.80 — Conf. Infe (A-2) nº 110-SI/DSI/PC/PR de 30.04.80, o fichado esteve presente à reunião na Assembléia Legislativa do Estado em 21.04.80, onde havia a participação do visitante LEONEL BRIZOLA. (V/P PTB).

Em 20.05.80 — Conf. Infe nº 114-SI/DSI/PC/PR (A-2) de 06.05.80, o fichado participou de uma concentração no dia 01.05.80 na Praça 1 da Vila Nossa Senhora da Luz dos Pinhais promovida pelo CBA/CTBA, PT, PMDB, PTB, Pastoral Operária, Conselho de representantes das Associações de Bairros de Curitiba, o Comitê de Solidariedade.

Em 23.05.80 — Conf. Infe nº 133-SI/DSI/PC/PR (A-2) de 16.05.80, o fichado esteve presente nas solenidades de lançamento oficial do PMDB em Curitiba, realizado em 11.05.80, no Auditório da Igreja Nossa Senhora do Guadalupe. (V/P-

Em 16.06.80 — Conf. Infe (A-2) nº 167/80-SI/DSI/PC/PR de 04.06.80, o fichado, representando o PT, participou no dia 02.06.80 na sede do Diretório Municipal do PMDB/Ctba, de um encontro entre representantes de partidos políticos e de diversas entidades, ocasião em que foi debatido o tema "ELEIÇÕES DE 80". O fichado afirmou na ocasião, que seu partido também quer eleições para a Prefeitura de Curitiba/PR. (V/P/PMDB).

Em 27.06.80 — Conf. Infe (A-2) nº 195/80-SI/DSI/PC/PR de 24.06.80, o fichado representando o PT, foi um dos oradores no ATO PÚBLICO em favor de eleições em 1980, ocorrido dia 20.06.80 em Ctba-PR, o qual teve início na Praça Osório e término na Praça Generoso Marques.

Em 30.07.80 — Conf Infe nº 265/SI/DSI, de 22.07.80, o fichado esteve presente na reunião realizada na sede do CBA/Curitiba dia 17.07.80 com o objetivo de discutir assuntos inerentes a ameaças às bancas de jornais, por venderem jornais de cunho ideológico de esquerda: Hora do Povo, Movimento, Pasquim e outros. (VP/SI-Informes) A-3.

Em 06.08.80 — Conf. Infe nº 271-SI/DSI/PC/PR (B-2) de 28.07.80, o fichado participou em 22.07.80, de uma reunião do CBA de Curitiba realizada em sua sede na Praça Tiradentes, onde decidiram fazer dos atentados às bancas de Jornais um Ato Político para que as autoridades respondam sobre o que vem acontecendo. (V/P CBA/CURITIBA).

Em 11.08.80 — Conf. Infe nº 283-SI/DSI/PC/PR (B-2) de 06.08.80, o fichado compareceu após às 22:00 horas, após o término da reunião do PT no mesmo local. (V/P SI/INFORMES).

Em 12.08.80 — Conf. Infe nº 290-SI/DSI/PC/PR (B-2) de 08.08.80, o fichado em 05.08.80 participou de uma reunião do CBA/Curitiba em conjunto com outras entidades, em sua sede, e que teve por objetivo desenvolver campanhas para que a indicação do prêmio Nobel da Paz seja para as mães da Praça de Maio (campanha desenvolvida pelo Movimento das Mães da Praça de Maio Argentina), e pela libertação do professor DAVID MAXIMIANO DE SOUZA através de abaixo-assinados e telegramas e abaixo-assinado contra a nova Lei de Estrangeiros.

Em 01.09.90 — Conf. Infe nº 314-SI/DSI/PC/PR (A-2) de 28.08.80, o fichado participou do debate sobre o Estatuto dos Estrangeiros realizado em 21.08.80 na Igreja Nossa Senhora do Guadalupe nesta Capital. (V/P SI/INFORMES).

Em 31.10.80 — Conf. Infe nº 395/80-SI/DSI/PC/PR de 17.10.80, o fichado participou da reunião dia 16.10.80, na sede do CBA, localizada na Praça Tiradentes, 258/3º andar, conj. 06, tendo como objetivos Informes e Debates, os quais foram feitos por D. HELENA GRECO, presidente do Comitê de Anistia de Minas Gerais e ex-presidente do Movimento Feminino pela Anistia de MG. (V/P CBA).

Em 18.11.80 — Conf. Infe nº 405/80-SI/DSI/PC/PR de 07.10.80 (B-2), o fichado esteve presente no último dia 30 numa reunião realizada pelo CBA em sua sede nessa Capital, a qual teve como objetivo a discussão da proposta apresentada pelo prefeito de Curitiba, de montar uma banca para venda de jornais da Imprensa Alternativa. (V/P-CBA/CTBA).

Em 23.02.81 — Segundo Informante o fichado é filiado ao PT. (V/P-PARTIDOS POLÍTICOS) (A-2).

Em 05.02.81 — Conf. Infe nº 49/81-SI/DSI/PC/PR, de 18.02.81 (A-1), foi realizado nos dias 14 e 15.02.81, no salão da Igreja Imaculado Coração de Maria, nesta Capital, o II ENCONTRO REGIONAL DO PARTIDO DOS TRABALHADORES - PT. O nominado fez parte da mesa de debates onde forar discutidos assuntos gerais sobre o Partido, abordando os temas: LEI DE SEGURANÇA NACIONAL, MORDOMIA DAS FORÇAS ARMADAS, SUFOCO DO TRABALHADOR e B.N.H. (favelas de material). (V/P-PT).

Em 06.04.81 — Conf. Infe nº 015/81-ASI/FUEL de 24.02.81 (B-2), o nominado fez parte da composição da mesa diretora nos trabalhos em pauta do VII CONGE, realizado em CTBA, no auditório do Colégio Estadual do PR. nos dias 12 à 15.02.81. Onde os assuntos foram: No dia 12.01 — LUTAS EDUCACIONAIS, dia 14.02 — CAMPANHAS POLÍTICAS-FINANÇAS, no dia 15.02 — SUBSECRETARIAS DA UNE — POLÍTICA INTERNACIONAL. O nominado é da Comissão Regional do PT, ex-militante do PCB, atualmente ligado ao MR-8. Na oportunidade o mesmo uso da palavra abordando aspectos de sua vida estudantil, suas prisões, a vida no exílio, as perseguições políticas e policiais sofridas e que de agora em diante pretende volar a estudar e continuar mili[illegible] no Movimento Estudantil, inclusive pretende chegar a fa[illegible] parte da diretoria da UNE. (V/P-UNE).

Em 02.06.81 — Conf. Infe nº 188-SI/DSI/PC/PR (A-2) de 29.05.81, o fichado participou do Ato Público contra os atentados à bomba ocorridos por partidos políticos de oposição, entidades estudantis e contestatórias, sendo que foi um dos oradores durante o ato. (V/P ATENTADOS À BOMBA).

Em 03.06.81 — Conf. Infe nº 187-SI/DSI/PC/PR (A-2) de 29.05.81, o fichado participou da reunião do PT realizada em sua sede à Rua Carlos de Carvalho nº 58, onde foi tratado o problema de filiações do Partido, tendo sido informado aos presentes que faltam aproximadamente 100 filiações, para o partido poder se inscrever no TRE, ara poder concorrer às próximas eleições, sendo que na ocasião fichado afirmou que o Sr. BUCOSKKE, será lançado pelo PT para governador do Estado. (V/P PARTIDOS DOS TRABALHADORES).

Em 11.06.81 — Conforme Infe nº 42/ASI/FUEL, de 16.04.81, o Jornal Alternativa "Fala Paraná", editado em Londrina, pela Edições Paraná S/C — Editora de livros, jornais e revistas, em sua edição de abril, apresenta algumas alterações em relação aos seus membros, tendo sido introduzido o fichado no Conselho Editorial. (VP/FUEL) B-2

Em 13.07.81 — Conf. Relatório da S.I., de 08.06.81, o fichado participou da reunião realizada dia 07.06.81, [illegible] E.U., ocasião em que foram discutidos os seguintes assuntos: [illegible]ção de Chapas; Convenção que será realizada dia 21.06.81 e boletim de convocação e outros assuntos burocráticos do Partido dos Trabalhadores. (S.I.-Relatórios).

Em 23.07.81 — Conf. Ine nº 258-SI/DSI/PR (A-1) de 17.07.81, o fichado é 1º Secretário da Comissão Executiva do Diretório Municipal do PT em Curitiba. (V/P OSI — Organização Socialista Internacionalista).

Em 02.10.81 — Conforme Relatório desta D.S.I. datado de 10.09.81, realizou-se no plenário da Assembléia Legislativa dia 06.09.81, a Convenção Regional do Partido dos Trabalhadores do Estado do Paraná, tendo fichado feito uma explanação a respeito do Estatuto e o que será feito pelo Partido.

Em 12.01.81 — Conf. Relatório DSI/DOP de 21.12.81, o fichado participou em 19.12.81 de um Ato Público Unitário das Oposições — Por eleições Livres e Limpas em 1982 e Contra o Pacote Eleitoral realizado na Praça Osório, onde teceram comentários contra o Regime Atual e ao Pacote Eleitoral em tons pejorativos. (V/P DOP).

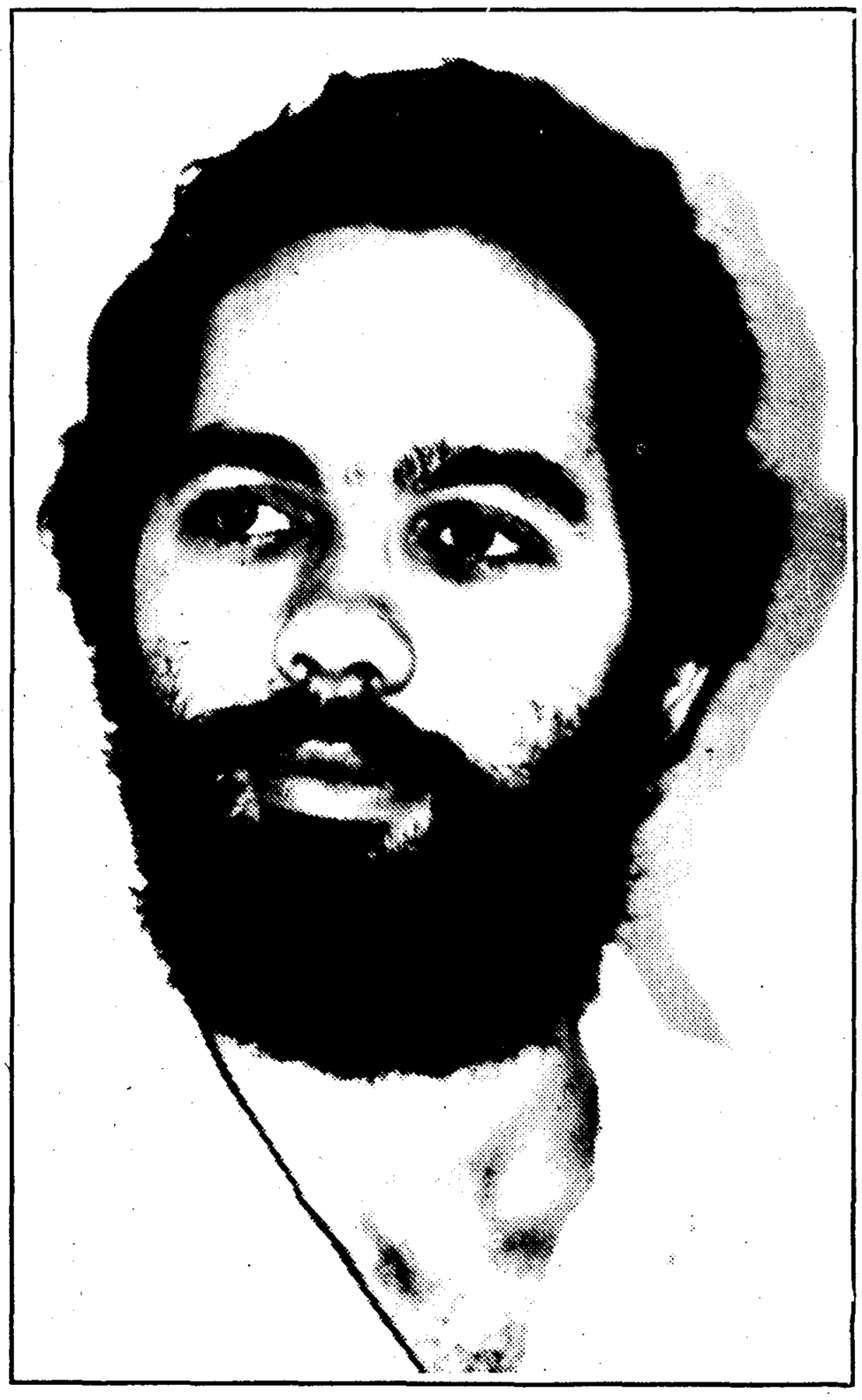
Em 28.05.82 — Conforme Relatório datado de 10.05.82, da Subdivisão de Informações, realizou-se dia 07.05.82, na Praça Rui Barbosa, Comício de lançamento oficial dos candidatos do PT ao governo e senado pelo Estado do Paraná, tendo o fichado coordenado todo o trabalho. (PT).

Em 01.07.82 — Conforme Relatório da S.I. datado de 26.05.82, realizou-se nos dias 21, 22 e 23.05.82, no Plenário da Assembléia Legislativa o XXVI Congresso da União Paranaense dos Estudantes, tendo o fichado na ocasião abordado o tema "CONJUNTURA NACIONAL", criticou o governo pelo "atual estado de coisas". (S.I. Relatórios).

Em 15.01.82 — Conforme Infe. nº 40, de 02.12.83, da Subdivisão de Informações o fichado participou do lançamento do Movimento Nacionalista Democrático, realizado no C.E.P. dia 25.11.83. Temas abordados: eleições diretas; revogação da L.S.N.; defesa do monopólio estadual, reforma agrária, acordo monetário com o F.M.I. (SI/informes).

ANISTIA

Nós do Legislativo precisamos elaborar um projeto de ANISTIA, que dignifique a Nação brasileira. Que reintegre todos os brasileiros atingidos por punições em decorrência de crimes políticos, sem discriminar aqueles que lutaram pela libertação de nosso povo através da luta política armada. Precisamos efetivar uma ANISTIA que venha "sem remendos e ranhuras, imaculada como a sua índole" assim como imagina Carlos Drummónd de Andrade.



"ANISTIA, teu nome é perdão. Mas como perdoar a quem não cometeu falta ou delito, e, não os cometendo, foi castigado? Se teu nome é perdão, deve este ser pedido às vítimas da injustiça e o arbítrio? Em vez de compaixão, neste caso, a anistia precisava ser um ato de arrependimento seguido de reconhecimento público e proclamação da injustiça. O perdão cabe ao ofendido. E há muitos ofendidos e humilhados que, sem culpa, tiveram de pagar pelo crime que não perpetraram.

Anistia, teu nome é esquecimento. É fácil esquecer. Quase não fazemos outra coisa todos os dias. Esquecemos a hora, o compromisso, o encontro trivial, a pequena obrigação, o pequeno prazer e a pequena dor. Nossa vida é um tecido de esquecimento, sabiamente preparada pela memória, que não teria capacidade de expor e ruminar os milhões de atos e tentativas de atos, pensamentos, sentimentos e sensações que compõem um dia na Terra. E são milhares de dias sob esse depósito de acontecimentos e fantasmas de acontecimentos que nos cercam e nos penetram. Se fôssemos guardá-los todos, que seria de nossa vida e nosso tempo? Eliminá-los pelo santo esquecimento, bálsamos de Deus ao mundo, pois não só anula o insignificante como tonifica a alma. Entretanto, tudo se pode, se deve e convém esquecer, quando é santo esquecer.

Se a anistia é um processo de esquecimento, que será da História? E que será dos esquecidos, se eles mereciam ser lembrados, vivos ou mortos que estejam, por que a injustiça os marcou? Vamos esquecer os infratores da lei geral, se isto ajuda a normalidade política, e se essa lei merecia mesmo ser respeitada, pois há leis tão desprovidas de espírito legal que não se dão ao respeito. Mas, e aqueles que nem isso fizeram, aqueles que não infringiram lei alguma, justa ou absurda, esses merecem perdão ou reparação total?

Anistia, começo a não compreender teu sentido. Vens com um ramo de oliveira na mão direita, mas ocultas na outra algo parecido com uma vergasta. Perdoas a quem não precisava ser perdoado, mas exaltado, em vez de te curvares diante dele, porque sofreu punição iníqua, já é estranho perdão. E distinguir entre os que devam ser perdoados, para excluir os que faziam jus a perdão, pois não são criminosos comuns, soltos pela cidade, incapturáveis e impunes; excluí-los do perdão que justamente lhes é aplicável, isto eu não entendo.

Anistia, vens pela metade ou por dois terços? Consideras-te ampla e estritas as dobras de tua veste? Absorveste mal o significado da palavra perdão, omites a profundidade da palavra esquecimento? Discriminas onde a razão, a filosofia e a ciência política se eximem de fazê-lo?

Ou vens tímida, precavida, no cálculo (ou na esperança) de que mais tarde se corrigirão os erros que deliberadamente cometes, restringindo-te a ti mesma em teu poder absoluto? Guardas para o futuro uma segunda edição de teu espírito, amplo por natureza? Estabeleces o crediário em matéria de justiça, de magnanimidade e visão política? Tens disfarçado no colo um conta-gotas, ou soletras à noite um manual de casuística, para aplicar à urgente realidade brasileira a Summa de Casíbus Penitentialibus?

Demoraste tanto a vir, e pareces hesitar ainda na etapa final do caminho. Consultas papéis e mais papéis, como se no papel, e não no espírito que em todos os tempos te inspirou, estivesse a indicação precisa do teu roteiro. Um só papel e umas poucas linhas te bastam. Esquecimento e perdão (já que não haverá pedido de perdão a muitos dentre os perdoados) não ocupam espaço excessivo na página. Ou preferes fazer maior consumo de palavras se estas, e só estas, bastam?

Julgas-te sábia, se limitas o raio da tua sabedoria? Tens-te por generosa, estabelecendo condições para a tua generosidade? Sabes que podias ser perfeita, e a perfeição não te apraz?

A conveniência política poderá acolher-te com aplausos, considerando-te a melhor que se poderia almejar no momento, e nesse caso te colam a etiqueta de provisória ou mais ou menos. Mas eu queria ver-te resplandecente em tua pureza e integridade. Queria aplaudir-te na generalidade e profundidade de teu conteúdo clássico. Uma bela dá idéia de manifestar-se sem remendos e ranhuras. Não podes trazer uma pereba na perna venusina. Vem completa, vem de túnica imaculada, vem nua, anistia. E nua, não darás margem a murmurações e recriminações, protestos, ressentimentos, vociferações e lágrimas. Assim te desejo, assim te espero para os que necessitam de ti e os que já não necessitam, pois habitam a mansão além da política, das crises sociais e da injustiça (como, e com que ridículo, anistiar um Juscelino, um Lacerda?). Quero-te alta e perfeita, e não uma baixinha anistia de quatro dedos e andar cambaio. Quero que voes. Com asas te imagino, sobre os desencontros e mesquinhezas dos pobres intérpretes de tua grandeza luminosa".

Somente assim poderemos entender o verdadeiro significado de ANISTIA palavra única de natureza eterna e caminho de paz.

Sala das Sessões, 29 de junho de 1979 - Discurso do Deputado Federal (PMDB) Heitor Alencar Furtado, covardemente assassinado em 22.10.82. (Este discurso encontra-se na Pasta de Heitor na DOPS)

SECRETARIA GERAL INFORMA

A Executiva Regional e a Fundação Pedroso Horta lançaram no dia 1º de agosto o Comitê Estadual do Meio Ambiente do PMDB, que ficou com a seguinte:

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente: Paulo Salamuni
1º Vice-Presidente: Renato Adur
2º Vice-Presidente: Paulo Roberto Pereira de Souza
Secretário: Mauri César Barbosa Pereira
1ª Secretária: Zilna H. Domingues
Tesoureiro: Paulo Cerdeira
1º Tesoureiro: Antonio Carlos Molina
Vogais: Sabino Campos, Leopoldino de Abreu Neto, Alberto Baccarin, Luís Miguel Justo Silva

CONSELHEIROS:

01 - Adelmar Geraldo Pasternak - Londrina
02 - Adir Parizzotto - Toledo
03 - Albanor José Ferreira Gomes - Prefeito Araucária
04 - Alfeu José Gonzato - Prefeito Vera Cruz do Oeste
05 - Alfredo Van Der Neut - Prefeito Irati
06 - Antonio Mateos Nunes - Departamento Trabalhista
07 - Aurasil Rodini Netto - Juventude
08 - Cleiton Bordini Crisóstomo
09 - Carlos Arthur Kruger Passos
10 - David Baggio - Curitiba
11 - David dos Santos Cassoli - Prefeito Porto Amazonas
12 - Doático Alcides dos Santos - Vereador Curitiba
13 - Elias Abraão
14 - Geraldo Souza - Curitiba
15 - Gelson Weaninghoff - Foz do Iguaçu
16 - Homero Oguido
17 - Irondi Pugliesi - Departamento Feminino
18 - José do Carmo Garcia - Prefeito Cambé
19 - José Decineo Catâneo - Prefeito Cambira
20 - José Domingos Scarpelini - Prefeito Apucarana
21 - José Maria Ferreira - Prefeito Ibiporã
22 - Lauro Lobo Alcântara - Pato Branco
23 - Luciano Marchesini - Curitiba
24 - Luiz Fernando Gomes Braga - Curitiba
25 - Mauro Sérgio Rocha - Curitiba
26 - Marlene Zamin - Curitiba
27 - Nizan Pereira Almeida
28 - Neivo Beraldin
29 - Osmar Dias
30 - Paulino Heitor Mexias - Maringá
31 - Pedro Imar Mendes Prestes
32 - Plínio Sotti Lopes - Guarapuava
33 - Reinaldo dos Santos - Curitiba
34 - Riad Salamuni - Curitiba
35 - Stênio Salles Jacob - Curitiba
36 - Laudemir Turra - Prefeito Cordélia

Todos os diretórios municipais devem indicar um representante para fazer o elo de ligação entre o Comitê Estadual e os municípios.

SEMINÁRIO ESTADUAL

Dia 17 de agosto, o PMDB do Paraná vai realizar o Seminário Estadual, com a presença do governador Roberto Requião.

O evento será na Universidade Popular do Trabalho, em Curitiba, das 8h30h às 17:30h, e todos os diretórios municipais devem indicar, antecipadamente, as pessoas que irão participar.

CONVENÇÕES MUNICIPAIS

No último dia 28, o PMDB realizou convenções nos municípios que ainda não tinham o partido organizado. Com isso, o PMDB fica estruturado em todos os municípios do Paraná.

TRABALHISTA

O Departamento Trabalhista do Diretório Regional do PMDB realizou sua convenção no dia 28 de julho e elegeu a sua direção, assim composta:

Presidente: Wilson Teixeira
1º Vice: Luís Carlos Gomes
2º Vice: Reginaldo Bezerra da Silva
Secretário-Geral: Elvis Eduardo Galliano
1º Secretário: Walter Maria
Tesoureiro: Mário Antonello
1º Tesoureiro: Germano José Pavelkiewicz
1º Suplente: Miguel Borges Pinto
2º Suplente: Severino Saturnino do Nascimento
Delegados à Convenção Nacional:
Carlos Antônio Tortato
Sinai Cássio de Oliveira Silva
Suplentes de Delegado:
Luís Fernando E. de Carvalho
Antônio Carlos Alves Lourenço

A primeira meta da nova direção é organizar o setor trabalhista em todos os diretórios municipais do estado.

Outra informação do Departamento Trabalhista é que ele já tem o seu jornal próprio, o Zé da Silva, que já está circulando em todo o Paraná.

CURSOS DE FORMAÇÃO

A Fundação Pedroso Horta vai promover cursos de formação política para os peemedebistas. Dia 14 de setembro o tema será **formação de lideranças da Juventude,** no dia 28 sobre **formação de lideranças do Movimento Feminino** e nos dias 26 e 27 de outubro vai ser a **preparação dos candidatos às eleições.**

Maiores detalhes serão divulgados oportunamente.

DEBATES COM SECRETÁRIOS

Visando integrar a política do partido com o governo estadual, a Executiva Regional está promovendo toda primeira segunda-feira de cada mês, sempre às 20 horas, debates com secretários de estado para discutir as ações de suas pastas.

Já debateram no Diretório os secretários Osmar Dias, Heron Arzua e Carlos Passos, além do presidente do Banestado, Heitor Wallace.

Compareça.

FEMININO

O Departamento Feminino do PMDB está organizado.

Eis a sua Diretoria:

Presidente: Irondi Pugliesi
Vice-Presidente: Laurita Costa Rosa
Secretária-Geral: Maria Emília Tenório Arruda
1ª Secretária: Rosali Masiero Campos
Tesoureira: Alice Sabino Rossi
Suplentes: Ivone Kiel, Lindomar Solange Stadler Quintana, Sandra Ferrari Turra.

A nova lei eleitoral

* A eleição para prefeitos e vereadores está marcada para 3 de outubro. Nos municípios com mais de 200 mil eleitores, se nenhum dos candidatos a prefeito atingir maioria absoluta de votos, os eleitores voltam às urnas no dia 15 de novembro.

* Na mesma data serão realizadas eleições para prefeitos, vice-prefeitos e vereadores nos municípios que venham a ser criados até 1º de maio de 1992. Nestes novos municípios o domicílio eleitoral será comprovado pela inscrição nas seções eleitorais que funcionam dentro dos limites territoriais do novo município.

* Somente os partidos com registro definitivo obtido no TSE até 5 de julho de 1992 poderão apresentar candidatos. O dia 5 de julho é o prazo final também para registro dos candidatos, que devem ser escolhidos pelas convenções até 24 de junho.

* A lei mantém o prazo de seis meses para a filiação dos candidatos e fixa em 12 meses o prazo mínimo de troca de domicílio eleitoral. Nas eleições municipais de 1988, o prazo para troca de domicílio foi de quatro meses, enquanto nas eleições do ano passado este prazo mínimo sequer existiu. Uma das inovações da lei é proibir a transferência de títulos eleitorais de um município para outro no mesmo estado no ano da eleição, o que anteriormente era permitido até 100 dias antes do pleito.

Os atuais prefeitos, vices e vereadores só poderão transferir títulos se renunciarem a seus mandatos.

* Cada partido poderá registrar candidatos para a Câmara Municipal em número de até o dobro de cargos a serem preenchidos. No caso de coligação, independente do número de partidos participantes, o número de candidatos registrados corresponderá ao triplo de lugares a preencher.

* Nos municípios com mais de 100 mil eleitores, as mesas receptoras de votos funcionarão também como mesas apuradoras, o que deve acelerar o processo de apuração.

* Até quatro meses antes das eleições e até o final do mandato, o prefeito não poderá conceder reajustes salariais ao funcionalismo acima da inflação. Neste mesmo período não pode haver também contratação, demissão ou transferência de servidor público, estatutário ou não, da administração pública, centralizada ou descentralizada, de âmbito estadual ou municipal.

* A propaganda eleitoral por quadros ou painéis de publicidade e outdoors, que antes só era feita se houvesse concordância do juiz eleitoral, agora está liberada, bastando para isso que os candidatos observem as regras de distribuição de espaço constantes da lei.

Nenhum candidato poderá usar mais da metade dos espaços existentes no município para colocação de outdoors ou outras formas de propaganda.

* O direito de resposta, antes garantido apenas na propaganda gratuita, é estendido aos veículos impressos. Também ficou garantido que os comprovadamente atingidos, mesmo após o término da propaganda, terão direito a resposta, em termos aprovados pela Justiça Eleitoral.

* A propaganda gratuita em rádio e TV, ao contrário dos 90 minutos das últimas eleições e dos 120 minutos da eleição presidencial, durará 80 minutos, divididos em um bloco pela manhã e outro à noite. O acesso ao horário está limitado a partidos que em 90 elegeram pelo menos um representante para o Congresso e três para assembléias. Dos 80 minutos diários, 30 serão divididos na proporção das representações no Congresso, 30 na proporcionalidade das representações nas assembléias e os 20 restantes serão divididos igualmente entre partidos com candidatos.

* Os institutos de pesquisa terão, três dias antes da divulgação de pesquisas de intenção de voto, de informar ao TRE quem solicitou a pesquisa, de onde vieram os recursos para ela, a metodologia usada e o período de realização.

* Para fins de apuração prevalecerá o nome do candidato, mesmo que o número indicado pelo eleitor seja discordante.

Juventude contra Quércia

Em reunião extraordinária, a Executiva Estadual da Juventude do PMDB paranaense, decidiu por unanimidade tirar uma moção de apoio ao governador Roberto Requião pela sua postura firme e combativa, às críticas ao ex-governador Orestes Quércia. Falando em nome da Juventude do Paraná, Romeu Canedo, presidente da JPMDB, afirmou que os jovens não podem ser omissos diante das graves denúncias que envolvem o presidente nacional do PMDB, como a venda da VASP, o escândalo da Raspadinha, a compra irregular de aparelhos israelenses, a existência de um caixa dois para sua campanha presidencial, quando ocupava a chefia do Executivo paulista, etc, etc.

Os jovens, concluiu Canedo, "sempre se pautaram por uma postura de decência, coerência e honestidade na atuação política e por isso, honrando esses princípios, dão todo apoio ao governador Roberto Requião e defendem o afastamento do Sr. Orestes Quércia da Presidência do PMDB".

CONVENÇÃO DA JUVENTUDE

No último dia sete de julho passado, foi realizada em Curitiba, a X CONVENÇÃO ESTADUAL DA JUVENTUDE DO PMDB, quando foi eleito o Novo Diretório na nova Comissão Executiva. Contando com a participação de diversos municípios do interior e das zonais de Curitiba, a convenção demonstrou mais uma vez a força da moçada, que tem voz para juntamente com o Diretório Regional, levantar cada vez mais alta a bandeira das transformações políticas e sociais que o PMDB vem defendendo em luta de longa data.

O novo diretório formado após várias reuniões com representantes políticos da juventude de diversos pontos do estado, vem com sua nova Comissão Executiva, encabeçada pelo companheiro da cidade de Congoinhas, Romeu Canedo.

Em seu discurso de posse, o novo presidente conclamou a juventude de todo o Paraná, para tomar púlso nas decisões que afetem o destino do estado e mesmo do Brasil. Continuando em seu discurso, disse que, a juventude também é responsável em manter o Partido nos caminhos de seus ideais, e a coerência com seu discurso programático, além de se opor as injustiças que castigam os nossos trabalhadores tanto nas cidades como no campo.

Ainda na oportunidade recebemos a visita de algumas autoridades do governo, como o Sr. secretário da Educação, Prof. Elias Abraão, Germinal Póca, diretor do Departamento Estadual de Estradas e Rodagens, o diretor empresarial do Porto de Paranaguá, Erasmo Garanhão e ainda a presença do presidente do Diretório da 2ª Zonal, companheiro Ary Stroher.

APOIOS

A nova Executiva da JPMDB, foi recebida no dia 16 de julho passado, pelo governador Roberto Requião, onde recebeu apoio político, necessário para a realização das diretrizes de trabalho propostas pelo novo Diretório. O governador falou ainda da questão quanto ao posicionamento da JPMDB, que sempre se pautou pela clareza e honestidade, ressaltando a necessidade da juventude lutar por mais espaço nas decisões a nível de partido.

Recebida também pelo vice-governador e secretário dos Transportes, Mário Pereira, a nova Executiva foi parabenizada pela convenção realizada. Mário Pereira prometeu seu empenho político, nas decisões tomadas pela juventude.

Um outro importante apoio foi recebido do presidente do Diretório Regional,, companheiro Nivaldo Kruger, que durante almoço oferecido pelo mesmo, colocou que os jovens receberão toda a ajuda para a realização dos trabalhos, que ora iniciam.

MDB EM AÇÃO NOS COMÍCIOS RÁDIO E TELEVISÃO

ARQUIVO PÚBLICO PARANÁ

DEMOCRACIA

COM DESENVOLVIMENTO E JUSTIÇA SOCIAL

NILTON ABEL DE LIMA

PT1371.L54

ÍNDICE

Pág.

1 – Membros da Comissão Executiva do Diretório Nacional do MDB 1
2 – Diretório Nacional-Membros Efetivos 2–3
3 – Representantes do MDB na Câmara dos Deputados 4–5
4 – Representantes do MDB no Senado Federal. 5
5 – Palavra aos Correligionários 6–10
6 – O que é o MDB 11
7 – Princípios Fundamentais do Programa do MDB 12
8 – Papel da Oposição 16–17
9 – O AI–5 e o MDB 18
10 – A Normalidade Democrática e o MDB 19
11 – Voto Direto para todos os Cargos Eletivos e o MDB 20–21
12 – Porque o MDB luta por eleições diretas 22–23
13 – Eleições Diretas, Segurança Nacional e o MDB 24
14 – Não Vote em Branco, Vote no MDB 25
15 – O Governo não Responde e não Admite ser Fiscalizado pelo MDB e pelo Legislativo 26–27
16 – Porque o MDB Luta pela Liberdade de Imprensa 28–30
17 – Os Direitos do Homem e o MDB 31–32
18 – Os Direitos da Mulher e o MDB 33–34
19 – A Juventude e o MDB 35–36
20 – A Educação e o MDB 37–38
21 – A Saúde e o MDB 39–40
22 – O Desenvolvimento e o MDB 41–43
23 – Política Econômico-Social e o MDB. 44–46
24 – Distribuição de Renda e o MDB 47–48
25 – Custo de Vida, Espoliação Salarial e o MDB 49–56
26 – O Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e o MDB 57–60
27 – O INPS e o MDB 61–62
28 – A Habitação Popular e o MDB 63–65
29 – O Nacionalismo e o MDB 66–67
30 – O Sindicato e o MDB 68
31 – A Situação do Campo e o Programa Agrário do MDB 69–70
32 – A Agricultura e o MDB 71–72
33 – O Problema Urbano e o MDB 73–74
34 – O Municipalismo e o MDB 75–77
35 – Remuneração Justa para os Vereadores e o MDB 78–79
36 – O Menor Abandonado e o MDB 80

MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO
DIRETÓRIO NACIONAL

MEMBROS DA COMISSÃO EXECUTIVA

Presidente: Dep. Ulysses Guimarães
1o.-Vice-Presidente: Sen. Danton Jobim
2o.-Vice-Presidente: Dep. Aldo Fagundes
3o.-Vice-Presidente: Dep. Tancredo Neves
Secretário-Geral: Dep. Thales Ramalho
1o.-Secretário: Sen. Franco Montoro
2o.-Secretário: Dep. Laerte Vieira
1o.-Tesoureiro: Dep. Ário Theodoro
Líder no Senado Federal: Sen. Amaral Peixoto
Líder na Câmara dos Deputados: Dep. Laerte Vieira

VOGAIS

Dep. Anapolino de Faria
Dep. Argilano Dario
Sen. Ruy Carneiro
Dep. Ney Ferreira

SUPLENTES

Dep. Joel Ferreira
Dep. João Menezes
Dep. Henrique Alves
Dep. Vinícius Cansanção
Dep. Adalberto Camargo
Dep. José Mandelli

ARQUIVO PÚBLICO

MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO

REPRESENTANTES
CÂMARA DOS DEPUTADOS

Acre
Ruy Lino

Amazonas
Joel Ferreira

Pará
João Menezes
Júlio Viveiros

Maranhão
Freitas Diniz

Piauí
Severo Eulálio

Ceará
Álvaro Lins
Oziris Pontes
Paes de Andrade

Rio Grande do Norte
Henrique Alves
Pedro Lucena

Paraíba
Janduhy Carneiro
Marcondes Gadelha
Petrônio Figueiredo

Pernambuco
Fernando Lyra
Marcos Freire
Thales Ramalho

Alagoas
Vinícius Cansanção

Bahia
Francisco Pinto
João Borges
Ney Ferreira

Espírito Santo
Argilano Dario
Dirceu Cardoso

Rio de Janeiro
Adolfo de Oliveira
Alberto Lavinas
Ário Theodoro
Brígido Tinoco
Hamilton Xavier
Peixoto Vilho
Walter Silva

Guanabara
Alcir Pimenta
Bezerra de Norões
Flórim Coutinho
Francisco Studart
JG de Araújo Jorge
Jair Martins
José Bonifácio Neto
Léo Simões
Lisâneas Maciel
Marcelo Medeiros
Pedro Faria
Rubem Medina
Waldomiro Teixeira

Minas Gerais
Carlos Cota
Fábio Fonseca
Jorge Ferraz
Padre Nobre
Renato Azeredo
Sílvio de Abreu
Tancredo Neves

São Paulo
Adalberto Camargo
Athiê Coury
Dias Menezes
Francisco Amaral
Freitas Nobre
João Arruda
José Camargo
Pacheco e Chaves
Pedroso Horta
Santilli Sobrinho
Ulysses Guimarães

Goiás
Anapolino de Faria
Fernando Cunha
José Freire
Juarez Bernardes

Paraná
Alencar Furtado
Antonio Annibelli
Fernando Gama
Olivir Gabardo

Santa Catarina
Cesar Nascimento
Francisco Libardoni
Jaison Barreto
Laerte Vieira

Rio Grande do Sul
Alceu Collares
Aldo Fagundes
Amaury Müller
Antonio Bresolin
Eloy Lenzi
Getúlio Dias
Harry Sauer
Jairo Brum
José Mandeli
Lauro Rodrigues
Nadyr Rossetti
Victor Issler

Amapá
Antonio Pontes

Rondônia
Jerônimo Santana

REPRESENTANTES
NO
SENADO FEDERAL

Acre
Senador Adalberto Sena

Rio de Janeiro
Senador Amaral Peixoto

Paraíba
Senador Ruy Carneiro

Guanabara
Senador Danton Jobim
Senador Benjamin Farah
Senador Nelson Carneiro

São Paulo
Senador Franco Montoro

PALAVRA AOS CORRELIGIONÁRIOS

A Comissão Executiva do Diretório Nacional do Movimento Democrático Brasileiro não tem poupado esforços e sacrifícios para assistir os Diretórios Regionais e Municipais, parlamentares, prefeitos, candidatos e correligionários.

Realizou 3 memoráveis Convenções Nacionais, 8 reuniões do Diretório Nacional, 54 da Comissão Executiva Nacional. Expediu 95 Notas à Imprensa. Imprimiu e distribuiu para todo o País os seguintes impressos, totalizando cerca de 500.000 exemplares:

1) *"MDB EM AÇÃO NOS COMÍCIOS, RÁDIO E TV" (Campanha de 1972, para Prefeitos e Vereadores)*
2) *MANUAL DE ORGANIZAÇÃO PARTIDÁRIA MUNICIPAL*
3) *ESTATUTO, PROGRAMA E CÓDIGO DE ETICA PARTIDÁRIA*
4) *MENSAGEM AOS ESTUDANTES, convocando-os para a luta política e oferecendo-lhes a legenda do MDB, enviada a 2.288 Diretórios Acadêmicos.*
5) *"NAVEGAR É PRECISO, VIVER NÃO É PRECISO", discursos do deputado Ulysses Guimarães e do Prof. Barbosa Lima Sobrinho, no lançamento de suas candidaturas a PRESIDENTE e VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA PELO MDB*
6) *"ENQUANTO HOUVER UM HOMEM HÁ ESPERANÇA DE LIBERDADE", discursos do Candidato a Presidente da República, deputado Ulysses Guimarães, perante o Colégio Eleitoral, reunido em Brasília, e do candidato a Vice-Presidente da República, Prof. Barbosa Lima Sobrinho, encerrando a campanha na Guanabara, artigos dos jornalistas Tristão de Athayde e Carlos Chagas.*
   "MDB EM AÇÃO NOS COMÍCIOS, RÁDIO E TELEVISÃO",
7) *O presente, elaborado por políticos, economistas, sociólogos, professores, pesquisadores e remetido aos Diretórios Regionais e Municipais, aos candidatos oposicionistas, às bancadas do MDB no Senado, na Câmara dos Deputados e nas Assembléias Legislativas, para assessorá-los nas eleições de 15 de novembro de 1974. São palestras sucintas, em linguagem direta, constituindo subsídios para a ação do MDB nos comícios, no rádio e na televisão, terminando sempre com a convocação de votar na legenda e nos candidatos do Partido.*

Providenciou a gravação de duas músicas com motivação partidária para a campanha municipal de 1972, bem como marcha, samba, "jingles", cinco filmes diferentes e gravações de líderes oposicionistas para a televisão e rádio, remetendo-os aos Diretórios Regionais, às 61 emissoras de televisão e às 970 de rádio do Brasil, totalizando 2.671 unidades.

Mandou mimeografar os comunicados das reuniões partidárias, os discursos e entrevistas oposicionistas mais significativos do Presidente e membros do Diretório Nacional, dos senadores, deputados federais, líderes das duas Casas do Congresso Nacional, enviando-os aos Diretórios Regionais, líderes do MDB nas Assembléias Legislativas e nas Câmaras Municipais, aos Diretórios Acadêmicos, Sindicatos e Jornais. A Secretaria-Geral expediu volume de correspondência de 93.000 impressos, telegramas, ofícios, circulares, cartas, cartões e certidões.

Contratou os serviços profissionais do renomado advogado Dr. Marcos Heusi Netto, para postular e defender, junto ao Tribunal Superior Eleitoral, processos e recursos de interesse dos Diretórios Nacional, Regionais, Municipais, candidatos e correligionários.

O Presidente do Diretório Nacional, acompanhado do Secretário-Geral, parlamentares, líderes e dirigentes partidários dos Estados, de avião de carreira, táxis aéreos, automóvel, trem, barco e até de "teco-teco", percorreu quatro vezes o Brasil, Capital e Interior:

1) *Para organização dos Diretórios Regionais e Municipais*
2) *Na campanha de candidatos a Prefeitos e Vereadores, em 1972*
3) *Na campanha presidencial da República, em 1973–1974*
4) *Para participar de reuniões, comemorações, proferir palestras e discursos, lançar candidatos, entrevistas coletivas à Imprensa e no Clube dos Repórteres Políticos da Guanabara (6 vezes)*

Na presente campanha, tem compromissos marcados para comparecer a comícios, reuniões e principalmente nos horários gratuitos do rádio e da televisão, em rede, nos Estados.

A atual Direção partidária, quando assumiu, o MDB tinha 1.180 Diretórios Municipais e 3.652 Vereadores, sendo que hoje são, respectivamente, 2.931 e 8.211.

O Diretório Nacional pede vênia para formular as seguintes ponderações aos Diretórios Regionais, Municipais, Candidatos e Correligionários:

1) *RÁDIO E TELEVISÃO. Favorecem ou destróem, elegem ou derrotam. A legislação eleitoral facultou os horários gratuitos aos Partidos, que são responsáveis pelos programas, por inspiração cívica, não para promoção pessoal. Não pode haver discriminação entre antigos e novos candidatos, o uso proveitoso da comunicação instantânea é o critério. O eleitor oposicionista quer ouvir dos candidatos de seu Partido a crítica que faria, o programa político, econômico, social, administrativo que o MDB cumprirá sendo Governo. O auto-elogio, os recadinhos para o bairro, o leguleio sobre ninharias ou assuntos mal abordados liquidam com o candidato, comprometem a imagem do Partido, desprestigiam a legenda, fomentam o voto em branco. "Voz dos que não têm voz" é lema, mas também pesada responsabilidade do MDB, principalmente no Rádio e na Televisão. A Direção Nacional recomendou aos Diretórios Regionais a formação de redes para as transmissões, com o patrocínio da Justiça Eleitoral.*

Na campanha, devem ser enfatizados, além de outros temas:

1. *Compromisso fundamental do MDB com a restauração da Democracia*
2. *Revogação do Decreto-lei 477*
3. *Abolição da censura à imprensa, ao rádio, à televisão, ao cinema, à música, ao teatro, à criação artística*
4. *Crítica e Programa de Oposição quanto à política econômica, habitacional, educativa, sanitária e social, o desenvolvimento, notadamente A ESPOLIAÇÃO SALARIAL, exibindo os quadros constantes do folheto, demonstrativos dos 951.844 trabalhadores que em 1972 ganhavam até 1/4 do salário-mínimo, dos 2.061.394 de 1/4 a meio SM, dos 3.673.224 de meio a um SM, dos 4.977.942 de 1 a 2 SM, representando 75,3% do operariado nacional recebendo menos de 1/4 até 2 SM, o que prova o trágico sacrifício de milhões de brasileiros.*
   Decompor o salário-mínimo das diferentes faixas correspondentes aos percentuais e respectivas importâncias para custeio mensal e diário de família composta de seu chefe, da dona-de-casa e em média 4 filhos. O presente trabalho tem quadros nesse sentido.
5. *Recordar que o 13o.-salário É CONQUISTA DO MDB, através do ex-Senador oposicionista Aarão Steinbruch, do Estado do Rio de Janeiro, injusta e discricionariamente cassado.*
6. *Salientar a luta do MDB para a aposentadoria da mulher com 25 anos de trabalho e para a contagem recíproca dos tempos de serviço público e o registrado no INPS, para aposentadoria.*
7. *Alertar quanto ao voto vinculado, fonte de votos nulos.*

2) *FISCALIZAÇÃO. Sua ausência tem prejudicado o MDB em muitos municípios. Onde não houver diretórios locais, o Regional necessariamente deverá credenciar delegados. Para o Partido e para os candidatos, NÃO BASTA ter eleitores; é indispensável ter FISCALIZAÇÃO.*

3) *DENUNCIAS À JUSTIÇA ELEITORAL. Constitui CRIME ELEITORAL o uso de prédios públicos, carros oficiais, nomeações, contratações, favorecimentos com obras e melhoramentos para obtenção de votos.*
A Lei Complementar no. 5, de 29 de abril de 1970, no art. 1o. inciso I, letra "l", pune com inelegibilidade

> *"os que tenham comprometido, por si ou por outrem, mediante abuso do poder econômico, de ato de corrupção ou de influência no exercício de cargo ou função da administração, direta ou indireta, ou de entidade sindical, a lisura ou a normalidade de eleição, ou venham a comprometê-la pela prática dos mesmos abusos, atos ou influências".*

O MDB, seus candidatos, os correligionários devem sistematicamente denunciar os abusos à Justiça Eleitoral, pois são armas destruidoras e criminosas disparadas contra a Oposição.
O Diretório Nacional defenderá os recursos interpostos perante o Tribunal Superior Eleitoral.

4) *TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO GRATUITOS.*

Pela Lei no. 6.091, de 15 de agosto de 1974, o transporte e a alimentação serão gratuitos, organizados, dirigidos e da responsabilidade da Justiça Eleitoral.

Impõe-se rigorosa fiscalização para imediata denúncia de qualquer lacuna ou irregularidade. Para isso o MDB deve indicar seus representantes na Comissão Interpartidária com a ARENA nos termos do Art. 14 da pré-mencionada lei:

> *"Art. 14. A Justiça Eleitoral instalará, trinta dias antes do pleito, na sede de cada Município, Comissão Especial de Transporte e Alimentação, composta de pessoas indicadas pelos Diretórios Regionais dos Partidos Políticos Nacionais, com a finalidade de colaborar na execução desta lei.*
> *§ 1o. Para compor a Comissão, cada Partido indicará três pessoas, que não disputem cargo eletivo.*
> *§ 2o. É facultado a candidato, em Município de sua notória influência política, indicar ao Diretório do seu Partido, pessoa de sua confiança para integrar a Comissão".*

5) *O QUE ELES DIZEM E O QUE ELES FIZERAM*

O que eles dizem às vesperas das eleições: *democracia, voto direto, reabilitação do Legislativo e do Judiciário, a mocidade deve participar da política, melhoria do salário dos trabalhadores e dos vencimentos dos funcionários públicos, revisão das pensões e aposentadorias, apoio à mulher, malsinam a inflação, condóem-se pelo custo de vida, criticam a distribuição de renda.*

O que eles e seu Partido fizeram, no Senado, na Câmara dos Deputados, nas Assembléias Legislativas, nas Câmaras Municipais: *Justificaram o AI–5; impediram a constituição das Comissões Parlamentares de Inquérito; recusaram aprovação de projetos não oriundos do Executivo; silenciam ou respondem com evasivas e pretextos as denúncias fundamentadas de prisões arbitrárias e torturas, desaprovando requerimentos pedindo a presença do Ministro da Justiça para esclarecimentos e providências; votaram pela Emenda Constitucional no. 2, estabelecendo a eleição indireta e eliminando a direta para os Governadores, em 1972; negaram, sempre, as sucessivas convocações dos Ministros da Fazenda e da Agricultura para definirem a responsabilidade e as medidas do Governo contra a inflação e a alta do custo de vida; disseram "Não" à revogação do Decreto-lei 477, mordaça dos estudantes e professores; recusaram os projetos de aposentadoria aos 25 anos à mulher que trabalha e contagem recíproca dos tempos de serviço público e na atividade privada, para aposentadoria; aprovaram irrisórios aumentos para o funcionalismo e a política de espoliação salarial do Governo.*

A Oposição não consentirá que lhe roubem a bandeira oposicionista. No rádio, na televisão, nos comícios, deve desmascarar os fariseus, os hipócritas e os mentirosos. Bastará reproduzir o que agora eles dizem e recordar o que fizeram. Uma campanha política oposicionista há de ser orientada e executada com tática ofensiva e defensiva, talento, imaginação,

resistência física extraordinária, coragem para socorrer os candidatos e correligionários ou dizer-lhes "não" quando divorciados do interesse partidário, inclusive quanto ao acesso impróprio ou ruinoso ao rádio e à televisão.

A Direção Nacional confia nas Direções Estaduais e Municipais do Movimento Democrático Brasileiro.

Brasília, julho de 1974

Deputado Ulysses Guimarães
Presidente do Diretório Nacional

Deputado Thales Ramalho
Secretário-Geral

ARQUIVO PÚBLICO PARANÁ

O QUE É O MDB

O Movimento Democrático Brasileiro é um partido aberto. Não é aparelho hermético, para institucionalização de oligarquias, fronteiras ideológicas ou elitização social. Requisito inafastável para abrigar-se em seus quadros: lealdade e sinceridade democráticas.

É crença e prática do MDB que é democrático o regime se soberano é o povo. A certidão de efetividade da soberania popular é o voto direto, secreto e universal. Imprensa livre, Parlamento independente e fiscalizador, desenvolvimento com justiça social.

Democracia é um estilo de vida. É conquista dos cidadãos e não outorga paternalista ou promoção política.

Por ser Partido, o Movimento Democrático Brasileiro deu dimensões amplas à elaboração de seu Programa: sem discriminação ou privilégios de seus órgãos de deliberação ou direção, convocou ao debate toda a Nação. Assessorou-se com técnicos e economistas que honram a cultura deste País. Foi às Universidades, ouviu professores, técnicos e estudantes; nos sindicatos, dialogou com os trabalhadores; nas entidades de classe, com os profissionais e nas empresas, com as lideranças geradoras da riqueza nacional. De todos solicitou colaboração e a todos convocou para a luta cívica e democrática, visando alcançar o pleno Estado de Direito.

Com o povo, o MDB está certo de que alcançará seus reais objetivos, dos quais o mais alto é chegar não ao Poder, mas ao Governo, a fim de realizar a administração do povo e pelo povo.

Se você, eleitor, concorda com as verdades que acaba de ler ou ouvir, com seu voto na legenda, nos candidatos a senador, a deputados federais e estaduais do MDB, contribuirá para tomá-las realidade. Pela vinculação, a lei eleitoral obriga que o deputado federal e o estadual votados, sejam do MESMO PARTIDO, SOB PENA DE ANULAÇÃO. Vote em um Programa, vote com a Democracia, vote nos candidatos do MDB.

PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DO PROGRAMA DO MDB (Unanimemente aprovado pelo Tribunal Superior Eleitoral)

1 – PRIMADO DA PESSOA HUMANA – O valor básico da vida social e política é a pessoa humana, e, portanto, em nossa realidade histórica é a população brasileira. Um povo é sujeito, o fundamento e o fim de todas as instituições e medidas econômicas, sociais e políticas. Não pode por isso ser desconsiderado como mero "objeto", "coisa", ou "instrumento" da economia do Governo, do Estado, do Partido ou do processo histórico. É o homem, e cada homem de qualquer condição ou estado tem o direito de ser considerado e respeitado em sua dignidade de pessoa, na forma da Declaração Universal dos Direitos do Homem, firmada pelo Brasil e pelas Nações democráticas, em 1948. É esse, também, o sentido do princípio afirmado no artigo 1o. da Constituição Brasileira: "Todo poder emana do povo e em seu nome é exercido (Artigo 1o., § 1o.)".

2 – DIREITO DE PARTICIPAÇÃO – Não basta reconhecer aos membros da comunidade o direito de receber os benefícios sociais. Na medida em que queira respeitar a dignidade pessoal de cada homem, é preciso reconhecer e assegurar seu direito de participar ativamente na solução dos problemas que lhe dizem respeito. Nesse sentido, a substituição do "paternalismo", pela "participação", é um imperativo da moderna política social. Como disse João XXIII – "quando as estruturas e o funcionamento de um sistema econômico comprometem a dignidade humana dos que nele trabalham, enfraquecem o sentido de sua responsabilidade ou impedem seu poder de iniciativa, esse sistema é injusto, ainda mesmo que a produção atinja altos níveis e seja distribuída conforme as normas da justiça e da equidade" (Mater et Magistra, no. 80).

3 – IMPORTÂNCIA DAS COMUNIDADES DE BASE – O homem real não é um indivíduo isolado. Normalmente os homens só participam da vida social através das comunidades em que atuam: família, escola, bairro, empresa, município, igreja, sindicato, associação, cooperativa, etc. É dentro dessas comunidades reais que o homem vive e se desenvolve. Nas comunidades ele atua. É através das mesmas que ele pode participar da vida nacional. Por isso, é necessário que o Poder Público reconheça os direitos e a importância dessas comunidades e lhes dê o necessário apoio para o bom desempenho de suas atividades.

A essa visão orgânica, pluralista e democrática da vida nacional opõe-se o estatismo centralizado e autoritário, que concentra todos os poderes nos órgãos superiores do Estado e desconhece, absorve ou despreza a autonomia das comunidades menores, com graves prejuízos para o bem comum. Dentro de um elevado critério de interesse nacional, respeitar, apoiar e ouvir essas comunidades é dever do Poder Público.

Dentre as comunidades de base, ocupa lugar destacado a família. Na família, mais do que em qualquer outra instituição, os homens tem respeitada sua dignidade pessoal. Na família ninguém é número, ficha ou mercadoria.

Todos participam humanamente dos problemas, das aflições e das alegrias da vida coletiva. E a solidariedade é o vínculo natural que aproxima pais, filhos e irmãos. A família é, também, o ambiente normal em que se desenvolve a personalidade e se formam homens e não autômatos. Contra a tendência mecanicista e tecnocrática de reduzir os homens a funções, a família é o grande reduto da presença humana e a escola do verdadeiro humanismo.

4 – ESTADO DEMOCRÁTICO – O Estado, como detentor do Poder Público, não se justifica pela força de que se acha investido, mas por sua origem na vontade popular. Democracia não é apenas governo para o povo, mas também é essencialmente governo pelo povo, através de eleições livres. Esse princípio está definido na Declaração Universal dos Direitos do Homem, nos termos seguintes: "A vontade do povo será a base da autoridade do governo; esta vontade será expressa em eleições periódicas e legítimas, por sufrágio universal." Em um Estado democrático, essa participação do povo no governo se estende a todos os setores da vida social, pela consulta a respeito às manifestações dos respectivos organismos representativos, como confederações e associações de empregados e empregadores, profissionais liberais, municípios, bairros, família, juventude, igreja e demais setores da comunidade nacional.

5 – RESPONSÁVEL PELO BEM COMUM – Ao Estado cabe a missão de dirigir o esforço de toda a sociedade para o bem comum, promovendo a prosperidade, o bem-estar e a segurança de todo o povo. Sua função, em regra, não é a de substituir-se aos demais organismos sociais, mas orientá-los para os objetivos nacionais. Para isso impõe-se fundamentalmente a atuação harmônica e independente dos Três Poderes: Parlamento permanente e soberano, Executivo com autoridade responsável e administração planejada e Judiciário com garantia de meios e intangibilidade.

6 – EFETIVO DESENVOLVIMENTO BRASILEIRO – Desenvolvimento não se confunde com crescimento econômico. O simples aumento da produção pode levar à riqueza excessiva de alguns e manter, ou até agravar, a miséria de muitos. Como diz o economista Dudley Seers, Presidente da Sociedade para o Desenvolvimento Internacional: "No que diz respeito ao desenvolvimento as perguntas a serem feitas são as seguintes: Que está ocorrendo com a pobreza? Como o desemprego? Com as desigualdades? Se os três tiverem sofrido uma queda sensível, então estará fora de dúvida que houve um período de desenvolvimento econômico no país em questão. Se um ou dois desses problemas básicos tiverem se agravado, seria estranho chamar o resultado de desenvolvimento, ainda que a renda "per capita" tivesse aumentado. Um plano que não tivesse por metas a redução da pobreza, do desemprego e da desigualdade, muito dificilmente poderia ser denominado de plano de desenvolvimento".

PLANO DE AÇÃO POLÍTICA DO MDB (Unanimemente aprovado pelo Tribunal Superior Eleitoral)

No plano de ação política, o MDB oferece à Nação os seguintes princípios:

1) Implantação da normalidade democrática e a conseqüente condenação:
   a) de todos os tipos de ditadura;
   b) da institucionalização de regimes de exceção;
   c) do continuísmo.

2) Defesa do regime representativo, plenamente assegurado através:
   a) do sufrágio universal, direto e secreto para todos os cargos eletivos, notadamente o de Presidente da República, Governadores de Estado, Prefeitos das Capitais e das estâncias hidrominerais e climáticas;
   b) da garantia do exercício do direito do voto, através de cédula oficial, a todos os brasileiros maiores de 18 anos, inclusive os analfabetos.

3) Parlamento permanente e independente, recuperadas as garantias efetivas ao exercício dos mandatos legislativos federais, estaduais e municipais, cuja perda só poderá ser decretada pelo Poder competente, na forma e nos casos previstos em lei.

4) Intangibilidade do Poder Judiciário:
   a) indemissibilidade, inamovibilidade, remuneração condigna e irredutibilidade de vencimentos dos seus membros;
   b) condenação dos Tribunais de exceção;
   c) restauração da competência da Justiça Comum para o julgamento de civis, salvo os casos de crimes contra a segurança do País;
   d) amplas e efetivas garantias ao Direito de Defesa;
   e) controle legal da repressão policial, mesmo nos casos de alegado interesse da segurança nacional;
   f) restauração, em toda a sua plenitude, do "Habeas-Corpus";
   g) condenação dos abusos da polícia, caracterizados pelas prisões indiscriminadas, incomunicabilidades ilegais e da prática de torturas físicas e morais.

5) Política de respeito e defesa das prerrogativas e garantias da pessoa humana e condenação de todos os atentados às liberdades democráticas, notadamente:
   a) liberdade de imprensa;
   b) liberdade de crença, de culto, de associação, de reunião, de ideologia política e de manifestação do pensamento.

6) O Movimento Democrático Brasileiro prosseguirá na sua luta:
   a) pela revogação do AI–5;
   b) pela libertação do homem do medo e da necessidade;
   c) pela revogação do Decreto-lei no. 477, que submete a mocidade estudantil e seus professores a permanente regime de intimidação;

   d) revisão das Leis de Imprensa e de Segurança, para escoimá-las de suas normas draconianas e a extinção das penas de morte, de prisão perpétua e de banimento;
   e) anistia ampla e total a favor de todos os civis e militares atingidos pelos atos de exceção e de arbítrio, praticados a partir de 1o. de abril de 1964.

7) Liberdade de organização partidária.

8) Reestruturação do princípio Federativo para ampliar e fortalecer as autonomias dos Estados e Municípios.

ARQUIVO PÚBLICO PARANÁ

PAPEL DA OPOSIÇÃO

O MDB, apesar das dificuldades que enfrenta, continua cumprindo seu dever: luta pelo restabelecimento da democracia, protesta contra arbitrariedades e violências contra a pessoa, denuncia a censura à imprensa e ao pensamento, defende a validade da existência de movimentos sociais de crítica e protestos legais, exige a liberdade para as organizações sindicais lutarem autonomamente pelos direitos e aspirações dos trabalhadores, condena o aviltamento dos salários e vencimentos, quer a Universidade crítica, sem a mordaça do Decreto-lei 477, propõe o desenvolvimento com liberdade e justiça social.

Em poucas palavras, vencendo as limitações que lhe são impostas, o MDB tanto nas Casas Legislativas como em manifestações públicas, reclama o restabelecimento do Estado de Direito.

É indispensável deixar claro, diante de insinuações governistas de que já vivemos sob o império do Estado de Direito que este, no entender da Oposição, significa a supressão dos Atos Institucionais, o voto direto, secreto e universal para eleger o Presidente da República, Governadores, Prefeitos, inclusive das Capitais, o restabelecimento do **habeas-corpus**, inclusive para os chamados delitos políticos, a restauração da independência e das garantias da magistratura e da cátedra, a revogação do Decreto-lei no. 477, a abolição da censura à imprensa e demais órgãos de comunicação, a liberdade para a formação de novos partidos e de organização sindical e profissional, participação do povo nos dividendos do progreso.

Pode parecer acadêmico explicar o que seja Estado de Direito, mas as distorções introduzidas na conjuntura política brasileira são tantas e continuam a ser praticadas apesar dos compromissos oficiais de adesão formal aos princípios democráticos, que se impõe não só a repetição, como a exemplificação. É pedagógica, destinada à situação. Antes de mais nada, para o MDB a ordem democrática requer **participação popular**. Não basta outorgar direitos que dificilmente serão cumpridos se não forem controlados. A melhor forma de controle é o exercício da atividade política por intermédio de eleições diretas, em que todos os cidadãos maiores de 18 anos possam votar livremente, e a fiscalização do comportamento de governantes e governadores pelos órgãos legítimos de representação popular - as Casas Legislativas – e pelos órgãos que asseguram o império da Lei, igual para todos, representados pelo Judiciário independente e imparcial.

Sem que os cidadãos possam livremente organizar-se e manifestar-se, a fraseologia grandiloqüente sobre democracia e direitos humanos desmoraliza-se pela arbitrariedade e pela irresponsabilidade, sem que haja meios eficazes de controle e punição por parte da Oposição e do povo.

O MDB não deserta dos deveres de fiscal e crítico do governo. Mas o Partido entende que essa função torna-se precária se a ordem política não assegurar os meios de investidura e controle pela cidadania, através do voto que pune os maus governantes e seus partidos, não os sustentando nem elegendo. É

pela transformação da democracia formal em democracia real, definida como uma forma de governo que se legitima por regras de limites de poderes e pelo controle delas, em última instância, pelos cidadãos, que se bate o MDB.

O Partido se esvaziaria de conteúdo popular se não definisse também como papel da Oposição a luta pela justiça social.

Justiça social não se pratica com a declamação de frases ou através de "projetos-impacto", mas é conquistada pela luta legal dos trabalhadores, dos assalariados, dos profissionais liberais, dos funcionários públicos, dos empregados em empresas públicas e privadas, de seus órgãos de representação, por seus direitos a melhores condições de trabalho, pela educação de seus filhos, por melhores condições de saúde, habitação, transporte, pelo bem-estar. Especialmente, pela luta por distribuição da renda nacional que se traduza pelo aumento efetivo da capacidade de compra das camadas sociais desfavorecidas. E o voto direto, isto é, a co-responsabilidade dos cidadãos na condução política da Nação, é um dos instrumentos mais eficazes para assegurar a justiça social.

A Oposição vem proclamando, há muito tempo, e agora o Governo finalmente reconheceu, que há iníqua concentração de riqueza e perda relativa e absoluta de poder aquisitivo dos trabalhadores da cidade e do campo, dos servidores públicos e da classe média. É inaceitável a concentração dos frutos do trabalho coletivo em estreita faixa de privilegiados ou que seja drenado para o exterior, agravando o cruel processo em que os ricos ficam mais ricos e os pobres mais pobres, ou que o Estado vá bem e o povo vá mal, como testemunhou o governo anterior.

O MDB continuará a luta, sem esmorecimento. Batalhará com vigor, apesar de dificuldades e perigos, das ameaças, punições e cassações. A luta será impossível sem apoio popular. Este agora deve ser dado, através das urnas, elegendo os candidatos oposicionistas a deputados federais, estaduais e senadores.

O sistema não confia no povo. Como pode o povo confiar no sistema?

O fortalecimento do MDB significa a vigência próxima da democracia. É poder oriundo do povo, exercido nos limites do interesse do povo.

A capacidade de luta da oposição pelo povo é dimensionada pela sustentação popular, principalmente nas urnas.

Se V., eleitor, concorda com as verdades que acaba de ler ou ouvir, com seu voto na legenda, nos candidatos a senador, a deputados federais e estaduais do MDB, contribuirá para torná-las realidade. Pela vinculação, a lei eleitoral obriga que o deputado federal e o estadual votados, sejam DO MESMO PARTIDO, SOB PENA DE ANULAÇÃO. Vote em um Programa, vote com a Democracia, vote nos candidatos do MDB.

ARQUIVO PÚBLICO PARANÁ

O AI-5 E O MDB

O Movimento Democrático Brasileiro tem como objetivo fundamental a revogação do Ato Institucional no. 5. Por que o MDB luta pela eliminação do AI-5?

Nada mais fácil de explicar, tanto e tão relevantes os motivos dessa luta e dessa pregação. Antes de mais nada, o AI-5 é a negação do ESTADO DE DIREITO. É a consagração, em nossa terra, que há 150 anos se tomou independente e há 83 anos republicana, do Executivo como SUPERPODER. Sob o AI-5, o Brasil tèm sido privado de suas mais nobres tradições de liberdade, pois esse é um instrumento de arbítrio e poder unipessoal. Na democracia impera a vontade da lei e não de um homem ou de uma oligarquia, peculiar aos regimes discricionários. Numa democracia, mandatos eletivos não podem ser cassados por deliberação do Executivo, nem atos ou fatos de interesse dos cidadãos podem deixar de ser apreciados pelo Judiciário.

Com a intransigente e veemente oposição do MDB, o AI-5 vige no Brasil, cuja história recolheu o sacrifício e o exemplo de tantos mártires e heróis, como Felipe dos Santos, André Vidal de Negreiros e Tiradentes, que se sacrificaram pela liberdade.

"Abertura", "normalidade democrática", "modelo político" são pretextos para porrogar o "status quo", o imobilismo político, a permanência do AI-5 em suma. A Carta Constitucional de 1969 têm 200 artigos contraditados e subalterizados por um super-artigo, o de no. 182, que erige o Executivo em superpoder, pelo AI-5, sobranceiro e praticamente irresponsável perante o Legislativo, o Judiciário, como subpoderes, e o povo, que não o elegeu.

Os direitos e garantias do homem são atingidos.

É erro fatal pensar que a revogação do AI-5 seja problema exclusivamente político.

Como institui a censura prévia à Impresna, ao Rádio e à Televisão, a campanha pela melhoria salarial é silenciada e a deturpação ou montagem de estatísticas falhas, tendenciosas ou falsas sobre o custo de vida ou a inflação, como ocorreu no Governo anterior, provocaram erosão cada vez maior no poder de compra do salário real.

Como disse o Presidente Ford, ao assumir a Presidência dos Estados Unidos da América, "as donas-de-casa e o assalariado são muito bons economistas. Eles sabem que têm um governo suficientemente grande para lhes dar tudo o que desejarem, e um governo suficientemente grande para tirar-lhes tudo que tiverem". Os governos democráticos estão no primeiro caso e, no segundo, os totalitários.

Se V., eleitor, concorda com as verdades que acaba de ler ou ouvir, com seu voto na legenda, nos candidatos a senador, a deputados federais e estaduais do MDB, contribuirá para torná-las realidade. Pela vinculação, a lei eleitoral obriga que o deputado federal e o estadual votados sejam DO MESMO PARTIDO, SOB PENA DE ANULAÇÃO. Vote em um Programa, vote com a Democracia, vote nos candidatos do MDB.

ARQUIVO PÚBLICO PARANÁ

A NORMALIDADE DEMOCRÁTICA E O MDB

"Eleição" de governadores através das Assembléias Legislativas é homologação. É nomeação, não é eleição. No Brasil, os Governadores dos Estados são designados e não eleitos. Se o povo não escolhe, pelo voto, há imposição e não eleição.

Em lugar de caminhar, como foi solenemente prometido, para a normalidade democrática, o País sofreu retrocesso político, quando foi excecionado na Carta Constitucional de 1969 o dispositivo que assegurava eleições pelo voto direto, dos Governadores, pois a Emenda Constitucional no. 2 novamente impôs eleições indiretas para 1974.

O sistema dominante não confia no povo. Como poderá o povo confiar no sistema?

As pretensas "eleições indiretas" são, na realidade, nomeações, impostas de cima para baixo. Isso é praticar a democracia? É respeitar o direito que o povo tem de consentir pelo seu voto direto, no exercício do poder pelos governantes? É o regime adotado nos Estados Unidos da América, na Inglaterra, na Alemanha Ocidental, no Japão, na França, nos Países Escandinavos, isto é, nos países que, por serem democráticos, são os mais prósperos do mundo?

A democracia, com suas precariedades e defeitos, é o único caminho para a verdadeira prosperidade, bem-estar e segurança dos povos. A Revolução foi deflagrada para que fossem preservados e purificados os valores democráticos e nesse sentido tem sido o compromisso de seus líderes e Presidentes. Ordena a moral política que os cumpram.

Para o MDB, normalidade democrática significa reconhecimento dos direitos de cidadania de todo o povo. O que é do interesse de todos deve ser por todos discutido e decidido, com a participação de todos e não de alguns. Democracia é participação de todos não de poucos. Nenhum governo legitimamente detém a faculdade de expressar a vontade nacional, sem previamente consultá-la e ser para tanto credenciado, através de eleições livres, com debates e campanhas igualmente livres, sem censura, pressões ou perseguições. A vontade nacional não é auto-atribuível, nem pode por muito tempo ser sonegada. O divórcio atual entre povo e governo só pode ser superado com a devolução ao país do poder que lhe pertence de autogovernar-se. Este, o cerne do Programa do MDB. Sua principal missão na conjuntura atual. A força do MDB é a força do apoio dos trabalhadores, das mulheres, dos jovens, do povo, enfim. Não tem poder próprio, mas reflexo, emanado da confiança popular, expressa pelo voto.

Se V., eleitor, concorda com as verdades que acaba de ler ou ouvir, com seu voto na legenda, nos candidatos a senador, a deputados federais e estaduais do MDB, contribuirá para torná-las realidade. Pela vinculação, a lei eleitoral obriga que o deputado federal e o estadual votados sejam DO MESMO PARTIDO, SOB PENA DE ANULAÇÃO. Vote em um Programa, vote com a Democracia, vote nos candidatos do MDB.

VOTO DIRETO PARA TODOS OS CARGOS ELETIVOS E O MDB

Os inimigos da democracia sempre moveram, mesmo antes de 1964, campanha de descrédito contra as eleições. "Voto não enche a barriga", como foi assoalhado. Apregoavam e continuam insistindo que a "politicalha" perturba o País e o trabalho, que as eleições são caras e corruptas, geram intranquilidade e fabricam demagogos. Contudo, a liberdade e a democracia são os pré-requisitos do desenvolvimento das Nações que lideram o progresso no mundo. São eleitos pelos cidadãos os governos nos Estados Unidos, Canadá, França, Itália, Inglaterra, Alemanha Ocidental, Países Escandinavos, Japão, Austrália. O voto tem sido, neles, fundamento da segurança nacional, cujo esteio é o bem-estar dos homens, proporcionado pela justiça social.

É o modelo político que a oposição quer para o Brasil.

Perigoso e malicioso inimigo da democracia é a tecnocracia, o governo dos tecnocratas. É a origem popular, e não a técnica ou os técnicos que legitima o governo. Os técnicos são assessores, auxiliares do governo.

A liberdade e a democracia não são sobremesa do desenvolvimento. Compatibilizam-se com este, coexistem-e não deverão vir depois, dão-lhe destinação humana. A ARENA prestigia na área parlamentar e partidária o entendimento antidemocrático de que os cidadãos não são aptos para bem escolher o Presidente e o Vice-Presidente da República, os Governadores e Vice-Governadores dos Estados, os Prefeitos e Vice-Prefeitos das Capitais e de centenas de municípios, indevidamente declarados de segurança nacional. Essa mutilação do direito natural dos Governados consentirem no governo dos Governantes impede o povo, notadamente os trabalhadores, de participar e legitimamente pressionar por suas reivindicações salariais, sociais, sanitárias, educacionais.

Quem assim prejudica o povo, desacredita do patriotismo de seu voto, priva-o de seu direito natural na investidura dos governos da República, dos Estados e de muitos Municípios, como pode pedir às próprias vítimas da espoliação política que os elejam deputados federais, estaduais, senador ou vereadores? Querem deputados eleitos pelo povo que podem pelo AI–5 ser cassados discricionariamente pelo Presidente da República. São os responsáveis pela eleição de minideputados e senadores, por ser o Legislativo, pelo AI–5 e Constituição atual, não um poder independente, mas subpoder impotente e controlado pelo Executivo como superpoder. Um Legislativo, ao qual Ministros e Secretários, nos Estados, impunemente, recusam respostas aos pedidos de informações, que praticamente não tem a iniciativa das leis ou a competência para propor emendas, no qual a minoria, como oposição, não logra a instalação de Comissões Parlamentares de Inquérito e cujas críticas e denúncias não chegam à opinião pública devido à censura. Que dizer do Judiciário, privado de apreciar e reparar lesões jurídicas graves contra a liberdade, a integridade física, o patrimônio dos cidadãos, inclusive pelo "habeas-corpus"? Partidariamente quem é co-responsável por isso? O MDB que denuncia e propõe a abolição do AI–5 e a reforma da Constituição, para que os cidadãos sejam reintegrados em sua capacidade total de votar em **todos** cargos eletivos e o Legislativo e o Judiciário sejam realmente poderes autônomos, ou a ARENA, que aceita o AI–5, diz incondicionalmente "Amém" ao Governo e rejeita sistematicamente as reformas legais apresentadas pela Oposição? O eleitor não pode fugir à responsabilidade de seu voto. NÃO VOTAR COM OS CANDIDATOS DO MDB, SERÁ VOTAR PELO AI–5 E NO DECRETO-LEI No. 477; RATIFICAR SUA INCOMPETÊNCIA CÍVICA PARA ESCOLHER PRESIDENTE DA REPÚBLICA E GOVERNADORES; CONFIRMAR UM PODER LEGISLATIVO LIMITADO EM SUA CAPACIDADE DE LEGISLAR E FISCALIZAR; RATIFICAR A POLÍTICA DO ARROCHO SALARIAL E DOS VENCIMENTOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS; UM DESENVOLVIMENTO EM QUE O ESTADO VAI BEM E O POVO VAI MAL, NAS PRÓPRIAS PALAVRAS DE UM EX-PRESIDENTE DA REPÚBLICA.

Não creia em quem descrê de V. Se o sistema não acredita no povo, como o povo poderá acreditar no sistema?

Se V., eleitor, concorda com as verdades que acaba de ler ou ouvir, com seu voto na legenda, nos candidatos a senador, a deputados federais e estaduais do MDB, contribuirá para torná-las realidade. Pela vinculação, a lei eleitoral obriga que o deputado federal e o estadual votados, sejam DO MESMO PARTIDO, SOB PENA DE ANULAÇÃO. Vote em um Programa, vote com a Democracia, vote nos candidatos do MDB.

POR QUE O MDB LUTA POR ELEIÇÕES DIRETAS

Os governos da Revolução tudo vêm fazendo no sentido de conquistar o apoio e a simpatia do povo brasileiro. Essa tem sido sua preocupação permanente, e a prova disto está no que lemos, vemos e ouvimos diariamente no cinema, na televisão, nos jornais e rádios. Nunca se gastou tanto dinheiro em propaganda oficial.

Mas há na iniciativa governamental uma contradição flagrante: se se quer o apoio, a simpatia, a admiração do povo, por que não permite a livre manifestação de seu pensamento e vontade, concedendo-lhe o direito de escolher seus governantes?

Apregoam que o Governo tudo tem feito para desenvolver o País e afirmam que o povo está satisfeito. Pois então que se permita que concretize sua aprovação através das urnas, escolhendo, em eleições livres e diretas, seus Governadores e o Presidente da República.

Que o Governo e a ARENA ouçam a advertência da História: o povo não perdoa quem o ignora, marginaliza ou desconsidera. Não confia em quem nele não confia.

Se o Governo Federal está convencido de que está certo em suas realizações, se tem certeza que sua política econômica, salarial, social ou financeira, vem ao encontro das aspirações de nossa gente, as eleições diretas para Governadores, Presidência da República e todas as Prefeituras seriam um bom teste.

O Governo e o Partido da situação não podem se auto-elegerem, pois são partes interessadas e não juiz. Juiz é o povo, que não é mudo, tem voz política e sua voz chama-se voto. As urnas devem ser consultadas. Qual a razão do medo em ouví-las?

Alardeiam que o povo está satisfeito com a situação atual e o governo, pela maioria situacionista eleita para o Congresso, as Assembléias Legislativas, Câmara e Prefeituras Municipais. Isto constitui advertência ao eleitor, para que de seu voto não sejam tiradas semelhantes conclusões, em seu próprio detrimento e de sua família.

De qualquer forma, a interpretação é maliciosamente falsa. Essa pretensa maioria é fabricada, pois as eleições não são livres; o voto não é direto, quanto ao Governo; há o temor pelas ameaças e perseguições; a legislação eleitoral não é imparcial, prejudica a Oposição com o voto vinculado, as sublegendas, o prazo de filiação de um ou dois anos para candidatar-se; a draconiana e inconstitucional Lei da Inelegibilidade, que estabeleceu a pena medieval da inelegibilidade vitalícia para os cassados e maquinou tantos impedimentos e restrições, que no Brasil a regra é ser inelegível e não elegível, figurando inclusive a impossibilidade de candidatar-se com o mero recebimento de denúncia pelo juiz, em certo tipo de processos, retrógrada discriminação jurídico-política intentada contra o bravo deputado emedebista Francisco Pinto; a monumental, custosa e cotidiana propaganda oficial, que a Oposição

não pode contestar, pois lhe é interceptado o acesso ao rádio e à televisão e a censura aos jornais; a rolha do decreto-lei 477, que ameaça e pune a atividade partidária e crítica da mocidade; a interferência ilegal, nos pleitos, dos carros oficiais, das nomeações e contratações eleitoreiras, de repartições públicas e seus telefones e datilógrafas.

Essas práticas e abusos podem e devem ser julgados e punidos nas próximas eleições. Condene-os com seu voto, apoiando a legenda do MDB e seus candidatos a deputados federais, estaduais e senador na luta cívica de 15 de novembro.

Se V., eleitor, concorda com as verdades que acaba de ler ou ouvir, com seu voto na legenda, nos candidatos a senador, a deputados federais e estaduais do MDB, contribuirá para torná-las realidade. Pela vinculação, a lei eleitoral obriga que o deputado federal e o estadual votados, sejam DO MESMO PARTIDO, SOB PENA DE ANULAÇÃO. Vote em um Programa, vote com a Democracia, vote nos candidatos do MDB.

ARQUIVO PÚBLICO - PARANÁ -

ELEIÇÕES DIRETAS, SEGURANÇA NACIONAL E O MDB

Um dos pontos fundamentais da ação política do MDB tem sido a devolução ao povo do direito de escolher livremente seus dirigentes. O voto direto, universal e secreto constitui uma das mais importantes e árduas conquistas do povo brasileiro, porque o incorporou na estrutura política do Estado. Essa, a grande bandeira e a grande conquista da Revolução de 30, complementada pela criação da Justiça Eleitoral, que exterminou as vergonhosas depurações dos oposicionistas mais temidos e incômodos, pelo Parlamento, não reconhecendo sua eleição.

Nada demonstra tão inequivocamente o quanto nos distanciamos da democracia do que a eliminação do povo de toda participação livre e responsável na solução dos inúmeros e graves problemas nacionais. O sistema dominante, que como toda autocracia, se não for desmobilizada, tende naturalmente para o totalitarismo, relega cem milhões de brasileiros à passividade e inércia, que procura anestesiar com maciça e custosíssima campanha publicitária.

A despeito de todas as promessas e proclamações democráticas dos líderes e chefes do Movimento de 64, houve a substituição autoritária do pleito direto para escolha do Presidente da República e Governadores dos Estados em eleição indireta. As sucessões presidenciais, governamentais e de mais de uma centena de municípios, inclusive as Capitais, tem-se processado à inteira revelia da Nação. As disputas e crises, que se verificam e nas quais o País ficou exposto a riscos e perigos, não são do conhecimento do povo. Foram trancadas as portas para reforma da Constituição, a não ser para subtrair aos cidadãos o direito de eleger seus Governadores, para o que foi forjada Emenda Constitucional. Portanto, o sistema não confia no povo. Como poderá o povo confiar no sistema?

Pretendem incompatibilizar a autonomia municipal com a segurança nacional, como se o povo pudesse ser suicida e pelo voto arruinar sua sobrevivência. O voto não gera, mas detecta, equaciona e possibilita soluções justas para a inquietação popular e os conseqüentes problemas sociais. Não há segurança nacional estável e duradoura sem segurança social. O MDB denuncia a coincidência de muitos municípios, onde pertenciam à sua legenda o Prefeito e a maioria da Câmara, terem sido declarados de interesse da segurança nacional, como Santos, Cubatão, em São Paulo, Anápolis, em Goiás, além de tantos outros, como todos do Estado do Acre. Só com grandes bancadas nas Assembléias Legislativas, na Câmara dos Deputados e no Senado da República a oposição poderá corrigir abusos.

Se V., eleitor, concorda com as verdades que acaba de ler ou ouvir, com seu voto na legenda, nos candidatos a senador, a deputados federais e estaduais do MDB, contribuirá para torná-las realidade. Pela vinculação, a lei eleitoral obriga que o deputado federal e o estadual votados sejam DO MESMO PARTIDO, SOB PENA DE ANULAÇÃO. Vote em um Programa, vote com a Democracia, vote nos candidatos do MDB.

NÃO VOTE EM BRANCO, VOTE NO MDB

Todos compreendemos a razão da descrença no voto, que contaminou, em 1970, milhões de eleitores, em todo o País, que preferiram votar em branco ou anular sufrágios. Eram os desiludidos, os que convencidos de que não deviam contribuir para a vitória do partido oficial, não acreditavam que a Oposição, minoritária, pudesse realizar aqueles objetivos democráticos, que constituem patrimônio cívico do povo brasileiro. As conseqüências dessa atitude agravaram, porém, as dificuldades dos que, entre tantos obstáculos, lutam, sob a bandeira do MDB, para manter acesa a chama da democracia, em todos os legislativos do País, os federais, os estaduais, os municipais.

Nas eleições para as Assembléias Legislativas, Câmara dos Deputados e para o Senado, os votos em branco e os votos propositadamente nulos impediram que ao legislativo chegassem mais vozes livres, que iriam clamar pelo restabelecimento da ordem constitucional. O mesmo ocorreu com os candidatos a prefeito e a vereadores, indicados pela Oposição, onde houve eleições em 1972. Foi esse o grave resultado do equívoco em que incidiram os que quiseram converter seu voto em protesto, em manifestação de desencanto, em testemunho de desesperança, votando em branco. Esse equívoco não deve ser repetido, sob pena de agravar-se, a cada pleito, a situação do partido da Oposição, de calar-se a voz, que ainda se alteia, de silenciar a voz dos que não têm voz.

Aumente, com seu voto, o tom e o número de vozes que neste País se proponham a denunciar a censura dos meios de divulgação da verdade; a defender a liberdade e o direito de defesa; a protestar contra o aumento do custo de vida; a condenar o arrocho salarial; a propugnar, enfim, pela restauração democrática. Diga isso a seu parente, a seu amigo, a seu vizinho, a seu conterrâneo. Mostre-lhe o erro praticado em outros pleitos, para que não seja repetido em 15 de novembro, atingindo o povo ao enfraquecer a voz da Oposição, que clama pelos seus direitos e protesta contra as injustiças que o oprimem.

Se V., eleitor, concorda com as verdades que acaba de ler ou ouvir, com seu voto na legenda, nos candidatos a senador, a deputados federais e estaduais do MDB, contribuirá para torná-las realidade. Pela vinculação, a lei eleitoral obriga que o deputado federal e o estadual votados sejam DO MESMO PARTIDO, SOB PENA DE ANULAÇÃO. Vote em um Programa, vote com a Democracia, vote nos candidatos do MDB.

O GOVERNO NÃO RESPONDE E NÃO ADMITE SER FISCALIZADO PELO MDB E PELO LEGISLATIVO

Numerosos são os requerimentos de informações, formulados pelos integrantes das bancadas do MDB na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, nas Assembléias Legislativas e Câmaras Municipais, nos estritos termos regimentais, e que até hoje ficaram sem resposta, embora visassem obter esclarecimentos do maior interesse para a Nação. Impossível seria reproduzir aqui todas essas indagações parlamentares, que nem sempre chegam ao conhecimento popular devido à censura, e que, se respondidas pelo Executivo, viriam dissipar "milagres" e mistificações. Abaixo resumimos algumas perguntas formuladas através do Congresso Nacional que o Governo não respondeu.

Quanto custa aos cofres nacionais a aventura do Plano de Saúde? Como justificar o decréscimo anual do orçamento do Ministério da Saúde, ante o perigo de epidemias como a meningite? A quem deve ser imputada a responsabilidade pelo calamitoso desperdício financeiro na construção da Ponte Rio–Niterói? Por que se abandonou a famosa Carta de Brasília, distribuída em papel de ouro e exaltada como a lei áurea da agricultura? Em quanto importa a dívida externa do País, quais as comissões pagas, os juros, os vencimentos, os credores? É certo que, nos últimos dez anos, "no Nordeste, decresceu de 11% para 77% o número de empregos criados?" Quantos morreram ou foram vítimas de epidemias em virtude do estado de abandono sanitário da Transamazônica? Serão verdadeiros os dados de pesquisa recente divulgados pela Fundação Getúlio Vargas, denunciando que "metade da população das pessoas remuneradas recebe 13,6% da renda total", enquanto "10% da população apropriam-se de quase metade do produto nacional?" Estarão certos os pesquisadores da Fundação Ford e do Ministério da Agricultura, quando esclarecem que a "causa mais evidente do processo de agravamento de concentração de renda em nosso País é a compressão salarial"? Quantas unidades residenciais construídas pelo Banco Nacional de Habitação foram demolidas, retomadas ou permanecem desocupadas em todo o território nacional?

Esse comportamento do Executivo fere norma constitucional que criou os Poderes da República como harmônicos e independentes. Para ser independente o Legislativo necessita de informação, não só para legislar, como para fiscalizar os demais Poderes. No Congresso é que se expressa a soberania da vontade da Nação. Desobedecer a um pedido constitucional dos representantes do povo implica violar princípio fundamental da vida republicana. É crime de responsabilidade, implicando na destituição do Ministro, Secretário ou qualquer autoridade sonegadora. Fora do controle popular, através de suas instituições, como o Parlamento, não há democracia. Desde sua fundação, o MDB tem reivindicado o direito elementar de, através do Legislativo, a Nação ser informada quanto aos atos do Executivo.

O pedido de informações é tolhido, pois somente é admitido nos casos de "fato relacionado com matéria legislativa em trâmite ou sobre fato sujeito à

fiscalização do Congresso Nacional ou de suas Casas", segundo o art. 30, parágrafo único, letra "d", da Constituição Federal. Através desse dispositivo inibidor, fica o legislativo condicionado e limitado na sua competência institucional de interpelar e fiscalizar o Governo. Assim, este se torna irresponsável, erros e abusos não são conhecidos nem punidos. A exigência de requerimento assinado por um terço dos membros do Senado ou da Câmara dos Deputados, para constituição das Comissões Parlamentares de Inquérito (Art. 37 da Constituição), torna esse instrumento fundamental de fiscalização totalmente inoperante, quando a oposição não dispõe daquele mínimo. A fiscalização, principalmente por intermédio de Comissões Parlamentares de Inquérito, é um direito da minoria, pois é óbvio que, se depender da maioria, que suporta e defende o governo, jamais será exercida.

Essa, a razão por que nenhuma Comissão de Inquérito surgiu na Câmara ou no Senado, a não ser a referente aos Tóxicos. Praticamente inexistem nas Assembléias Legislativas.

Ademais, a Constituição Federal restringiu a cinco o número das CPIs. E se forem seis, oito ou dez as irregularidades a serem apuradas? Isso corresponderia a limitar cada delegado a prender só cinco ladrões... Outro atentado ao espírito fiscalizador que preside à criação das CPIs em países democráticos: foram imobilizadas em Brasília. Não podem deslocar-se para o local das ocorrências. Uma CPI sobre os índios, terá de trazê-los a Brasília! Se houver epidemia, inundação ou terremoto, os congressistas não poderão investigar no local!

A Oposição reclama para o Brasil uma Constituição sob a égide da Democracia, exigindo que os detentores do Poder atendam aos pedidos de informações do Legislativo, repondam politicamente perante o Parlamento, inclusive através de Comissões Parlamentares de Inquérito. A desinformação serve à mistificação.

Se V., eleitor, concorda com as verdades que acaba de ler ou ouvir, com seu voto na legenda, nos candidatos a senador, a deputados federais e estaduais do MDB, contribuirá para torná-las realidade. Pela vinculação, a lei eleitoral obriga que o deputado federal e o estadual votados sejam DO MESMO PARTIDO, SOB PENA DE ANULAÇÃO. Vote em um Programa, vote com a Democracia, vote nos candidatos do MDB.

ARQUIVO PÚBLICO PARANÁ

POR QUE O MDB LUTA PELA LIBERDADE DE IMPRENSA

O Movimento Democrático Brasileiro, quer no âmbito federal, estadual como municipal defender intransigentemente a liberdade de imprensa, o rádio, a televisão e o cinema. A luta contra a censura à imprensa nos obriga, a nós da Oposição, a não termos descanso, até que os jornais, as emissoras de rádio e de televisão possam veicular as notícias, responsavelmente, sem o crivo de censores, frequentemente despreparados para a missão.

Contra os abusos de uma má imprensa há lei específica para punir os responsáveis por difundir notícias falsas, tendenciosas, caluniosas. O Governo e os cidadãos têm em mãos, portanto, um instrumento do qual poderão se utilizar para exemplar os maus jornalistas. Se a lei de responsabilidade de imprensa não é boa, devemos aperfeiçoá-la. Mas deve haver liberdade para dizer e escrever e severa responsabilidade, até pecuniária, se houver abuso dessa liberdade. Isso ocorre com todos os países civilizados e democráticos. E isso não tem gerado a anarquia nem comprometido a segurança ou desenvolvimento. O Brasil é País civilizado. Necessita que sua imprensa seja livre.

Em defesa da liberdade de imprensa há um argumento insofismável: um indivíduo ou um povo bem informado dificilmente se torna presa fácil dos que pretendem enganá-lo, comprometê-lo ou arrastá-lo para guerras ou programas estatais megalomaníacos. Embora alfabetizado, um povo pode ser condenado à ignorância, quando perde o direito à informação, a saber a verdade. O MDB é o MOBRAL político; o homem se alfabetiza para conhecer a verdade.

Voltaire, defensor intransigente da liberdade de imprensa na França na época dos reinados despóticos, sentenciava: "Não acredito em uma só palavra do que dizeis, mas defenderei até à morte vosso direito de dizê-las." Sábias palavras que os governantes deveriam ouvir e praticar.

A liberdade de imprensa permite aos governantes e legisladores um volume mais substancioso e sincero de informações indispensáveis para que acertem mais, inclusive no que diz respeito à real segurança do País.

Quanto à Oposição, ela pergunta ao atual Governo: como sobreviverá, se são censurados seus pronunciamentos das tribunas das Casas Legislativas, se abafam arbitrariamente as mensagens e entrevistas que dirige ao povo, ao eleitorado?

Se se quer o restabelecimento pleno da democracia no Brasil, o fortalecimento do regime e de suas instituições, então que se devolva a liberdade aos jornais, às emissoras de rádio e de televisão. A Oposição e os brasileiros saberão fazer uso desses instrumentos sem oferecer risco à Pátria. A liberdade de imprensa, pilar da democracia, não é assegurada em benefício da imprensa, do rádio e da televisão, como empresas para que prosperem e até enriqueçam. Não. O direito à informação, a saber o que ocorre no mundo, em seu País, em sua cidade, pertence ao cidadão, a Você eleitor. Do contrário, o povo é condenado à ignorância, a desconhecer o que efetivamente está sucedendo. Só é divulgado o que o governo quer e convém ao governo e não o que a verdade manda. Povo desinformado é povo que não conhece e não defende seus direitos. O MDB quer a liberdade, com responsabilidade, mais para o povo do que propriamente para a imprensa.

Nada mais fácil do que discorrer sobre a liberdade de imprensa, tantos os ensinamentos da História e dos mestres sobre sua importância. Todos sabemos que onde não há liberdade de imprensa, correm perigo todas as demais. As Nações livres tornassem intocáveis o direito de informar para que o povo seja informado.

Por que são precisamente os regimes totalitários os que mais se esforçam em proclamar que sob eles há total liberdade de imprensa? Por que tanto se enfurecem os ditadores quando se proclama que sufocaram a liberdade de imprensa?

Quanto mais ênfase usam em se dizer democracias, os regimes totalitários se esforçam no sentido de ocultar a opressão e a verdade à livre manifestação de opinião.

Por que, quase sempre, aqueles que exercem o Poder, abusivamente em nome do povo, se opõem à liberdade de imprensa, à liberdade de informação?

Por que quanto mais se caminha no sentido da opressão, da escravidão de um povo, mais se investe contra a liberdade de imprensa?

Por que entre nós, quando o Brasil se transforma – segundo a imensa publicidade governamental – numa grande potência, no Brasil-Grande, se amplia a censura à imprensa e ao livre pensamento?

Por que precisamente quando tantos "milagres brasileiros" assombram o mundo inteiro – segundo a mesma propaganda oficial – mais e mais se suprime a liberdade de imprensa?

Por que um governo e um regime que asseguram existir apenas em função do bem-estar do povo e afirmam nada ter a recear, se obstinam em controlar e censurar os veículos de difusão das idéias?

O MDB protesta contra o monólogo, a exclusividade da palavra e propaganda oficiais, que não podem ser discutidos, contrariados, criticados.

Por que o Rádio e a Televisão, fora do restrito período do pré-eleitoral, são vedados a qualquer pessoa que não integre o Governo ou não o apoie? Por que tudo no Rádio e na Televisão está sujeito à censura prévia?

O povo brasileiro não pode conscientizar-se através de debates livres entre personalidades do Governo e da Oposição, ou mesmo técnicos e professores que tenham posição de independencia diante do Governo.

A fidelidade partidária tem sido usada para censurar consciências, tolher a independência dos próprios filiados do Partido situacionista.

Como se podem dizer democrático um Governo e um sistema de poder, se não admitem a livre manifestação do pensamento?

O brasileiro, como qualquer ente civilizado, tem o direito à informação, a saber o que se passa em seu País e no mundo, em termos de verdade e não de propaganda oficial. Sem o diálogo, sem a liberdade da informação, isso é impossível.

Por isso, na Declaração Universal dos Direitos do Homem, a informação é protegida pela liberdade, é um direito que o homem tem e que o Estado não pode lhe subtrair. O Brasil assinou a Declaração Universal dos Direitos do Homem. Deve honrar sua assinatura, respeitando escrupulosamente esses direitos, entre os quais sobressai o direito de saber a verdade.

Se V., eleitor, concorda com as verdades que acaba de ler ou ouvir, com seu voto na legenda, nos candidatos a senador, a deputados federais e estaduais do MDB, contribuirá para tomá-las realidade. Pela vinculação, a lei eleitoral obriga que o deputado federal e o estadual votados sejam DO MESMO PARTIDO, SOB PENA DE ANULAÇÃO. Vote em um Programa, vote com a Democracia, vote nos candidatos do MDB.

OS DIREITOS DO HOMEM E O MDB

O homem é fim e não meio do Estado. O Estado existe para o homem, para promover seu bem-estar e sua segurança. O homem não é mera peça do Estado: é o seu fim, sua razão de ser.

Primeiro surgiu o homem, depois o Estado. O homem é anterior ao Estado.

O homem criou o Estado, não foi o Estado que criou o homem. Porisso, o Estado não pode voltar-se contra o homem, seu criador, para esmagá-lo, perseguí-lo, torturá-lo, explorá-lo, extorquir-lhe dinheiro sob a forma de impostos exagerados ou insuportáveis, atribuir-lhe salário de fome. O Estado-robô, o Estado-Frankstein, o Estado-Leviatã, que agride ou destrói o homem, seu criador, é um monstro que trai suas próprias origens. É o Estado totalitário. É a tirania. Não é o Estado democrático. Seu fim é catastrófico e sangrento, como sucedeu com os Estados nazista, fascista ou militarista japonês em 1940.

O Estado não pode, a não ser por arbítrio ou prepotência, tirar a vida ao homem; privá-lo ilegalmente da liberdade; impedir seu direito de ir, ficar e vir; condená-lo, a não ser por Tribunal competente, em audiência pública, com pleno direito de defesa e respeito à sua integridade física; não pode torturá-lo, humilhá-lo ou constrangê-lo, mesmo quando preso, pois nas Nações civilizadas o "réu é coisa sagrada"; proibí-lo de pensar ou punir por dizer o que pensa, responsabilizando-o se fizer mau uso dessa prerrogativa; deserdá-lo do pronto e eficaz remédio legal contra detenções arbitrárias, que é o "habeas-corpus"; subtrair o direito que todo homem tem à informação, a saber o que ocorre e se diz em sua cidade, em seu País, ou no mundo, o que é impossível com a censura à Imprensa, ao Rádio, à Televisão, ao Cinema, à música, a qual é mais uma agressão aos cidadãos do que às empresas que exploram tais meios de comunicação; impedir que o cidadão, com seu voto direto e secreto, participe da investidura nos cargos do Executivo e de Legislativo, para que os governos sejam livremente consentidos e não impostos; descumprir seu dever de dar a todos escola gratuita, oportunidade de emprego com salário compatível com o custo de vida e seus méritos; privá-lo do seguro-desemprego, quando despedido, até que consiga nova colocação, para que sua família não sofra na miséria; deserdá-lo pela concentração das rendas nacionais, aumentando a opulência dos ricos e as privações dos despossuídos; hipotecar o País com empréstimos despropositados; transferir para o exterior centros de decisão da economia pela desnacionalização das empresas.

Na Carta da Organização das Nações Unidas, que o Brasil assinou com 134 povos da Terra, está dito no Preâmbulo e repetido em 6 artigos, que sem o efetivo respeito aos Direitos do Homem não haverá Paz, Justiça, Verdade e Desenvolvimento no mundo. Estes direitos estão relacionados na Declaração Universal dos Direitos do Homem, também subscrita pelo Brasil. Pelo seu teor cristão e fraterno, considera-se que depois da Santa Ceia, a conferência

internacional na cidade de São Francisco, onde nasceu a Carta da ONU, foi a mais importante reunião para a Humanidade.

Mas de que valem estas Declarações e assinaturas se não forem honradas, se houver prisões arbitrárias, torturas, miséria por salários e vencimentos de fome?

Tem havido crises sérias no relacionamento entre o MDB e o Governo, entre a Igreja e o Governo, entre a Imprensa e o Governo, entre a Ordem dos Advogados do Brasil e o Governo, entre a Juventude, artistas, intelectuais e o Governo. Porquê? Porque apesar da Declaração Universal dos Direitos do Homem e da existência de uma Comissão de Defesa dos Direitos do Homem no Ministério da Justiça, atentados de toda sorte foram impunemente perpetrados, não obstante as denúncias da Oposição, da Igreja, da Ordem dos Advogados e de organismos internacionais, pedidos de audiência a autoridades não atendidos, informações requisitadas pelo Congresso sonegadas, a Imprensa impedida pela censura de tornar públicas as arbitrariedades. O MDB retirou-se no Brasil da Comissão de Defesa dos Direitos do Homem, por recusa a participar da farsa de denúncias não apuradas, que sequer podiam ser divulgadas pelo sigilo imposto às reuniões.

O eleitor que procure interpretar na Imprensa as frases vazias, as evasivas e, principalmente, poesias e receitas de bolo. É a engenhosa denúncia sobre arbitrariedades da polícia, e da própria censura, contraditas ao festejado modelo econômico, críticas ao Governo. Mas é segredo de polichinelo, pois as vulnerações dos direitos do homem são do conhecimento e repúdio gerais, publicadas na imprensa estrangeira e conhecidas de entidades internacionais, que solicitam, sem que as autoridades brasileiras consintam, imparcial e insuspeita investigação. O MDB, através de seus Diretórios, deputados e senadores, tem feito reiteradas e fundamentadas denúncias assinadas, cuja resposta tem sido o silêncio, "nada consta" ou "governo vai tomar providências", desconhecidas até agora.

Se você, eleitor, não se contentar com meras declarações e a assinatura formal e para constar de tratados e leis de proteção dos direitos e garantias individuais, não honrados na prática, vote na legenda e nos candidatos oposicionistas a deputados federais, estaduais e senador. Aumente as bancadas do MDB na Câmara e no Senado e nas Assembléias Legislativas, para que a fiscalização, revogação e elaboração de leis indispensáveis façam com que o Governo cumpra seu dever de respeitar o homem.

Se V; eleitor, concorda com as verdades que acaba de ler ou ouvir, com seu voto na legenda, nos candidatos a senador, deputados federais e estaduais do MDB, contribuirá para torná-las realidade. Pela vinculação, a lei eleitoral obriga que o deputado federal e o estadual votados, sejam DO MESMO PARTIDO, SOB PENA DE ANULAÇÃO. Vote em Programa, vote com a Democracia, vote nos candidatos do MDB.

ARQUIVO PÚBLICO - GRAL -

OS DIREITOS DA MULHER E O MDB

As leis de proteção à mulher fazem parte do acervo de iniciativas de integrantes do MDB.

Entre outros, o Senador Nelson Carneiro destacou-se na proposição e elaboração da Lei no. 4.121, que, em 1962, definiu os novos Direitos da Mulher Casada e da Companheira, equiparando-os aos de seus maridos e pondo fim a uma situação injusta e discriminatória, criada pelo Código Civil de 1916. Este considerava a esposa como relativamente incapaz, equiparando-a aos menores, aos loucos e indígenas; vedava-lhe o direito a ter conta bancária própria; viajar e trabalhar fora de casa sem autorização do marido; e entregava o Pátrio-poder apenas ao pai.

O MDB é ferrenho opositor a costumes decrépitos e preconceitos que ainda impedem o pleno exercício dos Direitos da Mulher Casada, consagrados no estatuto legal. É luta por aprimorá-los. Defensor dos interesses da família legítima, é favorável à legislação de amparo à mãe solteira e de proteção aos filhos naturais e adulterinos. Que estes não sejam denunciados no Registro de Nascimento, considerando que a decisão sobre o número de filhos é da responsabilidade do casal, o MDB nega ao Estado a imposição de normas restritivas, encarregando-se, ao contrário, de possibilitar e facilitar a todos o acesso aos varios métodos de planificação familiar.

A História mostra que a participação autônoma da mulher na vida econômica é uma condição importante da emancipação feminina. Por isso, os problemas da mulher trabalhadora ocupam um lugar de destaque nas preocupações do MDB.

As tabulações constantes do Censo de 1970, processado pelo IBGE, revelaram que dos quase 36 milhões de pessoas que compunham a população economicamente ativa brasileira, apenas 6,1 milhões eram mulheres. Ou seja: havia quatro vezes mais homens do que mulheres na população ocupada; e três vezes mais mulheres do que homens na população não ocupada. Por sua vez, a maioria desse contingente de trabalhadoras distribuía-se por cinco ramos de atividades: 16% eram domésticas; 32% trabalhavam na agricultura; 8% eram professoras primarias; 7% operárias da indústria de vestuário; 2% operárias têxteis. Finalmente, apesar de partícipe do processo social de produção de riqueza, a mulher ainda não conquistou as mesmas oportunidades de trabalho que se abrem aos homens. O número de mulheres é grande entre os enfermeiros, mas pequeno entre os médicos e dentistas; sua participação é majoritária no ensino primário e secundário, mas inferior à dos homens no ensino superior. Em suma, as mulheres têm ainda pouco acesso aos trabalhos mais qualificados e melhor remunerados. O MDB luta por tornar possível que um número crescente de mulheres possa incorporar-se à população ocupada e em igualdade de condições com seus companheiros do sexo masculino. Batalha intransigentemente pela melhoria de condições de trabalho da mulher empregada.

Para que a mulher possa exercer atividades fora do lar é preciso que ela possa deixar seus filhos sob guarda competente. Hoje são poucas e em precárias condições as creches, nas quais as mães trabalhadoras podem deixar seus filhos. Raras são as empresas que possuem, apesar da obrigatoriedade por lei. Como também é reduzido o número de creches mantidas por entidades oficiais ou por particulares. Em 1972, existiam na cidade de São Paulo 16 creches da Prefeitura, 13 do Estado em convênio com a Prefeitura e 21 particulares, para atender cerca de 600 mil crianças com idade até dois anos. Cerca de 20 – mantidas por entidades religiosas e pelo Governo de Minas Gerais – funcionavam gratuitamente nos bairros operários de Belo Horizonte e de Contagem. Em Recife, só existiam duas grandes creches. Em todas elas há excesso de crianças, falta de aparelhamento e de pessoal especializado. O MDB reclama o cumprimento do Art. 389 da Consolidação das Leis do Trabalho, especialmente do item IV, § 1o. e § 2o. que obrigam os estabelecimentos em que trabalhem pelo menos 30 mulheres a terem local apropriado para guarda, vigilância e assistência de seus filhos em período de amamentação, com os requisitos técnicos legais. O MDB defende, também, a ampliação e melhoria da rede oficial de creches nos bairros populares e a multiplicação dos parques infantis e outros estabelecimentos do gênero, onde as crianças possam ficar.

O MDB batalha pelo cumprimento dos direitos trabalhistas da mulher, consagrados na Consolidação das Leis do Trabalho e no Estatuto do Trabalhador Rural. E por seu aprimoramento. O MDB opõe-se à prática corriqueira da discriminação no acesso ao emprego, em relação às mulheres casadas, gestantes, com filhos e às mulheres de idade. O MDB opõe-se com veemência à prática generalizada, ainda que injusta, discriminatória e **ilegal**, do pagamento à mulher de salários inferiores por um mesmo tipo de trabalho, em desrespeito flagrante ao preceito da Constituição Federal, ordenando o salário igual por trabalho igual. Por fim, o MDB luta há anos, com a oposição do Governo e da Arena, pela concessão de aposentadoria à mulher trabalhadora aos 25 anos de serviço, públicos ou nas empresas. O MDB defende a equiparação das empregadas domésticas às demais mulheres trabalhadoras. Considera o Estatuto das Empregadas Domésticas, que decorreu da proposta e campanha do Senador do MDB, Franco Montoro, importante conquista e postula seu aperfeiçoamento, para que tenham os mesmos direitos de suas companheiras ocupadas na lavoura, indústria e comércio. Em especial, o MDB luta pela impossibilidade da dispensa da trabalhadora grávida, exceto quando ocorra justa causa.

O MDB defende a participação das mulheres em todas as associações e organismos, nos quais são discutidos seus problemas específicos, de sua categoria profissional e da sociedade. O MDB defende a participação da mulher na política. Na Câmara Federal, pertenciam ao MDB, exceção de uma, todas as mulheres que atuavam no Congresso Nacional, tendo sido todas cassadas, sem sequer o exercício do direito natural da defesa. A oposição estimula a mulher para que se candidate a deputado ou senador, vereador, prefeito, sendo grande o número delas disputando as eleições de 15 de novembro próximo.

Se V., eleitor, concorda com as verdades que acaba de ler ou ouvir, com seu voto na legenda, nos candidatos a Senador, a deputados federais e estaduais do MDB, contribuirá para torná-las realidade. Pela vinculação, a lei eleitoral obriga que o deputado federal e o estadual votados sejam DO MESMO PARTIDO, SOB PENA DE ANULAÇÃO. Vote em um Programa, vote com a Democracia, vote nos candidatos do MDB.

A JUVENTUDE E O MDB

O último censo do IBGE certifica que 67% da população brasileira estão na faixa de até 25 anos de idade. Isso totaliza, hoje, cerca de sessenta e cinco milhões de brasileiros. O Brasil é um País jovem, País de jovens. Desconhecer a mocidade será, antidemocraticamente, repudiar a maciça maioria de seus habitantes.

A juventude deve ser compreendida e não punida. Não será pela ameaça, força ou terror que serão solucionados seus problemas e será preparada para a vida familiar, profissional e política da Nação.

É indispensável despertar o interesse e o entusiasmo dos moços pela política. SE assim não for, quem assumirá os encargos públicos de serem amanhã os Prefeitos, Vereadores, Deputados, Senadores, Governadores e Presidente da República?

Essa, a posição do MDB com relação aos moços. Convocá-los para a coisa pública, estimulá-los para que sejam candidatos, respeitá-los em sua integridade física e mental, motivá-los, para que participem dos problemas e temas que dizem respeito ao desenvolvimento de seu País.

Lamentavelmente, as limitações impostas à vida pública no Brasil, a redução arbitrária da competência do Legislativo e do Judiciário, a marginalização do povo nas eleições para Presidente da República e Governadores nos Estados, a inabilitação de milhões de cidadãos quanto ao direito de eleger os Prefeitos das Capitais e dos Municípios declarados área de segurança nacional, tudo isso e tantos outros atentados contra a classe política geram desencanto e descrença, que perigosamente contaminam tantos jovens. Eis por que o MDB reivindica para o Brasil o retorno ao Estado de Direito, com a conseqüente valorização da política, inclusive com a participação da juventude.

O medieval e renegado Decreto-Lei no. 477 divorcia o jovem universitário da política, ameaça com riscos e sanções a participação ativa dos universitários nas campanhas e debates político-eleitorais. Pende a ameaça de expulsão ou interrupção de seus estudos.

O MDB tem lutado incansavelmente pela abolição deste Decreto-lei odioso e pela reimplantação da Universidade crítica. A Oposição apresentou dois projetos, um na Câmara e outro no Senado, objetivando a revogação do impatriótico Decreto-lei no. 477. Sem êxito, contudo, de vez que a maioria os rechaçou. Apesar de derrotado, o MDB não desanimará.

O MDB afirma, também, que não se pode falar em integração do jovem estudante à vida nacional sem conceder-lhe liberdade de associação. A Oposição proclama o direito de organização e funcionamento dos órgãos próprios de representação estudantil em todos os níveis.

A juventude trabalhadora, urbana e rural, só poderá ser convocada para o exercício pleno da cidadania com o fortalecimento da vida associativa, em particular dos sindicatos. A formação do jovem demanda atividades recreativas e

esportivas. Países menores do que o Brasil logram êxitos esportivos em diferentes modalidades. O esporte em massa implica em prévio planejamento do Estado, através dos órgãos pertinentes, e de uma justa relação entre estes e as associações ou instituições que congreguem a juventude, como as escolas, os sindicatos e as Forças Armadas.

Se V., eleitor, concorda com as verdades que acaba de ler ou ouvir, com seu voto na legenda, nos candidatos a senador, a deputados federais e estaduais do MDB, contribuirá para torná-las realidade. Pela vinculação, a lei eleitoral obriga que o deputado federal e o estadual votados sejam DO MESMO PARTIDO, SOB PENA DE ANULAÇÃO. Vote em um Programa, vote com a Democracia, vote nos candidatos do MDB.

A EDUCAÇÃO E O MDB

Não obstante a faustosa propaganda governamental de sua política educacional, os números desmentem que se tenha realizado neste campo esforço proporcional ao aplicado para o crescimento da economia. Enquanto o Produto Interno Bruto experimentou um crescimento **real** (isto é, descontando a inflação), de cerca de 100% entre 1965 a 1973, os gastos públicos federais com a educação, no mesmo período, aumentaram em 60%. O mesmo fenômeno pode ser confirmado quando se verifica a porcentagem representada pelos gastos com a educação na despesa total da União: em 1965, aqueles gastos chegaram a 8,8% do total, enquanto em 1973 caíram para 6,2%, revelando uma tendência declinante durante o período considerado (1).

O Governo baseia seu otimismo no crescimento do número dos alunos matriculados, em todos os níveis, do primário ao superior. Mas o Governo ignora ou não revela que ocorreu aumento do número de escolas particulares, não acompanhado pelo ensino público, que é gratuito, acessível aos poderes.

O Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) tem-se revelado ineficaz como **alfabetizador verdadeiro,** embora as cifras de matrículas sejam exaltadas pela propaganda oficial. Recentemente, alta personalidade ligada ao MOBRAL reconheceu que nos últimos anos, pelo menos a metade dos alunos que concluíram os cursos do MOBRAL pode ser considerada analfabeta.

Ainda está por ser feito um estudo global e veraz da realidade educacional brasileira. Ao contrário das metas de crescimento econômico e dos resultados apregoados, fartamente divulgados e louvados pelas publicações governamentais, pouco se conhece a respeito da educação. Certos resultados do Censo Demográfico de 1970, entretanto, lançam alguma luz sobre a questão. Naquela data, 33% da população brasileira ainda permanecia analfabeta, contra 39,5% em 1960. Em dez anos, portanto, o ritmo de alfabetização no Brasil não ultrapassou a casa dos 20%, enquanto o crescimento da economia nacional atingia 100%, revelando mais uma faceta do desenvolvimento inumano, que esquece o homem. Ressalte-se, além disso, que apesar do modesto decréscimo nas taxas relativas ao analfabetismo no Brasil, **o número absoluto dos brasileiros analfabetos aumentou**, passando de 15,8 milhões em 1960 para 17,9 milhões em 1970. Essas cifras globais não revelam as profundas disparidades quanto a oportunidades de educação entre os Estados mais pobres e os mais desenvolvidos. Em 1970, Pernambuco e Piauí apresentavam porcentagens de analfabetismo de 50,3% e 60,8% respectivamente, na população de 15 anos ou

---

(1) Datos retirados do **Relatório e Parecer Prévio sobre as Contas do Governo,** relativas ao exercício de 1973, Ministro João Batista Ramos, Tribunal de Contas da União.

mais, enquanto em São Paulo, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, essa proporção era de aproximadamentee 20% (1).

O programa do MDB nesse particular propõe e revindica a educação para todos os brasileiros, como **um direito de cidadania**, que deve sobrepor-se às flutuações da economia. Para o MDB, o homem brasileiro não é apenas um fator de produção, mas em primeiro lugar um cidadão. Exatamente porque educação tem sido proporcionada mais àqueles que têm meios, o MDB reivindica e propõe uma concentração do esforço educacional nas regiões mais pobres do País. Finalmente, o MDB luta pelo aumento dos gastos públicos em educação e pelo fortalecimento da escola pública gratuita, para garantir o direito do povo brasileiro à educação adequada.

Não há desenvolvimento com analfabetismo. A educação é o metro do desenvolvimento. A educação é investimento público, alavanca do desenvolvimento, um dos seus principais fatores geradores.

Se V., eleitor, concorda com as verdades que acaba de ler ou ouvir, com seu voto na legenda, nos candidatos a senador, a deputados federais e estaduais do MDB, contribuirá para torná-las realidade. Pela vinculação, a lei eleitoral obriga que o deputado federal e o estadual votados sejam DO MESMO PARTIDO, SOB PENA DE ANULAÇÃO. Vote em um Programa, vote com a Democracia, vote nos candidatos do MDB.

---

(1) Dados colhidos em LAMOUNIER, Bolivar – "Educação", in **Composição da População Brasileira.** Candido Procopio F. de Camargo et alii, Caderno 15, CEBRAP, São Paulo, 1974.

A SAÚDE E O MDB

A saúde tem sido o filho enjeitado nos gastos públicos. Em 1 965 e 1 973, a porcentagem dos gastos da União com os programas de Saúde e Saneamento decresceu de 3,7% do total das despesas para 2,7%, numa tendência contínua à diminuição. A maior disponibilidade de riqueza nacional não está sendo utilizada para melhorar a situação sanitária dos brasileiros. O Governo Federal vem se desobrigando gradual e seguidamente das suas responsabilidades na melhoria das condições sociais de vida dos brasileiros. Disso é prova o decréscimo dos gastos com a saúde. Na saúde, como na educação, os gastos públicos não acompanharam os índices de crescimento do Produto Interno Bruto: enquanto esse praticamente dobrou entre 1965 e 1973, os gastos com saúde e saneamento cresceram apenas 64%. (Dados extraídos do **Relatório e Parecer Prévio sobre as Contas do Governo, relativas ao exercício de 1973**, Ministro-relator João Batista Ramos, Tribunal de Contas da União, Brasília, 1974). Alega-se que a diminuição dos gastos com Saúde e Saneamento foi contrabalançada pelo aumento do dispêndio com Assistência e Previdência. Mas, os gastos com Assistência e Previdência são financiados pelos próprios assalariados, membros do Instituto Nacional de Previdência Social, deles sendo beneficiários apenas seus segurados.

A tendência à queda dos gastos públicos com a saúde reflete-se dramaticamente nas estatísticas sanitárias, que acusam iniludível deterioração do estado de saúde do povo. Estatísticas recentes revelam que pioraram os indicadores sanitários: a mortalidade geral (por mil habitantes) no Brasil, que vinha decaindo desde 1965 – quando era de 10,23, passando sucessivamente para 9,87 em 1966, 9,52 em 1967, 9,44 em 1968, 9,18 em 1969 –, cresceu subitamente para 10,12% em 1970. O coeficiente de mortalidade infantil acusa a mesma tendência: em 1965 foi de 101,07 por mil nascidos vivos, com ligeiras oscilações nos anos seguintes, para subir a 108,68 por mil nascidos vivos em 1970. O coeficiente de mortalidade proporcional (uma relação entre o número de óbitos de menores de 1 ano e o total de óbitos de todas as idades) registrou também incremento entre 1965 e 1970: naquele ano foi de 30,41, tendo decrescido em 1966, para logo retomar uma trajetória ascendente, até chegar ao nível de 32,32 em 1970. Todos os indicadores sanitários levam à mesma conclusão: a saúde dos brasileiros está piorando. No município de São Paulo, o mais industrializado do País, o mesmo fenômeno se repete: cresceram entre 1965 e 1969 os coeficientes de mortalidade geral, de mortalidade infantil e de mortalidade proporcional (este último com relação a 1968) (1).

A Oposição condena veementemente a ausência no Ministério da Saúde de **política nacional** de medicina preventiva, expondo a população aos ciclos

---

(1) Dados retirados de João Yunes e Vera S.C. Ronchezel – "Evolução da mortalidade geral, infantil e proporcional no Brasil". XXV Reunião Anual da SBPC, Guanabara, 1963.

epidêmicos. Há mais de três anos, um violento surto de meningite grassa no País inteiro, particularmente nas Regiões Sul e Sudeste, sem que as autoridades sanitárias tenham tomado medidas preventivas ou erradicadoras, nem mesmo estoque de vacinas, além da censura haver impedido que a população se alertasse.

O programa do MDB confirma o direito que todo cidadão tem à preservação de sua saúde física, emocional e mental, como um requisito indispensável de sua condição humana. Defende a necessidade de que os gastos com saúde e saneamento cresçam proporcionalmente ao ritmo do crescimento da riqueza nacional. Para o MDB, a medicina deve ser para os necessitados um serviço social, sem finalidade lucrativa, custeado pelo poder público. O MDB defende a descentralização da pesada máquina do Ministério da Saúde em benefício dos municípios, que estão mais perto das necessidades da população. Nosso Partido afirma a imperiosidade de estender os benefícios das conquistas sanitárias a toda a população, ampliando os gastos com a medicina preventiva e combatendo as endemias que flagelam o povo brasileiro.

Se V., eleitor, concorda com as verdades que acaba de ler ou ouvir, com seu voto na legenda, nos candidatos a Senador, a deputados federais e estaduais do MDB contribuirá para torná-las realidade. Pela vinculação, a lei eleitoral obriga que o deputado federal e o estadual votados sejam DO MESMO PARTIDO, SOB PENA DE ANULAÇÃO. Vote em um Programa, vote com a Democracia, vote nos candidatos do MDB.

ARQUIVO PÚBLICO - PARANÁ

O DESENVOLVIMENTO E O MDB

O desenvolvimento nacional é uma das metas prioritárias do Movimento Democrático Brasileiro. Por desenvolvimento nacional o MDB não entende apenas o engrandecimento do Brasil como um conceito abstrato, mas o desenvolvimento do homem brasileiro, para o homem brasileiro, pelo homem brasileiro.

O crescimento econômico do Brasil é fruto do trabalho de sua população. Desde que nasceu para a vida internacional dos povos pelo descobrimento, o homem brasileiro, generoso caldeamento de etnias, alçou-se rapidamente à posição de primeiro produtor mundial de açúcar, ainda na colônia. Um século depois, a energia, o sacrifício, o talento desse povo guindarão a então colônia à liderança da produção do ouro. Já independente, podendo livremente tratar e comerciar com todos os povos, será a soma dos esforços do homem brasileiro que transformará o País no primeiro produtor mundial de café, que chegou à hierarquia do primeiro produto do comércio internacional de bens agrícolas. No século vinte, quebrando as amarras da dependência econômica da monocultura, é do trabalho do povo que sairá a arrancada pela industrialização, fazendo o Brasil ingressar na era moderna. Precisamente porque o crescimento econômico se baseia no trabalho do povo, o MDB nunca duvidou da capacidade que tem o Brasil de crescer continuadamente. Entende que esse crescimento não é apanágio de ninguém, de nenhum governo, de nenhum partido, mas preponderantemente do povo. Entretanto, o esforço, a imaginação e o talento revelados pela população brasileira não têm sido recompensados com justiça. Se no passado a chaga da escravatura vitimava precisamente os que labutavam pelo desenvolvimento da nação, hoje é a condição subumana de largas faixas da população nacional que acusa a excessiva distorção na distribuição dos benefícios do crescimento. O baixo poder aquisitivo do operariado, dos funcionários públicos e, da classe média denuncia a calamidade social de 5 por cento da população esbanjar o que é subtraído ao restante da população.

Quanto mais livre um País, mais consciente; quanto mais consciente, mais determinado; quanto mais determinado, mais responsável, mais participante. Objetivamente, o Brasil já dispõe de condições materiais para tornar menos penosa a vida de seus filhos e também para doar às gerações futuras encargos menos sacrificantes.

A riqueza anual do Brasil é da ordem de 60 bilhões de dólares. Se bem que como renda "per capita" ainda se encontre muito longe dos índices de países mais desenvolvidos, já possibilita o crescimento auto-sustentável do País, em termos de mercado interno global. A distribuição dessa riqueza anual é extremamente iníqua; impõe-se urgente correção, pois é na má distribuição que reside um dos problemas mais sérios e um dos desafios mais angustiantes. Sem xenofobismo anacrônico, o exame das Contas Nacionais prova que o capital estrangeiro, durante décadas, contribuiu em média com escassos 5% da poupança nacional, cabendo ao povo brasileiro 95% de economias necessárias

para fazer o País prosperar. Este é outro fato que testemunha as potencialidades nacionais para o crescimento. Antes, é preciso não esquecer e proclamar que durante longo período, da Colônia à República, a espoliação do capital internacional é justamente uma das causas impeditivas do maior crescimento da economia brasileira. Drena parte do esforço produtivo dos brasileiros, através da manipulação dos preços internacionais dos nossos principais produtos, pela remessa de lucros leoninos comparados com o capital importado. Esse "complot" alienígena contra a economia nacional cresceu assustadoramente de 1964 para cá.

O Programa do MDB postula que o desenvolvimento pode e deve prescindir do sacrifício dos pobres, sob a forma de contenção salarial. O progresso do País pode e deve repousar na economia das grandes empresas estatais, na economia do próprio Estado, na economia das empresas canalizadas para as atividades produtivas de interesse geral. O MDB condena, pois, a injusta distribuição da renda, pelo absoluto anacronismo de sua justificativa teórica e doutrinária, pelo total desrespeito às normas mais elementares da justiça social e pela própria ineficiência de tão iníquo mecanismo de distribuição da riqueza social.

A economia dos nossos dias, em escala mundial, baseia-se em grandes empreendimentos, grandes empresas. Isto é, em parte, uma exigência técnica, mas decorre também da forma e como se organiza a propriedade social da produção, sua repartição, seu controle. Na última década, boa parte do que se convencionou chamar "o modelo brasileiro de crescimento" não foi senão a aplicação das regras da concentração de capitais, e conseqüentemente da propriedade e da riqueza. Ela foi responsável pelas elevadas taxas de crescimento mas, também, pela concentração da renda, aumento das disparidades entre ricos e pobres, agravamento das carências alimentares, habitacionais, educacionais e médicas da maioria da população e pelo esbanjamento que caracteriza o modo de viver dos velhos e novos-ricos.

O MDB não defende um projeto de desenvolvimento anacrônico e socialmente injusto; propõe que se dinamize um processo de crescimento que reduza e afinal suprima as distâncias entre as categorias sociais dos brasileiros. A melhor forma de conciliar as exigências do processo produtivo com seu conteúdo social é aumentar o grau de controle da população sobre os meios de produção, fiscalizar as ações do próprio Estado e a participação dos trabalhadores nos rendimentos de seu trabalho. Numa economia que, por exigências técnico-sociais, tem que funcionar à base de grandes unidades de produção, comercialização e administração, a proposta progressista é o controle social da produção, o combate aos monopólios, a fiscalização eficiente do Estado, a participação de todas as categorias assalariadas nos benefícios da crescente produtividade.

O Programa do MDB se compromete com um projeto de desenvolvimento pleno e integrado, tendo como objetivo básico a melhoria das condições de vida do homem brasileiro. Não de um homem abstrato, das estatísticas "per capita", mas concretamente dos operários, dos funcionários públicos e da classe média, dos que foram marginalizados dos benefícios do progresso econômico na última década. É um programa difícil, muito mais difícil que as simples metas de crescimento que se apoiam numa liberalização dos lucros, na contenção dos salários e na desigualdade flagrante e ascendente dentro da própria sociedade brasileira. Distribuir com eqüidade os frutos do crescimento decorrerá da livre participação do povo na elaboração e execução dos projetos de desenvolvimento, através do livre debate, ausência de censura, poder emanado do povo.

diretamente e não por intermediações impostas. Poderes Legislativo e Judiciário independentes.

Se V., eleitor, concorda com as verdades que acaba de ler ou ouvir, com seu voto na legenda, nos candidatos a senador, a deputados federais e estaduais do MDB, contribuirá para torná-las realidade. Pela vinculação, a lei eleitoral obriga que o deputado federal e o estadual votados sejam DO MESMO PARTIDO, SOB PENA DE ANULAÇÃO. Vote em um Programa, vote com a Democracia, vote nos candidatos do MDB.

ARQUIVO PÚBLICO PARANÁ

POLÍTICA ECONÔMICO-SOCIAL E O MDB

A política econômico-social do último decênio no Brasil pode ser caracterizada numa frase: uma política antipovo. O Brasil apresenta o paradoxo de bom desempenho econômico, conseguindo altas taxas de crescimento da riqueza nacional, e uma progressiva pauperização de largas camadas de sua população. Não se trata de oposição demagógica: os indicadores econômicos-sociais fotografam o despropósito. Os níveis do salário real dos trabalhadores, a pirâmide de distribuição da renda, as taxas de mortalidade, os orçamentos da educação e da saúde, a insolvência dos mutuários do BNH para a compra da casa própria, a inflação disfarçada por estatísticas mentirosas e agora desmascaradas pelo estouro dos preços no primeiro semestre de 1974, tudo aponta para uma única conclusão: a inaceitabilidade da política econômica e social, sua natureza antipovo.

O "milagre brasileiro", apelido que se deu para as famosas taxas de crescimento dos últimos seis anos, foi realizado contra o povo. Privilegiou-se uma política econômica, cujo único objetivo foi crescer a qualquer preço. Ora, em um sistema econômico e social, quando se favorece uma das partes, a outra sai necessariamente prejudicada. No Brasil, nos últimos anos, ocorreu um retrocesso que, em termos históricos, pode ser definido como secular. Os trabalhadores tiveram o direito à greve suprimido, repudiando-se franquia que os países ocidentais mais industrializados já reconhecem há mais de cem anos e que a própria legislação brasileira anterior garantira. O direito de expressar descontentamento foi rotulado de subversão.

O crescimento do Produto Nacional Bruto foi o Moloch ao qual o povo brasileiro foi oferecido em sacrifício. Repressão salarial, encarecimento de todos os bens de consumo essencial do povo. Elevação das tarifas dos serviços públicos, foram os canais que levaram água ao moinho das grandes empresas estatais e privadas. Estas beneficiaram-se de todas as formas de incentivo: estímulo às exportações em detrimento do mercado interno (carne, calçados, tecidos, óleos vegetais, etc.): importações de bens de capital para a produção interna de bens supérfluos; subsídios ao turismo, classificado como de "interesse para o desenvolvimento econômico' ;endividamento externo para cobrir os deficits da balança comercial e de serviços e para alimentar fundos internacionais; formação de fundos fiscais compulsórios para fomentar a especulação na Bolsas de Valores; empréstimos externos para promover a desnacionalização de vastos setores da economia e que serviram também para a especulação financeira; uma política externa comercial e financeira imprevidente, confiando na eternidade das boas condições do comércio internacional e da disponibilidade internacional de dinheiro.

Por alguns anos, a alquimia engodou e ganhou estatuto de ciência. Hoje, se vêm claramente os resultados da política econômica e social que o MDB vem denunciando há muito. Agora, se fazem sentir também seus efeitos deletérios posteriores sobre a própria possibilidade de dar continuidade ao crescimento. A

política comercial e financeira externa dá os seus frutos no deficit da balança comercial e de serviços, que já alcança dois bilhões de dólares no semestre, sendo provável que o País encerre o ano ascendendo a 4 bilhões de dólares. A política econômica interna, beneficiando certas formas de consumo e certos tipos de produção de bens – automóveis em detrimento dos transportes coletivos, rodovias em detrimento das ferrovias e do transporte marítimo – cobra seus direitos com a crise internacional do petróleo. Somente com o petróleo elevaram-se as despesas externas do País em cerca de 3 bilhões de dólares anuais, incompreensíveis, a curto prazo, só porque se descuidou da produção interna, enquanto a Petrobrás se lançava em um esquema de competição internacional. A intensificação da pesquisa interna, premida pelos acontecimentos, produz resultados que comprovam a calamitosa inércia anterior.

Atualmente, não é mais possível mentir sobre os preços internos, porque essa mentira já não prejudica somente ao povo, mas perturba a contabilidade das empresas, suas contas de lucros e perdas. A inflação real de quase 30% em 1973 que se procurou esconder artificialmente sob a cifra oficial de 14%, arromba as portas das estatísticas fabricadas, quando os preços elevaram-se em escalada em 1974. As importações continuam crescendo de taxas insuportáveis somente em ferro e aço o País gastará 600 milhões de dólares neste ano, valor suficiente para construir duas usinas equivalentes à Usiminas ou à Cosipa. Configura inviável política irrealista de preços das empresas estatais para subsidiar os fabricantes de automóveis, navios e eletrodomésticos.

O MDB denuncia a falácia de que é preciso concentrar agora para distribuir depois. Este é um processo que, se mantido, jamais poderá ser revertido em favor do povo, como o demonstra a experiência internacional. A Oposição recusa-se a jogar na Copa do Mundo do crescimento do Produto Nacional Bruto, mera acumulação material de riqueza sem objetivos humanos. Está empenhado na competição para tornar melhor a vida dos brasileiros e para fazê-los participantes de todas as conquistas morais, culturais e materiais que o mundo hoje é capaz de oferecer, consciente de que somente o próprio esforço nacional é capaz de nos pôr ao compasso da evolução mundial.

O Programa do MDB é, portanto, o de revisão drástica e urgente da política econômica e social posta em prática no último decênio. Há que soar de novo como palavra nobre e diretriz de ação os objetivos sociais do crescimento. Confiante na potencialidade de trabalho do povo brasileiro, sobejamente demonstrada em seus quase cinco séculos de existência, o MDB afirma que há que enfrentar corajosamente os desafios do presente e do futuro, sem imolar o presente em nome do futuro, mas principalmente sem que o sacrifício de muitos sirva para o esbanjamento de poucos.

O MDB prega a revisão drástica e imediata da política salarial, lutando por aumentos do salário-mínimo compatíveis com a taxa de inflação e por aumentos do salário real que incorporem o incremento da produtividade da economia nacional, em bases iguais ao aumento dos lucros.

O MDB defende a reorganização do movimento sindical, sem intervenções, nem "pelegos" oficiais.

O MDB batalha pela reincorporação social e política das grandes massas de trabalhadores rurais e urbanos; pelo prevalecimento dos conceitos de justiça social e pela garantia de acesso dos trabalhadores aos serviços de saúde, à educação, à cultura e à recreação.

O MDB prega alterações na política de incentivos fiscais, eliminando os subsídios a empreendimentos supérfluos, e reorientando os estímulos para que

deixem de ser mero expediente de concentração da renda e da propriedade, nas mãos dos grandes monopólios nacionais e internacionais.

O MDB defende a revisão da desastrosa política de endividamento externo e da ficção do crescimento das reservas monetárias. Preconiza a reorganização do sistema de poupança, tanto na captação como na aplicação, a fim de que os recursos do trabalho do povo não sirvam para a especulação financeira e para a concentração de riquezas.

Este é um programa difícil, que só pode ser levado avante com a livre participação popular, nunca por decisões "técnicas" ou autoritárias tomadas em gabinetes fechados, onde prevalece o interesse dos poderosos. O MDB tem consciência dos tropeços a enfrentar, mas está convencido que a vocação democrática se exercita identificando a enfrentando os problemas e não escamoteando-os. O MDB confia no êxito de uma gestão da economia e da sociedade nacionais, guiadas pela vontade popular, livremente expressa.

Se V., eleitor, concorda com as verdades que acaba de ler ou ouvir, com seu voto na legenda, nos candidatos a senador, a deputados federais e estaduais do MDB, contribuirá para torná-las realidade. Pela vinculação, a lei eleitoral obriga que o deputado federal, e o estadual votados sejam DO MESMO PARTIDO, SOB PENA DE ANULAÇÃO. Vote em um Programa, vote com a Democracia, vote nos candidatos do MDB.

DISTRIBUIÇÃO DE RENDA E O MDB

O processo de concentração das riquezas no Brasil pode ser medido através das estatísticas de distribuição da renda, isto é, de toda classe de rendimentos e remunerações da população. Os dados oficiais, baseados no Censo Nacional de 1970, realizado pela Fundação "Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)", revelaram que no decênio 1960/1970 a distribuição da renda no Brasil piorou consideravelmente, tendo ocorrido maior concentração em benefício dos grupos já mais ricos da sociedade, ao passo que os grupos mais pobres viram sua participação diminuir. Os números abaixo descrevem, sinteticamente, o fenômeno:

% da população	% Participação na renda total em 1960	% Participação na renda total em 1970
50% mais pobres	17,69	13,74
40% intermediários	43,44	37,74
10% mais ricos	38,87	48,35
	100,00	100,00

Separando-se grupos menores entre os 10% mais ricos:

5% mais ricos	27,35	36,25
1% mais ricos	11,72	17,77

Portanto, não houve melhoria sequer para os grupos intermediários. A concentração deu-se no topo da pirâmide, conforme a especificação para os 5% e 1% mais ricos permite verificar claramente. Diga-se de passagem que esses dados subsestimam o verdadeiro grau de concentração da riqueza no Brasil, pois se referem apenas à renda pessoal, sem incluir os lucros das empresas, uma vez que na composição da renda entram os salários, como rendimentos do trabalho, e somente a parcela dos lucros das empresas distribuídos aos acionistas, sob forma de dividendos, além de outros rendimentos, tais como honorários de profissionais liberais, aluguéis, etc. Por outro lado, nada indica que o quadro retratado pelo Censo de 1970 tenha se alterado nos três últimos anos, pois os salários, principal componente das chamadas "rendas do trabalho", continuam sendo determinados segundo as normas ditadas pela política econômica oficial. Desde 1964, ano de instituição da fórmula de cálculo para o reajustamento dos salários, estes têm sido calculados "por baixo" de seu valor real, tanto quanto o incremento de produtividade nacional, que deveria garantir ao trabalhador participação nos resultados do aumento da produção e o chamado "resíduo inflacionário", que supostamente contribuiria para manter o poder de compra do salário. Em todos estes anos também em 1971, 1972, 1973 e agora em 1974, não apenas a inflação real foi maior que a inflação calculada na época dos reajustes, como o incremento da produtividade da economia brasileira tem sido

sempre superior àquela parcela que é incorporada ao salário do trabalhador. Nestas condições, não há como pensar que o crescimento econômico dos últimos anos possa ter corrigido as distorções apontadas pelo Censo de 1970 na distribuição da renda da população brasileira. Muito pelo contrário, sendo elevado o ritmo de crescimento e permanecendo inalterados os critérios de cálculo para reajustamento dos salários, é lícito concluir que a distribuição da riqueza está piorando.

Aliás, os dados da **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio**, referentes ao último quadrimestre de 1972, portanto dois anos após a realização do Censo de 1970, confirmam a cruel realidade. Dos 15,5 milhões de brasileiros empregados em 1972, e que recebiam salário somente em dinheiro, 6,7 milhões, ou seja 43,2%, ganhavam até 1 salário-mínimo. Efetuando-se os cálculos para incluir as pessoas empregadas que auferiam **até 2 salários-mínimos**, a cifra sobe para 75,4% dos brasileiros empregados. Somando-se aos trabalhadores que eram pagos somente em dinheiro, aqueles que recebiam parte em dinheiro e parte em bens, tem-se que os brasileiros assalariados, de ambos os sexos, formavam um contingente de quase 18 milhões de pessoas. Deste total, quase 8,8 milhões ou 49% recebiam até um salário-mínimo; 14 milhões ou 78,1% ganhavam até dois salários-mínimos. O quadro é indesmentível e desmoraliza as róseas previsões oficiais e os arautos da desigualdade como **mecanismo inicial de crescimento.** Longe disso, quando se instaura um processo de crescimento apoiado em precedimentos desnivelados, somente se pode esperar, já que o processo é cumulativo, um agravamento das desigualdades iniciais.

A melhoria da distribuição da renda no Brasil não poderá realmente ocorrer se não for corrigida a atual política salarial.

Não há escamoteação possível: os salários são o componente fundamental dos rendimentos da maior parte da população brasileira e os aumentos salariais, **perfeitamente compatíveis** com os incrementos de produtividade da economia, são o único caminho para modificar essa situação injusta, sem gerar pressões inflacionárias. Teorizações encomendadas, que afirmam ser a distribuição da renda determinada pelo nível de educação, são elementares e não passam de uma tautologia apoiada na alta correlação estatística entre nível de renda e nível de educação. O que determina a renda de uma população é, em primeiro lugar, a produtividade de sua economia, e o que determina os níveis ou a distribuição da renda é o acesso à propriedade e ao capital. Mesmo as categorias de trabalhadores mais bem pagos estão ainda assim sendo pagos abaixo do que realmente vale seu trabalho. Entre 1969 e 1972, o incremento global do produto "per capita" da economia nacional, medida singela do incremento da produtividade , foi de 27,8%, enquanto o índice de aumento da produtividade calculado pelas autoridades, para efeito de reajustamento dos salários, chegou apenas a 13.5%, isto é, o trabalhador brasileiro se beneficiou apenas da metade do aumento de produtividade.

O Programa do MDB se compromete com política salarial que dê poder de compra aos trabalhadores e funcionários públicos não só para custeio de seu bem-estar, como também criação de mercado interno que garanta a estabilidade e expansão da economia nacional.

Se V., eleitor, concorda com as verdades que acaba de ler ou ouvir. com seu voto na legenda, nos candidatos a senador, a deputados federais e estaduais do MDB, contribuirá para torná-las realidade. Pela vinculação. a lei eleitoral obriga que o deputado federal e o estadual votados sejam DO MESMO PARTIDO, SOB PENA DE ANULAÇÃO. Vote em um Programa, vote com a Democracia, vote nos candidatos do MDB.

CUSTO DE VIDA, ESPOLIAÇÃO SALARIAL E O MDB

No Brasil, os salários e vencimentos sobem pela escada (quando sobem), enquanto o custo de vida sobe vertiginosamente pelo elevador. É desesperadora a situação do operário, que em geral recebe salário-mínimo, quando isso ocorre, para se concluir que o custo de vida atinge níveis insuportáveis, principalmente devido à compressão salarial. Isto ocorre com os servidores públicos, em tantos casos subassalariados.

A carne, o feijão, o arroz, o óleo, os legumes e até mesmo as verduras estão sendo vendidos a preços inacessívis à bolsa do pobre. Que dizer então dos remédios, do vestuário, do transporte, da educação?

Se é verdade que as taxas do Produto Interno Bruto crescem, no entanto são cada vez piores as condições de vida do povo. Este, subnutrido e impedido de alimentar-se condignamente, é a grande e injusta vítima de uma política inumana, que desconhece o homem e suas necessidades fundamentais.

Daí, portanto, ser imprescindível que o Governo tome medidas que minorem o sofrimento do povo, pelo menos com a contenção do custo de vida e a elevação dos salários dos trabalhadores e dos vencimentos dos servidores públicos.

Impõe-se corrigir a injustiça dos que ganham pouco e têm prole numerosa, dos que dependem de pensões e aposentadoria, dos que, como viúvas e órfãos, vivem de pequenas rendas. Pois o ganho do trabalhador, além de irrisório, não se destina exclusivamente à alimentação. Ele deve ser dividido e subdividido para a aquisição de tudo o que é indispensável.

Aumentar o poder aquisitivo do povo significa, em primeiro lugar, fazer justiça a quem, com seu trabalho, constrói a riqueza da Nação, e, depois, com benefício de todos, transformá-lo em consumidor.

Na cidade de São Paulo, a mais rica do país, é a seguinte a estrutura do orçamento doméstico (*):

TIPO DE DESPESA	1958	1969/1970	
	%	Cr$	%
ALIMENTAÇÃO	45,00	247,43	39,0
Habitação	30,0	149,12	23,5
Vestuário	10,0	51,43	8,1
Saúde	4,0	22,74	3,6
Higiene pessoal	1,5	7,56	1,2
Limpeza doméstica	3,0	10,49	1,7
Equipamento doméstico	3,0	41,29	6,5
Transporte	2,0	56,03	8,8
Educação e cultura	1,0	22,18	3,5
Recreação e fumo	0,5	26,08	4,1
	100,0	634,37	100,0

(*) "Família assalariada, padrão e custo de vida", Estudos, Sócio-econômicos, no. 2, janeiro de 1974, DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos). Nessa pesquisa foram entrevistados 1.062 chefes-de-família assalariados, segundo amostra aleatória.

Estes dados aparentemente indicariam uma melhoria das condições de vida da família trabalhadora, na medida em que as despesas com alimentação e habitação decresceram no período de 1958 a 1970. Tal fato significaria que as famílias estudadas contavam com mais recursos para aplicar nos itens educação, vestuário e recreação, importanto em melhoria geral da qualidade de vida. Contudo, uma análise mais cuidadosa demonstrará que o gasto com o item habitação diminuiu pela construção de casas próprias pela família trabalhadora, freqüentemente com recursos ao "mutirão" (trabalho coletivo e voluntário de vizinhos), nos bairros da periferia e em ruas sem calçamento, esgoto e demais serviços básicos, enquanto que na amostra de 1958 a população entrevistada predominantemente pagava aluguéis.

Estruturas dos orçamentos por classes de renda mensal – 1969/1070 (em %).

	Extrato inferior	Extrato médio	Extrato superior	Total
Alimentação	48,1	42,5	30,4	39,0
Habitação	20,1	21,4	27,7	23,5
Vestuário	6,9	8,5	8,3	8,1
Saúde	2,5	3,5	3,7	3,6
Higiene pessoal	1,1	1,2	1,2	1,2
Limpeza doméstica	2,0	1,8	1,3	1,7
Equipamento doméstico	6,7	7,0	5,8	6,5
Transporte	5,8	7,0	12,5	8,8
Educação e Cultura	2,2	28	5,0	3,5
Recreação e fumo	3,6	4,3	4,1	4,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0
	(Salário média Cr$ 349,52)	(Salário média: Cr$ 605,45)	(Salário média: Cr$ 1.167,00	

Decompondo os itens a serem custeados pelos salários figurados, de Cr$ 349,00; Cr$ 605,00 e Cr$ 1.167,00, resulta a seguinte tabela, cujos quantitativos mensais e diários testemunham a absoluta impossibilidade de atender às necessidades vitais de uma família média brasileira, composta de seu chefe, a dona-de-casa e quatro filhos.

ESPECIFICAÇÃO	ESTRATO INFERIOR Salário Cr$ 349,00 MÉDIA			ESTRATO MÉDIO Salário Cr$ 605,00 MÉDIA:			ESTRATO SUPERIOR Salário Cr$ 1.167,00 MÉDIA:		
	%	Mês	Dia	%	Mês	Dia	%	Mês	Dia
Alimentação	48,1	176,87	5,59	42,5	257,12	8,57	30,4	354,80	11,83
Habitação	20,1	70,15	2,34	21,4	129,47	4,31	27,7	323,25	10,77
Vestuário	6,9	24,08	0,80	8,5	51,43	1,72	8,3	96,86	3,23
Saúde	3,5	12,21	0,41	3,5	21,17	0,71	3,7	43,17	1,44
Higiene pessoal	1,1	3,84	0,13	1,2	7,26	0,24	1,2	14,00	0,47
Limpeza doméstica	2,0	6,98	0,23	1,8	10,89	0,36	1,3	15,17	0,50
Equipamento doméstico	6,7	23,38	0,78	7,0	42,35	1,41	5,8	67,69	2,26
Transporte	5,8	20,24	0,67	7,0	42,35	1,41	12,5	145,87	4,86
Educação e cultura	2,2	7,68	0,26	2,8	16,94	0,57	5,00	58,35	1,94
Recreação e fumo	3,6	12,57	0,42	4,3	26,02	0,87	4,1	47,84	1,60
Total	100,0	349,00	11,63	100,0	605,00	20,17	100,0	1.167,00	38,90

ARQUIVO PÚBLICO PARANÁ

Observa-se no quadro acima que os gastos com alimentação do extrato inferior aumentam de 3% em relação ao mesmo item da amostra de 1958 (quadro 1), enquanto diminuem apenas de 2,5% no extrato médio. Consequentemente, tomando-se uma posição intermediária entre os gastos com alimentação dos extratos inferior e médio, tem-se um nível aproximado ao de 1958. Isso indicaria que doze anos após intenso crescimento industrial e de aumento de produtividade, os assalariados de baixa renda são sacrificados. Assinale-se também que a família assalariada, para acompanhar a modernização da vida urbana, tem aumentado seus gastos em equipamentos domésticos (TV, geladeira etc.) e transporte em detrimento das despesas com vestuário, saúde e higiene pessoal. Assim, estes últimos decrecem, entre 1958 e 1969/1970, no extrato inferior de 10,0% para 6,9% (vestuário), de 4,0% para 3,5% (saúde) e de 1,5% para 1,1% (higiene pessoal), decrescendo igualmente caso se considere os dados gerais da amostra (comparem-se os quadros I, II, e III).

A Constituição Federal assegura ao trabalhador, em seu artigo 165, inciso I. "salário-mínimo capaz de satisfazer, conforme as condições de cada região, às suas necessidades normais e as de sua família". E a CLT, em seu artigo 76, regulamenta a questão: "Salário-mínimo é a contraprestação devida e paga diretamente pelo empregador a todo trabalhador, inclusive ao trabalhador rural, sem distinção de sexo, por dia normal de serviço, capaz de satisfazer numa determinada época e região do país, as suas necessidades normais de alimentação, habitação, vestuário, higiene e transporte."

De acordo com a legislação do trabalho no Brasil, até 1964, o salário mínimo era determinado por Comissão composta de empregados, empregadores e técnicos do Estado. Entretanto, em 11 de dezembro de 1966, pela lei 4,589, essa Comissão foi dissolvida, e os reajustes passaram a ser determinados por critérios desconhecidos, formulados por técnicos do Departamento Nacional do Salário.

Em 1938, foi estabelecida por lei a chamada "ração-básica", isto é, as quantidades mínimas de alimentos necessárias à sobrevivência do trabalhador e de sua família.

A preços de março de 1974, em São Paulo, a aquisição da "ração mínima" pelo trabalhador custaria Cr$ 229,98, conforme se vê na tabela que se segue.

PRODUTOS	QUANTIDADE	Preço Médio (Cr$)	Quantidade x Preço (Cr$)
Carne	6,0 kg	14,29	85,74
Leite	7,50 l	1,20	9.00
Feijão	4,50 kg	3,13	14,09
Arroz	3,00 "	2,83	8,49
Farinha de trigo	1,50 "	2,18	3,27
Batata	6,00 "	2,13	12,78
Tomate	9,00 "	3,39	30,51
Pão	6,00 "	3,73	22,38
Café (pó)	7,5 "	1,80	13,50
Banana	0,600 Dz	9,00	5,40
Açúcar	3,00 kg	1,28	3,84
Banha	0,750 kg	11,25	8,44
Manteiga	0,750 kg	16,72	12,54
Total			229,98

FONTES: DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos.

Portanto, só a alimentação indispensável à "ração mínima", em termos oficiais, CONSOME QUASE TODO SALÁRIO-MÍNIMO, QUE É DE CR$ 312,50. Considerando-se uma família trabalhadora composta de quatro pessoas (casal e dois filhos menores, que corresponderiam ao consumo de um adulto), quando só o marido trabalhe, verifica-se que só para o atendimento das necessidades mínimas de alimentação o cabeça do casal deveria ganhar Cr$ 689,94 mensais, ou seja, mais do que o dobro do salário-mínimo vigente em São Paulo em março deste ano (Cr$ 312,50). Sabendo-se que uma família de renda mensal inferior a Cr$ 500,00, gasta cerca de 48% dos seus rendimentos em alimentação, verifica-se quanto seu consumo se afasta do que a lei considera o mínimo essencial. A cesta de consumo individual no valor de Cr$ 229,98, na verdade, destina-se a toda a família. Daí a subnutrição, ou seja, a fome crônica. Dessa forma, o crescimento relativo dos gastos dos itens restantes do orçamento doméstico:

– educação, recreação, transporte só são possíveis por uma redução ainda maior da despesa familiar com alimentação. Contudo, embora abaixo das necessidades mais elementares para sustento de um trabalhador e de sua família, o salário-mínimo ainda representa para milhões de trabalhadores brasileiros um ideal a atingir. O quadro até aqui exposto ganha uma dimensão mais concreta quando cotejado com o salário mensal dos brasileiros que vivem do seu trabalho:

BRASIL: SALÁRIO MENSAL DOS EMPREGADOS
RECEBEENDO SOMENTE EM DINHEIRO – 1972

CLASSES DE SM	No. Empregados	%	% Acumulada
Até 1/4 do SM	951.844	6,1	6,1
Mais de 1/4 1/2 SM	2.061.394	13,3	19,4
Mais de 1/2 a 1 SM	3.673.224	23,7	43,1
Mais de 1 a 2 SM	4.977.942	32,2	75,3
Mais de 2 a 3 SM	1.720.209	11,1	86,4
Mais de 3 a 5 SM	1.032.087	6,7	83,1
Acima de 5 SM (1)	1.058.941	6,8	100
Total	15.475.641	100,0	

(1) Agrupados apenas para encurtar a tabela. Inclui 26.861 que não declararam. A sigla SM abrevia "Salário-mínimo".

FONTES: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 4o. trimestre de 1972.

A população assalariada – urbana e rural –, apesar de algumas estatísticas oficiais e dos discursos autojustificadores, se situa predominantemente – 75,3% – entre os que ganham de 1/4 até 2 salários-mínimos. É trágico ainda observar que quase metade dos empregados – 43,1% – tem seu padrão de remuneração inferior ou igual ao mínimo. Assim, ao contrário do que se diz, o salário-mínimo representa de forma predominante a remuneração do trabalhador brasileiro.

Resulta que apenas 13,5% do total da população assalariada com salários superiores a três salários-mínimos-poderão ser considerados como beneficiários da atual expansão industrial, e isso na medida em que se emancipem de uma vida puramente vegetativa, contando com recursos para a educação, habitação e outras necessidades condignas, inclusive aparatos necessários à vida industrial, com TV, eletrodomésticos, etc.

Esses dados são ainda mais terríveis quando se referem ao trabalho feminino, conforme se verifica no quadro abaixo. Observe-se que 53,4% da população feminina empregada têm como limite máximo o salário-mínimo, enquanto que cerca de 30% ganham apenas metade do mínimo legal.

BRASIL: SALÁRIO MENSAL MÃO-DE-OBRA FEMININA, RECEBENDO SOMENTE EM DINHEIRO – 1972

CLASSES SM	No. Empregados	%	% Acumulada
Até 1/4 SM	500.890	12,7	12,7
Mais de 1/4 até 1/2 SM	618.133	15,7	28,4
Mais de 1/2 e 1 SM	981.702	25,0	53,4
Mais de 1a. 2 SM	1.151.594	29,3	82,7
Mais de 2 a 3 SM	338.392	8,6	91,3
Mais de 3 a 5 SM	186,460	4,7	96,0
Acima de 5 SM (1)	152.584	3,9	100
Total	3.929.755	100	

(1) Agrupados apenas para encurtar a tabela; inclui 10.842 que nao declararam. SM é abreviatura de salário-mínimo.

FONTE: PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – 4o. trimestre de 1972

Distinguindo-se o trabalho urbano do rural, as disparidades existentes testemunham a natureza real do "milagre" econômico brasileiro. Os dados a seguir informam que 53,8% da população empregada no campo ganham entre 1/4 e 1/2 do salário-mínimo, enquanto que somente cerca de 10% atingem cifras superiores ao mínimo legal.

BRASIL: ATIVIDADES AGRÍCOLAS; SALÁRIO MENSAL DOS EMPREGADOS RECEBENDO SOMENTE EM DINHEIRO – 1972.

CLASSES DE SM	No. Empregados	%	% Acumulada
Até 1/4 SM	410.963	14,2	14,2
Mais de 1/4 a 1/2 SM	1.149.103	39,6	53,8
Mais de 1/2 a 1 SM	1.044.750	36,0	89,8
Mais de 1 a 2 SM	266.257	9,2	99,0
Mais de 2 a 3 SM	17.666	0,5	99,5
Mais de 3 a 5 SM	7.133	0,2	99,7
Acima de 5 SM (1)	8.412	0,3	100
Total	2.904.284	100,0	

(1) Agrupadas para encurtar a tabela; inclui 3.725 que não declararam.

FONTE: PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – SM é sigla do salário-mínimo – 4o. trimestre de 1972.

Note-se que essa situação coincide como "boom" das exportações brasileiras de soja, carne, couro, café, açúcar, e com a capitalização das unidades produtivas, transformando as velhas fazendas de tipo colonial em modernas "fábricas" agrárias. O trabalhador rural não é beneficiário da modernização da agricultura. Expelidos da zona rural para a periferia das cidades, constituem a classe miserável dos "bóias frias", trabalhadores errantes que nem sequer mantêm vínculo empregatício com os proprietários das fazendas, sendo pagos através dos motoristas de caminhões que transportam.

O desenvolvimento industrial brasileiro tem muitos artífices, o empresário, o técnico e o homem de Estado. Independentemente da avaliação da importância de cada um no processo de industrialização, não se pode ignorar que o trabalhador é protagonista de importância decisiva na expansão industrial. O quadro apresentado a seguir demonstra a enorme desproporção existente entre sua participação na produção industrial e nos benefícios que dela resultam. 83,5% dos trabalhadores industriais ganham até 3 salários mínimos, quantia que lhes permite apenas repor as energias gastas. Vale notar, além disso, que 30,9% da população empregada na indústria de transformação percebem entre 1/4 a 1 salário-mínimo e que a classe de salário-mínimo mais representativa – 39,5% – se situa entre os que recebem de 1 a 2 salários mínimos.

BRASIL: INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO; SALÁRIO MENSAL DOS EMPREGADOS RECEBENDO SOMENTE EM DINHEIRO – 1972

CLASSES DE SM	No. Empregados	%	%Acumulada
Até 1/4 SM	74.978	2,1	2,1
Mais de 1/4 a 1/2 SM	214.168	6,0	8,1
Mais de 1/2 a 1 SM	807.054	22,8	30
Mais de 1 a 2 SM	1.400.483	39,5	70
Mais de 2 a 3 SM	465.875	13,1	83
Mais de 3 a 5 SM	293.601	8,3	9
Acima de 5 SM (1)	289.501	8,2	
Total	3.545.660	100	100

(1) Agrupados apenas para encurtar a tabela: inclui 4.341 que não declararam. SM é sigla indicativa de salário-mínimo.

FONTE: PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – 4o. trimestre de 1972.

O MDB tem como ponto programático a ampliação da riqueza nacional através da industrialização e da modernização de todos os setores da economia. Mas a expansão da riqueza só terá sentido na medida em que for acumulada em favor de toda a população, em particular daqueles que cotidianamente a produzem com seu trabalho. Os dados condenam o modelo de desenvolvimento que ignora o esforço dos seus maiores responsáveis – os trabalhadores urbanos e

ARQUIVO PÚBLICO PARANÁ

rurais. A espoliação salarial, aliada à ausência de liberdade, em particular a liberdade sindical e a de informação, é responsável pela atual estrutura de privilégios, que mantém rebaixadas as condições de vida dos produtores diretos da riqueza nacional.

Se V., eleitor, concorda com as verdades que acaba de ler ou ouvir, com seu voto na legenda, nos candidatos a senador, a deputados federais e estaduais do MDB, contribuirá para torná-las realidade. Pela vinculação, a lei eleitoral obriga que o deputado federal e o estadual votados sejam DO MESMO PARTIDO, SOB PENA DE ANULAÇÃO. Vote em um Programa, vote com a Democracia, vote nos candidatos do MDB.

O FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO E O MDB

De acordo com a exposição de motivos que acompanhou o anteprojeto de lei ao Congresso Nacional, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) foi criado para devolver a harmonia social às empresas, incrementar a produtividade do trabalhador e beneficiar o assalariado com uma estabilidade de fato. A alegação se fundava na assertiva de que a lei da estabilidade criava tensões entre patrão e empregado, na medida em que aquele impedia que este atingisse os 10 anos de tempo de serviço. Por outro lado, alegava-se que o trabalhador estável tendia ao desleixo funcional e à indisciplina, seguro de que só poderia ser demitido através de decisão da Justiça do Trabalho. A legislação do FGTS, segundo seus autores, viria corrigir essas distorções, eliminando os motivos pelos quais o empregador dispensava os trabalhadores, ao passo em que criava para estes uma série de medidas de proteção econômica.

Entretanto, este anos após a implementação do FGTS, é fácil perceber as conseqüências da inovação legal. A rotatividade da mão-de-obra intensificou-se, atingindo índice alarmante. É certo que o FGTS não criou a rotatividade, que já existia antes. No entanto, é verdade também que, eliminando a indenização por tempo de serviço, a lei do FGTS facilitou imensamente para as empresas a dispensa em massa, de trabalhadores. E, o que é mais grave, essa dispensa passou a ter alta incidência na época dos reajustes salariais. Na prática, conseqüentemente, o FGTS é o cúmplice da espoliação da população que vive de salários. Vejamos como isso se dá. Antes do FGTS, nos meses que antecediam os reajustes salariais, as empresas procuravam dispensar 1/3 parte dos trabalhadores com pouco tempo de serviço, contratando mais tarde novos trabalhadores, que não se beneficiariam do aumento concedido. Mas tinham que pagar indenização aos trabalhadores demitidos. Dessa forma, o limite de dispensas "rentáveis" era dado pelo montante das indenizações devidas. Seu valor não poderia superar o que a empresa economizaria com a contratação de novos empregados, com salários inferiores aos que seriam pagos em conseqüência do reajuste. Esse procedimento estava sujeito a um sistema de freios, representado pela indenização por tempo de serviço, que podia tornar antieconômico uma quantidade de dispensa acima de um dado nível. Ora, o FGTS aboliu esses freios, criando um fundo fora da contabilidade das empresas, que possibilita a dispensa de trabalhadores sem ônus suplementar para o empregador. Dessa forma, na ocasião dos reajustes salariais, as empresas podem demitir livremente seus empregados, evitando o pagamento dos mesmos. Através dessa fórmula, são burlados os já ridículos reajustes salariais decretados pelo governo.

Os casos dos cobradores "A" e "B", que tiveram sua carteira de trabalho analisada pelo DIEESE – Departamento Industrial de Estatística e Estudos Econômicos – demonstram:

Salário por hora do cobrador "A"

Maio/66	0,40	1a. empresa
Julho/66	0,48	
Maio/67	0,60	
Maio/68	0,75	
Maio/69	0,93	Despedido
Agosto/69	0,75	Contratados pela 2a. empresa
Outubro/69	0,77	
Fevereiro/70	0,80	Despedido em 1969, é contratado pela
Maio/70	0,99	2a. empresa por um salário mais baixo
Maio/71	1,21	
Maio/72	1,50	
Maio/73	1,75	Despedido
Dezembro/73		Despedido em 1973, é contratado pela 3a. empresa por um salário 26 por cento inferior

Observa-se, que, no período de 7 anos e 7 meses, o cobrador "A" trabalhou em 3 empresas. Cada vez que foi despedido, só encontrou emprego por salário inferior ao que estava recebendo no *emprego anterior. O* mesmo se observa em relação ao cobrador "B".

Salário por hora do cobrador "B"

Julho/66	0,30	
Outubro/66	0,48	Ganhando menos que o mínimo em junho/66, muda de emprego.
Abril/67	0,44	Mandado embora pela 2a. empresa, é
Junho/67	0,48	reempregado por um salário inferior, por 3a. empresa.
Março/68	0,48	Despedido pela 3a. empresa, reempre-
Maio/68	0,60	ga-se pelo mesmo salário na 4a. empre-
Janeiro/69	0,75	sa.
Maio/69	0,90	
Maio/70	1,08	
Dezembro/70	0,78	Reempregá-se com salário inferior
Fevereiro/71	0,90	
Maio/71	1,10	
Junho/71	0,94	Mandado embora em maio/71 é admi-
Agosto/71	0,98	tido por Cr$ 0,94 a hora pela mesma
Maio/72	1,21	empresa que em maio de 1970 lhe pa-
Março/73	1,33	gava Cr$ 1,08 a hora.
Maio/73	1,41	

Os dados acima comprovam com o mecanismo de rotatividade, altamente estimulado pela lei que criou o FGTS, exerce papel decisivo na espoliação salarial do trabalhador, burlando inclusive as taxas de reajustes salariais decretadas pelo governo. Um cobrador que iniciasse suas atividades em 1.965, se permanecesse na mesma empresa até 1.973, se beneficiaria dos oito reajustes anuais da categoria, fazendo jus a um salário-hora de 1,78, superior em Cr$ 0,48 ao salário-mínimo por hora (Cr$ 1,30 em 1973). Enquanto isso, o cobrador "A", pelas sucessivas dispensas constantes em sua vida profissional, ganha em 1973 apenas o salário-mínimo por hora de Cr$ 1,30, percebendo o cobrador "B" um pouco acima disso, mas Cr$ 0,37 inferior ao que receberia, não fossem as várias dispensas que aviltaram seu salário.

Entre os trabalhadores metalúrgicos e os têxteis, na cidade de São Paulo, verifica-se para os primeiros, no período 1966 e 1973, um aumento de mais de 100% do total de dispensas, e de 300% em relação aos últimos. Esse aumento espetacular das dispensas não é devido nem a interesse de racionalização da produção, nem a crise econômica dos setores, que continuam em expansão. Vinculam-se, isso sim, à manobra destinada a fraudar os reajustes salariais das categorias, tornada possível graças ao FGTS.

Mas as repercussões do FGTS não são apenas salariais. Elas se fazem sentir no mercado de trabalho, contribuindo para afastar da produção os trabalhadores mais velhos ("velhos" no mundo da indústria são todos os que têm mais de 35 anos de idade). Finalmente, a rotatividade da mão-de-obra, estimulada pelo FGTS, influi negativamente sobre a capacidade associativa dos trabalhadores uma vez que a sindicalização está intimamente ligada ao tempo de permanência do trabalhador na empresa, com verificamos abaixo segundo pesquisa realizada pelo DIESSEE entre trabalhadores químicos na cidade de São Paulo, em 1972.

% DOS TRABALHADORES SINDICALIZADOS POR CLASSE DE SALÁRIO E TEMPO DE SERVIÇO

TEMPO DE SERVIÇO EM ANOS / CLASSES DE SALÁRIO	–1	1 a 3	3 a 5	5 a 9	10 e +	Total
226,01 a 394,83	5	22	26	17	30	100
394,84 a 564,06	3	17	17	19	44	100
564,07 a 620,47	–	–	21	25	54	100
620,48 a 676,88	–	–	–	40	60	100
676,89 e mais	–	–	14	14	72	100

O MDB denuncia as lacunas do FGTS e reivindica que seja eliminada a dispensa arbitrária para burlar os reajustes salariais. Para a dispensa se efetuar, torna-se imperativo que seja invocado motivo justo, de ordem econômica ou funcional, o qual deve ser julgado por comissão paritária, composta de representantes do Ministério do Trabalho, de empregados e empregadores, como ocorre nos países industrializados.

Se V; eleitor, concorda com as verdades que acaba de ler ou ouvir, com seu voto na legenda, nos candidatos a senador, a deputados federais e estaduais, do MDB, contribuirá para torná-las realidade. Pela vinculação, a lei eleitoral obriga que o deputado federal e o estadual votados sejam DO MESMO PARTIDO, SOB PENA DE ANULAÇÃO. Vote em um Programa, vote com a Democracia, vote nos candidatos do MDB.

O INPS E O MDB

Dados oficiais, amplamente divulgado pela imprensa, revelaram que três quartos da assistência médico-hospitalar propiciada ao povo brasileiro são proporcionados pelas Santas Casas de Misericórdia e instituições particulares. De quatro milhões de brasileiros hospitalizados em 1971, três milhões foram por elas atendidos, apenas um milhão coube ao INPS.

Em 1973, o INPS era responsável pela assistência médica de quase 12 milhões de segurados, que somados a seus beneficiários, constituíam um contingente de aproximadamente 45 milhões de brasileiros. A estes o INPS prestou apenas 10% de serviços próprios, contra 90% de serviços contratados.

A prática generalizada de convênios com hospitais privados levou a graves distorções. Períodos de internamento artificialmente prolongados, para aumentar as diárias; internamentos desnecessários e até mesmo falsos; receitas de medicamentos mais caros, para fazer crescer o montante pago pelo INPS aos hospitais, por conta dos gastos com remédios; e até mesmo a realização de intervenções cirúrgicas desnecessárias, para que sejam maiores os lucros dos estabelecimentos médicos privados. Como o INPS dispende mais dinheiro com serviços médicos mais complexos, operações de amígdalas, apêndice e cesareanas tornaram-se mais lucrativas. Em 1971, as estatísticas revelaram que 16% dos segurados atendidos por hospitais contratados foram submetidos a operações cesareanas, contra 9% dos internados nos hospitais do próprio INPS.

A Oposição combate essa prática, principalmente pelo alto percentual da assistência contratada e pelos abusos não prevenidos, nem corrigidos.

É notório, por outro lado, que o INPS possui o terceiro orçamento da República. Essa receita monumental contrasta dramaticamente com a assistência médico-hospitalar que dá a seus milhões de segurados e respectivas famílias. É evidente que há erros terríveis na Previdência Social.

É claro que o INPS é uma necessidade. Mas claro é também que deve ser melhorado, atualizado, aparelhado para cumprir suas finalidades. Para isso recebe verbas gigantescas. Fisicamente se constata essa calamitosa situação, através de uma visita aos hospitais e ambulatórios do Instituto, onde as filas se organizam de madrugada e se prolongam, intermináveis, por todo o dia, dando voltas nos quarteirões. Todos sabem que é impraticável um internamento imediato e que exames médicos só são realizados após meses de espera. Ninguém ignora o volume de atendimento a que estão forçados seus médicos, tornando impossível exames e assistência regulares, por não serem em número suficiente e não serem atrativos os vencimentos.

A Oposição reclama melhor e mais rápida assistência pelo INPS aos trabalhadores do País, com a aplicação correta e não malbaratada do dinheiro público.

Comparem-se o custo e a eficiência da assistência do INPS com a prestada pelas entidades particulares. O MDB não pede milagre aos governantes atuais em matéria de previdência social. Reclama bom emprego desse dinheiro, com

administração responsável. Reclama que tenha acesso à imprensa, ao rádio e à televisão para críticas, graves denúncias, sugestões em matéria previdenciária. O segredo e a censura abafam o grito dos prejudicados, emudecem as reclamações, estimulam e tornam impunes os desmandos, a negligência, a improbidade, o desinteresse frente à dor, à doença e ao perigo de vida de milhões de brasileiros.

Contra isso está o MDB. Isso tem sido denunciado diuturnamente pelo MDB. O MDB quer que o trabalhador e sua família sejam o fim do INPS e não mero meio para auferir recursos.

Se V., eleitor, concorda com as verdades que acaba de ler ou ouvir, com seu voto na legenda, nos candidatos a senador, a deputados federais e estaduais do MDB, contribuirá para torná-las realidade. Pela vinculação, a lei eleitoral obriga que o deputado federal e o estadual votados sejam DO MESMO PARTIDO, SOB PENA DE ANULAÇÃO. Vote em um Programa, vote com a Democracia, vote nos candidatos do MDB.

ARQUIVO PÚBLICO PARANÁ

A HABITAÇÃO POPULAR E O BNH

O Banco Nacional de Habitação foi fundado em 1964, com o objetivo básico de possibilitar a construção de casas populares, destinadas às camadas mais pobres da população brasileira. Secundariamente, tendo em vista a conjuntura de crise econômica que o País enfrentava naquele período, para gerar estímulos à indústria de construção civil, concorrendo para empregar contingentes menos qualificado da mão-de-obra nacional, contribuindo, assim, para a reativação da economia como um todo. Convém não perder de vista, entretanto, que esse segundo objetivo era meramente conjuntural. A finalidade precípua do Banco foi contribuir para a solução do problema da habitação popular no Brasil.

O transcurso de 10 anos prova que o BNH foi sendo gradualmente desviado de sua missão. Passou a financiar principalmente habitações para a classe média, quando não para as pessoas mais ricas do País, assim como obras de água, esgoto, e mais recentemente, de urbanização. Estas últimas são, não padece dúvida, de grande alcance público, mas contam com recursos e fontes específicos para custeá-las. Há até quem considere, hoje, o BNH precipuamente um banco de desenvolvimento urbano, como se pode deduzir pelas palavras de autoridades governamentais e de seus próprios administradores.

Entre 1964 e 1973, o BNH financiou a construção de 961.000 residências ou novas habitações no Brasil. Destas, cerca de 250.000 podem ser consideradas habitações populares, compradas por pessoas cuja renda atingia no máximo a 3 salários-mínimos mensais. Ora, basta confrontar essas cifras com a realidade da remuneração dos trabalhadores brasileiros, para constatar o profundo desvio da política e da atuação concreta do BNH, que foi criado especificamente para proporcionar a moradia popular. Dos 15,5 milhões de brasileiros assalariados em 1972, 86% deles recebiam remuneração até 3 salários-mínimos. Assim, enquanto apenas 26% das novas habitações financiadas pelo BNH destinaram-se às pessoas e/ou famílias cujos rendimentos situavam-se até 3 salários-mínimos, estas formavam 8% do contingente de assalariados no Brasil. A distorção será ainda maior se for considerado o número total de pessoas ocupadas no Brasil, ganhando, além de salários, outras formas de rendimentos.

Os tecnocratas responsáveis pela política de habitação, constatando que as classes de baixas rendas têm dificuldade, senão impossibilidade, de pagar as prestações fixadas sem critério social, passaram a orientar as aplicações do BNH pelas regras de mercado, esse Moloch ao qual se imolam todos os objetivos do crescimento econômico no Brasil do último decênio. Sem diminuir a culpa que cabe à tecnocracia oficial, alienada, doutrinária e socialmente, é preciso reconhecer e denunciar que a distorção das atividades do Banco Nacional de Habitação resulta principalmente da condução e dos rumos da política econômica. As autoridades governamentais, provada a impossibilidade de resolver o problema da habitação pela ortodoxia dos cânones bancários, não tentaram corrigir a atuação do BNH. Ignoraram o drama de milhões de

brasileiros e dirigiram os recursos do BNH para os chamados investimentos rentáveis, ligados ao crescimento do Produto Interno Bruto e às atividades industriais. Para tanto, criaram-se fundos, destinados a incentivar a indústria de materiais de construção. Esta, norteando também suas aplicações pelos critérios de rentabilidade, preferiu dedicar-se à produção de materiais de construção mais sofisticados, para atender à demanda das classes com mais recursos. A impotência do BNH como instituição financeira destinada a solucionar o problema da habitação popular retrata o estilo de crescimento econômico da última década: concentracionista, excludente, repressor dos aumentos do salário real, baseados no aumento das desigualdades sociais.

A política do BNH é tanto mais condenável quanto se verifica que os recursos básicos que alimentam seus fundos de financiamento têm origem precipuamente popular. Assim, enquanto em 1966, os recursos originários das Cadernetas de Poupança constituíam 12% dos fundos do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo, gerido pelo BNH, em 1973, elevaram-se a 46% do mesmo total. E o saldo médio das cadernetas de poupança – de Cr$ 292,00 – indica precisamente que se trata de poupança popular, extraída das classes menos privilegiadas da Nação. O próprio Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, a principal fonte de recursos do BNH, é de propriedade dos trabalhadores, que passaram a constituí-lo ao optarem pelo novo regime. Nestas condições, do ponto de vista da origem dos recursos e da destinação das aplicações do BNH, verifica-se que ele, além de afastar-se de seu objetivo básico, realiza iníqua transferência de rendas das populações mais pobres para as mais ricas, ou pelo menos não tão desprivilegiadas da população brasileira. Acenar com o pretenso sentido social do BNH, argumentando que as taxas de juros para as classes pobres são mais baixas, será mera comparação de taxas diferenciais, o que não elimina, antes confirma, o grau de distorção da política do BNH. O que vale é o cotejo da origem dos recursos do BNH e o destino de suas aplicações.

Em reportagem de 18 de abril de 1974, o "O Estado de São Paulo" constatou a situação daqueles que sonharam com a casa própria, adquirida pelo sistema de financiamento do BNH. "Todos os sotaques contam histórias de enganos e medo", diz o jornal, descrevendo a aflição dos que não podem pagar, porque as prestações se elevam mais velozmente que os salários; dos que compraram casas de uma certa qualidade e receberam "barracos" de alvenaria; dos que se arruinaram em poucos anos e dos milhares que foram despejados pelas COHABS e empresas imobiliárias; dos que adquiriram casas sem condições mínimas de higiene e segurança, edificadas em lodaçais; dos que dispendem no percurso casa-trabalho cerca de 3 a 4 horas diárias, porque foram projetadas além da periferia urbana. É a longa e cruel história daqueles que, em todo o País, viram suas esperanças frustradas e encontram-se, hoje, devendo muito mais do que quando tornaram emprestado, sem perspectiva de solvência. Por que isso ocorreu?

discriminatório da política oficial nos últimos 10 anos, em que a repressão salarial drena riqueza cada vez maior para área mínima de privilegiados ou para o exterior.

Em segundo lugar, devido à prática da correção monetária, que de instrumento contra a inflação acabou por transformar-se em perpetuadora ou institucionalizadora da inflação. O Governo torna-se sócio da inflação pela correção de tributos atrasados, multas, empréstimos bancários. Passa a conviver e se beneficiar do câncer que corrói a economia nacional.

Em terceiro lugar, a posição conferida pelo Governo ao BNH, reservando-lhe o papel de "banco central" das instituições e firmas construtoras, ligadas à habitação, não condicionando as aplicações à habitação popular.

Em quarto lugar, e como decorrência, a especulação e altas artificiais provocadas por instituições e empresas intermediárias que atuam desde a compra de terreno, passando pela incorporação, administração das obras, repasse financeiro dos recursos do BNH, chegando às próprias empresas de construção civil. O BNH custeia toda essa rede de intermediários, que auferem vultosos lucros, precisamente dessa intermediação, para a qual contribuem financeiramente com quase nada: em 1966, os recursos próprios das empresas e entidades ligadas ao chamado Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo constituíam 70% do total de recursos captados; em 1973, sua participação era de apenas 3%. É evidente que as sucessivas intermediações e lucros consequentes oneram o preço da casa, que se torna insuportável para o comprador de escassos recursos.

O próprio desempenho do BNH, no total de residências construídas através de seus financiamentos, é duvidoso: os dados oficiais apresentam 961.000 unidades financiadas entre 1964 e 1973, como se naquele total não estivessem incluídas as habitações que antes do BNH eram custeadas pelos sistemas de incorporações e administração direta. Na verdade, o BNH apenas substituiu os sistemas anteriores, incorporando-os ao seu raio de ação, como bem o demonstram os próprios anúncios de jornal, onde raramente se vê, hoje, oferta de casas que não esteja vinculada ao Sistema Financeiro de Habitação.

Frente a essa situação, o programa do MDB é claro. Afirma a imperiosa necessidade do BNH voltar a seu objetivo original: resolver o problema da habitação popular no Brasil. A Oposição propõe a supressão da correção monetária nas prestações pagas por pessoas que recebam até 3 salários-mínimos. A partir desse nível haverá a gradual reincorporação da correção monetária, com um claro sentido progressivo: quanto mais baixa a renda, menor a correção monetária, que deve ser integral apenas para as camadas de maiores rendimentos. Não se trata de demagogia, nem de propor que os ricos paguem pelos pobres: o MDB não tem programa ao estilo "Robin Hood". O objetivo do MDB é suprimir a miséria. Trata-se de realmente encaminhar o BNH a seu destino institucional. E fazer justiça. Se seus recursos são fundamentalmente provenientes das classes pobres – o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e as cadernetas de poupança – é justo que suas aplicações se destinem a atendê-las. O MDB sugere para financiar outros tipos de construções, para classes médias e abastadas, a criação de entidade especializada, alimentada por recursos básicos proporcionados pelas letras imobiliárias. Assim, ter-se-ão duas instituições distintas, sem a distorção de transferência de rendas de umas para outras categorias da população. Para o MDB, a habitação popular é meta social e não negócio.

Se V., eleitor, concorda com as verdades que acaba de ler ou ouvir, com seu voto na legenda, nos candidatos a senador, a deputados federais e estaduais do MDB, contribuirá para torná-las realidade. Pela vinculação, a lei eleitoral obriga que o deputado federal e o estadual votados sejam DO MESMO PARTIDO, SOB PENA DE ANULAÇÃO. Vote em um Programa, vote com a Democracia, vote nos candidatos do MDB.

brasileiros e dirigiram os recursos do BNH para os chamados investimentos rentáveis, ligados ao crescimento do Produto Interno Bruto e às atividades industriais. Para tanto, criaram-se fundos, destinados a incentivar a indústria de materiais de construção. Esta, norteando também suas aplicações pelos critérios de rentabilidade, preferiu dedicar-se à produção de materiais de construção mais sofisticados, para atender à demanda das classes com mais recursos. A impotência do BNH como instituição financeira destinada a solucionar o problema da habitação popular retrata o estilo de crescimento econômico da última década: concentracionista, excludente, repressor dos aumentos do salário real, baseados no aumento das desigualdades sociais.

A política do BNH é tanto mais condenável quanto se verifica que os recursos básicos que alimentam seus fundos de financiamento têm origem precipuamente popular. Assim, enquanto em 1966, os recursos originários das Cadernetas de Poupança constituíam 12% dos fundos do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo, gerido pelo BNH, em 1973, elevaram-se a 46% do mesmo total. E o saldo médio das cademetas de poupança – de Cr$ 292,00 – indica precisamente que se trata de **poupança popular**, extraída das classes menos privilegiadas da Nação. O próprio Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, a principal fonte de recursos do BNH, é de propriedade dos trabalhadores, que passaram a constituí-lo ao optarem pelo novo regime. Nestas condições, do ponto de vista da origem dos recursos e da destinação das aplicações do BNH, verifica-se que ele, além de afastar-se de seu objetivo básico, realiza iníqua transferência de rendas das populações mais pobres para as mais ricas, ou pelo menos não tão desprivilegiadas da população brasileira. Acenar com o pretenso sentido social do BNH, argumentando que as taxas de juros para as classes pobres são mais baixas, será mera comparação de taxas diferenciais, o que não elimina, antes confirma, o grau de distorção da política do BNH. O que vale é o cotejo da origem dos recursos do BNH e o destino de suas aplicações.

Em reportagem de 18 de abril de 1974, o "O Estado de São Paulo" constatou a situação daqueles que sonharam com a casa própria, adquirida pelo sistema de financiamento do BNH. "Todos os **sotaques** contam histórias de enganos e medo", diz o jornal, descrevendo a aflição dos que não podem pagar, porque as prestações se elevam mais velozmente que os salários; dos que compraram casas de uma certa qualidade e receberam "barracos" de alvenaria; dos que se arruinaram em poucos anos e dos milhares que foram despejados pelas COHABS e empresas imobiliárias; dos que adquiriram casas sem condições mínimas de higiene e segurança, edificadas em lodaçais; dos que dispendem no percurso casa-trabalho cerca de 3 a 4 horas diárias, porque foram projetadas além da periferia urbana. É a longa e cruel história daqueles que, em todo o País, viram suas esperanças frustradas e encontram-se, hoje, devendo muito mais do que quando tornaram emprestado, sem perspectiva de solvência. Por que isso ocorreu?

discriminatório da política oficial nos últimos 10 anos, em que a repressão salarial drena riqueza cada vez maior para área mínima de privilegiados ou para o exterior.

Em segundo lugar, devido à prática da correção monetária, que de instrumento **contra** a inflação acabou por transformar-se em perpetuadora ou institucionalizadora da inflação. O Governo torna-se sócio da inflação pela correção de tributos atrasados, multas, empréstimos bancários. Passa a conviver e se beneficiar do câncer que corrói a economia nacional.

Em terceiro lugar, a posição conferida pelo Governo ao BNH, reservando-lhe o papel de "banco central" das instituições e firmas construtoras, ligadas à habitação, não condicionando as aplicações à habitação popular.

Em quarto lugar, e como decorrência, a especualação e altas artificais provocadas por instituições e empresas intermediárias que atuam desde a compra de terreno, passando pela incorporação, administração das obras, repasse financeiro dos recursos do BNH, chegando às próprias empresas de construção civil. O BNH custeia toda essa rede de intermediários, que auferem vultosos lucros, precisamente dessa intermediação, para a qual contribuem financeiramente com quase nada: em 1966, os recursos próprios das empresas e entidades ligadas ao chamado Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo constituíam 70% do total de recursos captados; em 1973, sua participação era de apenas 3%. É evidente que as sucessivas intermediações e lucros consequentes oneram o preço da casa, que se torna insuportável para o comprador de escassos recursos.

O próprio desempenho do BNH, no total de residências construídas através de seus financiamentos, é duvidoso: os dados oficiais apresentam 961.000 unidades financiadas entre 1964 e 1973, como se naquele total não estivessem incluídas as habitações que **antes** do BNH eram custeadas pelos sistemas de incorporações e administração direta. Na verdade, o BNH apenas substituiu os sistemas anteriores, incorporando-os ao seu raio de ação, como bem o demonstram os próprios anúncios de jornal, onde raramente se vê, hoje, oferta de casas que não esteja vinculada ao Sistema Financeiro de Habitação.

Frente a essa situação, o programa do MDB é claro. Afirma a imperiosa necessidade do BNH voltar a seu objetivo original: resolver o problema da habitação popular no Brasil. A Oposição propõe a supressão da correção monetária nas prestações pagas por pessoas que recebam até 3 salários-mínimos. A partir desse nível haverá a gradual reincorporação da correção monetária, com um claro sentido progressivo: quanto mais baixa a renda, menor a correção monetária, que deve ser integral apenas para as camadas de maiores rendimentos. Não se trata de demagogia, nem de propor que os ricos paguem pelos pobres: o MDB não tem programa ao estilo "Robin Hood". O objetivo do MDB é suprimir a miséria. Trata-se de realmente encaminhar o BNH a seu destino institucional. E fazer justiça. Se seus recursos são fundamentalmente provenientes das classes pobres – o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e as cadernetas de poupança – é justo que suas aplicações se destinem a atendê-las. O MDB sugere para financiar outros tipos de construções, para classes médias e abastadas, a criação de entidade especializada, alimentada por recursos básicos proporcionados pelas letras imobiliárias. Assim, ter-se-ão duas instituições distintas, sem a distorção de transferência de rendas de umas para outras categorias da população. Para o MDB, a habitação popular é meta social e não negócio.

Se V., eleitor, concorda com as verdades que acaba de ler ou ouvir, com seu voto na legenda, nos candidatos a senador, a deputados federais e estaduais do MDB, contribuirá para torná-las realidade. Pela vinculação, a lei eleitoral obriga que o deputado federal e o estadual votados sejam DO MESMO PARTIDO, SOB PENA DE ANULAÇÃO. Vote em um Programa, vote com a Democracia, vote nos candidatos do MDB.

O NACIONALISMO E O MDB

O MDB tem batalhado incessantemente pelo nacionalismo, que participa da estrutura do seu Programa.

Nacionalismo é uma destas expressões que deveriam ser empregadas sem adjetivos, como a Democracia. Toda vez que se começa a falar de Democracia "autêntica", "nova", "possível", "aberturas", "normalidade" ou "modelo político", falsea-se conceito que o povo tem, até em termos de bom senso: democrático é o regime que permite a voz e participação de todos e ação em benefício dos ideais de justiça social, com escrupuloso respeito à lei. Democrático é o regime que garante a independência entre os Poderes e a ação de um Judiciário comprometido com os valores de liberdade e igualdade. Democrático é o regime em que todo poder provém do povo e em seu benefício é exercido, sendo o governo consentido por expressa delegação dos cidadãos, através do sufrágio direto.

Assim também com o Nacionalismo. Quando se fala em "nacionalismo sadio", "nacionalismo pragmático", etc., existe o perigo de que a fraseologia venha camuflar a entrega a estrangeiros da economia do povo e a transferência dos centros de decisão econômica para o exterior.

No passado, a filosofia do Nacionalismo significava o fortalecimento interno dos centros de decisão da política econômica, a soberania do Estado brasileiro em matéria de política externa, a defesa intransigente da segurança do País contra a ofensiva de forças ou imperialismos econômicos exógenos, mas tudo isso condicionado a um valor maior: por Nação se entendia o povo inteiro. Por consequência, o Estado Nacional era encarado como a expressão consciente, organizada, politicamente expressa por via representativa, da maioria da população brasileira. O Estado não absorvia a Nação, mas era a superestrutura desta, a ela subordinado e sua parte. Estado maior ou acima da Nação, é o Estado totalitário, é a ditadura.

Nos últimos anos têm havido distorções perigosas nessa palavra de mágico atrativo popular. Cada vez mais, em seu nome, promove-se a hipertrofia do Estado e se permite que o Estado, que se autodelega a representação do povo, encarne a soberania nacional. Mais grave ainda, a própria noção de soberania tem sido confundida com a capacidade arbitrária do Estado decidir em matéria de política econômica, sem prestar contas, como entidade acima do povo, não sujeita a seu controle. Nacionalismo não é a estatização dos meios de produção, a não ser por características próprias e excepcionais. Nacionalismo não é sinônimo de nacionalização ou estatização.

Resultado: mesmo quando existem participantes no governo e nas empresas públicas, especialmente nas Forças Armadas, honestamente voltados para defender e fortalecer a capacidade nacional de decisão, nem sempre decidem na definição e aplicação de conseqüente política nacionalista, na acepção clara que o MDB defende. Assim as empresas multinacionais podem erodir a capacidade de decidir das autoridades, risco temido também pelos países

desenvolvidos, tanto que a própria ONU investiga a ação das mesmas. Entre nós, esses gigantescos complexos plurinacionais, dez dos maiores com orçamentos superiores a 120 países, Brasil inclusive, têm tido ingresso e atividade sem os impedimentos e controles por legislação enérgica e adequada. O MDB tem advertido, sem ser ouvido. É o que ocorre, por igual, com a exploração dos recursos minerais, tangida por ofensiva de exportar a qualquer preço, com volume físico não proporcional ao ingresso de divisas, para fomentar apregoado "crescimento" ou "inchação" econômicos, que não se confunde com desenvolvimento econômico.

País sem poupanças, é elementar que o MDB não é contra o capital estrangeiro, desde que não desnacionalize a economia. Não admite, porém, que o Capital sem pátria tente escravizar uma Pátria sem Capitais, como denunciou o Presidente do Diretório Nacional do MDB, em seu discurso como anticandidato à Presidência da República.

O MDB reclama a fiscalização da política posta em execução pelas empresas e pelos órgãos governamentais de controle da economia. O controle público deve ser feito em vários níveis:

1. em primeiro lugar, pela crítica responsável e pela participação na gestão das empresas do Estado por parte de técnicos, funcionários e trabalhadores;
2. em segundo lugar, pela vigilância e sugestões dos partidos, entidades representativas e sindicais, dos meios de comunicação, sobre a direção imprimida à economia pública;
3. em terceiro lugar, pelo controle direto da política das empresas privadas e estatais e de suas contas pelo Congresso (na parte de orientação geral) e pelos Tribunais de Contas (na parte relativa à correção do uso do dinheiro público).

É a partir destas premissas que se deve entender os pontos básicos propostos pela Oposição para a política nacionalista do País, a saber:

1. Nacionalização das fontes e das empresas de energia, transporte e indústrias extrativas e de infra-estrutura, consideradas vitais.
2. Monopólio estatal da produção e exportação de petróleo, de urânio, tório e metais raros, e bem assim da geração de energia nuclear.
3. Exploração de riquezas minerais pelo Estado ou sob seu rigoroso controle.
4. Controle da exportação de produtos estratégicos, econômica ou militarmente.
5. Monopólio estatal da comercialização da borracha.
6. Exclusivamente da navegação de cabotagem para navios brasileiros.
7. Disciplina e fiscalização efetivas de remessas de lucros para o exterior.
8. Nacionalização da empresa estrangeira, cuja atividade considerada fundamental para o desenvolvimento econômico e a segurança nacional.
9. Política de implantação progressiva da tecnologia nacional.
10. Combate ao processo de desnacionalização da economia.
11. Combate a todas as formas de imperialismo, inclusive o imperialismo internacional do dinheiro, quer sob a forma de monopólios, trustes, cartéis ou do neocolonialismo.

Se V., eleitor, concorda com as verdades que acaba de ler ou ouvir, com seu voto na legenda, nos candidatos a senador, a deputados federais e estaduais do MDB, contribuirá para torná-las realidade. Pela vinculação, a lei eleitoral obriga que o deputado federal e o estadual votados sejam DO MESMO PARTIDO, SOB PENA DE ANULAÇÃO. Vote em um Programa, vote com a Democracia, vote nos candidatos do MDB.

O SINDICATO E O MDB

A Revolução de 1964 eclodiu para manter e aperfeiçoar o regime democrático no Brasil. No sindicalismo, democracia implica na liberdade de associação, na existência de entidades classicistas de natureza privada não submetidas ao domínio do Estado. Entretanto, nesses últimos dez anos, a vida sindical brasileira está sob total controle oficial. Os mecanismos legais que permitem o controle do Estado sobre as organizações sindicais foram desvirtuados pelos sucessivos governos revolucionários, passando a coibir atividades lícitas e independentes das associações de trabalhadores e patronais. O MDB ressalta a freqüência da intervenção nos sindicatos do Ministério do Trabalho, para destituir diretorias democraticamente eleitas. Agrava esse intervencionismo o controle policial e do SNI sobre líderes trabalhistas, as assembléias e a imprensa sindicais. Com tudo isso — e mais a falta de liberdade para reivindicar no plano econômico — os sindicatos viram-se quase reduzidos à passividade e à rotina de prestação de serviços assistenciais a seus associados. Foi destituído de sua destinação de poderoso e legal instrumento de reivindicação salarial.

O MDB defende a autonomia dos sindicatos, sua libertação das peias que lhes restringem a independência de ação, ligando-os umbelicalmente ao Estado.

O próprio ímpeto do processo de industrialização tem colocado problemas novos às entidades profissionais. No interior da grande empresa moderna, que reúne verdadeiros exércitos de trabalhadores, surgiram numerosas e novas questões, que não podem ser adequadamente tratadas apenas pelos sindicatos de base territorial. Condições de trabalho e seu ritmo, hierarquização de funções, ganhos de produtividade, são algumas dessas reivindicações específicas que não podem ser bem encaminhadas por sindicatos fisicamente distantes, longe da fábrica. O MDB apoia as legítimas reivindicações do movimento sindical de reconhecimento dos delegados sindicais de empresa e de constituição de comissões internas com existência legal.

O MDB entende que revitalizar o sindicato implica libertá-lo da tutela do Estado, dar-lhe autonomia, abri-lo e estendê-lo às empresas. Para o MDB o sindicato é instrumento de defesa e promoção dos interesses dos trabalhadores e de participação na vida pública.

Se V., eleitor, concorda com as verdades que acaba de ler ou ouvir, com seu voto na legenda, nos candidatos a senador, a deputados federais e estaduais do MDB, contribuirá para torná-las realidade. Pela vinculação, a lei eleitoral obriga que o deputado federal e o estadual votados sejam DO MESMO PARTIDO, SOB PENA DE ANULAÇÃO. Vote em um Programa, vote com a Democracia, vote nos candidatos do MDB.

ARQUIVO PÚBLICO PARANÁ

A SITUAÇÃO DO CAMPO E O PROGRAMA AGRÁRIO DO MDB

Grave no Brasil a situação do trabalhador rural. A estrutura social concernente ao homem do campo é injusta e colonial, e sua permanência revela a fisionomia imobilista e anacrônica de regime que aí está.

O crescimento econômico atual, principalmente a industrialização, apoia-se na manutenção, e até na ampliação, das características arcaicas do campo brasileiro, na exploração do trabalhador, na intermediação comercial que suga o produto do trabalho de milhões de brasileiros.

Um exame, ainda que sumário, das condições de vida e de produção das massas rurais confirma a denúncia oposicionista. Dos 3 milhões de assalariados agrícolas pagos somente em dinheiro, no último trimestre de 1972 (dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), 90% (2,6 MILHÕES) RECEBIAM ATÉ 1 SALÁRIO-MÍNIMO; 54% RECEBIAM ATÉ 1/2 SALÁRIO MÍNIMO, SEM NENHUMA REMUNERAÇÃO COMPLEMENTAR EM BENS, frise-se bem. Como podem viver esses trabalhadores e suas famílias, com irrisórios Cr$ 200,00 em média atualmente, vale dizer menos de sete cruzeiros diários para alimentar famílias de 6 ou mais pessoas, além de vestuário, remédios, etc.?

A estrutura da propriedade no Brasil, a julgar pelos resultados do Censo de 1970, possui uma dinâmica que reproduz, grosso modo, as condições do passado. Entre 1960 e 1970, o tamanho médio das propriedades diminuiu em todos os grupos de área, com a única exceção do grupo de 100.000 hectares ou mais. No subgrupo de 100.000 hectares ou mais, o tamanho médio das propriedades aumentou de 202.391 hectares para 222.407 hectares. Por outro lado, o tamanho médio das propriedades de menos de 10 hectares reduziu-se de cerca de 4 hectares para 3,60 hectares. No subgrupo formado por propriedades com menos de 1 hectare, o tamanho médio passou de 0,78 hectares para 0,59 hectare.

Portanto, a propriedade rural no Brasil continua polarizada no binômio "minifúndio-latifúndio", com relações de trabalho, de exploração, de apropriação do produto, profundamente anti-sociais e politicamente retrógradas.

A força de trabalho empregada nas atividades agropecuárias cresceu apenas 16% no período 1960–1970, perdendo posição relativa na ocupação total. Mas, no grupo de propriedades de menos de 10 hectares, a força de trabalho ocupada cresceu 50%, enquanto que em todos os demais grupos de áreas ela decresceu em termos absolutos e relativos — com exceção daquele constituído por propriedades entre 10 hectares e menos de 100 hectares, onde o crescimento foi de 9%. Isto quer dizer que todo o emprego gerado na agricultura, nos últimos dez anos, deve-se às propriedades de menos de 10 hectares.

Por outro lado, ainda em 1972, segundo o PNAD — Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios — dos quase 14 milhões de pessoas ocupadas nas

atividades agrícolas, cerca de 5 milhões (36%) eram membros não remunerados da família. A dinâmica da economia agrária brasileira repousa na bipolarização "minifúndio-latifúndio", na crescente miséria dos pequenos produtores, no trabalho não remunerado de membros da família e na concentração da propriedade.

Feito o diagnóstico, a Oposição receita o remédio: a reforma agrária. Uma reforma agrária em extensão e profundidade que atinja todo o campo brasileiro, transformando radicalmente as condições econômicas, sociais e políticas do setor agrícola. Uma reforma agrária efetiva, aliada da industrialização e da urbanização, que transforme o campo brasileiro não somente em fornecedor de mão-de-obra, produtos alimentícios e matérias-primas, mas também em mercado para as indústrias urbanas. Eis um amplo movimento, que empolgará toda a Nação.

O MDB vê na reforma agrária a espinha dorsal da solução do problema do campo brasileiro. Em torno dela e para ela devem gravitar e contribuir os demais aspectos de um programa global, que deve abranger, entre outras, estas conquistas:

a) extensão efetiva da legislação do trabalho ao campo, evitando as burlas e fraudes típicas das situações dos operários rurais, entre outras, os conhecidos como "bóias-frias";
b) eliminação da intermediação comercial que parasita o trabalho rural, apropria-se dos lucros mediante expedientes conhecidos;
c) controle da comercialização dos produtos agropecuários para evitar a formação dos grandes monopólios.

Se V., eleitor, concorda com as verdades que acaba de ler ou ouvir, com seu voto na legenda, nos candidatos a senador, a deputados federais e estaduais do MDB, contribuirá para torná-las realidade. Pela vinculação, a lei eleitoral obriga que o deputado federal e o estadual votados sejam DO MESMO PARTIDO, SOB PENA DE ANULAÇÃO. Vote em um Programa, vote com a Democracia, vote nos candidatos do MDB.

A AGRICULTURA E O MDB

O MDB tem um programa definido quanto à reforma agrária que, do ponto de vista do Partido, é o programa mais abrangente, de mais amplos efeitos, capaz de, ao lado da continuidade da industrialização, mudar verdadeiramente a face econômica, social e política do País.

Paralelamente, o MDB aponta para a necessidade de promover-se um programa de apoio continuado às atividades agropecuárias do País, que não deverão constituir-se em obstáculo à reforma agrária, devendo ser, pelo contrário, um programa que antecipe, complemente e prepare as atividades econômicas do campo para a reforma mais profunda.

Neste sentido, a crítica que se faz à política agrária do Governo, para ser honesta, há de ser contundente. O governo fala muito de apoio à agricultura, mas na prática os resultados são danosos para os agricultores e para os consumidores das cidades. Há até um "slogan" que faz rir o agricultor: "Plante que o Governo garante". Não há política firme e coerente para o feijão, arroz, carne, farinha, milho, mandioca, componentes básicos tanto da renda dos agricultores, como parte integrante da pobre dieta da grande maioria dos brasileiros. A política de preços mínimos é uma ficção. Repita-se: "Plante que o Governo garante", foi o "slogan" proclamado por todas as partes. Quanto o produtor plantou, verificou que o Governo não garantia... Falta de silos, armazenagens, transporte, e sempre a velha e esperta intermediação comercial, que compra na baixa para vender na alta, acaparando o que deveria ser o lucro honesto dos agricultores.

A conjugação da inoperância do Governo com a esperteza das empresas que fazem a intermediação comercial dos produtos agrícolas levou o País a paradoxos gritantes: de grande produtor e até exportador de café, milho, feijão, carne, óleos vegetais, o País passou a importador. O absurdo revela-se clamoroso no que respeita ao café: chegamos ao ponto de ter que importar café, como resultado de uma política comercial irresponsável e suicida do Ministério da Fazenda, que mandou vender no último semestre de 1973 os estoques estratégicos, deixando o País à mercê das manobras dos especuladores, e comprometendo seriamente as receitas cambiais no primeiro semestre deste ano.

Quando se tratou de introduzir novos produtos nas atividades agropecuárias, de que a soja é o melhor exemplo, o primarismo, o imediatismo do Governo revelou-se outra vez. Baseado em preços anormais da soja no mercado internacional, devido à crise da pesca peruana e à não entrada da safra americana de soja, que elevaram os preços até 600 dólares a tonelada, o Governo incentivou os agricultores a plantarem a soja aceleradamente, sem limites. Emprestou dinheiro, financiou fertilizantes e máquinas, sem no entanto garantir o preço mínimo. Agora, a situação é outra: os preços da soja no mercado internacional baixaram, chegando a 1/3 do que eram. Os agricultores,

uma vez mais são os prejudicados: como vão pagar empréstimos que fizeram para arrendar terras, comprar máquinas e fertilizantes, ao preço atual?

O MDB proclama a necessidade de um planejamento sério das atividades agrícolas, fora do delírio da famosa Carta de Brasília, da qual sobrou, além da frustração, as publicações luxuosas e promocionais. A agricultura, por suas características especiais de atividade sujeita a contingências de ordem natural, não pode estar entregue aos azares de pseudoplanejamentos e improvisações imediatistas.

Planejamento a longo prazo, lucros justos, preços mínimos garantidos, política de controle dos grupos comerciais que fazem a intermediação, intervenção do Estado nos mercados externos, quando surgirem manobras altistas ou baixistas dos grandes trustes internacionais, são pontos de uma política de defesa da renda dos milhões de agricultores brasileiros. No crescimento do Produto Interno Bruto o componente agrícola tem sido o menos expressivo, o que é grave e revela distorções num País de vocação agrícola, inclusive inspirada pela extensão continental de seu território.

Se V., eleitor, concorda com as verdades que acaba de ler ou ouvir, com seu voto na legenda, nos candidatos a senador, a deputados federais e estaduais do MDB, contribuirá para torná-las realidade. Pela vinculação, a lei eleitoral obriga que o deputado federal e o estadual votados sejam DO MESMO PARTIDO, SOB PENA DE ANULAÇÃO. Vote em um Programa, vote com a Democracia, vote nos candidatos do MDB.

ARQUIVO PÚBLICO BRASILIANA

O PROBLEMA URBANO E O MDB

O Brasil é hoje um País meio rural e meio urbano. Algumas regiões brasileiras já podem ser consideradas predominantemente urbanas, pela distribuição de sua população e pelo tipo de atividade produtiva. Por isso, o MDB tem um programa para a questão urbana no Brasil.

O crescimento das cidades brasileiras tem sido caótico e desorganizado, gerando aglomerações populacionais monstruosas, onde a vida é inumana. Esse crescimento reflete a mudança básica do eixo de vida econômica e social das atividades rurais para as atividades industriais e de serviços.

A mudança básica do eixo de atividades econômica é positiva e deve ser olhada como uma conquista do povo brasileiro. Já o estilo de crescimento é negativo e há que ser transformado. O programa do MDB busca fazer da urbanização uma conquista social e política a ser preservada e ampliada, e não geográfica mudança do local onde milhões de seres vivem e trabalham. A urbanização como conquista concreta e não como esperança e ilusão desperdiçadas.

Vários são os aspectos da questão urbana no Brasil. O primeiro é fazer das cidades não apenas o núcleo gerador da riqueza, mas o centro onde ela é distribuída. Sob esse aspecto, a situação brasileira é constrangedora: nas cidades do Brasil se repete a dramática situação dos assalariados e subassalariados. Os dados da PNAD, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio, referentes ao quarto trimestre de 1972, são espantosos: numa atividade tipicamente urbana, como a "Prestação de Serviços", a porcentagem de empregados ganhando até 1/4 do salário-mínimo era de 18%, contra 14% nas atividades agrícolas. Há, pois, uma "agricultura" dentro das cidades brasileiras, que remuneram o trabalhador tão mal quanto as atividades agrícolas reais.

A humanização das cidades brasileiras deve começar precisamente pela humanização das condições de trabalho de sua população. A verdadeira humanização deve significar melhoria real dos salários dos trabalhadores urbanos, a institucionalização do emprego para todas as categorias de trabalho urbano, terminando com os empregos não institucionalizados, que são confundidos com marginalização.

Mas há outros aspectos da questão urbana igualmente relevantes. O primeiro deles é fazer com que o BNH volte ao seu objetivo inicial, de proporcionar habitação popular. Um segundo diz respeito ao transporte urbano, cujo estado é responsável pelo "caos" denunciado diariamente pela imprensa. A Oposição quer uma política de transporte que sirva à coletividade, como o metrô, o ferroviário suburbano, de ônibus, vias expressas e arteriais. É um crime deixar a população horas à espera de condução para ir e voltar do trabalho, castigada pelo sol, pela chuva, pelo frio. Os transportes coletivos foram relegados a segundo plano. Mesmo no Rio e São Paulo, onde a construção do metrô foi iniciada, as obras vêm-se arrastando por mais de seis anos, sem que nenhum trecho tenha ainda sido entregue ao público, e os prazos de conclusão são prorrogados sucessivamente. O México, país de estrutura econômica

semelhante à do Brasil, construiu o metrô de sua Capital em dois anos. Buenos Aires conta com metrô desde a primeira década deste século, o que lhe conferiu feição urbanística melhor do que a de nossas cidades, sendo de se considerar eficiente de automóveis por habitante na capital portenha é superior ao de São Paulo. Excluindo Rio e São Paulo, nas demais grandes cidades brasileiras nem se cogita de formulação de política atualizada para o problema do transporte coletivo. Absorve-se o Governo o trânsito de automóveis, esquecendo os meios para deslocação das grandes massas.

As obras de infra-estrutura, tais como esgotos e água encanada, para falar das principais, são precárias, retardatárias ou inexistentes na maioria das cidades brasileiras. Mesmo em São Paulo regrediu a porcentagem da população servida por rede de água e esgoto nos últimos dez anos. Os financiamentos proporcionados pelo BNH são insuficientes para resolver o problema, além de pecar pela mesma distorção que caracteriza o programa habitacional: juros altos, correção monetária, garantias escorchantes, quase sempre vinculadas às receitas municipais, num verdadeiro atentado à autonomia municipal e estadual. Os Prefeitos e Vereadores perdem o controle desses serviços, consoante inconstitucionais cláusulas contratuais.

O MDB enfatiza a criação, a modernização e a melhoria dos transportes, principalmente os coletivos. A construção do metrô deve ser concluída no Rio e em São Paulo, e desde já programada para as Capitais e cidades mais populosas. Em centros urbanos menores, deve ser imediatamente posta em prática a revitalização de sistemas de transporte coletivo como o ônibus, em combinação com a melhoria das redes suburbanas de trens.

Em matéria de infra-estrutura, o objetivo será dotar rapidamente as cidades de água, esgotos e outros serviços, dando prioridade aos investimentos nas áreas mais necessitadas. O MDB afirma que os programas patrocinados pelo BNH devem mudar sua filosofia de ação: ao invés do cálculo bancário lucrativista, proporcionar a habitação popular. Estes dados dimensionam a extensão e a intensidade da calamidade sanitária: na Capital de São Paulo, 40% da população não é servida por rede de água e 60% pela de esgoto. Poços abertos ao lado de fossas contaminam o lençol freático, tomando feição de epidemia crônica enfermidades como tifo, disenteria, desidratação, moléstias intestinais. Aí está a causa principal do alto índice de mortalidade infantil em São Paulo, dos maiores do Brasil. As cidades devem deixar de ser cânceres de cimentos armado, pondo freio à mania do arranha-céu, até para exibir falsa feição progressita e hodierna, em tanta cidades do interior. A proteção ao meio-ambiente deve ser efetiva e não paliativa ou declamatória. A poluição urbana transforma os grandes centros populacionais em mortíferas câmaras de gases venenosos.

Áreas verdes são os pulmões oxigenando as cidades. Praças recreativas e esportivas abertas ao público tornam possível o lazer e o exercício físico, sem dispêndio de dinheiro.

A ganância imobiliária destrói os campos de futebol da periferia, celeiros que sempre foram de atletas.

Se V., eleitor, concorda com as verdades que acaba de ler ou ouvir, com seu voto na legenda, nos candidatos a senador, a deputados federais e estaduais do MDB, contribuirá para torná-las realidade. Pela vinculação, a lei eleitoral obriga que o deputado federal e o estadual votados sejam DO MESMO PARTIDO, SOB PENA DE ANULAÇÃO. Vote em um Programa, vote com a Democracia, vote nos candidatos do MDB.

O MUNICIPALISMO E O MDB

O MDB prega e pratica o municipalismo, porque entende que o município é a base do edifício social, econômico e político da Nação.

Para haver município é indispensável autonomia. Autonomia política fundada em princípios democráticos, ou seja, eleição por voto direto, universal e secreto dos prefeitos e vereadores, pelos cidadãos. Autonomia financeira no que concerne à decretação e arrecadação dos tributos de sua competência e à aplicação de sua renda. Autonomia adminsitrativa, representada pela gestão própria dos serviços públicos locais.

Hoje, é bastante limitado o autogoverno do município brasileiro. Nesses últimos anos, foram introduzidas grandes alterações no sentido de restringir sua independência política, financeira e administrativa.

A Constituição de 17 de outubro de 1969 ampliou consideravelmente os casos de intervenção federal (Art. 15, § 1o., letras "a" e "b", e § 3o.) no governo municipal e o Ato Institucional no. 5 (especialmente seu Art. 3o.) tornou praticamente ilimitada, o que sempre foi exceção, como prerrogativa do Executivo Central, Em conseqüência, em todas as Capitais dos Estados da Federação e em cerca de 90 municípios, incluídos na área de segurança nacional, os prefeitos são nomeados pelo Governador ou pelo Presidente da República. O MDB repele esta imposição que fere o princípio federativo e a soberania popular. Consta de seu Programa que os munícipes devam eleger livre e democraticamente seus Prefeitos e Vereadores, bem como a autonomia seja complementada por independência financeira e administrativa.

Alterações no sistema tributário contribuíram significativamente para tornar o município financeiramente subordinado. Depois de 1969, 62% das receitas dos orçamentos municipais decorrem de transferências de fundos (50,22% de tributos transferidos). Apenas 38% são formados de rercursos seus, sendo de 24,67% a participação na receita tributária própria. Há mais. Em muitos casos, foram estabelecidas condições que limitaram o emprego desses recursos transferidos, como acontece com o Fundo de Participação dos Municípios, cuja aplicação é regulada por lei federal. Finalmente, os municípios viram-se forçados a prestar contas ao Tribunal de Contas da União que estabeleceu foi incumbido de estabelecer minuciosas exigências de prestação de contas. Muitos municípios, por falta de pessoal especializado e de assistência técnica, por insuficiência de recursos para custeá-las, não podem cumprir as exigências e tiveram suas quotas suspensas. O MDB acredita que os municípios devem ter independência econômica, com receitas próprias e é contrário à centralização dos mecanismos de tomada de contas da municipalidade, que devem ser examinadas e votadas pelas Câmaras Municipais, sendo também o judiciário competente para punir, inclusive com cadeia, os Prefeitos ou funcionários desonestos.

Os dados disponíveis mais recentes sobre a distribuição da receita pública arrecadada revelam que, em 1969, 50,9% desses recursos couberam à União,

38,8% aos Estados e 10,3% aos Municípios. Por outro lado, a forma de distribuição da quota de impostos que cabe às municipalidades, em particular no caso do ICM, não proporciona aos municípios menos desenvolvidos rendas suficientes para gerar melhores condições de crescimento. O MDB luta por participação justa dos municípios na receita pública arrecadada em seu território e por uma distribuição mais equânime dos fundos transferidos, de modo a beneficiar as comunas mais pobres. O Município é o primo pobre, o irmão deserdado da receita arrecadada, pois os tributos são coletados em sua área física, decorrentes do trabalho de seus habitantes, uma vez que são criações jurídicas a União e os Estados. Contudo, a parte do leão é drenada para outras esferas da Federação, notadamente para o Governo Central. Aos municípios restam migalhas. A própria rede bancária, a oficial e a particulas, Caixas Econômicas Estadual e Federal, sugam depósitos nos municípios para aplicá-los fora, em investimentos e aplicações tantas vezes especulativos. Nos Estados Unidos da América, por exemplo, nos bancos onde há o depósito obrigatoriamente há a aplicação, daí nomes como City Bank of New York, definindo a área municipal exclusiva de operação. Não havendo regionalização dos Bancos, o suco econômico das localidades é sugado pelo fisco e pelos depósitos bancários, relegando-as ao pauperismo com o tempo e acentuando os desequilíbrios zonais no País. A Loteria Esportiva e os Baús da Felicidade agravam a sangria representada pela migração dar riqueza municipal. O lema do MDB é que onde a riqueza é gerada aí ela deve preponderantemente ser investida.

O MDB defende uma administração municipal no interesse das maiorias. Por isso, luta pela ampliação e melhoria dos serviços públicos locais: transporte, saúde, benfeitorias urbanas, como calçamento de ruas, rede de esgoto e água, iluminação, escolas, parques, praças esportivas. Especialmente nos grandes centros urbanos, o MDB propoguna para que haja maior dotação de recursos para dar aos bairros populares periféricos serviços de qualidade e condena os gastos inúteis em obras supérfluas, suntuárias e decorativas. Os prédios do Banco do Brasil, por exemplo, nos subúrbios,constrastam com a humildade que os cerca. O MDB acredita que é necessário tomar medidas urgentes contra a destruição do meio-ambiente, resultante do crescimento industrial. A poluição, a defesa e ampliação das áreas-verdes, o restabelecimento do equilíbrio ecológico, são objetivos de salvação das populações urbanas, para que as cidades não ser transformem em cânceres de cimento armado ou mortais câmaras de gases e resíduos.

O MDB defende o controle da administração pela maioria. O MDB luta pela participação de todos na vida política do município.

A oposição aconselha fervorosamente a criação das Associações dos Amigos do Bairro, como já existem em várias cidades do Brasil e na Alemanha, as Ligas da Administração Civil. O Governo,hoje, não é monopólio dos prefeitos e vereadores, circunscrita a participação dos cidadãos às eleições. É um condomínio com órgãos de atuação permanente e paralela, como os referidos, fiscalizando, sugerindo, reivindicando, protestando, protegendo o meio ambiente contra loteamentos especulativos, expansão nociva das edificações para fins comerciais, de escritórios ou para fábricas poluidoras. Quando o MDB for governo, pelo voto livre e direto do eleitorado, aumentarão as rendas municipais de todos os tipos e administrará em condomínio com associações civis.

Se V., eleitor, concorda com as verdades que acaba de ler ou ouvir, com seu voto na legenda, nos candidatos a Senador, a deputados federais e estaduais do MDB, contribuirá para torná-las realidade. Pela vinculação, a lei eleitoral obriga que o deputado federal e o estadual votados sejam DO MESMO PARTIDO, SOB PENA DE ANULAÇÃO. Vote em um Programa vote com a Democracia. Vote nos candidatos do MDB.

ARQUIVO PÚBLICO PARANÁ

REMUNERAÇÃO JUSTA PARA OS VEREADORES E O MDB

A inovação constante no § 2o., do artigo 151da Constituição vigente, que estabelece a gratuidade dos mandatos de vereador dos municípios com menos de 200 mil habitantes, constitui invencível desestímulo ao exercício desses mandatos eletivos. De fato, quem, se não o rico, pode trabalhar sem ganhar? A Organização Internacional do Trabalho, da qual faz parte o Brasil, proíbe o trabalho gratuito, como forma do trabalho escravo. Em nosso País a vereança é privilégio dos ricos, pois os pobres não podem desempenhar função que acarreta gastos,sem justa retribuição econômica. Parlamentares da Arena discursam e dão entrevistas favoráveis à remuneração do vereador, mas se recusam a assinar a Emenda do MDB à Constituição, reformulando o pré-mencionado § 2o. do art. 15, que registra a odiosa discriminação contra os desabonados da fortuna.

A maioria situacionista tem impedido que a vereança remunerada seja exercida por ricos e pobres, desde que eleitos. Não é admissível o farisaísmo de na imprensa ou em inflamados discursos dizer uma coisa e fazer o contrário no Congresso Nacional.

Assim, os cargos eletivos na esfera municipal, que antes eram disputados concorridamente pelos cidadãos, hoje são desprezados e os diretórios municipais se lançam desesperadamente no aliciamento de candidatos, mal conseguindo completar, quando o conseguem, o limite legal de postulantes.

No tocante aos servidores públicos, que são, indubitavelmente, valioso material humano de que dispõem as comunidades para as atribuições do governo municipal, como Prefeito e Vereadores, a situação se agravou.

As leis orgânicas dos municípios, bem como a orientação dos órgãos consultivos de direito municipal (caso, por exemplo, do Boletim Informativo dos Municípios, da Secretaria do Interior em São Paulo e do Serviço Nacional dos Municípios, do Ministério do Interior), permitem ao vereador servidor público o direito de afastar-se do seu cargo, sem prejuízo de vencimentos, **mas apenas nos dias em que se realizem as sessões da Câmara.**

A prática, contudo, tem demonstrado que isso não é o bastante para tornar possível o bom exercício de mandatos eletivos por parte dos servidores públicos. Ignoram as referidas leis orgânicas e órgãos consultivos que os compromissos do vereador não se circunscrevem ao dia ou à hora da sessão da Câmara, a menos que o vereador seja relegado a mero espectador das reuniões, omitindo-se quanto ao estudo, ao debate e soluções concementes aos mesmos, além do indispensável contato com os eleitores, conferência e palestras, comparecimento a recepções, audiências com autoridades, homenagens, formaturas, atos sociais ou fúnebres, vinculados à representação.

O desempenho de cargo eletivo, por menor que seja a cidade ou por mais reduzidas que sejam as suas atribuições, constitui sempre autêntico serviço público necessário à prática democrática, não podendo ser castigado com provações ou sacrifícios iníquos e discriminatórios, em razão da posição social ou da conta bancária dos respectivos titulares.

No caso específico do servidor público vereador, ocorre apenas uma substituição transitória de encargo, uma vez que, dedicando-se com exclusividade aos interesses do Município, ele passa a prestar serviços à coletividade inteira, e não apenas à repartição em que trabalha.

A remuneração dos vereadores deve, portanto, ser concedida no interesse da comunidade e da democracia.

Não há preço que pague um bom e honesto Prefeito, Vereador ou qualquer outro homem público. Caro e desastroso é o incapaz, negligente ou quem abusa do cargo para obtenção de riqueza criminosa, tenha sido ele eleito ou nomeado, perceba remuneração ou seja "gratuito" o seu desserviço. Somente deputados e senadores do MDB, em maioria no Congresso, criarão a possibilidade constitucional de cidadãos capazes se dedicarem à vereança, retribuindo-se este tipo de trabalho como qualquer outro.

Se V.,eleitor, concorda com as verdades que acaba de ler ou ouvir, com seu voto na legenda, nos candidatos a senador, a deputados federais e estaduais do MDB, contribuirá para torná-las realidade. Pela vinculação, a lei eleitoral obriga que o deputado federal e o estadual votados sejam DO MESMO PARTIDO, SOB PENA DE ANULAÇÃO. Vote em um Programa, vote com a Democracia, vote nos candidatos do MDB.

O MENOR ABANDONADO E O MDB

Um pesado véu de silêncio sepultava, até há alguns meses, no plano nacional, o problema do menor abandonado.

Foi o MDB que, na tribuna da Câmara Federal, Senado e das Assembléias Legislativas, chamou a atenção do País para o drama das crianças maltrapilhas, tomadas de angústia, e que, inventando profissões, mendigando nas feiras e nas ruas, caindo de sono nas madrugadas, empurradas pela necessidade e desamparo, perdem-se nos descaminhos do vício e do crime.

Foi a Oposição que convocou o País a meditar que o único investimento, justo e de maior valia, que não consta com incentivos fiscais, é o da transformação do menor abandonado de hoje no cidadão útil de amanhã. Nesse importante problema, o primeiro passo está em enfrentar a questão do menor abandonado na sua concreta dimensão social. A marginalidade do menor, sob suas múltiplas formas de vadiagem, furto, mendicância, prostituição, crime, não pode ser encarada meramente como problema policial. A desorganização da família nas classes de baixa renda, por exemplo, está indissoluvelmente ligada às condições de subemprego ou desemprego dos pais.

Entre o momento de abandono do menor e seu ingresso no descaminho do crime, freqüentemente se introduz um espaço de tempo que pode ser aproveitado pelas instituições de reeducação do menor. Para tanto, torna-se necessária a multiplicação de entidades com essa finalidade. A carência no setor é de tal magnitude que em 1971, na cidade de São Paulo, só havia 117 entidades – públicas e privadas – abrigando apenas 12.122 menores, quando é muito maior seu número. Não basta, contudo, criar núcleos de reeducação. Urge preparar técnicos especializados no problema do menor, como também realizar debate público e simpósios sobre o tema, como o MDB tem proposto, objetivando aproveitar inclusive a experiência de outras Nações sobre a deliqüência infantil, o uso de tóxicos e entorpecentes, a proteção aos filhos dos casais separados ou desajustados, o amparo ao menor abandonado, antes que caia nas garras do crime, da prostituição, do jogo e da violência.

Se V., eleitor, concorda com as verdades que acaba de ler ou ouvir, com seu voto na legenda, nos candidatos a senador, a deputados federais e estaduais do MDB, contribuirá para torná-las realidade. Pela vinculação, a lei eleitoral obriga que o deputado federal e o estadual votados sejam DO MESMO PARTIDO, SOB PENA DE ANULAÇÃO. Vote em um Programa, vote com a Democracia, vote nos candidatos do MDB.

MDB EM AÇÃO NOS COMÍCIOS RÁDIO E TELEVISÃO

ARQUIVO PÚBLICO PARANÁ

DEMOCRACIA

COM DESENVOLVIMENTO E JUSTIÇA SOCIAL

Estudos e assessoramento da Comissão Executiva do
DIRETÓRIO NACIONAL DO MDB,
destinados à campanha dos candidatos oposicionistas
SENADOR, DEPUTADOS FEDERAIS E ESTADUAIS
nas eleições de 15 de novembro de 1974.

PT1381.364

ÍNDICE

		Pág.
1	– Membros da Comissão Executiva do Diretório Nacional do MDB	1
2	– Diretório Nacional-Membros Efetivos	2–3
3	– Representantes do MDB na Câmara dos Deputados	4–5
4	– Representantes do MDB no Senado Federal	5
5	– Palavra aos Correligionários	6–10
6	– O que é o MDB	11
7	– Princípios Fundamentais do Programa do MDB	12
8	– Papel da Oposição	16–17
9	– O AI–5 e o MDB	18
10	– A Normalidade Democrática e o MDB	19
11	– Voto Direto para todos os Cargos Eletivos e o MDB	20–21
12	– Porque o MDB luta por eleições diretas	22–23
13	– Eleições Diretas, Segurança Nacional e o MDB	24
14	– Não Vote em Branco, Vote no MDB	25
15	– O Governo não Responde e não Admite ser Fiscalizado pelo MDB e pelo Legislativo	26–27
16	– Porque o MDB Luta pela Liberdade de Imprensa	28–30
17	– Os Direitos do Homem e o MDB	31–32
18	– Os Direitos da Mulher e o MDB	33–34
19	– A Juventude e o MDB	35–36
20	– A Educação e o MDB	37–38
21	– A Saúde e o MDB	39–40
22	– O Desenvolvimento e o MDB	41–43
23	– Política Econômico-Social e o MDB	44–46
24	– Distribuição de Renda e o MDB	47–48
25	– Custo de Vida, Espoliação Salarial e o MDB	49–56
26	– O Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e o MDB	57–60
27	– O INPS e o MDB	61–62
28	– A Habitação Popular e o MDB	63–65
29	– O Nacionalismo e o MDB	66–67
30	– O Sindicato e o MDB	68
31	– A Situação do Campo e o Programa Agrário do MDB	69–70
32	– A Agricultura e o MDB	71–72
33	– O Problema Urbano e o MDB	73–74
34	– O Municipalismo e o MDB	75–77
35	– Remuneração Justa para os Vereadores e o MDB	78–79
36	– O Menor Abandonado e o MDB	80

MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO
DIRETÓRIO NACIONAL

MEMBROS DA COMISSÃO EXECUTIVA

Presidente: Dep. Ulysses Guimarães
1o.-Vice-Presidente: Sen. Danton Jobim
2o.-Vice-Presidente: Dep. Aldo Fagundes
3o.-Vice-Presidente: Dep. Tancredo Neves
Secretário-Geral: Dep. Thales Ramalho
1o.-Secretário: Sen. Franco Montoro
2o.-Secretário: Dep. Laerte Vieira
1o.-Tesoureiro: Dep. Ário Theodoro
Líder no Senado Federal: Sen. Amaral Peixoto
Líder na Câmara dos Deputados: Dep. Laerte Vieira

VOGAIS

Dep. Anapolino de Faria
Dep. Argilano Dario
Sen. Ruy Cameiro
Dep. Ney Ferreira

SUPLENTES

Dep. Joel Ferreira
Dep. João Menezes
Dep. Henrique Alves
Dep. Vinícius Cansanção
Dep. Adalberto Camargo
Dep. José Mandelli

DIRETÓRIO NACIONAL

MEMBROS EFETIVOS

01. Deputado Ulysses Guimarães – São Paulo
02. General Oscar Passos – Acre
03. Senador Amaral Peixoto – Rio de Janeiro
04. Deputado Aldo Fagundes – Rio Grande do Sul
05. Deputado Laerte Vieira – Santa Catarina
06. Deputado Antonio Anibelli – Paraná
07. Deputado Anapolino de Faria – Goiás
08. Senador André Franco Montoro – São Paulo
09. Deputado Tancredo Neves – Minas Gerais
10. Senador Danton Jobim – Guanabara
11. Deputado Ário Theodoro – Rio de Janeiro
12. Deputado Argilano Dario – Espírito Santo
13. Deputado Ney Ferreira – Bahia
14. Deputado Vinícius Cansanção – Alagoas
15. Deputado Thales Ramalho – Pernambuco
16. Senador Ruy Carneiro – Paraíba
17. Deputado Henrique Alves – Rio Grande do Norte
18. Deputado João Menezes – Pará
19. Deputado Joel Ferreira – Amazonas
20. Deputado Ruy Lino – Acre
21. Deputado José Mandelli – Rio Grande do Sul
22. Deputado Cezar Nascimento – Santa Catarina
23. Deputado José Freire – Goiás
24. Prof. Lino de Mattos – São Paulo
25. Deputado Renato Azeredo – Minas Gerais
26. Dr. Erasmo Martins Pedro – Guanabara
27. Deputado Brígido Tinoco – Rio de Janeiro
28. Dr. Argemiro Figueiredo – Paraíba
29. Senador Benjamin Farah – Guanabara
30. Senador Nelson Carneiro – Guanabara
31. Dr. Camilo Nogueira da Gama – Minas Gerais
32. Deputado Adalberto Camargo – São Paulo
33. Deputado Waldir Lopes – Rio Grande do Sul
34. João Pojucan Souto Maior – Roraima
35. Prof. Josaphat Marinho – Bahia
36. Deputado Paes de Andrade – Ceará
37. Dr. Aurélio Viana – Alagoas
38. Dr. José Carlos Teixeira – Sergipe
39. Deputado Padre Nobre – Minas Gerais
40. Deputado Lisâneas Maciel – Guanabara
41. Deputado Francisco Amaral – São Paulo
42. Deputado Alencar Furtado – Paraná
43. Deputado Alceu Collares – Rio Grande do Sul
44. Deputado Freitas Diniz – Maranhão
45. Deputado Nadyr Rossetti – Rio Grande do Sul
46. Deputado Jerônimo Santana – Rondônia
47. Deputado Severo Eulálio – Piauí
48. Deputado Marcos Freire – Pernambuco
49. Deputado Antonio Pontes – Amapá
50. Líder da Bancada no Senado Federal
51. Líder da Bancada na Câmara dos Deputados

SUPLENTES

01. Deputado João Pacheco Chaves – São Paulo
02. Deputado Francisco Libardoni – Santa Catarina
03. Deputado Bezerra de Norões – Guanabara
04. Deputado Alberto Lavinas – Rio de Janeiro
05. Celso Testa – Rio Grande do Sul
06. Deputado Dirceu Cardoso – Espírito Santo
07. Deputado Petrônio Figueiredo – Paraíba
08. Rossini Lopes de Fonte – Guanabara
09. Deputado Léo Simões – Guanabara
10. Deputado Peixoto Filho – Rio de Janeiro
11. Deputado Nolly Joner – Rio Grande do Sul
12. Deputado Freitas Nobre – São Paulo
13. Deputado Francisco Pinto – Bahia
14. Deputado Fábio Fonseca – Minas Gerais
15. Deputado Clodoaldo Campos – Bahia
16. Edgard Moury Fernandes – Pernambuco

MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO

REPRESENTANTES
CÂMARA DOS DEPUTADOS

Acre
Ruy Lino

Amazonas
Joel Ferreira

Pará
João Menezes
Júlio Viveiros

Maranhão
Freitas Diniz

Piauí
Severo Eulálio

Ceará
Álvaro Lins
Oziris Pontes
Paes de Andrade

Rio Grande do Norte
Henrique Alves
Pedro Lucena

Paraíba
Janduhy Carneiro
Marcondes Gadelha
Petrônio Figueiredo

Pernambuco
Fernando Lyra
Marcos Freire
Thales Ramalho

Alagoas
Vinícius Cansanção

Bahia
Francisco Pinto
João Borges
Ney Ferreira

Espírito Santo
Argilano Dario
Dirceu Cardoso

Rio de Janeiro
Adolfo de Oliveira
Alberto Lavinas
Ário Theodoro
Brígido Tinoco
Hamilton Xavier
Peixoto Vilho
Walter Silva

Guanabara
Alcir Pimenta
Bezerra de Norões
Florim Coutinho
Francisco Studart
JG de Araújo Jorge
Jair Martins
José Bonifácio Neto
Léo Simões
Lisâneas Maciel
Marcelo Medeiros
Pedro Faria
Rubem Medina
Waldomiro Teixeira

Minas Gerais
Carlos Cota
Fábio Fonseca
Jorge Ferraz
Padre Nobre
Renato Azeredo
Sílvio de Abreu
Tancredo Neves

São Paulo
Adalberto Camargo
Athiê Coury
Dias Menezes
Francisco Amaral
Freitas Nobre
João Arruda
José Camargo
Pacheco e Chaves
Pedroso Horta
Santilli Sobrinho
Ulysses Guimarães

Goiás
Anapolino de Faria
Fernando Cunha
José Freire
Juarez Bernardes

Paraná
Alencar Furtado
Antonio Annibelli
Fernando Gama
Olivir Gabardo

Santa Catarina
Cesar Nascimento
Francisco Libardoni
Jaison Barreto
Laerte Vieira

Rio Grande do Sul
Alceu Collares
Aldo Fagundes
Amaury Müller
Antonio Bresolin
Eloy Lenzi
Getúlio Dias
Harry Sauer
Jairo Brum
José Mandeli
Lauro Rodrigues
Nadyr Rossetti
Victor Issler

Amapá
Antonio Pontes

Rondônia
Jerônimo Santana

REPRESENTANTES
NO
SENADO FEDERAL

Acre
Senador Adalberto Sena

Rio de Janeiro
Senador Amaral Peixoto

Paraíba
Senador Ruy Carneiro

Guanabara
Senador Danton Jobim
Senador Benjamin Farah
Senador Nelson Carneiro

São Paulo
Senador Franco Montoro

ARQUIVO PÚBLICO PARANÁ

PALAVRA AOS CORRELIGIONÁRIOS

A Comissão Executiva do Diretório Nacional do Movimento Democrático Brasileiro não tem poupado esforços e sacrifícios para assistir os Diretórios Regionais e Municipais, parlamentares, prefeitos, candidatos e correligionários.

Realizou 3 memoráveis Convenções Nacionais, 8 reuniões do Diretório Nacional, 54 da Comissão Executiva Nacional. Expediu 95 Notas à Imprensa. Imprimiu e distribuiu para todo o País os seguintes impressos, totalizando cerca de 500.000 exemplares:

1) *"MDB EM AÇÃO NOS COMÍCIOS, RÁDIO E TV" (Campanha de 1972, para Prefeitos e Vereadores)*
2) *MANUAL DE ORGANIZAÇÃO PARTIDÁRIA MUNICIPAL*
3) *ESTATUTO, PROGRAMA E CÓDIGO DE ETICA PARTIDÁRIA*
4) *MENSAGEM AOS ESTUDANTES, convocando-os para a luta política e oferecendo-lhes a legenda do MDB, enviada a 2.288 Diretórios Acadêmicos.*
5) *"NAVEGAR É PRECISO, VIVER NÃO É PRECISO", discursos do deputado Ulysses Guimarães e do Prof. Barbosa Lima Sobrinho, no lançamento de suas candidaturas a PRESIDENTE e VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA PELO MDB*
6) *"ENQUANTO HOUVER UM HOMEM HÁ ESPERANÇA DE LIBERDADE", discursos do Candidato a Presidente da República, deputado Ulysses Guimarães, perante o Colégio Eleitoral, reunido em Brasília, e do candidato a Vice-Presidente da República, Prof. Barbosa Lima Sobrinho, encerrando a campanha na Guanabara, artigos dos jornalistas Tristão de Athayde e Carlos Chagas.*

   "MDB EM AÇÃO NOS COMÍCIOS, RÁDIO E TELEVISÃO",
7) *O presente, elaborado por políticos, economistas, sociólogos, professores, pesquisadores e remetido aos Diretórios Regionais e Municipais, aos candidatos oposicionistas, às bancadas do MDB no Senado, na Câmara dos Deputados e nas Assembléias Legislativas, para assessorá-los nas eleições de 15 de novembro de 1974. São palestras sucintas, em linguagem direta, constituindo subsídios para a ação do MDB nos comícios, no rádio e na televisão, terminando sempre com a convocação de votar na legenda e nos candidatos do Partido.*

Providenciou a gravação de duas músicas com motivação partidária para a campanha municipal de 1972, bem como marcha, samba, "jingles", cinco filmes diferentes e gravações de líderes oposicionistas para a televisão e rádio, remetendo-os aos Diretórios Regionais, às 61 emissoras de televisão e às 970 de rádio do Brasil, totalizando 2.671 unidades.

Mandou mimeografar os comunicados das reuniões partidárias, os discursos e entrevistas oposicionistas mais significativos do Presidente e membros do Diretório Nacional, dos senadores, deputados federais, líderes das duas Casas do Congresso Nacional, enviando-os aos Diretórios Regionais, líderes do MDB nas Assembléias Legislativas e nas Câmaras Municipais, aos Diretórios Acadêmicos, Sindicatos e Jornais. A Secretaria-Geral expediu volume de correspondência de 93.000 impressos, telegramas, ofícios, circulares, cartas, cartões e certidões.

Contratou os serviços profissionais do renomado advogado Dr. Marcos Heusi Netto, para postular e defender, junto ao Tribunal Superior Eleitoral, processos e recursos de interesse dos Diretórios Nacional, Regionais, Municipais, candidatos e correligionários.

O Presidente do Diretório Nacional, acompanhado do Secretário-Geral, parlamentares, líderes e dirigentes partidários dos Estados, de avião de carreira, táxis aéreos, automóvel, trem, barco e até de "teco-teco", percorreu quatro vezes o Brasil, Capital e Interior:

1) *Para organização dos Diretórios Regionais e Municipais*
2) *Na campanha de candidatos a Prefeitos e Vereadores, em 1972*
3) *Na campanha presidencial da República, em 1973–1974*
4) *Para participar de reuniões, comemorações, proferir palestras e discursos, lançar candidatos, entrevistas coletivas à Imprensa e no Clube dos Repórteres Políticos da Guanabara (6 vezes)*

Na presente campanha, tem compromissos marcados para comparecer a comícios, reuniões e principalmente nos horários gratuitos do rádio e da televisão, em rede, nos Estados.

A atual Direção partidária, quando assumiu, o MDB tinha 1.180 Diretórios Municipais e 3.652 Vereadores, sendo que hoje são, respectivamente, 2.931 e 8.211.

O Diretório Nacional pede vênia para formular as seguintes ponderações aos Diretórios Regionais, Municipais, Candidatos e Correligionários:

1) *RÁDIO E TELEVISÃO. Favorecem ou destróem, elegem ou derrotam. A legislação eleitoral facultou os horários gratuitos aos Partidos, que são responsáveis pelos programas, por inspiração cívica, não para promoção pessoal. Não pode haver discriminação entre antigos e novos candidatos, o uso proveitoso da comunicação instantânea é o critério. O eleitor oposicionista quer ouvir dos candidatos de seu Partido a crítica que faria, o programa político, econômico, social, administrativo que o MDB cumprirá sendo Governo. O auto-elogio, os recadinhos para o bairro, o leguleio sobre ninharias ou assuntos mal abordados liquidam com o candidato, comprometem a imagem do Partido, desprestigiam a legenda, fomentam o voto em branco. "Voz dos que não têm voz" é lema, mas também pesada responsabilidade do MDB, principalmente no Rádio e na Televisão. A Direção Nacional recomendou aos Diretórios Regionais a formação de redes para as transmissões, com o patrocínio da Justiça Eleitoral.*

Na campanha, devem ser enfatizados, além de outros temas:

1. *Compromisso fundamental do MDB com a restauração da Democracia*
2. *Revogação do Decreto-lei 477*
3. *Abolição da censura à imprensa, ao rádio, à televisão, ao cinema, à música, ao teatro, à criação artística*
4. *Crítica e Programa de Oposição quanto à política econômica, habitacional, educativa, sanitária e social, o desenvolvimento, notadamente A ESPOLIAÇÃO SALARIAL, exibindo os quadros constantes do folheto, demonstrativos dos 951.844 trabalhadores que em 1972 ganhavam até 1/4 do salário-mínimo, dos 2.061.394 de 1/4 a meio SM, dos 3.673.224 de meio a um SM, dos 4.977.942 de 1 a 2 SM, representando 75,3% do operariado nacional recebendo menos de 1/4 até 2 SM, o que prova o trágico sacrifício de milhões de brasileiros.*
   Decompor o salário-mínimo das diferentes faixas correspondentes aos percentuais e respectivas importâncias para custeio mensal e diário de família composta de seu chefe, da dona-de-casa e em média 4 filhos. O presente trabalho tem quadros nesse sentido.
5. *Recordar que o 13o.-salário É CONQUISTA DO MDB, através do ex-Senador oposicionista Aarão Steinbruch, do Estado do Rio de Janeiro, injusta e discricionariamente cassado.*
6. *Salientar a luta do MDB para a aposentadoria da mulher com 25 anos de trabalho e para a contagem recíproca dos tempos de serviço público e o registrado no INPS, para aposentadoria.*
7. *Alertar quanto ao voto vinculado, fonte de votos nulos.*

2) *FISCALIZAÇÃO. Sua ausência tem prejudicado o MDB em muitos municípios. Onde não houver diretórios locais, o Regional necessariamente deverá credenciar delegados. Para o Partido e para os candidatos, NÃO BASTA ter eleitores; é indispensável ter FISCALIZAÇÃO.*

3) *DENUNCIAS À JUSTIÇA ELEITORAL. Constitui CRIME ELEITORAL o uso de prédios públicos, carros oficiais, nomeações, contratações, favorecimentos com obras e melhoramentos para obtenção de votos.*
A Lei Complementar no. 5, de 29 de abril de 1970, no art. 1o. inciso I, letra "l", pune com inelegibilidade

> *"os que tenham comprometido, por si ou por outrem, mediante abuso do poder econômico, de ato de corrupção ou de influência no exercício de cargo ou função da administração, direta ou indireta, ou de entidade sindical, a lisura ou a normalidade de eleição, ou venham a comprometê-la pela prática dos mesmos abusos, atos ou influências".*

O MDB, seus candidatos, os correligionários devem sistematicamente denunciar os abusos à Justiça Eleitoral, pois são armas destruidoras e criminosas disparadas contra a Oposição.
O Diretório Nacional defenderá os recursos interpostos perante o Tribunal Superior Eleitoral.

4) *TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO GRATUITOS.*
Pela Lei no. 6.091, de 15 de agosto de 1974, o transporte e a alimentação serão gratuitos, organizados, dirigidos e da responsabilidade da Justiça Eleitoral.
Impõe-se rigorosa fiscalização para imediata denúncia de qualquer lacuna ou irregularidade. Para isso o MDB deve indicar seus representantes na Comissão Interpartidária com a ARENA nos termos do Art. 14 da pré-mencionada lei:

> *"Art. 14. A Justiça Eleitoral instalará, trinta dias antes do pleito, na sede de cada Município, Comissão Especial de Transporte e Alimentação, composta de pessoas indicadas pelos Diretórios Regionais dos Partidos Políticos Nacionais, com a finalidade de colaborar na execução desta lei.*
> *§ 1o. Para compor a Comissão, cada Partido indicará três pessoas, que não disputem cargo eletivo.*
> *§ 2o. É facultado a candidato, em Município de sua notória influência política, indicar ao Diretório do seu Partido, pessoa de sua confiança para integrar a Comissão".*

5) *O QUE ELES DIZEM E O QUE ELES FIZERAM*

O que eles dizem às vesperas das eleições: *democracia, voto direto, reabilitação do Legislativo e do Judiciário, a mocidade deve participar da política, melhoria do salário dos trabalhadores e dos vencimentos dos funcionários públicos, revisão das pensões e aposentadorias, apoio à mulher, malsinam a inflação, condóem-se pelo custo de vida, criticam a distribuição de renda.*

O que eles e seu Partido fizeram, no Senado, na Câmara dos Deputados, nas Assembléias Legislativas, nas Câmaras Municipais: *Justificaram o AI-5; impediram a constituição das Comissões Parlamentares de Inquérito; recusaram aprovação de projetos não oriundos do Executivo; silenciam ou respondem com evasivas e pretextos as denúncias fundamentadas de prisões arbitrárias e torturas, desaprovando requerimentos pedindo a presença do Ministro da Justiça para esclarecimentos e providências; votaram pela Emenda Constitucional no. 2, estabelecendo a eleição indireta e eliminando a direta para os Governadores, em 1972; negaram, sempre, as sucessivas convocações dos Ministros da Fazenda e da Agricultura para definirem a responsabilidade e as medidas do Governo contra a inflação e a alta do custo de vida; disseram "Não" à revogação do Decreto-lei 477, mordaça dos estudantes e professores; recusaram os projetos de aposentadoria aos 25 anos à mulher que trabalha e contagem recíproca dos tempos de serviço público e na atividade privada, para aposentadoria; aprovaram irrisórios aumentos para o funcionalismo e a política de espoliação salarial do Governo.*

A Oposição não consentirá que lhe roubem a bandeira oposicionista. No rádio, na televisão, nos comícios, deve desmascarar os fariseus, os hipócritas e os mentirosos. Bastará reproduzir o que agora eles dizem e recordar o que fizeram. Uma campanha política oposicionista há de ser orientada e executada com tática ofensiva e defensiva, talento, imaginação,

resistência física extraordinária, coragem para socorrer os candidatos e correligionários ou dizer-lhes "não" quando divorciados do interesse partidário, inclusive quanto ao acesso impróprio ou ruinoso ao rádio e à televisão.

A Direção Nacional confia nas Direções Estaduais e Municipais do Movimento Democrático Brasileiro.

Brasília, julho de 1974

Deputado Ulysses Guimarães
Presidente do Diretório Nacional

Deputado Thales Ramalho
Secretário-Geral

ARQUIVO PÚBLICO PARANÁ

O QUE É O MDB

O Movimento Democrático Brasileiro é um partido aberto. Não é aparelho hermético, para institucionalização de oligarquias, fronteiras ideológicas ou elitização social. Requisito inafastável para abrigar-se em seus quadros: lealdade e sinceridade democráticas.

É crença e prática do MDB que é democrático o regime se soberano é o povo. A certidão de efetividade da soberania popular é o voto direto, secreto e universal. Imprensa livre, Parlamento independente e fiscalizador, desenvolvimento com justiça social.

Democracia é um estilo de vida. É conquista dos cidadãos e não outorga paternalista ou promoção política.

Por ser Partido, o Movimento Democrático Brasileiro deu dimensões amplas à elaboração de seu Programa: sem discriminação ou privilégios de seus órgãos de deliberação ou direção, convocou ao debate toda a Nação. Assessorou-se com técnicos e economistas que honram a cultura deste País. Foi às Universidades, ouviu professores, técnicos e estudantes; nos sindicatos, dialogou com os trabalhadores; nas entidades de classe, com os profissionais e nas empresas, com as lideranças geradoras da riqueza nacional. De todos solicitou colaboração e a todos convocou para a luta cívica e democrática, visando alcançar o pleno Estado de Direito.

Com o povo, o MDB está certo de que alcançará seus reais objetivos, dos quais o mais alto é chegar não ao Poder, mas ao Governo, a fim de realizar a administração do povo e pelo povo.

Se você, eleitor, concorda com as verdades que acaba de ler ou ouvir, com seu voto na legenda, nos candidatos a senador, a deputados federais e estaduais do MDB, contribuirá para torná-las realidade. Pela vinculação, a lei eleitoral obriga que o deputado federal e o estadual votados, sejam do MESMO PARTIDO, SOB PENA DE ANULAÇÃO. Vote em um Programa, vote com a Democracia, vote nos candidatos do MDB.

PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DO PROGRAMA DO MDB (Unanimemente aprovado pelo Tribunal Superior Eleitoral)

1 – PRIMADO DA PESSOA HUMANA – O valor básico da vida social e política é a pessoa humana, e, portanto, em nossa realidade histórica é a população brasileira. Um povo é sujeito, o fundamento e o fim de todas as instituições e medidas econômicas, sociais e políticas. Não pode por isso ser desconsiderado como mero "objeto", "coisa", ou "instrumento" da economia do Governo, do Estado, do Partido ou do processo histórico. É o homem, e cada homem de qualquer condição ou estado tem o direito de ser considerado e respeitado em sua dignidade de pessoa, na forma da Declaração Universal dos Direitos do Homem, firmada pelo Brasil e pelas Nações democráticas, em 1948. É esse, também, o sentido do princípio afirmado no artigo 1o. da Constituição Brasileira: "Todo poder emana do povo e em seu nome é exercido (Artigo 1o., § 1o.)".

2 – DIREITO DE PARTICIPAÇÃO – Não basta reconhecer aos membros da comunidade o direito de receber os benefícios sociais. Na medida em que queira respeitar a dignidade pessoal de cada homem, é preciso reconhecer e assegurar seu direito de participar ativamente na solução dos problemas que lhe dizem respeito. Nesse sentido, a substituição do "paternalismo", pela "participação", é um imperativo da moderna política social. Como disse João XXIII – "quando as estruturas e o funcionamento de um sistema econômico comprometem a dignidade humana dos que nele trabalham, enfraquecem o sentido de sua responsabilidade ou impedem seu poder de iniciativa, esse sistema é injusto, ainda mesmo que a produção atinja altos níveis e seja distribuída conforme as normas da justiça e da equidade" (Mater et Magistra, no. 80).

3 – IMPORTÂNCIA DAS COMUNIDADES DE BASE – O homem real não é um indivíduo isolado. Normalmente os homens só participam da vida social através das comunidades em que atuam: família, escola, bairro, empresa, município, igreja, sindicato, associação, cooperativa, etc. É dentro dessas comunidades reais que o homem vive e se desenvolve. Nas comunidades ele atua. É através das mesmas que ele pode participar da vida nacional. Por isso, é necessário que o Poder Público reconheça os direitos e a importância dessas comunidades e lhes dê o necessário apoio para o bom desempenho de suas atividades.

A essa visão orgânica, pluralista e democrática da vida nacional opõe-se o estatismo centralizado e autoritário, que concentra todos os poderes nos órgãos superiores do Estado e desconhece, absorve ou despreza a autonomia das comunidades menores, com graves prejuízos para o bem comum. Dentro de um elevado critério de interesse nacional, respeitar, apoiar e ouvir essas comunidades é dever do Poder Público.

Dentre as comunidades de base, ocupa lugar destacado a família. Na família, mais do que em qualquer outra instituição, os homens tem respeitada sua dignidade pessoal. Na família ninguém é número, ficha ou mercadoria.

Todos participam humanamente dos problemas, das aflições e das alegrias da vida coletiva. E a solidariedade é o vínculo natural que aproxima pais, filhos e irmãos. A família é, também, o ambiente normal em que se desenvolve a personalidade e se formam homens e não autômatos. Contra a tendência mecanicista e tecnocrática de reduzir os homens a funções, a família é o grande reduto da presença humana e a escola do verdadeiro humanismo.

4 – ESTADO DEMOCRÁTICO – O Estado, como detentor do Poder Público, não se justifica pela força de que se acha investido, mas por sua origem na vontade popular. Democracia não é apenas governo para o povo, mas também é essencialmente governo pelo povo, através de eleições livres. Esse princípio está definido na Declaração Universal dos Direitos do Homem, nos termos seguintes: "A vontade do povo será a base da autoridade do governo; esta vontade será expressa em eleições periódicas e legítimas, por sufrágio universal." Em um Estado democrático, essa participação do povo no governo se estende a todos os setores da vida social, pela consulta a respeito às manifestações dos respectivos organismos representativos, como confederações e associações de empregados e empregadores, profissionais liberais, municípios, bairros, família, juventude, igreja e demais setores da comunidade nacional.

5 – RESPONSÁVEL PELO BEM COMUM – Ao Estado cabe a missão de dirigir o esforço de toda a sociedade para o bem comum, promovendo a prosperidade, o bem-estar e a segurança de todo o povo. Sua função, em regra, não é a de substituir-se aos demais organismos sociais, mas orientá-los para os objetivos nacionais. Para isso impõe-se fundamentalmente a atuação harmônica e independente dos Três Poderes: Parlamento permanente e soberano, Executivo com autoridade responsável e administração planejada e Judiciário com garantia de meios e intangibilidade.

6 – EFETIVO DESENVOLVIMENTO BRASILEIRO – Desenvolvimento não se confunde com crescimento econômico. O simples aumento da produção pode levar à riqueza excessiva de alguns e manter, ou até agravar, a miséria de muitos. Como diz o economista Dudley Seers. Presidente da Sociedade para o Desenvolvimento Internacional: "No que diz respeito ao desenvolvimento as perguntas a serem feitas são as seguintes: Que está ocorrendo com a pobreza? Como o desemprego? Com as desigualdades? Se os três tiverem sofrido uma queda sensível, então estará fora de dúvida que houve um período de desenvolvimento econômico no país em questão. Se um ou dois desses problemas básicos tiverem se agravado, seria estranho chamar o resultado de desenvolvimento, ainda que a renda "per capita" tivesse aumentado. Um plano que não tivesse por metas a redução da pobreza, do desemprego e da desigualdade, muito dificilmente poderia ser denominado de plano de desenvolvimento".

PLANO DE AÇÃO POLÍTICA DO MDB (Unanimemente aprovado pelo Tribunal Superior Eleitoral)

No plano de ação política, o MDB oferece à Nação os seguintes princípios:

1) Implantação da normalidade democrática e a conseqüente condenação:
   a) de todos os tipos de ditadura;
   b) da institucionalização de regimes de exceção;
   c) do continuísmo.

2) Defesa do regime representativo, plenamente assegurado através:
   a) do sufrágio universal, direto e secreto para todos os cargos eletivos, notadamente o de Presidente da República, Governadores de Estado, Prefeitos das Capitais e das estâncias hidrominerais e climáticas;
   b) da garantia do exercício do direito do voto, através de cédula oficial, a todos os brasileiros maiores de 18 anos, inclusive os analfabetos.

3) Parlamento permanente e independente, recuperadas as garantias efetivas ao exercício dos mandatos legislativos federais, estaduais e municipais, cuja perda só poderá ser decretada pelo Poder competente, na forma e nos casos previstos em lei.

4) Intangibilidade do Poder Judiciário:
   a) indemissibilidade, inamovibilidade, remuneração condigna e irredutibilidade de vencimentos dos seus membros;
   b) condenação dos Tribunais de exceção;
   c) restauração da competência da Justiça Comum para o julgamento de civis, salvo os casos de crimes contra a segurança do País;
   d) amplas e efetivas garantias ao Direito de Defesa;
   e) controle legal da repressão policial, mesmo nos casos de alegado interesse da segurança nacional;
   f) restauração, em toda a sua plenitude, do "Habeas-Corpus";
   g) condenação dos abusos da polícia, caracterizados pelas prisões indiscriminadas, incomunicabilidades ilegais e da prática de torturas físicas e morais.

5) Política de respeito e defesa das prerrogativas e garantias da pessoa humana e condenação de todos os atentados às liberdades democráticas, notadamente:
   a) liberdade de imprensa;
   b) liberdade de crença, de culto, de associação, de reunião, de ideologia política e de manifestação do pensamento.

6) O Movimento Democrático Brasileiro prosseguirá na sua luta:
   a) pela revogação do AI–5;
   b) pela libertação do homem do medo e da necessidade;
   c) pela revogação do Decreto-lei no. 477, que submete a mocidade estudantil e seus professores a permanente regime de intimidação;

   d) revisão das Leis de Imprensa e de Segurança, para escoimá-las de suas normas draconianas e a extinção das penas de morte, de prisão perpétua e de banimento;
   e) anistia ampla e total a favor de todos os civis e militares atingidos pelos atos de exceção e de arbítrio, praticados a partir de 1o. de abril de 1964.

7) Liberdade de organização partidária.

8) Reestruturação do princípio Federativo para ampliar e fortalecer as autonomias dos Estados e Municípios.

PAPEL DA OPOSIÇÃO

O MDB, apesar das dificuldades que enfrenta, continua cumprindo seu dever: luta pelo restabelecimento da democracia, protesta contra arbitrariedades e violências contra a pessoa, denuncia a censura à imprensa e ao pensamento, defende a validade da existência de movimentos sociais de crítica e protestos legais, exige a liberdade para as organizações sindicais lutarem autonomamente pelos direitos e aspirações dos trabalhadores, condena o aviltamento dos salários e vencimentos, quer a Universidade crítica, sem a mordaça do Decreto-lei 477, propõe o desenvolvimento com liberdade e justiça social.

Em poucas palavras, vencendo as limitações que lhe são impostas, o MDB tanto nas Casas Legislativas como em manifestações públicas, reclama o restabelecimento do Estado de Direito.

É indispensável deixar claro, diante de insinuações governistas de que já vivemos sob o império do Estado de Direito que este, no entender da Oposição, significa a supressão dos Atos Institucionais, o voto direto, secreto e universal para eleger o Presidente da República, Governadores, Prefeitos, inclusive das Capitais, o restabelecimento do **habeas-corpus**, inclusive para os chamados delitos políticos, a restauração da independência e das garantias da magistratura e da cátedra, a revogação do Decreto-lei no. 477, a abolição da censura à imprensa e demais órgãos de comunicação, a liberdade para a formação de novos partidos e de organização sindical e profissional, participação do povo nos dividendos do progreso.

Pode parecer acadêmico explicar o que seja Estado de Direito, mas as distorções introduzidas na conjuntura política brasileira são tantas e continuam a ser praticadas apesar dos compromissos oficiais de adesão formal aos princípios democráticos, que se impõe não só a repetição, como a exemplificação. É pedagógica, destinada à situação. Antes de mais nada, para o MDB a ordem democrática requer **participação popular**. Não basta outorgar direitos que dificilmente serão cumpridos se não forem controlados. A melhor forma de controle é o exercício da atividade política por intermédio de eleições diretas, em que todos os cidadãos maiores de 18 anos possam votar livremente, e a fiscalização do comportamento de governantes e governadores pelos órgãos legítimos de representação popular - as Casas Legislativas – e pelos órgãos que asseguram o império da Lei, igual para todos, representados pelo Judiciário independente e imparcial.

Sem que os cidadãos possam livremente organizar-se e manifestar-se, a fraseologia grandiloqüente sobre democracia e direitos humanos desmoraliza-se pela arbitrariedade e pela irresponsabilidade, sem que haja meios eficazes de controle e punição por parte da Oposição e do povo.

O MDB não deserta dos deveres de fiscal e crítico do governo. Mas o Partido entende que essa função torna-se precária se a ordem política não assegurar os meios de investidura e controle pela cidadania, através do voto que pune os maus governantes e seus partidos, não os sustentando nem elegendo. É

pela transformação da democracia formal em democracia real, definida como uma forma de governo que se legitima por regras de limites de poderes e pelo controle delas, em última instância, pelos cidadãos, que se bate o MDB.

O Partido se esvaziaria de conteúdo popular se não definisse também como papel da Oposição a luta pela justiça social.

Justiça social não se pratica com a declamação de frases ou através de "projetos-impacto", mas é conquistada pela luta legal dos trabalhadores, dos assalariados, dos profissionais liberais, dos funcionários públicos, dos empregados em empresas públicas e privadas, de seus órgãos de representação, por seus direitos a melhores condições de trabalho, pela educação de seus filhos, por melhores condições de saúde, habitação, transporte, pelo bem-estar. Especialmente, pela luta por distribuição da renda nacional que se traduza pelo aumento efetivo da capacidade de compra das camadas sociais desfavorecidas. E o voto direto, isto é, a co-responsabilidade dos cidadãos na condução política da Nação, é um dos instrumentos mais eficazes para assegurar a justiça social.

A Oposição vem proclamando, há muito tempo, e agora o Governo finalmente reconheceu, que há iníqua concentração de riqueza e perda relativa e absoluta de poder aquisitivo dos trabalhadores da cidade e do campo, dos servidores públicos e da classe média. É inaceitável a concentração dos frutos do trabalho coletivo em estreita faixa de privilegiados ou que seja drenado para o exterior, agravando o cruel processo em que os ricos ficam mais ricos e os pobres mais pobres, ou que o Estado vá bem e o povo vá mal, como testemunhou o governo anterior.

O MDB continuará a luta, sem esmorecimento. Batalhará com vigor, apesar de dificuldades e perigos, das ameaças, punições e cassações. A luta será impossível sem apoio popular. Este agora deve ser dado, através das urnas, elegendo os candidatos oposicionistas a deputados federais, estaduais e senadores.

O sistema não confia no povo. Como pode o povo confiar no sistema?

O fortalecimento do MDB significa a vigência próxima da democracia. É poder oriundo do povo, exercido nos limites do interesse do povo.

A capacidade de luta da oposição pelo povo é dimensionada pela sustentação popular, principalmente nas urnas.

Se V., eleitor, concorda com as verdades que acaba de ler ou ouvir, com seu voto na legenda, nos candidatos a senador, a deputados federais e estaduais do MDB, contribuirá para torná-las realidade. Pela vinculação, a lei eleitoral obriga que o deputado federal e o estadual votados, sejam DO MESMO PARTIDO, SOB PENA DE ANULAÇÃO. Vote em um Programa, vote com a Democracia, vote nos candidatos do MDB.

ARQUIVO PÚBLICO PARANÁ

O AI-5 E O MDB

O Movimento Democrático Brasileiro têm como objetivo fundamental a revogação do Ato Institucional no. 5. Por que o MDB luta pela eliminação do AI-5?

Nada mais fácil de explicar, tanto e tão relevantes os motivos dessa luta e dessa pregação. Antes de mais nada, o AI-5 é a negação do ESTADO DE DIREITO. É a consagração, em nossa terra, que há 150 anos se tornou independente e há 83 anos republicana, do Executivo como SUPERPODER. Sob o AI-5, o Brasil têm sido privado de suas mais nobres tradições de liberdade, pois esse é um instrumento de arbítrio e poder unipessoal. Na democracia impera a vontade da lei e não de um homem ou de uma oligarquia, peculiar aos regimes discricionários. Numa democracia, mandatos eletivos não podem ser cassados por deliberação do Executivo, nem atos ou fatos de interesse dos cidadãos podem deixar de ser apreciados pelo Judiciário.

Com a intransigente e veemente oposição do MDB, o AI-5 vige no Brasil, cuja história recolheu o sacrifício e o exemplo de tantos mártires e heróis, como Felipe dos Santos, André Vidal de Negreiros e Tiradentes, que se sacrificaram pela liberdade.

"Abertura", "normalidade democrática", "modelo político" são pretextos para porrogar o "status quo", o imobilismo político, a permanência do AI-5 em suma. A Carta Constitucional de 1969 têm 200 artigos contraditados e subalterizados por um super-artigo, o de no. 182, que erige o Executivo em superpoder, pelo AI-5, sobranceiro e praticamente irresponsável perante o Legislativo, o Judiciário, como subpoderes, e o povo, que não o elegeu.

Os direitos e garantias do homem são atingidos.

É erro fatal pensar que a revogação do AI-5 seja problema exclusivamente político.

Como institui a censura prévia à Impresna, ao Rádio e à Televisão, a campanha pela melhoria salarial é silenciada e a deturpação ou montagem de estatísticas falhas, tendenciosas ou falsas sobre o custo de vida ou a inflação, como ocorreu no Governo anterior, provocaram erosão cada vez maior no poder de compra do salário real.

Como disse o Presidente Ford, ao assumir a Presidência dos Estados Unidos da América, "as donas-de-casa e o assalariado são muito bons economistas. Eles sabem que têm um governo suficientemente grande para lhes dar tudo o que desejarem, e um governo suficientemente grande para tirar-lhes tudo que tiverem". Os governos democráticos estão no primeiro caso e, no segundo, os totalitários.

Se V., eleitor, concorda com as verdades que acaba de ler ou ouvir, com seu voto na legenda, nos candidatos a senador, a deputados federais e estaduais do MDB, contribuirá para torná-las realidade. Pela vinculação, a lei eleitoral obriga que o deputado federal e o estadual votados sejam DO MESMO PARTIDO, SOB PENA DE ANULAÇÃO. Vote em um Programa, vote com a Democracia, vote nos candidatos do MDB.

A NORMALIDADE DEMOCRÁTICA E O MDB

"Eleição" de governadores através das Assembléias Legislativas é homologação. É nomeação, não é eleição. No Brasil, os Governadores dos Estados são designados e não eleitos. Se o povo não escolhe, pelo voto, há imposição e não eleição.

Em lugar de caminhar, como foi solenemente prometido, para a normalidade democrática, o País sofreu retrocesso político, quando foi excecionado na Carta Constitucional de 1969 o dispositivo que assegurava eleições pelo voto direto, dos Governadores, pois a Emenda Constitucional no. 2 novamente impôs eleições indiretas para 1974.

O sistema dominante não confia no povo. Como poderá o povo confiar no sistema?

As pretensas "eleições indiretas" são, na realidade, nomeações, impostas de cima para baixo. Isso é praticar a democracia? É respeitar o direito que o povo tem de consentir pelo seu voto direto, no exercício do poder pelos governantes? É o regime adotado nos Estados Unidos da América, na Inglaterra, na Alemanha Ocidental, no Japão, na França, nos Países Escandinavos, isto é, nos países que, por serem democráticos, são os mais prósperos do mundo?

A democracia, com suas precariedades e defeitos, é o único caminho para a verdadeira prosperidade, bem-estar e segurança dos povos. A Revolução foi deflagrada para que fossem preservados e purificados os valores democráticos e nesse sentido tem sido o compromisso de seus líderes e Presidentes. Ordena a moral política que os cumpram.

Para o MDB, normalidade democrática significa reconhecimento dos direitos de cidadania de todo o povo. O que é do interesse de todos deve ser por todos discutido e decidido, com a participação de todos e não de alguns. Democracia é participação de todos não de poucos. Nenhum governo legitimamente detêm a faculdade de expressar a vontade nacional, sem previamente consultá-la e ser para tanto credenciado, através de eleições livres, com debates e campanhas igualmente livres, sem censura, pressões ou perseguições. A vontade nacional não é auto-atribuível, nem pode por muito tempo ser sonegada. O divórcio atual entre povo e governo só pode ser superado com a devolução ao país do poder que lhe pertence de autogovernar-se. Este, o cerne do Programa do MDB. Sua principal missão na conjuntura atual. A força do MDB é a força do apoio dos trabalhadores, das mulheres, dos jovens, do povo, enfim. Não tem poder próprio, mas reflexo, emanado da confiança popular, expressa pelo voto.

Se V., eleitor, concorda com as verdades que acaba de ler ou ouvir, com seu voto na legenda, nos candidatos a senador, a deputados federais e estaduais do MDB, contribuirá para torná-las realidade. Pela vinculação, a lei eleitoral obriga que o deputado federal e o estadual votados sejam DO MESMO PARTIDO, SOB PENA DE ANULAÇÃO. Vote em um Programa, vote com a Democracia, vote nos candidatos do MDB.

VOTO DIRETO PARA TODOS OS CARGOS ELETIVOS E O MDB

Os inimigos da democracia sempre moveram, mesmo antes de 1964, campanha de descrédito contra as eleições. "Voto não enche a barriga", como foi assoalhado. Apregoavam e continuam insistindo que a "politicalha" perturba o País e o trabalho, que as eleições são caras e corruptas, geram intranquilidade e fabricam demagogos. Contudo, a liberdade e a democracia são os pré-requisitos do desenvolvimento das Nações que lideram o progresso no mundo. São eleitos pelos cidadãos os governos nos Estados Unidos, Canadá, França, Itália, Inglaterra, Alemanha Ocidental, Países Escandinavos, Japão, Austrália. O voto tem sido, neles, fundamento da segurança nacional, cujo esteio é o bem-estar dos homens, proporcionado pela justiça social.

É o modelo político que a oposição quer para o Brasil.

Perigoso e malicioso inimigo da democracia é a tecnocracia, o governo dos tecnocratas. É a origem popular, e não a técnica ou os técnicos que legitima o governo. Os técnicos são assessores, auxiliares do governo.

A liberdade e a democracia não são sobremesa do desenvolvimento. Compatibilizam-se com este, coexistem-e não deverão vir depois, dão-lhe destinação humana. A ARENA prestigia na área parlamentar e partidária o entendimento antidemocrático de que os cidadãos não são aptos para bem escolher o Presidente e o Vice-Presidente da República, os Governadores e Vice-Governadores dos Estados, os Prefeitos e Vice-Prefeitos das Capitais e de centenas de municípios, indevidamente declarados de segurança nacional. Essa mutilação do direito natural dos Governados consentirem no governo dos Governantes impede o povo, notadamente os trabalhadores, de participar e legitimamente pressionar por suas reivindicações salariais, sociais, sanitárias, educacionais.

Quem assim prejudica o povo, desacredita do patriotismo de seu voto, priva-o de seu direito natural na investidura dos governos da República, dos Estados e de muitos Municípios, como pode pedir às próprias vítimas da espoliação política que os elejam deputados federais, estaduais, senador ou vereadores? Querem deputados eleitos pelo povo que podem pelo AI–5 ser cassados discricionariamente pelo Presidente da República. São os responsáveis pela eleição de minideputados e senadores, por ser o Legislativo, pelo AI–5 e Constituição atual, não um poder independente, mas subpoder impotente e controlado pelo Executivo como superpoder. Um Legislativo, ao qual Ministros e Secretários, nos Estados, impunemente, recusam respostas aos pedidos de informações, que praticamente não tem a iniciativa das leis ou a competência para propor emendas, no qual a minoria, como oposição, não logra a instalação de Comissões Parlamentares de Inquérito e cujas críticas e denúncias não chegam à opinião pública devido à censura. Que dizer do Judiciário, privado de apreciar e reparar lesões jurídicas graves contra a liberdade, a integridade física, o patrimônio dos cidadãos, inclusive pelo "habeas-corpus"? Partidariamente quem é co-responsável por isso? O MDB que denuncia e propõe a abolição ao AI–5 e a reforma da Constituição, para que os cidadãos sejam reintegrados em sua capacidade total de votar em **todos** cargos eletivos e o Legislativo e o Judiciário sejam realmente poderes autônomos, ou a ARENA, que aceita o AI–5, diz incondicionalmente "Amém" ao Governo e rejeita sistematicamente as reformas legais apresentadas pela Oposição? O eleitor não pode fugir à responsabilidade de seu voto. NÃO VOTAR COM OS CANDIDATOS DO MDB, SERÁ VOTAR PELO AI–5 E NO DECRETO-LEI No. 477; RATIFICAR SUA INCOMPETÊNCIA CÍVICA PARA ESCOLHER PRESIDENTE DA REPÚBLICA E GOVERNADORES; CONFIRMAR UM PODER LEGISLATIVO LIMITADO EM SUA CAPACIDADE DE LEGISLAR E FISCALIZAR; RATIFICAR A POLÍTICA DO ARROCHO SALARIAL E DOS VENCIMENTOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS; UM DESENVOLVIMENTO EM QUE O ESTADO VAI BEM E O POVO VAI MAL, NAS PRÓPRIAS PALAVRAS DE UM EX-PRESIDENTE DA REPÚBLICA.

Não creia em quem descrê de V. Se o sistema não acredita no povo, como o povo poderá acreditar no sistema?

Se V., eleitor, concorda com as verdades que acaba de ler ou ouvir, com seu voto na legenda, nos candidatos a senador, a deputados federais e estaduais do MDB, contribuirá para torná-las realidade. Pela vinculação, a lei eleitoral obriga que o deputado federal e o estadual votados, sejam DO MESMO PARTIDO, SOB PENA DE ANULAÇÃO. Vote em um Programa, vote com a Democracia, vote nos candidatos do MDB.

POR QUE O MDB LUTA POR ELEIÇÕES DIRETAS

Os governos da Revolução tudo vêm fazendo no sentido de conquistar o apoio e a simpatia do povo brasileiro. Essa tem sido sua preocupação permanente, e a prova disto está no que lemos, vemos e ouvimos diariamente no cinema, na televisão, nos jornais e rádios. Nunca se gastou tanto dinheiro em propaganda oficial.

Mas há na iniciativa governamental uma contradição flagrante: se se quer o apoio, a simpatia, a admiração do povo, por que não permite a livre manifestação de seu pensamento e vontade, concedendo-lhe o direito de escolher seus governantes?

Apregoam que o Governo tudo tem feito para desenvolver o País e afirmam que o povo está satisfeito. Pois então que se permita que concretize sua aprovação através das urnas, escolhendo, em eleições livres e diretas, seus Governadores e o Presidente da República.

Que o Governo e a ARENA ouçam a advertência da História: o povo não perdoa quem o ignora, marginaliza ou desconsidera. Não confia em quem nele não confia.

Se o Governo Federal está convencido de que está certo em suas realizações, se tem certeza que sua política econômica, salarial, social ou financeira, vem ao encontro das aspirações de nossa gente, as eleições diretas para Governadores, Presidência da República e todas as Prefeituras seriam um bom teste.

O Governo e o Partido da situação não podem se auto-elegerem, pois são partes interessadas e não juiz. Juiz é o povo, que não é mudo, tem voz política e sua voz chama-se voto. As urnas devem ser consultadas. Qual a razão do medo em ouví-las?

Alardeiam que o povo está satisfeito com a situação atual e o governo, pela maioria situacionista eleita para o Congresso, as Assembléias Legislativas, Câmara e Prefeituras Municipais. Isto constitui advertência ao eleitor, para que de seu voto não sejam tiradas semelhantes conclusões, em seu próprio detrimento e de sua família.

De qualquer forma, a interpretação é maliciosamente falsa. Essa pretensa maioria é fabricada, pois as eleições não são livres; o voto não é direto, quanto ao Governo; há o temor pelas ameaças e perseguições; a legislação eleitoral não é imparcial, prejudica a Oposição com o voto vinculado, as sublegendas, o prazo de filiação de um ou dois anos para candidatar-se; a draconiana e inconstitucional Lei da Inelegibilidade, que estabeleceu a pena medieval da inelegibilidade vitalícia para os cassados e maquinou tantos impedimentos e restrições, que no Brasil a regra é ser inelegível e não elegível, figurando inclusive a impossibilidade de candidatar-se com o mero recebimento de denúncia pelo juiz, em certo tipo de processos, retrógrada discriminação jurídico-política intentada contra o bravo deputado emedebista Francisco Pinto; a monumental, custosa e cotidiana propaganda oficial, que a Oposição

não pode contestar, pois lhe é interceptado o acesso ao rádio e à televisão e a censura aos jornais; à rolha do decreto-lei 477, que ameaça e pune a atividade partidária e crítica da mocidade; a interferência ilegal, nos pleitos, dos carros oficiais, das nomeações e contratações eleitoreiras, de repartições públicas e seus telefones e datilógrafas.

Essas práticas e abusos podem e devem ser julgados e punidos nas próximas eleições. Condene-os com seu voto, apoiando a legenda do MDB e seus candidatos a deputados federais, estaduais e senador na luta cívica de 15 de novembro.

Se V., eleitor, concorda com as verdades que acaba de ler ou ouvir, com seu voto na legenda, nos candidatos a senador, a deputados federais e estaduais do MDB, contribuirá para torná-las realidade. Pela vinculação, a lei eleitoral obriga que o deputado federal e o estadual votados, sejam DO MESMO PARTIDO, SOB PENA DE ANULAÇÃO. Vote em um Programa, vote com a Democracia, vote nos candidatos do MDB.

ELEIÇÕES DIRETAS, SEGURANÇA NACIONAL E O MDB

Um dos pontos fundamentais da ação política do MDB tem sido a devolução ao povo do direito de escolher livremente seus dirigentes. O voto direto, universal e secreto constitui uma das mais importantes e árduas conquistas do povo brasileiro, porque o incorporou na estrutura política do Estado. Essa, a grande bandeira e a grande conquista da Revolução de 30, complementada pela criação da Justiça Eleitoral, que exterminou as vergonhosas depurações dos oposicionistas mais temidos e incômodos, pelo Parlamento, não reconhecendo sua eleição.

Nada demonstra tão inequivocamente o quanto nos distanciamos da democracia do que a eliminação do povo de toda participação livre e responsável na solução dos inúmeros e graves problemas nacionais. O sistema dominante, que como toda autocracia, se não for desmobilizada, tende naturalmente para o totalitarismo, relega cem milhões de brasileiros à passividade e inércia, que procura anestesiar com maciça e custosíssima campanha publicitária.

A despeito de todas as promessas e proclamações democráticas dos líderes e chefes do Movimento de 64, houve a substituição autoritária do pleito direto para escolha do Presidente da República e Governadores dos Estados em eleição indireta. As sucessões presidenciais, governamentais e de mais de uma centena de municípios, inclusive as Capitais, tem-se processado à inteira revelia da Nação. As disputas e crises, que se verificam e nas quais o País ficou exposto a riscos e perigos, não são do conhecimento do povo. Foram trancadas as portas para reforma da Constituição, a não ser para subtrair aos cidadãos o direito de eleger seus Governadores, para o que foi forjada Emenda Constitucional. Portanto, o sistema não confia no povo. Como poderá o povo confiar no sistema?

Pretendem incompatibilizar a autonomia municipal com a segurança nacional, como se o povo pudesse ser suicida e pelo voto arruinar sua sobrevivência. O voto não gera, mas detecta, equaciona e possibilita soluções justas para a inquietação popular e os conseqüentes problemas sociais. Não há segurança nacional estável e duradoura sem segurança social. O MDB denuncia a coincidência de muitos municípios, onde pertenciam à sua legenda o Prefeito e a maioria da Câmara, terem sido declarados de interesse da segurança nacional, como Santos, Cubatão, em São Paulo, Anápolis, em Goiás, além de tantos outros, como todos do Estado do Acre. Só com grandes bancadas nas Assembléias Legislativas, na Câmara dos Deputados e no Senado da República a oposição poderá corrigir abusos.

Se V., eleitor, concorda com as verdades que acaba de ler ou ouvir, com seu voto na legenda, nos candidatos a senador, a deputados federais e estaduais do MDB, contribuirá para torná-las realidade. Pela vinculação, a lei eleitoral obriga que o deputado federal e o estadual votados sejam DO MESMO PARTIDO, SOB PENA DE ANULAÇÃO. Vote em um Programa, vote com a Democracia, vote nos candidatos do MDB.

NÃO VOTE EM BRANCO, VOTE NO MDB

Todos compreendemos a razão da descrença no voto, que contaminou, em 1970, milhões de eleitores, em todo o País, que preferiram votar em branco ou anular sufrágios. Eram os desiludidos, os que convencidos de que não deviam contribuir para a vitória do partido oficial, não acreditavam que a Oposição, minoritária, pudesse realizar aqueles objetivos democráticos, que constituem patrimônio cívico do povo brasileiro. As conseqüências dessa atitude agravaram, porém, as dificuldades dos que, entre tantos obstáculos, lutam, sob a bandeira do MDB, para manter acesa a chama da democracia, em todos os legislativos do País, os federais, os estaduais, os municipais.

Nas eleições para as Assembléias Legislativas, Câmara dos Deputados e para o Senado, os votos em branco e os votos propositadamente nulos impediram que ao legislativo chegassem mais vozes livres, que iriam clamar pelo restabelecimento da ordem constitucional. O mesmo ocorreu com os candidatos a prefeito e a vereadores, indicados pela Oposição, onde houve eleições em 1972. Foi esse o grave resultado do equívoco em que incidiram os que quiseram converter seu voto em protesto, em manifestação de desencanto, em testemunho de desesperança, votando em branco. Esse equívoco não deve ser repetido, sob pena de agravar-se, a cada pleito, a situação do partido da Oposição, de calar-se a voz, que ainda se alteia, de silenciar a voz dos que não têm voz.

Aumente, com seu voto, o tom e o número de vozes que neste País se proponham a denunciar a censura dos meios de divulgação da verdade; a defender a liberdade e o direito de defesa; a protestar contra o aumento do custo de vida; a condenar o arrocho salarial; a propugnar, enfim, pela restauração democrática. Diga isso a seu parente, a seu amigo, a seu vizinho, a seu conterrâneo. Mostre-lhe o erro praticado em outros pleitos, para que não seja repetido em 15 de novembro, atingindo o povo ao enfraquecer a voz da Oposição, que clama pelos seus direitos e protesta contra as injustiças que o oprimem.

Se V., eleitor, concorda com as verdades que acaba de ler ou ouvir, com seu voto na legenda, nos candidatos a senador, a deputados federais e estaduais do MDB, contribuirá para torná-las realidade. Pela vinculação, a lei eleitoral obriga que o deputado federal e o estadual votados sejam DO MESMO PARTIDO, SOB PENA DE ANULAÇÃO. Vote em um Programa, vote com a Democracia, vote nos candidatos do MDB.

O GOVERNO NÃO RESPONDE E NÃO ADMITE SER FISCALIZADO PELO MDB E PELO LEGISLATIVO

Numerosos são os requerimentos de informações, formulados pelos integrantes das bancadas do MDB na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, nas Assembléias Legislativas e Câmaras Municipais, nos estritos termos regimentais, e que até hoje ficaram sem resposta, embora visassem obter esclarecimentos do maior interesse para a Nação. Impossível seria reproduzir aqui todas essas indagações parlamentares, que nem sempre chegam ao conhecimento popular devido à censura, e que, se respondidas pelo Executivo, viriam dissipar "milagres" e mistificações. Abaixo resumimos algumas perguntas formuladas através do Congresso Nacional que o Governo não respondeu.

Quanto custa aos cofres nacionais a aventura do Plano de Saúde? Como justificar o decréscimo anual do orçamento do Ministério da Saúde, ante o perigo de epidemias como a meningite? A quem deve ser imputada a responsabilidade pelo calamitoso desperdício financeiro na construção da Ponte Rio–Niterói? Por que se abandonou a famosa Carta de Brasília, distribuída em papel de ouro e exaltada como a lei áurea da agricultura? Em quanto importa a dívida externa do País, quais as comissões pagas, os juros, os vencimentos, os credores? É certo que, nos últimos dez anos, "no Nordeste, decresceu de 11% para 77% o número de empregos criados?" Quantos morreram ou foram vítimas de epidemias em virtude do estado de abandono sanitário da Transamazônica? Serão verdadeiros os dados de pesquisa recente divulgados pela Fundação Getúlio Vargas, denunciando que "metade da população das pessoas remuneradas recebe 13,6% da renda total", enquanto "10% da população apropriam-se de quase metade do produto nacional?" Estarão certos os pesquisadores da Fundação Ford e do Ministério da Agricultura, quando esclarecem que a "causa mais evidente do processo de agravamento de concentração de renda em nosso País é a compressão salarial"? Quantas unidades residenciais construídas pelo Banco Nacional de Habitação foram demolidas, retomadas ou permanecem desocupadas em todo o território nacional?

Esse comportamento do Executivo fere norma constitucional que criou os Poderes da República como harmônicos e independentes. Para ser independente o Legislativo necessita de informação, não só para legislar, como para fiscalizar os demais Poderes. No Congresso é que se expressa a soberania da vontade da Nação. Desobedecer a um pedido constitucional dos representantes do povo implica violar princípio fundamental da vida republicana. É crime de responsabilidade, implicando na destituição do Ministro, Secretário ou qualquer autoridade sonegadora. Fora do controle popular, através de suas instituições, como o Parlamento, não há democracia. Desde sua fundação, o MDB tem reivindicado o direito elementar de, através do Legislativo, a Nação ser informada quanto aos atos do Executivo.

O pedido de informações é tolhido, pois somente é admitido nos casos de "fato relacionado com matéria legislativa em trâmite ou sobre fato sujeito à fiscalização do Congresso Nacional ou de suas Casas", segundo o art. 30, parágrafo único, letra "d", da Constituição Federal. Através desse dispositivo inibidor, fica o legislativo condicionado e limitado na sua competência institucional de interpelar e fiscalizar o Governo. Assim, este se torna irresponsável, erros e abusos não são conhecidos nem punidos. A exigência de requerimento assinado por um terço dos membros do Senado ou da Câmara dos Deputados, para constituição das Comissões Parlamentares de Inquérito (Art. 37 da Constituição), torna esse instrumento fundamental de fiscalização totalmente inoperante, quando a oposição não dispõe daquele mínimo. A fiscalização, principalmente por intermédio de Comissões Parlamentares de Inquérito, é um direito da minoria, pois é óbvio que, se depender da maioria, que suporta e defende o governo, jamais será exercida.

Essa, a razão por que nenhuma Comissão de Inquérito surgiu na Câmara ou no Senado, a não ser a referente aos Tóxicos. Praticamente inexistem nas Assembléias Legislativas.

Ademais, a Constituição Federal restringiu a cinco o número das CPIs. E se forem seis, oito ou dez as irregularidades a serem apuradas? Isso corresponderia a limitar cada delegado a prender só cinco ladrões... Outro atentado ao espírito fiscalizador que preside à criação das CPIs em países democráticos: foram imobilizadas em Brasília. Não podem deslocar-se para o local das ocorrências. Uma CPI sobre os índios, terá de trazê-los a Brasília! Se houver epidemia, inundação ou terremoto, os congressistas não poderão investigar no local!

A Oposição reclama para o Brasil uma Constituição sob a égide da Democracia, exigindo que os detentores do Poder atendam aos pedidos de informações do Legislativo, repondam politicamente perante o Parlamento, inclusive através de Comissões Parlamentares de Inquérito. A desinformação serve à mistificação.

Se V., eleitor, concorda com as verdades que acaba de ler ou ouvir, com seu voto na legenda, nos candidatos a senador, a deputados federais e estaduais do MDB, contribuirá para torná-las realidade. Pela vinculação, a lei eleitoral obriga que o deputado federal e o estadual votados sejam DO MESMO PARTIDO, SOB PENA DE ANULAÇÃO. Vote em um Programa, vote com a Democracia, vote nos candidatos do MDB.

POR QUE O MDB LUTA PELA LIBERDADE DE IMPRENSA

O Movimento Democrático Brasileiro, quer no âmbito federal, estadual como municipal defender intransigentemente a liberdade de imprensa, o rádio, a televisão e o cinema. A luta contra a censura à imprensa nos obriga, a nós da Oposição, a não termos descanso, até que os jornais, as emissoras de rádio e de televisão possam veicular as notícias, responsavelmente, sem o crivo de censores, frequentemente despreparados para a missão.

Contra os abusos de uma má imprensa há lei específica para punir os responsáveis por difundir notícias falsas, tendenciosas, caluniosas. O Governo e os cidadãos têm em mãos, portanto, um instrumento do qual poderão se utilizar para exemplar os maus jornalistas. Se a lei de responsabilidade de imprensa não é boa, devemos aperfeiçoá-la. Mas deve haver liberdade para dizer e escrever e severa responsabilidade, até pecuniária, se houver abuso dessa liberdade. Isso ocorre com todos os países civilizados e democráticos. E isso não tem gerado a anarquia nem comprometido a segurança ou desenvolvimento. O Brasil é País civilizado. Necessita que sua imprensa seja livre.

Em defesa da liberdade de imprensa há um argumento insofismável: um indivíduo ou um povo bem informado dificilmente se torna presa fácil dos que pretendem enganá-lo, comprometê-lo ou arrastá-lo para guerras ou programas estatais megalomaníacos. Embora alfabetizado, um povo pode ser condenado à ignorância, quando perde o direito à informação, a saber a verdade. O MDB é o MOBRAL político; o homem se alfabetiza para conhecer a verdade.

Voltaire, defensor intransigente da liberdade de imprensa na França na época dos reinados despóticos, sentenciava: "Não acredito em uma só palavra do que dizeis, mas defenderei até à morte vosso direito de dizê-las." Sábias palavras que os governantes deveriam ouvir e praticar.

A liberdade de imprensa permite aos governantes e legisladores um volume mais substancioso e sincero de informações indispensáveis para que acertem mais, inclusive no que diz respeito à real segurança do País.

Quanto à Oposição, ela pergunta ao atual Governo: como sobreviverá, se são censurados seus pronunciamentos das tribunas das Casas Legislativas, se abafam arbitrariamente as mensagens e entrevistas que dirige ao povo, ao eleitorado?

Se se quer o restabelecimento pleno da democracia no Brasil, o fortalecimento do regime e de suas instituições, então que se devolva a liberdade aos jornais, às emissoras de rádio e de televisão. A Oposição e os brasileiros saberão fazer uso desses instrumentos sem oferecer risco à Pátria. A liberdade de imprensa, pilar da democracia, não é assegurada em benefício da imprensa, do rádio e da televisão, como empresas para que prosperem e até enriqueçam. Não. O direito à informação, a saber o que ocorre no mundo, em seu País, em sua cidade, pertence ao cidadão, a Você eleitor. Do contrário, o povo é condenado à ignorância, a desconhecer o que efetivamente está sucedendo. Só é divulgado o que o governo quer e convém ao governo e não o que a verdade manda. Povo desinformado é povo que não conhece e não defende seus direitos. O MDB quer a liberdade, com responsabilidade, mais para o povo do que propriamente para a imprensa.

Nada mais fácil do que discorrer sobre a liberdade de imprensa, tantos os ensinamentos da História e dos mestres sobre sua importância. Todos sabemos que onde não há liberdade de imprensa, correm perigo todas as demais. As Nações livres tornassem intocáveis o direito de informar para que o povo seja informado.

Por que são precisamente os regimes totalitários os que mais se esforçam em proclamar que sob eles há total liberdade de imprensa? Por que tanto se enfurecem os ditadores quando se proclama que sufocaram a liberdade de imprensa?

Quanto mais ênfase usam em se dizer democracias, os regimes totalitários se esforçam no sentido de ocultar a opressão e a verdade à livre manifestação de opinião.

Por que, quase sempre, aqueles que exercem o Poder, abusivamente em nome do povo, se opõem à liberdade de imprensa, à liberdade de informação?

Por que quanto mais se caminha no sentido da opressão, da escravidão de um povo, mais se investe contra a liberdade de imprensa?

Por que entre nós, quando o Brasil se transforma – segundo a imensa publicidade governamental – numa grande potência, no Brasil-Grande, se amplia a censura à imprensa e ao livre pensamento?

Por que precisamente quando tantos "milagres brasileiros" assombram o mundo inteiro – segundo a mesma propaganda oficial – mais e mais se suprime a liberdade de imprensa?

Por que um governo e um regime que asseguram existir apenas em função do bem-estar do povo e afirmam nada ter a recear, se obstinam em controlar e censurar os veículos de difusão das idéias?

O MDB protesta contra o monólogo, a exclusividade da palavra e propaganda oficiais, que não podem ser discutidos, contrariados, criticados.

Por que o Rádio e a Televisão, fora do restrito período do pré-eleitoral, são vedados a qualquer pessoa que não integre o Governo ou não o apoie? Por que tudo no Rádio e na Televisão está sujeito à censura prévia?

O povo brasileiro não pode conscientizar-se através de debates livres entre personalidades do Governo e da Oposição, ou mesmo técnicos e professores que tenham posição de independencia diante do Governo.

A fidelidade partidária tem sido usada para censurar consciências, tolher a independência dos próprios filiados do Partido situacionista.

Como se podem dizer democrático um Governo e um sistema de poder, se não admitem a livre manifestação do pensamento?

O brasileiro, como qualquer ente civilizado, tem o direito à informação, a saber o que se passa em seu País e no mundo, em termos de verdade e não de propaganda oficial. Sem o diálogo, sem a liberdade da informação, isso é impossível.

Por isso, na Declaração Universal dos Direitos do Homem, a informação é protegida pela liberdade, é um direito que o homem tem e que o Estado não pode lhe subtrair. O Brasil assinou a Declaração Universal dos Direitos do Homem. Deve honrar sua assinatura, respeitando escrupulosamente esses direitos, entre os quais sobressai o direito de saber a verdade.

Se V., eleitor, concorda com as verdades que acaba de ler ou ouvir, com seu voto na legenda, nos candidatos a senador, a deputados federais e estaduais do MDB, contribuirá para tomá-las realidade. Pela vinculação, a lei eleitoral obriga que o deputado federal e o estadual votados sejam DO MESMO PARTIDO, SOB PENA DE ANULAÇÃO. Vote em um Programa, vote com a Democracia, vote nos candidatos do MDB.

ARQUIVO PÚBLICO ARARA

OS DIREITOS DO HOMEM E O MDB

O homem é fim e não meio do Estado. O Estado existe para o homem, para promover seu bem-estar e sua segurança. O homem não é mera peça do Estado: é o seu fim, sua razão de ser.

Primeiro surgiu o homem, depois o Estado. O homem é anterior ao Estado.

O homem criou o Estado, não foi o Estado que criou o homem. Porisso, o Estado não pode voltar-se contra o homem, seu criador, para esmagá-lo, persegui-lo, torturá-lo, explorá-lo, extorquir-lhe dinheiro sob a forma de impostos exagerados ou insuportáveis, atribuir-lhe salário de fome. O Estado-robô, o Estado-Frankstein, o Estado-Leviatã, que agride ou destrói o homem, seu criador, é um monstro que trai suas próprias origens. É o Estado totalitário. É a tirania. Não é o Estado democrático. Seu fim é catastrófico e sangrento, como sucedeu com os Estados nazista, fascista ou militarista japonês em 1940.

O Estado não pode, a não ser por arbítrio ou prepotência, tirar a vida ao homem; privá-lo ilegalmente da liberdade; impedir seu direito de ir, ficar e vir; condená-lo, a não ser por Tribunal competente, em audiência pública, com pleno direito de defesa e respeito à sua integridade física; não pode torturá-lo, humilhá-lo ou constrangê-lo, mesmo quando preso, pois nas Nações civilizadas o "réu é coisa sagrada"; proibí-lo de pensar ou punir por dizer o que pensa, responsabilizando-o se fizer mau uso dessa prerrogativa; deserdá-lo do pronto e eficaz remédio legal contra detenções arbitrárias, que é o "habeas-corpus"; subtrair o direito que todo homem tem à informação, a saber o que ocorre e se diz em sua cidade, em seu País, ou no mundo, o que é impossível com a censura à Imprensa, ao Rádio, à Televisão, ao Cinema, à música, a qual é mais uma agressão aos cidadãos do que às empresas que exploram tais meios de comunicação; impedir que o cidadão, com seu voto direto e secreto, participe da investidura nos cargos do Executivo e de Legislativo, para que os governos sejam livremente consentidos e não impostos; descumprir seu dever de dar a todos escola gratuita, oportunidade de emprego com salário compatível com o custo de vida e seus méritos; privá-lo do seguro-desemprego, quando despedido, até que consiga nova colocação, para que sua família não sofra na miséria; deserdá-lo pela concentração das rendas nacionais, aumentando a opulência dos ricos e as privações dos despossuídos; hipotecar o País com empréstimos despropositados; transferir para o exterior centros de decisão da economia pela desnacionalização das empresas.

Na Carta da Organização das Nações Unidas, que o Brasil assinou com 134 povos da Terra, está dito no Preâmbulo e repetido em 6 artigos, que sem o efetivo respeito aos Direitos do Homem não haverá Paz, Justiça, Verdade e Desenvolvimento no mundo. Estes direitos estão relacionados na Declaração Universal dos Direitos do Homem, também subscrita pelo Brasil. Pelo seu teor cristão e fraterno, considera-se que depois da Santa Ceia, a conferência

internacional na cidade de São Francisco, onde nasceu a Carta da ONU, foi a mais importante reunião para a Humanidade.

Mas de que valem estas Declarações e assinaturas se não forem honradas, se houver prisões arbitrárias, torturas, miséria por salários e vencimentos de fome?

Tem havido crises sérias no relacionamento entre o MDB e o Governo, entre a Igreja e o Governo, entre a Imprensa e o Governo, entre a Ordem dos Advogados do Brasil e o Governo, entre a Juventude, artistas, intelectuais e o Governo. Porquê? Porque apesar da Declaração Universal dos Direitos do Homem e da existência de uma Comissão de Defesa dos Direitos do Homem no Ministério da Justiça, atentados de toda sorte foram impunemente perpetrados, não obstante as denúncias da Oposição, da Igreja, da Ordem dos Advogados e de organismos internacionais, pedidos de audiência a autoridades não atendidos, informações requisitadas pelo Congresso sonegadas, a Imprensa impedida pela censura de tornar públicas as arbitrariedades. O MDB retirou-se no Brasil da Comissão de Defesa dos Direitos do Homem, por recusa a participar da farsa de denúncias não apuradas, que sequer podiam ser divulgadas pelo sigilo imposto às reuniões.

O eleitor que procure interpretar na Imprensa as frases vazias, as evasivas e, principalmente, poesias e receitas de bolo. É a engenhosa denúncia sobre arbitrariedades da polícia, e da própria censura, contraditas ao festejado modelo econômico, críticas ao Governo. Mas é segredo de polichinelo, pois as vulnerações dos direitos do homem são do conhecimento e repúdio gerais, publicadas na imprensa estrangeira e conhecidas de entidades internacionais, que solicitam, sem que as autoridades brasileiras consintam, imparcial e insuspeita investigação. O MDB, através de seus Diretórios, deputados e senadores, tem feito reiteradas e fundamentadas denúncias assinadas, cuja resposta tem sido o silêncio, "nada consta" ou "governo vai tomar providências", desconhecidas até agora.

Se você, eleitor, não se contentar com meras declarações e a assinatura formal e para constar de tratados e leis de proteção dos direitos e garantias individuais, não honrados na prática, vote na legenda e nos candidatos oposicionistas a deputados federais, estaduais e senador. Aumente as bancadas do MDB na Câmara e no Senado e nas Assembléias Legislativas, para que a fiscalização, revogação e elaboração de leis indispensáveis façam com que o Governo cumpra seu dever de respeitar o homem.

Se V; eleitor, concorda com as verdades que acaba de ler ou ouvir, com seu voto na legenda, nos candidatos a senador, deputados federais e estaduais do MDB, contribuirá para torná-las realidade. Pela vinculação, a lei eleitoral obriga que o deputado federal e o estadual votados, sejam DO MESMO PARTIDO SOB PENA DE ANULAÇÃO. Vote em Programa, vote com a Democracia vote nos candidatos do MDB.

OS DIREITOS DA MULHER E O MDB

As leis de proteção à mulher fazem parte do acervo de iniciativas de integrantes do MDB.

Entre outros, o Senador Nelson Carneiro destacou-se na proposição e elaboração da Lei no. 4.121, que, em 1962, definiu os novos Direitos da Mulher Casada e da Companheira, equiparando-os aos de seus maridos e pondo fim a uma situação injusta e discriminatória, criada pelo Código Civil de 1916. Este considerava a esposa como relativamente incapaz, equiparando-a aos menores, aos loucos e indígenas; vedava-lhe o direito a ter conta bancária própria; viajar e trabalhar fora de casa sem autorização do marido; e entregava o Pátrio-poder apenas ao pai.

O MDB é ferrenho opositor a costumes decrépitos e preconceitos que ainda impedem o pleno exercício dos Direitos da Mulher Casada, consagrados no estatuto legal. É luta por aprimorá-los. Defensor dos interesses da família legítima, é favorável à legislação de amparo à mãe solteira e de proteção aos filhos naturais e adulterinos. Que estes não sejam denunciados no Registro de Nascimento, considerando que a decisão sobre o número de filhos é da responsabilidade do casal, o MDB nega ao Estado a imposição de normas restritivas, encarregando-se, ao contrário, de possibilitar e facilitar a todos o acesso aos varios métodos de planificação familiar.

A História mostra que a participação autônoma da mulher na vida econômica é uma condição importante da emancipação feminina. Por isso, os problemas da mulher trabalhadora ocupam um lugar de destaque nas preocupações do MDB.

As tabulações constantes do Censo de 1970, processado pelo IBGE, revelaram que dos quase 36 milhões de pessoas que compunham a população economicamente ativa brasileira, apenas 6,1 milhões eram mulheres. Ou seja: havia quatro vezes mais homens do que mulheres na população ocupada; e três vezes mais mulheres do que homens na população não ocupada. Por sua vez, a maioria desse contingente de trabalhadoras distribuía-se por cinco ramos de atividades: 16% eram domésticas; 32% trabalhavam na agricultura; 8% eram professoras primarias; 7% operárias da indústria de vestuário; 2% operárias têxteis. Finalmente, apesar de partícipe do processo social de produção de riqueza, a mulher ainda não conquistou as mesmas oportunidades de trabalho que se abrem aos homens. O número de mulheres é grande entre os enfermeiros, mas pequeno entre os médicos e dentistas; sua participação é majoritária no ensino primário e secundário, mas inferior à dos homens no ensino superior. Em suma, as mulheres têm ainda pouco acesso aos trabalhos mais qualificados e melhor remunerados. O MDB luta por tornar possível que um número crescente de mulheres possa incorporar-se à população ocupada e em igualdade de condições com seus companheiros do sexo masculino. Batalha **intransigentemente** pela melhoria de condições de trabalho da mulher empregada.

Para que a mulher possa exercer atividades fora do lar é preciso que ela possa deixar seus filhos sob guarda competente. Hoje são poucas e em precárias condições as creches, nas quais as mães trabalhadoras podem deixar seus filhos. Raras são as empresas que possuem, apesar da obrigatoriedade por lei. Como também é reduzido o número de creches mantidas por entidades oficiais ou por particulares. Em 1972, existiam na cidade de São Paulo 16 creches da Prefeitura, 13 do Estado em convênio com a Prefeitura e 21 particulares, para atender cerca de 600 mil crianças com idade até dois anos. Cerca de 20 – mantidas por entidades religiosas e pelo Governo de Minas Gerais – funcionavam gratuitamente nos bairros operários de Belo Horizonte e de Contagem. Em Recife, só existiam duas grandes creches. Em todas elas há excesso de crianças, falta de aparelhamento e de pessoal especializado. O MDB reclama o cumprimento do Art. 389 da Consolidação das Leis do Trabalho, especialmente do item IV, § 1o. e § 2o. que obrigam os estabelecimentos em que trabalhem pelo menos 30 mulheres a terem local apropriado para guarda, vigilância e assistência de seus filhos em período de amamentação, com os requisitos técnicos legais. O MDB defende, também, a ampliação e melhoria da rede oficial de creches nos bairros populares e a multiplicação dos parques infantis e outros estabelecimentos do gênero, onde as crianças possam ficar.

O MDB batalha pelo cumprimento dos direitos trabalhistas da mulher, consagrados na Consolidação das Leis do Trabalho e no Estatuto do Trabalhador Rural. E por seu aprimoramento. O MDB opõe-se à prática corriqueira da discriminação no acesso ao emprego, em relação às mulheres casadas, gestantes, com filhos e às mulheres de idade. O MDB opõe-se com veemência à prática generalizada, ainda que injusta, discriminatória e ilegal, do pagamento à mulher de salários inferiores por um mesmo tipo de trabalho, em desrespeito flagrante ao preceito da Constituição Federal, ordenando o salário igual por trabalho igual. Por fim, o MDB luta há anos, com a oposição do Governo e da Arena, pela concessão de aposentadoria à mulher trabalhadora aos 25 anos de serviço, públicos ou nas empresas. O MDB defende a equiparação das empregadas domésticas às demais mulheres trabalhadoras. Considera o Estatuto das Empregadas Domésticas, que decorreu da proposta e campanha do Senador do MDB, Franco Montoro, importante conquista e postula seu aperfeiçoamento, para que tenham os mesmos direitos de suas companheiras ocupadas na lavoura, indústria e comércio. Em especial, o MDB luta pela impossibilidade da dispensa da trabalhadora grávida, exceto quando ocorra justa causa.

O MDB defende a participação das mulheres em todas as associações e organismos, nos quais são discutidos seus problemas específicos, de sua categoria profissional e da sociedade. O MDB defende a participação da mulher na política. Na Câmara Federal, pertenciam ao MDB, exceção de uma, todas as mulheres que atuavam no Congresso Nacional, tendo sido todas cassadas, sem sequer o exercício do direito natural da defesa. A oposição estimula a mulher para que se candidate a deputado ou senador, vereador, prefeito, sendo grande o número delas disputando as eleições de 15 de novembro próximo.

Se V., eleitor, concorda com as verdades que acaba de ler ou ouvir, com seu voto na legenda, nos candidatos a Senador, a deputados federais e estaduais do MDB, contribuirá para torná-las realidade. Pela vinculação, a lei eleitoral obriga que o deputado federal e o estadual votados sejam DO MESMO PARTIDO, SOB PENA DE ANULAÇÃO. Vote em um Programa, vote com a Democracia, vote nos candidatos do MDB.

A JUVENTUDE E O MDB

O último censo do IBGE certifica que 67% da população brasileira estão na faixa de até 25 anos de idade. Isso totaliza, hoje, cerca de sessenta e cinco milhões de brasileiros. O Brasil é um País jovem, País de jovens. Dsconhecer a mocidade será, antidemocraticamente, repudiar a maciça maioria de seus habitantes.

A juventude deve ser compreendida e não punida. Não será pela ameaça, força ou terror que serão solucionados seus problemas e será preparada para a vida familiar, profissional e política da Nação.

É indispensável despertar o interesse e o entusiasmo dos moços pela política. SE assim não for, quem assumirá os encargos públicos de serem amanhã os Prefeitos, Vereadores, Deputados, Senadores, Governadores e Presidente da República?

Essa, a posição do MDB com relação aos moços. Convocá-los para a coisa pública, estimulá-los para que sejam candidatos, respeitá-los em sua integridade física e mental, motivá-los, para que participem dos problemas e temas que dizem respeito ao desenvolvimento de seu País.

Lamentavelmente, as limitações impostas à vida pública no Brasil, a redução arbitrária da competência do Legislativo e do Judiciário, a marginalização do povo nas eleições para Presidente da República e Governadores nos Estados, a inabilitação de milhões de cidadãos quanto ao direito de eleger os Prefeitos das Capitais e dos Municípios declarados área de segurança nacional, tudo isso e tantos outros atentados contra a classe política geram desencanto e descrença, que perigosamente contaminam tantos jovens. Eis por que o MDB reivindica para o Brasil o retorno ao Estado de Direito, com a conseqüente valorização da política, inclusive com a participação da juventude.

O medieval e renegado Decreto-Lei no. 477 divorcia o jovem universitário da política, ameaça com riscos e sanções a participação ativa dos universitários nas campanhas e deb tes político-eleitorais. Pende a ameaça de expulsão ou interrupção de seus estudos.

O MDB tem lutado incansavelmente pela abolição deste Decreto-lei odioso e pela reimplantação da Universidade crítica. A Oposição apresentou dois projetos, um na Câmara e outro no Senado, objetivando a revogação do impatriótico Decreto-lei no. 477. Sem êxito, contudo, de vez que a maioria os rechaçou. Apesar de derrotado, o MDB não desanimará.

O MDB afirma, também, que não se pode falar em integração do jovem estudante à vida nacional sem conceder-lhe liberdade de associação. A Oposição proclama o direito de organização e funcionamento dos órgãos próprios de representação estudantil em todos os níveis.

A juventude trabalhadora, urbana e rural, só poderá ser convocada para o exercício pleno da cidadania com o fortalecimento da vida associativa, em particular dos sindicatos. A formação do jovem demanda atividades recreativas e

esportivas. Países menores do que o Brasil logram êxitos esportivos em diferentes modalidades. O esporte em massa implica em prévio planejamento do Estado, através dos órgãos pertinentes, e de uma justa relação entre estes e as associações ou instituições que congreguem a juventude, como as escolas, os sindicatos e as Forças Armadas.

Se V., eleitor, concorda com as verdades que acaba de ler ou ouvir, com seu voto na legenda, nos candidatos a senador, a deputados federais e estaduais do MDB, contribuirá para torná-las realidade. Pela vinculação, a lei eleitoral obriga que o deputado federal e o estadual votados sejam DO MESMO PARTIDO, SOB PENA DE ANULAÇÃO. Vote em um Programa, vote com a Democracia, vote nos candidatos do MDB.

ARQUIVO PÚBLICO PARANÁ

A EDUCAÇÃO E O MDB

Não obstante a faustosa propaganda governamental de sua política educacional, os números desmentem que se tenha realizado neste campo esforço proporcional ao aplicado para o crescimento da economia. Enquanto o Produto Interno Bruto experimentou um crescimento **real** (isto é, descontando a inflação), de cerca de 100% entre 1965 a 1973, os gastos públicos federais com a educação, no mesmo período, aumentaram em 60%. O mesmo fenômeno pode ser confirmado quando se verifica a porcentagem representada pelos gastos com a educação na despesa total da União: em 1965, aqueles gastos chegaram a 8,8% do total, enquanto em 1973 caíram para 6,2%, revelando uma tendência declinante durante o período considerado (1).

O Governo baseia seu otimismo no crescimento do número dos alunos matriculados, em todos os níveis, do primário ao superior. Mas o Governo ignora ou não revela que ocorreu aumento do número de escolas particulares, não acompanhado pelo ensino público, que é gratuito, acessível aos poderes.

O Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), tem-se revelado ineficaz como **alfabetizador verdadeiro,** embora as cifras de matrículas sejam exaltadas pela propaganda oficial. Recentemente, alta personalidade ligada ao MOBRAL reconheceu que nos últimos anos, pelo menos a metade dos alunos que concluíram os cursos do MOBRAL pode ser considerada analfabeta.

Ainda está por ser feito um estudo global e veraz da realidade educacional brasileira. Ao contrário das metas de crescimento econômico e dos resultados apregoados, fartamente divulgados e louvados pelas publicações governamentais, pouco se conhece a respeito da educação. Certos resultados do Censo Demográfico de 1970, entretanto, lançam alguma luz sobre a questão. Naquela data, 33% da população brasileira ainda permanecia analfabeta, contra 39,5% em 1960. Em dez anos, portanto, o ritmo de alfabetização no Brasil não ultrapassou a casa dos 20%, enquanto o crescimento da economia nacional atingia 100%, revelando mais uma faceta do desenvolvimento inumano, que esquece o homem. Ressalte-se, além disso, que apesar do modesto decréscimo nas taxas relativas ao analfabetismo no Brasil, **o número absoluto dos brasileiros analfabetos aumentou**, passando de 15,8 milhões em 1960 para 17,9 milhões em 1970. Essas cifras globais não revelam as profundas disparidades quanto a oportunidades de educação entre os Estados mais pobres e os mais desenvolvidos. Em 1970, Pernambuco e Piauí apresentavam porcentagens de analfabetismo de 50,3% e 60,8% respectivamente, na população de 15 anos ou

(1) Datos retirados do **Relatório e Parecer Prévio sobre as Contas do Governo,** relativas ao exercício de 1973, Ministro João Batista Ramos, Tribunal de Contas da União.

mais, enquanto em São Paulo, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, essa proporção era de aproximadamentee 20% (1).

O programa do MDB nesse particular propõe e revindica a educação para todos os brasileiros, como **um direito de cidadania**, que deve sobrepor-se às flutuações da economia. Para o MDB, o homem brasileiro não é apenas um fator de produção, mas em primeiro lugar um cidadão. Exatamente porque educação tem sido proporcionada mais àqueles que têm meios, o MDB reivindica e propõe uma concentração do esforço educacional nas regiões mais pobres do País. Finalmente, o MDB luta pelo aumento dos gastos públicos em educação e pelo fortalecimento da escola pública gratuita, para garantir o direito do povo brasileiro à educação adequada.

Não há desenvolvimento com analfabetismo. A educação é o metro do desenvolvimento. A educação é investimento público, alavanca do desenvolvimento, um dos seus principais fatores geradores.

Se V., eleitor, concorda com as verdades que acaba de ler ou ouvir, com seu voto na legenda, nos candidatos a senador, a deputados federais e estaduais do MDB, contribuirá para torná-las realidade. Pela vinculação, a lei eleitoral obriga que o deputado federal e o estadual votados sejam DO MESMO PARTIDO, SOB PENA DE ANULAÇÃO. Vote em um Programa, vote com a Democracia, vote nos candidatos do MDB.

(1) Dados colhidos em LAMOUNIER, Bolivar – "Educação", in **Composição da População Brasileira.** Candido Procopio F. de Camargo et alii, Caderno 15, CEBRAP, São Paulo, 1974.

A SAÚDE E O MDB

A saúde tem sido o filho enjeitado nos gastos públicos. Em 1 965 e 1 973, a porcentagem dos gastos da União com os programas de Saúde e Saneamento decresceu de 3,7% do total das despesas para 2,7%, numa tendência contínua à diminuição. A maior disponibilidade de riqueza nacional não está sendo utilizada para melhorar a situação sanitária dos brasileiros. O Governo Federal vem se desobrigando gradual e seguidamente das suas responsabilidades na melhoria das condições sociais de vida dos brasileiros. Disso é prova o decréscimo dos gastos com a saúde. Na saúde, como na educação, os gastos públicos não acompanharam os índices de crescimento do Produto Interno Bruto: enquanto esse praticamente dobrou entre 1965 e 1973, os gastos com saúde e saneamento cresceram apenas 64%. (Dados extraídos do **Relatório e Parecer Prévio sobre as Contas do Governo, relativas ao exercício de 1973**, Ministro-relator João Batista Ramos, Tribunal de Contas da União, Brasília, 1974). Alega-se que a diminuição dos gastos com Saúde e Saneamento foi contrabalançada pelo aumento do dispêndio com Assistência e Previdência. Mas, os gastos com Assistência e Previdência são financiados pelos próprios assalariados, membros do Instituto Nacional de Previdência Social, deles sendo beneficiários apenas seus segurados.

A tendência à queda dos gastos públicos com a saúde reflete-se dramaticamente nas estatísticas sanitárias, que acusam iniludível deterioração do estado de saúde do povo. Estatísticas recentes revelam que pioraram os indicadores sanitários: a mortalidade geral (por mil habitantes) no Brasil, que vinha decaindo desde 1965 – quando era de 10,23, passando sucessivamente para 9,87 em 1966, 9,52 em 1967, 9,44 em 1968, 9,18 em 1969 –, cresceu subitamente para 10,12% em 1970. O coeficiente de mortalidade infantil acusa a mesma tendência: em 1965 foi de 101,07 por mil nascidos vivos, com ligeiras oscilações nos anos seguintes, para subir a 108,68 por mil nascidos vivos em 1970. O coeficiente de mortalidade proporcional (uma relação entre o número de óbitos de menores de 1 ano e o total de óbitos de todas as idades) registrou também incremento entre 1965 e 1970: naquele ano foi de 30,41, tendo decrescido em 1966, para logo retomar uma trajetória ascendente, até chegar ao nível de 32,32 em 1970. Todos os indicadores sanitários levam à mesma conclusão: a saúde dos brasileiros está piorando. No município de São Paulo, o mais industrializado do País, o mesmo fenômeno se repete: cresceram entre 1965 e 1969 os coeficientes de mortalidade geral, de mortalidade infantil e de mortalidade proporcional (este último com relação a 1968) (1).

A Oposição condena veementemente a ausência no Ministério da Saúde de política nacional de medicina preventiva, expondo a população aos ciclos

(1) Dados retirados de João Yunes e Vera S.C. Ronchezel "Evolução da mortalidade geral, infantil e proporcional no Brasil". XXV Reunião Anual da SBPC, Guanabara, 1963.

epidêmicos. Há mais de três anos, um violento surto de meningite grassa no País inteiro, particularmente nas Regiões Sul e Sudeste, sem que as autoridades sanitárias tenham tomado medidas preventivas ou erradicadoras, nem mesmo estoque de vacinas, além da censura haver impedido que a população se alertasse.

O programa do MDB confirma o direito que todo cidadão tem à preservação de sua saúde física, emocional e mental, como um requisito indispensável de sua condição humana. Defende a necessidade de que os gastos com saúde e saneamento cresçam proporcionalmente ao ritmo do crescimento da riqueza nacional. Para o MDB, a medicina deve ser para os necessitados um serviço social, sem finalidade lucrativa, custeado pelo poder público. O MDB defende a descentralização da pesada máquina do Ministério da Saúde em benefício dos municípios, que estão mais perto das necessidades da população. Nosso Partido afirma a imperiosidade de estender os benefícios das conquistas sanitárias a toda a população, ampliando os gastos com a medicina preventiva e combatendo as endemias que flagelam o povo brasileiro.

Se V., eleitor, concorda com as verdades que acaba de ler ou ouvir, com seu voto na legenda, nos candidatos a Senador, a deputados federais e estaduais do MDB contribuirá para torná-las realidade. Pela vinculação, a lei eleitoral obriga que o deputado federal e o estadual votados sejam DO MESMO PARTIDO, SOB PENA DE ANULAÇÃO. Vote em um Programa, vote com a Democracia, vote nos candidatos do MDB.

O DESENVOLVIMENTO E O MDB

O desenvolvimento nacional é uma das metas prioritárias do Movimento Democrático Brasileiro. Por desenvolvimento nacional o MDB não entende apenas o engrandecimento do Brasil como um conceito abstrato, mas o desenvolvimento do homem brasileiro, para o homem brasileiro, pelo homem brasileiro.

O crescimento econômico do Brasil é fruto do trabalho de sua população. Desde que nasceu para a vida internacional dos povos pelo descobrimento, o homem brasileiro, generoso caldeamento de etnias, alçou-se rapidamente à posição de primeiro produtor mundial de açúcar, ainda na colônia. Um século depois, a energia, o sacrifício, o talento desse povo guindarão a então colônia à liderança da produção do ouro. Já independente, podendo livremente tratar e comerciar com todos os povos, será a soma dos esforços do homem brasileiro que transformará o País no primeiro produtor mundial de café, que chegou à hierarquia do primeiro produto do comércio internacional de bens agrícolas. No século vinte, quebrando as amarras da dependência econômica da monocultura, é do trabalho do povo que sairá a arrancada pela industrialização, fazendo o Brasil ingressar na era moderna. Precisamente porque o crescimento econômico se baseia no trabalho do povo, o MDB nunca duvidou da capacidade que tem o Brasil de crescer continuadamente. Entende que esse crescimento não é apanágio de ninguém, de nenhum governo, de nenhum partido, mas preponderantemente do povo. Entretanto, o esforço, a imaginação e o talento revelados pela população brasileira não têm sido recompensados com justiça. Se no passado a chaga da escravatura vitimava precisamente os que labutavam pelo desenvolvimento da nação, hoje é a condição subumana de largas faixas da população nacional que acusa a excessiva distorção na distribuição dos benefícios do crescimento. O baixo poder aquisitivo do operariado, dos funcionários públicos e, da classe média denuncia a calamidade social de 5 por cento da população esbanjar o que é subtraído ao restante da população.

Quanto mais livre um País, mais consciente; quanto mais consciente, mais determinado; quanto mais determinado, mais responsável, mais participante. Objetivamente, o Brasil já dispõe de condições materiais para tornar menos penosa a vida de seus filhos e também para doar às gerações futuras encargos menos sacrificantes.

A riqueza anual do Brasil é da ordem de 60 bilhões de dólares. Se bem que como renda "per capita" ainda se encontre muito longe dos índices de países mais desenvolvidos, já possibilita o crescimento auto-sustentável do País, em termos de mercado interno global. A distribuição dessa riqueza anual é extremamente iníqua; impõe-se urgente correção, pois é na má distribuição que reside um dos problemas mais sérios e um dos desafios mais angustiantes. Sem xenofobismo anacrônico, o exame das Contas Nacionais prova que o capital estrangeiro, durante décadas, contribuiu em média com escassos 5% da poupança nacional, cabendo ao povo brasileiro 95% de economias necessárias

para fazer o País prosperar. Este é outro fato que testemunha as potencialidades nacionais para o crescimento. Antes, é preciso não esquecer e proclamar que durante longo período, da Colônia à República, a espoliação do capital internacional é justamente uma das causas impeditivas do maior crescimento da economia brasileira. Drena parte do esforço produtivo dos brasileiros, através da manipulação dos preços internacionais dos nossos principais produtos, pela remessa de lucros leoninos comparados com o capital importado. Esse "complot" alienígena contra a economia nacional cresceu assustadoramente de 1964 para cá.

O Programa do MDB postula que o desenvolvimento pode e deve prescindir do sacrifício dos pobres, sob a forma de contenção salarial. O progresso do País pode e deve repousar na economia das grandes empresas estatais, na economia do próprio Estado, na economia das empresas canalizadas para as atividades produtivas de interesse geral. O MDB condena, pois, a injusta distribuição da renda, pelo absoluto anacronismo de sua justificativa teórica e doutrinária, pelo total desrespeito às normas mais elementares da justiça social e pela própria ineficiência de tão iníquo mecanismo de distribuição da riqueza social.

A economia dos nossos dias, em escala mundial, baseia-se em grandes empreendimentos, grandes empresas. Isto é, em parte, uma exigência técnica, mas decorre também da forma e como se organiza a propriedade social da produção, sua repartição, seu controle. Na última década, boa parte do que se convencionou chamar "o modelo brasileiro de crescimento" não foi senão a aplicação das regras da concentração de capitais, e conseqüentemente da propriedade e da riqueza. Ela foi responsável pelas elevadas taxas de crescimento mas, também, pela concentração da renda, aumento das disparidades entre ricos e pobres, agravamento das carências alimentares, habitacionais, educacionais e médicas da maioria da população e pelo esbanjamento que caracteriza o modo de viver dos velhos e novos-ricos.

O MDB não defende um projeto de desenvolvimento anacrônico e socialmente injusto; propõe que se dinamize um processo de crescimento que reduza e afinal suprima as distâncias entre as categorias sociais dos brasileiros. A melhor forma de conciliar as exigências do processo produtivo com seu conteúdo social é aumentar o grau de controle da população sobre os meios de produção, fiscalizar as ações do próprio Estado e a participação dos trabalhadores nos rendimentos de seu trabalho. Numa economia que, por exigências técnico-sociais, tem que funcionar à base de grandes unidades de produção, comercialização e administração, a proposta progressista é o controle social da produção, o combate aos monopólios, a fiscalização eficiente do Estado, a participação de todas as categorias assalariadas nos benefícios da crescente produtividade.

O Programa do MDB se compromete com um projeto de desenvolvimento pleno e integrado, tendo como objetivo básico a melhoria das condições de vida do homem brasileiro. Não de um homem abstrato, das estatísticas "per capita", mas concretamente dos operários, dos funcionários públicos e da classe média, dos que foram marginalizados dos benefíios do progresso econômico na última década. É um programa difícil, muito mais difícil que as simples metas de crescimento que se apoiam numa liberalização dos lucros, na contenção dos salários e na desigualdade flagrante e ascendente dentro da própria sociedade brasileira. Distribuir com eqüidade os frutos do crescimento decorrerá da livre participação do povo na elaboração e execução dos projetos de desenvolvimento, através do livre debate, ausência de censura, poder emanado do povo.

diretamente e não por intermediações impostas, Poderes Legislativo e Judiciário independentes.

Se V., eleitor, concorda com as verdades que acaba de ler ou ouvir, com seu voto na legenda, nos candidatos a senador, a deputados federais e estaduais do MDB, contribuirá para torná-las realidade. Pela vinculação, a lei eleitoral obriga que o deputado federal e o estadual votados sejam DO MESMO PARTIDO, SOB PENA DE ANULAÇÃO. Vote em um Programa, vote com a Democracia, vote nos candidatos do MDB.

ARQUIVO PÚBLICO - PARANÁ -

POLÍTICA ECONÔMICO-SOCIAL E O MDB

A política econômico-social do último decênio no Brasil pode ser caracterizada numa frase: uma política antipovo. O Brasil apresenta o paradoxo de bom desempenho econômico, conseguindo altas taxas de crescimento da riqueza nacional, e uma progressiva pauperização de largas camadas de sua população. Não se trata de oposição demagógica: os indicadores econômicos-sociais fotografam o despropósito. Os níveis do salário real dos trabalhadores, a pirâmide de distribuição da renda, as taxas de mortalidade, os orçamentos da educação e da saúde, a insolvência dos mutuários do BNH para a compra da casa própria, a inflação disfarçada por estatísticas mentirosas e agora desmascaradas pelo estouro dos preços no primeiro semestre de 1974, tudo aponta para uma única conclusão: a inaceitabilidade da política econômica e social, sua natureza antipovo.

O "milagre brasileiro", apelido que se deu para as famosas taxas de crescimento dos últimos seis anos, foi realizado contra o povo. Privilegiou-se uma política econômica, cujo único objetivo foi crescer a qualquer preço. Ora, em um sistema econômico e social, quando se favorece uma das partes, a outra sai necessariamente prejudicada. No Brasil, nos últimos anos, ocorreu um retrocesso que, em termos históricos, pode ser definido como secular. Os trabalhadores tiveram o direito à greve suprimido, repudiando-se franquia que os países ocidentais mais industrializados já reconhecem há mais de cem anos e que a própria legislação brasileira anterior garantira. O direito de expressar descontentamento foi rotulado de subversão.

O crescimento do Produto Nacional Bruto foi o Moloch ao qual o povo brasileiro foi oferecido em sacrifício. Repressão salarial, encarecimento de todos os bens de consumo essencial do povo. Elevação das tarifas dos serviços públicos, foram os canais que levaram água ao moinho das grandes empresas estatais e privadas. Estas beneficiaram-se de todas as formas de incentivo: estímulo às exportações em detrimento do mercado interno (carne, calçados, tecidos, óleos vegetais, etc.): importações de bens de capital para a produção interna de bens supérfluos; subsídios ao turismo, classificado como de "interesse para o desenvolvimento econômico' ;endividamento externo para cobrir os deficits da balança comercial e de serviços e para alimentar fundos internacionais; formação de fundos fiscais compulsórios para fomentar a especulação nas Bolsas de Valores; empréstimos externos para promover a desnacionalização de vastos setores da economia e que serviram também para a especulação financeira; uma política externa comercial e financeira imprevidente, confiando na eternidade das boas condições do comércio internacional e da disponibilidade internacional de dinheiro.

Por alguns anos, a alquimia engodou e ganhou estatuto de ciência. Hoje, se vêm claramente os resultados da política econômica e social que o MDB vem denunciando há muito. Agora, se fazem sentir também seus efeitos deletérios posteriores sobre a própria possibilidade de dar continuidade ao crescimento. A

política comercial e financeira externa dá os seus frutos no deficit da balança comercial e de serviços, que já alcança dois bilhões de dólares no semestre, sendo provável que o País encerre o ano ascendendo a 4 bilhões de dólares. A política econômica interna, beneficiando certas formas de consumo e certos tipos de produção de bens – automóveis em detrimento dos transportes coletivos, rodovias em detrimento das ferrovias e do transporte marítimo – cobra seus direitos com a crise internacional do petróleo. Somente com o petróleo elevaram-se as despesas externas do País em cerca de 3 bilhões de dólares anuais, incompreensíveis, a curto prazo, só porque se descuidou da produção interna, enquanto a Petrobrás se lançava em um esquema de competição internacional. A intensificação da pesquisa interna, premida pelos acontecimentos, produz resultados que comprovam a calamitosa inércia anterior.

Atualmente, não é mais possível mentir sobre os preços internos, porque essa mentira já não prejudica somente ao povo, mas perturba a contabilidade das empresas, suas contas de lucros e perdas. A inflação real de quase 30% em 1973 que se procurou esconder artificialmente sob a cifra oficial de 14%, arromba as portas das estatísticas fabricadas, quando os preços elevaram-se em escalada em 1974. As importações continuam crescendo de taxas insuportáveis somente em ferro e aço o País gastará 600 milhões de dólares neste ano, valor suficiente para construir duas usinas equivalentes à Usiminas ou à Cosipa. Configura inviável política irrealista de preços das empresas estatais para subsidiar os fabricantes de automóveis, navios e eletrodomésticos.

O MDB denuncia a falácia de que é preciso concentrar agora para distribuir depois. Este é um processo que, se mantido, jamais poderá ser revertido em favor do povo, como o demonstra a experiência internacional. A Oposição recusa-se a jogar na Copa do Mundo do crescimento do Produto Nacional Bruto, mera acumulação material de riqueza sem objetivos humanos. Está empenhado na competição para tornar melhor a vida dos brasileiros e para fazê-los participantes de todas as conquistas morais, culturais e materiais que o mundo hoje é capaz de oferecer, consciente de que somente o próprio esforço nacional é capaz de nos pôr ao compasso da evolução mundial.

O Programa do MDB é, portanto, o de revisão drástica e urgente da política econômica e social posta em prática no último decênio. Há que soar de novo como palavra nobre e diretriz de ação os objetivos sociais do crescimento. Confiante na potencialidade de trabalho do povo brasileiro, sobejamente demonstrada em seus quase cinco séculos de existência, o MDB afirma que há que enfrentar corajosamente os desafios do presente e do futuro, sem imolar o presente em nome do futuro, mas principalmente sem que o sacrifício de muitos sirva para o esbanjamento de poucos.

O MDB prega a revisão drástica e imediata da política salarial, lutando por aumentos do salário-mínimo compatíveis com a taxa de inflação e por aumentos do salário real que incorporem o incremento da produtividade da economia nacional, em bases iguais ao aumento dos lucros.

O MDB defende a reorganização do movimento sindical, sem intervenções, nem "pelegos" oficiais.

O MDB batalha pela reincorporação social e política das grandes massas de trabalhadores rurais e urbanos; pelo prevalecimento dos conceitos de justiça social e pela garantia de acesso dos trabalhadores aos serviços de saúde, à educação, à cultura e à recreação.

O MDB prega alterações na política de incentivos fiscais, eliminando os subsídios a empreendimentos supérfluos, e reorientando os estímulos para que

deixem de ser mero expediente de concentração da renda e da propriedade, nas mãos dos grandes monopólios nacionais e internacionais.

O MDB defende a revisão da desastrosa política de endividamento externo e da ficção do crescimento das reservas monetárias. Preconiza a reorganização do sistema de poupança, tanto na captação como na aplicação, a fim de que os recursos do trabalho do povo não sirvam para a especulação financeira e para a concentração de riquezas.

Este é um programa difícil, que só pode ser levado avante com a livre participação popular, nunca por decisões "técnicas" ou autoritárias tomadas em gabinetes fechados, onde prevalece o interesse dos poderosos. O MDB tem consciência dos tropeços a enfrentar, mas está convencido que a vocação democrática se exercita identificando a enfrentando os problemas e não escamoteando-os. O MDB confia no êxito de uma gestão da economia e da sociedade nacionais, guiadas pela vontade popular, livremente expressa.

Se V., eleitor, concorda com as verdades que acaba de ler ou ouvir, com seu voto na legenda, nos candidatos a senador, a deputados federais e estaduais do MDB, contribuirá para torná-las realidade. Pela vinculação, a lei eleitoral obriga que o deputado federal, e o estadual votados sejam DO MESMO PARTIDO, SOB PENA DE ANULAÇÃO. Vote em um Programa, vote com a Democracia, vote nos candidatos do MDB.

DISTRIBUIÇÃO DE RENDA E O MDB

O processo de concentração das riquezas no Brasil pode ser medido através das estatísticas de distribuição da renda, isto é, de toda classe de rendimentos e remunerações da população. Os dados oficiais, baseados no Censo Nacional de 1970, realizado pela Fundação "Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)", revelaram que no decênio 1960/1970 a distribuição da renda no Brasil piorou consideravelmente, tendo ocorrido maior concentração em benefício dos grupos já mais ricos da sociedade, ao passo que os grupos mais pobres viram sua participação diminuir. Os números abaixo descrevem, sinteticamente, o fenômeno:

% da população	% Participação na renda total em 1960	% Participação na renda total em 1970
50% mais pobres	17,69	13,74
40% intermediários	43,44	37,74
10% mais ricos	38,87	48,35
	100,00	100,00

Separando-se grupos menores entre os 10% mais ricos:

5% mais ricos	27,35	36,25
1% mais ricos	11,72	17,77

Portanto, não houve melhoria sequer para os grupos intermediários. A concentração deu-se no topo da pirâmide, conforme a especificação para os 5% e 1% mais ricos permite verificar claramente. Diga-se de passagem que esses dados subsestimam o verdadeiro grau de concentração da riqueza no Brasil, pois se referem apenas à renda pessoal, sem incluir os lucros das empresas, uma vez que na composição da renda entram os salários, como rendimentos do trabalho, e somente a parcela dos lucros das empresas distribuídos aos acionistas, sob forma de dividendos, além de outros rendimentos, tais como honorários de profissionais liberais, aluguéis, etc. Por outro lado, nada indica que o quadro retratado pelo Censo de 1970 tenha se alterado nos três últimos anos, pois os salários, principal componente das chamadas "rendas do trabalho", continuam sendo determinados segundo as normas ditadas pela política econômica oficial. Desde 1964, ano de instituição da fórmula de cálculo para o reajustamento dos salários, estes têm sido calculados "por baixo" de seu valor real, tanto quanto o incremento de produtividade nacional, que deveria garantir ao trabalhador participação nos resultados do aumento da produção e o chamado "resíduo inflacionário", que supostamente contribuiria para manter o poder de compra do salário. Em todos estes anos, também em 1971, 1972, 1973 e agora em 1974, não apenas a inflação real foi maior que a inflação calculada na época dos reajustes, como o incremento da produtividade da economia brasileira tem sido

sempre superior àquela parcela que é incorporada ao salário do trabalhador. Nestas condições, não há como pensar que o crescimento econômico dos últimos anos possa ter corrigido as distorções apontadas pelo Censo de 1970 na distribuição da renda da população brasileira. Muito pelo contrário, sendo elevado o ritmo de crescimento e permanecendo inalterados os critérios de cálculo para reajustamento dos salários, é lícito concluir que a distribuição da riqueza está piorando.

Aliás, os dados da **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio,** referentes ao último quadrimestre de 1972, portanto dois anos após a realização do Censo de 1970, confirmam a cruel realidade. Dos 15,5 milhões de brasileiros empregados em 1972, e que recebiam salário somente em dinheiro, 6,7 milhões, ou seja 43,2%, ganhavam até 1 salário-mínimo. Efetuando-se os cálculos para incluir as pessoas empregadas que auferiam **até 2 salários-mínimos**, a cifra sobe para 75,4% dos brasileiros empregados. Somando-se aos trabalhadores que eram pagos somente em dinheiro, aqueles que recebiam parte em dinheiro e parte em bens, tem-se que os brasileiros assalariados, de ambos os sexos, formavam um contingente de quase 18 milhões de pessoas. Deste total, quase 8,8 milhões ou 49% recebiam até um salário-mínimo; 14 milhões ou 78,1% ganhavam até dois salários-mínimos. O quadro é indesmentível e desmoraliza as róseas previsões oficiais e os arautos da desigualdade como **mecanismo inicial de crescimento.** Longe disso, quando se instaura um processo de crescimento apoiado em precedimentos desnivelados, somente se pode esperar, já que o processo é cumulativo, um agravamento das desigualdades iniciais.

A melhoria da distribuição da renda no Brasil não poderá realmente ocorrer se não for corrigida a atual política salarial.

Não há escamoteação possível: os salários são o componente fundamental dos rendimentos da maior parte da população brasileira e os aumentos salariais, **perfeitamente compatíveis** com os incrementos de produtividade da economia, são o único caminho para modificar essa situação injusta, sem gerar pressões inflacionárias. Teorizações encomendadas, que afirmam ser a distribuição da renda determinada pelo nível de educação, são elementares e não passam de uma tautologia apoiada na alta correlação estatística entre nível de renda e nível de educação. O que determina a renda de uma população é, em primeiro lugar, a produtividade de sua economia, e o que determina os níveis ou a distribuição da renda é o acesso à propriedade e ao capital. Mesmo as categorias de trabalhadores mais bem pagos estão ainda assim sendo pagos abaixo do que realmente vale seu trabalho. Entre 1969 e 1972, o incremento global do produto "per capita" da economia nacional, medida singela do incremento da produtividade , foi de 27,8%, enquanto o índice de aumento da produtividade calculado pelas autoridades, para efeito de reajustamento dos salários, chegou apenas a 13.5%, isto é, o trabalhador brasileiro se beneficiou apenas da metade do aumento de produtividade.

O Programa do MDB se compromete com política salarial que dê poder de compra aos trabalhadores e funcionários públicos não só para custeio de seu bem-estar, como também criação de mercado interno que garanta a estabilidade e expansão da economia nacional.

Se V., eleitor, concorda com as verdades que acaba de ler ou ouvir, com seu voto na legenda, nos candidatos a senador, a deputados federais e estaduais do MDB, contribuirá para torná-las realidade. Pela vinculação, a lei eleitoral obriga que o deputado federal e o estadual votados sejam DO MESMO PARTIDO, SOB PENA DE ANULAÇÃO. Vote em um Programa, vote com a Democracia, vote nos candidatos do MDB.

CUSTO DE VIDA, ESPOLIAÇÃO SALARIAL E O MDB

No Brasil, os salários e vencimentos sobem pela escada (quando sobem), enquanto o custo de vida sobe vertiginosamente pelo elevador. É desesperadora a situação do operário, que em geral recebe salário-mínimo, quando isso ocorre, para se concluir que o custo de vida atinge níveis insuportáveis, principalmente devido à compressão salarial. Isto ocorre com os servidores públicos, em tantos casos subassalariados.

A carne, o feijão, o arroz, o óleo, os legumes e até mesmo as verduras estão sendo vendidos a preços inacessívis à bolsa do pobre. Que dizer então dos remédios, do vestuário, do transporte, da educação?

Se é verdade que as taxas do Produto Interno Bruto crescem, no entanto são cada vez piores as condições de vida do povo. Este, subnutrido e impedido de alimentar-se condignamente, é a grande e injusta vítima de uma política inumana, que desconhece o homem e suas necessidades fundamentais.

Daí, portanto, ser imprescindível que o Governo tome medidas que minorem o sofrimento do povo, pelo menos com a contenção do custo de vida e a elevação dos salários dos trabalhadores e dos vencimentos dos servidores públicos.

Impõe-se corrigir a injustiça dos que ganham pouco e têm prole numerosa, dos que dependem de pensões e aposentadoria, dos que, como viúvas e órfãos, vivem de pequenas rendas. Pois o ganho do trabalhador, além de irrisório, não se destina exclusivamente à alimentação. Ele deve ser dividido e subdividido para a aquisição de tudo o que é indispensável.

Aumentar o poder aquisitivo do povo significa, em primeiro lugar, fazer justiça a quem, com seu trabalho, constrói a riqueza da Nação, e, depois, com benefício de todos, transformá-lo em consumidor.

Na cidade de São Paulo, a mais rica do país, é a seguinte a estrutura do orçamento doméstico (*):

TIPO DE DESPESA	1958	1969/1970	
	%	Cr$	%
ALIMENTAÇÃO	45,00	247,43	39,0
Habitação	30,0	149,12	23,5
Vestuário	10,0	51,43	8,1
Saúde	4,0	22,74	3,6
Higiene pessoal	1,5	7,56	1,2
Limpeza doméstica	3,0	10,49	1,7
Equipamento doméstico	3,0	41,29	6,5
Transporte	2,0	56,03	8,8
Educação e cultura	1,0	22,18	3,5
Recreação e fumo	0,5	26,08	4,1
	100,0	634,37	100,0

(*) "Família assalariada, padrão e custo de vida", Estudos, Sócio-econômicos, no. 2, janeiro de 1974, DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos). Nessa pesquisa foram entrevistados 1.062 chefes-de-família assalariados, segundo amostra aleatória.

Estes dados aparentemente indicariam uma melhoria das condições de vida da família trabalhadora, na medida em que as despesas com alimentação e habitação decresceram no período de 1958 a 1970. Tal fato significaria que as famílias estudadas contavam com mais recursos para aplicar nos itens educação, vestuário e recreação, importanto em melhoria geral da qualidade de vida. Contudo, uma análise mais cuidadosa demonstrará que o gasto com o item habitação diminuiu pela construção de casas próprias pela família trabalhadora, freqüentemente com recursos ao "mutirão" (trabalho coletivo e voluntário de vizinhos), nos bairros da periferia e em ruas sem calçamento, esgoto e demais serviços básicos, enquanto que na amostra de 1958 a população entrevistada predominantemente pagava aluguéis.

Estruturas dos orçamentos por classes de renda mensal – 1969/1070 (em %).

	Extrato inferior	Extrato médio	Extrato superior	Total
Alimentação	48,1	42,5	30,4	39,0
Habitação	20,1	21,4	27,7	23,5
Vestuário	6,9	8,5	8,3	8,1
Saúde	2,5	3,5	3,7	3,6
Higiene pessoal	1,1	1,2	1,2	1,2
Limpeza doméstica	2,0	1,8	1,3	1,7
Equipamento doméstico	6,7	7,0	5,8	6,5
Transporte	5,8	7,0	12,5	8,8
Educação e Cultura	2,2	28	5,0	3,5
Recreação e fumo	3,6	4,3	4,1	4,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0
	(Salário média Cr$ 349,52)	(Salário média: Cr$ 605,45)	(Salário média: Cr$ 1.167,00	

Decompondo os itens a serem custeados pelos salários figurados, de Cr$ 349,00; Cr$ 605,00 e Cr$ 1.167,00, resulta a seguinte tabela, cujos quantitativos mensais e diários testemunham a absoluta impossibilidade de atender às necessidades vitais de uma família média brasileira, composta de seu chefe, a dona-de-casa e quatro filhos.

ARQUIVO PÚBLICO PARANÁ

ESPECIFICAÇÃO	ESTRATO INFERIOR Salário Cr$ 349,00 MEDIA			ESTRATO MÉDIO Salário Cr$ 605,00 MÉDIA:			ESTRATO SUPERIOR Salário Cr$ 1.167,00 MÉDIA:		
	%	Mês	Dia	%	Mês	Dia	%	Mês	Dia
Alimentação	48,1	176,87	5,59	42,5	257,12	8,57	30,4	354,80	11,83
Habitação	20,1	70,15	2,34	21,4	129,47	4,31	27,7	323,25	10,77
Vestuário	6,9	24,08	0,80	8,5	51,43	1,72	8,3	96,86	3,23
Saúde	3,5	12,21	0,41	3,5	21,17	0,71	3,7	43,17	1,44
Higiene pessoal	1,1	3,84	0,13	1,2	7,26	0,24	1,2	14,00	0,47
Limpeza doméstica	2,0	6,98	0,23	1,8	10,89	0,36	1,3	15,17	0,50
Equipamento doméstico	6,7	23,38	0,78	7,0	42,35	1,41	5,8	67,69	2,26
Transporte	5,8	20,24	0,67	7,0	42,35	1,41	12,5	145,87	4,86
Educação e cultura	2,2	7,68	0,26	2,8	16,94	0,57	5,00	58,35	1,94
Recreação e fumo	3,6	12,57	0,42	4,3	26,02	0,87	4,1	47,84	1,60
Total	100,0	349,00	11,63	100,0	605,00	20,17	100,00	1.167,00	38,90

Observa-se no quadro acima que os gastos com alimentacão do extrato inferior aumentam de 3% em relação ao mesmo item da amostra de 1958 (quadro 1), enquanto diminuem apenas de 2,5% no extrato médio. Consequentemente, tomando-se uma posição intermediária entre os gastos com alimentação dos extratos inferior e médio, tem-se um nível aproximado ao de 1958. Isso indicaria que doze anos após intenso crescimento industrial e de aumento de produtividade, os assalariados de baixa renda são sacrificados. Assinale-se também que a família assalariada, para acompanhar a modernização da vida urbana, tem aumentado seus gastos em equipamentos domésticos (TV, geladeira etc.) e transporte em detrimento das despesas com vestuário, saúde e higiene pessoal. Assim, estes últimos decrescem, entre 1958 e 1969/1970, no extrato inferior de 10,0% para 6,9% (vestuário), de 4,0% para 3,5% (saúde) e de 1,5% para 1,1% (higiene pessoal), decrescendo igualmente caso se considere os dados gerais da amostra (comparem-se os quadros I, II, e III).

A Constituição Federal assegura ao trabalhador, em seu artigo 165, inciso I. "salário-mínimo capaz de satisfazer, conforme as condições de cada região, às suas necessidades normais e as de sua família". E a CLT, em seu artigo 76, regulamenta a questão: "Salário-mínimo é a contraprestação devida e paga diretamente pelo empregador a todo trabalhador, inclusive ao trabalhador rural, sem distinção de sexo, por dia normal de serviço, capaz de satisfazer numa determinada época e região do país, as suas necessidades normais de alimentação, habitação, vestuário, higiene e transporte."

De acordo com a legislação do trabalho no Brasil, até 1964, o salário mínimo era determinado por Comissão composta de empregados, empregadores e técnicos do Estado. Entretanto, em 11 de dezembro de 1966, pela lei 4,589. essa Comissão foi dissolvida, e os reajustes passaram a ser determinados por critérios desconhecidos, formulados por técnicos do Departamento Nacional do Salário.

Em 1938, foi estabelecida por lei a chamada "ração-básica", isto é, as quantidades mínimas de alimentos necessárias à sobrevivência do trabalhador e de sua família.

A preços de março de 1974, em São Paulo, a aquisição da "ração mínima" pelo trabalhador custaria Cr$ 229,98, conforme se vê na tabela que se segue.

PRODUTOS	QUANTIDADE	Preço Médio (Cr$)	Quantidade x Preço (Cr$)
Carne	6,0 kg	14,29	85,74
Leite	7,50 l	1,20	9,00
Feijão	4,50 kg	3,13	14,09
Arroz	3,00 "	2,83	8,49
Farinha de trigo	1,50 "	2,18	3,27
Batata	6,00 "	2,13	12,78
Tomate	9,00 "	3,39	30,51
Pão	6,00 "	3,73	22,38
Café (pó)	7,5 "	1,80	13,50
Banana	0,600 Dz	9,00	5,40
Açúcar	3,00 kg	1,28	3,84
Banha	0,750 kg	11,25	8,44
Manteiga	0,750 kg	16,72	12,54
Total			229,98

FONTES: DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos.

Portanto, só a alimentação indispensável à "ração mínima", em termos oficiais, CONSOME QUASE TODO SALÁRIO - MÍNIMO, QUE É DE CR$ 312,50. Considerando-se uma família trabalhadora composta de quatro pessoas (casal e dois filhos menores, que corresponderiam ao consumo de um adulto), quando só o marido trabalhe, verifica-se que só para o atendimento das necessidades mínimas de alimentação o cabeça do casal deveria ganhar Cr$ 689,94 mensais, ou seja, mais do que o dobro do salário-mínimo vigente em São Paulo em março deste ano (Cr$ 312,50). Sabendo-se que uma família de renda mensal inferior a Cr$ 500,00, gasta cerca de 48% dos seus rendimentos em alimentação, verifica-se quanto seu consumo se afasta do que a lei considera o mínimo essencial. A cesta de consumo individual no valor de Cr$ 229,98, na verdade, destina-se a toda a família. Daí a subnutrição, ou seja, a fome crônica. Dessa forma, o crescimento relativo dos gastos dos itens restantes do orçamento doméstico:

– educação, recreação, transporte só são possíveis por uma redução ainda maior da despesa familiar com alimentação. Contudo, embora abaixo das necessidades mais elementares para sustento de um trabalhador e de sua família, o salário-mínimo ainda representa para milhões de trabalhadores brasileiros um ideal a atingir. O quadro até aqui exposto ganha uma dimensão mais concreta quando cotejado com o salário mensal dos brasileiros que vivem do seu trabalho:

BRASIL: SALÁRIO MENSAL DOS EMPREGADOS
RECEBEENDO SOMENTE EM DINHEIRO – 1972

CLASSES DE SM	No. Empregados	%	% Acumulada
Até 1/4 do SM	951.844	6,1	6,1
Mais de 1/4 1/2 SM	2.061.394	13,3	19,4
Mais de 1/2 a 1 SM	3.673.224	23,7	43,1
Mais de 1 a 2 SM	4.977.942	32,2	75,3
Mais de 2 a 3 SM	1.720.209	11,1	86,4
Mais de 3 a 5 SM	1.032.087	6,7	83,1
Acima de 5 SM (1)	1.058.941	6,8	100
Total	15.475.641	100,0	

(1) Agrupados apenas para encurtar a tabela. Inclui 26.861 que não declararam. A sigla SM abrevia "Salário-mínimo".

FONTES: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 4o. trimestre de 1972.

A população assalariada – urbana e rural –, apesar de algumas estatísticas oficiais e dos discursos autojustificadores, se situa predominantemente – 75,3% – entre os que ganham de 1/4 até 2 salários-mínimos. É trágico ainda observar que quase metade dos empregados – 43,1% – tem seu padrão de remuneração inferior ou igual ao mínimo. Assim, ao contrário do que se diz, o salário-mínimo representa de forma predominante a remuneração do trabalhador brasileiro.

Resulta que apenas 13,5% do total da população assalariada – com salários superiores a três salários-mínimos-poderão ser considerados como beneficiários da atual expansão industrial, e isso na medida em que se emancipem de uma vida puramente vegetativa, contando com recursos para a educação, habitação e outras necessidades condignas, inclusive aparatos necessários à vida industrial, com TV, eletrodomésticos, etc.

Esses dados são ainda mais terríveis quando se referem ao trabalho feminino, conforme se verifica no quadro abaixo. Observe-se que 53,4% da população feminina empregada têm como limite máximo o salário-mínimo, enquanto que cerca de 30% ganham apenas metade do mínimo legal.

BRASIL: SALÁRIO MENSAL MÃO-DE-OBRA FEMININA, RECEBENDO SOMENTE EM DINHEIRO – 1972

CLASSES SM	No. Empregados	%	% Acumulada
Até 1/4 SM	500.890	12,7	12,7
Mais de 1/4 até 1/2 SM	618.133	15,7	28,4
Mais de 1/2 e 1 SM	981.702	25,0	53,4
Mais de 1a. 2 SM	1.151.594	29,3	82,7
Mais de 2 a 3 SM	338.392	8,6	91,3
Mais de 3 a 5 SM	186,460	4,7	96,0
Acima de 5 SM (1)	152.584	3,9	100
Total	3.929.755	100	

(1) Agrupados apenas para encurtar a tabela; inclui 10.842 que nao declararam. SM é abreviatura de salário-mínimo.

FONTE: PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – 4o. trimestre de 1972

Distinguindo-se o trabalho urbano do rural, as disparidades existentes testemunham a natureza real do "milagre" econômico brasileiro. Os dados a seguir informam que 53,8% da população empregada no campo ganham entre 1/4 e 1/2 do salário-mínimo, enquanto que somente cerca de 10% atingem cifras superiores ao mínimo legal.

BRASIL: ATIVIDADES AGRÍCOLAS; SALÁRIO MENSAL DOS EMPREGADOS RECEBENDO SOMENTE EM DINHEIRO – 1972.

CLASSES DE SM	No. Empregados	%	% Acumulada
Até 1/4 SM	410.963	14,2	14,2
Mais de 1/4 a 1/2 SM	1.149.103	39,6	53,8
Mais de 1/2 a 1 SM	1.044.750	36,0	89,8
Mais de 1 a 2 SM	266.257	9,2	99,0
Mais de 2 a 3 SM	17.666	0.5	99,5
Mais de 3 a 5 SM	7.133	0,2	99,7
Acima de 5 SM (1)	8.412	0,3	100
Total	2.904.284	100,0	

(1) Agrupadas para encurtar a tabela; inclui 3.725 que não declararam.

FONTE: PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – SM é sigla do salário-mínimo – 4o. trimestre de 1972.

Note-se que essa situação coincide como "boom" das exportações brasileiras de soja, carne, couro, café, açúcar, e com a capitalização das unidades produtivas, transformando as velhas fazendas de tipo colonial em modernas "fábricas" agrárias. O trabalhador rural não é beneficiário da modernização da agricultura. Expelidos da zona rural para a periferia das cidades, constituem a classe miserável dos "bóias frias", trabalhadores errantes que nem sequer mantêm vínculo empregatício com os proprietários das fazendas, sendo pagos através dos motoristas de caminhões que transportam.

O desenvolvimento industrial brasileiro tem muitos artífices, o empresário, o técnico e o homem de Estado. Independentemente da avaliação da importância de cada um no processo de industrialização, não se pode ignorar, que o trabalhador é protagonista de importância decisiva na expansão industrial. O quadro apresentado a seguir demonstra a enorme desproporção existente entre sua participação na produção industrial e nos benefícios que dela resultam. 83,5% dos trabalhadores industriais ganham até 3 salários mínimos, quantia que lhes permite apenas repor as energias gastas. Vale notar, além disso, que 30,9% da população empregada na indústria de transformação percebem entre 1/4 a 1 salário-mínimo e que a classe de salário-mínimo mais representativa – 39,5% – se situa entre os que recebem de 1 a 2 salários mínimos.

BRASIL: INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO; SALÁRIO MENSAL DOS EMPREGADOS RECEBENDO SOMENTE EM DINHEIRO – 1972

CLASSES DE SM	No. Empregados	%	%Acumulada
Até 1/4 SM	74.978	2,1	2,1
Mais de 1/4 a 1/2 SM	214.168	6,0	8,1
Mais de 1/2 a 1 SM	807.054	22,8	30,9
Mais de 1 a 2 SM	1.400.483	39,5	70,4
Mais de 2 a 3 SM	465.875	13,1	83,5
Mais de 3 a 5 SM	293.601	8,3	91,8
Acima de 5 SM (1)	289.501	8,2	
Total	3.545.660	100	100

(1) Agrupados apenas para encurtar a tabela: inclui 4.341 que não declararam. SM é sigla indicativa de salário-mínimo.

FONTE: PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – 4o. trimestre de 1972.

O MDB tem como ponto programático a ampliação da riqueza nacional através da industrialização e da modernização de todos os setores da economia Mas a expansão da riqueza só terá sentido na medida em que for acumulada em favor de toda a população, em particular daqueles que cotidianamente a produzem com seu trabalho. Os dados condenam o modelo de desenvolvimento que ignora o esforço dos seus maiores responsáveis – os trabalhadores urbanos e

rurais. A espoliação salarial, aliada à ausência de liberdade, em particular a liberdade sindical e a de informação, é responsável pela atual estrutura de privilégios, que mantém rebaixadas as condições de vida dos produtores diretos da riqueza nacional.

Se V., eleitor, concorda com as verdades que acaba de ler ou ouvir, com seu voto na legenda, nos candidatos a senador, a deputados federais e estaduais do MDB, contribuirá para torná-las realidade. Pela vinculação, a lei eleitoral obriga que o deputado federal e o estadual votados sejam DO MESMO PARTIDO, SOB PENA DE ANULAÇÃO. Vote em um Programa, vote com a Democracia, vote nos candidatos do MDB.

ARQUIVO PÚBLICO PARANÁ

O FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO E O MDB

De acordo com a exposição de motivos que acompanhou o anteprojeto de lei ao Congresso Nacional, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) foi criado para devolver a harmonia social às empresas, incrementar a produtividade do trabalhador e beneficiar o assalariado com uma estabilidade de fato. A alegação se fundava na assertiva de que a lei da estabilidade criava tensões entre patrão e empregado, na medida em que aquele impedia que este atingisse os 10 anos de tempo de serviço. Por outro lado, alegava-se que o trabalhador estável tendia ao desleixo funcional e à indisciplina, seguro de que só poderia ser demitido através de decisão da Justiça do Trabalho. A legislação do FGTS, segundo seus autores, viria corrigir essas distorões, eliminando os motivos pelos quais o empregador dispensava os trabalhadores, ao passo em que criava para estes uma série de medidas de proteção econômica.

Entretanto, sete anos após a implementação do FGTS, é fácil perceber as conseqüências da inovação legal. A rotatividade da mão-de-obra intensificou-se, atingindo índice alarmante. É certo que o FGTS não criou a rotatividade, que já existia antes. No entanto, é verdade também que, eliminando a indenização por tempo de serviço, a lei do FGTS facilitou imensamente para as empresas a dispensa em massa, de trabalhadores. E, o que é mais grave, essa dispensa passou a ter alta incidência na época dos reajustes salariais. Na prática, conseqüentemente, o FGTS é o cúmplice da espoliação da população que vive de salários. Vejamos como isso se dá. Antes do FGTS, nos meses que antecediam os reajustes salariais, as empresas procuravam dispensar a parte dos trabalhadores com pouco tempo de serviço, contratando mais tarde novos trabalhadores, que não se beneficiariam do aumento concedido. Mas tinham que pagar indenização aos trabalhadores demitidos. Dessa forma, o limite de dispensas "rentáveis" era dado pelo montante das indenizações devidas. Seu valor não poderia superar o que a empresa economizaria com a contratação de novos empregados, com salários inferiores aos que seriam pagos em conseqüência do reajuste. Esse procedimento estava sujeito a um sistema de freios, representado pela indenização por tempo de serviço, que podia tornar antieconômico uma quantidade de dispensa acima de um dado nível. Ora, o FGTS aboliu esses freios, criando um fundo fora da contabilidade das empresas, que possibilita a dispensa de trabalhadores sem ônus suplementar para o empregador. Dessa forma, na ocasião dos reajustes salariais, as empresas podem demitir livremente seus empregados, evitando o pagamento dos mesmos. Através dessa fórmula, são burlados os já ridículos reajustes salariais decretados pelo governo.

Os casos dos cobradores "A" e "B", que tiveram sua carteira de trabalho analisada pelo DIEESE – Departamento Industrial de Estatística e Estudos Econômicos – demonstram:

Salário por hora do cobrador "A"

Maio/66	0,40	1a. empresa
Julho/66	0,48	
Maio/67	0,60	
Maio/68	0,75	
Maio/69	0,93	Despedido
Agosto/69	0,75	Contratados pela 2a. empresa
Outubro/69	0,77	
Fevereiro/70	0,80	Despedido em 1969, é contratado pela
Maio/70	0,99	2a. empresa por um salário mais baixo
Maio/71	1,21	
Maio/72	1,50	
Maio/73	1,75	Despedido
Dezembro/73		Despedido em 1973, é contratado pela 3a. empresa por um salário 26 por cento inferior

Observa-se, que, no período de 7 anos e 7 meses, o cobrador "A" trabalhou em 3 empresas. Cada vez que foi despedido, só encontrou emprego por salário inferior ao que estava recebendo no emprego anterior. O mesmo se observa em relação ao cobrador "B".

Salário por hora do cobrador "B"

Julho/66	0,30	
Outubro/66	0,48	Ganhando menos que o mínimo em junho/66, muda de emprego.
Abril/67	0,44	Mandado embora pela 2a. empresa, é
Junho/67	0,48	reempregado por um salário inferior, por 3a. empresa.
Março/68	0,48	Despedido pela 3a. empresa, reempre-
Maio/68	0,60	ga-se pelo mesmo salário na 4a. empre-
Janeiro/69	0,75	sa.
Maio/69	0,90	
Maio/70	1,08	
Dezembro/70	0,78	Reemprega-se com salário inferior
Fevereiro/71	0,90	
Maio/71	1,10	
Junho/71	0,94	Mandado embora em maio/71 é admi-
Agosto/71	0,98	tido por Cr$ 0,94 a hora pela mesma
Maio/72	1,21	empresa que em maio de 1970 lhe pa-
Março/73	1,33	gava Cr$ 1,08 a hora.
Maio/73	1,41	

Os dados acima comprovam com o mecanismo de rotatividade, altamente estimulado pela lei que criou o FGTS, exerce papel decisivo na espoliação salarial do trabalhador, burlando inclusive as taxas de reajustes salariais decretadas pelo governo. Um cobrador que iniciasse suas atividades em 1.965, se permanecesse na mesma empresa até 1.973, se beneficiaria dos oito reajustes anuais da categoria, fazendo jus a um salário-hora de 1,78, superior em Cr$ 0,48 ao salário-mínimo por hora (Cr$ 1,30 em 1973). Enquanto isso, o cobrador "A", pelas sucessivas dispensas constantes em sua vida profissional, ganha em 1973 apenas o salário-mínimo por hora de Cr$ 1,30, percebendo o cobrador "B" um pouco acima disso, mas Cr$ 0,37 inferior ao que receberia, não fossem as várias dispensas que aviltaram seu salário.

Entre os trabalhadores metalúrgicos e os têxteis, na cidade de São Paulo, verifica-se para os primeiros, no período 1966 e 1973, um aumento de mais de 100% do total de dispensas, e de 300% em relação aos últimos. Esse aumento espetacular das dispensas não é devido nem a interesse de racionalização da produção, nem a crise econômica dos setores, que continuam em expansão. Vinculam-se, isso sim, à manobra destinada a fraudar os reajustes salariais das categorias, tornada possível graças ao FGTS.

Mas as repercussões do FGTS não são apenas salariais. Elas se fazem sentir no mercado de trabalho, contribuindo para afastar da produção os trabalhadores mais velhos ("velhos" no mundo da indústria são todos os que têm mais de 35 anos de idade). Finalmente, a rotatividade da mão-de-obra, estimulada pelo FGTS, influi negativamente sobre a capacidade associativa dos trabalhadores uma vez que a sindicalização está intimamente ligada ao tempo de permanência do trabalhador na empresa, com verificamos abaixo segundo pesquisa realizada pelo DIESSEE entre trabalhadores químicos na cidade de São Paulo, em 1972.

% DOS TRABALHADORES SINDICALIZADOS POR CLASSE DE SALÁRIO E TEMPO DE SERVIÇO

TEMPO DE SERVIÇO EM ANOS / CLASSES DE SALÁRIO	–1	1 a 3	3 a 5	5 a 9	10 e +	Total
226,01 a 394,83	5	22	26	17	30	100
394,84 a 564,06	3	17	17	19	44	100
564,07 a 620,47	–	–	21	25	54	100
620,48 a 676,88	–	–	–	40	60	100
676,89 e mais	–	–	14	14	72	100

O MDB denuncia as lacunas do FGTS e reivindica que seja eliminada a dispensa arbitrária para burlar os reajustes salariais. Para a dispensa se efetuar, torna-se imperativo que seja invocado motivo justo, de ordem econômica ou funcional, o qual deve ser julgado por comissão paritária, composta de representantes do Ministério do Trabalho, de empregados e empregadores, como ocorre nos países industrializados.

Se V; eleitor, concorda com as verdades que acaba de ler ou ouvir, com seu voto na legenda, nos candidatos a senador, a deputados federais e estaduais, do MDB, contribuirá para torná-las realidade. Pela vinculação, a lei eleitoral obriga que o deputado federal e o estadual votados sejam DO MESMO PARTIDO, SOB PENA DE ANULAÇÃO. Vote em um Programa, vote com a Democracia, vote nos candidatos do MDB.

O INPS E O MDB

Dados oficiais, amplamente divulgado pela imprensa, revelaram que três quartos da assistência médico-hospitalar propiciada ao povo brasileiro são proporcionados pelas Santas Casas de Misericórdia e instituições particulares. De quatro milhões de brasileiros hospitalizados em 1971, três milhões foram por elas atendidos, apenas um milhão coube ao INPS.

Em 1973, o INPS era responsável pela assistência médica de quase 12 milhões de segurados, que somados a seus beneficiários, constituíam um contingente de aproximadamente 45 milhões de brasileiros. A estes o INPS prestou apenas 10% de serviços próprios, contra 90% de serviços contratados.

A prática generalizada de convênios com hospitais privados levou a graves distorções. Períodos de internamento artificialmente prolongados, para aumentar as diárias; internamentos desnecessários e até mesmo falsos; receitas de medicamentos mais caros, para fazer crescer o montante pago pelo INPS aos hospitais, por conta dos gastos com remédios; e até mesmo a realização de intervenções cirúrgicas desnecessárias, para que sejam maiores os lucros dos estabelecimentos médicos privados. Como o INPS dispende mais dinheiro com serviços médicos mais complexos, operações de amígdalas, apêndice e cesareanas tornaram-se mais lucrativas. Em 1971, as estatísticas revelaram que 16% dos segurados atendidos por hospitais contratados foram submetidos a operações cesareanas, contra 9% dos internados nos hospitais do próprio INPS.

A Oposição combate essa prática, principalmente pelo alto percentual da assistência contratada e pelos abusos não prevenidos, nem corrigidos.

É notório, por outro lado, que o INPS possui o terceiro orçamento da República. Essa receita monumental contrasta dramaticamente com a assistência médico-hospitalar que dá a seus milhões de segurados e respectivas famílias. É evidente que há erros terríveis na Previdência Social.

É claro que o INPS é uma necessidade. Mas claro é também que deve ser melhorado, atualizado, aparelhado para cumprir suas finalidades. Para isso recebe verbas gigantescas. Fisicamente se constata essa calamitosa situação, através de uma visita aos hospitais e ambulatórios do Instituto, onde as filas se organizam de madrugada e se prolongam, intermináveis, por todo o dia, dando voltas nos quarteirões. Todos sabem que é impraticável um internamento imediato e que exames médicos só são realizados após meses de espera. Ninguém ignora o volume de atendimento a que estão forçados seus médicos, tornando impossível exames e assistência regulares, por não serem em número suficiente e não serem atrativos os vencimentos.

A Oposição reclama melhor e mais rápida assistência pelo INPS aos trabalhadores do País, com a aplicação correta e não malbaratada do dinheiro público.

Comparem-se o custo e a eficiência da assistência do INPS com a prestada pelas entidades particulares. O MDB não pede milagre aos governantes atuais em matéria de previdência social. Reclama bom emprego desse dinheiro, com

administração responsável. Reclama que tenha acesso à imprensa, ao rádio e à televisão para críticas, graves denúncias, sugestões em matéria previdenciária. O segredo e a censura abafam o grito dos prejudicados, emudecem as reclamações, estimulam e tornam impunes os desmandos, a negligência, a improbidade, o desinteresse frente à dor, à doença e ao perigo de vida de milhões de brasileiros.

Contra isso está o MDB. Isso tem sido denunciado diuturnamente pelo MDB. O MDB quer que o trabalhador e sua família sejam o fim do INPS e não mero meio para auferir recursos.

Se V., eleitor, concorda com as verdades que acaba de ler ou ouvir, com seu voto na legenda, nos candidatos a senador, a deputados federais e estaduais do MDB, contribuirá para torná-las realidade. Pela vinculação, a lei eleitoral obriga que o deputado federal e o estadual votados sejam DO MESMO PARTIDO, SOB PENA DE ANULAÇÃO. Vote em um Programa, vote com a Democracia, vote nos candidatos do MDB.

ARQUIVO PÚBLICO PARANÁ

A HABITAÇÃO POPULAR E O MDB

O Banco Nacional de Habitação foi fundado em 1964, com o objetivo básico de possibilitar a construção de casas populares, destinadas às camadas mais pobres da população brasileira. Secundariamente, tendo em vista a conjuntura de crise econômica que o País enfrentava naquele período, para gerar estímulos à indústria de construção civil, concorrendo para empregar contingentes menos qualificado da mão-de-obra nacional, contribuindo, assim, para a reativação da economia como um todo. Convém não perder de vista, entretanto, que esse segundo objetivo era meramente conjuntural. A finalidade precípua do Banco foi contribuir para a solução do problema da habitação popular no Brasil.

O transcurso de 10 anos prova que o BNH foi sendo gradualmente desviado de sua missão. Passou a financiar principalmente habitações para a classe média, quando não para as pessoas mais ricas do País, assim como obras de água, esgoto, e mais recentemente, de urbanização. Estas últimas são, não padece dúvida, de grande alcance público, mas contam com recursos e fontes específicos para custeá-las. Há até quem considere, hoje, o BNH precipuamente um banco de desenvolvimento urbano, como se pode deduzir pelas palavras de autoridades governamentais e de seus próprios administradores.

Entre 1964 e 1973, o BNH financiou a construção de 961.000 residências ou novas habitações no Brasil. Destas, cerca de 250.000 podem ser consideradas habitações populares, compradas por pessoas cuja renda atingia no máximo a 3 salários-mínimos mensais. Ora, basta confrontar essas cifras com a realidade da remuneração dos trabalhadores brasileiros, para constatar o profundo desvio da política e da atuação concreta do BNH, que foi criado especificamente para proporcionar a moradia popular. Dos 15,5 milhões de brasileiros assalariados em 1972, 86% deles recebiam remuneração até 3 salários-mínimos. Assim, enquanto apenas 26% das novas habitações financiadas pelo BNH destinaram-se às pessoas e/ou famílias cujos rendimentos situavam-se até 3 salários-mínimos, estas formavam 8% do contingente de assalariados no Brasil. A distorção será ainda maior se for considerado o número total de pessoas ocupadas no Brasil, ganhando, além de salários, outras formas de rendimentos.

Os tecnocratas responsáveis pela política de habitação, constatando que as classes de baixas rendas têm dificuldade, senão impossibilidade, de pagar as prestações fixadas sem critério social, passaram a orientar as aplicações do BNH pelas regras de mercado, esse Moloch ao qual se imolam todos os objetivos do crescimento econômico no Brasil do último decênio. Sem diminuir a culpa que cabe à tecnocracia oficial, alienada, doutrinária e socialmente, é preciso reconhecer e denunciar que a distorção das atividades do Banco Nacional de Habitação resulta principalmente da condução e dos rumos da política econômica. As autoridades governamentais, provada a impossibilidade de resolver o problema da habitação pela ortodoxia dos cânones bancários, não tentaram corrigir a atuação do BNH. Ignoraram o drama de milhões de

brasileiros e dirigiram os recursos do BNH para os chamados investimentos rentáveis, ligados ao crescimento do Produto Interno Bruto e às atividades industriais. Para tanto, criaram-se fundos, destinados a incentivar a indústria de materiais de construção. Esta, norteando também suas aplicações pelos critérios de rentabilidade, preferiu dedicar-se à produção de materiais de construção mais sofisticados, para atender à demanda das classes com mais recursos. A impotência do BNH como instituição financeira destinada a solucionar o problema da habitação popular retrata o estilo de crescimento econômico da última década: concentracionista, excludente, repressor dos aumentos do salário real, baseados no aumento das desigualdades sociais.

A política do BNH é tanto mais condenável quanto se verifica que os recursos básicos que alimentam seus fundos de financiamento têm origem precipuamente popular. Assim, enquanto em 1966, os recursos originários das Cadernetas de Poupança constituíam 12% dos fundos do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo, gerido pelo BNH, em 1973, elevaram-se a 46% do mesmo total. E o saldo médio das cadernetas de poupança – de Cr$ 292,00 – indica precisamente que se trata de **poupança popular**, extraída das classes menos privilegiadas da Nação. O próprio Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, a principal fonte de recursos do BNH, é de propriedade dos trabalhadores, que passaram a constituí-lo ao optarem pelo novo regime. Nestas condições, do ponto de vista da origem dos recursos e da destinação das aplicações do BNH, verifica-se que ele, além de afastar-se de seu objetivo básico, realiza iníqua transferência de rendas das populações mais pobres para as mais ricas, ou pelo menos não tão desprivilegiadas da população brasileira. Acenar com o pretenso sentido social do BNH, argumentando que as taxas de juros para as classes pobres são mais baixas, será mera comparação de taxas diferenciais, o que não elimina, antes confirma, o grau de distorção da política do BNH. O que vale é o cotejo da origem dos recursos do BNH e o destino de suas aplicações.

Em reportagem de 18 de abril de 1974, o "O Estado de São Paulo" constatou a situação daqueles que sonharam com a casa própria, adquirida pelo sistema de financiamento do BNH. "Todos os **sotaques** contam histórias de enganos e medo", diz o jornal, descrevendo a aflição dos que não podem pagar, porque as prestações se elevam mais velozmente que os salários; dos que compraram casas de uma certa qualidade e receberam "barracos" de alvenaria; dos que se arruinaram em poucos anos e dos milhares que foram despejados pelas COHABS e empresas imobiliárias; dos que adquiriram casas sem condições mínimas de higiene e segurança, edificadas em lodaçais; dos que dispendem no percurso casa-trabalho cerca de 3 a 4 horas diárias, porque foram projetadas além da periferia urbana. É a longa e cruel história daqueles que, em todo o País, viram suas esperanças frustradas e encontram-se, hoje, devendo muito mais do que quando tornaram emprestado, sem perspectiva de solvência. Por que isso ocorreu?

discriminatório da política oficial nos últimos 10 anos, em que a repressão salarial drena riqueza cada vez maior para área mínima de privilegiados ou para o exterior.

Em segundo lugar, devido à prática da correção monetária, que de instrumento **contra** a inflação acabou por transformar-se em perpetuadora ou institucionalizadora da inflação. O Governo torna-se sócio da inflação pela correção de tributos atrasados, multas, empréstimos bancários. Passa a conviver e se beneficiar do câncer que corrói a economia nacional.

Em terceiro lugar, a posição conferida pelo Governo ao BNH, reservando-lhe o papel de "banco central" das instituições e firmas construtoras, ligadas à habitação, não condicionando as aplicações à habitação popular.

Em quarto lugar, e como decorrência, a especualação e altas artificais provocadas por instituições e empresas intermediárias que atuam desde a compra de terreno, passando pela incorporação, administração das obras, repasse financeiro dos recursos do BNH, chegando às próprias empresas de construção civil. O BNH custeia toda essa rede de intermediários, que auferem vultosos lucros, precisamente dessa intermediação, para a qual contribuem financeiramente com quase nada: em 1966, os recursos próprios das empresas e entidades ligadas ao chamado Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo constituíam 70% do total de recursos captados; em 1973, sua participação era de apenas 3%. É evidente que as sucessivas intermediações e lucros consequentes oneram o preço da casa, que se torna insuportável para o comprador de escassos recursos.

O próprio desempenho do BNH, no total de residências construídas através de seus financiamentos, é duvidoso: os dados oficiais apresentam 961.000 unidades financiadas entre 1964 e 1973, como se naquele total não estivessem incluídas as habitações que **antes** do BNH eram custeadas pelos sistemas de incorporações e administração direta. Na verdade, o BNH apenas substituiu os sistemas anteriores, incorporando-os ao seu raio de ação, como bem o demonstram os próprios anúncios de jornal, onde raramente se vê, hoje, oferta de casas que não esteja vinculada ao Sistema Financeiro de Habitação.

Frente a essa situação, o programa do MDB é claro. Afirma a imperiosa necessidade do BNH voltar a seu objetivo original: resolver o problema da habitação popular no Brasil. A Oposição propõe a supressão da correção monetária nas prestações pagas por pessoas que recebam até 3 salários-mínimos. A partir desse nível haverá a gradual reincorporação da correção monetária, com um claro sentido progressivo: quanto mais baixa a renda, menor a correção monetária, que deve ser integral apenas para as camadas de maiores rendimentos. Não se trata de demagogia, nem de propor que os ricos paguem pelos pobres: o MDB não tem programa ao estilo "Robin Hood". O objetivo do MDB é suprimir a miséria. Trata-se de realmente encaminhar o BNH a seu destino institucional. E fazer justiça. Se seus recursos são fundamentalmente provenientes das classes pobres – o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e as cadernetas de poupança – é justo que suas aplicações se destinem a atendê-las. O MDB sugere para financiar outros tipos de construções, para classes médias e abastadas, a criação de entidade especializada, alimentada por recursos básicos proporcionados pelas letras imobiliárias. Assim, ter-se-ão duas instituições distintas, sem a distorção de transferência de rendas de umas para outras categorias da população. Para o MDB, a habitação popular é meta social e não negócio.

Se V., eleitor, concorda com as verdades que acaba de ler ou ouvir, com seu voto na legenda, nos candidatos a senador, a deputados federais e estaduais do MDB, contribuirá para torná-las realidade. Pela vinculação, a lei eleitoral obriga que o deputado federal e o estadual votados sejam DO MESMO PARTIDO, SOB PENA DE ANULAÇÃO. Vote em um Programa, vote com a Democracia, vote nos candidatos do MDB.

O NACIONALISMO E O MDB

O MDB tem batalhado incessantemente pelo nacionalismo, que participa da estrutura do seu Programa.

Nacionalismo é uma destas expressões que deveriam ser empregadas sem adjetivos, como a Democracia. Toda vez que se começa a falar de Democracia "autêntica", "nova", "possível", "aberturas", "normalidade" ou "modelo político", falsea-se conceito que o povo tem, até em termos de bom senso: democrático é o regime que permite a voz e participação de todos e ação em benefício dos ideais de justiça social, com escrupuloso respeito à lei. Democrático é o regime que garante a independência entre os Poderes e a ação de um Judiciário comprometido com os valores de liberdade e igualdade. Democrático é o regime em que todo poder provém do povo e em seu benefício é exercido, sendo o governo consentido por expressa delegação dos cidadãos, através do sufrágio direto.

Assim também com o Nacionalismo. Quando se fala em "nacionalismo sadio", "nacionalismo pragmático", etc., existe o perigo de que a fraseologia venha camuflar a entrega a estrangeiros da economia do povo e a transferência dos centros de decisão econômica para o exterior.

No passado, a filosofia do Nacionalismo significava o fortalecimento interno dos centros de decisão da política econômica, a soberania do Estado brasileiro em matéria de política externa, a defesa intransigente da segurança do País contra a ofensiva de forças ou imperialismos econômicos exógenos, mas tudo isso condicionado a um valor maior: por Nação se entendia o povo inteiro. Por consequência, o Estado Nacional era encarado como a expressão consciente, organizada, politicamente expressa por via representativa, da maioria da população brasileira. O Estado não absorvia a Nação, mas era a superestrutura desta, a ela subordinado e sua parte. Estado maior ou acima da Nação, é o Estado totalitário, é a ditadura.

Nos últimos anos têm havido distorções perigosas nessa palavra de mágico atrativo popular. Cada vez mais, em seu nome, promove-se a hipertrofia do Estado e se permite que o Estado, que se autodelega a representação do povo, encarne a soberania nacional. Mais grave ainda, a própria noção de soberania tem sido confundida com a capacidade arbitrária do Estado decidir em matéria de política econômica, sem prestar contas, como entidade acima do povo, não sujeita a seu controle. Nacionalismo não é a estatização dos meios de produção, a não ser por características próprias e excepcionais. Nacionalismo não é sinônimo de nacionalização ou estatização.

Resultado: mesmo quando existem participantes no governo e nas empresas públicas, especialmente nas Forças Armadas, honestamente voltados para defender e fortalecer a capacidade nacional de decisão, nem sempre decidem na definição e aplicação de conseqüente política nacionalista, na acepção clara que o MDB defende. Assim as empresas multinacionais podem erodir a capacidade de decidir das autoridades, risco temido também pelos países

desenvolvidos, tanto que a própria ONU investiga a ação das mesmas. Entre nós, esses gigantescos complexos plurinacionais, dez dos maiores com orçamentos superiores a 120 países, Brasil inclusive, têm tido ingresso e atividade sem os impedimentos e controles por legislação enérgica e adequada. O MDB tem advertido, sem ser ouvido. É o que ocorre, por igual, com a exploração dos recursos minerais, tangida por ofensiva de exportar a qualquer preço, com volume físico não proporcional ao ingresso de divisas, para fomentar apregoado "crescimento" ou "inchação" econômicos, que não se confunde com desenvolvimento econômico.

País sem poupanças, é elementar que o MDB não é contra o capital estrangeiro, desde que não desnacionalize a economia. Não admite, porém, que o Capital sem pátria tente escravizar uma Pátria sem Capitais, como denunciou o Presidente do Diretório Nacional do MDB, em seu discurso como anticandidato à Presidência da República.

O MDB reclama a fiscalização da política posta em execução pelas empresas e pelos órgãos governamentais de controle da economia. O controle público deve ser feito em vários níveis:

1. em primeiro lugar, pela crítica responsável e pela participação na gestão das empresas do Estado por parte de técnicos, funcionários e trabalhadores;
2. em segundo lugar, pela vigilância e sugestões dos partidos, entidades representativas e sindicais, dos meios de comunicação, sobre a direção imprimida à economia pública;
3. em terceiro lugar, pelo controle direto da política das empresas privadas e estatais e de suas contas pelo Congresso (na parte de orientação geral) e pelos Tribunais de Contas (na parte relativa à correção do uso do dinheiro público).

É a partir destas premissas que se deve entender os pontos básicos propostos pela Oposição para a política nacionalista do País, a saber:

1. Nacionalização das fontes e das empresas de energia, transporte e indústrias extrativas e de infra-estrutura, consideradas vitais.
2. Monopólio estatal da produção e exportação de petróleo, de urânio, tório e metais raros, e bem assim da geração de energia nuclear.
3. Exploração de riquezas minerais pelo Estado ou sob seu rigoroso controle.
4. Controle da exportação de produtos estratégicos, econômica ou militarmente.
5. Monopólio estatal da comercialização da borracha.
6. Exclusivamente da navegação de cabotagem para navios brasileiros.
7. Disciplina e fiscalização efetivas de remessas de lucros para o exterior.
8. Nacionalização da empresa estrangeira, cuja atividade considerada fundamental para o desenvolvimento econômico e a segurança nacional.
9. Política de implantação progressiva da tecnologia nacional.
10. Combate ao processo de desnacionalização da economia.
11. Combate a todas as formas de imperialismo, inclusive o imperialismo internacional do dinheiro, quer sob a forma de monopólios, trustes, cartéis ou do neocolonialismo.

Se V., eleitor, concorda com as verdades que acaba de ler ou ouvir, com seu voto na legenda, nos candidatos a senador, a deputados federais e estaduais do MDB, contribuirá para torná-las realidade. Pela vinculação, a lei eleitoral obriga que o deputado federal e o estadual votados sejam DO MESMO PARTIDO, SOB PENA DE ANULAÇÃO. Vote em um Programa, vote com a Democracia, vote nos candidatos do MDB.

O SINDICATO E O MDB

A Revolução de 1964 eclodiu para manter e aperfeiçoar o regime democrático no Brasil. No sindicalismo, democracia implica na liberdade de associação, na existência de entidades classicistas de natureza privada não submetidas ao domínio do Estado. Entretanto, nesses últimos dez anos, a vida sindical brasileira está sob total controle oficial. Os mecanismos legais que permitem o controle do Estado sobre as organizações sindicais foram desvirtuados pelos sucessivos governos revolucionários, passando a coibir atividades lícitas e independentes das associações de trabalhadores e patronais. O MDB ressalta a frequência da intervenção nos sindicatos do Ministério do Trabalho, para destituir diretorias democraticamente eleitas. Agrava esse intervencionismo o controle policial e do SNI sobre líderes trabalhistas, as assembléias e a imprensa sindicais. Com tudo isso – e mais a falta de liberdade para reivindicar no plano econômico – os sindicatos viram-se quase reduzidos à passividade e à rotina de prestação de serviços assistenciais a seus associados. Foi destituído de sua destinação de poderoso e legal instrumento de reivindicação salarial.

O MDB defende a autonomia dos sindicatos, sua libertação das peias que lhes restringem a independência de ação, ligando-os umbelicalmente ao Estado.

O próprio ímpeto do processo de industrialização tem colocado problemas novos às entidades profissionais. No interior da grande empresa moderna, que reúne verdadeiros exércitos de trabalhadores, surgiram numerosas e novas questões, que não podem ser adequadamente tratadas apenas pelos sindicatos de base territorial. Condições de trabalho e seu ritmo, hierarquização de funções, ganhos de produtividade, são algumas dessas reivindicações específicas que não podem ser bem encaminhadas por sindicatos fisicamente distantes, longe da fábrica. O MDB apoia as legítimas reivindicações do movimento sindical de reconhecimento dos delegados sindicais de empresa e de constituição de comissões internas com existência legal.

O MDB entende que revitalizar o sindicato implica libertá-lo da tutela do Estado, dar-lhe autonomia, abri-lo e estendê-lo às empresas. Para o MDB o sindicato é instrumento de defesa e promoção dos interesses dos trabalhadores e de participação na vida pública.

Se V., eleitor, concorda com as verdades que acaba de ler ou ouvir, com seu voto na legenda, nos candidatos a senador, a deputados federais e estaduais do MDB, contribuirá para torná-las realidade. Pela vinculação, a lei eleitoral obriga que o deputado federal e o estadual votados sejam DO MESMO PARTIDO, SOB PENA DE ANULAÇÃO. Vote em um Programa, vote com a Democracia, vote nos candidatos do MDB.

A SITUAÇÃO DO CAMPO E O PROGRAMA AGRÁRIO DO MDB

Grave no Brasil a situação do trabalhador rural. A estrutura social concernente ao homem do campo é injusta e colonial, e sua permanência revela a fisionomia imobilista e anacrônica de regime que aí está.

O crescimento econômico atual, principalmente a industrialização, apoia-se na manutenção, e até na ampliação, das características arcaicas do campo brasileiro, na exploração do trabalhador, na intermediação comercial que suga o produto do trabalho de milhões de brasileiros.

Um exame, ainda que sumário, das condições de vida e de produção das massas rurais confirma a denúncia oposicionista. Dos 3 milhões de assalariados agrícolas pagos somente em dinheiro, no último trimestre de 1972 (dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), 90% (2,6 MILHÕES) RECEBIAM ATÉ 1 SALÁRIO-MÍNIMO; 54% RECEBIAM ATÉ 1/2 SALÁRIO MÍNIMO, SEM NENHUMA REMUNERAÇÃO COMPLEMENTAR EM BENS, frise-se bem. Como podem viver esses trabalhadores e suas famílias, com irrisórios Cr$ 200,00 em média atualmente, vale dizer menos de sete cruzeiros diários para alimentar famílias de 6 ou mais pessoas, além de vestuário, remédios, etc.?

A estrutura da propriedade no Brasil, a julgar pelos resultados do Censo de 1970, possui uma dinâmica que reproduz, grosso modo, as condições do passado. Entre 1960 e 1970, o tamanho médio das propriedades **diminuiu** em todos os grupos de área, com a única exceção do grupo de 100.000 hectares ou mais. No subgrupo de 100.000 hectares ou mais, o tamanho médio das propriedades aumentou de 202.391 hectares para 222.407 hectares. Por outro lado, o tamanho médio das propriedades de menos de 10 hectares reduziu-se de cerca de 4 hectares para 3,60 hectares. No subgrupo formado por propriedades com menos de 1 hectare, o tamanho médio passou de 0,78 hectares para 0,59 hectare.

Portanto, a propriedade rural no Brasil continua polarizada no binômio "minifúndio-latifúndio", com relações de trabalho, de exploração, de apropriação do produto, profundamente anti-sociais e politicamente retrógradas.

A força de trabalho empregada nas atividades agropecuárias cresceu apenas 16% no período 1960–1970, perdendo posição relativa na ocupação total. Mas, no grupo de propriedades de menos de 10 hectares, a força de trabalho ocupada cresceu 50%, enquanto que em todos os demais grupos de áreas ela decresceu em termos absolutos e relativos – com exceção daquele constituído por propriedades entre 10 hectares e menos de 100 hectares, onde o crescimento foi de 9%. Isto quer dizer que todo o emprego gerado na agricultura, nos últimos dez anos, deve-se às propriedades de menos de 10 hectares.

Por outro lado, ainda em 1972, segundo o PNAD, – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – dos quase 14 milhões de pessoas ocupadas nas

atividades agrícolas, cerca de 5 milhões (36%) eram membros não remunerados da família. A dinâmica da economia agrária brasileira repousa na bipolarização "minifúndio-latifúndio", na crescente miséria dos pequenos produtores, no trabalho não remunerado de membros da família e na concentração da propriedade.

Feito o diagnóstico, a Oposição receita o remédio: a reforma agrária. Uma reforma agrária em extensão e profundidade que atinja todo o campo brasileiro, transformando radicalmente as condições econômicas, sociais e políticas do setor agrícola. Uma reforma agrária efetiva, aliada da industrialização e da urbanização, que transforme o campo brasileiro não somente em fornecedor de mão-de-obra, produtos alimentícios e matérias-primas, mas também em mercado para as indústrias urbanas. Eis um amplo movimento, que empolgará toda a Nação.

O MDB vê na reforma agrária a espinha dorsal da solução do problema do campo brasileiro. Em torno dela e para ela devem gravitar e contribuir os demais aspectos de um programa global, que deve abranger, entre outras, estas *conquistas:*

a) extensão efetiva da legislação do trabalho ao campo, evitando as burlas e fraudes típicas das situações dos operários rurais, entre outras, os conhecidos como "bóias-frias";
b) eliminação da intermediação comercial que parasita o trabalho rural, apropria-se dos lucros mediante expedientes conhecidos;
c) controle da comercialização dos produtos agropecuários para evitar a formação dos grandes monopólios.

Se V., eleitor, concorda com as verdades que acaba de ler ou ouvir, com seu voto na legenda, nos candidatos a senador, a deputados federais e estaduais do MDB, contribuirá para torná-las realidade. Pela vinculação, a lei eleitoral obriga que o deputado federal e o estadual votados sejam DO MESMO PARTIDO, SOB PENA DE ANULAÇÃO. Vote em um Programa, vote com a Democracia, vote nos candidatos do MDB.

A AGRICULTURA E O MDB

O MDB tem um programa definido quanto à reforma agrária que, do ponto de vista do Partido, é o programa mais abrangente, de mais amplos efeitos, capaz de, ao lado da continuidade da industrialização, mudar verdadeiramente a face econômica, social e política do País.

Paralelamente, o MDB aponta para a necessidade de promover-se um programa de apoio continuado às atividades agropecuárias do País, que não deverão constituir-se em obstáculo à reforma agrária, devendo ser, pelo contrário, um programa que antecipe, complemente e prepare as atividades econômicas do campo para a reforma mais profunda.

Neste sentido, a crítica que se faz à política agrária do Governo, para ser honesta, há de ser contundente. O governo fala muito de apoio à agricultura, mas na prática os resultados são danosos para os agricultores e para os consumidores das cidades. Há até um "slogan" que faz rir o agricultor: "Plante que o Governo garante". Não há política firme e coerente para o feijão, arroz, carne, farinha, milho, mandioca, componentes básicos tanto da renda dos agricultores, como parte integrante da pobre dieta da grande maioria dos brasileiros. A política de preços mínimos é uma ficção. Repita-se: "Plante que o Governo garante", foi o "slogan" proclamado por todas as partes. Quanto o produtor plantou, verificou que o Governo não garantia... Falta de silos, armazenagens, transporte, e sempre a velha e esperta intermediação comercial, que compra na baixa para vender na alta, acaparando o que deveria ser o lucro honesto dos agricultores.

A conjugação da inoperância do Governo com a esperteza das empresas que fazem a intermediação comercial dos produtos agrícolas levou o País a paradoxos gritantes: de grande produtor e até exportador de café, milho, feijão, carne, óleos vegetais, o País passou a importador. O absurdo revela-se clamoroso no que respeita ao café: chegamos ao ponto de ter que importar café, como resultado de uma política comercial irresponsável e suicida do Ministério da Fazenda, que mandou vender no último semestre de 1973 os estoques estratégicos, deixando o País à mercê das manobras dos especuladores, e comprometendo seriamente as receitas cambiais no primeiro semestre deste ano.

Quando se tratou de introduzir novos produtos nas atividades agropecuárias, de que a soja é o melhor exemplo, o primarismo, o imediatismo do Governo revelou-se outra vez. Baseado em preços anormais da soja no mercado internacional, devido à crise da pesca peruana e à não entrada da safra americana de soja, que elevaram os preços até 600 dólares a tonelada, o Governo incentivou os agricultores a plantarem a soja aceleradamente, sem limites. Emprestou dinheiro, financiou fertilizantes e máquinas, sem no entanto garantir o preço mínimo. Agora, a situação é outra: os preços da soja no mercado internacional baixaram, chegando a 1/3 do que eram. Os agricultores,

uma vez mais são os prejudicados: como vão pagar empréstimos que fizeram para arrendar terras, comprar máquinas e fertilizantes, ao preço atual?

O MDB proclama a necessidade de um planejamento sério das atividades agrícolas, fora do delírio da famosa Carta de Brasília, da qual sobrou, além da frustração, as publicações luxuosas e promocionais. A agricultura, por suas características especiais de atividade sujeita a contingências de ordem natural, não pode estar entregue aos azares de pseudoplanejamentos e improvisações imediatistas.

Planejamento a longo prazo, lucros justos, preços mínimos garantidos, política de controle dos grupos comerciais que fazem a intermediação, intervenção do Estado nos mercados externos, quando surgirem manobras altistas ou baixistas dos grandes trustes internacionais, são pontos de uma política de defesa da renda dos milhões de agricultores brasileiros. No crescimento do Produto Interno Bruto o componente agrícola tem sido o menos expressivo, o que é grave e revela distorções num País de vocação agrícola, inclusive inspirada pela extensão continental de seu território.

Se V., eleitor, concorda com as verdades que acaba de ler ou ouvir, com seu voto na legenda, nos candidatos a senador, a deputados federais e estaduais do MDB, contribuirá para torná-las realidade. Pela vinculação, a lei eleitoral obriga que o deputado federal e o estadual votados sejam DO MESMO PARTIDO, SOB PENA DE ANULAÇÃO. Vote em um Programa, vote com a Democracia, vote nos candidatos do MDB.

O PROBLEMA URBANO E O MDB

O Brasil é hoje um País meio rural e meio urbano. Algumas regiões brasileiras já podem ser consideradas predominantemente urbanas, pela distribuição de sua população e pelo tipo de atividade produtiva. Por isso, o MDB tem um programa para a questão urbana no Brasil.

O crescimento das cidades brasileiras tem sido caótico e desorganizado, gerando aglomerações populacionais monstruosas, onde a vida é inumana. Esse crescimento reflete a mudança básica do eixo de vida econômica e social das atividades rurais para as atividades industriais e de serviços.

A mudança básica do eixo de atividades econômica é positiva e deve ser olhada como uma conquista do povo brasileiro. Já o estilo de crescimento é negativo e há que ser transformado. O programa do MDB busca fazer da urbanização uma conquista social e política a ser preservada e ampliada, e não geográfica mudança do local onde milhões de seres vivem e trabalham. A urbanização como conquista concreta e não como esperança e ilusão desperdiçadas.

Vários são os aspectos da questão urbana no Brasil. O primeiro é fazer das cidades não apenas o núcleo gerador da riqueza, mas o centro onde ela é distribuída. Sob esse aspecto, a situação brasileira é constrangedora: nas cidades do Brasil se repete a dramática situação dos assalariados e subassalariados. Os dados da PNAD, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio, referentes ao quarto trimestre de 1972, são espantosos: numa atividade tipicamente urbana, como a "Prestação de Serviços", a porcentagem de empregados ganhando até 1/4 do salário-mínimo era de 18%, contra 14% nas atividades agrícolas. Há, pois, uma "agricultura" dentro das cidades brasileiras, que remuneram o trabalhador tão mal quanto as atividades agrícolas reais.

A humanização das cidades brasileiras deve começar precisamente pela humanização das condições de trabalho de sua população. A verdadeira humanização deve significar melhoria real dos salários dos trabalhadores urbanos, a institucionalização do emprego para todas as categorias de trabalho urbano, terminando com os empregos não institucionalizados, que são confundidos com marginalização.

Mas há outros aspectos da questão urbana igualmente relevantes. O primeiro deles é fazer com que o BNH volte ao seu objetivo inicial, de proporcionar habitação popular. Um segundo diz respeito ao transporte urbano, cujo estado é responsável pelo "caos" denunciado diariamente pela imprensa. A Oposição quer uma política de transporte que sirva à coletividade, como o metrô, o ferroviário suburbano, de ônibus, vias expressas e arteriais. É um crime deixar a população horas à espera de condução para ir e voltar do trabalho, castigada pelo sol, pela chuva, pelo frio. Os transportes coletivos foram relegados a segundo plano. Mesmo no Rio e São Paulo, onde a construção do metrô foi iniciada, as obras vêm-se arrastando por mais de seis anos, sem que nenhum trecho tenha ainda sido entregue ao público, e os prazos de conclusão são prorrogados sucessivamente. O México, país de estrutura econômica

semelhante à do Brasil, construiu o metrô de sua Capital em dois anos. Buenos Aires conta com metrô desde a primeira década deste século, o que lhe conferiu feição urbanística melhor do que a de nossas cidades, sendo de se considerar eficiente de automóveis por habitante na capital portenha é superior ao de São Paulo. Excluindo Rio e São Paulo, nas demais grandes cidades brasileiras nem se cogita de formulação de política atualizada para o problema do transporte coletivo. Absorve-se o Governo o trânsito de automóveis, esquecendo os meios para deslocação das grandes massas.

As obras de infra-estrutura, tais como esgotos e água encanada, para falar das principais, são precárias, retardatárias ou inexistentes na maioria das cidades brasileiras. Mesmo em São Paulo regrediu a porcentagem da população servida por rede de água e esgoto nos últimos dez anos. Os financiamentos proporcionados pelo BNH são insuficientes para resolver o problema, além de pecar pela mesma distorção que caracteriza o programa habitacional: juros altos, correção monetária, garantias escorchantes, quase sempre vinculadas às receitas municipais, num verdadeiro atentado à autonomia municipal e estadual. Os Prefeitos e Vereadores perdem o controle desses serviços, consoante inconstitucionais cláusulas contratuais.

O MDB enfatiza a criação, a modernização e a melhoria dos transportes, principalmente os coletivos. A construção do metrô deve ser concluída no Rio e em São Paulo, e desde já programada para as Capitais e cidades mais populosas. Em centros urbanos menores, deve ser imediatamente posta em prática a revitalização de sistemas de transporte coletivo como o ônibus, em combinação com a melhoria das redes suburbanas de trens.

Em matéria de infra-estrutura, o objetivo será dotar rapidamente as cidades de água, esgotos e outros serviços, dando prioridade aos investimentos nas áreas mais necessitadas. O MDB afirma que os programas patrocinados pelo BNH devem mudar sua filosofia de ação: ao invés do cálculo bancário lucrativista, proporcionar a habitação popular. Estes dados dimensionam a extensão e a intensidade da calamidade sanitária: na Capital de São Paulo, 40% da população não é servida por rede de água e 60% pela de esgoto. Poços abertos ao lado de fossas contaminam o lençol freático, tomando feição de epidemia crônica enfermidades como tifo, disenteria, desidratação, moléstias intestinais. Aí está a causa principal do alto índice de mortalidade infantil em São Paulo, dos maiores do Brasil. As cidades devem deixar de ser cânceres de cimentos armado, pondo freio à mania do arranha-céu, até para exibir falsa feição progressita e hodierna, em tanta cidades do interior. A proteção ao meio-ambiente deve ser efetiva e não paliativa ou declamatória. A poluição urbana transforma os grandes centros populacionais em mortíferas câmaras de gases venenosos.

Áreas verdes são os pulmões oxigenando as cidades. Praças recreativas e esportivas abertas ao público tornam possível o lazer e o exercício físico, sem dispêndio de dinheiro.

A ganância imobiliária destrói os campos de futebol da periferia, celeiros que sempre foram de atletas.

Se V., eleitor, concorda com as verdades que acaba de ler ou ouvir, com seu voto na legenda, nos candidatos a senador, a deputados federais e estaduais do MDB, contribuirá para torná-las realidade. Pela vinculação, a lei eleitoral obriga que o deputado federal e o estadual votados sejam DO MESMO PARTIDO, SOB PENA DE ANULAÇÃO. Vote em um Programa, vote com a Democracia, vote nos candidatos do MDB.

O MUNICIPALISMO E O MDB

O MDB prega e pratica o municipalismo, porque entende que o município é a base do edifício social, econômico e político da Nação.

Para haver município é indispensável autonomia. Autonomia política fundada em princípios democráticos, ou seja, eleição por voto direto, universal e secreto dos prefeitos e vereadores, pelos cidadãos. Autonomia financeira no que concerne à decretação e arrecadação dos tributos de sua competência e à aplicação de sua renda. Autonomia adminsitrativa, representada pela gestão própria dos serviços públicos locais.

Hoje, é bastante limitado o autogoverno do município brasileiro. Nesses últimos anos, foram introduzidas grandes alterações no sentido de restringir sua independência política, financeira e administrativa.

A Constituição de 17 de outubro de 1969 ampliou consideravelmente os casos de intervenção federal (Art. 15, § 1o., letras "a" e "b", e § 3o.) no governo municipal e o Ato Institucional no. 5 (especialmente seu Art. 3o.) tornou praticamente ilimitada, o que sempre foi exceção, como prerrogativa do Executivo Central. Em conseqüência, em todas as Capitais dos Estados da Federação e em cerca de 90 municípios, incluídos na área de segurança nacional, os prefeitos são nomeados pelo Governador ou pelo Presidente da República. O MDB repele esta imposição que fere o princípio federativo e a soberania popular. Consta de seu Programa que os munícipes devam eleger livre e democraticamente seus Prefeitos e Vereadores, bem como a autonomia seja complementada por independência financeira e administrativa.

Alterações no sistema tributário contribuíram significativamente para tornar o município financeiramente subordinado. Depois de 1969, 62% das receitas dos orçamentos municipais decorrem de transferências de fundos (50,22% de tributos transferidos). Apenas 38% são formados de rercursos seus, sendo de 24,67% a participação na receita tributária própria. Há mais. Em muitos casos, foram estabelecidas condições que limitaram o emprego desses recursos transferidos, como acontece com o Fundo de Participação dos Municípios, cuja aplicação é regulada por lei federal. Finalmente, os municípios viram-se forçados a prestar contas ao Tribunal de Contas da União que estabeleceu foi incumbido de estabelecer minuciosas exigências de prestação de contas. Muitos municípios, por falta de pessoal especializado e de assistência técnica, por insuficiência de recursos para custeá-las, não podem cumprir as exigências e tiveram suas quotas suspensas. O MDB acredita que os municípios devem ter independência econômica, com receitas próprias e é contrário à centralização dos mecanismos de tomada de contas da municipalidade, que devem ser examinadas e votadas pelas Câmaras Municipais, sendo também o judiciário competente para punir, inclusive com cadeia, os Prefeitos ou funcionários desonestos.

Os dados disponíveis mais recentes sobre a distribuição da receita pública arrecadada revelam que, em 1969, 50,9% desses recursos couberam à União,

38,8% aos Estados e 10,3% aos Municípios. Por outro lado, a forma de distribuição da quota de impostos que cabe às municipalidades, em particular no caso do ICM, não proporciona aos municípios menos desenvolvidos rendas suficientes para gerar melhores condições de crescimento. O MDB luta por participação justa dos municípios na receita pública arrecadada em seu território e por uma distribuição mais equânime dos fundos transferidos, de modo a beneficiar as comunas mais pobres. O Município é o primo pobre, o irmão deserdado da receita arrecadada, pois os tributos são coletados em sua área física, decorrentes do trabalho de seus habitantes, uma vez que são criações jurídicas a União e os Estados. Contudo, a parte do leão é drenada para outras esferas da Federação, notadamente para o Governo Central. Aos municípios restam migalhas. A própria rede bancária, a oficial e a particular, Caixas Econômicas Estadual e Federal, sugam depósitos nos municípios para aplicá-los fora, em investimentos e aplicações tantas vezes especulativos. Nos Estados Unidos da América, por exemplo, nos bancos onde há o depósito obrigatoriamente há a aplicação, daí nomes como City Bank of New York, definindo a área municipal exclusiva de operação. Não havendo regionalização dos Bancos, o suco econômico das localidades é sugado pelo fisco e pelos depósitos bancários, relegando-as ao pauperismo com o tempo e acentuando os desequilíbrios zonais no País. A Loteria Esportiva e os Baús da Felicidade agravam a sangria representada pela migração dar riqueza municipal. O lema do MDB é que onde a riqueza é gerada aí ela deve preponderantemente ser investida.

O MDB defende uma administração municipal no interesse das maiorias. Por isso, luta pela ampliação e melhoria dos serviços públicos locais: transporte, saúde, benfeitorias urbanas, como calçamento de ruas, rede de esgoto e água, iluminação, escolas, parques, praças esportivas. Especialmente nos grandes centros urbanos, o MDB propoguna para que haja maior dotação de recursos para dar aos bairros populares periféricos serviços de qualidade e condena os gastos inúteis em obras supérfluas, suntuárias e decorativas. Os prédios do Banco do Brasil, por exemplo, nos subúrbios,constrastam com a humildade que os cerca. O MDB acredita que é necessário tomar medidas urgentes contra a destruição do meio-ambiente, resultante do crescimento industrial. A poluição, a defesa e ampliação das áreas-verdes, o restabelecimento do equilíbrio ecológico, são objetivos de salvação das populações urbanas, para que as cidades não ser transformem em cânceres de cimento armado ou mortais câmaras de gases e resíduos.

O MDB defende o controle da administração pela maioria. O MDB luta pela participação de todos na vida política do município.

A oposição aconselha fervorosamente a criação das Associações dos Amigos do Bairro, como já existem em várias cidades do Brasil e na Alemanha, as Ligas da Administração Civil. O Governo,hoje, não é monopólio dos prefeitos e vereadores, circunscrita a participação dos cidadãos às eleições. É um condomínio com órgãos de atuação permanente e paralela, como os referidos, fiscalizando, sugerindo, reivindicando, protestando, protegendo o meio ambiente contra loteamentos especulativos, expansão nociva das edificações para fins comerciais, de escritórios ou para fábricas poluidoras. Quando o MDB for governo, pelo voto livre e direto do eleitorado, aumentarão as rendas municipais de todos os tipos e administrará em condomínio com associações civis.

Se V., eleitor, concorda com as verdades que acaba de ler ou ouvir, com seu voto na legenda, nos candidatos a Senador, a deputados federais e estaduais do MDB, contribuirá para torná-las realidade. Pela vinculação, a lei eleitoral obriga que o deputado federal e o estadual votados sejam DO MESMO PARTIDO, SOB PENA DE ANULAÇÃO. Vote em um Programa vote com a Democracia. Vote nos candidatos do MDB.

REMUNERAÇÃO JUSTA PARA OS VEREADORES E O MDB

A inovação constante no § 2o., do artigo 151da Constituição vigente, que estabelece a gratuidade dos mandatos de vereador dos municípios com menos de 200 mil habitantes, constitui invencível desestímulo ao exercício desses mandatos eletivos. De fato, quem, se não o rico, pode trabalhar sem ganhar? A Organização Internacional do Trabalho, da qual faz parte o Brasil, proíbe o trabalho gratuito, como forma do trabalho escravo. Em nosso País a vereança é privilégio dos ricos, pois os pobres não podem desempenhar função que acarreta gastos,sem justa retribuição econômica. Parlamentares da Arena discursam e dão entrevistas favoráveis à remuneração do vereador, mas se recusam a assinar a Emenda do MDB à Constituição, reformulando o pré-mencionado § 2o. do art. 15, que registra a odiosa discriminação contra os desabonados da fortuna.

A maioria situacionista tem impedido que a vereança remunerada seja exercida por ricos e pobres, desde que eleitos. Não é admissível o farisaísmo de na imprensa ou em inflamados discursos dizer uma coisa e fazer o contrário no Congresso Nacional.

Assim, os cargos eletivos na esfera municipal, que antes eram disputados concorridamente pelos cidadãos, hoje são desprezados e os diretórios municipais se lançam desesperadamente no aliciamento de candidatos, mal conseguindo completar, quando o conseguem, o limite legal de postulantes.

No tocante aos servidores públicos, que são, indubitavelmente, valioso material humano de que dispõem as comunidades para as atribuições do governo municipal, como Prefeito e Vereadores, a situação se agravou.

As leis orgânicas dos municípios, bem como a orientação dos órgãos consultivos de direito municipal (caso, por exemplo, do Boletim Informativo dos Municípios, da Secretaria do Interior em São Paulo e do Serviço Nacional dos Municípios, do Ministério do Interior), permitem ao vereador servidor público o direito de afastar-se do seu cargo, sem prejuízo de vencimentos, **mas apenas nos dias em que se realizem as sessões da Câmara**.

A prática, contudo, tem demonstrado que isso não é o bastante para tornar possível o bom exercício de mandatos eletivos por parte dos servidores públicos. Ignoram as referidas leis orgânicas e órgãos consultivos que os compromissos do vereador não se circunscrevem ao dia ou à hora da sessão da Câmara, a menos que o vereador seja relegado a mero espectador das reuniões, omitindo-se quanto ao estudo, ao debate e soluções concernentes aos mesmos, além do indispensável contato com os eleitores, conferência e palestras, comparecimento a recepções, audiências com autoridades, homenagens, formaturas, atos sociais ou fúnebres, vinculados à representação.

O desempenho de cargo eletivo, por menor que seja a cidade ou por mais reduzidas que sejam as suas atribuições, constitui sempre autêntico serviço público necessário à prática democrática, não podendo ser castigado com provações ou sacrifícios iníquos e discriminatórios, em razão da posição social ou da conta bancária dos respectivos titulares.

No caso específico do servidor público vereador, ocorre apenas uma substituição transitória de encargo, uma vez que, dedicando-se com exclusividade aos interesses do Município, ele passa a prestar serviços à coletividade inteira, e não apenas à repartição em que trabalha.

A remuneração dos vereadores deve, portanto, ser concedida no interesse da comunidade e da democracia.

Não há preço que pague um bom e honesto Prefeito, Vereador ou qualquer outro homem público. Caro e desastroso é o incapaz, negligente ou quem abusa do cargo para obtenção de riqueza criminosa, tenha sido ele eleito ou nomeado, perceba remuneração ou seja "gratuito" o seu desserviço. Somente deputados e senadores do MDB, em maioria no Congresso, criarão a possibilidade constitucional de cidadãos capazes se dedicarem à vereança, retribuindo-se este tipo de trabalho como qualquer outro.

Se V., eleitor, concorda com as verdades que acaba de ler ou ouvir, com seu voto na legenda, nos candidatos a senador, a deputados federais e estaduais do MDB, contribuirá para torná-las realidade. Pela vinculação, a lei eleitoral obriga que o deputado federal e o estadual votados sejam DO MESMO PARTIDO, SOB PENA DE ANULAÇÃO. Vote em um Programa, vote com a Democracia, vote nos candidatos do MDB.

O MENOR ABANDONADO E O MDB

Um pesado véu de silêncio sepultava, até há alguns meses, no plano nacional, o problema do menor abandonado.

Foi o MDB que, na tribuna da Câmara Federal, Senado e das Assembléias Legislativas, chamou a atenção do País para o drama das crianças maltrapilhas, tomadas de angústia, e que, inventando profissões, mendigando nas feiras e nas ruas, caindo de sono nas madrugadas, empurradas pela necessidade e desamparo, perdem-se nos descaminhos do vício e do crime.

Foi a Oposição que convocou o País a meditar que o único investimento, justo e de maior valia, que não consta com incentivos fiscais, é o da transformação do menor abandonado de hoje no cidadão útil de amanhã. Nesse importante problema, o primeiro passo está em enfrentar a questão do menor abandonado na sua concreta dimensão social. A marginalidade do menor, sob suas múltiplas formas de vadiagem, furto, mendicância, prostituição, crime, não pode ser encarada meramente como problema policial. A desorganização da família nas classes de baixa renda, por exemplo, está indissoluvelmente ligada às condições de subemprego ou desemprego dos pais.

Entre o momento de abandono do menor e seu ingresso no descaminho do crime, freqüentemente se introduz um espaço de tempo que pode ser aproveitado pelas instituições de reeducação do menor. Para tanto, torna-se necessária a multiplicação de entidades com essa finalidade. A carência no setor é de tal magnitude que em 1971, na cidade de São Paulo, só havia 117 entidades – públicas e privadas – abrigando apenas 12.122 menores, quando é muito maior seu número. Não basta, contudo, criar núcleos de reeducação. Urge preparar técnicos especializados no problema do menor, como também realizar debate público e simpósios sobre o tema, como o MDB tem proposto, objetivando aproveitar inclusive a experiência de outras Nações sobre a deliqüencia infantil, o uso de tóxicos e entorpecentes, a proteção aos filhos dos casais separados ou desajustados, o amparo ao menor abandonado, antes que caia nas garras do crime, da prostituição, do jogo e da violência.

Se V., eleitor, concorda com as verdades que acaba de ler ou ouvir, com seu voto na legenda, nos candidatos a senador, a deputados federais e estaduais do MDB, contribuirá para torná-las realidade. Pela vinculação, a lei eleitoral obriga que o deputado federal e o estadual votados sejam DO MESMO PARTIDO, SOB PENA DE ANULAÇÃO. Vote em um Programa, vote com a Democracia, vote nos candidatos do MDB.

PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO

COMISSÃO DIRETORA REGIONAL PROVISÓRIA - PARANÁ

Curitiba, 17 de junho de 1.980.

Senhor Deputado:

PROTOCOLO
Nº 817/80
DATA 20/06/80

Em reunião realizada na sede do PMDB no último dia 02 de junho, a qual compareceram diversas entidades e representantes do PP, PT e PDS, decidiu-se iniciar uma AMPLA CAMPANHA POPULAR para mobilizar a opinião pública na LUTA PELAS ELEIÇÕES DE 1.980.

Esta campanha terá seu início na próxima sexta-feira, dia 20, às 18:00 horas na Praça Osório, para a qual estamos convidando Vossa Excelência.

Certos de contarmos com a sua imprescindível participação, agradecemos e apresentamos nossas saudações democráticas.

Deputado Waldyr Pugliesi

Presidente PMDB/PR

PT1381.164

ASFAP/Anotações

Em 26-06-80

(MDB - Movimento Democrático Brasileiro)

Anotações

Em 24.06-80

Cuts

PT1391.164

Secretaria de Estado da Segurança Pública

Polícia Civil

DIVISÃO DE SEGURANÇA E INFORMAÇÃO

DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA

5

R E L A T Ó R I O

SR. DELEGADO TITULAR

Atendendo determinações de V. Sa., dirigi-me na manha de ontem, 26/08/79, à Assembléia Legislativa, para acompanhar a Convenção Municipal do MDB de Curitiba.

Lá chegando, conforme orientação recebida, apresentei-me ao Dep. Estadual Silvio Sebastiani, o qual agradeceu o atendimento de sua solicitação dizendo que o motivo da mesma, era o de estar receoso que elementos pertencentes ao CBA de Curitiba tentassem qualquer movimento dentro daquele órgão.

Os trabalhos transcorreram de maneira normal, nada ocorrendo digno de registro.

É o relatório.

Curitiba, 27/08/79

Funcionário designado

SERVIÇO DE INFORMAÇÕES DA POLÍCIA CIVIL

PT 1321.164

6

Curitiba, 24 de agosto de 1979.

Senhor Secretário:-

Levamos ao conhecimento de Vossa Excelência, que o Movimento Democrático Brasileiro de Curitiba, realizará sua convenção partidária no próximo dia 26 (domingo) no prédio da Assembléia Legislativa do Estado, das 9 às 17 horas.

Assim sendo solicitamos, se digne designar, para a segurança do pleito, funcionários dessa Secretaria.

Sem mais aproveitamos a oportunidade para renovar os protestos de estima e consideração.

Atenciosamente

Silvio Sebastiani

Presidente-MDB

Exmo. Sr.
Cel. Haroldo Pereira Dias
Digníssimo Secretário de Segurança
do Estado do Paraná.

PT1381.16

URGENTE

À D.P.C., com vistas a Divisão de Segurança e Informações, para a - tender.-

Em, 24/08/79

RAUL DE REZENDE FILHO
Diretor Geral

À DSI para cumprir o despacho supra.
Em 24/8/79.
Chefe de Gabinete.
R. de 1826
à DOP para providencias
DSI 27/08/79

Ao Comissário Jurado para cumprir. Devendo chamar as fls 9 do Dr. Silvio Sebastião —
Apsa — 24/8/79
Comissário
DOS
e/ os Autos com
a chefia da DSI
em 27/8/79
D.G.P. — 147

Original restituído à D.P.C. através da D.S.I.
S.I. Em 27/08/79
Roberto

R. Leji

1. Anote-se as fichas daqueles que já a possuem.
2. Arquive-se.
Sde. 28.8.79

Anotado nos dias 31/03 e 01/04/80.-

PASTA MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO - M.D.B.

Secretaria de Estado da Segurança Pública

Polícia Civil

DIVISÃO DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES

DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA

RELATÓRIO

Senhor Delegado Chefe:

Conforme determinação recebida de Vossa Senhoria, dirigimo-nos à Assembléia Legislativa para acompanhar a Convenção do Movimento Democrático Brasileiro-MDB realizada no dia 26 de agosto último, conforme solicitado do Senhor Presidente Silvio Sebastiani.

Foram apresentadas 2 (duas) chapas, saindo vencedora a Chapa "EMEDEBE", liderada pelo ex-Deputado Federal Eneas Faria.

A Convenção transcorreu de forma normal tendo acontecido dígno de nota.

Anexamos as chapas apresentadas.

Curitiba, 27 de

Divonsir Ferreira

Izaias Amauri de Jesus

9

CONFIDENCIAL

ESTADO DO PARANÁ
POLÍCIA MILITAR
ESTADO MAIOR
2.a SEÇÃO

Informe N.º 572 /P.M.-2/ 1979.

A - Data : 18 JUL 79.
B - Assunto : JUVENTUDE DEMOCRÁTICA DO MDB DE ARAPONGAS/PR
C - Origem : 2a. SEÇÃO PMPR.
D - Referência : -.-
E - Avaliação : A-1.
F - Dif. Ant. : -.-
G - Anexos : UM BOLETIM (FOTOCÓPIA).
H - Difusão : 5ª.RM/DE-SNI/ACT-CI/SESP-DPF/PR-DSI/PR.

XOXOXOXOXOXOXOXOXOXOXOXOXOXOXOXOXOXOXOXOXOXOXOXOXOXOXOXOXOXOXOXOXOX

A JUVENTUDE DEMOCRÁTICA DO MDB DE ARAPONGAS/PR, imprimiu e distribuiu o Boletim nº 06, cópia anexa, o qual trata de assuntos relacionados ao XXXI CONGRESSO DA UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES (UNE).

XOXOXOXOXOXOXOXOXOXOXOX

QUALQUER PESSOA QUE TOMAR CONHECIMENTO DESTE ASSUNTO FICA AUTOMATICAMENTE RESPONSÁVEL PELO SEU SIGILO.

Art. 12 - Regulamento para a Salvaguarda de Assuntos Sigilosos - Decreto n.º 79099/77

Divisão de Segurança e Informações
Subdivisão de Informações
PROTOCOLO
N.º 1116
DATA: 24/07/79

ESTADO DO PARANÁ
EMG
2ª SEÇÃO
POLICIA MILITAR

CONFIDENCIAL

PT 1383.164

R. Legi

1. Circete
2. Mugello.

Lei 25.7.75

Pasta: MDB/PR

PT1383.369

JUVENTUDE DEMOCRÁTICA

BOLETIM DA JUVENTUDE DEMOCRÁTICA DO MDB

Nº 6 - Arapongas, 12 de junho de 1979.

Com a realização do XXXI Congresso da UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES - UNE - em Salvador, onde mais de 6 mil estudantes debateram todos os problemas nacionais, desde problemas estudantis, até problemas de ordem econômica e social, a JUVENTUDE DEMOCRÁTICA DO MDB de Arapongas, não poderia deixar de vir a público e dar o seu apoio total aos estudantes brasileiros. Em vista desse apoio, estamos presentes com este boletim em que procuramos esclarecer alguns pontos importantes a respeito do que é a UNE.

1- O que é a UNE?

- A UNE é a entidade máxima dos estudantes brasileiros. Ela foi criada em 1.937 no Governo de Getúlio Vargas e tinha como objetivos, "a luta em defesa dos estudantes brasileiros; a luta pela soberania nacional; a luta em defesa da nossa economia; a luta a favor do ensino gratuito", e muitos outros temas. Com a Revolução de 64, os militares invadiram a sede da UNE no Rio de Janeiro, queimando o seu o seu prédio e todas as instalações, móveis, bibliotecas, prendendo centenas de estudantes, muitos dos quais não foram encontrados até hoje.

2- Quais foram os objetivos da UNE no tempo de sua criação?

- Os objetivos e bandeiras da UNE foram:

a- Lutar pela Democracia,

b- Lutar contra as multinacionais,

c- Lutar contra o ensino pago em todos os níveis,

d- Lutar por melhores salários a todos os trabalhadores,

e- Lutar pela Reforma Agrária que permita a todos os trabalhadores do campo uma vida melhor e mais digna,

f- Lutar pela união de todos os países subdesenvolvidos (como o nosso) contra os interesses econômicos das nações desenvolvidas, que nos exploram e nos roubam.

02113

PT 1371 164

3 - O que a UNE quer hoje?

- A UNE em nossos dias está lutando:

a - Pelo ensino gratuito em todos os níveis,

b - Por melhores salários a todos os trabalhadores brasileiros do / campo e da cidade.

c - Por um Brasil livre e democrático onde o povo possa escolher livremente seus representantes (Presidente, Governadores, etc), em eleições livres e diretas.

d - Pela preservação da Ecologia e principalmente da amazônia.

e - Pela Liberdade de Reunião a fim de se formar sindicatos e associações representativas e independentes.

f - Pela formação de Diretórios e Grêmios estudantis sem que haja interferência dos "diretores" dos estabelecimentos de ensino.

4 - Por que é fundamental apoiar a UNE?

- Em primeiro lugar, é fundamental apoiar a UNE, [illegible] cional a UNE luta para que o nosso país seja [illegible] possamos escolher livremente nossos representantes, [illegible] so país não seja tomado pelas empresas multinacionais [illegible] dos Unidos e outros países avançados; para que os trabalhadores brasileiros sejam melhor remunerados, etc.

Em segundo lugar, a UNE luta para que os diretórios e Grêmios estudantis sejam representativos dos estudantes, a fim de que não haja interferência dos diretores e de "certos professores" quando da escolha de seus presidentes e secretários. O que ocorre é que principalmente nos Grêmios dos Colégios, os diretores e "certos professores" manipulam as eleições a favor de seus candidatos, a fim de que os estudantes que se elejam, não possam questionar a respeito do nível de ensino ministrado, a respeito dos maus professores, para que os estudantes não exijam a prestação de contas da diretoria, como ocorreu há anos atrás em [illegible] légio de Arapongas, onde um desses presidentes do "Grêmio [illegible] miço" em aproximadamente 40 mil cruzeiros e até hoje não [illegible] vantaram as causas do desaparecimento do dinheiro dos estudantes.

Portanto caros colegas estudantes, é fundamental [illegible] pois antes de tudo apoiar a UNE é exigir os nossos direitos.
= É fundamental apoiar a UNE para que possamos [illegible] diretórios e grêmios livremente, sem a coação dos [illegible] "certos professores".

Estudante!

"A UNE SOMOS NÓS, NOSSA FORÇA E NOSSA VOZ"

Viva a UNE

Araponga s - 12/06/79

02118

PT1381164

RESERVADO

Secretaria de Estado da Segurança Pública
Polícia Civil
=DELEGACIA DE ORDEM SOCIAL=

07
7

OF. Nº 020/78 Curitiba, 14 de novembro de 1.978

RESERVADO

Recebido em
S I 14/11/78

Senhor Delegado Divisional:

Sirvo-me do presente para encaminhar a V.S., um folheto de propaganda política do Candidato a Deputado Estadual PAULO MUSZYNSKI, nº 1309, do M.D.B., arrecadado por Policiais desta Especializada.

Valho-me da oportunidade para reiterar-lhe os meus protestos de elevada consideração.

BEL. CARLOS ARTHUR XAVIER BETTES

=DELEGADO CHEFE=

Divisão de Segurança e Informações - DELEGACIA DE Ordem Social -

ILMO. SENHOR
DR. HERMES MACHADO MATTOS
MD. DELEGADO CHEFE DA DIV. DE SEG. E INFORMAÇÕES
N E S T E

RESERVADO

SERVIÇO DE IMPRENSA DA POLÍCIA CIVIL

PT 1381.164

RESERVADO

Secretaria de Estado da Segurança Pública
Polícia Civil
=DELEGACIA DE ORDEM SOCIAL=

OF. Nº 020/78 — Curitiba, 14 de novembro de 1.978

RESERVADO

Recebido em
SI
14/11/78

Senhor Delegado Divisional:

Sirvo-me do presente para encaminhar a V.S., um folheto de propaganda política do Candidato a Deputado Estadual PAULO MUSZYNSKI, nº 1309, do M.D.B., arrecadado por Policiais desta Especializada.

Valho-me da oportunidade para reiterar-lhe os meus protestos de elevada consideração.

BEL. CARLOS ARTHUR XAVIER BETTES

=DELEGADO CHEFE=

Divisão de Segurança e Informações
DELEGACIA DE Ordem Social

ILMO. SENHOR
DR. HERMES MACHADO MATTOS
MD. DELEGADO CHEFE DA DIV. DE SEG. E INFORMAÇÕES
N E S T E

RESERVADO

SERVIÇO DE IMPRENSA DA POLÍCIA CIVIL

PT 1381.364

- Anote-se
- Anexe-se Posta "MJB"

Em 16/11/78

Juntei

Juntado em
21/11/78
Rubrica

PELAS LIBERDADES DEMOCRÁTICAS

Liberdade de escolher em todos os níveis: o Presidente da República, os Governadores, os Prefeitos e o Congresso.

Liberdade de votar para ter a liberdade de exigir que os direitos do cidadão sejam respeitados.
E que as promessas feitas ao povo sejam cumpridas.

Liberdade de conhecer as idéias, e não apenas os retratos, daqueles que querem nos representar no Congresso e nas Assembléias.

Liberdade de exigir trabalho digno e remunerado com justiça, casa, saúde, alimentação e escola para os 110 milhões de brasileiros e não apenas para uma minoria privilegiada.

Liberdade de protestar contra a situação atual, quando 80% da população brasileira vivem em estado de pobreza, a classe média passa enormes dificuldades e 5% apenas gozam da riqueza nacional.

Liberdade de imprensa.
Liberdade de crítica, liberdade de acesso às informações.

Liberdade de opinião.

Liberdade de criação, abolindo-se todo e qualquer tipo de censura.

Liberdade de greve. A greve é a legítima defesa do trabalhador. Em todo o mundo capitalista civilizado o direito de greve é reconhecido.

Liberdade e autonomia dos sindicatos. Os sindicatos não devem ser tutelados pelo Governo. Devem ser de responsabilidade exclusiva dos trabalhadores.

Liberdade para clamar por justiça. E não ser preso por defender direitos ou expressar idéias.

Liberdade de poder contar com uma justiça indepentente e verdadeiramente justa.

Liberdade de viver dignamente, de ir e vir pelas ruas do país, opinar, concordar, discordar, aplaudir. Enfim, liberdade de se portar como verdadeiro cidadão.

Pela anistia ampla, geral e irrestrita. Pela participação dos jovens.

PAULO MUSZYNSKI
candidato a deputado estadual
MDB 1309

Rua Ângelo Sampaio, 2426
Fone: 22-0395

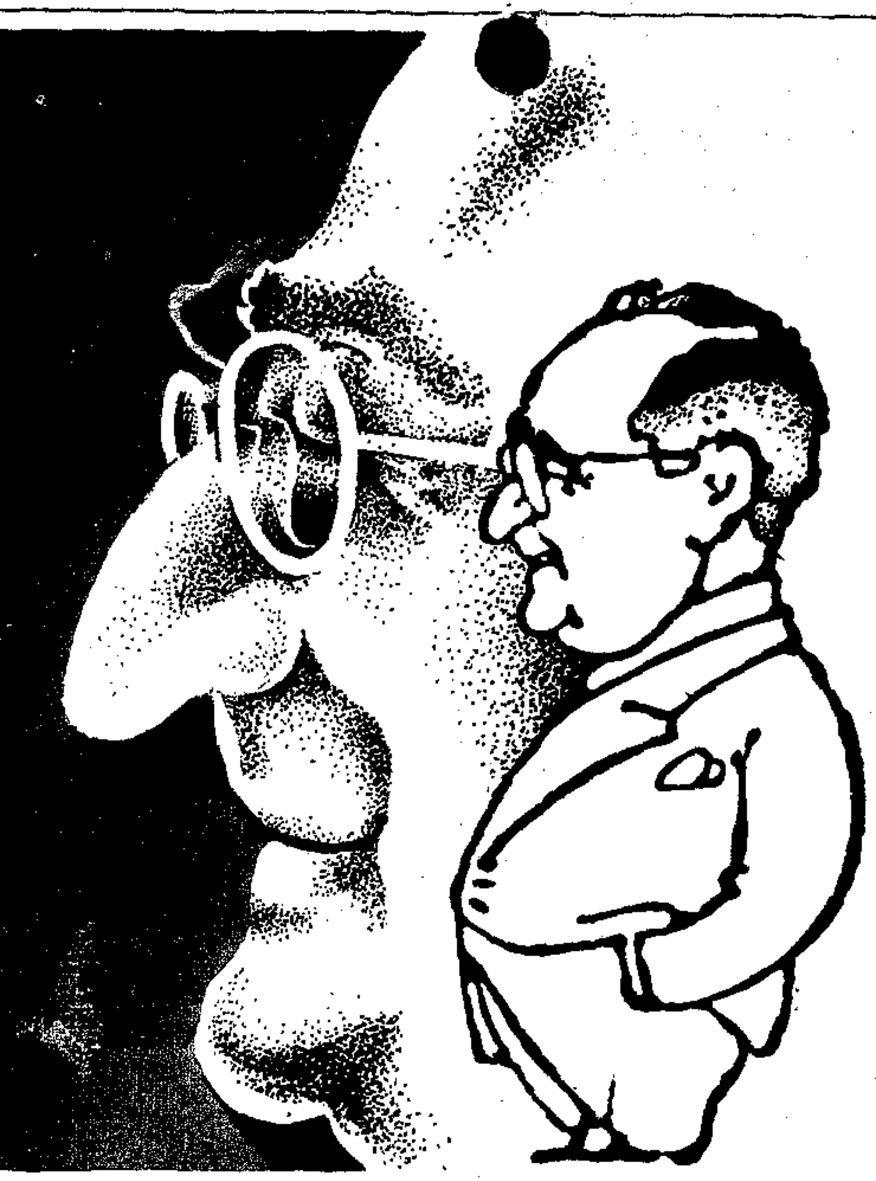
PT 1381.164

"Trabalhadores, meus amigos.
Com consciência de vossa força,
com a união das vossas vontades
e com a justiça de vossa causa
nada vos poderá deter!"

Discurso proferido pelo grande Presidente Getúlio Vargas no dia 1º de maio de 1954.

A quem homenageamos como o mais lúcido governante brasileiro, que procurou conduzir os brasileiros na conquista da Independência Nacional.

Desejamos que a sua luta seja o exemplo da causa maior que une o povo e prepara o futuro de todos nós.



MDB

DIRETÓRIO MUNICIPAL DE CURITIBA
COMISSÃO EXECUTIVA
24 de agosto de 1976.

PT 391.364

MDB

CHAPA EMEDEBE

DIRETÓRIO MUNICIPAL

1. ENÉAS FARIA
2. MAURICIO FRUET
3. MOACIR TOSIN
4. PEDRO LAURO
5. GLAUCO SOUZA LOBO
6. HÉLIO P. CURY
7. FAJARDO J. PEREIRA FARIA
8. ROBERTO G. MAGGI
9. OSVALDO ALENCAR FURTADO
10. LOURI FERREIRA
11. ANTONIO ZARAMINIAK
12. COROACI BARROS DE NORONHA
13. ALÍPIO S. LEAL NETO
14. DELCY FRANCO D'ÁVILLA
15. EDUARDO TAVARES PEREIRA
16. NERI LAGOS
17. LOURIVAL GONÇALVES DE LIMA
18. LUIZ ADAMIÃO PEREIRA
19. ADEMAR CESAR SANFELICE
20. GAMALIEL BUENO GALVÃO Fº
21. HELIO BOENG
22. ANTONIO BOMBILIO
23. WALDEMAR ANDREATTA
24. ALBERTO XAVIER RATTON
25. IVO GANEM
26. ISMAEL TAGLIARI
27. ALCEU DALABONA
28. JOSÉ GOMES
29. JOÃO JAIR BRAGANHOLO
30. JOSÉ GILBERTO MAGGI

SUPLENTES

1. PEDRO ODAIR PERUCCI
2. LINO MARQUES PINTO
3. J. C. PEREIRA
4. ELOIR DOS SANTOS OLIVEIRA
5. GUIDO F. DE SOUZA
6. ALGACI JOSÉ EGGER
7. CARLOS PERTEL
8. AUGUSTO BORBA
9. DUVERNEY CARLOS MAGNO
10. GERALDO BRAGA

DELEGADOS À CONVENÇÃO REGIONAL

1. MAURÍCIO FRUET
2. ENÉAS FARIA
3. MOACIR TOSIN
4. OSVALDO ALENCAR FURTADO
5. PEDRO LAURO
6. FAJARDO J. PEREIRA
7. HÉLIO P. CURY
8. GLAUCO SOUZA LOBO
9. ANTONIO ZARAMINIAK
10. ROBERTO G. MAGGI
11. ALÍPIO S. LEAL NETO
12. IZALTINO WISNIEWSKI
13. COROACY BARROS NORONHA
14. NERI LAGOS
15. HELIO BOENG
16. PAULO BUIAR
17. IVO GANEM
18. ADEMAR C. SANFELICE
19. EVALDO FERREIRA RAMOS
20. ONADIR DANIEL
21. VICENTE DE PAULA LIMA
22. FRANCISCO M. DUMSCH
23. JOSÉ GABRIEL GUGELMIN
24. JORGE KISSNER
25. NERINO CARUSO
26. ESTELA BASTOS RATTON
27. ANDIR DE SOUZA
28. HUMBERTO GUSSO
29. MARCOS A. SCUSSIATO
30. ODAIR DE SOUZA

SUPLENTES DE DELEGADO

1. ELOIR DOS SANTOS OLIVEIRA
2. SILVETE BOENG
3. ALFREDO FUCHS
4. MIEKO SATO
5. JOSÉ G. MAGGI
6. ILSON TELES DE LACERDA
7. ELIANA M. CURY
8. MARLENE S. LOBO
9. DIRCE Y. S. OLIVEIRA
10. JOÃO JAIR BRAGANHOLO
11. ALIPIO LEAL Fº
12. FAUSTO BENTO VIANA
13. ORLEY J. LAURINDO
14. CLEUSA M. SATO FUCHS
15. JOSÉ GONÇALVES BARBOSA
16. ZANDICO FILIUS
17. TEODORO KOTOVICKZ
18. ERIBERTO PEDRO BACH
19. LUIZ NAHL
20. ILSON G. DA SILVA
21. JOÃO JOSÉ MARTINS
22. MOACIR PETRIKA
23. ANTONIO KAORO SATO
24. ANIBAL SANTOS LIMA
25. FRANCISCO P. BARBOSA
26. AGOSTINHO BONIN JOR.
27. RENÊ RAMOS RÉGIO
28. CELSO E. BEATRIZ
29. WALDEMAR DA S. SAMY
30. LUIZ ANTONIO DO CARMO

PT 1321.164

Chapa Democracia

Diretório Municipal

Adalberto Daros
Antonio M. Anibelli
Silvio Sebastiani
Lauro Carvalho Chaves
Ivan Ribas
Antonio Marchalek
Emílio Mauro Barbosa
Arlindo Ribas de Oliveira
Gilberto Daros
Odair Ferreira
Aziz Domingos
Odilon Santos
Alfeu Cezarini
Hernani Guimarães Medeiros
Romão Dorocinski
Murilo Carlos Ferreira
Rubens Melantonio
Edison T. Morais
João Culik
Nilson Rosa
Pedro Gorges
Manoel Lourenço de Carvalho
Léo de Lima
Hemédio Taiss de Souza
Fernando Pinto da Silva
Moacir Nogueira
Moacir Monteiro
Lincoln do Carmo Santos
Antonio Carlos Pinheiro Machado
Balvino Muller

Suplentes do Diretório

Rubens Ferreira
Edú Liberti
Edésio Brum
Altino Masson
José Rosa Filho
Reinaldo F. Matitz
Miguel Rohden
Walmir da Silva
Antonio Torcater
Noir Pacheco

Delegados à Convenção Regional

Silvio Sebastiani
Adalberto Daros
Antonio M. Anibelli
Lauro Carvalho Chaves
Ivan Ribas
Antonio Marchalek
Emílio Mauro Barbosa
Arlindo Ribas de Oliveira
Odair Ferreira
Aziz Domingos
Odilon Santos
Alfeu Cezarini
Gilberto Daros
Nilson Rosa
Rubens Ferreira
Hernani Guimarães
João Culik
José [illegible]
Noir Pacheco
Manoel Lourenço
Edú Liberti
Severo Cordeiro
Edésio Brum
Walmir da Silva
Reinaldo F. Matitz
Miguel Rohden
Vitorio Trzeciak
Antonio Torcater
Balvino Muller
Altino Masson

Suplentes de Delegados

Léo de Lima
Murilo Carlos Ferreira
Lincoln do Carmo Santos
Antonio Carlos Pinheiro Machado
Luiz Gonzaga Caprilhone
Romão Dorocinski
Edison T. Morais
Hemédio Taiss de Souza
Erani Raquel K. de Souza
Pedro Gorges
Rubens Melantonio
Fernando Pinto da Silva
Osvaldo Kogut
Manoel da Silva
Francisco E. Pereira
Moacir Monteiro
Harry M. Matitz
José Afonso Brollo
Osvaldo da Silva
José da Silva Guimarães
Levi Alves Ribas
Antonio Urbanetz
Olga Regina A. da Cunha
Pedro Paulo Block
Francisco Santos
Moacir Nogueira
Acir Natalino Cordeiro
Amarly Perly Soares
Joaquim Liberdade Bento
Oriando Monteiro

PT1381.J64

REDE FERROVIÁRIA FEDERAL S.A.
SUPERINTENDENCIA REGIONAL - CURITIBA

DEPARTAMENTO DE SEGURANÇA
SETOR SEGURANÇA

CONFIDENCIAL

31

CURITIBA, 22 / SETEMBRO / 19 78

ASSUNTO: "POSIÇÃO DO MDB NO PARANÁ"

ORIGEM: IRF-5/RFFSA

AVALIAÇÃO:

DIFUSÃO: ASI/UEL - ASI/UFPR - CI/SESP - DOPS/PR

DIF. DESDE A ORIGEM:

ANEXOS: 1 (UM) EXEMPLAR DO LIVRO EM EPÍGRAFE

REFERÊNCIA:

ENCAMINHAMENTO Nº. 015/78-IRF-5

1 - Difundimos em anexo a publicação "POSIÇÃO DO MDB NO PARANÁ", editado pelo Diretório Regional do MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO (MDB), com dados de 1 976.

2 - O livro em questão está dividido em 4 partes e em seu capitulo final dá um panorama geral da situação do partido, em cada município do Estado do PARANÁ. Incluindo a biografia sintética de cada um dos principais líderes municipais, com a respectiva vida familiar, endereço, etc..

- * * * -

REDE FERROVIÁRIA FEDERAL S.A. * SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL - 5 *
DEPARTAMENTO DE SEGURANÇA

D. O. P. S.
PROTOCOLO
Nº 1761/78
SEÇÃO DE INFORMAÇÕES

ISN - 2 03 10 80 010 503

PT1381.164

ESTADO DO PARANÁ

Secretaria de Estado da Segurança Pública

Polícia Civil

3ª SUBDIVISÃO POLICIAL DE SÃO MATEUS DO SUL
DELEGACIA DE POLICIA DE INÁCIO MARTINS

OF. Nº 56/78.- Inácio Martins, 26 de Outubro de 1.978

Senhor Delegado Chefe:

Anexo ao presente estou encaminhando a V.Sa., um Auto de / Apreensão de sessenta e quatro exemplares de um jornal intitulado/ "A VOZ DA OPOSIÇÃO" Nº 01- Curitiba, fazendo graves acusações contra nossos Governos, e cujos exemplares estavam sendos destribuidos pelo Presidente do MDB, nesta cidade, Albino da Silva Rebello.

Reitero a V.Sa., os meus protestos de elevada estima e distinta consideração.

Sebastião dos Santos Taborda
Delegado de Polícia.-

ILMO SR.
EDIVAL ANTONIO RIBEIRO
D. DEL. CHEFE DA 3ª SDP
SÃO MATEUS DO SUL - PR.

DELEGACIA DE POLICIA DE INACIO MARTINS ESTADO DO PARANÁ

D. O. P. S.
PROTOCOLO
Nº 1995/78
SEÇÃO DE INFORMAÇÕES

- 1 NOV 0033 PR 011516
SEC. DE SEGURANÇA PÚBLICA

SERVIÇO DE IMPRENSA DA POLÍCIA CIVIL

PT 1381.164

- R. hoje
- Ciente
- Encaminhe-se à Divisão Policial do Interior.

SIM Sul, 27-10-78

DELEGADO CHEFE 3º SDP

R. Hoje

Encaminhe-se a D.P.C., para conhecimento.

Em 30-10-78

Dr. Chefe da D.P.I.

A' D.S.I., com os exemplares em apenso para os fins devidos.

Em 31-10-78

1º S.I.

Em 31/11/78

- Anexe-se no Porte do M-DB dos seus exemplares, o decreto pedido.

Em 30/11/78

PT 1333.164

SSP - 100

33

Estado do Paraná

Secretaria de Segurança Pública

Delegacia de: POLICIA DE INACIO MARTINS

AUTO DE APREENSAO

Aos Vinte e seis dias do mês Outubro, do ano de mil novecentos e setenta e oito nesta cidade de ~~Curitiba~~ Inácio Martins Capital do Estado do Paraná, na Delegacia de Polícia local.-, em cartório, presente o ~~BACHAREX~~ Sr. Sebastião S.Taborda, titular respectivo, comigo, Escrivão de seu cargo, adiante, nomeado e assinado, presentes também as duas testemunhas ao final assinadas e que a tudo assistiran, aí sendo, a autoridade em princípio aludida determinou que se legalizasse a apreensão dos objetos discriminados, os quais constam do seguinte:

Sessenta e Quatro exemplares de jornais intitulado " A VOZ DA OPOSICAO " Nº 01 - CURITIBA, cujos exemplares apresentados pelo Presidente do MDB/ em Inácio Martins, tendo sido distribuidos mais de 100 neste Município. Nada mais havendo para ser lavrado, a autoridade policial determinou / que se encerrasse o presente auto, que depois de lido e achado conforme/ vai devidamente assinado na forma da lei, pelas testemunhas Amadeu Francisco de Siqueira, José Adão Filho e por mim, _____ Escrivão ad-hoc que datilografei.

Delegado:- Sebastião Cazarde

Testemunha:- José Adão F.

Testemunha:- Siqueira

~~Escrivão ad-hoc~~-

Exibidor:- [illegible]

Escrivão ad-hoc:- [illegible]

PT 1381.164

CONFIDENCIAL

ESTADO DO PARANÁ
POLÍCIA MILITAR
ESTADO MAIOR GERAL
2.a SEÇÃO

Informe N.o 192 / PM-2 / 1.977.

A - Data : 06 JUN 77.
B - Assunto : SEMINÁRIO DE ESTUDOS POLÍTICOS E ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DOS CAMPOS GERAIS/MDB/PONTA GROSSA/PR.
C - Origem : 2ª SEÇ/PMPR.
D - Referência : -.-
E - Classificação : A.1.
F - Dif. Ant. : -.-
G - Anexos : FOTOCÓPIA DE FLÂMULA COMEMORATIVA E DE CRACHÁ IDENTIFICADOR.
H - Difusão : SNI - CISESP - DOPS - DPF - 5ª RM/DE.

1. Em Ponta Grossa/PR, no dia 29 MAI 77, com início às 09:00 horas e término às 18:35 horas, realizou-se o SEMINÁRIO DE ESTUDOS POLÍTICOS E ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DOS CAMPOS GERAIS, patrocinado pelo Movimento Democrático Brasileiro, MDB, tendo por local a Câmara Municipal de Ponta Grossa, com a participação do Senador LEITE CHAVES, dos Deputados Federais JOSÉ GOMES DO AMARAL e ÁLVARO DIAS, Prefeitos LUIZ CARLOS STANISLAWZUK, de Ponta Grossa e CÂNDIDO PACHECO BASTOS, de Guarapuava, do Vereador ADHAIL SPRENGER PASSOS, de Curitiba, ex-Prefeitos DALTON PARANAGUÁ e JOSÉ RICHA, do Presidente do MDB do Paraná, EUCLIDES SCALCO, além de outros.

2. A sessão foi aberta por EUCLIDES SCALCO, que passou a palavra ao Prefeito de Ponta Grossa, LUIZ CARLOS STANISLAWZUK, para falar sobre a sua administração, tendo o mesmo dito, entre outras coisas, que: "o Governo Estadual não lhe dá apoio, mas que com o seu apoio irá efetuar uma administração a contento da população; a ARENA do Paraná é mentirosa, pois alterou os dados numéricos do relatório sobre as últimas eleições, enviado ao Presidente da República, somente para contentá-lo como Chefe da Nação".

3. DALTON PARANAGUÁ, ex-Prefeito de Londrina, discorreu sobre a sua administração naquela cidade, dizendo que: "fora ameaçado de cassação por construir várias escolas no município inclusive uma sendo constituída em local onde era uma praça pública, sendo que o Governo não lhe dera autorização e reteve a verba do município, tendo então que, para terminar a construção, apelar para o comércio local, conseguindo apoio total, mas que ficou devendo a todos; quando da visita do então Vice-Presidente da República a Londrina, na época, relatou-lhe esse fato, tendo aquela autoridade determinado a liberação da verba, tendo então sua moral elevado - se perante a opinião pública; as leis foram feitas para serem ditas, mas não cumpridas; o Governo é um mentiroso, pois diz que somos seus filhos, só que filhos mesmo são os Prefeitos da ARENA porque os do MDB são filhos ilegítimos ou adotivos, que não têm ajuda alguma do pai; o Prefeito de Londrina ANTONIO BELINATTI, lhe declarou que o governo do Estado falou-lhe que se quisesse sobreviver teria que passar a pão e água; o Capitão LAMARCA estava certo quando dizia que quem fez as leis do País e o Regulamento do Exército não os cumpriu porque se os cumprisse teria dado veto em tudo o que está excrito", sendo bastante aplaudido.

4. ADHAIL SPRENGER PASSOS, vereador pelo MDB em Curitiba/PR, alertou os Prefeitos sobre as prestações de contas dos municípios, que deverão ser entregues até o dia 31 de março de cada ano, além de discorrer como deve se portar um vereador do MDB quando o Prefeito é do MDB e quando o Prefeito é da ARENA; falou durante aproximadamente 01:00 hora, dando explicações e respondendo a variadas perguntas.

5. JOSÉ GOMES DO AMARAL, Deputado Federal, disse que "o Governo é corrupto e desonesto, porque meses atrás foi denunciado na Câmara Federal que um caso de suborno ocorria na "PHILIPS MORRIS", sendo que o denunciado, ao invés de ser punido,

QUALQUER PESSOA QUE TE... CONHECIMENTO DESTE ASS... FICA AUTOMATICAMENTE ... RESPONSÁVEL PELO SEU SIGILO.
... 12, 1 Regulamento para a Salvaguarda ... Assuntos Sigilosos - Decreto n.º 79099 ...

CONFIDENCIAL

SEGUE...

D. O. P. S.
PROTOCOLO
N.º 977/77
SEÇÃO DE INFORMAÇÕES

PTS 881.164

Anotar
Pasta: MDB/PR
Em 20/6/77

Anotado
em 06.10.77

foi promovido a Presidente do Banco do Brasil" e que "atualmente o povo vive num re' gime de ditadura".

6. JOSÉ RICHA, ex-Prefeito de Londrina, falou sobre o Planejamento Municipal, alertando os atuais Prefeitos sobre o problema da erosão, sobre o planejamento dos loteamentos e da Lei do Zoneamento; alertou sobre a maneira de como ficar bem com a população, efetuando o loteamento rural e urbano e abrindo financiamento para aquisição' de casa própria aos menos favorecidos.

7. NIVALDO KRUGER, ex-Prefeito de Guarapuava disse que "uma vez que não tem ajuda' do Governo então procurou solução, à sua própria maneira , reformulando a tributação de sua cidade; o povo, no começo, vai sentir, mas dessa maneira o município terá melhor renda, pois o aumento do imposto predial e territorial valoriza o imóvel e o contribuinte será a salvação do município".

9. O vice-Prefeito de Rio Negro, do qual não foi possível captar o nome, leu um artigo da coluna de HELIO DUQUE, editada no jornal "O ESTADO DO PARANÁ", sobre "Planejamento Descentralizado".

10. FRANCISCO LEITE CHAVES, Senador da República, que chegou apenas por volta das 15:00 horas, falou das "pressões sofridas no Senado, com a implantação da Reforma Judiciária e que, nas eleições de 1978, os governadores serão nomeados em todos os Estados".

11. ALVARO DIAS, Deputado Federal, encerrou a sessão, com estas palavras: "Estamos' em um país sem lei; o Presidente impõe reformas barbarizantes e um estado absolutista ao país; é um estado sem instituição e sem legislação; esse Presidente usa uma arma, o ATO 5, para oprimir os que querem a DEMOCRACIA; para mim, estamos em um regime ditatorial".

12. Houve, durante a reunião, um intervalo de 2 (duas) horas, destinado a um almoço de confraternização entre os presentes.

CONFIDENCIAL

PT1381.364

Seminário de Estudos Políticos
Administração Municipal
Ponta Grossa

LEMBRANÇA DO SEMINÁRIO DE ESTUDOS POLÍTICOS E ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DOS CAMPOS GERAIS

PONTA GROSSA - PR

29/05/77

PT 1331.164

32

CONFIDENCIAL

ESTADO DO PARANÁ
POLÍCIA MILITAR
ESTADO MAIOR GERAL
2.a SEÇÃO

Informe N.o 307 / PM-2 / 1.977.

A - Data : 29 JUL 77.
B - Assunto : CONCENTRAÇÃO DO MDB EM PAISSANDU/PR.
C - Origem : 2ª SEÇÃO PMPR.
D - Referência : ; . ;
E - Classificação : A-1.
F - Dif. Ant. : ; . ;
G - Anexos : CÓPIA DE RECORTE DE JORNAL.
H - Difusão : SNI/ACT - 5ªRM/DE - DOPS - DPF.

No dia 22 JUL 77, o Diretório Municipal do MDB de Maringá/PR, realizou uma concentração de aproximadamente duzentos simpatizantes, na cidade de Paissandu/PR, entre os quais estiveram presentes vereadores, dirigentes partidários da região, deputados estaduais e o deputado federal ALVARO FERNANDES DIAS.

Os principais temas e críticas abordados, durante a reunião, foram:-

a) - Conscientização do povo brasileiro da necessidade de uma Assembléia Nacional Constituinte;

b) - Luta do Partido em prol dos Direitos Humanos;

c) - O Deputado Estadual WALBER GUIMARÃES criticou o Governo do Estado e suas constantes deslocações para o interior, criticou a cassação de Alencar Furtado e concluiu que a situação política do País é muito grave;

d) - O Deputado Estadual VALTER PITANGELO atacou diretamente o Deputado OLIBE CRISÓSTOMO alegando que o mesmo está fazendo campanha política às custas da Assembléia Legislativa do Estado;

e) - O Deputado Estadual RENATO BERNARDE criticou o Governo Federal em virtude de sua política agrícola;

f) - O Deputado Federal ÁLVARO FERNANDES DIAS teceu pesadas críticas ao Governo Federal, destacando-se principalmente aos problemas que aflige a agricultura brasileira.

Na concentração, notou-se um grande número de agricultores da região.

Foi solicitado aos presentes para prestigiarem o Encontro Regio-

ALGUEM PESSOA QUE TOMAR
NHECIMENTO DESTE ASSUNTO
A AUTOMATICAMENTE RES-
S.AVEL PELO SEU SIGILO.

12 - Regulamento para a Salvaguarda de
ões Sigilosas - Decreto n.º 76099/77

PT1381.164

CONFIDENCIAL

SEGUE...

D.O.P.S.
PROTOCOLO
Nº 1364 /77
SEÇÃO DE INFORMAÇÕES

Para Auditor

Data: 4/10/77

[signature]

09/08/77

Auditado em 10/10/77

[signature]

CONFIDENCIAL

CONTINUAÇÃO DO INFE Nº 307/77 - PM.2/PMPR.....Fls nº 02..

Encontro Regional do MDB, em Maringá/PR, no dia 13 de agosto de 1977.

.....

QUALQUER PESSOA QUE [illegible]
CONHECIMENTO DESTE ASS[illegible]
F[illegible]CA AUTOMATICAMENTE [illegible]
POR[illegible]ÁVEL PELO SEU SIG[illegible]

Art. 12 - Regulamento para a Sal[illegible]
Assuntos Sigilosos - Decreto n.º

CONFIDENCIAL

PT1381.164

FOLHA DE LONDRINA - 24-07-77

Deputado chama Quiélse de "dedo-duro" e acusa-o de fazer campanha com dinheiro da AL

PAISSANDU (Da sucursal de Maringá) — Cerca de 200 simpatizantes do MDB compareceram anteontem à noite ao Clube Recreativo de Paissandu, para uma concentração que o Diretório Municipal organizou, a pedido dos deputdos estaduais e federais da região, que paralelamente à luta do partido pela conscientização do povo brasileiro da necessidade de uma Assembléia Nacional Constituinte, aproveitam o recesso para visitar as suas bases, já com vistas ao pleito de 78.

Logo na abertura dos trabalhos, o deputado Walber Guimarães, depois de afirmar que já percorreu dezenas de municípios nos últimos dias, criticou o Governo do Estado e suas constantes deslocações para o interior, classificando a medida de "demagógica e politiqueira", para depois falar da cassação de Alencar Furtado e da situação política do País, "que é das mais graves".

Depois, Valter Pietrangelo, deputado estadual, fez ataques diretos ao deputado Quiélse Crisóstomo, "que está fazendo campanhe às custas da Assembléia Legislativa do Estado". Pietrangelo denunciou o parlamentar arenista — que já se lançou candidato à sucessão de Jaime Canet — de ser um dos responsáveis pela proibição do uso do telex da AL pelos deputados, além de tachá-lo de "dedo-duro".

Estiveram presentes também ao encontro, Álvaro Dias e Renato Bernardi, além de inúmeros vereadores e dirigentes partidários da região. Ambos discursaram na oportunidade, abordando especialmente problemas da Agricultura, tendo Renato Bernardi definido assim as últimas medidas do Governo em relação à Agricultura brasileira: "O Governo está matando a galinha dos ovos de ouro".

A concentração popular anteontem realizada em Paissandu, foi uma espécie de preliminar para a que será realizada dia 13 de agosto, em Maringá, onde estará a maioria dos deputados estaduais e federais do MDB paranaense e provavelmente o senador Leite Chaves.

CONFIDENCIAL

002653

PT 1321.164

90

REDE FERROVIÁRIA FEDERAL S.A.
SUPERINTENDENCIA REGIONAL - CURITIBA

CONFIDENCIAL

DEPARTAMENTO DE SEGURANÇA
SETOR SEGURANÇA

CURITIBA, 9 / SETEMBRO / 19 77

ASSUNTO: ATIVIDADES SUBVERSIVAS

ORIGEM: IRF-5/RFFSA

AVALIAÇÃO:

DIFUSÃO: SNI/ACT - E2/5ª RM - DOPS/PR

DIF. DESDE A ORIGEM:

ANEXOS: 1 XERÓX

REFERÊNCIA:

INFORME Nº. 014/77

- Com respeito ao lançamento precoce de candidatos a Deputados pelo MDB, o fato já vem confirmando-se, haja visto o documento anexo, caracteriza como um lançamento de candidatura; talvez o primeiro.

- o o o -

REDE FERROVIÁRIA FEDERAL S.A. * SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL - 5 * DEPARTAMENTO DE SEGURANÇA

D. O. P. S.
PROTOCOLO
N.º 16241 ff
SEÇÃO DE INFORMAÇÕES

ISN - 2 03 10 80 010 503

PT1381-164

Para autos

Visto: ~~[illegible]~~ HDB

Em 10/09/77

~~[illegible]~~

Juntado Conf. Fls. 415

PM-2 06/09/77.

PT 1321.164

CONFIDENCIAL

41

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO PARANÁ

SERVIÇO DE INFORMAÇÕES

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL SR-PR Serviço de Informações Curitiba

Data : 20/05/77

Assunto : CAMPANHA PARA A FORMAÇÃO DE UMA ASSEMBLÉIA CONSTITUINTE - MDB

Origem : DOPS/SR/PR

Referência : INFO Nº 0258/77-SI/SR/DPF/PR

Difusão : CI/DPF - ACT/SNI - 5a.RM/DE - EOEIG - CISESP/PR - PMPR - DOPS/SESP/PR

Anexo :

INFORMAÇÃO Nº 0288/77-SI/SR/DPF/PR

Em complementação ao documento da referência, item 4, informamos que o estudante foi identificado, através de fotografia, como sendo ROMMEL DO BRASIL PRUDENTE LIMA, filho de José Divino Lima e Ida / Prudente Lima, DLN 15/06/51-BLUMENAU/SC, portador da Cédula de Identidade nº 665.139/SSP/PR e estudante na Universidade Federal do Paraná.

D. O. P. S.
PROTOCOLO
N.º 838 / 77
SEÇÃO DE INFORMAÇÕES

CONFIDENCIAL

SR/PR - 820-A

PT 1331.164

Anotar
Pasta: M.D.B/PR
Em 26-5-77

Anotado em 30/08/77

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO PARANÁ

SERVIÇO DE INFORMAÇÕES

Continuação da INFO Nº 0258/77-SI

(fls.5)

causa que lutavam há muito tempo, porém clandestinamente.Que a causa teria meta a derrubada do regime e seus governantes. Disse que esse país encontra-se num marasmo total, já que é dirigido por incapazes, tornando a situação numa palhaçada. Perguntou se o MDB estaria em condições de dirigir o país depois de uma tomadá do poder e se em última cartada estaria o MDB disposto a entregar os seus mandatos em questão de protestos à situação atual, já que seus colegas(estudantes) tem realizado pela causa,inclusive entregado a vida. O Senador MARCOS FREIRE respondeu com evasivas. Este estudante não foi identificado, porém prosseguem diligências sobre esse elemento.

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SR-PR
Serviço de Informações
Curitiba

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SR-PR
Serviço de Informações
Curitiba

43

-Narrou histórico de todas as constituintes que precederam as Constituições Brasileiras, daí sobre a Revolução de 64, que se o executivo expressa opinião nacional e seus propósitos são realmente democráticos, então porque não segue o caminho da história brasileira, porque não acata a nossa tradição, como em 1822, 1890, 1933 & 1945, convocando uma Assembléia Constituinte para que seja traçado uma ordem jurídica fundamental e que aplique a todos nós e não só aos governados é preferem seguir como em 1937, não convocando o povo.

-Falou sobre a constituinte, dizendo que não se compara ao Congresso, mesmo no regime democrático não se confunde com o poder constituinte, ainda mais no caso em que o Congresso se encontra despojado.

-Criticou o Governo com relação ao estado jurídico, referindo-se sobre o regime de força, solicitando definição no movimento de 1964, entregando ao povo o poder constituinte senão passa a exercer uma ditadura, exercer um regime discricionário, cabendo ao regime de 1964 se definir quanto aos objetivos.

-Falou sobre as limitações do tempo após a proclamação de Deodoro e a Revolução de 1930, porém que o movimento de 1964 não quer se limitar no tempo.

-Na finalização falou sobre a liberdadem desenvolvimento e segurança, ao último fazendo comparações com arbitrariedades. Terminou dizendo que dentro de constituição democrática cabe liberdade, segurança, desenvolvimento e justiça social.

4. DEBATES

-Depois do pronunciamento, MARCOS FREIRE abriu um debate. Na maioria das perguntas ficaram evidenciadas de tendências contrárias ao regime atual.

-O que mais chamou atenção foi de um estudante que além de definir-se adepto à causa, disse que os estudantes tinham MARCOS FREIRE um líder de uma

Segue...

PT 1381.164

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SR-7/PR
Serviço de Informações
Curitiba

44

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO PARANÁ
SERVIÇO DE INFORMAÇÕES

exceção que já existe fechou-se o Congresso, que teve o dispudor de anunciar uma reforma da justiça por um ato de força..."

"...lembro da frase de Luis XV de 1770, quando dizia que o Direito de ditar leis que regulem e governem nossos sūditos ē nosso, com exclusividade, e com independência, por incrīvel que pareça duas semanas se passaram e na prā tica e o que tivemos foi um executivo se arvorando e pas sando por cima do Congresso Nacional, ditar leis por exclusividade e com independência. Isso configura sem dūvida a situação anomala que estamos passando, falta de liberda de, legitimidade, a manutenção desse regime de força e da legitimidade ao estado para coercitivamente disciplinar a vida social de que existe ou deve existir o que LEITE CHAVES chamou estado de direito, aquele conjunto de regras certas básica pre-fixadas que estabelecem as diretrizes de toda vida social..."

-Falou sobre o estado de direito; da constituição que não é constituição, por ser uma lei das leis e no Brasil foi resolvido voltar a teorias ultrapassadas. Que de acordo com as suas conveniências, interesses e dificuldades modificam a prōpria ordem jurīdica fundamental.

-Que a consciência jurīdica e polītica do Brasil não pode se conformar com um movimento vitorioso, golpe de estado, seja uma revolução - muitas vezes pela força das armas - que assumindo o governo não restituia ao país os caminhos da normalidade democrática, a isto que o MDB não concorda.

-Disse sobre a Assembléia Constituinte convocada em 03/07/1822, para uma posterior formalização da Independência e fazendo um paralelo com o que ocorreu com D.Pedro I, fechando a Assembléia Constituinte, por não concordar com a Constituinte, ortogando a primeira Constituição Brasileira com seu espīrito autoritário.

Segue...

PT1381.164

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SR-PR
Serviço de Informações
Curitiba

45

3. PRONUNCIAMENTOS

3.1. LEITE CHAVES

-Que depois deste último grande revés que atentou contra a Constituição, o que teve consequência direta na estruturação, da formação(?) dos objetivos do partido, do país nos vimos diante de uma Constituição mais detalhada, mais dividida, mais cincompreensível e irrenunciável(?) do que se encontrava antes. Ainda estamos sobre o efeito dessa dupla pancada, dessas últimas violências praticadas contra a consciência política e jurídica nacional, mais ainda contra a esperança do povo brasileiro.

-Que ao recesso parlamentar , ao direito retirado de votar no Governador, a única opção ao MDB seria uma Constituição nova.

-"QUE A CONSTITUINTE É UM FATO GERADOR DE UMA NOVA CONSTITUIÇÃO".

-Que sobre o partido com relação a punição recebida, que não votou na reforma que não podia reformar, do direito de votar no Governador, da reforma do judiciário. Criticou a reforma e suas implicações.

-Comparou o Juiz à situação dos estudantes, estes além do AI-5, estão com o 477 em cima. Criticou a centralização do Judiciário, falando sobre a descentralização.

-Salientou a vida de MARCOS FREIRE, como autoridade pela liberade e decência da Lei Magna. Referiu-se o caso em que MARCOS não assumiu a Prefeitura em que foi eleito, pois antes de assumir haviam baixado o AI-5 e que o mesmo MARCOS não havia sido eleito sob aquele sistema e recusara a assumir.

-Disse sobre a necessidade de uma Constituição que esteja à altura dos nossos anseios e grandes preocupações nacionais.

3.2. MARCOS FREIRE

"Quando o partido da oposição no exercício de prerrogativas que diziam serem suas , mas como consequências do regime de

PT 381-364

CONFIDENCIAL

46

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO PARANÁ

SERVIÇO DE INFORMAÇÕES

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL SR-PR Serviço de Informações Curitiba

Data : 05/05/77

Assunto : CAMPANHA PARA FORMAÇÃO DE UMA ASSEMBLÉIA CONSTITUINTE - MDB

Origem : DOPS/SR/PR

Referência :

Difusão : CI/DPF - ACT/SNI - 5a.RM/DE - EOEIG - CISESP/PR - PMPR - DOPS/SESP/P

Anexo :

INFORMAÇÃO Nº 0258/77-SI/SR/DPF/PR

1. A CAMPANHA

-No dia 29/04/77, foi realizada,nas dependências da Assembléia Legislativa do PR - CURITIBA/PR, a 1a. Reunião da Campanha para formação de uma assembléia constituinte, promovida pelo MDB.

-Essa campanha visa dar ao Brasil uma nova Carta Magna. Movimento que, segundo o MDB, não apenas seria do partido, mas do povo brasileiro.

-Tem a campanha a liderança do Senador/MDB/PE MARCOS FREIRE, sendo o mesmo a favor de uma Assembléia Constituinte que dê ao país uma nova Constituição.

2. ELEMENTOS PRESENTES

2.1 COMPUNHAM A MESA

MARCOS FREIRE, Senador/MDB/PE; *Líder

FRANCISCO LEITE CHAVES, Senador/MDB/PR;

TRAJANO BASTOS, Deputado Estadual/PR e lider na A.L./PR;

MARIO CELSO, Vereador/CURITIBA,e líder na C.M./CURITIBA;

ALVARO DIAS, Deputado Federal/MDB/PR e Vice lider da Bancada;

JOSE MUGIATI FILHO, Deputado Est/MDB/PR e ex-Presidente MDB/PR;

FRANCISCO BRITO LACERDA, ex-Presidente da OAB/PR;

ADAHIL SPRENGER PASSOS, Vereador/CURITIBA eSecretário do Diretorio Regional do MDB/PR;

SILVIO SEBASTIANE, Presidente do MDB em CURITIBA.

2.2 OUTROS

Prefeitos, veradores, estudantes, etc.

Segue...

CONFIDENCIAL

SR/PR - 820-A

PT1391.164

Anotar
Pasta: MDB/PR
Em 10-5-77

Anotado em 23/05/77

Rufantos

PT1321.164

47

Confidencial

Estado.

e- O Deputado Estadual Renato Bernarde criticou o Governo Federal em virtude de sua política agrícola;

f- O Deputado Álvaro Dias teceu pessadas críticas ao Governo Federal, destacando-se principalmente aos problemas que aflige a agricultura Brasileira.

1e-

Constatou-se que na reunião em tela encontravam-se grande número de Agricultores da Região.

1f-

Foi solicitado aos presentes para que prestigiem o Encontro do MDB em Maringá no dia 13 de Agosto de 1.977.

É o que contém o presente Informe.

****

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA
ASSESSORIA DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES
Gabinete do Reitor

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA
GABINETE DO REITOR
ASSESSORIA ESPECIAL DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES
Este documento tem classificação SIGILOSA Decreto n.º 60417, de 11 de março de 1967 (RSAS). Toda e qualquer pessoa que tomar conhecimento deste assunto fica automaticamente responsável pela manutenção do seu SIGILO (Art. 62 do RSAS).

Confidencial

pc1321.364

Confidencial

INFORME nº 15/77 - ASI/FUEL

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA
ASSESSORIA DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES
- Gabinete do Reitor -

26.07.77

ASSUNTO: ENCONTRO DO MDB EM MARINGÁ
ORIGEM: ASI/FUEL
AVALIAÇÃO: A.1
DIFUSÃO ANTERIOR: Não Houve---
DIFUSÃO ATUAL: ACT/SNI - DOPS/CTB/PR---
REFERENCIA: ----------
ANEXO: ----------

D. O. P. S.
PROTOCOLO
N.º 1329/77
SEÇÃO DE INFORMAÇÕES

1.

Será realizado no dia 13 de agosto próximo na cidade de Maringá um encontro do MDB em caráter Regional.

1a-

O referido encontro está sendo programado para ser concretizado sob a forma de "DESAGRAVO" ao Ex-Deputado Federal Alencar Furtado.

1b-

Além do Desagravo à pessoa do nominado serão discutidos temas referentes a Constituinte, Anistia, AI-5 e Direitos Humanos.

1c-

No dia 22 do corrente mes, o Diretório Municipal do MDB de Maringá realizou uma concentração na cidade de Paissandú, onde estiveram presentes mais ou menos 200 simpatizantes' doMDB, inúmeros Vereadores e Dirigentes Partidários da Região , além de vários Deputados Estaduais e do Deputado Federal Álvaro' Dias.

1d-

Os principais temas abordados durante a reu - nião foram:

a - Conscientização do povo Brasileiro da necessidade de uma Assembléia Nacional Constituinte;

b - Luta do Partido em pról dos Direitos Humanos;

c - O Deputado Estadual Walber Guimarães criticou o Governo do Estado e suas constantes deslocações para o interior, criticou' a cassação de Alencar Furtado e concluiù que a situação política do País e muito grave;

d - O Deputado Estadual Valter Pietrangelo atacou diretamente o ' Deputado Quiélse Crisóstomo, alegando que o mesmo esta fazendo campanha políticas às custas da Assembléia Legislativa do

segue

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA
GABINETE DO REITOR
ASSESSORIA ESPECIAL DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES
Este documento foi classificação SIGILOSA
Decreto n.º 60417, de 11 de março de 1967 (RSAS).
Toda e qualquer pessoa que tomar conhecimento
deste assunto fica automaticamente responsável
pela manutenção do seu SIGILO (Art. 62 do RSAS).
PT 1381.164

Confidencial

Ministère - a

Porte : 4 083/MCM/PR

Le 05/08/77

CONFIDENCIAL

ESTADO DO PARANÁ
POLÍCIA MILITAR
ESTADO MAIOR GERAL
2.a SEÇÃO

Informe N.o 368 /PM-2/ 1977.

A - Data : 18 AGO 77.
B - Assunto : MDB PRETENDE LANÇAR CAMPANHA DE AMBITO NACIONAL.
C - Origem : 2ª SEÇÃO PMPR.
D - Referência : :.
E - Classificação : A-2.
F - Dif. Ant. : :.
G - Anexos : :.
H - Difusão : SNI/ACT - 5ªRM/DE - DPF - DOPS.

O Movimento Democrático Brasileiro (MDB) está pondo em prática um movimento, de âmbito nacional, em longa escala, e, para o qual seria lançado um programa com as seguintes características:

a) Abrangeria todos os aspectos da atual conjuntura nacional;

b) Seria em nome de todos os dirigentes do MDB, sem nenhuma característica individual, que segundo o MDB, é para evitar "cassações";

c) Teria a finalidade de atingir todos as camadas sociais, em todo o Território Nacional, para mudar a opinião pública sobre o atual sistema político brasileiro.

.....

QUALQUER PESSOA [illegible]
CONHECIMENTO DE [illegible]
FICA [illegible]
FORNECIDA PELO [illegible]

Art. 12 - Regulamento para [illegible] de Assuntos Sigilosos - De[illegible]

D. O. P. S.
PROTOCOLO
N.º 1515/77
SEÇÃO DE INFORMAÇÕES

CONFIDENCIAL

PT1381.164

Registrou-se
Proto: MDB
em 03/09/77

Brasília, 11 de agosto de 1977

Ilustre Cidadão (ã)

Chamo-me Heitor Cavalcanti Alencar, filho do Deputado ALENCAR FURTADO, que teve o seu mandato parlamentar injustamente cassado. Sou paranaense nascido em Paranavaí, e concluo este ano o curso de bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais.

Participei da luta do meu pai, toda ela travada em favor do povo. Sei dos seus sacrifícios, dos riscos que viveu, dos sonhos que sonhou. Sei que bandeiras empunhava, que causas abraçava, que teses defendia. A sua fé é imensa: em Deus, no povo e em si mesmo. Seu otimismo é contagiante e impulsionador. As metas principais da sua vida pública sintetizavam-se em favor da democracia política e da democracia econômica.

Como seu filho, faço questão de ser amigo dos seus amigos e companheiro dos seus companheiros. Sinto-me no dever de prosseguir a sua luta que se confunde com os anseios nacionais. Daí a minha pretensão de ser candidato a Deputado Federal pelo MDB do Paraná. Por isso, faço-lhe esta carta para saber da sua opinião.

Meu pai, que está cassado nos seus direitos políticos, ficará feliz - tenho certeza - com a sua solidariedade à minha candidatura e eu, por ele e por mim, ficarei duplamente grato.

Acredito no triunfo dos valores democráticos: Direito, Democracia, Liberdade, Justiça Social são valores da humanidade e só o homem livre oferece sentido à vida.

Eu bem que poderia dizer para o seu filho "amarás teu pai como a ti mesmo", o que poderia ser um slogan ou a síntese da luta que pretendo prosseguir.

Cordialmente,

HEITOR ALENCAR

SCS - Edifício DENASA - Sala 302

PT 1381.164

5
20P5AR
5

CONFIDENCIAL

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO
III EXÉRCITO
COMANDO DA 5ª RM/DE
ESTADO-MAIOR

2.ª Seção

CURITIBA, PR, 06 MAI 76

INFORMAÇÃO N.º 597-E/2-76

1. Assunto: ENCONTRO ESTADUAL DO MDB/PR EM BELA VISTA DO PARAÍSO/PR
2. Origem: DPF/PR
3. Difusão: EOEIG - PMPR - ACT/SNI - CISESP/PR - DOPS/PR - DOI/5ª RM/DE
4. Difusão Anterior:
5. Referência:
6. Anexo: Cópia xerox da Info nº 052/76/DE/SO/DPF/LND/PR, de 04 Mai 76.

Esta AI encaminha cópia do documento aludido no "ANEXO", versando sobre o Encontro Estadual do MDB/PR, realizado no dia 2 Mai 76 na cidade de BELA VISTA DO PARAÍSO/PR.

X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X

COMANDO DA 5ª RM/DE

D. O. P. S.
PROTOCOLO
N.º 919 176
SEÇÃO DE INFORMAÇÕES

CONFIDENCIAL

PT1381164

IA SI

12/05/76

Para outro Estado
participar

Porto: MDB/PR

Santa Catarina
Em 13/05/76

Amostado

Em 30/03/77

Rinaldo

PT1338.364

52

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL.
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO PARANÁ

DIVISÃO DE POLÍCIA FEDERAL EM LONDRINA.
DELEGACIA EXECUTIVA.

INFORMAÇÃO Nº052/76/DE/SO/DPF/LND/PR.
Em 04 de Maio de 1976.

COMANDO 5ª RM/DE 2ª SEÇÃO

Sr. Delegado executivo.

Informo á VaSa que no dia 2 de Maio próximo passado, realizou-se na cidade de Bela Vista do Paraiso um encontro estadual do MDB/PR, este municipio está localizado a aproximadamente 40 - Kms de Londrina, contou com a participação de vários líderes regionais do MDB entre eles, o Senador Leite Chaves e os Deputados Federais Alvaro Dias e Antonio Belinatti, Deputados Estaduais Euclides Scalco - presidente estadual do partido e suplente a Senador, Osvaldo Evangelista de Macedo, Otásio Pereira, José Antonio Del Ciel e Luiz Carlos Zuk de Ponta Grossa. Contudo as presenças mais marcantes foram a dos srs. José Richa atual Prefeito de Londrina e Dalton Paranagua ex prefeito, estes senhores contam com grande prestígio em nossa região e sem dúvida alguma seu apoio a oposição será decisivo nas próximas eleições / municipais. Participaram também representações de 28 municipios paranaenses, mas apesar da importância política dos participantes na cidade poucos se interessaram com os fatos, fazendo com que os visitantes superasem os locais em número e em entusiasmo.

Foram tratados vários assuntos de interesse do - partido, principalmente no que diz respeito as próximas eleições, ressaltando-se em várias oportunidades o fato de que o MDB obterá nas - próximas eleições a grande maioria das prefeituras paranenses.

Segundo Euclides Scalco, serão preparadas linhas mestras para as plataformas dos candidatos, estes serão assistidos e / orientados pelo MDB não só durante a campanha eleitoral mas sobretudo depois do pleito.

Frizou-se de uma forma especial a importância - que deve ser dada as administrações de prefeitos eleitos pelo MDB afirmando-se inclusive que será criado um conselho estadual do qual participariam elementos da executiva do MDB e os prefeitos emedebistas que encerrarão o mandato este ano com o objetivo de orientar e assessorar os novos prefeitos.

continua.....

PT 331.164

NOME: VIVIANE KANIAK

FILIAÇÃO: ROMÃO KANIAK e DROBOSLAVA KANIAK

NATURAL: MORRETES - PARANÁ

NASCIMENTO: 17/04/1958

21 IDENTIDADE Nº: 1.078 .845 - EXP. CURITIBA - PR - 04/06/1974

TÍTULO DE ELEITOR Nº 105.842 - Curitiba - PR - 15/07/76

CURSO MÉDIO: ESCOLA SECUNDÁRIA COLEGIAL ESTADUAL "PRESIDENTE LAMENHA LINS "
Curitiba - Paraná - 1975

ENDEREÇO: RUA PARAÍBA - 385 - FONE: 43-3207 - VILA GUAIRA

53

1

2

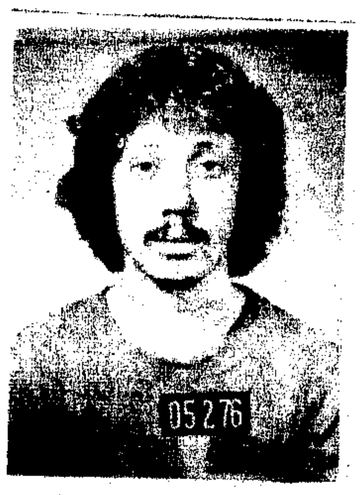
3

4

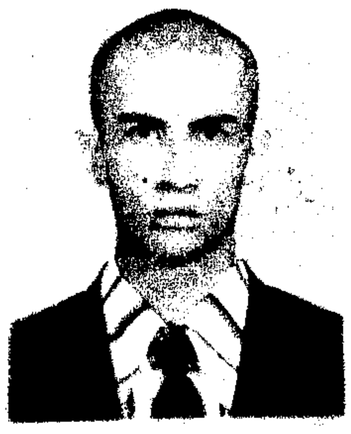
5

6

7



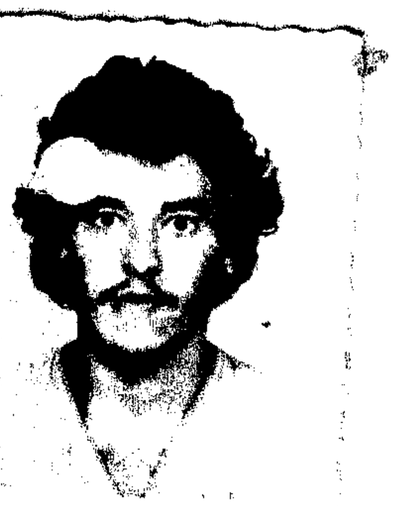
8



9

10

11



12

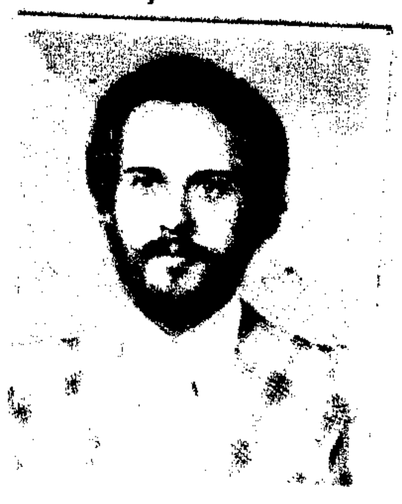
13

14

15

16

17



18

19

20

21

PT 381164

CONTINUAÇÃO...

... pois aqui não existem Leis; que no Brasil uma pessoa que comete crime contra a Segurança Nacional, não tem direito a HABEAS CORPUS, porém não se consente e não se admite que uma pessoa não possa defender seus direitos e se por em liberdade.

QUALQUER PESSOA QUE TOMAR CONHECIMENTO DE ASSUNTOS SIGILOSOS FICA RESPONSÁVEL PELO SEU SIGILO

Art. 62 - Regulamento para a Salvaguarda de Assuntos Sigilosos - Decreto n.º 60.417/67

PT 1321.364

CONFIDENCIAL

55

CONFIDENCIAL

ESTADO DO PARANÁ
POLÍCIA MILITAR
ESTADO MAIOR GERAL
2.a SEÇÃO

Informe N.o 590 / PM-2 / 1.976

A - Data : 15. SETEMBRO
B - Assunto : CONVENÇÃO MDB - PALMAS/PR
C - Origem : 2a. SEÇÃO/PMPR
D - Referência : -
E - Classificação : B-2
F - Dif. Ant. : -
G - Anexos : -
H - Difusão : CISESP - DOPS - SNI - 5a. RM/DE - DPF - EOEIG

ESTADO DO PARANÁ POLÍCIA MILITAR E M G 2ª SEÇÃO Maj PM

D. O. P. S.
PROTOCOLO
N.º 1875/76
SEÇÃO DE INFORMAÇÕES

1. - Em data de 27-08-76, no Salão da Sociedade Beneficiente Operária de Palmas/PR, realizou-se uma convenção do Movimento Democrático Brasileiro.
2. - A Sessão foi aberta pelo Dr Advogado ALBINO KLUGE, Presidente daquela bancada' emedebista, o qual passou a palavra para o Secretário Sr DARCI BORDINHON, que' fez a chamada dos 21 (vinte e um) convencionais.
3. - As Chapas para candidatos a Prefeito daquele Município foram formadas da se- ' guinte maneira:

CHAPA Nº 01: Prefeito - DR ALBINO KLUGE.
Vice-Prefeito - WALDEMAR GIOTTO.

CHAPA Nº 02: Prefeito - ARI ZANATTA.
Vice-Prefeito - WALDEMAR GIOTTO.

CHAPA Nº 03: Prefeito - Dr PLÍNIO GOMES.
Vice-Prefeito - PATROCÍNIO DE OLIVEIRA.

4. - Formação de chapas para candidatos a Vereadores:

CHAPA Nº 01: ANTONIO RAMPAZZO, AGENOR CARVALHO, ÉLIO STALCHIMIDT e AROLDO O. MENDES.

CHAPA Nº 02: HERMÍNIO OREZOLI, EDUARDO SCOPEL, ADRILES GIACOMETTI e PEDRO GROFT.

CHAPA Nº 03: AUREO OLIVEIRA MELLO, AMAURY ALNO R. BRANCO, LAURO ALVES e SROCIL VALMIR.

5. - Encerrando a Sessão, o Sr ANTONIO ANIBELLI, que estava representando seu filho ANTONIO MARTINS ANIBELLI, Deputado Federal, fez um discurso a pedido dos futuros representantes do partido naquela cidade. Sendo que nesse discurso, o Sr.' ANTONIO ANIBELLI, criticou o atual Presidente da República, comentando que todos os dias, veêm-se na TV, em cartazes, e escuta-se pelo rádio os dizeres, ' "ESTE É UM PAÍS QUE VAI PRÁ FRENTE", porém segundo ele isto é só ilusão, porque o Brasil está indo para tráz e não para a frente, que a dívida do País no exterior, é superior a trinta milhões de Dólares, sendo que só possui uma reserva' de quatro mil DÓLARES; que um Ministro Brasileiro ganha 5% a mais que um Ministro dos Estados Unidos da América. E porque isso? Será que é porque o Brasil' é um País que vai prá frente? Que no Estado de São Paulo, um Ministro que morava em um apartamento alugado, mandou alí construir uma piscina e outros confortos, e, ao mudar-se deixou tudo de presente para o proprietário do apartamento. De onde saiu esse dinheiro que foi gasto? que hoje falam que este País é Democrático, mas que é só história, porque a democracia acabou-se quando o povo ' não teve mais direito de escolher seu Presidente.
Fez ainda um pedido para os presentes, que ajudassem este País a voltar ao que era antes, "UM PAÍS CHEIO DE LEIS E DEMOCRACIA". Concluindo seu discurso disse: que é desgraçada um País que não tem Leis; que o Brasil é um País desgraçado...

PT1371 564

TRATANDO-SE DE PESSÔA QUE TOMARÁ CONHECIMENTO DESTE ASSUNTO FORA DA RESPONSÁVEL PELO SEU SIGILO

CONFIDENCIAL

Para anotar
Porto: P. Alegre/RS
Sant-Ci Santos
20/09/76

anotado
Em 28/03/77
Renilda

56

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO PARANÁ

DIVISÃO DE POLÍCIA FEDERAL EM LONDRINA.
DELEGACIA EXECUTIVA.

INFORMAÇÃO Nº052/76/DE/SO/DPF/LND/PR.
Continuação.....

O encontro finalizou ás 18,00 hrs com a prestação de contas do Senador Leite Chaves de suas atividades no Senado.

Sem dúvida alguma a presença do prefeito José Richa,foi o fato mais marcante do referido encontro já que o nominado até então mantinha-se a margem das especulações eleitorais,tendo afirmado em várias oportunidades que enquanto estivesse na prefeitura,não faria política e sómente se dedicaria a administração.

Era a informação.

ILDO RAIMUNDO DA ROSA
ENC. DA TOPS/LND.

COMANDO DA 6ª REGIÃO
POLÍCIA FEDERAL

PT 1381.164

57

MDB

DIRETÓRIO MUNICIPAL DE CURITIBA
COMISSÃO EXECUTIVA

Curitiba, 13 de outubro de 1976

Senhor Secretário:

Com referência ao nosso oficio datado de 08 do corrente mês, protocolado nessa Secretaría sob o nº13.842/76, informamos a Vossa Excelência os locais dos comícios e algumas alterações, relacionadas abaixo:

Dia 17 - VILA GUAÍRA = Da Praça Bento Munhoz da Rocha para Rua Santa Catarina (final da Rua).

Dia 19 - BACACHERI = Frente a Sociedade Bacacheri.

HIGIENÓPOLIS= Rua Luiz Barreto Murat,102

UBERABA = Av.Salgado Filho c/Rua José Hauer

XAXIM = Para Vila São Pedro - Rua 1º de Maio,948.

Certo de termos atendido às exigências da lei, aproveitamos a oportunidade para apresentar a Vossa Excelência, os protestos de elevada estima e consideração.

ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
5 (x) 11 25 12 014123
GRUPO ADMINISTRATIVO SETORIAL
PROTOCOLO

Atenciosamente

Sylvio Sebastiani
Presidente

EXMO. SNR.
GENERAL AILCINDO PEREIRA GONÇALVES
DD. SECRETARIO DE SEGURANÇA PUBLICA DO ESTADO DO PARANÁ
N/CAPITAL

D.O.P.S.
PROTOCOLO
Nº 2130/76
SEÇÃO DE INFORMAÇÕES

3087

PT 1321.164

Ao Sr. Delegado Titular
da DOPS. - 18/10/76

Rua Guaicurus - 1
Porto - 1408

PT1321.164

ANTES DE RASGAR ESTE FOLHETO, VEJA O QUE ESTÃO FAZENDO COM VOCÊ.

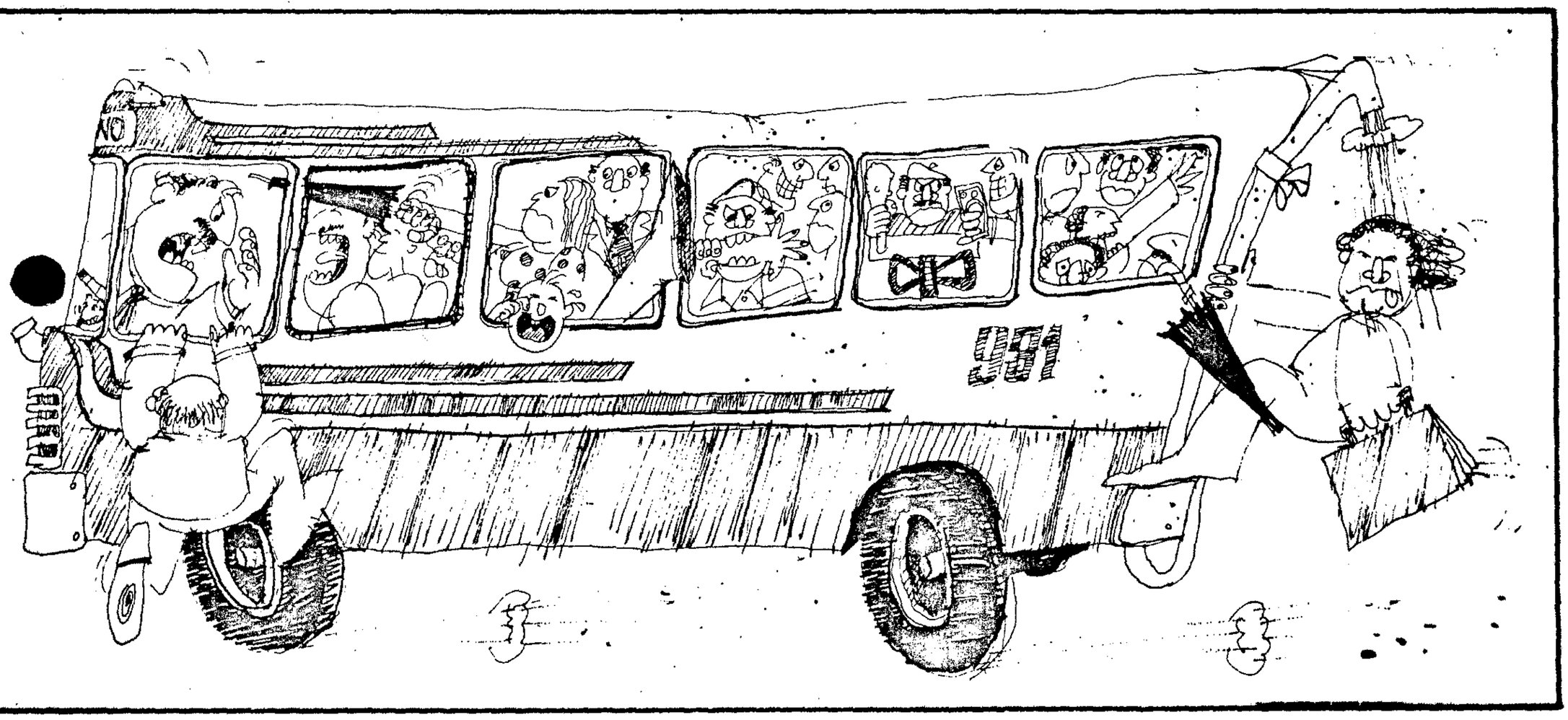
VOCÊ QUE TOMA ÔNIBUS DIARIAMENTE, É VÍTIMA DE UMA SÉRIE DE ABUSOS, QUE PASSAM DESAPERCEBIDOS PORQUE ACONTECEM A TODA HORA, E "NINGUÉM LIGA".

VEJA SE NÃO É VERDADE: VOCÊ LEVANTA CEDINHO; TOMA SEU CAFÉ RAPIDAMENTE, E O QUE ACONTECE?

1) **FILAS:** O não cumprimento dos horários dos coletivos gera as filas enormes que você enfrenta de manhã, na hora do almoço, e quando volta para casa.

2) **SUPERLOTAÇÃO:** Para não perder a hora, ou não ter que esperar outro ônibus (que vem não se sabe quando), você é apertado, massacrado dentro dos coletivos, que faturam o dobro com o mesmo número de viagens (*não será esta a razão de tantos atrasos?*)
CAUSA: FISCALIZAÇÃO INEXISTENTE (por razões inconfessáveis).

3) **MAU ATENDIMENTO:** Você, que economiza divisas (gasolina) se locomovendo de ônibus, constantemente é maltratado por motoristas e cobradores, que por sua vez são maltratados pelas empresas com salários irrisórios e horas excessivas de trabalho. Quem paga o pato é você.
CAUSA: VEREADORES DA SITUAÇÃO NA CÂMARA DE CURITIBA, TESTAS DE FERRO DAS EMPRESAS DE ÔNIBUS (CONCESSIONÁRIAS).
QUAIS?

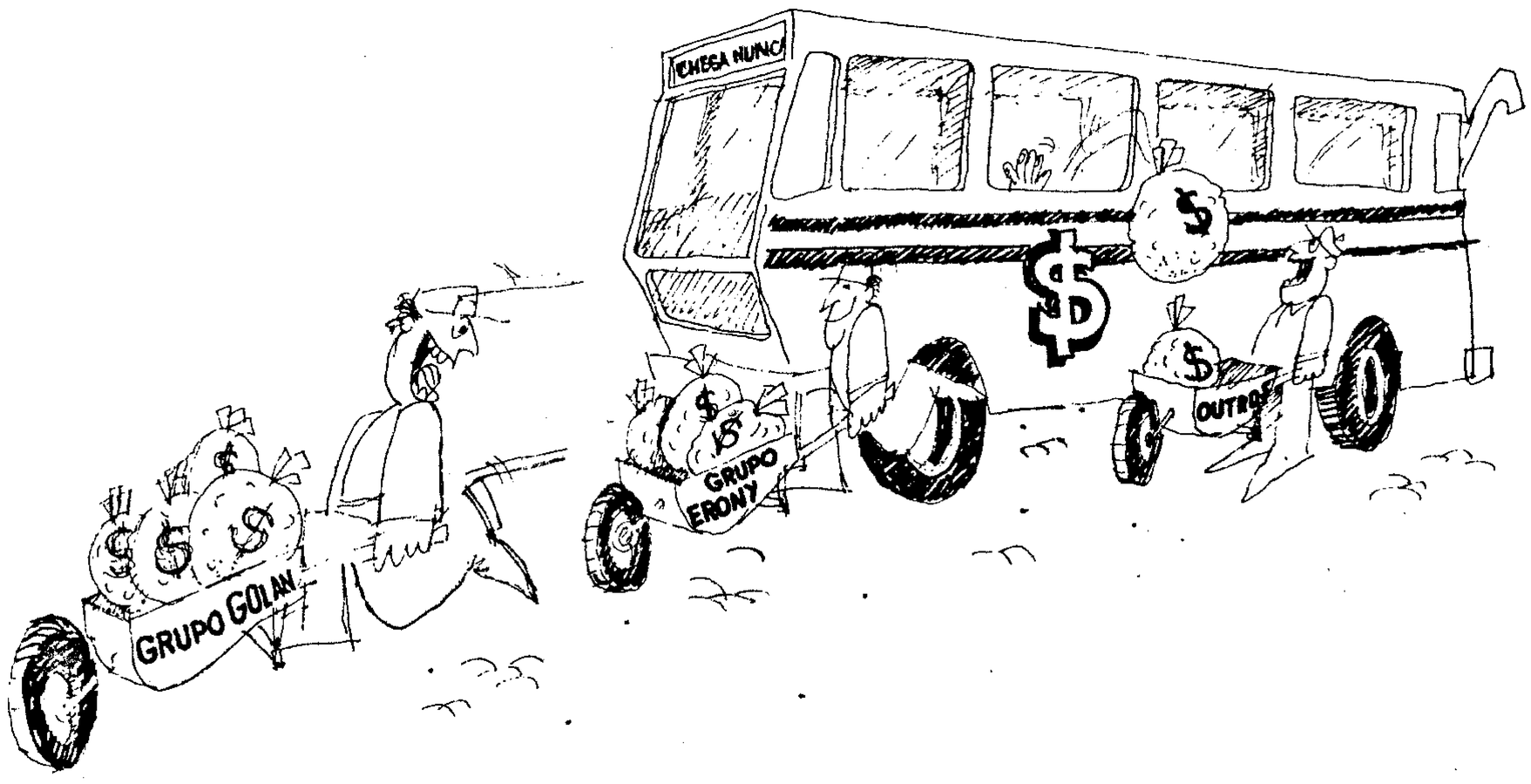


PORQUE SACRIFICAR O POVO EM BENEFÍCIO DE GRUPOS ECONÔMICOS?
Um ônibus expresso deveria faturar por viagem aproximadamente Cr$ 50,00, desde que sua capacidade é de 50 passageiros.
No entanto, fatura de Cr$ 100,00 a 130,00 por viagem. Confira andando de ônibus.

POR QUE UM ÔNIBUS DÁ MAIS LUCRO QUE UM CAMINHÃO?

Custa um ônibus (expresso)	Cr$ 500.000,00
Custa um caminhão (carreta)	Cr$ 650.000,00
Fatura por mês um ônibus	Cr$ 80.000,00 (aproximadamente)
Fatura por mês um caminhão	Cr$ 50.000,00 (aproximadamente)

PT 1391.164



Compare o capital empregado nos dois negócios, compare o faturamento nos dois veículos, compare o risco de vida e de acidentes de um caminhão na estrada e um ônibus na cidade.
Ônibus é um ótimo negócio. Para quem? Para você?

TOME O BONDE CERTO. MOZARTE QUADROS.

Mozarte Quadros, jovem candidato do partido oposicionista, pensa que estes problemas podem ser solucionados somente com a sua ajuda.

Porque você é o mais prejudicado.

E deve ser o maior interessado.

Analise as proposições de Mozarte Quadros para o problema:

1. Requerer uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito)
2. Apurar os responsáveis, punindo-os.
3. Cancelar a concessão de linhas dos infratores, se necessário.
4. Ingressar na justiça se apurada corrupção e suborno na fiscalização municipal, e nos meios públicos.
5. Credenciar o próprio povo para fiscalizar, colocando fiscais honestos e incorruptíveis, moradores dos próprios bairros indicados pelo povo.

AJUDE MOZARTE A AJUDAR VOCÊ!
VOTE MDB - VOCÊ SABE PORQUE...
MOZARTE · Nº2238

PT1381.164

MDB

DIRETÓRIO MUNICIPAL DE CURITIBA
COMISSÃO EXECUTIVA

Curitiba, 29 de Setembro de 1976

Senhor Secretário:

O Movimento Democrático Brasileiro - MDB - pelo seu Presidente da Comissão Executiva do Diretório Municipal de Curitiba, vem, nos termos da legislação eleitoral, comunicar a Vossa Excelência que realizará comicios no mes de outubro do corrente ano, nos dias, horários e locais abaixo:

Dia	Horas	Local
1º	20:00	Cajurú - Av. N.Sra. da Luz esquina da Rua Leopoldo Belzack
02	20:00	Boqueirão - Praça Dr.J.Menelau
03	18:00	Vila N.Sra. da Luz dos Pinhais - Praça Central.
05	20:00	Mercês - Praça Divina Pastora.
06	20:00	Vila Oficinas - Praça Walt Disney
07	20:00	Santa Felicidade - Travessa Padre Natal.
08	20:00	Pinheirinho - Frente Posto Pinheirinho.
09	20:00	Vila Esperança - Entrada
10	20:00	Barreirinha - Frente Igreja
12	20:00	Vila Izabel - Conjunto Palmeira

Certo de termos atendido às exigencias, aproveitamos a oportunidade para apresentar a Vossa Excelência, os protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente

Sylvio Sebastiani
Presidente

1/10/76

ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
013156
GRUPO ADMINISTRATIVO SETORIAL
PERIÓDICOS

Exmo. Snr.
General Alcindo Pereira Gonçalves
DD. Secretário de Segurança Publica do Estado do Paraná
N/Capital

PROTOCOLO Nº 2481

PT1371.164

MDB

DIRETÓRIO MUNICIPAL DE CURITIBA
COMISSÃO EXECUTIVA

Curitiba, 05 de outubro de 1976

Senhor Secretário:

Através da presente comunicamos à Vossa Excelência que, com referência ao nosso oficio datado de 29 de setembro p.passado protocolo dessa Secretária de numero 13156/76, no qual comunicamos a realização de comícios, haverá umas modificações no que se refere a locais conforme abaixo mencionamos:

Dia 8 - Pinheirinho - De: frente ao Posto Pinheirinho para frente ao Centro de Tradições Gauchas;

Dia 12- Vila Izabel - De: conjunto Palmeira para Rua Sebastião Paraná - frente Ex-Churrascaria Edy.

Sendo o que nos oferece na oportunidade, agradecemos a boa acolhida do presente, nos colocando a a inteira disposição de Vossa Excelência.

Atenciosamente

Sylvio Sebastiani

Presidente

ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
Recebido em 05 / 10 / 1976
Assinatura
Protocolo

D. O. P. S.
PROTOCOLO
N.º 2073/76
SEÇÃO DE INFORMAÇÕES

Exmo. Snr.
General Alcindo Pereira Gonçalves
DD. Secretário de Segurança Publica do Estado do Paraná
N/Capital

PT1332.J64

R. hoje -
ao Sr. Del. Tiradentes do
DOPS - 11/10/76

Informe-se
Porto: 11/10
Sem 12/10/76

PT1381.164

COMÍCIOS DO M.D.B.

De 1.o a 12 de outubro de 1976

O candidato a Vereador N.º **2.206 - HERNANI GUIMARÃES MEDEIROS,** tem a honra de convidar os EMEDEBISTAS E O POVO EM GERAL, para participarem das grandes concentrações cívicas a serem realizadas nesta Capital, de 1.º a 12 de outubro de 1976, nos seguintes locais:

Dia 1 - 6.º feira - 20 horas - Cajurú - Av. N. Sra. da Luz esquina com Leopoldo Belzack

Dia 2 - Sábado - Boqueirão - Passarela

Dia 3 Domingo - 18 horas - Vila N. S. da Luz dos Pinhais - Praça Central

Dia 5 - 3.a feira - 20 horas - Mercês - Praça Divina Pastora

Dia 6 - 4.a feira - 20 horas - Vila Oficinas - Praça da Igreja

Dia 7 - 5.a feira - 20 horas - Santa Felicidade - Travessa Padre Natal

Dia 8 - 6.a feira - 20 horas - Pinheirinho

Dia 9 - Sábado - 20 horas - Nucleo Nova Esperança

Dia 10 - Domingo - Barreirinha - Frente da Igreja Santa Gema

Dia 12 - 3.a feira - 20 horas - Vila Izabel - Cons. Palmeira

Agradecemos o Comparecimento

Vote no M. D. B.

PARA VEREADOR: HERNANI N.º 2.206

Você Sabe Porque

MDB

DIRETÓRIO MUNICIPAL DE CURITIBA
COMISSÃO EXECUTIVA

Curitiba, 29 de Setembro de 1976

Senhor Secretário:

O Movimento Democrático Brasileiro - MDB - pelo seu Presidente da Comissão Executiva do Diretório Municipal de Curitiba, vem, nos termos da legislação eleitoral, comunicar a Vossa Excelência que realizará comicios no mes de outubro do corrente ano, nos dias, horários e locais abaixo:

Dia	Horas	Local
1º	20:00	Cajurú - Av. N.Sra. da Luz esquina da Rua Leopoldo Belzack
02	20:00	Boqueirão - Praça Dr.J.Menelau
03	18:00	Vila N.Sra. da Luz dos Pinhais - Praça Central.
05	20:00	Mercês - Praça Divina Pastora.
06	20:00	Vila Oficinas - Praça Walt Disney
07	20:00	Santa Felicidade - Travessa Padre Natal.
08	20:00	Pinheirinho - Frente Posto Pinheirinho.
09	20:00	Vila Esperança - Entrada
10	20:00	Barreirinha - Frente Igreja
12	20:00	Vila Izabel - Conjunto Palmeira

Certo de termos atendido às exigencias, aproveitamos a oportunidade para apresentar a Vossa Excelência, os protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente

Sylvio Sebastiani
Presidente

1/10/76

ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
29 SET 1523 hs 013156
GRUPO ADMINISTRATIVO SETORIAL
PROTOCOLO

Exmo. Snr.
General Alcindo Pereira Gonçalves
DD. Secretário de Segurança Publica do Estado do Paraná
N/Capital

PROTOCOLO Nº 2481

PT 1381.164

Ao Sr. Dep titular da
DORS. - 30/9/76

À

S.I

Dfort
01/10/76

GEB

69

Curitiba, 05 de outubro de 1976

Senhor Secretário:

Através da presente comunicamos à Vossa Excelência que, com referência ao nosso oficio datado de 29 de setembro p.passado protocolo dessa Secretária de numero 13156/76, no qual comunicamos a realização de comícios, haverá umas modificações no que se refere a locais conforme abaixo mêncionamos:

Dia 8 - Pinheirinho - De: frente ao Posto Pinheirinho para frente ao Centro de Tradições Gauchas;

Dia 12- Vila Izabel - De: conjunto Palmeira para Rua Sebastião Paraná - frente Ex-Churrascaria Edy.

Sendo o que nos oferece na oportunidade, agradecemos a boa acolhida do presente, nos colocando a a inteira disposição de Vossa Excelência.

Atenciosamente

Sylvio Sebastiani
Presidente

Exmo. Snr.
General Alcindo Përeira Gonçalves
DD. Secretário de Segurança Publica do Estado do Paraná
N/Capital

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PT1331.364

ANTES DE RASGAR ESTE FOLHETO, VEJA O QUE ESTÃO FAZENDO COM VOCÊ.

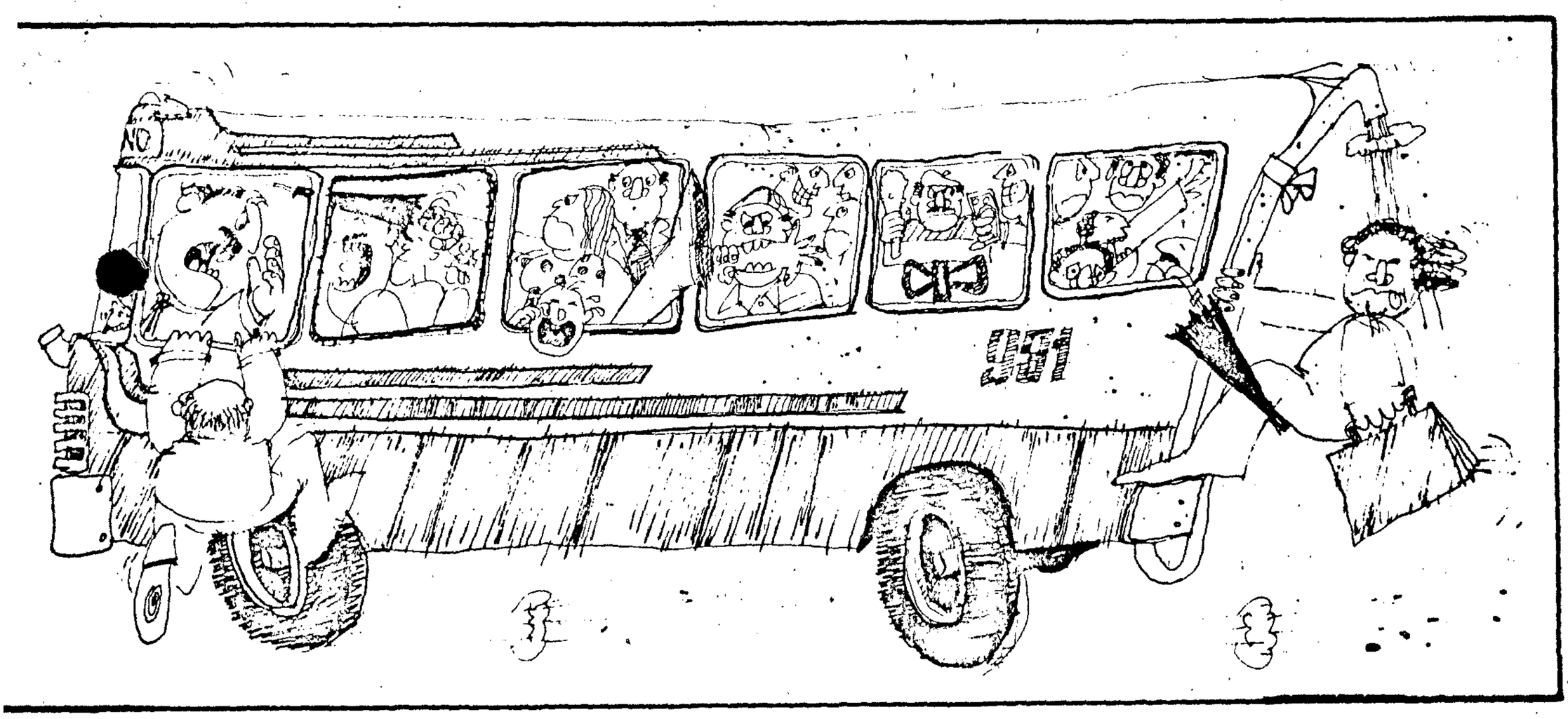
VOCÊ QUE TOMA ÔNIBUS DIARIAMENTE, É VÍTIMA DE UMA SÉRIE DE ABUSOS, QUE PASSAM DESAPERCEBIDOS PORQUE ACONTECEM A TODA HORA, E "NINGUÉM LIGA".

VEJA SE NÃO É VERDADE: VOCÊ LEVANTA CEDINHO; TOMA SEU CAFÉ RAPIDAMENTE, E O QUE ACONTECE?

1) **FILAS:** O não cumprimento dos horários dos coletivos gera as filas enormes que você enfrenta de manhã, na hora do almoço, e quando volta para casa.

2) **SUPERLOTAÇÃO:** Para não perder a hora, ou não ter que esperar outro ônibus (que vem não se sabe quando), você é apertado, massacrado dentro dos coletivos, que faturam o dobro com o mesmo número de viagens (não será esta a razão de tantos atrasos?)
CAUSA: FISCALIZAÇÃO INEXISTENTE (por razões inconfessáveis).

3) **MAU ATENDIMENTO:** Você, que economiza divisas (gasolina) se locomovendo de ônibus, constantemente é maltratado por motoristas e cobradores, que por sua vez são maltratados pelas empresas com salários irrisórios e horas excessivas de trabalho. Quem paga o pato é você.
CAUSA: VEREADORES DA SITUAÇÃO NA CÂMARA DE CURITIBA, TESTAS DE FERRO DAS EMPRESAS DE ÔNIBUS (CONCESSIONÁRIAS).
QUAIS?

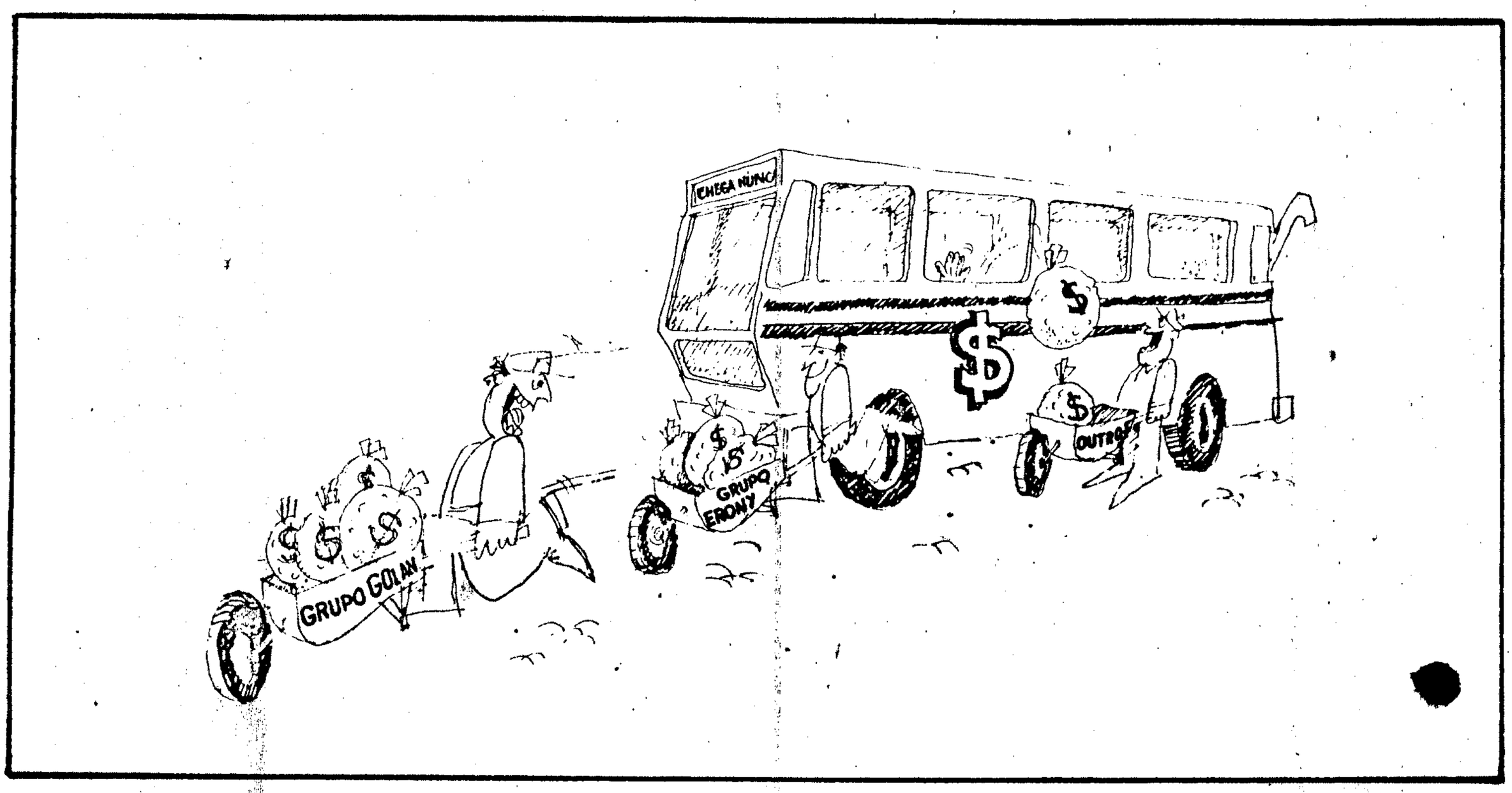


PORQUE SACRIFICAR O POVO EM BENEFÍCIO DE GRUPOS ECONÔMICOS?
Um ônibus expresso deveria faturar por viagem aproximadamente Cr$ 50,00, desde que sua capacidade é de 50 passageiros.
No entanto, fatura de Cr$ 100,00 a 130,00 por viagem. Confira andando de ônibus.

POR QUE UM ÔNIBUS DÁ MAIS LUCRO QUE UM CAMINHÃO?

Custa um ônibus (expresso)	Cr$ 500.000,00
Custa um caminhão (carreta)	Cr$ 650.000,00
Fatura por mês um ônibus	Cr$ 80.000,00 (aproximadamente)
Fatura por mês um caminhão	Cr$ 50.000,00 (aproximadamente)

PT 1321.164



Compare o capital empregado nos dois negócios, compare o faturamento nos dois veículos, compare o risco de vida e de acidentes de um caminhão na estrada e um ônibus na cidade.

Ônibus é um ótimo negócio. Para quem? Para você?

TOME O BONDE CERTO. MOZARTE QUADROS.

Mozarte Quadros, jovem candidato do partido oposicionista, pensa que estes problemas podem ser solucionados somente com a sua ajuda.

Porque você é o mais prejudicado.

E deve ser o maior interessado.

Analise as proposições de Mozarte Quadros para o problema:

1. Requerer uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito)
2. Apurar os responsáveis, punindo-os.
3. Cancelar a concessão de linhas dos infratores, se necessário.
4. Ingressar na justiça se apurada corrupção e suborno na fiscalização municipal, e nos meios públicos.
5. Credenciar o próprio povo para fiscalizar, colocando fiscais honestos e incorruptíveis, moradores dos próprios bairros indicados pelo povo.

AJUDE MOZARTE A AJUDAR VOCÊ!
VOTE MDB - VOCÊ SABE PORQUE...
MOZARTE • Nº2238

PT 1371.164

MDB

DIRETÓRIO MUNICIPAL DE CURITIBA
COMISSÃO EXECUTIVA

Curitiba, 28 de Outubro de 1976

72

D.O.P.S.
01.11.76

Senhor Secretario:

O Movimento Democrático Brasileiro - MDB - pelo seu Presidente da Comissão Executiva do Diretório Municipal de Curitiba, vem, nos termos da legislação eleitoral, comunicar a Vossa Excelência que realizará comicios no mes de novembro do corrente ano, nos dias, horários e locais abaixo:

Dia	Horas	Local
03	20:00	Barreirinha -
	20:00	Jardim Maringá (praça Central)
	20:00	Taboão
04	20:00	Pinheirinho (frente o C.T.G.)
	20:00	Vila Santa Amélia
05	20:00	Vila Ipiranga (Lado Campo do Vila Ipiranga)
06	20:00	Vila Fani (frente ao Campo da Vila Fani)
	20:00	Vila Guaira (Final da Rua Santa Catarina)
07	20:00	Santa Quitéria - (final da Rua Divina Providência)
	20:00	Jardim Paranaense
08	18:00	São Braz (frente ao Campo do São Braz)
09	20:00	Bariguí - (perto da Ponte)
	20:00	Campo Comprido - (frente da Igreja)

D. O. P. S.
PROTOCOLO
N.º 2209176
SEÇÃO DE INFORMAÇÕES

PROTOCOLO Nº 3550

ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
DOPS 1109 76 017973

GRUPO ADMINISTRATIVO SETORIAL
PROTOCOLO

Certo de termos atendido às exigências, aproveitamos a oportunidade para apresentar a Vossa Excelência, os protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente

Sylvio Sebastiani
Presidente

Exmo. Snr. General Alcindo Pereira Gonçalves
DD. Secretario de Segurança Publica do Estado do Paraná

PR1331.164

À

S.I

Rfonte
03/11/76

Arquivar

Pasta: MDB

Em 3-11-76

73

CONFIDENCIAL

ESTADO DO PARANÁ
POLÍCIA MILITAR
ESTADO MAIOR GERAL
2.a SEÇÃO

Informação 109 / PM-2 / 76

A - Data : 22.NOVEMBRO.76
B - Assunto : APREENSÃO DE BANDEIRA - PÉROLA/PR
C - Origem : 2ª SEÇÃO PMPR
D - Referência : -
E - Dif. Ant. : -
F - Anexos : UMA CÓPIA XEROX DA BANDEIRA e UMA DO AUTO DE APREENSÃO
G - Difusão : SNI/ACT- 5ª RM/DE- DPF- DOPS- CI-SESP

- Foi apreendida, pela Delegacia de Polícia de Pérola/Pr, no dia 24/OUT/76, uma Bandeira, nos moldes da Bandeira Nacional, com a Sigla M D B, a qual era conduzida por seus partidarios. (Xerox Anexo).
- A referida Bandeira foi encaminhada ao Juiz Eleitoral da 117ª Zo-/na, da Comarca de Xambré e foi feita comunicação ao Cmt da 5ª Cia de Fronteira e ao Delegado Chefe da Divisão Policial do interior.

QUALQUER PESSOA QUE TOMAR CONHECIMENTO DÊSTE ASSUNTO FICA RESPONSÁVEL PELO SEU SIGILO

Art. 62 - Regulamento para a Salvaguarda de Assuntos Sigilosos - Decreto n.º 60.417/67

D. O. P. S.
PROTOCOLO
N.º 2357/76
SEÇÃO DE INFORMAÇÕES

ESTADO DO PARANÁ
E M G
2ª SEÇÃO
POLICIA MILITAR

CONFIDENCIAL

PT1381_164

Enquête - n

Porte: MOB

Saint-Clar Sud

Le 29/4/76

PT1381.J64

ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL

Delegacia de: POLICIA DA PEROLA.

A U T O D E A P R E E N S Ã O

Aos vinte e quatro dias do mês Outubro do ano de mil novecentos e setenta e dois nesta cidade de Curitiba, Capital do Estado do Paraná na Delegacia de Policia de Pérola., em cartório presente o BACHAREL Dr. Polia Tenorio de Moura., titular respectivo, comigo, Escrivão de seu cargo, adiante, nomeado e assinado, Presente as duas testemunhas ao final assinadas e que a tudo assistiram, ai sendo, a autoridade em principio determinou que se legalizasse a apreensão dos objetos discriminados, os quais constam do seguinte:- Um dos Símbolos Nacionais" Bandeira do Brasil"a qual na manhã de hoje estava hasteada sôbre duas varas de bambu,no Comite do Movimento Democratico Brasileiro (MDB) na Av. Pérola Byington nesta cidade e as 13h30 era conduzida em um Jeep, dirigido por CARLITO [illegible], o qual pertence a comissão dos presidiários do MDB,que concorrem ao Distrito de Boa Esperança nêste Municipio,cuja Bandeira,ao apresentar alterada á sua forma, as cores, na proporção, o dístico e foi-lhe ainda acrescentado outra inscrição " M D B ",tendo portanto sido infringido o artigo 31, inciso II da Lei nº 5.700 de 7 de Setembro-1971 a referida Bandeira foi feita em um pano medindo 26 por 41 centimetros. Por nada mais haver, depois de lido e achado conforme, mandou a autoridade encerrar o presente auto que vai devidamente assinado. Encerrado o escrevi .:-:-:-

MDB

DIRETÓRIO MUNICIPAL DE CURITIBA
COMISSÃO EXECUTIVA

Curitiba,08 de outubro de 1976

Senhor Secretário:

O Movimento Democrático Brasileiro - MDB - pelo seu Presidente da Comissão Executiva do Diretório Municipal de Curitiba, vem, nos termos da legislação eleitoral, comunicar a Vossa Excelência que realizará comícios nos dias de 13 a 22 do corrente mês nos horários e locais abaixo:

Dia	Horas	Local	
13	20:00	BÔA VISTA	- Frente Igraja Sto.Antonio
14	20:00	JUVEVÊ	- Frente Igreja Cabral
15	20:00	SÃO BRAZ	- Campo do Eldorado
16	20:00	PILARZINHO	- Rua Matilde da S.Wolf,120
17	18:00	VILA GUAÍRA	- Prça Bemto Munhoz da Rocha
19	19:00	BACACHERI	-
	20:00	Higienópolis	-
	20:00	UBERABA	-
	20:00	XAXIM	- Praça do Nucleo Gralha Azul
20	20:00	CAMPINA SIQUEIRA	- Frente Sociedade O.Camponêz
21	20:00	VILA N.SRA.DA LUZ	- Praça Central
22	20:00	VILA DOS BANCARIOS	- Largo Alexandre Marchioro

Os locais referentes aos bairros Bacacheri, Higienópolis e Uberaba serão comunicados dentro de poucos dias, pois estamos aguardando dos candidatos a Vereadores dos respectivos bairros as localizações.

Certo de termos atendido às exigências, aproveitamos a oportunidade para apresentar a Vossa Excelência, os protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente

Sylvio Sebastiani
Presidente

ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
11 OUT 1976 Nº 013842
GRUPO ADMINISTRATIVO SETORIAL
PROTOCOLO

EXMO. SNR.
GENERAL ALCINDO PEREIRA GONÇALVES
DD.SECRETÀRIO DE SEGURANÇA PUBLICA DO ESTADO DO PARANÁ
N/CAPITAL

D. O. P. S.
PROTOCOLO
N.º 21/02/76
SEÇÃO DE INFORMAÇÕES

POLÍCIA FEDERAL
PROTOCOLO
Nº 2866

PT 1381.164

R. hoje. –
Ao Sr. Delegado Titular
da DOPS. – 12/10/76

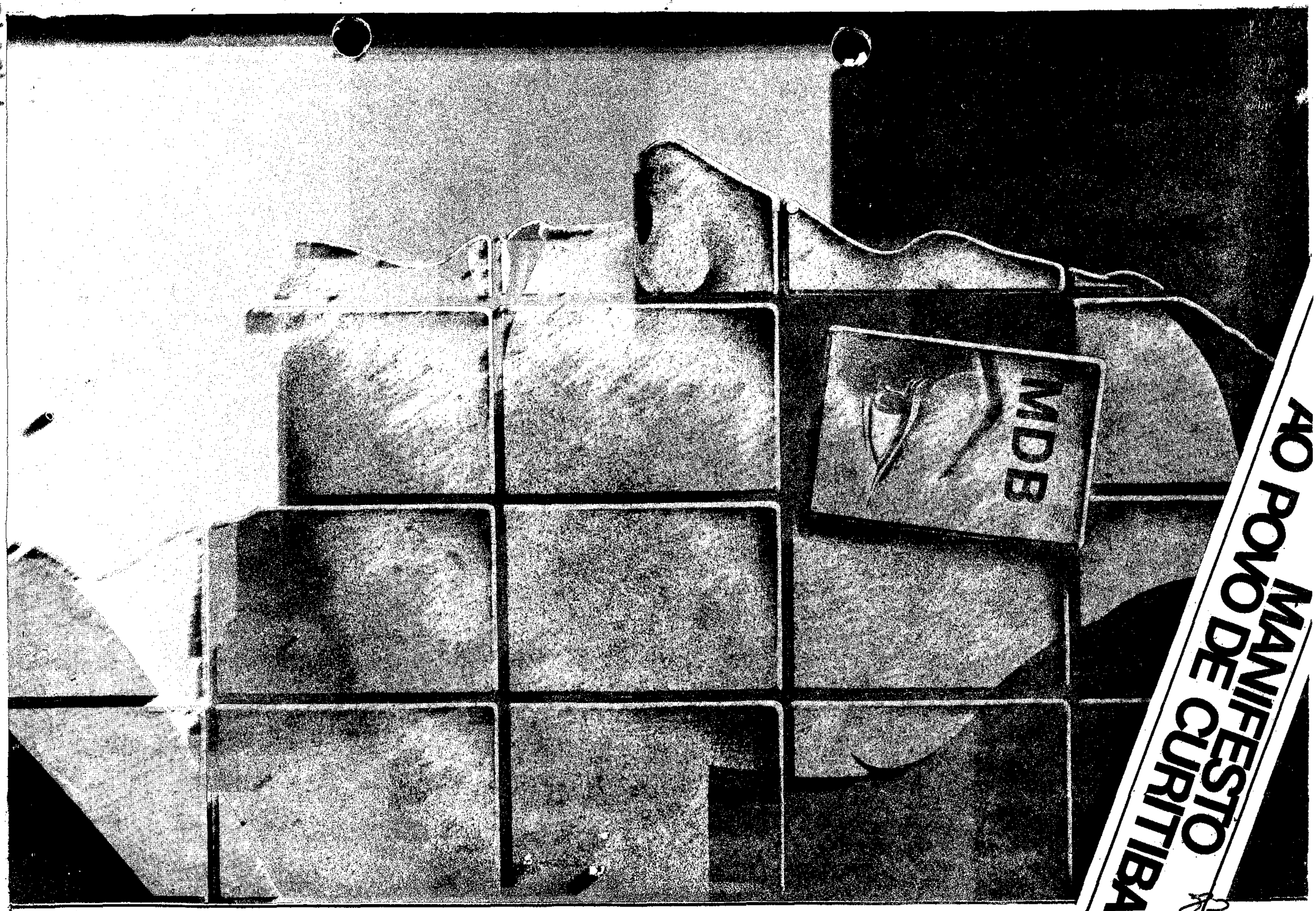
[illegible]

A S. I
E 14/10/76

Arquive-se
Porto: 14 03
Sout-Ten Scuty
em 18/10/76

PC 13.21.1984

ARQUIVO PESSOAL



AO POVO MANIFESTO DE CURITIBA

Anotar
Pasta: MDB
Em 12.11.76

Anotado em 25/04/77
Reg Santos

SENADO FEDERAL

GABINETE DO SENADOR LEITE CHAVES

Querido Povo de Curitiba.

Aproximam-se as eleições de 15 de Novembro, quando precisamos renovar, no mesmo nível, a admirável vitória obtida em 1974.

Somente seremos um grande partido no Paraná enquanto tivermos expressiva representação em Curitiba. Por isso a eleição de nossos vereadores se apresenta de grande importância. É para eles, - esses nossos admiráveis candidatos -, que pedimos toda a sua atenção, todo seu apoio.

Cordialmente
Leite Chaves

Em out./76

MANIFESTO AO POVO DE CURITIBA

O Diretório Municipal de Curitiba do Movimento Democrático Brasileiro — MDB —, dirige-se ao povo para apresentar os 63 candidatos que concorrem pela legenda da OPOSIÇÃO ao mandato de Vereador no pleito de 15 de novembro.

A escolha foi feita democraticamente, através de um criterioso processo de seleção, apontados os candidatos entre dezenas de outros igualmente expressivos. É uma equipe heterogênea e variada quanto à profissão e a categoria econômica dos seus componentes, mas homogênea e unida em relação aos ideais e aos propósitos que irmanam os candidatos.

Nossa chapa contém professores, engenheiros, motoristas, bancários, comerciantes, comerciários, farmacêuticos, radialistas, funcionários públicos, servidores autárquicos, economistas, dentistas, jornalistas, advogados, ferroviários, militares, gráficos, securitários, industriais, industriários, corretores, contabilistas, e estudantes, enfim são candidatos categorizados que representam o centro e os bairros da capital.

Temos certeza de que a Capital do Paraná dará ao MDB, partido democrático por excelência, a votação que possa compor a Câmara Municipal de Curitiba com uma representação popular vigilante e dedicada à causa da coletividade, num município de PREFEITO NOMEADO.

Aqui em Curitiba, nestes anos, 15 vereadores do partido do governo fizeram valer seu número contra 6 vereadores do MDB, aprovando leis que não consultam aos interesses maiores da população.

Além das soluções para os problemas específicos da coletividade curitibana que os candidatos estão formulando nos seus impresso e nos comícios, POIS NOS TIRARAM O DIREITO DO RÁDIO E DA TELEVISÃO, o MDB — Partido da Oposição — desfralda algumas bandeiras reivindicatórias que são comuns a todo povo brasileiro, como sejam entre outras:

1 — Redemocratização total do Brasil.
2 — Eleição pelo voto direto dos Prefeitos das Capitais.
3 — Eleição pelo voto direto do Presidente da República.
4 — Luta pela revogação do AI—5 e do Decreto-lei 477, que submetem o Brasil a um permanente regime de Intimidação.
5 — Política de respeito e defesa das prerrogativas e garantias da pessoa humana e condenação de todos os atentados às liberdades democráticas.
6 — Combate ao achatamento salarial para que os reajustamentos correspondam à real elevação do custo de vida.
7 — Luta pelo direito de sindicalização e autonomia dos sindicatos.
8 — Revisão da política tributária, de modo a se constituir num efetivo instrumento de justiça social e de afirmação do municipalismo.
9 — Rigorosa fiscalização no planejamento e na execução de obras públicas.
10 — Expansão e modernização do ensino superior e efetivação da gratuidade no ensino básico.
11 — Desenvolvimento de uma rede de postos de saúde em todos os bairros da capital.
12 — Luta por uma política de atendimento e busca da melhor solução para o menor abandonado, sem descurar da reeducação do infrator e do pré-delinqüente como medida preventiva para o seu ajustamento social.
13 — Luta para um programa de amparo a velhice, dando assistência econômica e social aos idosos sem amparo familiar.
14 — Equitativa distribuição das riquezas produzidas para obtenção da Justiça Social.

O pleito de 15 de novembro será um verdadeiro plebiscito e uma oportunidade do povo manifestar pelo VOTO SECRETO a sua opinião.

Quem NÃO estiver satisfeito com a situação atual e quiser MUDAR PARA MELHOR, VOTARÁ NOS CANDIDATOS DA OPOSIÇÃO, VOTARÁ NO MDB.

Revestem-se, ainda, as próximas eleições de um grande significado. Já que o Prefeito de Curitiba não é ELEITO e sim NOMEADO, os únicos representantes do povo na Capital, os intérpretes da sua vontade, são os VEREADORES.

Há mais um fato a assinalar com vistas à eleição direta para Governador do Estado em 1978, como determina a Constituição Federal. O MDB, a OPOSIÇÃO, vencedor no pleito de 15 de novembro de 1976, vencerá também em 1978. É uma etapa da caminhada do POVO até o Palácio Iguaçu.

Cabe esclarecer que os candidatos do MDB usam a legenda do MDB nas propagandas eleitorais, porque se orgulham do Partido a que pertencem.

Finalmente, vencedor o MDB, os eleitos terão maiores condições para modificar o que não deve ser conservado e conservar o que não deve ser modificado.

Às urnas de 15 de novembro! Por uma Pátria engrandecida, por uma democracia autêntica, por um povo livre, sob a proteção de DEUS.

Curitiba, setembro de 1976

SYLVIO SEBASTIANI
Presidente

REPRESENTANTES DO MDB DE CURITIBA

DEPUTADOS FEDERAIS
ANTONIO MARTINS ANNIBELLI
FERNANDO GAMA
GAMALIEL BUENO GALVÃO
PEDRO LAURO

DEPUTADOS ESTADUAIS
ADALBERTO DAROS
ENÉAS FARIA
MAURÍCIO FRUET

VEREADORES
ADHAIL SPRENGER PASSOS
ADMAR BERTOLLI
AMADEU GEARA
ARLINDO RIBAS DE OLIVEIRA
LAURO DE CARVALHO CHAVES
MOACIR TOSIN

CANDIDATOS À VEREADOR

ADHAIL SPRENGER PASSOS — Nº 2213
Vereador — Secretário do Diretório Regional do MDB — Engenheiro do Ministério das Comunicações — Professor da Univerdaidade Federal do Paraná — Professor da Universidade Católica do Paraná — Economista.

ADMAR BERTOLLI — Nº 2205
Vereador — Funcionário Público Municipal — Comerciante — Membro do Diretório Municipal do MDB.

AIRTON GUSMÃO — Nº 2228
Suplente de Vereador — Advogado — Radialista — Jornalista.

ALBERTO RATTON — Nº 2260
Advogado — Técnico de Administração — Contabilista — Curso Superior de Religião.

ALCEU DALABONA — Nº 2230
Suplente de Vereador — Farmacêutico — Técnico em Contabilidade — Estudante de Direito.

ALIPIO LEAL — Nº 2233
Técnico em Contabilidade — 4º anista da Faculdade de Direito da Universidade Católica do Paraná — Diretor do Departamento Jurídico do Diretório Acadêmico Ruperto Felix.

AMADEU GEARA — Nº 2222
Vereador — 2º Secretário da Câmara Municipal — Membro do Diretório Municipal do MDB — Advogado.

ANDRÉ BUSKEI — **Nº 2248**
Comerciante.

ANTONIO BOMBILIO — **Nº 2243**
Suplente de Deputado Estadual — Ferroviário — Agrimensor.

ANTONIO MARCHALEK — **Nº 2250**
Delegado do Diretório Municipal do MDB — Funcionário Público Federal (INPS) — Curso de Legislação Sindical.

ANTONIO ZARIMNIAK — **Nº 2256**
Professor — Bancário — Diretor Social da Associação Phoenix.

ARMANDO MAZARI — **Nº 2251**
Funcionário Público Estadual (DER).

AUGUSTO BORBA — **Nº 2203**
Delegado do Diretório Municipal do MDB — Advogado — Professor — Assessor Administrativo do Tribunal de Justiça.

BALVINO MILLER — **Nº 2253**
Advogado — Comerciante.

BRUNO JOÃO DA SILVA — **Nº 2241**
Corretor de Imóveis — Contador — Estudante de Direito.

CARLOS PERTEL — **Nº 2220**
Membro do Diretório Municipal do MDB — Contador — Radialista — Enfermeiro.

CLEINTON CALDEIRA — **Nº 2221**
Advogado — Professor — Ex-Vice Diretor do Colégio Lamenha Lins.

COARACI BARROS DE NORONHA — **Nº 2202**
Técnico em Contabilidade — Cursando Economia na Universidade Federal do Paraná.

DINO BRASSAC — **Nº 2257**
Ex-Vereador — Bacharel em Ciências Contábeis — Diretor de Divisão do SESI.

DU—VERNEY CARLOS MAGNO — **Nº 2231**
Representante autônomo — Estudante.

EDUARDO IZAR — **Nº 2217**
Comerciante.

EMILIO MAURO BARBOSA — **Nº 2209**
1º Suplente de Vereador — Membro do Diretório Municipal do MDB — Advogado da Assembléia Legislativa do Paraná.

EVERALDO SILVA — **Nº 2242**
Economista — Cirurgião-Dentista — Curso da ADESG — Funcionário da Prefeitura de Curitiba.

GLAUCO SOUZA LOBO — **Nº 2223**
Secretário do Diretório Municipal do MDB — Empresário.

HÉLIO CURY — **Nº 2240**
Suplente do Diretório Regional do MDB — Agente autônomo de mercado de capitais.

HEMEDIO TAISS DE SOUZA — **Nº 2214**
Funcionário Público Municipal.

HERNANI GUIMARÃES MEDEIROS — **Nº 2206**
Tesoureiro do Diretório Municipal do MDB — Economista — Representante comercial.

HUMBERTO GUSSO — **Nº 2247**
Corretor — Ex-Administrador Público do Departamento Rodoviário Municipal.

ÍTALO TANAKA — **Nº 2234**
Suplente de Deputado Estadual — Advogado — Empresário — Administrador de Empresa. Corretor

IVAN RIBAS — **Nº 2254**
Suplente de Delegado do Diretório Municipal do MDB — Advogado — Radialista.

JOÃO DARIO DE OLIVEIRA — **Nº 2244**
Estudante de Psicologia da Faculdade Ciências e Letras Tuiuti — Comerciante.

JOÃO CULIK — **Nº 2249**
Motorista.

JORGE ARASAKI — **Nº 2229**
Suplente de Vereador — Delegado do Diretório Municipal do MDB — Empresário — Cursos de Jornalismo, Publicidade e Fotografia da Universidade de São Paulo.

JOSÉ ALMEIDA — **Nº 2219**
Suplente de Vereador — Oficial Reformado do Exército — Estudante de Direito — Comerciante. Bacharel em Teologia

JOSÉ GABRIEL GULGIELMIN — **Nº 2255**
Comerciante — Membro da Torcida do Clube Atlético Paranaense.

JOSÉ GILBERTO MAGGI — **Nº 2215**
Securitário — Motorista — Cursos de Relações Públicas e Técnica de Chefia.

JOSÉ GOMES — **Nº 2252**
Operário — Trabalhador CLT e Suplementarista da Secretaria de Educação e Cultura — Curso de Eletrônica Industrial.

JOSÉ MACIEL PINTO — **Nº 2204**
Comerciário — Diretor Sindical — Estudante de Matemática na Universidade Católica do Paraná.

LAURO DE CARVALHO CHAVES — **Nº 2237**
Vereador — Vice-Presidente do Diretório Municipal do MDB — Oficial da Aeronáutica (Reformado) — Corretor de Imóveis.

LEO DE LIMA — **Nº 2218**
Vendedor e Promotor de Vendas.

LINCOLN DO CARMO SANTOS — **Nº 2201**
Suplente de Vereador — Advogado.

LUIZ ADAMIÃO PEREIRA — **Nº 2263**
Capitão da Polícia Militar — Diretor da Labre — Presidente da Associação de Pais e Mestres do Ginásio Prof. Tasso da Silveira — Diretor de diversas entidades Católicas.

MANOEL LOURENÇO DE CARVALHO — **Nº 2208**
Suplente de Vereador — Despachante do Detran — Diretor de Auto Escola

MARIO CELSO CUNHA — **Nº 2224**
Radialista — Jornalista — Produtor — Cursos de Relações Públicas e Administração de Empresas.

MILTON LUÍS PINHEIRO — **Nº 2232**
Corretor de Imóveis — Agente autônomo de investimentos — Cursos de Técnico de Contabilidade, Vendas e Fundo de Investimentos — Estudante de Economia.

MOACIR TOSIN — **Nº 2207**
Vereador — Lider do MDB na Camara Municipal - Membro do Diretorio Municipal do MDB - Industrial

MOACYR NOGUEIRA — **Nº 2226**
Suplente de Vereador — Funcionário Público Estadual.

MOZARTE DE QUADROS — **Nº 2238**
Ex-Presidente do Setor Jovem do MDB Regional — Estudante de Direito da Universidade Católica do Paraná — Diversos Cursos de Extensão Universitária — Ex-Vice Presidente da UPES.

NEIDE DE AZEVEDO LIMA — **Nº 2212**
Professora Primária, Secundária e Universitária — Mestrado em Psicologia Educacional — Licenciada em Pedagogia — Pesquisadora — Dezenas de cursos extensivos — Conferêncista — Diversos projetos e pesquisas. — Projeto Mater da Polícia Civil — Ex-Vereadora do PTB no interior do Paraná.

NELSON DE MIRANDA — **Nº 2262**
Securitário — Professor regionalista.

NERI ANTONIO LAGOS — **Nº 2235**
Bancário (Banco do Brasil).

NERINO CARUSO — **Nº 2245**
Industrial.

ODAIR FERREIRA — **Nº 2261**
Membro do Diretório Municipal do MDB — Funcionário Público Estadual — Lider Comunitário.

ODILON SANTOS — **Nº 2239**
Suplente de Vereador — Técnico em Direito Social Trabalhista

PAULO MUSZYNSKI — **Nº 2211**
Suplente de Vereador — Bancário (Banco do Estado do Paraná) — Estudante de Direito.

PAULO SERGIO FERRARINI — **Nº 2259**
Professor — Licenciatura em Letras pela Universidade Católica do Paraná — Especialização em Inglês p/Internacional House-Londres.

PEDRO GORGES — **Nº 2258**
Industrial.

PERCY ALFREDO TIEMANN — **Nº 2246**
Contador — Economista — Advogado — Funcionário Público Estadual — Diversos Cursos de Extensão Secundária e Universitária — Ex-Presidente da Associação dos Servidores Públicos do Paraná.

RICARDO MAC DONALD GHISI — **Nº 2210**
Advogado — Diversos cursos de Extensão Universitária, inclusive o Estágio Universitário na Câmara dos Deputados. — Ex-Presidente do Centro Acadêmico Hugo Simas e do Conselho de Diretórios Acadêmicos.

RUBENS EUGÊNIO MIRANDA CARDOSO — **Nº 2225**
Universitário — Economia da Universidade Federal do Paraná.

RUBENS MELANTONIO — **Nº 2227**
Comerciante.

SIDGLEY ANTONIO CLAUDINO — **Nº 2216**
Suplente de Vereador — Industrial.

WALDIR ROCHA D'ANGELIS — **Nº 2236**
Universitário: 5º ano de Engenharia e 3º ano de licenciatura em Química — Professor — Ex-Presidente do Movimento Universitário Cristão — Diversos Cursos de Formação Política, Sobre o Desenvolvimento, Liderança e Dinâmica de Grupo.

PARA VOTAR
BASTA ESCREVER
TANAKA
MDB

PARA VOTAR
BASTA ESCREVER
TANAKA
MDB

vote nos candidatos do MDB!

você sabe porque.

PARA VEREADOR

T A N A K A

nome do candidato
ou
número do candidato 2 2 3 4

iniciais ou sigla do partido MDB

SE VOCE NAO ESCOLHEU UM CANDIDATO,
VOTE NA LEGENDA DO MDB.

MDB

DIRETÓRIO MUNICIPAL DE CURITIBA
COMISSÃO EXECUTIVA

CONFIDENCIAL

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO
III EXÉRCITO
CMDO DA 5a RM/DE
ESTADO MAIOR

2.a Seção

Curitiba/ PR 14 OUT 75

Do Cmt 5.a RM/DE

Ao .....

1. Assunto : **INSTITUTO DE ESTUDOS POLÍTICOS, ECONÔMICOS E SOCIAIS - IEPES**
2. Origem : **AC/SNI**
3. Classif. :
4. Difusão : **DOPS/PR**

PEDIDO DE BUSCA N. 338 — E2/75

1. <u>DADOS CONHECIDOS</u>:

a. O "Instituto de Estudos Políticos, Econômicos e Sociais - IEPES", é uma entidade fundada pelo MDB, no RIO GRANDE DO SUL, e, posteriormente, estendida a outros Estados. Reúne advogados, economistas, sociólogos e cientistas políticos, objetivando fornecer subsídios à ação parlamentar da Oposição e, por meio de debates, de conferências e outras atividades de caráter político, atrair para o Partido, estudantes e outros grupos sociais.

b. Há indícios de que os elementos, que vêm desenvolvendo atividades no IEPES, sejam, em sua maioria, funcionários públicos e/ou ligados a órgãos públicos, percebendo seus vencimentos, entre outros, pelo "Fundo de Desenvolvimento Técnico-Científico - FUNTEC", do BNDE.

2. <u>DADOS SOLICITADOS</u>:

a. Existência e atividades da entidade na área.

b. Dados que comprovem ou não o contido na letra "b" do item "1" retro.

c. Outros dados julgados úteis.

-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-

QUARTEL GENERAL DA 5.ª R.M./D.I.

CONFIDENCIAL

PC1332

Informo que o Instituto de Estudos Políticos, Econômicos e Sociais está sendo procurado, tendo como ~~parte~~ membros da comissão designada para a sua criação o Senador Adail Passos, o Advogado José Guaritiba Correa de Aveiro (Fichado) o publicista Antonio Athayde, o Prof. Osvaldo Kaiser de Araújo e o líder Estudantil Ricardo Macdonal / Mac Donald Ghisi, irmão de Paulo Mac Donald Ghisi (fichado).

Feito of. nº 1.409/75 informando

Em 03/10/75

Para anots
Porto: MDB
Sent-Ass Legislativa
Em 17/11/75

Anotado
Em 25/03/77
Renilda

PT1381164